

HORIZONTES HISTÓRICOS



REVISTA DISCENTE DO PROHIS, VOLUME 6, NÚMERO 1 - JAN./JUL. 2023. ISSN: 2596-0377

Expediente

A *Horizontes Históricos* é uma revista eletrônica ligada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo da revista é congregar textos de pesquisadores a nível de graduados, mestrado e doutorado – inserindo mestrandos e doutorandos – acerca de temas que versem sobre Relações Sociais e de Poder, Cultura, Identidades, bem como os entrelaces entre esses campos. São aceitos trabalhos de História e áreas afins, explicitadas na área dedicada às submissões dos mesmos. A revista abre uma chamada livre por semestre e um dossiê temático anual, para os quais são recebidos artigos, resenhas críticas e entrevistas. A Revista busca atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área das Ciências Humanas e Sociais em geral.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

Horizontes Históricos [recurso eletrônico]: revista discente do PROHIS / Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em História – vol. 6, n. 1(2023) – São Cristóvão, SE: PROHIS, 2023 – Semestral

e-ISSN: 2596-0377

1. História. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU 94(05)

Universidade Federal de Sergipe

Reitor: Prof. Dr. Valter J. de Santana Filho.

Vice-Reitor: Rosalvo Ferreira Santos.

Centro de Educação e Ciências Humanas:

Diretora: Prof^ª Dra. Ana Maria Leal Cardoso.

Vice-Diretor: Prof. Dr. Genésio José dos Santos.

Programa de Pós-Graduação em História:

Coordenadora: Prof^ª. Dra. Edna M. M. Antonio.

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Fabio Maza.

Expediente:

Editora-Chefe: Prof^ª Dr^a Edna M. Matos Antonio.

Editoras Assistentes:

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Thaís Monique Costa Moura.

Equipe Editorial:

Me. Cassiano Celestino de Jesus;

Me. Ives Leocelso Silva Costa;

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Aylla Maria Alves dos Santos;

Luísa Vilas Boas dos Santos;

Thaís Monique Costa Moura.

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Antônio Fernando Araújo de Sá;

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro;

Prof. Dr. Bruno Uchoa Borgongino;

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias;

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos;

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antonio

Prof. Dr. Ernst Pijning;

Prof. Dr. Felipe Augusto Ribeiro;

Profa. Dra. Luciene Lages Silva;

Profa. Dra. Kirsten Schultz;

Profa. Dra. Mariana Bracks Fonseca;

Profa. Dra. Marília de Azambuja Ribeiro Machel;

Prof. Dr. Miguel Figueira de Faria;

Prof. Dr. Pedro Abelardo Santana;

Prof. Dr. Renato Pinto.

Lista de Pareceristas da Sexta Edição:

Alexandra Sablina do Nascimento Veras

Ana Cláudia Teixeira de Lima

Beatriz Sales Dias

Bruna dos Santos

Carlos Renato Araujo Freire

Cassiano Celestino de Jesus

Cristian Andrei Tisatto

Danilo Leite Moreira

Diego Santos Barbosa

Eraldo de Souza Leão Filho

Fabúla Paulo de Freitas Manhães

Fabrcio Ferreira de Medeiros

Gustavo Silva de Moura

Ives Leocelso Silva Costa

Janaína Ferreira dos Santos da Silva

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos

João Victor da Silva Furtado

José Ferreira Júnior

Kévia Daniele da Silva

Leandro Cabral de Almeida

Letícia Martins da Cruz

Louise Löbler

Lucinei Pereira da Silva

Luis Paulo da Silva Soares
Luiza Porto de Faria
Marcelo de Sousa Neto
Márcia Oliveira Gama
Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Marcos José Soares de Sousa
Murilo Moreira de Souza
Nikolas Corrent
Patricia Urruzola
Paula Nathaiane de Jesus da Silva
Rafael Costa Prata
Rafael Machado Santana
Rodrigo Musto
Rosana da Silva Pereira
Saulo Vinícius Souza Barbosa
Thayenne Roberta Nascimento Paiva
Thiago Fidelis
Vinícius Alves de Mendonça
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

Apoio:



Imagem de Capa: Sem Título – Manabu
Mabe (1972)

Sumário

08 EDITORIAL

Artigos

09 UMA ANÁLISE ESPACIAL A PARTIR DAS VIAS DE
TRANSPORTE: CAJURU E RIBEIRÃO PRETO NO SÉCULO
XIX E XX

Marcos Antônio dos Santos

30 TROPICÁLIA: A POLÍTICA DENTRO DO MOVIMENTO E
SUA DIFICULDADE DE EXPRESSÃO

Ana Catarina Andrade Benevides de Pinho

43 “É MINHA ÚLTIMA PALAVRA”: MULHERES EM SERGIPE
DEL REI (SÉCULO XVIII)

Nathalia Thais Fontes Santos

58 VIGÍLIA DA MATA COMO CAMPO DE CONFLITOS
SIMBÓLICOS

Rodolfo Moura

80 APONTAMENTOS SOBRE O REINADO DE ALFONSO VIII:
UMA ANÁLISE DO PODER RÉGIO E DO PODER
ARISTOCRÁTICO

Lívia Maria Albuquerque Couto

97 A FÁBRICA DO RIO ANIL (MA): (RE) CONSTRUINDO
MEMÓRIAS E RESSIGNIFICANDO O *LOCUS* ESCOLAR

Cláudia Roberta Divino; Luis Claudio Pereira; Sonia Solange da Silva

113 A IMPERATRIZ TEODORA E A CARACTERIZAÇÃO
FEMININA ELABORADA POR PROCÓPIO DE CÉSAREIA
EM *HISTÓRIA SECRETA* (550)

Aylla Maria Alves dos Santos

129 A FUNÇÃO DO INTELLECTUAL NO PROJETO DE
REVOLUÇÃO INTEGRALISTA POR PLÍNIO SALGADO E
SEU PAPEL NA REGIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Thiago Silva de Sousa

Sumário

- 144** BRASIL E COLÔMBIA: LUTAS E RESISTÊNCIAS
CAMPELINAS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA EM MEIO
ÀS MUDANÇAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS
ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 A 1980
Maria Francisca Gomes de Sousa
-
- 164** A EDUCAÇÃO BÁSICA NA ALEMANHA NAZISTA: UM
MEIO DE DOCTRINAR CRIANÇAS E JOVENS PARA A
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1933-1939)
Nayla Thaynã Soares Alves de Meneses
-
- 176** PODER, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE NO CASO
DE AVA. S NO RIO GRANDE DO SUL (1904)
Emanuéli Halm Chagas
-
- 186** A PARTICIPAÇÃO DE INDÍGENAS NA GUARDA
NACIONAL: PROVÍNCIA DE ALAGOAS (1850-1857)
Jaiane da Silva Albuquerque Nunes
-
- 200** ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL: DA PRÁTICA
HISTOGRÁFICA E SUAS POSSIBILIDADES TEÓRICAS
Vítor Mateus Viebrantz
-
- 215** UMA MULHER PREFEITA: A ELEIÇÃO E O MANDATO DE
IRACEMA NEVES – SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI (1983-1988)
Elzimária Pereira de Andrade; Márcio Douglas de Carvalho e Silva
-
- 230** 91 ANOS DO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS
MULHERES NO ITINERÁRIO POLÍTICO DA DEMOCRACIA
BRASILEIRA
Maria Claudia Virgínia de Lima; Lorena dos Santos Oliveira
-
- 250** O DISCURSO OCULTO NO OBITUÁRIO DE EXTREMA
EXALTAÇÃO DA IMAGEM DE JOAQUIM NABUCO
Keicy Salustiano Duarte Silva
-
- 271** A CRISE DO TEMPO, A DESORIENTAÇÃO E O LENTO
CANCELAMENTO DO FUTURO
Priscila Gomes Silva
-
- 283** MORTE E LUTO À LUZ DA PSICOLOGIA DO SENTIDO
Daniel Peixoto de Sousa
-

Sumário

- 296 O EMBELEZAMENTO ARQUITETÔNICO EM ARACAJU
PELA MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA
Alysson Santana Barbosa
-
- 315 OS USOS POLÍTICOS DO BANRISUL: DISCURSOS E
REPRESENTAÇÕES NO JORNAL *A FEDERAÇÃO* (1928-1937)
Yuri Batista da Silva
-
- 336 A VIOLAÇÃO DO CORPO FEMININO NO DECAMERON
(1348 -1353)
Alexandre Gomes Carvalho Santos Junior
-
- 355 IDENTIDADES EM TRÂNSITO: ESTRATÉGIAS PARA
FORMAR E MARCAR ESPAÇOS ENTRE INDIVÍDUOS E/OU
GRUPOS
Eval Cruz
-
- 367 PAULO FREIRE HISTORIADOR: O “LUGAR” DA HISTÓRIA
NA CONSTITUIÇÃO DA PRÁXIS FREIREANA DE UMA
EDUCAÇÃO LIBERTADORA E A SUA IMPORTÂNCIA
PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Eliakin Ramos Moura da Silva
-
- 378 A MULHER CUIABANA NA IMPRENSA: ELAS NOS
DISCURSOS DO JORNAL *A CRUZ* E DA REVISTA *A*
VIOLETA (1916 – 1934)
Suellen Patrícia Borges Amorim
-
- 398 A AUTODECLARAÇÃO COMO FORMA DE IDENTIDADE –
UM BREVE DEBATE SOBRE A BANCA DE
HETEROIDENTIFICAÇÃO: OS PROBLEMAS PARA A
IDENTIFICAÇÃO DOS NEGROS NAS POLÍTICAS DE AÇÕES
AFIRMATIVAS DO BRASIL
Maykon Paulo da Silva Guimarães
-

Resenha

- 416 ENTRE O DESLOCAMENTO E A RECOLOCAÇÃO
CULTURAL, UM OLHAR CRÍTICO E CÔMICO DE ABBA T.
MAKAMA NO FILME “*THE LOST OKOROSHI*”(2019)
Isabelle de Oliveira Ferreira

Editorial

HORIZONTES HISTÓRICOS: SEXTA EDIÇÃO

A mais nova edição da Revista Horizontes Históricos marca um novo momento de nossa revista discente. Nossa sexta edição, que conta com vinte e cinco artigos cuidadosamente organizados, juntamente a uma resenha igualmente importante, é a nossa maior edição publicada até agora. Isso só foi possível graças ao enorme esforço de nossos integrantes que, juntamente aos nossos colaboradores, buscaram contribuir para a produção acadêmica em nosso país.

Esta edição oferece uma rica junção de assuntos tratados acerca do que há de mais recente em reflexões na produção acadêmica historiográfica nacional. Os contribuintes da edição, pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, se unem para apresentar uma série de assuntos que partem de contribuições do presente e questionamentos sobre o passado na produção de ciências humanas em nosso país. Explorando uma gama abrangente de assuntos, nestes artigos tivemos interpretações e pesquisas que abrangem desde arquitetura até campesinato, educação, espaço, gênero, imprensa, identidade, literatura, psicologia, poder e política. A força destas discussões localiza-se na diversidade de ideias, cujas argumentações partem de diversos lugares de fala de nosso Brasil.

Como testemunhas da constante atualização da pesquisa histórica, gostaríamos de agradecer sinceramente aos dedicados pesquisadores, pesquisadoras, pareceristas, revisores e à toda equipe editorial que tornaram esta edição possível. Temos a esperança que esta edição estimule novas análises e inspire novos diálogos dentro e fora da comunidade acadêmica.

Convidamos todos a explorar as páginas deste sexto número da Revista Horizontes Históricos, e desejamos que mergulhem em uma série de reflexões que nos desafiam a ampliar constantemente os horizontes históricos e intelectuais. Tenham uma ótima leitura!

UMA ANÁLISE ESPACIAL A PARTIR DAS VIAS DE TRANSPORTE: CAJURU E RIBEIRÃO PRETO NO SÉCULO XIX E XX

A SPATIAL ANALYSIS BASED ON TRANSPORT ROUTES: CAJURU AND RIBEIRÃO PRETO IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Marcos Antônio dos Santos¹

Resumo: Este artigo objetiva investigar, através da Análise Marxista do espaço, a criação, expansão e a formação econômica no interior paulista a partir da configuração espacial de Cajuru e Ribeirão Preto no final do século XIX e início do XX. Empregando a metodologia de pesquisa documental, a partir da análise das vias de transporte – fontes primárias, jornais e documentos econômicos ainda não tratados cientificamente e analiticamente – foi possível constatar dois pontos centrais da reformulação espacial do Sertão do Rio Pardo. Primeiramente, Cajuru se organizou espacialmente através de estruturas comerciais de longo e curto alcance herdadas da expansão bandeirante e do comércio do gado do século XIX. Por fim, a expansão geográfica e a transformação de Ribeirão Preto em centro hegemônico de circulação se explicam fundamentalmente pelos esforços da classe política e econômica em criar oportunidades para a acumulação de capital.

Palavras-chave: capital; espaço geográfico; Cajuru; Ribeirão Preto; vias de transporte.

Abstract: This article aims to investigate, through the Marxist Analysis of space, the creation, expansion and economic formation in the interior of São Paulo from the spatial configuration of Cajuru and Ribeirão Preto in the late nineteenth century and early twentieth century. Employing the methodology of documental research, from the analysis of the transport routes - primary sources, newspapers and economic documents not yet scientifically and analytically treated - it was possible to verify two central points of the spatial reformulation of the Sertão do Rio Pardo. Firstly, Cajuru was spatially organized through long and short-range commercial structures inherited from the bandeirante expansion and the cattle trade of the 19th century. Finally, the geographical expansion and the transformation of Ribeirão Preto into a hegemonic center of circulation are explained fundamentally by the efforts of the political and economic class to create opportunities for capital accumulation.

Keywords: capital; geographic space; Cajuru; Ribeirão Preto; transportation routes.

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá. E-mail: marcoshistoriaco@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A configuração territorial é o conjunto de complexos meios naturais e/ou físicos. À medida que a história foi se desenvolvendo, a organização espacial passou a ser dada pelas obras dos homens sobre o seu meio; estradas, plantações, casas e fábricas. (SANTOS, 2011). Assim, o Materialismo histórico tem por objetivo analisar a existência dos indivíduos reais e o modo como eles produzem seu modo de vida em um determinado espaço físico. Em um sentido dialético, ao mesmo tempo que os seres humanos alteram o meio para atender às suas necessidades o sujeito histórico modifica a si mesmo. Nesse sentido o espaço é definido como categoria real, construída histórica e socialmente. Um espaço real com demarcação de práticas sociais precisas – relação sociedade-espaço. (MORAES; COSTA, 1987).

A fixação de grupos, como as cidades do interior paulista, fortemente marcadas pela produção cafeeira, materializa concretamente as relações de produção. No interior de São Paulo, as cidades e as pequenas comunidades são produtos de múltiplos fatores históricos e econômicos; expansão bandeirante no século XVII e XVIII, fazendas e comércio de gado, maior e menor grau de especialização produtiva – artesanato e produtos industrializados –, concentração territorial – latifúndio –, alta produção de produtos agrícolas – café, cana de açúcar e algodão –, grande fluxo migratório – mineiros e estrangeiros – e alta expansão na circulação de mercadorias regionais – pousos, mascates e boiadeiros.

Essas especificidades geraram um arranjo estrutural no final do século XIX, dominado por redes dendríticas² e espacialmente caracterizado por excessivos números de pequenos centros, pequenos pontos de venda e um centro dinâmico de rede primaz. Tendo como objetivo compreender como o espaço regional de Ribeirão Preto e Cajuru atendeu a pressão e a expansão do desenvolvimento do capitalismo, este artigo procura analisar a criação, expansão e a formação econômica no Interior Paulista a partir da configuração espacial de Cajuru e Ribeirão Preto no final do século XIX e início do XX. Para sanar essa questão candente se revelou necessário uma pesquisa documental, perpassando por documentos econômicos da Assembleia Legislativa de São Paulo – Prestação de contas e Orçamentos de 1869, 1870, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1887, 1888 e 1889 –, Acervo do jornal *Estadão* de 1883 a 1909 e documentos que compõem o acervo da Casa da Cultura de Cajuru, no interior do Estado de São Paulo.

² redes dendríticas, caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz excentricamente localizada; essa rede dendrítica constitui-se em um meio através do qual a hinterlândia da cidade primaz é drenada em seus diversos recursos, estabelecendo-se, assim, uma dependência externa e hierarquicamente estabelecida.

Durante a pesquisa, foi possível constatar que a divisão territorial do interior paulista, no final do século XIX, era composta por um conjunto de redes conectadas por pequenos pontos mercantis – periféricos – que serviram de apoio a grandes centros econômicos.

A troca desigual entre Cajuru e Ribeirão Preto possibilitou a criação e a expansão de um espaço integrado de trocas e acumulação de capital. Essa conjuntura possibilitou uma relativa centralidade de Cajuru até o final do século XIX, devido às suas múltiplas ramificações de estradas de rodagem e interconexões geográficas. Devido ao alto comércio de gado, as propriedades e o grande latifúndio da região – rios e postos mercantis – e as múltiplas localidades periféricas comerciais, além das estradas e pontes surgiram como necessidades para sustentar um emergente sistema capitalista.

Após a inauguração da Mogiana no ano de 1882 em São Simão, Ribeirão Preto se projetou no cenário regional como um centro que, se estruturou em alicerces econômicos de média duração como o cultivo do café. A produção de café, no final do século XIX, até meados do XX, se converteu numa variante da plantação tropical moderna, associada à acumulação comercial ou financeira de capital e da grande propriedade privada. O grande monopólio agrário deteve as condições de produção do capital regional e, por conseguinte, as satisfaz e se empenhou em produzir pontos de circulação e centros produtivos de capital – uma circulação real. Assim, se a produção e a circulação de capital alteraram organização espacial para atender suas necessidades, ao mesmo tempo que o espaço geográfico sustentou a relações da vida social, a circulação de mercadorias e a sustentação de hierarquias regionais. Como a estrutura espacial, levando em consideração o desenvolvimento das vias de comunicação do final do século XIX e início do XX, atendeu a pressão e a expansão da plantação tropical moderna? (MARX, 2019); (MARX, 2020); (HARVEY, 2013); (MARX, 2011).

DESENVOLVIMENTO

Entre os anos de 1870 e 1890, a cidade de Cajuru se tornou a principal estrutura espacial do sistema mercantil³ na região do Rio Pardo, interior de São Paulo, convertendo-se em um ponto estratégico para a mobilidade de mercadorias e comerciantes. A penetração da produção cafeeira no interior e a inauguração da Companhia Mogiana no Oeste Paulista, em meados do século XIX, produziu novas dinâmicas espaciais e proporcionou alterações estruturais na economia, no espaço e na composição social do interior paulista, a cidade de Cajuru foi fundada sobre a articulação mercantil bandeirante do Caminho dos *Goiases*.

³ O termo mercantil utilizado neste artigo se refere a relação econômica estabelecida no interior de São Paulo e Sul de Minas Gerais, entre as cidades de Barretos, Ribeirão Preto, Casa Branca, Batatais e Franca. Tendo como principal produto comercializado o gado bovino.

O povoamento do interior paulista durante o período colonial esteve ligado intrinsecamente às descobertas das minas de ouro e as andanças dos bandeirantes pelo grande sertão. O movimento possuía, como principal atividade a criação de pousos para o abastecimento dos desbravadores, que, prevendo o retorno, começaram a criar roças em pontos articulados ao longo do caminho. “Comumente, tais roças eram abandonadas para futuro proveito, mas vez ou outra, alguém ficava ali residindo. Ou então, um novo roceiro ocupava o local, deixando vazio por aquela que partia” (BRIOSCHI, 1991, p. 5).

De acordo com Antonio Lages (2010), durante o século XVIII, ocorria, nesta rota o trânsito de tropas de muares⁴, “[...] o caminho era o principal eixo de penetração para o interior, [...]. Mais tarde e, [...], os carros-de-boi tornaram-se mais utilizados que as tropas, pois, embora vagarosos, transportavam uma quantidade maior de mercadorias e por um preço menor.” (LAGES, 2010, p. 24).

Partindo de *Mojimirim*, o Caminho dos *Goiases* atravessava, dentro do território paulista, os atuais municípios de Mojiguáçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava e Igarapava até chegar ao Rio Grande. Este percurso atingia 89,08 léguas, pouco mais de 530 quilômetros. Mas, somássemos as testadas de todas as sesmarias concedidas ao longo da estrada encontraríamos a cifra de 690 quilômetros. (LAGES, 2010, p. 23).

Do processo de ocupação e instalação de moradias em terras ao longo do caminho dos *Goiases*, surgiram vilas e cidades que ao longo do século XIX e XX conquistaram a categoria de cidade, vila ou município. A cidade de Cajuru, fundada em 1866, surgiu a partir da complexa relação mercantil dos Caminho dos *Goiases*, uma vez que sua localização era utilizada como um interposto de abastecimento. Assim, Cajuru deve ser compreendida não só por suas funções geoeconômicas no interior do Rio Pardo no final do século XIX – relação espacial e econômica com as outras localidades –, mas pela maneira que o seu o capital fixo e capital variável foram estruturados e organizados regionalmente.

Desta forma as condições físicas de trocas –vias de comunicação e transporte – são necessárias para o capital anular o espaço pelo tempo, uma vez que o produto só pode ser valorizado em massa quando os custos de transportes diminuem. A produção dos meios de transporte e comunicação baratos na região de Cajuru no final do século XIX – pontes, estradas de terras e estradas de ferro – foram condições fundamentais para o desenvolvimento da capital mercantil – grande lavoura de café – e, em consequência, sustentaram os mesmos.

No artigo *Cajuru e Santa Cruz da Esperança: a sociedade comercial do interior paulista*, Santos (2022), ao analisar a Tabela 1 – Impostos comerciais no final do século XIX em Cajuru⁵ –

⁴ Tropas de muares se refere ao tipo de transporte utilizado pelos bandeirantes no interior de São Paulo. Majoritariamente esse tipo de transporte utilizava cavalos para carregar e transportar mercadorias de um lugar para o outro.

⁵ Essa e as demais tabelas que serão mencionadas podem ser observadas no final do artigo.

aponta que o comércio na região tornando Cajuru uma cidade comercial (SANTOS, 2022). A participação do lucro dos impostos “[...] sobre os negociantes na economia inter-regional era equivalente a 72,4% da receita municipal de Cajuru no mês janeiro do ano 1887, enquanto em novembro de 1888, a sua participação foi de 76,67%. (SANTOS, 2022, p. 161)”.

De acordo com Santos (2022) a relação entre a cidade e a economia “[...] se explica pela ocupação geográfica do espaço. Além disso, o que possibilitou o desenvolvimento de um “posto fiscal” em Cajuru foi sua posição estrategicamente situada na rota comercial entre Casa Branca e o Uberaba – Sul de Minas.” (SANTOS, 2022, p. 162). Toda a estrutura espacial proveniente do sistema mercantil durante o final do século XIX favoreceu o desenvolvimento de importantes trajetos de escoamento de mercadorias. Em 1883, Martinho Prado Júnior – um dos filhos do café⁶ – destacou que a conexão entre Cajuru e Casa Branca – a ponte sobre o Rio Pardo – era essencial para o mercado regional (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 1883).

Por meio da categoria alusiva a análise espacial, podemos constatar que as estradas de rodagem permitiram que Cajuru se tornasse o centro da dinâmica mercantil do Sertão do Rio Pardo no final do século XIX. Sua centralidade se destaca pelas suas conexões espaciais. A manutenção e restauração das vias espaciais se tornou primordial para o funcionamento do sistema econômico regional, uma vez que *é pelo e sobre* o espaço que todo o tipo de mercadoria circula. Em 1846, segundo a Lei. N. 35, de 16 de março de 1846, o orçamento da Província de São Paulo, despendia de \$800.000 para o melhoramento das estradas de Cajuru a Franca⁷.

Podemos notar que, entre o final do século XIX e início do XX, a região de Cajuru foi marcada por conexões multimodais entre fazendas, pontos de trocas, cidades e estações ferroviárias. No ano de 1895, o requerimento⁸ de Miguel Russo, proprietário da Fazenda São José no inteiro de São Paulo, apontou que a passagem entre Cajuru e Batatais era de fundamental importância para o tráfego de mercadorias.⁹ Em 1886, foi autorizada pelo Governo do Estado de São Paulo a inauguração de uma ponte sobre o Rio Pardo, entre a estação de Córrego Fundo e a Cajuru. No ano de 1907, foi efetivado

⁶ Martinho Prado Júnior ou simplesmente Martinico Prado Nasceu em São Paulo, SP, em 17/11/1843. Filho de Martinho da Silva Prado e Veridiana Valéria da Silva Prado. Passou sua infância na chácara da família e, aos 17 anos, ingressou na Escola de Direito de São Paulo. Durante o período de faculdade, iniciou a militância em prol das causas abolicionista e republicana. Em 1865, alistou-se para participar da Guerra do Paraguai onde ficou por cinco meses. Formou-se em 1866 e foi nomeado promotor, demitindo-se em seguida. Em 1868, casou-se com Albertina de Moraes Pinto e mudou-se para o atual município de Araras, onde administrou as fazendas de seu pai, Campo Alto e Santa Cruz. Como fazendeiro, desbravou terras e formou várias fazendas de café. Em Araras, foi vereador e nomeou várias ruas da cidade com nomes de personagens da História ligados à democracia e à liberdade. (BRAZIL MAGAZINE, 1911).

⁷ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. LEI N. 35, DE 16 DE MARÇO DE 1846.

⁸ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Verba para construção e estrada (Projeto nº 35). Identificador: 21519. Caixa: 654. Página: 2. Código: 39.

⁹ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Requer passagem da fazenda "São João" do município de Batatais para o de Cajuru quando a Comissão é de parecer que arquiva-se. Identificador: 25240. Caixa: C 025. Código: 19

a construção de uma ponte sobre o rio Pardo, conectando a vila de Cajuru com a cidade de São Simão.¹⁰ Em 1921, foi construída uma ponte sobre o rio Pardo, na estrada de rodagem de Cajuru a Serra Azul, no município de São Simão, estrada de rodagem de Cajuru a Santo Antônio da Alegria.¹¹

Em 1895, foi iniciada a construção de uma ponte sobre o Rio Pardo, no lugar denominado Taipava, município de Cajuru, além da abertura de uma estrada de rodagem que partindo da cidade de Cajuru e passando pela ponte acima mencionada, vá terminar na cidade de Santa Rita do Passa Quatro.¹² No mesmo ano foi autorizado pelo governo estudar a abertura de estradas de rodagem, conectando a cidade de *Parahybuna* à estação Central do Brasil, ligando a cidade de Cajuru à Estação Paulista e *Mogyana*.¹³ Os documentos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo destaca que, em 1900, o governo do Estado de São Paulo autorizou a construção da ponte sobre o rio *Sapucahy*, na fazenda de José Garcia de Figueiredo. Conforme o documento da Assembleia, que diz “[...] na estrada de rodagem que liga os municípios de Batatais, Patrocínio de Sapucahy e Cajuru, Neste Estado, e São Sebastião do Paraíso, no de Minas, [...]”¹⁴, ligando o interior de São Paulo com Franca, Sul de Minas.

Todo esse pluralismo espacial de Cajuru possibilitou a expansão do sistema econômico mercantil no Sertão do rio Pardo. As estruturas jurídicas e políticas de Cajuru no final do século XIX, tinham, como fundamento econômico, sustentar as organizações geográficas que mantinham a circulação e as relações comerciais. O Código de Postura Municipal de 1874 estabeleceu, no Art. 32º, que: "Os carros que passarem pelo rio Cubatão pagarão 1:000 cada um, exceto se forem do município e estejam empregados em serviço de carroça."¹⁵ Era responsabilidade da Câmara Municipal propor qualquer medida que julgasse conveniente para o melhoramento das estradas, sua direção e pontes. A lei Municipal de Cajuru de 1909 (Nº 72) menciona que: “[...] dispões que farão parte da receita dos municípios, entre outras, as taxas impostas sobre os veículos de qualquer espécie que fizerem o

¹⁰ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A Câmara Municipal de Cajuru pede uma verba para a construção de uma ponte sobre o rio pardo ligando o mesmo município ao de São Simão. Identificador: 26262. Caixa: C_076. Página: 0. Código: 19.

¹¹ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Autoriza o governo a mandar construir uma ponte sobre o rio Pardo, na estrada de Cajuru a Serra Azul e a estrada de rodagem de Cajuru a Santo Antônio da Alegria. Identificador: 27148. Caixa: C_151. Página: 0. Código: 21.

¹² Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Fica o governo autorizado a mandar construir uma ponte sobre o rio Pardo, no lugar denominado Taipava no município de Caturama. Identificador: 32573. Caixa: C_LT015. Página: 0. Código: 41

¹³ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Fica o governo autorizado a mandar construir uma ponte sobre o rio Pardo, no lugar denominado Taipava no município de Caturama. Identificador: 32573. Caixa: C_LT015. Página: 0. Código: 41

¹⁴ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. LEI N. 753, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1900.

¹⁵ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer, Artigo de Posturas, Código de Posturas, 1874, 1873, 1872. Caixa 631. Página 21. Código 39. Identificador: 20751

serviço de transporte dentro das povoações.”¹⁶. Da mesma forma, ficou determinado no decreto de lei de nº 57 de 1909 o “[...] pagamento do imposto de 20\$000 sobre os carros ferrados a chapa e 40\$000 sobre os ferrados peões tendo em vista apenas que [...] carros de peões estragam muito as estradas e ruas. [...] ao transportarem gêneros de importação e exportação, da Estação para esta Cidade.”

O arcabouço jurídico e político respaldou, ao mesmo tempo, trabalhou para a favor da manutenção das estruturas espaciais como as estradas e pontes fundadas sobre a conjuntura econômica da expansão das bandeiras e do comércio bovino de abastecimento das minas de ouro durante todo o período aurífero brasileiro, entre o século XVII e XVIII¹⁷. Nesse sentido, as políticas municipais tinham como foco a manutenção e o emprego de taxas necessárias, para remover barreiras em favor da mobilidade e a manutenção das estruturas espaciais que sustentavam tanto o comércio local quanto o regional. A eliminação das barreiras para a mobilidade e a circulação de mercadoria, passaram a ser ação das instâncias jurídicas e políticas¹⁸.

De acordo com o código de postura de 1874, a Câmara Mundial deve:

§ 7.º Propor [...] qualquer medida que julgar conveniente para o melhoramento das estradas, sua *direção*, pontes e boa ordem do serviço, para a mesma resolver a respeito.

Art. 106. Se no decurso do *anno soffrerem* as estradas ou pontes da mesma algum estrago ou tranqueira que impeça ou dificulte o livre trânsito, o Inspector [Municipal]¹⁹, a cargo de quem ela se achar, mandará logo fazer o concerto necessário, para cujo fim convocará somente os moradores mais proximos do lugar, aos *quae descontar-se-hão* no *anno* seguinte os dias que gastarem com os reparos repentinos para que *forão* chamados extraordinariamente.²⁰

Essa conjuntura fica mais evidente na decisão da Câmara Municipal de Cajuru, no ano de 1902²¹, onde ficou expedido que o Capitão Antonio Soares de Souza reabra um caminho na Fazenda Brumado, vizinho do Major José Vieira de Andrade Palma – fazenda que estava localizada entre Cajuru e Ribeirão Preto. Soares, ao adquirir a propriedade, no final do século XIX, fechou o caminho e impediu o comércio na localidade, a passagem de atravessadores e mascates.

¹⁶ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer N. 24, de 109. Página 21. Código 39. Identificador: 20751

¹⁷ O trajeto conhecido como Caminho dos Goias, comprova que, “[...] o Nordeste Paulista estava, portanto, integrado ao circuito das “andanças” dos paulistas pelos sertões.” (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 46). O povoamento do interior paulista esteve ligado intrinsecamente com as descobertas das minas de ouro e as andanças dos bandeirantes pelo grande sertão. O movimento possuía como principal atividade a criação de pontos para o abastecimento dos desbravadores, que prevendo o retorno, começaram a criar roças em pontos articulados ao longo do caminho.

¹⁸ É bem possível que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e o amadurecimento do capitalismo. No entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido. (HARVEY, p. 92).

¹⁹ Grifo meu.

²⁰ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer, Artigo de Posturas, Código de Posturas, 1874, 1873, 1872. Caixa 631. Página 21. Código 39. Identificador: 20751.

²¹ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer, Artigo de Posturas, Código de Posturas, 1874, 1873, 1872. Caixa 631. Página 25. Código 39. Identificador: 20751.

As estradas de rodagem possibilitaram as trocas de bens e sustentaram a economia, através de uma relação regional, pois “[...] não existe cidade sem região, nem região sem cidade.” (SANTOS, 1959, p. 9). De acordo com o Código de Postura de 1887 era permitido mascatear em fazendas, através de armazinhos e outros quaisquer gêneros de negócios e mascatear com baús nas costas.²² A organização do espaço econômico, composta por diversas vias de comunicação entre espaço rural e urbano, criou condições para a abertura de um amplo mercado regional.

Santos (2022) estabelece que:

[...] a cidade de Cajuru, local que na logística comercial da região ficava no caminho mercantil, entre a vila de Casa Branca e a de Uberaba no Sul Mineiro, criou no final do século XIX diversos impostos sobre as estradas, negociantes, mascates e o gado.²³ Nesse sentido a cidade se apresentava como centro de espaços ligados entre si: ao circuito de abastecimentos, o dos negócios de créditos, de vendas, de compras, de arrecadação e produção. (SANTOS, 2022, p. 160).

A ocupação de Ribeirão Preto ocorreu no início do século XIX, através da ocupação de famílias de entrantes mineiros entre as décadas de 1820 e 1850 (LAGES, 2010). Esses imigrantes, oriundos da decadência econômica do ouro de Minas Gerais, somados aos antigos cafeicultores do Vale do Paraíba, “[...] passaram a exercer os primeiros domínios políticos e econômicos nessa região através da ocupação do espaço para uso de pastagens para invernadas, plantações e criatórios de gado *vacum*.” (PAZIANI, 2016, p. 31).

Em 1870 homens influentes de negócios se deslocaram para o interior paulista, como foram os casos de Luís Pereira Barreto – médico que trouxe mudas de café com o objetivo de produzir para o mercado exterior –, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e Martinho Prado Júnior. (PAZIANI, 2016). O que atraiu os grandes fazendeiros, que, ao mesmo tempo, dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, como postos na administração pública, foi o alto valor da terra roxa²⁴ para o cultivo de café.

O capital fundiário, na região de Ribeirão Preto, revelou a aliança entre o grande proprietário e a política de Estado. Essa relação pouco se distinguia, devido a organização política local inaugurada na Primeira República, que ficou marcada pela política dos “coronéis” e o “mandonismo local” dos grandes donos de terra – Joaquim da Cunha Dinis Junqueira e Martinho Prado Junior, em Ribeirão Preto. O que deve ser enfatizado é que, o uso do solo para gerar lucro e a influência política

²² Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Parecer, Ofício, Código de Posturas, 1887, 1887, 1887. Identificador: 8343. Caixa: 311. Página: 18. Código: 39

²³ Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo. Prestação de contas. Orçamentos de 1869, 1870, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1887, 1888 e 1889.

²⁴ Os solos de “terra roxa” são derivados da mistura do arenito Botucatu com os solos ricos oriundos da desagregação das rochas basálticas. A distinção entre uma e outra pode ser observada através da coloração: a “terra roxa legítima” tem uma coloração vermelha escura, mas com tom fortemente arroxado, lembrando a cor da borra de café. Enquanto o tom violáceo da “terra roxa legítima” não diminui com a profundidade, o tom arroxado das “terras roxas misturadas” diminui com a profundidade e os solos ficam cada vez mais claros (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p. 28).

localmente se tornou constante. Impostos sobre terras, sobre o cultivo de café, do gado, sobre pontes, terrenos, negociantes e estradas²⁵ perpassava pelos interesses políticos dos coronéis.

A expansão do café em Ribeirão Preto propiciou que parte dos lucros da produção industrial e do comércio interno, se tornasse um elemento fundamental na criação de uma dinâmica favorável econômica e politicamente à modernização (PERINELLI NETO, 2007). Primeiramente a nova conjuntura política do país, advinda da Proclamação da República, garantiu que os capitais investidos nas lavouras de café circulassem na localidade e conseqüentemente essa dinâmica gerou uma renda interna que passou a ser reinvestidas pelo poder público no desenvolvimento estrutural de Ribeirão Preto.

Além disso, os municípios paulistas, como Ribeirão Preto, se projetaram nacionalmente nesse período, sob a égide do café, em um reduto político do Partido Republicano, devido à forte influência dos coronéis, como os Junqueira e os Prados – Joaquim da Cunha Dinis Junqueira e Martinho Prado Junior (PAZIANI, 2016). Essa conjuntura econômica e política possibilitou que as ferrovias alcançassem Ribeirão Preto em 1883. Aliás, entre 1880 e 1885, a cidade fundamentava sua receita majoritariamente sobre o comércio local – lojas e armazéns hotéis, jogos lícitos, engenhos –, como aponta a Tabela 2 – Receita municipal da vila de Ribeirão Preto 1882 a 1886. Vale destacar que, no ano de 1885/86 o café já aparece como produto importante para a economia local, ficando como gênero de segunda maior relevância para a receita local.

Uma das hipóteses que explicaria a baixa participação do café durante os anos de 1882 e 1884 é que mesmo o cultivo do café sendo o objetivo principal da classe política e econômica, o cafeeiro produz frutos somente a partir do quarto ano, e ainda assim, registra-se nos anos iniciais uma baixa produtividade. Neste sentido, se os primeiros empresários chegaram em Ribeirão Preto entre os anos de 1870 e 1880, uma produção significativa do café ocorrerá somente a partir de 1880. Isso explicaria o porquê de a produção cafeeira não constar na receita dos anos iniciais da década de 1880.

O café conquistou espaços de produção sobre a terra roxa do interior paulista a partir de 1880, com o incentivo das sociedades bancárias, ferroviárias e setores públicos. (MONBEIG, 1998). Para atender os interesses de setores públicos e privados a estrada de ferro abriu espaços e chegou ao “sertão desconhecido” no final do século XIX. Essa dinâmica viabilizou a ligação entre os espaços interioranos – cidades, vilas e fazendas – ao mesmo tempo, entre o litoral e o interior – portos e estações. A Companhia de Ferro Mogiana, ao adentrar a região de Casa Branca em 1878, expandiu a

²⁵ Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo. Prestação de contas. Orçamentos de 1887, 1888 e 1889. Cx. 242 e 238. Elaboração própria.

influência dos comerciantes, proprietários de terras e produtores agrícolas de Cajuru, devido a abertura de novas vias de escoamento.

[...] os despertar da *apathia* em que tem jazido a lavoura de suas importantes terras de cultura, que se prestam fortemente para o café, trazendo a animação ao *commercio* e progresso em tudo, colocando-a na vanguarda do progresso, como suas irmãs e *visinhas*. Cajurú, 5 de junho de 1877. (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 1877)²⁶.

A inauguração da Mogiana em Casa Branca, no ano de 1878, possibilitou a intensificação do comércio no interior de São Paulo. As rotas de comércio que se estendeu de Casa Branca a Uberaba – Sul de Minas – projetou Cajuru no cenário nacional, como estrutura espacial capitalista no Sertão do Rio Pardo, visto que o trajeto que conectava Casa Branca e Cajuru, passando sobre Rio Pardo e o Rio Cubatão, conectando Serra Azul e Ribeirão Preto e chegando à Minas Gerais, interligaram economicamente todo o extenso Oeste Paulista ao Sul de Minas. Esta dinâmica estruturou Cajuru como centro²⁷ da distribuição do comércio regional até o final do século XIX. Sobre este trajeto o Jornal Estado de São Paulo destacou, em 1877, que; “Esta estrada é sem contestação importantíssima e serve a um comércio grande, é uma das artérias do novo sistema de viação²⁸ [...]” (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 1877).

O forte comércio existente na região de Cajuru, impulsionado pela instalação da Mogiana em Casa Branca, no ano de 1878, fortaleceu a sociedade de comércio na região concedendo a ela uma alta relevância política. No final do século XIX este mesmo grupo social, reivindicou o prolongamento da malha ferroviária até a cidade. Podemos observar esse movimento no jornal Estado de São Paulo: “Os habitantes da *villa* de Cajurú estabelecidos com casa de *commercio*, vão dirigir ao governador do estado um pedido para que a Companhia *Mogyana* leve a linha *projectada*, até lá, no mais breve prazo.” (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 1891)²⁹.

A partir de 1880 o café passou a compor a receita de Cajuru como a principal fonte de lucro, em detrimento da tributação sobre os negociantes, como destaca a Tabela 3 – Receita municipal de vila de Cajuru janeiro 1887 e novembro 1888.

Em janeiro de 1887 a coleta sobre os negociantes representou 25,5% da receita total e em novembro 1888 cotou 28,2%. Contudo, o que alterou a conjuntura econômica do interior paulista no fim do século XIX foi a produção do café. Nessa perspectiva, o tributo sobre a produção e circulação de café assumiu o principal produto da receita. Em janeiro de 1887 o tributo sobre o café em Cajuru representou 34,1% da receita e, em novembro de 1888, evidenciou o equivalente de 37,6% da receita municipal. (SANTOS, 2022, p. 161)

²⁶ Fonte: Acervo Estadão: Jornal Estado de São Paulo. Terça-feira, 5 de junho de 1877.

²⁷ “Bobeck também define o organismo urbano como “... o centro do tráfego econômico, político, cultural de uma região não bem delimitada a que na sua estrutura mostra um aumento dos seus aspectos característicos da periferia para o centro.” (SANTOS, 1959, p. 9).

²⁸ Grifo meu.

²⁹ Fonte: Acervo Estadão: Jornal Estado de São Paulo. Quarta-feira, 28 de janeiro de 1891.

O período de modernidade foi inaugurado em Cajuru com a instalação da Mogiana na região de Casa Branca no final do século XIX. A conjuntura foi instalada de acordo com a divisão territorial do trabalho, fruto da ação humana. Essa lógica de instalação dos objetos técnicos³⁰ espacialmente organizados e da realização das ações se confundem com a lógica histórica, à qual o espaço assegura a continuidade, como as cidades, a produção regional e a hierarquias espaciais.

Humberto Perinelli Neto (2009) destaca que a relação da Mogiana com as mercadorias regionais também envolvia a articulação que mantinha com estradas de chão. (PERINELLI NETO, 2009).

Alcançando Casa Branca e avançando para além de Franca, tal companhia ferroviária acabou por impulsionar de forma latente o comércio de sal e de derivados da pecuária (couros, toucinhos, queijos, etc) em regiões que mantinham contato com seus trilhos, por meio de estradões. Em Casa Branca, por exemplo, registra-se a presença de um caminho percorrido por carroções e tropeiros e responsável por providenciar um fluxo comercial entre tal localidade e a região sul mineira. (PERINELLI NETO, 2009, p. 179).

Cajuru projetava sua economia através das ramificações – estradas – mercantis e os impostos sobre o comércio. Esta mesma estrutura político-econômica e espacial permitiu que adentrasse produtos internacionais no Sertão do Rio Pardo, como indica o Art. 2º de 1906: “As municipalidades não poderão tributar: 1º Os produtos de exportação e os importados de procedência estrangeira ou nacional; 2º Os produtos de outros municípios em trânsito ou destinados ao consumo local; 3º Os produtos do Município.”³¹ A expansão geográfica das regiões, possuiu a incrementar o comércio exterior, exportando o capital e, em geral, expandindo-se rumo ao mercado mundial, com destaque ao café.

As estradas de rodagem se tornaram prolongamento das malhas ferroviárias no Oeste Paulista, onde as linhas férreas não adentravam, como o indica relatório da sessão da Câmara Municipal de Cajuru, no ano de 1909.

A lei municipal de Cajurú, n. 57, de 10 de novembro de 1908, no art. 7.0. *paragrapho* 48 e 49, tributou os carros de bois de seu município do seguinte modo: *Paragrapho* 48 – De cada carro de bois, ferrado a pião, para aluguel, puxando café ou outros gêneros, 40\$000; *pragrapho* 49 – De cada carro de bois, ferrado a chapa, para aluguel, puxando café ou outros gêneros, 20\$000.

Os munícipes Isais Barbosa do Nascimento e outros, possuidores de *taes vehiculos*, empregados em semelhantes mister, recorrem dessas disposições, pretendendo que o senado as *naulle*, por contrarias à lei de estado n. 1.038, de 19 de dezembro de 1906, art. 19, n.5.

A lei citada pelos recorrentes, no artigo mencionado, dispõe de que *farção* parte da receita de municipais, entre outras, as taxas impostas sobre os *vehiculos* de qualquer espécie que fizerem o serviço de transporte dentro das povoações.

Os recorrentes confessam, na exposição de recurso, que os seus carros são destinados a serviço de transporte de produtos de importação e exportação, no *municipio*, entre a estação

³⁰ “[...] o objeto técnico é um ponto de encontro entre dois meios, o meio técnico e o meio geográfico, [...]” (SANTOS, 1996, p. 41).

³¹ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A revogação do dispositivo de imposto sobre os carros de bois. Caixa 264. Código 40. Ano: 1909.

da estrada de ferro e a cidade³², e vice-versa, e a Câmara Municipal, em sua informação, isto mesmo confirma, acrescentando que a razão da diferença na taxa entre os carros ferrados a chapa e os carros ferrados a pião é que estes, muito mais do que *aquelles*, estragam as estradas e as ruas, cuja conservação lhe incumbe manter. (ARCHIVO DO SENADO DE SÃO PAULO, 1909, p. 9)³³

A principal renda de Cajuru até o final do século XIX era o tributo sobre as mercadorias e a sua circulação no Oeste Paulista, principalmente sobre a região do Rio Pardo até o Sul de Minas. A mudança do centro econômico e o enfraquecimento no movimento mercantil em Cajuru, se justifica pelo deslocamento e inauguração da Mogiana na cidade de São Simão (1882), Cravinhos (1883) e, por fim, Ribeirão Preto (1883), pois esta nova estrutura de abastecimento cafeeira remodelou a dinâmica do escoamento, que passou a ser a linha férrea inaugurada em São Simão, no lugar das estradas de chão de Cajuru a Ribeirão.

Desta forma, o centro de gravidade exportadora foi transferido para Ribeirão Preto, tornando as estradas de terras obsoletas e inviáveis economicamente para manter o fluxo do escoamento do café. Como destaca Carlos Monti (2019), a ferrovia, que chegou a Ribeirão Preto em 1883, promoveu a relação mercantil entre São Paulo e o porto de Santos, trazendo os novos tempos do progresso e, com ele, a modernidade “[...] entre os anos de 1874 e 1910 mostra um aumento, durante esse período, de 504,3% no número de viagens, e de 991,8% na tonelagem de toda a navegação nacional e estrangeira, [...]”. (MONTI, 2019, p. 9).

Continua:

A cafeicultura, os imigrantes e a chegada da ferrovia, em 1883, contribuíram para um rápido crescimento: em 1886, eram 10.420 habitantes e, em 1900, já eram 59.195. Em quatorze anos, a população cresceu 568,09%. Nessa época, os negócios urbanos deveriam ser de grande rentabilidade: “[...] em 1890 o município possuía 186 estabelecimentos comerciais. Desses, 38,70% eram armazéns de secos e molhados, e 14,51% eram açougues; outros 14,51% vendiam tecidos, armarinhos [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 45).

De acordo com a Relatório da Companhia Mogiana, em 1891, a estação de Casa Branca exportava e importava maior número de mercadorias do que a estação de Ribeirão Preto. Essa dinâmica favorece Cajuru, uma vez que o escoamento de mercadorias que chegam e saem da região por Casa Branca passa pela cidade de Cajuru, que arrecada sobre o trânsito desta mercadoria pela região.

Martinho Prado Júnior destacou que a ponte entre Cajuru e Casa Branca, e na ponte da Maleitas, sobre o Rio Pardo, [...] põe em comunicação o centro com os mercados consumidores da

³² Grifo meu.

³³ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A revogação do dispositivo de imposto sobre os carros de bois. Caixa 264. Código 40. Ano: 1909.

província.³⁴ Em 1881 Martinho Prado Junior destacou que, mesmo após a inauguração da Companhia Mogiana em Ribeirão Preto (1883), as estradas de rodagem, até aquele momento cumpriam funções de suma importância para a manutenção do comércio no Oeste Paulista, com destaque a estrada entre Cajuru e Casa Branca:

A reconstrução da ponte é indispensável e da mais urgente necessidade, porque mesmo construída a linha férrea *Mogyana* até São Simão e Ribeirão Preto, ela é precisa para a comunicação de Cajuru, S. Sebastião do Paraíso, etc, com Casa Branca, único ponto provável de suas relações comerciais.³⁵

No entanto, essa conjuntura foi alterada e ao mesmo tempo mantida a partir do ano de, 1893 como revela a Tabela 4 – Exportação e Importação 1891 e 1897. Em 1913 Ribeirão Preto exportava 29.790.016 e importava 17.473.732 kg³⁶ em mercadorias – café, açúcar, couros, sal, algodão, borracha, bebidas, cereais, fumo, tecidos e tocinhos.

Devido ao desenvolvimento dos meios de transporte, as diferenças relativas entre centro de produção e áreas periféricas se modificaram a ponto de deixar de corresponder às distâncias naturais. Por exemplo, a ferrovia implantada em Ribeirão Preto no final do século XIX fez com que a localidade se tornasse mais próxima do litoral do que Cajuru – que exportava seus produtos através da estação de Casa Branca. Devido a essa mesma circunstância, a distância relativa entre os locais de produção – São Simão e Franca – e os grandes mercados foram alterados, o que explica a decadência de Cajuru e a ascensão de Ribeirão Preto, devido a mudança nos meios de transporte e de comunicação.

Assim, o desenvolvimento dos meios de transporte, acelerou a velocidade do deslocamento e, com isso, encurtou temporalmente a distância espacial. Em virtude deste encurtamento Ribeirão Preto passou a produzir mais, convertendo-se em um grande centro de produção e na direção de um mercado já existente. Essa configuração gerou a transição das condições espaciais e econômicas favoráveis para a cidade de Ribeirão Preto.

Flávio Saes (1940), ao analisar a composição do frete da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na tabela – 5 Evolução Tarifária 1874 – 1936, destaca que existia certas discrepâncias tarifárias entre as mercadorias, “[...] sendo que a tarifa de café ascende a mais do que o dobro do que as das outras mercadorias importantes para a estradas [...]” (SAES, 1940, p. 124).

³⁴ ACERVO ESTADÃO. Jornal Estado de São Paulo. Sábado, 8 de abril de 1883. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/santa+cruz+da+esperan%C3%A7a/Acervo/acervo>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

³⁵ ACERVO ESTADÃO. Jornal Estado de São Paulo. Sábado, 15 de setembro de 1881. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/santa+cruz+da+esperan%C3%A7a/Acervo/acervo>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

³⁶ Relatório da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e Navegação.

A evolução da taxa tarifária aponta que a produção de café foi determinante para elevar a arrecadação em locais com maior concentração de pés de café. Desta maneira, Ribeirão Preto se destaca em comparação a Cajuru e a outras cidades dos municípios, pelo alto número de cafeeiros e, conseqüentemente, maior arrecadação de impostos sobre o transporte, como visto na Tabelas 6, Distribuição do número de pés de café, considerados os 20 maiores produtores por município – 1924. Concomitantemente, a expansão do cultivo do café favoreceu a extensão das linhas férreas, assim como a manutenção das estradas de rodagem em locais fora do alcance das ferrovias.

As necessidades de intervenções, ao longo do tempo, na região de Cajuru e Ribeirão Preto, nascem de um problema intrínseco do próprio modo de produção regional, alcançando as localidades onde o lucro é maior. Essa necessidade de ampliação e prolongamento das malhas ferroviárias foram criados pelas exigências dos grandes cafeeiros da região, como Joaquim da Cunha Dinis Junqueira e Martinho Prado Junior.

Identifica-se essa articulação no relato de Martinho Prado em 1882.

A construção da ponte no lugar indicado, ponto de comunicação entre São Simão e Batatais, é de uma necessidade indelével, urgentíssima para toda a região do sertão, porque vai influir para fácil saída de gêneros mais próximos e convenientes a seus interesses. Esta estrada, sr. Presidente, serve a diferentes lugares da província e tem um percurso extraordinário. Não só interessa aos municípios de batatais e franca, parte do município de Cajuru e a todas as freguesias pertencentes a estes mesmos municípios, mas ainda interessa a uma grande zona da província de Minas, a província de Goias, como a uma grande parte da província de Mato Grosso.

Quando houve a pretensão de fazer a ponte para colocar em comunicação estas localidades, tendo em vista Porto Ferreira, ponto terminal da Companhia Paulista, influi a ideia de que toda aquela zona mandaria seus produtos por aquele lugar, porque V. ex. talvez não ignore que todos os pontos que não acabo de indicar, vindo por Batatais e São Simão e Porto Ferreira, a distância é menor em relação ao porto de Santos, do que procurando a estrada que passa por Cajuru e dá caminho para Casa Branca.

Foi levado por este pensamento que julga-se indispensável a ponte, mas foi por isto mesmo que a Assembleia, por ato de iniquidade, fez com que a Mogiana entendesse a sua linha férrea da cidade de Casa Branca a S. Simão, procurando cortar a frente da Companhia Paulista, o que deu em resultado um protesto enérgico e unanime daquela região, em relação ao ato da Assembleia, que não se baseou no interesse público, mas exclusivamente na vontade prepotente do eleitorado liberal [...]

A diferença vai de 85 quilômetros para cinquenta e tantos. Vê a [...] desvantagem comparativa das duas linhas, cumprindo notar que Campinas está mais distante de Casa Branca que Porto Ferreira 13 quilômetros.

Não só atendeu as necessidades da província, mas a política dos liberais de Campinas.³⁷

A arrecadação sobre transporte em Cajuru perdeu relevância após a inauguração da Mogiana, como é possível observar na Tabela 7 – Arrecadação sobre estradas e transporte em Cajuru. A alteração no cenário geográfico acelerou a acumulação de capital em Ribeirão Preto em detrimento da economia de Cajuru. Quanto mais se elevou a produção de café no interior paulista, mais as

³⁷ACERVO ESTADÃO. Jornal Estado de São Paulo. Domingo, 19 de fevereiro de 1882. p.4. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura#!/santa+cruz+da+esperan%C3%A7a/Acervo/acervo>. Acesso em: 17 de jun. 2020.

condições físicas de troca – os meios de transporte – se tornaram importantes para os custos de circulação. O que podemos observar na relação entre Ribeirão e Cajuru foi um processo de valorização das condições físicas de produção na medida em que intensificava o processo de acumulação.

As ferrovias tiveram um papel de destaque na reconfiguração espacial do interior paulista, se tornando o meio de transporte inter-regional mais eficiente, fazendo os antigos meios de transporte, como as estradas de rodagem, se tornarem obsoletas e inadequadas para atender as demandas da capital. A estrutura espacial, levando em consideração o desenvolvimento dos meios de transporte do final do século XIX e início do XX, atendeu a pressão e a expansão da plantação tropical moderna. Essa configuração projetou e consolidou as zonas centrais de produção no interior paulista, econômica, demográfica, política e culturalmente. A zona de Ribeirão Preto passou de 81.750 arrobas de café em 1854 para 2.366.599 em 1886, logo após a inauguração da Mogiana³⁸. Isso significa que, não foi o Mogiana que trouxe o café, mas que a alta produtividade de café e concentração fundiária demandou a extensão da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura espacial, tendo em vista as vias de comunicação do final do século XIX e início do XX, atendeu a pressão e a expansão do cultivo do café, uma vez que a concentração do cultivo de grãos em Ribeirão Preto proporcionou a acumulação de capital e atraiu os investimentos nas vias de transporte. As necessidades estabelecidas pela redução no tempo e na melhoria do transporte do café e de mercadorias regionais – café, açúcar, couros, sal, algodão, borracha, bebidas, cereais, fumo, tecidos e toichinhos – foram concretizadas pela instalação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro em Ribeirão Preto em 1883.

A partir desta conjuntura a reorganização do comércio no espaço geográfico de Cajuru, fez com que a cidade despontasse no cenário regional como um investimento de “risco”, uma vez que a vantagem de uma localização para a outra depende do custo do capital constante e variável, do transporte, do custo do capital que rende juros e da disponibilidade de uma ampla série de serviços de apoio. O que se criou após a inauguração da Mogiana em São Simão, em 1882, e em Ribeirão no ano de 1883, foi um novo centro de poder regional em detrimento da relevância geográfica de Cajuru e Casa Branca.

³⁸ Fonte: PERINELLI NETO, Humberto. Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854/ 1931). Franca/SP: Editora UNESP, 2009. Adaptado de: CAMARGO, José Francisco. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo, 1952. (p.116).

Em consonância com panorama histórico e geográfico traçado até aqui, a região de Cajuru e Ribeirão Preto se configurou como um espaço que atendeu diretamente o avanço do capital. As infraestruturas de transporte de matéria sobre o território, onde a topologia se organizou espacialmente, através de estruturas comerciais de rede de longo e curto alcance, a configuração do espaço regional foi definida pela circulação do capital e a formação de um centro de produção cafeeiro, neste caso Ribeirão Preto.

A expansão geográfica, em decorrência da acumulação de capital em Ribeirão Preto, correspondeu aos esforços da classe política e econômica – agrária – em criar oportunidades para transição do centro de gravidade espacial. O processo de acumulação gerou e expandiu a relação dos transportes com as estruturas de localização. No final de 1886 a Mogiana recebia a produção de Santa Rita, São Simão, Batatais, Ribeirão Preto, Casa Branca, Cajuru, Franca e Uberaba. O que determinou os pontos terminais da linha férrea foi a distância geográfica entre os ramais ferroviários, uma vez que a mobilidade do capital é favorecida pela velocidade de circulação.

Os domínios regionais urbanos e econômicos do período estudado dependiam de quatro propriedades fundamentais. O terreno físico próprio para o cultivo do café, como a terra roxa, no extenso território do interior paulista, atraiu tanto investimento público como privado, na implementação da plantação moderna de café. A dimensão das cidades com alto alcance regional, devido às redes multimodais, serviram de base para a acumulação de capital. O vigor da economia regional atraiu e possibilitou a concentração de uma nova classe fundiária disposta a investir na produção local. Por fim, a rede de transporte, herança do antigo sistema mercantil bovino, proporcionou a manutenção de estruturas econômicas em locais que os novos meios de transporte não alcançaram. Toda essa estrutura possibilitou uma reestruturação da economia regional no final do século XIX, com a inauguração da Mogiana.

A composição e a organização dinâmica geográfica desigual – Cajuru e Ribeirão Preto – do Sertão do Rio Pardo se originaram do aspecto contraditório do modo capitalista de produção e da plantação tropical moderna, associada à acumulação do capital e a grande propriedade privada. O desenvolvimento do capitalismo só foi possível no interior paulista e, fundamentalmente, na região de Ribeirão Preto e Cajuru, devido à expansão do seu modo de produção. Essa expansão foi proveniente da intensificação e expansão geográfica apoiada nos modos de produção antigos e, no caso da região de Cajuru e Ribeirão Preto, na estrada de rodagem proveniente do sistema mercantil do gado e da expansão bandeirante.

Esses processos foram as “muletas” das estruturas, da transição econômica e geográfica no Sertão do Rio Pardo. Concomitantemente, o desenvolvimento da comunicação e do transporte – inauguração da Mogiana em Casa Branca no ano de 1878 – transcorreram devido à esta configuração

geoeconômica de longa duração. A possibilidade advinda desta formação espacial proporcionou a formação de uma rede de comunicação estruturada sobre uma econômica fundamentalmente rural, atrelada a uma economia nacional exportadora de produtos agrícolas.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, Carlos Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis, (Orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo FFLCH/USP: Editora Humanista, 1999.
- BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.). *Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII e XIX*. São Paulo: Editora CERU, 1991.
- HARVEY; David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LAGES, Jose Antonio. *Ribeirão Preto: da figueira à barra do retiro – povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. São Paulo: Editora Nelpa, 2010.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.
- _____. *O Capital: crítica da economia política. Vol. II O processo de circulação de capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- _____. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.
- _____. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Editora HUCITEC/POLIS, 1998.
- MONTI, Carlo Guimarães. *A trama do crédito: entre o café e o consumo conspícuo em uma loja de Ribeirão Preto – 1891 e 1892*. Pará: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019.
- MORAES, Antonio Carlo Robert; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica: a valorização do capital*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- PERINELLI NETO, Humberto. *Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854/1931)*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2009.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Um baiano “nas terras do café”: Joaquim Macedo Bittencourt, poder e urbanização em Ribeirão Preto/SP (1892 -1920)*. Curitiba/PR: Editora CRV, 2016.
- SANTOS, Marcos Antônio dos. Cajuru e Santa Cruz da Esperança: a sociedade comercial do interior paulista. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 05, pp. 148-183. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/sociedade-comercial>

SANTOS, Milton. *A cidade como centro da região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Bahia: Editora Progresso, 1959.

_____. *Natureza do Espaço: técnica e tempo*. Razão e Emoção. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2011.

_____. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

Tabela 1 – Impostos comerciais no final do século XIX em Cajuru.

Impostos sobre:	Maio 1874	Fevereiro 1880	Dezembro 1881	Junho 1882	Junho 1883	Janeiro 1887	Novembro 1888	Total
Negociantes	120\$000	460\$000	235\$000	250\$000	250\$000	1:500\$00	1:500\$000	4:315\$000
Mascates	-	15\$000	-	-	50\$000	440\$000	220\$000	725\$000
Carros	-	211\$200	69\$000	17\$000	50\$000	30\$000	50\$000	427\$200
Estradas	115\$000	180\$000	50\$450	100\$000	100\$000	-	-	545\$450
Gado	16\$000	50\$000	34\$000	54\$000	60\$000	100\$000	80\$000	394\$000
Arrecadados	251\$000	916\$200	388\$450	421\$000	510\$000	2:070\$000	1:850\$000	6:406\$650

Fonte: SANTOS, Marcos Antônio dos. Cajuru e Santa Cruz da Esperança: a sociedade comercial do interior paulista. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 05, pp. 148-183. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/sociedade-comercial>. Página 160.

Tabela 2 – Receita municipal da vila de Ribeirão Preto 1882 a 1886

Receita	1882/1883	1883/1884	1885/1886
Sobre lojas e armazéns	1:000\$000	1:385\$000	3:000\$000
Aguardente	300\$	200\$000	900\$00
Boticas, bilhares e hotéis	100\$	90\$000	189\$000
Pastos	30\$	50\$000	90\$000
Engenhos e máquinas de café	180\$	138\$000	300\$000
Espectáculos	-----	-----	-----
Jogos lícitos	-----	50\$000	50\$000
Açougues	200\$	50\$000	24\$000
Mascates	480\$	50\$000	120\$000
Indústrias e profissões	-----	-----	95\$000

Novos impostos	150\$	240\$000	300\$000
Multas e licenças diversas	550\$	180\$000	150\$000
Café	-----	-----	1:200\$000
Total	2:890\$000	2:395\$000	6:418\$000

Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo. Prestação de contas. Orçamentos de 1882, 1883, 1884, 1885 e 1886. Identificador: 9572. Caixa: 215. Página: 2. Código: 39. Identificador: 9633. Caixa: 219. Página: 2. Código: 39. Identificador: 8807. Caixa: 229. Página: 3. Código: 39.

Tabela 3 – Receita municipal da vila de Cajuru Janeiro 1887 e novembro 1888.

Impostos sobre:	Janeiro 1887	Novembro 1888	Total
Aguardente	384\$000	388\$000	772\$000
Negociantes	1:500\$000	1:500\$000	3:000\$000
Estradas e carros	30\$000	50\$000	80\$000
Afiliação	100\$00	100\$000	200\$000
Olarias	120\$000	120\$000	240\$000
Engenhos de aguardente	100\$000	100\$000	200\$000
Engenhos de rapaduras	150\$000	150\$000	300\$000
Engenhos de terras	80\$000	80\$000	160\$000
Cortes de capados	300\$000	200\$000	500\$000
Cortes de gado	100\$000	80\$000	180\$000
Botica	60\$000	-	60\$000
Café fumo e outros gêneros	2:000\$000	2:000\$000	4:000\$000
Mascates	440\$000	220\$000	660\$000
Máquinas	90\$000	90\$000	180\$000
Médico	20\$000	-	20\$000
Cemitério	320\$000	-	320\$000
Multas	200\$000	200\$000	400\$000
Bilhar	20\$000	-	20\$000
Artistas	30\$000	30\$000	60\$000
Arrecadados	5:864\$000	5:308\$000	11:172\$000

Fonte: SANTOS, Marcos Antônio dos. Cajuru e Santa Cruz da Esperança: a sociedade comercial do interior paulista. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 05, pp. 148-183. Janeiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/sociedade-comercial>. Página 160.

Tabela 4 – Exportação e Importação 1891 e 1897

Estações	Ano	Exportação por Kg	Importação por KG	Total
Casa Branca	1891	3.568.526	1.643.9110	5.212.436
Ribeirão Preto	1891	1.939.859	2.313.557	4.253.416
Casa Branca	1893	3.782.020	3.194.677	6.976.697
Ribeirão Preto	1893	10.283.955	6.136.216	16.420.171
Casa Branca	1896	2.299.789	3.946.139	6.248.828
Ribeirão Preto	1896	14.448.156	10.464.732	24.912.888
Casa Branca	1897	2.519.214	3.110.152	5.629.366
Ribeirão Preto	1897	16.545.154	15.485.292	32.030.446

Fonte: Relatório da Companhia Mogiana de 1891 a 1897

Tabela 5 – Evolução Tarifaria 1874 – 1936

Tarifas para transporte	1874	1900	1936
Café	100,00	139,80	223,40
Gêneros Alimentícios	100,00	75,00	140,00
Animais	100,00	152,72	254,54
Madeiras	100,00	140,00	291,66
Variação de Taxa de Câmbio	100,00	272,04	627,95

Fonte: Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). Faleiros (1999).

Tabelas 6 – Distribuição do número de pés de café, considerados os 20 maiores produtores por município – 1924

Município	Até 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 500.000	500.001 a 1.000.000	1.000.001 e mais
Cajuru	6	8	6	0	0
Ribeirão Preto	--	--	5	11	4
Cravinhos	--	--	13	5	2

Fonte: BACELLAR, Carlos Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis, (Orgs.). Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo FFLCH/USP: Editora Humanista, 1999. P.128.

Tabela 7 – Arrecadação sobre estradas e transporte em Cajuru

Arrecadação dos Impostos:	1877	1879	1882	1883
Sobre estradas	115\$000	120\$000	79\$530	80\$000
Sobre carros	-----	-----	79\$00	77\$000

Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo. Prestação de contas. Orçamentos de 1877, 1879, 1882, 1883. Cx. 218, 242, 238, 226, 221, 205, 201, 157. Elaboração própria.

TROPICÁLIA: A POLÍTICA DENTRO DO MOVIMENTO E SUA DIFICULDADE DE EXPRESSÃO

TROPICÁLIA: POLITICS WITHIN THE MOVEMENT AND ITS DIFFICULTY OF
EXPRESSION

Ana Catarina Andrade Benevides de Pinho¹

Resumo: O estudo do tema foi realizado com objetivo de análise da política como mensagem nas músicas do Movimento Tropicalista, utilizando como fontes obras de Roberto Schwarz, Celso Favaretto e Gilberto Vasconcellos. Observando seu período sociocultural e as mudanças acontecidas na cultura brasileira dos anos 60 o estudo parte então para refletir sobre o movimento, suas ações e musicalidade e como a mesma se espalhava e influenciava a população em seu alcance. Pretendendo, então, obter resultados relevantes para compreensão da Tropicália na política brasileira de sua época e nos numerosos atos políticos da oposição no ano de 1968, que influenciaram e moldaram a oposição brasileira dos anos posteriores.

Palavras-chave: Tropicalismo; sociopolítica; cultura.

Abstract: The study of the theme was carried out with the objective of analyzing politics as a message in the songs of the Tropicalist Movement, using as sources works by Roberto Schwarz, Celso Favaretto and Gilberto Vasconcellos. Observing its sociocultural period and the changes that took place in the Brazilian culture of the 60s, the study then sets out to reflect on the movement, his actions and musicality and how it spread and influenced the population in its reach. Intending then to obtain relevant results for understanding the Tropicália in the Brazilian politics of its time and in the numerous political acts of the opposition in the year 1968 that influenced and shaped the Brazilian opposition of later years.

Keywords: Tropicalism; sociopolitics; culture.

¹ Graduada em Licenciatura Plena pela Universidade Católica de Pernambuco. Pós-graduanda pela Faculdade Unyleya em História da Arte.

INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo *Tropicália: A política dentro do movimento e sua dificuldade de expressão* é de explorar seu tema central, qual seja, a defasagem e a problemática das mensagens políticas no Movimento Tropicália de 1967 - 1968 e, além deste, apresentar aspectos fundamentais e perspectivas fundadoras desse movimento musical. O movimento tão relevante cultural e socialmente tem em seu discurso uma mensagem política defasada, que faz surgir em torno de si debates sobre sua funcionalidade e efetividade na vida do cidadão comum nos anos 60. Bem como atraindo atenção sobre seus aspectos sociais e musicais, que o diferenciam e exaltam dentre outros movimentos brasileiros abundantes em mensagem.

O texto tem seu fundamento na obra de Roberto Schwarz no livro *O Pai de Família e outros estudos* onde se encontra o artigo *Cultura e Política, 1964-1969*, publicado somente em 1978, com notas do autor que falam sobre sua visão equivocada à época em relação ao tema (Schwarz, 1978. p. 61). Todavia, é possível retomar o pensamento fundamental do autor em sua crítica ao tropicalismo se utilizando de outras obras como *Música Popular: de olho na fresta* (1977) de Gilberto Vasconcellos e *Tropicália, Alegoria, Alegria* (1979) de Celso Favaretto. Em ambas é possível encontrar oposição e base para o pensamento e crítica principal deste texto, partindo de diferentes aproximações teóricas ao tema, oferecendo maior estabilidade para o desenvolvimento do pensamento apresentado.

Considera-se a necessidade de apresentar de maneira completa as perspectivas e situações socioculturais e políticas da época, para que com este entendimento, seja possível se adentrar em um debate mais profundo sobre a civilidade do movimento, deveras urbano em sua politicagem e, também, utilizador de seu passado, que não só a ele não pertence como também não o reflete (Schwarz, 1978, p. 75), utilizando-o como arma em sua musicalidade.

A musicalidade do Movimento Tropicalista é seu aspecto mais conhecido, logo, mais debatido, sendo também o tema central do presente artigo. Entretanto a perspectiva abordada tem como objetivo levar à luz do debate a funcionalidade dessa mensagem política presente nas músicas tropicalistas, expondo as artimanhas e a novidade de suas letras e como os fatores líricos e sonoros afetaram a cultura brasileira e a mensagem em suas músicas.

Assim tem-se como intenção apresentar ao leitor o debate e instigá-lo a refletir sobre a política dentro da musicalidade brasileira, em específico da musicalidade do Movimento Tropicalista. Temas sociais e políticos dentro de obras artísticas exigem do consumidor entendimento e desenvoltura sobre o suposto tópico, tornando-se assim um objeto dentro da arte, que existe longe do grande público, perdendo desta forma sua mensagem política e, assim, seu propósito do mesmo. Partindo desta

perspectiva, abordaremos a falta de visibilidade e a fragilidade política, que existe dentro da Tropicália, para seu imensurável público.

O QUE É CULTURA?!

A cultura enquanto conceito antropológico está relacionada a um conjunto de crenças, tradições e costumes de um grupo social específico. A cultura de um povo é seu patrimônio, passado adiante através de comunicação, espelhamento ou imitação e a mesma mantém, não imutáveis, mas fixados valores, crenças, atitudes, linguagem, hierarquia etc. A Tropicália enquanto movimento cultural, contém em si aspectos populares e eruditos que fazem da mesma um movimento cultural de massas, esse sendo produzido não somente pelo povo ou pela elite, mas construídos como resultado da influência da indústria cultural e, especificamente para a Tropicália, dos aspectos sociopolíticos de sua época.

Segundo Alfredo Bosi, o sistema capitalista tecnoburocrático, como o resultado da emergência da classe tecnoburocrática e a resiliência do capitalismo, busca agrupar de um lado instituições como Universidades e meios de comunicação de massa e, colocar fora das instituições a cultura criadora, a cultura popular. É uma complexa tentativa determinar de que lado o tropicalismo está nessa dualidade, pois segundo Bosi as instituições não são fixas ou imutáveis e, também, pela complexidade do tropicalismo enquanto movimento, pois, a sua formulação heterogênea o faz ser a instituição e as culturas que estão posicionadas como discordantes; é de certa maneira sempre o objetivo do Movimento estar dos dois lados de uma mesma situação, sendo ele, sempre, maior que ambos ou que qualquer situação imposta pela sociedade ou pensamento acadêmico.

Com o pensamento das Instituições de Bosi e suas culturas discordantes, é possível refletir sobre a sucinta, mas substancial, definição de cultura feita por Peter Burke, que reflete sobre cultura e o seu significado com o passar do tempo se estabelecendo até hoje como palavra que se refere a uma ampla gama de artefatos e práticas (Burke, 2005. p. 26). É possível determinar a partir desta definição, uma grande sucessão de culturas, incluindo uma de massas, uma popular, uma erudita etc. Porém, além disso, retornando a Bosi, também uma cultura europeia e uma cultura não europeia, com sua influência na cultura de países colonizados. Desta maneira, é interessante a reflexão sobre a influência europeia e a não europeia, como também americana, que existem dentro da Tropicália e como sua fusão a uma musicalidade brasileira é um impasse no pensamento cultural, pois, apesar de se encaixar na cultura de massas, o movimento transgride outras definições necessárias como a acadêmica e do estudo da Cultura e da sociedade, novamente, mostrando-se maior que definições pré-estabelecidas.

A MUDANÇA NA CULTURA NOS ANOS 60

As mudanças no estilo de vida dos anos 60, através do processo de industrialização e avanço do capitalismo, foram acompanhados por manifestações culturais que ganhavam um tom cada vez mais político. As formas de arte que se encontravam dentro de um sistema contraditório, agora com o crescimento e avanço desse mesmo, conseguiam ganhar cada vez mais audiência e público, tornando-se voz de uma parcela da sociedade.

Com o processo de amadurecimento da racionalidade capitalista, com a sobreposição da individualidade pelo trabalho, a arte se torna um produto com processos burocráticos e objetivos de lucro que buscavam encontrar seu público. O processo de industrialização da cultura se torna também o processo de massificação da mesma, seguindo uma lógica de alargamento e pluralidade do público consumidor.

Esse público, agora diverso, passou a ser ligado e determinado por fatores como a escolaridade local e, especialmente, o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa das localidades. A década de 60 era ainda período de transição entre o rádio e a televisão, que só se consolidou no país como principal meio de comunicação em massa na década de 70.

O público era agora formado por cidadãos que tinham ascendido socialmente, que eram intelectualizados, graduados, com desejo de acompanhar a contemporaneidade em todos os seus aspectos, levando ao consumo dessa nova arte e à utilização da nova tecnologia. É possível observar nesse grupo, por exemplo, como essa nova música política e capitalista alcançava os seus grupos de desejo. Todavia, o público também era formado por analfabetos funcionais, que permanecem até o século XXI, distantes e distanciados dos acessos à cultura e contemporaneidade que essa cultura racionalizada e democrática exigia.

A arte já não é mais instrumento de domínio intelectual, já não poderá mais ser usada como algo supremo, inatingível, prazer do burguês tomando whisky e do intelectual especulativo. Só restará da arte passada o que puder ser apreendido como emoção direta, o que conseguir mover o indivíduo do seu condicionamento opressivo, dando-lhe uma nova dimensão que encontre uma resposta no seu comportamento. - Hélio Oiticica (Napolitano, 2021. p. 63)

Aconteceu, especialmente na segunda metade do século, a profissionalização de carreiras autônomas, sendo isso um processo de institucionalização de profissões liberais. Esse processo de institucionalização aumenta a perspectiva política dessa nova fase cultural, uma fase que envolvida na política e no ambiente sociocultural posterior a 64, passa a não separar o processo de massificação cultural do pensamento de democratização da cultura.

A cultura massificada e comercializada dos anos 60 cria, em seu processo de transformação e ascensão, símbolos e uma lógica na indústria cultural brasileira. Essa que com as desigualdades e amplitudes da sociedade brasileira se multiplicam e se ressignificam nos diversos estratos sociais

criando assim, neste novo e ascendente mercado, diferentes símbolos para diferentes categorias que se classificavam e se dividiam em braços ainda mais longos.

CONTEXTO HISTÓRICO

Para estudar um movimento como o tropicalismo no período em que o mesmo se inicia é necessário compreender o seu passado e o seu presente político, para que seja possível visualizar o Movimento Tropicália em sua total complexidade, indo além de críticas e apontamentos entendendo apesar de quaisquer adversidades sua importância e relevância.

O golpe militar aplicado em 31 de março de 1964 é composto por uma heterogeneidade de grupos e pensamentos que se unem ao sinal, mesmo que longínquo, das “Reformas de Base” de João Goulart. O pensamento do desaparecimento de um sistema latifundiário e dominado pelo capital estrangeiro gerou muito medo e muitas dúvidas neste grupo populacional que se uniu contra as reformas. Com isso os direitistas burgueses trabalham o medo da população de forma extraordinária, deixando sem respostas questionamentos como, "haverá guerra?", ou “o catolicismo será perseguido?”.

Para administrar a paz para essa população, resolver e amenizar as alusões feitas por Jango, foi eleito, já dentro do golpe, através de eleições indiretas no Parlamento, o general Castelo Branco - de onde vem a linha ditatorial dos "castelistas". O mesmo assume o poder como um moderador, entretanto, era também ele que já estava sob decreto do Ato Institucional Nº1, liderado pelo autodenominado Supremo Comando da Revolução (SCR). O Ato dava ao presidente poderes de exceção, como cassar mandatos e suspender direitos políticos.

A cassação passa a ser uma constante no seu governo e o mesmo se utiliza dos seus poderes para, também, prolongar o seu mandato até 15 de março de 1967. É no ano de 65, entretanto que Castelo, após resultados não satisfatórios nas eleições diretas para governador, edita os Ato Institucionais Nº 2 e Nº3 e fecha temporariamente o Congresso Nacional. É no governo castelista também onde é fundado o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) que passa a espionar a sociedade e punir todos aqueles que, pressupostamente, estivessem cometendo crimes contra a democracia e/ou infringindo os direitos humanos. É a partir desse ano que, com auxílio do SNI, passa a acontecer um fortalecimento da repressão, já exercida pelo governo, à intelectualidade e aos movimentos culturais e estudantis, sendo dessa maneira mais um elemento de repressão que afetará posteriormente com grande intensidade o Movimento Tropicalista e afeta naquele instante movimentações culturais já existentes, como a Canção Protesto.

O tropicalismo não está diretamente ligado ao Movimento Estudantil, maior força de protestos que temos durante a ditadura militar, mas, como toda a esquerda do momento, ambos se baseavam

no pensamento de que a repressão aplicada em um grupo atingia a todos os que compunham a oposição. É, também, nas grandes passeatas e protestos organizados pelo movimento onde podemos ver a atividade política de muitos tropicalistas como Gilberto Gil e Caetano Veloso. Em 1968, já no governo de Costa e Silva, há a consolidação de uma modernização conservadora, trazendo assim ao Brasil uma cultura tradicional nacional-estatista.

Havia uma oposição moderada e pró democrática dentro dos grandes centros urbanos - das quais o MDB fazia parte - assim como outros antigos partidos, como por exemplo o PCB, além de intelectuais de esquerda. Todavia, havia também um movimento dentro da esquerda que era pró democrático radical, que contava com o Movimento Estudantil e até sendo defendido por setores da Igreja Católica, que se mobiliza bastante após a morte de Edson Luís, estudante assassinado por Policiais Militares durante confronto no restaurante Calabouço. Esses grupos radicais liderados por organizações revolucionárias de esquerda só queriam a derrubada da ditadura, não importa como fosse o depois, já que a visão que se tinha era de que havia uma explosão social iminente, o que faria então explodir uma revolução.

Os partidos de esquerda hegemônicos antes do golpe, o PTB e o PCB, estavam completamente batidos e desmoralizados. Assim, os movimentos que surgiam tendiam a se agrupar em torno de propostas radicais, de luta aberta contra o regime. Compartilhando esta fórmula, abriram-se diversas estratégias revolucionárias. [...] Pela sua determinação e ousadia, militantes destas organizações assumiram a hegemonia e o controle das organizações estudantis, evidenciando distintas vertentes. (Reis, Daniel Aarão, 2014, p. 92)

Todas as oposições, ME, MDB, Movimentos Culturais (Tropicalistas entre eles) estiveram múltiplas vezes nas ruas no ano de 1968. No primeiro semestre houve a morte do estudante Edson Luís e uma série de manifestações pacíficas se seguiram. Inicialmente elas foram tratadas também pacificamente pelo governo, como por exemplo, a Passeata dos Cem Mil onde estiveram presentes diversas figuras formadoras da Cultura Brasileira, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda, Edu Lobo, Milton Nascimento, Nara Leão etc. A partir do segundo semestre, com a radicalização das passeatas, como resposta à violência do governo, a polícia passa a atirar para ferir e possivelmente causar morte entre os protestantes, que variam entre padres, estudantes e donas de casa. É neste momento que é instaurado o Ato Institucional Nº5, em dezembro, "com o fechamento por tempo indeterminado, do Congresso Nacional, e uma nova fornada de cassações e prisões numerosas de artistas e intelectuais" (Reis, 2014, p. 93)

É desta situação sociopolítica em que a “modernização, libertadora e nacional passa a forma de submissão” (Schwarz, 1978, p.74) que surge o tropicalismo revolucionário e “libertador” que vem como forma de resposta a essa submissão imposta, com sua modernização e com seu resgate de tradicionalidade e ancestralidade, criando assim sua própria alegoria com essa sequência de

anacronismos e subversões afetando diretamente tanto a produção cultural como a produção e criação de determinadas partes de grupos pensantes e revolucionários de sua época.

TROPICÁLIA

A tropicália enquanto movimento sociocultural é mais complexo e dúbio do que a Canção Protesto, sua antecessora no cenário musical do que seria a Música Popular Brasileira. Foi na música tropicalista onde os problemas sociais da época, que eram retratados na Canção Protesto ou em outras, de forma trágica e agressiva, passaram a ser retratados e falados através de uma narrativa que os misturava com o cotidiano da vida dos jovens de classe média, perdendo assim a tragicidade e agressividade que amedrontava a população. Esse era o perfil do movimento levado adiante para apresentar suas problematizações, em um processo de construção que, segundo Celso Favaretto, lembra as montagens eisensteinianas com suas letras, sons, ruídos, palavras e gritos sincronizados (Favaretto, 1979), temos então o perfil das características estéticas do movimento.

O tropicalismo, com suas alegorias, dá à sua musicalidade e às suas letras aspectos diferentes e até ambíguos para o mundo e para o Brasil, que passava pela ditadura militar em seus primeiros anos e que determina o processo, o pensamento e o que a música passa a significar desde 1964. Um movimento que surge como resposta ao golpe militar e que também se estabelece durante o mesmo, se tornando assim grande influenciadora das produções culturais posteriores, graças à sua revolução artística. O movimento surge também no período que se inicia em grupos revolucionários os pensamentos e as ações relativas à independência cultural estrangeira na produção cultural, sendo essa uma de suas grandes marcas para os períodos posteriores ao seu surgimento e declínio.

O tropicalismo é descrito por tantos - Robert Schwarz em *O Pai de Família*; Gilberto Vasconcellos em *Música popular: de olho na fresta* (1977); Celso Favaretto em *Tropicália: alegoria, alegria* (1979) - e em tantos momentos, como *Absurdo*, sendo acima de tudo livre de qualquer amarra musical ou ideológica, sendo esta sua miséria para alguns e sua maravilha para outros. O problema do tropicalismo, segundo Heloísa Buarque de Holanda é “[...] não saber se a revolução brasileira deve ser socialista, proletária, nacional-popular ou burguesa[...]” (Hoisel, 1994. p. 53).

Esse absurdo, baseado sempre em suas alegorias e na problemática apresentada pela autora, nos deixa com um movimento sociocultural e sociopolítico que não sabe ser revolucionário no âmbito político, enfraquecendo sua mensagem que com seus floreios e poesias faz afirmações, mas não proporciona reflexões para seus ouvintes, que devido às situações da época eram majoritariamente pequenos burgueses letrados.

O absurdo que é o tropicalismo explicado, utilizado e remoldado por tantos é sempre, em todas as suas facetas, sustentado pela alegoria. A alegoria enquanto recurso, segundo Evelina Hoisel,

1994, é “[...] visão fragmentada da realidade [...]”. A heterogeneidade do tropicalismo é formada por todos esses fragmentos de oposição junto ao objeto que está sendo colocado em contraponto, tornando esse gênero artístico e sociopolítico, um caleidoscópio de sua época. Todavia, o Brasil enquanto *absurdo*, traz no peso do significado de suas palavras um esvaziamento da tropicália enquanto movimentos, pois se encontra nesse absurdo uma sociedade aprisionada e um movimento cultural e político esvaziado da luta de classes, sendo esta a maior arma que este poderia ter em um momento ditatorial.

O movimento tem suas forças no fato da produção musical revolucionária ser sozinha um ato político. Ele se inicia político quando se lança ao mundo enquanto movimento, em 1967, no Terceiro Festival de Música Popular da TV Record na cidade de São Paulo. Onde, pela primeira vez, segundo Celso Favaretto, apresentar uma canção foi insuficiente para sua avaliação, pois foi necessário explicá-la aos avaliadores para que sua complexidade fosse compreendida. O ano de 67, faz com que o movimento comece no auge da hegemonia cultural da esquerda dos anos 60, pois somente em dezembro de 1968, após a grande mobilização dos grupos estudantis e o começo da guerra armada, é que uma repressão cultural efetiva passa a acontecer como resultado também do famoso “golpe dentro do golpe”, aplicado pela linha dura nos castelistas.

A Tropicália depois de sua apresentação, introdução e envolvimento com a cena cultural brasileira, irá passar a ser definida assim como foi a obra-ambiência *Tropicália* de Hélio Oiticica em 1969: “tropicália é um tipo de labirinto fechado, sem caminhos alternativos para saída [...]” (Napolitano, 2021. p. 64). A partir desta longa definição sobre Tropicália, Caetano Veloso passa a dizer que a tropicália é a cultura do Brasil, enquanto eles tentam descobrir o que o Brasil é.

As músicas *Alegria, Alegria* de Caetano Veloso e *Domingo no Parque* de Gilberto Gil são cheias desse novo som, de novos artistas que são desconhecidos (Os Mutantes) e que trazem também à MPB formas de cultura que eram usualmente rejeitadas pelas elites, eles trazem um aspecto muito forte de ruptura. A simples introdução da guitarra elétrica nos acompanhamentos de *Alegria, Alegria* e *Domingo no Parque* desencadeia a hostilidade contra Caetano e Gil, como se a integridade da música brasileira estivesse sendo atacada (Favaretto, 2012. p. 18).

Essa mobilização e revolta acontecem em cima da perspectiva da modernização e ou alteração do que seria a música brasileira, quando parte desta revolta estava direcionada a sons brasileiros esquecidos por essa população já que o mesmo não lhe apetecia. É necessário também levar em consideração o momento político em que o tropicalismo estava submetido e compreender como as mudanças nas formas de expressão cultural brasileira acabavam tendo espaço para serem mal vistas e ou mal interpretadas por seus ouvintes, influenciados também por seu governo fascista.

Essa novidade musical era, acima de tudo, o símbolo de um novo movimento cultural que se expandia das amarras culturais de uma esquerda que tinha sido derrotada em 64, mas que permanecia reinante em sua hegemonia cultural. Segundo Gilberto Vasconcellos, o tropicalismo:

crítica à musicalidade do passado e crítica ao miúdo engajamento da canção protesto. Reveste-se por outro lado, de dupla determinação: surge como uma reação aos acontecimentos de abril de 64, ao mesmo tempo em que transcende o novo quadro político-institucional implantado no país. Do ponto de vista cultural, ela significa a primeira formulação, ao nível da MPB, da deglutição estética estrangeira e a consequente superação do tradicional nacionalismo musical. E mais ainda: surge como um ponto nevrálgico musical à compreensão da dependência cultural. (Vasconcellos, 1977. p. 45.)

Partindo do comentário do autor é possível ter uma visão geral crítica do tropicalismo e da realidade em que o mesmo se colocava. O mesmo nesta sua situação e realidade, se opunha à esquerda e à direita, mas não estava no centro de lugar algum. Segundo citação encontrada em artigo de Fabiana Pereira: “o veículo é moderno e o conteúdo é arcaico, mas o passado é nobre e o presente comercial; por outro lado o passado é inócuo e o presente autêntico etc.” (Pereira, 2006. p. 695)

Toda essa versatilidade musical traz ao mundo uma canção com musicalidade e letras complexas, cheias de nuances, sarcasmos e ironias que, para alcançarem algum objetivo político, precisam ser escutadas com atenção e cuidado pelo ouvinte, para que seja possível esta mensagem chegar até ele. Tomando como exemplo a música *Tropicália* de Caetano Veloso, escrita e interpretada por ele, com sua introdução fazendo comentários sobre a chegada de Pero Vaz de Caminha e a carta que o mesmo escreve e envia para o Rei Dom Manuel falando sobre o achamento do Brasil. Com índices sonoros cheios de:

ruídos / sons de selva, pássaros / bichos / falação impostada /debochada improvisada; a orquestração mistura naipes eruditos (sopros e cordas) com instrumentos folclóricos (viola caipira, bongôs, agogô e triângulo) /anticlímax grandiloquente, canto declamatório; baião no refrão; citação da pilantragem em ‘porém’ no comentário da MPB (Oliveira, 2019. p. 9)

Em sua letra a música fala “organizo o movimento” sendo este o movimento de oposição; “o monumento não tem porta/a entrada é uma rua antiga/estreita e torta” uma menção clara, para os que conhecem, à obra-ambiência *Tropicália* de Hélio Oiticica; o verso: “ele põe os olhos grandes/sobre mim” podendo ser uma alusão ao SNI. Entretanto, mesmo com todas essas nuances a música não é claramente crítica, nem claramente política, deixando assim um vazio de significado que necessita ser preenchido pelo ouvinte e o mesmo, como não tem essa obrigatoriedade, não toma para si o dever.

É necessário ter em memória que o acesso a informações é na atualidade de extrema facilidade, logo é possível para nós conhecermos nossos artistas e assim conhecermos suas visões políticas e sociais. Porém, em 1968 era necessário conhecê-los por suas músicas, existiam em menor escala entrevistas de rádio ou televisão, seus momentos em cima do palco de festivais, sua aparição em passeatas ou protestos sendo noticiadas eram também mais difíceis de se encontrar ou saber, logo era hermético encaixar as politicagens em suas letras e seus sons.

Em músicas como *Alegria, Alegria* de Caetano Veloso, interpretada e composta por ele e apresentada ao mundo no Terceiro Festival de Música Popular da TV Record na cidade de São Paulo, é possível encontrar versos como “por entre fotos e nomes/sem livros e sem fuzil/sem fome, sem telefone/no coração do Brasil” e palavras como crimes, guerrilha; bombas, fuzis expressando violência, temeridade, insegurança. Adicionando a isto, uma sonoridade cheia de dicotomia nunca vista antes no Brasil, com suas marchinhas com uma guitarra elétrica é claro e fácil de se entender o significado e o peso da canção.

Todavia, a mesma não fala de luta ou de revolução, ela fala de uma resistência individual do cidadão onde o mesmo continua seguindo em frente cada dia, se tornando também de certa maneira, uma canção fracassada em um discurso político amplo e arrebatador. E este fato, se dá também pela exclusão do "povo" no discurso tropicalista, que acontece como meio do seu distanciamento da "canção protesto" que os músicos e pensadores da época enxergavam como propagadora de uma de esperança sem fim, por razão dos discursos políticos feitos em suas canções.

Segundo Schwarz, o tropicalismo combina a política, suas falas e canções, a uma “coletiva de exibicionismo social” (Schwarz, 1978, p. 74) levando, assim, essa mensagem social pequena e média burguesa aos olhos do público geral e faz isso se movimentando entre uma crítica social e política e estando também, recorrentemente se utilizando de uma musicalidade que faz mais sucesso nas grandes capitais estabelecendo assim sua relação com o mercado. No tropicalismo é homogênea a pessoa do músico e a pessoa do produtor, no sentido de que é nesta homogeneidade esquerdista que as músicas alcançam um nível musical tão inovador e que se torna revolucionário, e que consegue alcançar rádios e televisões mesmo espalhando esta visão sociocultural derrotada. A Tropicália não se vende para alcançar os veículos de comunicação, todavia não o faz pois não é rotineiro que seus artistas ou produtores tenham inícios conturbados ou dificultados pelas situações cotidianas.

Esta indiferença, este valor absoluto do novo, faz que a distância histórica entre técnica e tema, fixada na imagem-tipo do tropicalismo, possa tanto exprimir ataque a reação, quanto o triunfo dos netos citadinos sobre avós interioranos, o mérito irrefutável de ter nascido depois e ler revistas estrangeiras. (Schwarz, 1978, p. 75)

O tropicalismo é, com todas as suas canções e atos semipolíticos, um indicativo de classe, que “não se passa do particular ao universal, mas de uma esfera a outra” (Schwarz, 1978, p. 75-76). Entretanto, este sendo um avanço ainda carrega em si o absurdo e a alegoria do tropicalismo, que carrega em si uma falta de certeza e de direção da mensagem da tropicália de 1967-68 pois para esta, estudada aqui, a justaposição é essencial para seus efeitos artísticos e enfraquecedora de seus efeitos políticos, a aberração que é a alegoria do absurdo é o que a faz ser a tropicália que não tem certeza do que é enquanto se faz o que conhecemos.

CONCLUSÃO

O presente texto buscou compreender a vastidão e complexidade do Movimento Tropicalista, sem deixar de levar em conta sua importância e relevância para a historicidade da Música Popular Brasileira, apresentando a situação sociopolítica do mesmo em relação às mudanças que a cultura brasileira sofreu nos anos de 1967/68, compreendendo o movimento, entendendo suas origens e membros fundadores, suas finalidades e objetivos nos primeiros momentos.

Abordando pontos como a cultura e as mudanças culturais de sua época, mais a apresentação do contexto político e social, apresentamos uma síntese dos fatores necessários para analisar e julgar a Tropicália compreendida dentro do seu período histórico, gerando desta maneira uma série de inferências sobre a mensagem política dentro da lírica do movimento.

Dentre os fatores apresentados como foco do artigo se sobressai a falta de expressão política nas letras das músicas da Tropicália, apesar de sua lírica e poesia revolucionárias, demonstrando como a mensagem do Movimento era precária e, possivelmente, não compreendida em sua totalidade pelos cidadãos comuns de seu período histórico. O absurdo que é o tropicalismo transita entre suas ações semipolíticas e sua influência cultural de maneira magistral, fazendo o movimento alcançar a atualidade com o peso revolucionário que tem. Mesmo que não tenha em suas letras as mensagens políticas proferidas pela esquerda revolucionária de sua época, com suas mensagens subjetivas escondidas em sua musicalidade, o movimento tropicalista é um fenômeno marcante ainda hoje na MPB.

Analisar a Tropicália no ponto de vista usado neste artigo, é abrir o espaço para uma série de argumentos que corroboram e/ou discordam das críticas apresentadas. Sempre levando em consideração a importância dos diversos movimentos socioculturais e políticos da época, em específico quanto à musicalidade da Tropicália, o artigo buscou fazer uma análise crítica, acarretando num pensamento baseado em autores que consolidam o pensamento de diversas maneiras. O processo definitivo, entretanto, é compreender que o tropicalismo nas suas mensagens e líricas é ainda um movimento cultural e político que não alcança todas as veias políticas e sociais que podia ou mesmo queria alcançar.

Observando desta maneira a Tropicália é possível posteriormente avançar com a mesma linha de pensamentos para os momentos pós-tropicalistas da cultura brasileira e suas influências, inspirações e modificações na MPB que influenciam o cenário musical brasileiro até a atualidade e como essas influências e sua musicalidade diferem ou coincidem com a Tropicália.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Erivoneide. O discurso da montagem eisensteiniana: resistência artística no realismo socialista. *Revista Landa* - Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 7 Nº 2 (2019). Disponível em: O discurso da montagem eisensteiniana: Acesso em: 29/09
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308-345: Cultura brasileira e culturas brasileiras.
- BOSI, Alfredo. *Estudos Avançados* 9, 1995. p. 275 - 293: Formações ideológicas na cultura brasileira. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300021> Acesso em: 13/05
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* 2ª edição revista e ampliada: Editora Zahar, 2005.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália, Alegoria, Alegria*. Celso Favaretto. - 5. ed. _ Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2021.
- FICO, Carlos. *História do Brasil Contemporâneo*. Carlos Fico. - 1. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Caminhando e Cantando: O Imaginário do Movimento Estudantil Brasileiro de 1968* / Rafael Rosa Hagemeyer - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- HOISEL, Evelina. *Tropicalismo: Algumas Reflexões Teóricas*. Revista de Literatura Brasileira, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Nº 12/ANO 7, 39-64, 1994.
- MAGNOLO, T. S; Musse, C. F. *O cenário cultural na ditadura civil-militar brasileira: contracultura e os movimentos musicais*. Dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2018. O trabalho completa encontra-se no repositório institucional da UFJF.
- REIS, Daniel Aarão (coord.). A Vida Política. In: *Modernização, ditadura e democracia: 1964 - 2010*, volume . Rio de Janeiro : Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5)
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*/Marcos Napolitano. - 4. ed. - São Paulo : Contexto, 2021. - (Repensando a História)
- NÓBREGA, Ana. *Cultura: definição, conceitos e tipos*. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/cultura/> . Acesso em: 13/05
- OLIVEIRA, Orlando José Ribeiro. *Tropicalismo e Barbárie: Resistência Cultural e Ditadura Militar no Brasil dos anos 1960*. Revista RBBA: V.8 nº 2, p. 24-40 - 2019
- Org. *Memórias da Ditadura*. Tropicália (1969), de Hélio Oiticica. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/obras/tropicalia-1969-de-helio-oiticica/>. Acesso em: 06/05
- Org. Redação Psicanálise Clínica. *Conceito de Cultura: antropologia, sociologia e psicanálise*. Disponível em : https://www.psicanaliseclinica.com/conceito-de-cultura/#Cultura_popular . Acesso em: 13/05

PEREIRA, Fabiana C. G. *A construção do desengajamento: tropicalismo e ideologia* (1967-1973), 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/journal/Sessoes-do-Imaginario-1516-9294>

Acesso em: 05/06

SCHWARZ, Roberto. *O Pai de família e outros estudos*/ Roberto Schwarz. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Literatura e teoria literária; v.27)

VASCONCELLOS, Gilberto. *Música popular: de olho na fresta* |por| Gilberto Vasconcellos; Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

“É MINHA ÚLTIMA PALAVRA”: MULHERES EM SERGIPE DEL REI (SÉCULO XVIII)¹

“IT’S MY LAST WORD”: WOMEN IN SERGIPE DEL REI (18TH CENTURY)

Nathalia Thais Fontes Santos²

Resumo: O presente artigo visa mostrar “a última palavra” destas mulheres através da análise de testamentos, documentos primários do século XVIII presentes no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. A análise foi feita a partir do cotejamento e transcrição de quatro documentos históricos. Através dessas análises é possível mostrar a mulher como agente histórico, social e cultural da sociedade setecentista de Sergipe. Por via da cultura da prática do “bem morrer”, partilhas de bens e relação com os escravizados, o presente estudo tenta evidenciar o papel das mulheres de posses nesta sociedade.

Palavras-chave: Mulher; “bem morrer”; posses; Sergipe; século XVIII; testamentos.

Abstract: This article aims to show "the last word" of these women through the analysis of wills, primary documents from the eighteenth century present in the General Archive of the Judiciary of Sergipe. The analysis was made from the comparison and transcription of four historical documents. Through these analyses, it is possible to show the woman as a historical, social and cultural agent of Sergipe's eighteenth-century society. Through the culture of the practice of “dying well”, sharing of goods and relationship with the enslaved, the present study tries to highlight the role of wealthy women in this society.

Keywords: Woman; “well to die”; possessions; Sergipe; XVIII century; wills.

¹ Este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (DHI-UFS), disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15057>

² Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Sergipe e integrante do grupo de pesquisa “Mundo Atlântico e colonização portuguesa”. E-mail: nathalia.thais@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O tema proposto neste artigo é fruto de uma pesquisa da iniciação científica voluntária (PVD8229-2019) e que culminou no TCC (Tema de Conclusão de Curso) do curso de História da Universidade Federal de Sergipe. A presente pesquisa tem objetivo contribuir para a história das mulheres em Sergipe, garimpando arquivos (Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe) e cotejando documentos para entendimento e descobertas das mesmas.³

Através do cotejamento de fontes no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe foram analisados quatro testamentos de mulheres de posses em Sergipe. Cada documento são de mulheres oriundas de várias regiões da Capitania, como Anna Paes Teles, nascida na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto; Hypolita Maria da Conceição, Apolonia Soares dos Prazeres e Dona Francisca Cerqueira Pacheco oriundas de Vila de Santa Luzia, em Estância.

As mulheres foram esquecidas pela historiografia por muito tempo, ou quando tratadas eram referidas como seres naturais ou maléficos, apesar do seu lado maternal benéfico. Esses discursos eram amparados em descobertas da medicina e da biologia no século XIX. Era uma visão naturalista pautada na diferenciação dos sexos e na insistência de duas espécies, os homens seriam vistos como inteligentes e racionais, enquanto as mulheres ligadas ao coração e sentimentos.

Na segunda metade do século XX, o movimento feminista proporcionou e contribuiu para uma reviravolta na historiografia no quesito sobre o estudo da história das mulheres, como Soihet afirma em seu texto sobre a história das mulheres.

A onda do movimento feminista, ocorrido a partir dos anos 1960, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres. Nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de curso nas universidades dedicadas ao estudo das mulheres. (SOIHET, 2011, p.264)

Ou seja, paralelamente a este movimento, na academia também começou a ocorrer uma mobilização, principalmente feminina para tratar sobre o assunto. Essa nova identidade coletivada das mulheres passou a ser de interesse nos estudos acadêmicos, pois por muitos séculos a história estava interessada em retratar homens brancos e da elite, e sendo feita pelos mesmos. Apesar do século XX ter dado esse impulso na História das Mulheres, não significa que elas tenham sido estudadas a partir desse período. Michelet desenvolve estudos sobre as mulheres no século XIX, contudo ele traz uma “[...] oposição entre homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda as pulsões dos acontecimentos” (PERROT, 1988, p.182), isto é, Michelet “vê na relação dos

³ O Relatório Final do Projeto PIBIC/COPEs – voluntário foi aprovado por dois pareceristas e mais o orientador, professores da UFS.

sexos um dos motores da história”(SOIHET, 2011, p. 263)

Na década de 1980, a construção da história a partir da história das mulheres começou a ser destaque nas pesquisas acadêmicas. Gênero passou a ser um conceito bastante utilizado para descrever relações entre homens e mulheres e também “[...]indica uma rejeição aodeterminismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”(SOIHET, 2011, p. 267). Além de fazer essa diferenciação biológica, esse termo também é utilizado para apontar as construções sociais em que designa papéis diferentes para homens e mulheres.

Os estudos na Europa sobre as mulheres derivam do papel da mulher na esfera da vida privada, maternal e familiar; além da presença na rua e sua ocupação em lugares mistos. Michelle Perrot, em seu livro “Os excluídos da história” trata das mulheres para além do seular e de como elas agem nas cidades, seja pelo trabalho de caridade ou nas ruas em busca do sustento; a autora em sua narrativa fala sobre mulheres que dificilmente são retratadas,abordando sobre a dificuldade que as mulheres pobres, operárias, prostitutas e lavadeiras, passam em busca do sustento e sobrevivência da família.

No Brasil, segundo Rachel Soihet, apesar do caráter mais conservador das feministas nadécada de 20 e 30, elas desempenharam uma importante função na luta pela cidadania e direitoao voto. Contudo, várias estudiosas sobre a história das mulheres, foram importantes econtribuíram para o estudo das mulheres no Brasil, a exemplo de Maria Lacerda de Moura, quetraz ideias feministas da década de 60 em suas obras, falando sobre a condição feminina.

Para além de trabalhos sobre o feminismo, atualmente existe um vasto estudo sobre as mulheres, sendo tratadas como agentes sociais e culturais, seja elas no período colonial no Brasil, até os tempos atuais, apresentando relatos documentais e informações sobre a condiçãoe o cotidiano feminino e o seu papel social, especificamente tratado nessa pesquisa, sobre o período colonial no Brasil no século XVIII.

Em seu artigo, sobre as “Mulheres nas Minas Gerais”, Luciano Figueiredo fala sobre os diversos trabalhos que a mulher desempenhava na colônia. Segundo o autor, sempre estabeleceu-se na colônia “[...] uma divisão de trabalho assentada em critérios sexuais[...]”, ou seja, “Às mulheres era reservado o comércio de “doces, bolos, alféloa, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite marisco, alho, pomada, polvilhos, hóstias, obreiras, mexas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados.” (FIGUEIREDO, 2018, p.144). Para além do trabalho comercial, as mulheres acabavam entrando na prostituição, muitas das vezes para completar a renda para pagar uma determinada quantia ao seu senhor, no caso das escravas.

O trabalho de Figueiredo é fundamental para o entendimento da diferença entre as mulheres pobres e ricas, enquanto as primeiras desde novas estão em condições de estar na rua para prover seu sustento, através do comércio ou até mesmo da prostituição, as mulheres maisabastadas vivem em

condição de enclausuramento social.

Alguns autores, discursam o enclausuramento dessas mulheres, como exemplo Charles Boxer, principalmente das famílias mais abastadas na Bahia, segundo este existia um provérbio que dizia que apenas em três ocasiões “que uma dama virtuosa deixava seu lar, durante toda a sua existência: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.” (BOXER, 2000, p.161).

O enclausuramento e a vigilância da família perante suas filhas era necessário, segundo os costumes da época, para resguardar a honra da família, pois independente do seu estado civil, este era o papel da mulher na sociedade colonial (FOLLADOR, 2009).

Maria Beatriz Nizza, apresenta a realidade dessas mulheres que vivem em situação de enclausuramento e a educação feminina, voltada principalmente para o lado doméstico. Segundo a autora a educação feminina passava por etapas. Após aprender a ler e a escrever, as mulheres entravam em contato com a matemática para poder administrar as finanças em casa, e logo após aprendiam a costurar e a bordar. A família que tivesse mais condições, era ensinada a suas filhas a tocar algum instrumento. Esses planos de estudos eram idealizados pelo poder eclesiástico. Contudo, a autora notou através da documentação, que poucas mulheres tinham esse tipo de educação, e ficavam a cargo do marido reger as finanças (SILVA, 1993).

Em Sergipe não era diferente. As autoras Vera Maria dos Santos e Eugênia Andrade, ao analisar a documentação setecentista de Sergipe, através de testamentos e inventários, observaram que poucas mulheres sabiam ler e escrever. Muitas dessas informações são ditas nos testamentos, e o grau de analfabetismo através das assinaturas, algumas conseguiam assinar seus devidos documentos, enquanto outras não.

Mas ao que parece, esse enclausuramento tanto imposto e teorizado, apresenta algumas divergências em algumas pesquisas feitas a exemplo de Dona Anna Sampaio, pesquisada por Denise Freitas e Jonathan da Silva, em que revelam uma mulher de idade, solteira, provavelmente por não ter encontrado um pretendente que compartilhasse o mesmo status social; proprietária de terras, além de fazer uma rede de apadrinhamento para escravizados e crianças que eram abandonadas, que consistia em certa lealdade em troca de certos estigmas sociais e até alforria (FREITAS e DA SILVA, 2007).

Mas em Sergipe, as mulheres eram enclausuradas? A generalização traz uma série de problematizações, pois não eram ao todo que mulheres ricas viviam esse enclausuramento a exemplo das proprietárias de terras que serão aqui analisadas. Porém há outro tipo de enclausuramento feminino que era comum em Sergipe setecentista, em que Luiz Mott fala sobre o “Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia: 1739 – 1870”, em que mulheres e moças ficavam reclusas, quando não encontravam casamento, por questão da família não possuir o dote, ou por não encontrar

pretendentes do mesmo status econômicos (MOTT, 2008).

E “As mulheres de posses: a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII”, de Vera Maria, fica evidente de como essas mulheres, proprietárias de terras, engenhos e escravos, além de possuir bens em joias, ouro e prata, além de santos folheados, que em sua maioria são viúvas e administradoras das suas propriedades ou seja, não vivem enclausuradas. A autora destaca o papel dessa mulher como tutora dos menores órfãos a partir da morte do pai, observando sob o viés do patriarcalismo, em que a família e as mulheres estão sujeitos (SANTOS, 2016).

“BEM MORRER”

Através das transcrições dos testamentos dessa pesquisa, a prática do “bem morrer” fica evidente ao logo da análise das práticas testamentárias feitas por essas mulheres através do seu testamenteiro. Sabe-se que os testamentos desse período seguem um modelo este está com a Igreja Católica. Em suas últimas preces, as testadoras rogam para que suas almas sejam livradas do purgatório, selando dívidas, repartido bens, pagando dívidas e até mesmo prestando alforrias.

O testamento é uma declaração em que os testadores declaram sobre o que desejam e que façam após a sua morte, na maioria das vezes essas vontades referem-se a partilha da sua fortuna. Esse documento apresenta também informações sobre “[...] a qualificação do testador, naturalidade, filiação, data de nascimento, número de filhos maiores e menores, legítimos, naturais ou adotivos, estado no momento de testar (in-extremis, etc.), bem como se alfabetizado ou não.” (DAUMARD, 1984, p.113).

Esse tipo de documento oferece informações e possibilidades para o estudo e pesquisa histórica, como por exemplo história da morte, abordado pelos autores Cláudia Rodrigues e João José Reis; história da educação em Sergipe, bem estudado por Eugênia Maria e Vera Maria, está última, além de fazer análises da educação destas mulheres, verificou suas posses e seu lugar na sociedade sergipana.

O documento testamental, passou a ser uma prática da Igreja Católica, após o Imperador romano Constantino transformar a religião lícita. A igreja pretendia mudar os hábitos fúnebres da população, como dançar e comer nas sepulturas, e através da pedagogia do medo, fazer com que a população passasse a enterrar seus entes queridos nas igrejas, e a produzir testamentos para a salvação da sua alma (RODRIGUES, 2005).

Porém esta prática testamental não era feita de qualquer maneira. A partir do século XVII surgiram vários manuais de “bem morrer” em Portugal, e uns dos que tiveram mais número de cópias, foi o texto redigido por Estevam de Castro, que influenciou na prática testamental e do “bem morrer” dos presentes testamentos aqui analisados, ensinando aos moribundos a forma correta de redigir

(RODRIGUES, 2005). No entanto o documento não deveria ser feito só na eminência da morte, ou quando o indivíduo era assolado por alguma doença, pois nunca se sabia quando chegaria a morte e era necessário ter feito seu testamento para perdão dos seus pecados.

Hypolita Maria da Comceição⁴, Apolonia Soares dos Prazeres⁵ e Dona Anna Paes Telles⁶, fizeram o testamento devido a velhice, enquanto Dona Francisca de Serqueira Pacheco⁷, encontrava-se com moléstia e temendo da morte. No período colonial, os médicos, principalmente vindo de Portugal, tinham um discurso para a doença muito relacionado com os pecados cometidos pelos doentes, principalmente quando o enfermo era uma mulher. Médicos com a crença católica acreditavam que o corpo feminino era mais sujeito às obras do demonônio. Porém, profissionais de medicina eram raros na colônia, e muitas dessas pessoas procuravam curandeiros que “por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgatavam a saúde.” (PRIORE, 1994, p. 89)

Da mesma forma que a Igreja, através da prática da pedagogia do medo, fazia com que seus fiéis temesse a morte e o inferno, ela trazia conforto através da confissão e do testamento, podendo trazer o perdão e salvação da alma através do mesmo. Para isso era sempre necessário a afirmação da sua fé nos testamentos para livrar-se das tentações diabólicas na hora da morte, como é evidenciado pela autora Cláudia Rodrigues “Diante dela, o enfermo deveria dizer com a boca ou com o coração: “eu sou verdadeiro católico e creio em tudo o que crê e ensina a Igreja, e nesta fé creio e quero morrer”.” (RODRIGUES, 2005, p.65)

Essa afirmação perante sua fé na Igreja Católica, também fica evidente nos documentos presentes aqui analisados, como no testamento de Hypolita Maria “[...]porque como verdadeira Christam protesto de viver e morrer em a Santa fé Catholica e crer o que tem e crer a Santa Madre Igreja de Roma[...].”⁸.

Outro hábito frequente nos documentos é o uso do mortuário, pois significava o cuidado com o corpo para a passagem divina e também pedido de proteção para os Santos rogados no testamento. Era comum uso de hábitos brancos, principalmente a rogo de São Francisco. Dos quatro documentos analisados, três pediram o mortuário desse seráfico, exceto Apollonia Soares, que pediu para que o corpo fosse amortalhado no hábito de Nossa Senhora do Carmo, e de preferência com um pano branco.

A predominância da mortalha de São Francisco [...] teve como motivação imaginário de que a alma, antes de ter o seu destinatário definido, precisava passar pelo purgatório para a verificação de seus pecados no fielda balança e, se por acaso o

⁴ AGJSE, Livros de Testamentos, Cx 01-62 – Lv. 02 – Fls. 38-45.

⁵ AGJSE, Livros de Testamentos, Cx 01-62 – Lv. 03 – Fls. 11-17.

⁶ AGJSE, Livros de Testamentos, Cx 01 – 62 – Lv. 02 – Fls. 18-25

⁷ AGJSE, Livros de Testamentos, Cx 01 – 62 – Lv. 06 – Fls. 01-13.

⁸ AGJSE, Livros de Testamentos, Cx 01-62 – Lv. 02 – Fls. 38-45

Diabo tripudiasse e a alma escorregasse para o fundo do Inferno, os anjos podem salvá-la, puxando pelo cordão de São Francisco. (GONÇALVEZ, 2016, p.511)

Em todos os testamentos fica evidente essa preocupação em salvação da alma, e se dava através de doações de esmolas aos pobres, alforrias para os escravos, intercessão e missas para todos os anjos, santos, a Virgem e a Jesus Cristo. Além de missas para as almas dos familiares, escravos e pela salvação das almas no purgatório.

VIDA MATERIAL

Através dos seus bens citados nos testamentos, as mulheres aqui analisadas revelam suas posses, principalmente, por todas terem detentoras de escravizados. Nos anos setecentos, o Brasil era uma sociedade escravista. A autora, Sheila Faria, discorda do discurso de que poderia haver proprietários de escravos “pobres”, pois, além de serem importantes no trabalho nas lavouras ou na casa do senhor, muitos deles trabalhavam fora e dava parte da renda para o seu senhor.

Essas mulheres de posses, apresentam em seus testamentos, objetos como rodas de ralar mandioca e bolandeiras. Isto indica a existência e produção de um mercado muito valorizado em Sergipe del Rey no século XVIII, que era a mandioca, produzido através desta a farinha obeiçu. Segundo a autora Vera Maria, ela percebe a importância deste produto, por além de serem produtos exportados para a Bahia e Pernambuco, também fez parte da base alimentícia da população de Sergipe. Porém esta atividade era vista por Nunes como uma cultura de subsistência e que crescia principalmente na Vila de Santa Luzia, onde das quatro mulheres aqui analisadas, três eram deste local e plantadoras da mandioca.

Outra atividade econômica importante foi o desenvolvimento da indústria açucareira, que exigia-se uma vasta mão de obra escrava e em Sergipe e numerosos engenhos voltados para este tipo de produção. Dona Francisca Serqueira Pacheco foi a única testadora presente nesta pesquisa que possuía engenho e fábrica, contudo foi vendida ao seu genro para quitar suas dívidas antes da sua morte, pois estava doente.

Para além dessas posses, elas eram possuidoras de terras, como sítios e fazendas. Nessas propriedades eram criados gado, cavalos, asnos entre outros animais. Esse tipo de atividade era comum na capitania, já que estes animais serviam como meio de transporte.

A fortuna dessas mulheres também estavam em seus bens de ouro, prata e cobre. Além de outros objetos, como móveis em madeira, caixas, mesinhas e canastras; roupas, e imagens de santos. Observa-se nos documentos a pouca mobília. Os primeiros séculos de colonização no Brasil, havia poucos móveis nas casas, devido a falta de artesões especializados. Porém essa demanda foi somente suprida a partir do século XIX, com os portos de Recife, Bahia e Rio de Janeiro, proporcionando a

chegada desses bens (ALGRANTI, 2018, p. 79).

A autora Leila Algranti fala de como era comum as pessoas guardarem suas roupas e papéis em caixas e baús. Por muito tempo as pessoas comiam com as mãos, e os pratos eram feitos de barro, com a quantidade certa de pessoas da casa. Já os talheres quase não existiam. O uso destes utensílios generalizou-se somente no século XIX. Isso fica evidente que somente no documento de Dona Francisca Serqueira Pacheco, era a única possuidora de talheres, três colheres e garfos de prata.

As roupas eram um produto importante que fazia parte dos bens dessas mulheres, os tipos de tecidos indicavam a posição social em que essas mulheres viviam. Nos documentos foram encontrados peças de veludo, seda e também tecidos mais simples, como baeta, saia de chita, e zuzarte. Além de vestuários também, peças como sinta e sapatos também foram encontrados. Esses bens normalmente eram dados as filhas, sobrinhas, afilhadas e netas.

Esses bens eram partilhados entre os filhos, sobrinhos, afilhados, compadres, amigos, escravos e ex-escravos. Percebe-se a preocupação nos bens dados principalmente para as mulheres, para servir como dote no futuro casamento e se isto não ocorresse, a herança seria passada para outra pessoa, a exemplo do documento de Dona Francisca Serqueira Pacheco, que deixou para a neta Maria, uma escrava que vale mil reis, um cofre de tartaruga com colar e brincos de ouro e prata, uma saia de xita, sinta de veludo, um par de sapatos novos e meias brancas. Caso o casamento não ocorresse estes bens deveriam ser entregues aos seus filhos Custodio e D. Prudência.

Outra em que a testadora se preocupa é com sua filha, Prudência, deixando a ela trinta mil reis como dote. Essas moças além de receberem a herança que lhes cabia devido a morte dos seus pais, o dote também era contado como parte, porém só entregue ao marido após o casamento, pois era necessário que os filhos recebessem a herança em partes iguais devido as leis do sistema português.

O dote ficava na mão do marido pois “[...] as leis do reino colocavam as mulheres numa situação de desigualdade, por considerá-las mais sujeitas a serem induzidas ou enganadas.” (SILVA, 1993, p. 50). As mulheres viviam em um sistema de pátrio poder, mesmo maior de idade e sem ter contraído o matrimônio viviam sob tutela dos pais. Enquanto o sexo oposto ao chegar a idade da sua emancipação, a exemplo de João Chrisostomo, filho de D. Francisca, poderia receber os trinta mil reis ao completar a idade de emancipação, ou seja, aos seus 20 anos de idade, enquanto Prudência provavelmente esperaria seu casamento para ter acesso, ou não, a essa parte da herança como dote herdado pela mãe.

Mas isto não significa que se a moças passassem a vida toda até o dia da sua morte desamparadas. Como já foi dito, essas mulheres continuavam sobre as “asas” do pátrio poder e com a morte dos seus pais poderiam administrar a sua herança. A exemplo de Apolonia Soares dos Prazeres, em seu testamento declara-se solteira e é possuidora de escravos, sítio, além de outras terras, e

produtora de farinha. Isto significa que, como não foi casada, esses bens tenham sido originários da herança dos seus pais, e que foi administrado por ela até o dia da sua morte. Por não possuir herdeiros diretos, seus bens foram divididos entre seus irmãos e sobrinhos.

CONDIÇÃO FEMININA

A educação feminina começava em torno dos seus sete anos de idade e era voltada para lições domésticas, para ser uma boa dona de casa, aprendendo a costurar, bordar e cozinhar. Quanto aos meninos eram deixados com o pai para aprender a lidar com os negócios da família, além de poder aprender a ler e escrever nas aulas régias. Porém o fato é que em Sergipe no século XVIII não possuía escolas, e esses indivíduos tanto homem, quanto mulheres poderiam receber educação em casa através de preceptores, que em sua maioria eram clérigos, já que a educação era muito voltada para o saber religioso.

Contudo, eram raras essas pessoas que recebiam esse tipo de educação, e isso fica evidente tanto na pesquisa de Eugênia Maria sobre a elite setecentista em Sergipe, como na de Vera Maria, sobre as mulheres de posses, em que a maioria pesquisadas não sabiam ler e nem escrever. Como o caso das quatro mulheres aqui analisadas, em que os testamentos foram escritos a rógos, por padres ou parentes próximos e assinado pelos os mesmos ou o sinal da cruz feita pela testadora.

Outro fato é que ao longo da historiografia, acreditou-se no enclausuramento dessas mulheres, no Brasil e também em Sergipe, a exemplo de Thetis Nunes. Existiam mulheres enclausuradas, porém não todas. No texto de Luciano Figueiredo fica evidente isso, mulheres pobres, negras e escravizadas não tinham como viver enclausuradas para os “bons costumes da família”, precisavam estar nas ruas para garantir seu sustendo e também do seu senhor, no caso das escravizadas.

Outra narrativa é de que eram somente as mulheres que ocupavam um certo nível social, eram mantidas em casa, para serem educadas. Esta educação era de base cristã, em que eram ensinadas as meninas, a ler, escrever, a manter a economia da casa, a cozinhar e a costurar, além de serem ensinadas a arte de “prender” o marido, para que o mesmo não procure diversão fora de casa.

Analisando estes documentos com as leituras, chega-se à conclusão de que estas mulheres, possuíam posses, engenhos, fábricas de mandioca, e que as mesmas administravam suas fazendas, engenhos, dando ordens e inspecionando outras atividades, ou seja, concordando com Vera Maria

Essa constatação reafirma o entendimento de que existiu na sociedade colonial uma diversidade de modelos familiares e de atitudes femininas que estavam longe daqueles visualizados na casa-grande, fato que desmistifica a imagem de mulher reclusa e submissa. (SANTOS, 2016, p.127)

Ou seja, o enclausuramento e a reclusão feminina existe, porém não é aplicado para todas as

mulheres. Elas continuavam vivendo sob as sombras do pátrio poder e sua autonomia poderia ser restrita, pois irmãos e genros poderiam interferir no comando dessas mulheres sob seus bens.

O casamento, pela perspectiva da igreja era um ato de propagação humana, além de expandir a fé, a cristandade e a manutenção do elo entre o Cristão e a Igreja (SILVA, 1977, p. 62). Dona Francisca, Anna Paes e Hypolita Maria, eram casadas e todas ficaram viúvas, somente o caso da primeira que diferencia das outras. Pois além de ter ficado viúva do seu primeiro marido, o Capitão Mor Domingos de Almeida Branco, a mesma casou-se novamente aos cinquenta anos de idade com Pedro Tavares, do qual em seu testamento já se encontrava divorciada, mesmo no documento afirmando seu estado civil não é possível saber qual o motivo que ocorreu o divórcio, porém no livro da Marilda Santana da Silva evidência alguns casos que podem culminar no divórcio, que poderiam ser apostasia, heresia e sevícias de cônjuges.

A apostasia e heresia significavam a entrada de um dos cônjuges para outra religião, ou o fato de este cair em heresia blasfemando contra os sacramentos da Igreja. O adultério era compreendido no século XVIII como tipo de concubinato no qual pelo menos um dos envolvidos era casado. Já as sevícias “graves e culpáveis” significando os maus-tratos físicos com visível perigo devida para um dos cônjuges. (SILVA, 2001, p. 79)

Apesar da separação do matrimônio é reconhecida desde o Concílio de Trento pela Igreja (1545-1563), a Igreja não era conivente com o divórcio e seu principal motivo era manter o divino sacramento matrimonial. Para Dona Francisca ter conseguido o divórcio, o caso deve ter sido causado escândalo na época.

Mesmo com a viuvez precoce as mulheres só poderiam contrair matrimônio novamente a partir dos cinquenta anos de idade, como no caso de Dona Francisca Serqueira Pacheco, pois

O casamento de mulheres viúvas, especialmente com mais de cinquenta anos, que, em face da idade, não podiam mais procriar, era regulamentado pelas Ordenações Filipinas com o objetivo de proteger os filhos do primeiro casamento da dilapidação de sua herança, só podendo a mesma dispor de sua terço. (SILVA, 2013, p. 63)

RELAÇÃO COM OS ESCRAVIZADOS

Além de alforria aos escravos pelos serviços prestados ao longo dos anos, alguns eram alforriados antes da morte da testadora. Outras alforrias eram apenas concedidas após a morte das mesmas. Havia uma relação com esses escravos, pois as alforrias além de ser uma prática do “bem morrer”, as relações iam para além disso.

A exemplo do documento de Hypolita Maria que para além desta relação, passou a ser também uma relação de compadrio. Seu filho Francisco Bezerra Barbosa teve uma filha fora do casamento, já que a própria testadora não a refere como neta e sim como afilhada. No documento não evidência

quem é a mãe da Thereza, porém, pôr a referir como afilhada e a deixa de herança uma escrava de dois anos, há a possibilidade do filho ter se envolvido com alguma escrava.

Para além do sentido católico de apadrinhamento, que significa dividir a paternidade, nesse caso amadrinhamento, era muito comum escravos selar essa familiaridade fictícia, que proporciona uma rede de alianças na pia batismal. Podendo trazer a esses indivíduos algumas possibilidades de hierarquia social e até mesmo alforria.

Estas e outras histórias falam sobre a existência de reciprocidades desiguais no interior das casas senhoriais, ou seja, entre senhores e escravos. Ou, sendo ainda mais preciso, aquelas histórias falam das negociações entre senhores e a hierarquia social existente nas senzalas. Um dos produtos de tal negociação era a legitimidade dada pelos cativos ao mando social e político aos seus senhores; outro produto era a alforria. (FRAGOSO, 2010, p. 85)

Outro caso dessa família é de uma escrava que se chama Joana Gonçalo. É difícil afirmar qual tipo de relação essa escrava tinha com Gonçalo Bezerra da Silva, marido de Hypolita, já que no documento não é dito, mas há várias possibilidades, como ela ser filha dele com a mestiça Joanna, ou a possibilidade desses escravos não terem nenhum sobrenome, muitos deles colocam o nome do seu senhor. Mas o fato é que Manoel Rodrigues dos Santos, marido da neta Maria da Conceição teve um filho com a Joana mestiça, chamado Silvério Mulatinho, que pelas informações dadas no testamento continuou sendo escravo.

Da mesma forma, que eram deixadas alforrias, roupas, cavalos e dinheiro para esses escravos, outros eram dados como parte da herança para integrantes da família, como Dona Francisca deu para seu filho Custodio Lopes a crioula Polonia, e para seu outro filho Francisco Almeida a escrava Joaquina. E este é um tipo de padrão que aparece em todos os documentos presentes aqui analisados.

Outra relação com escravos que foi diferente dos outros documentos, foram com os escravos de Dona Ana Paes Teles, em que ela nomeia Francisca de Araujo como instrutora do escravo mulatinha Antônio, que estava aprendendo a ler e a ser sapateiro. A testadora também pede para que Rosa Maria, cuide da mulatinha Barbara Luciana até que ela possa se reger.

[...]Antonio se acha aprendendo a ler e o oficio de sapateiro com Francisca de Araujo a qual pesso que tenha em seu poder the o acabar de ensinar e o ditoter capacidade de se poder reger e a mulatinha pesso a Roza Maria molher deManoel Guedes Soares pelo amor de Deos e por me fazer mercê a queira ter em seu poder dando lhe o ensino e doutrina como costuma fazer a seus filhasathe a dita se poder reger.⁹

Muitos donos de escravos, instruíam o seus, para que eles pudessem ir para a rua trabalhar e dar uma parte do dinheiro para o seu senhor. Contudo neste documento Dona Annajá tinha alforriado eles, mas ao que parece no documento a carta de alforria só seria entregue após a sua morte.

⁹ AGJSE, Livro de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - p. 18-25.

CONCLUSÃO

As quatro mulheres aqui analisadas são mulheres de posses. A condição social dessas mulheres fica evidente ao observar os bens materiais expostos nos testamentos, como joias, peças em ouro e prata, além de roupas e móveis listados, que para o período eram artigos raros e caros.

Outra evidência do status social dessas mulheres são seus casamentos, como exemplo de Dona Maria Cerqueira Pacheco que é viúva de um Capitão Mor, Domingos de Almeida Branco, importante designo de poder político e social no período colonial brasileiro. Além disso, as outras mulheres aqui analisadas eram viúvas de donos de fazenda, casas de farinha e detentores de escravizados, com exceção de Apollonia Soares, dentre as mulheres estudadas, ela é a única solteira, apesar do documento não falar de onde provinha suas riquezas, é muito provável que grande parte dela advêm da herança deixado pelo seu pai Francisco Ferreira Rodrigues, assim sendo seus herdeiros diretos, seus irmãos, sobrinhos e em seguida afilhados.

Precursoras da cultura do “bem morrer”, essa prática fica evidente em cada linha dos testamentos, seja encomendando missas pela sua alma ou pela alma dos entes queridos ou escravizados que já faleceram, buscando sempre a salvação da sua alma, no testamento de Apollonia Soarys ela encomenda missas para seus escravos já falecidos, além de dividir um terço da fortuna entre seus entes queridos.

A mulher sergipana no século XVIII, para além de “serem donas do lar”, elas eram detentoras de autonomia para administrar seus bens. Especificamente mulheres viúvas e solteiras tinham essa liberdade, já que a figura masculina centralizadora do pátrio poder já tinha falecido, ou como no caso de Apollonia, solteira, tornava-se figura central na administração dos seus bens.

Os documentos mostram que essas mulheres podem ser consideradas ricas para a época, devido a quantidade de bens, móveis e escravos. A condição feminina no pátrio poder é algo a ser ainda muito pesquisado, porém ficada evidente que a viúves as deixaram mais “independente” podendo administrar seus bens, mesmo as sombras da família patriarcal.

FONTES

AGJSE, Arq: SCR/C. 1º OF. - Livro de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - p. 18-25.

AGJSE - SCR/C. 1º OF. Livros de Testamentos, Cx 01-62 – Lv. 02 – Fls. 38-45.

AGJSE, Arq: SCR/C 1º OF. Livros de Testamentos - Cx 01-62 – Lv. 03 – Fls. 11-17.

AGJSE, SCR/C. 1º OF.- Livros de Testamentos – Cx 01-62 – Lv. 05 – Fls. 01-13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, MaryDel (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Cap. IV
- CHAMON, CARLA SIMONE. O Bem da Alma: A terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das Velhas. *REIS*, v. 1, n. 9, p. 122, 1988. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572779c77da24f738c4bc6a9/1462204874371/04_Chamon%2C+Carla+Simone.pdf>. Acesso em 24 de maio 2020.
- DA SILVA DIAS, Maria Odila Leite. *Mulheres sem história*. Revista de História, n. 114, p.31-45, 1983. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>>. Acesso em 8 de fev 2020.
- FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras: riqueza e estigma social*. Tempo (London), Niterói, RJ, v. 5, n.9, pp. 65-92, 2000.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Revista fato&versões*. n. 2 v.1. p. 3-16. 2009.
- FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 74-106, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00074.pdf>>. Acesso em: 23 de jan 2020.
- FREITAS, Denize Terezinha Leal; DA SILVA, Jonathan Fachini. *Dona Anna Marques de Sampaio: uma mulher de família, da Igreja, dona de escravos e proprietária de terras na Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (finais do XVIII e meados do XIX)*. Letras, p. 454p, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874916_f12b66b9939a5ae69f6ae6e86ac50406.pdf>. Acesso em: 3 de mar 2020.
- GOMES, Gisele Ambrósio. História, mulher e gênero. *Revista Virtú*. Nº 10, jul-dez de 2010.s/p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIAMULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2020.
- GONÇALVES, Hortência de Abreu; NASCIMENTO, Kathia Cilene Santos; WANDERLEY, Lílian de Lins; NASCIMENTO, Marilene Batista da cruz. Práticas de bem morrer e o uso da mortalha em

- Sergipe-Nordeste-Brasil-séculos XVIII e XIX. *Paralellus*, Recife, v. 7, n. 15, set./dez. 2016, p. 501-514. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8752>> . Acesso em: 20 de out 2019.
- MOTT, Luiz. Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591- 1882. In: *Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia: 1739-1870*. São Cristóvão: Editora UFS;Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, 2008. 210 páginas. P. 31 – 40
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Cap.1.
- SANTOS, Vera Maria dos. *As mulheres de posses: a instrução dos órfãos menores na capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII*. Fortaleza: Imprece, 2016.
- SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira. *O lugar do feminino no ensino de primeiras letras no século XVIII e XIX*. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05-%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/O%20LUGAR%20DO%20FEMININO%20NO%20ENSINO.pdf>> . Acesso 28 maio 2020.
- SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira; DOS SANTOS CARDOSO, Ana Carla. MULHERES SERGIPANAS NO PERÍODO POMBALINO. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 5, n. 15, p. 79-90, 2019.
- SCOTT, Rebecca J. e HÉBRARD, Jean. *Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725- 1800)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial. *Revista de História*, V. 55, N. 109, mar. 1977, pp. 149 – 164.
- SILVA, Marilda Santana da. Dignidade e transgressão: mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830). *Coleção Tempo & Memória*, nº 18, 2001.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronald(Org). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Fernanda Domingos; MAIA, Ludmila de Souza. Cativas do corpo, libertas pelo trabalho: casos de mulheres de cor nas fronteiras entre escravidão e liberdade (Mariana, séculos XVIII e XIX). *cadernos pagu*, n. 50, 2017.

PINTO, Natália Garcia. *Entre os laços das senzalas: o parentesco simbólico entre os escravos em Pelotas (1830/1850)*. Disponível em: < <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/pinto%20natalia%20garcia.pdf> >. Acesso em: 5 de maio de 2020.

PRIORE, Mary Del. Brasil colonial: um caso de família no feminino plural. *Cad. Pesq.* São Paulo, N. 91, pp. 69-75, nov. 1994.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In PRIORE, Mary Del(org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

VIGÍLIA DA MATA COMO CAMPO DE CONFLITOS SIMBÓLICOS

VIGIL OF THE FOREST AS A FIELD OF SYMBOLIC CONFLICTS¹

Rodolfo Moura²

Resumo: O presente artigo se propõe a construir uma abordagem acerca da temática de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – UEPA, cujo enfoque se deu com a apresentação do tema e sua referencialidade teórica, que contribuiu para as discussões acerca dos conflitos simbólicos recorrentes na relação de poder no campo religioso pentecostal, no contexto da vigília da mata, tendo como objeto de análise uma determinada vigília na cidade de Belém-Pa. Dessa forma, este artigo faz referência a pensadores como Max Weber e Pierre Bourdieu, enquanto aporte teórico de análise no que se refere à relação de poder e poder simbólico. Consequentemente, autores que versam sobre a temática do pentecostalismo foram essenciais para essa abordagem, como do historiador Clayton Guerreira, que buscou compreender um movimento de vigília pentecostal, com o propósito de investigar o conflito no campo pentecostal em relação ao movimento do reteté, que, para muitos pentecostais, é a forma da expressão religiosa de caráter mais efervescente desse grupo, como apresentado nesta pesquisa. À vista disso, foram indispensáveis os estudos de David Mesquiati sobre a leitura performática que os pentecostais fazem da bíblia, as abordagens acerca da experiência religiosa no pentecostalismo, desenvolvidas por pesquisadores como Emiliano Macedo, Emerson Silveira e Robson de Paula, entre outros, assim como trechos de entrevistas dos que integram a vigília da mata, a fim de elucidar a questão do conflito simbólico que há nesse campo.

Palavras-chave: Vigília. Conflito. Pentecostalismo Belenense. Poder Simbólico. Reteté.

Abstract: This paper aims to construct an approach on the research theme developed in the Postgraduate Program in Religious Studies - UEPA (State University of Pará), focusing on the presentation of the topic and its theoretical reference, which contributed to the discussions about symbolism conflicts recurring in the power relationship within the Pentecostal religious field in the context of the "vigília da mata" (forest vigil) in the city of Belém, Pará, Brazil. The analysis was centered on a specific vigil in Belém. The article draws on thinkers like Max Weber and Pierre Bourdieu to provide a theoretical framework for analyzing power and symbolic power relations. Moreover, essential references were made to authors who address the theme of Pentecostalism, such as the historian Clayton Guerreira, who delved into understanding a Pentecostal vigil movement, aiming to investigate the conflict within the Pentecostal field concerning the "movimento do reteté" (reteté movement), which, for many Pentecostals, represents the most troubled expression of religious character within this group. In this essay, the studies of David Mesquiati on the performative reading of the Bible by Pentecostals, as well as the approaches to the religious experience in Pentecostalism developed by researchers like Emiliano Macedo, Emerson Silveira, and Robson de Paula, among others, were indispensable. Additionally, excerpts from interviews with participants of the "vigília da mata" were included to elucidate the issue of symbolic conflict within this field.

Keywords: Vigil. Conflict. Belém's Pentecostalism. Symbolic Power. Reteté.

¹O presente artigo é parte resultante da abordagem acerca da temática de pesquisa de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – PPGCR/UEPA.

²Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Escola Superior Madre Celeste (2008). Especialista em “História das Religiões” pela Universidade Cândido Mendes (2018). Atualmente, é professor efetivo de História na Secretaria de Educação do Estado do Pará, lotado no Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, Mestre em Ciência da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – (PPGCR/UEPA), Integrante do – Grupo de Pesquisa Movimentos, Instituições e Culturas Evangélicas na Amazônia (MICEA/UEPA). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – (PPGSA/UFPA). E-mail: rodolfomoura2005@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposição apresentar a temática e, sobretudo, a referencialidade teórica da pesquisa desenvolvida no mestrado, no período de 2018/2019, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião PPGCR/UEPA, cujo título é: “O poder da mata: uma análise sobre a dimensão conflituosa do campo pentecostal no contexto das vigílias da mata”. A pesquisa buscou adentrar na rica pluralidade da expressão religiosa pentecostal, principalmente, no que se refere aos movimentos de vigílias da mata, como preferem os pentecostais, nas *orações de montes*³. Estas são carregadas de valores simbólicos, que enriquecem este campo de pesquisa, visto que, a partir das construções desses valores simbólicos, iniciaram-se minhas observações. Tal investigação se encarregou de analisar os conflitos simbólicos que há no campo religioso pentecostal, no contexto desses tipos de reuniões, representados por meio do conflito entre as forças emergentes do campo pentecostal e pelas estabelecidas, de forma mais clara, no embate entre esses pequenos grupos de orações e as igrejas pentecostais, que dominam o campo religioso pentecostal de Belém-Pa, como a Assembleia de Deus, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, a Igreja do Evangelho Quadrangular, etc., as quais buscam, nesse enfrentamento, a descapitalização simbólica da vigília da mata.

O conflito ocorre porque, uma vez que o crente opta por frequentar esse tipo de reunião na mata, faz isso com um intuito da busca espiritual, e essa espiritualidade, na maioria das vezes, vem acompanhada de questionamentos sobre as reuniões tradicionais do templo. Sendo assim, esse tipo de encontro cria seu capital simbólico religioso com certa independência, comparado às reuniões de caráter regulador do templo.

Esse embate está diretamente relacionado à disputa por posição no campo religioso pentecostal. Dessa maneira, com um caráter concorrencial, muitas igrejas estabelecidas tentam tirar a legitimidade dos movimentos de vigílias, em uma clara tentativa de descapitalização simbólica. Por outro lado, os movimentos de vigílias, na construção de seu capital religioso, oportunizam a formação de novas lideranças, isto é, novas pequenas igrejas pentecostais, o que gera conflitos na relação de poder desse campo religioso.

É oportuno destacar que os movimentos de vigílias da mata são um fenômeno religioso que vem ganhando força entre os pentecostais, razão que justifica, na eleição presidencial de 2018, o uso

³ Monte de oração é o termo usual entre os pentecostais para classificar as vigílias, uma vez que o termo faz alusão às orações no monte que personagens bíblicos, como Moisés, Jesus, entre outros, realizavam.

dela para construção do capital simbólico religioso e político de um dos candidatos à presidência da República⁴.

Este estudo se assentou sobre a forma da expressão religiosa de caráter mais efervescente do movimento pentecostal, o que os próprios pentecostais denominam como movimento do *reteté*⁵. Este supervaloriza as manifestações espirituais a partir dos dons do Espírito Santo, os quais recebem a crença de serem manifestados por intermédio da influência do seu agente, ou seja, o mesmo Espírito Santo. Logo, ser identificado como crente do *reteté* incorre em agregar capital simbólico religioso. Nesse sentido, esses encontros de orações da mata trazem consigo um grande conflito no campo pentecostal, visto que seus participantes se identificam enquanto religiosos do *reteté*, o que gera várias tensões com as forças conservadoras do pentecostalismo.

Dessa maneira, esta pesquisa buscou compreender essa forma de expressão religiosa visto nas vigílias da mata, bem como analisou os conflitos que essas reuniões proporcionam na disputa das relações de poder do campo religioso pentecostal na capital paraense.

Dito isto, o artigo traz informações acerca do aporte teórico da pesquisa, dando ênfase aos conflitos recorrentes oriundos da disputa por legitimação do poder pentecostal na perspectiva dos conflitos de capital simbólico, que Pierre Bourdieu entendia como:

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (Bourdieu, 1989, p. 145)

Assim, esses conflitos por reconhecimento através do capital simbólico se intensificam no contexto das igrejas evangélicas, fruto do crescimento plural do movimento pentecostal, pois, para quem acompanha o movimento religioso protestante, principalmente o processo histórico do pentecostalismo brasileiro, pode ter percebido que, ao passar do tempo, o seu aspecto multiforme ainda cresce no contexto das igrejas evangélicas, proporcionando inúmeros debates a respeito dessas manifestações religiosas, provenientes do mover pentecostal em algumas reuniões compreendidas e defendidas pelos seus idealizadores como sendo hegemonicamente pentecostais. Nesse contexto, vale lembrar as observações de Paul Freston, quando diz que:

As igrejas pentecostais enquanto instituições em evolução dinâmica (...) não são organizações estáticas que incham numericamente; estão em constante adaptação, e as mudanças são frequentemente objeto de lutas. Ademais, o pentecostalismo possui

⁴ Trata-se do candidato à presidência da República pelo Patriota, ex-Deputado Federal Cabo Daciolo, que, do alto de um monte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, fez sua campanha política e de oração. Segundo ele, sua oração gira em favor da luta contra as forças da Maçonaria, dos *Iluminati* e da Nova Ordem Mundial, que, em outros momentos, foram associadas às forças dos comunistas. Conferir no link: <https://www.jmnoticia.com.br/2018/08/17/cabo-daciolo-concedeentrevista-em-monte-de-oracao-onde-esta-em-ato-profetico/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

⁵Sobre *reteté*, veremos com mais detalhes adiante.

grande variedade de formas, e cada nova espécie vai enterrando mais alguns mitos a respeito de o pentecostalismo (Freston, 1993. p. 64).

Logo, essas recorrentes variações, fruto do dinamismo pentecostal, promovem o ambiente de conflito devido ao jogo da disputa de poder. Sendo assim, o estudo objetivou pesquisar a disputa de poder simbólico que a experiência religiosa possa originar com as vigílias da mata, tendo como referencial de abordagem as reuniões desenvolvidas pela pastora Débora Silva, que é pastora presidente da “Igreja Evangélica Tabernáculo de Deus”⁶, uma vez que a referente ministra realiza semanalmente a vigília da mata. O local é de propriedade da Marinha do Brasil, situado às margens da Avenida Independência, entre os bairros de Val-de-Cães e Marambaia, em Belém-PA⁷.

Consequentemente, a pesquisa aborda os efeitos dessas reuniões, os quais, para alguns, tornam-se sinônimo de experiência pessoal com o poder espiritual do pentecostalismo, enquanto, para outros, nada mais são do que um conjunto de sincretismos religiosos, os quais destoam do que acreditam ser o pentecostalismo clássico⁸, em referência ao movimento do início do século XX, que Freston (1994, p. 70) classificou como sendo o da “primeira onda”, reportando-se à implantação no Brasil das igrejas “Congregação Cristã do Brasil”, em 1910, e “Assembleia de Deus”, em 1911, nessa época, ainda com o nome “Missão Apostólica”.

Há intensas discussões acerca dessas reuniões nas matas, que provocam divergentes opiniões entre vários agentes religiosos de inúmeras denominações evangélicas, gerando acalorados conflitos internos em algumas igrejas, a ponto de muitos desses posicionamentos nem sequer considerarem tais vigílias como pertencentes ao quadro do movimento protestante ou até mesmo pentecostal, pois muitos acreditam que os sincretismos religiosos presentes nelas descaracterizam a essência do pensamento protestante e do próprio pentecostalismo, em uma clara disputa de poder simbólico.

⁶A Igreja Evangélica Tabernáculo de Deus é o nome fictício de uma pequena congregação pentecostal com cerca de 50 membros, presidida pela pastora Débora Silva (nome fictício), que conhecemos nas visitas de campo, no caso, a mata da Marinha, no bairro de Val-de-Cães. Acompanhada por alguns membros e não membros de sua igreja, ela relatou-nos que o grupo realiza os encontros na mata, regularmente, aos sábados. A igreja é localizada no bairro da Marambaia em Belém-PA, próximo à mata onde são realizadas as vigílias.

⁷A mata da Marinha foi escolhida para análise da pesquisa, dado o fato de, no local, haver diariamente reuniões (geralmente de forma independente) de pequenos grupos pentecostais, em pontos referentes ao que eles denominam de “monte de oração”.

⁸Segundo Freston (1994), as três ondas do movimento pentecostal no Brasil estabelecem-se da seguinte forma: a primeira onda ou pentecostalismo clássico corresponde ao período de 1910 a 1950, momento em que missionários italianos e suecos fundam as primeiras igrejas pentecostais no Brasil. Em 1910, com a Congregação Cristã do Brasil, é fundada em São Paulo pelos italianos e, no ano seguinte, os suecos fundam a Assembleia de Deus em Belém-Pa. A segunda onda ou pentecostalismo neoclássico se configura como o segundo momento, em que se destaca a ênfase nos dons de línguas, como sinal de batismo com o Espírito Santo, e a cura divina, e marca o período de emancipação das organizações estrangeiras, surgindo igrejas como: Igreja do Evangelho Quadrangular (1951, São Paulo), Igreja Brasil Para Cristo (1955, São Paulo), Deus é Amor (1962, São Paulo), Casa da Bênção (1964, Minas Gerais), entre outras. Consequentemente, a terceira onda ou neopentecostalismo surge a partir da segunda metade da década de 70, com uma liderança nacional que faz uso intenso da mídia, e tem como exemplos: Igreja Universal do Reino de Deus (1977, Rio de Janeiro), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), Renascer em Cristo (1986, São Paulo).

Dessa forma, a pesquisa trouxe algumas indagações sobre o campo pesquisado, entre as quais: o que representa a mata? O que representa a *hierofania*⁹ da mata na formação do sujeito religioso? Por que há questionamentos por parte de algumas lideranças religiosas acerca da referida vigília? Há uma tentativa de descapitalização simbólica (Bourdieu, 2007) dessa reunião? Por que os não adeptos das práticas da vigília da mata a qualificam como sincretismo? O que isso significa na disputa de poder e composição identitária dos atores sociais envolvidos? Se há sincretismo religioso, qual seria? Quais os principais embates provocados por essas reuniões? O que justificaria esse poder?

Para tanto, a pesquisa utilizou como aporte teórico não somente pensadores clássicos como Marx Weber e Pierre Bourdieu, enquanto caminho interpretativo sobre as categorias de poder, poder simbólico e campo, como também pesquisadores que apresentam, na atualidade, ricas contribuições de pesquisa acerca do movimento ou dos movimentos pentecostais, no que se refere à expressão religiosa e ao desdobramento dos conflitos por ela gerados, como nos estudos dos historiadores Paul Freston, Clayton Guerreiro, David Mesquiati, Emiliano Macedo, entre outros.

Foram realizados vários ciclos de entrevistas¹⁰ ao longo da pesquisa, entrevistas exploratórias e entrevistas semiestruturadas, com os adeptos da vigília da mata, bem como de não adeptos desse tipo de reunião. Dessa forma, viu-se oportuno desenvolver entrevistas com lideranças de algumas igrejas pentecostais, sobretudo de algumas influentes igrejas estabelecidas no campo pentecostal do bairro onde acontece a vigília da mata pesquisada. Salienta-se a importância da entrevista concedida pela líder do grupo, a pastora Débora Silva.

2 CONFLITOS NA RELAÇÃO DE PODER SIMBÓLICO

Antes de adentrarmos na discussão quanto aos conflitos na relação de poder, torna-se essencial que tentemos esclarecer a concepção de poder que a pesquisa teve como arcabouço, sendo assim, a ideia de poder é normalmente vista como a força que um indivíduo exerce sobre outro, visando impor sua vontade. Partindo dessa concepção, muitos pensadores teorizaram sobre a questão.

Nesse viés, a definição de poder que direcionou essa abordagem se deu na perspectiva weberiana, na qual: [...] “por ‘poder’ entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta” (Weber, 2004, p. 175). Dessa forma, o pressuposto básico da concepção

⁹ Segundo Mircea Eliade (1992, p.13), a hierofania se constitui quando o sagrado manifesta-se, nas palavras do autor: “o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo *hierofania*”. Sendo assim, as hierofanias podem se manifestar em um determinado espaço, fazendo com que esse lugar tenha um valor simbólico, pois, para o religioso, esse lugar é diferente, como dito, ali o sagrado se evidencia.

¹⁰ É importante ressaltar que em todas as entrevistas, sem exceções, foram preservadas as identificações dos entrevistados, sendo assim, optou-se por identificá-los por nomes fictícios, atendendo às recomendações da orientação da pesquisa

weberiana de poder gira em torno da imposição da vontade dos dominantes sobre os dominados, na qual a influência do dominante determina o comportamento dos dominados, legitimando assim seu poder. Desse modo, a pesquisa centrou-se no poder simbólico, cuja compreensão recaiu sobre o pensamento de Pierre Bourdieu.

Falar de poder simbólico, na perspectiva de Bourdieu (1989), é retratar o poder invisível exercido por aqueles que se sujeitam a ele e aos que o usam na tentativa de estabelecer uma realidade que, de alguma maneira, contemple um cenário de domínio no sistema simbólico, em que este é definido da seguinte forma:

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (Bourdieu, 1989, p.11).

Visto isso, foi utilizada essa compreensão da função da força simbólica elaborada por Bourdieu, como um instrumento teórico para análise dos conflitos que a vigília da mata apresenta, assim como foi utilizada a percepção de Bourdieu no que se refere ao conceito de *habitus*¹¹ e *campo*¹², como uma forma de elucidar o sistema simbólico desenvolvido no campo religioso no qual a vigília da mata está inserida, no caso, de forma mais específica no campo religioso pentecostal.

Por conseguinte, o campo é um espaço dotado de certa autonomia, com suas regras específicas, e que se apresenta como espaço de conflito entre seus agentes, em que estes buscam, de alguma forma, uma melhor posição dentro desse campo, através da disputa de capitais simbólicos. Sendo assim, o capital simbólico é determinante para a definição de posições hierárquicas dos agentes que integram o campo. Vale lembrar que, na ótica de Bourdieu (2004, p. 22-23), todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”, portanto, os agentes que integram o campo exercem relações objetivas estruturadas que mostram o que o indivíduo pode ou não fazer e o que define seu lugar nessa estrutura, proporcionando seu posicionamento diante da disputa pelo controle e legitimação no campo.

¹¹ Bourdieu (1994, p. 61) define *habitus* como: “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”.

¹² O campo visto por Bourdieu (Dianteill, 2003) como o território em que se produz a relação entre determinados grupos, com diferentes discursos e práticas sociais, onde esse campo socialmente determinado tem relativa autonomia. Como exemplos ilustrativos de campo, temos: campo da moda; campo artístico; campo econômico; campo ideológico; campo político; campo intelectual; campo social; campo de produção cultural; campo simbólico; campo religioso etc.

No caso do campo religioso pentecostal, a disputa pela legitimação pode se tornar mais evidente diante do acelerado surgimento de novas igrejas pentecostais independentes, que, de alguma forma, contrariam, até certo ponto, a perspectiva das igrejas pentecostais majoritárias¹³, no que se refere à dominação do campo pentecostal, dadas as suas influências, embora, evidentemente, esse desconforto não seja algo exclusivo das igrejas ditas, neste artigo, como majoritárias.

Sendo assim, para estruturar a análise dessa relação de poder estabelecida entre os agentes que integram o campo religioso, foi observada a “sociologia da dominação” desenvolvida por Max Weber (2004), pois o autor constrói uma análise sociológica da religião, dando destaque às formas de poder religioso importantes para a nossa análise, pelas seguintes representações de tipos ideais¹⁴, a saber: o *sacerdote*, o *profeta* e o *mago*. Cada um desses agentes representa formas de disputa de poder que, para Bourdieu (2007, p. 88), são vistas como busca de obtenção do “monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos”. O sacerdote seria aquele agente que exerce o poder burocrático, logo, seria o responsável tanto por estabelecer a correta interpretação das doutrinas quanto por administrar a igreja, dessa forma, seu poder tem o aspecto racional e tradicional; já o profeta e o mago obtêm a força do exercício do poder carismático e fazem uso desse carisma¹⁵, como forma de legitimação de seu poder, uma vez que o mago é aquele que se utiliza das forças do sagrado como o mecanismo de coerção, fazendo com que seus seguidores busquem o atendimento de seus serviços, que, no caso, consolida-se pela manipulação das forças espirituais; por outro lado, o profeta é o que assume a função de contestar a ordem vigente. Vale lembrar que o profeta não precisa necessariamente do conhecimento técnico especializado, como é o caso do sacerdote, pois a força do carisma é uma característica atribuída também a ele.

¹³ Entendem-se como igrejas pentecostais majoritárias em Belém-PA, igrejas que, de alguma forma, exercem maior influência no campo religioso pentecostal. Como exemplos, citamos: as Assembleias de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus e Amor, entre outras.

¹⁴ Bodart (2010) explica que: “de acordo com Weber, para que o sociólogo possa analisar uma dada situação social, principalmente quando se trata de generalizações, torna-se necessário criar um Tipo Ideal, que será um instrumento que orientará a investigação e a ação do ator, como uma espécie de parâmetro. [...] O tipo ideal refere-se a uma construção mental da realidade, onde o pesquisador seleciona um certo número de característica do objeto em estudo, a fim de, construir um ‘todo tangível’, ou seja, um TIPO. Esse tipo será muito útil para classificar os objetos de estudo. Por exemplo, quando pensamos em democracia temos em mente um conjunto de características em nossa mente dando origem a um todo idealizado (o Tipo Ideal). Ao observar um sistema político contrastamos com esse tipo que temos em mente para classificar esse sistema como democrático ou não, por exemplo”.

¹⁵ Weber (2004, p. 324) evidencia o carisma como um dom que alguém possui, fazendo uso como mecanismo de domínio de um determinado grupo, quando diz: “O carisma pode ser, e naturalmente é, em regra, qualitativamente singular, e por isso determina-se por fatores internos e não por ordens externas o limite qualitativo da missão e do poder de seu portador. Segundo seu sentido e conteúdo, a missão pode dirigir-se, e em regra o faz, a um grupo de pessoas determinado por fatores locais, étnicos, sociais, políticos, profissionais ou de outro tipo qualquer: neste caso, encontra seus limites no círculo destas pessoas. Assim como em todos os demais aspectos, a dominação carismática é também em seu fundamento econômico exatamente o contrário da dominação burocrática”.

Bourdieu (2007, p. 81) observa esses tipos ideias de Weber na perspectiva do interacionismo simbólico¹⁶ e procura compreendê-los por meio das interações dos agentes sociais e do local onde cada um venha a ocupar no campo religioso, porque, dessa maneira, facilita compreender a concorrência entre as figuras do sacerdote, mago e profeta, em busca da legitimidade por parte do leigo¹⁷, de tal modo que essa concorrência pelo acúmulo de capital simbólico de cada agente será determinante na disputa do poder religioso.

Portanto, o pensamento de Weber e Bourdieu foram importantes à contribuição da fundamentação teórica da pesquisa, no que se refere ao debate acerca das relações de poder e dominação que há entre os agentes que integram o campo religioso, sendo assim, vindo auxiliar a pesquisa na tentativa de compreender o conflito de poder simbólico do campo religioso pentecostal, sobretudo no contexto das vigílias da mata, que, pela ótica weberiana de análise, apresenta o antagonismo de dois “tipos ideais” de líderes: o “líder de templo” e o “líder de mata”. O primeiro apresenta-se na qualidade de sacerdote, e o segundo, com a força do carisma, ou seja, um conflito concorrencial no campo pentecostal pelo monopólio dos bens simbólicos. De um lado, um sagrado domesticado com as igrejas majoritárias do campo, de outro, um sagrado marginalizado representado pela vigília da mata.

2.1 ASPECTO PENTECOSTAL

Um pré-requisito que conjecturamos ser essencial a qualquer abordagem no que diz respeito ao *ethos*¹⁸ pentecostal dá-se pela percepção do fervor pentecostal, característica fundamental na formação desse perfil religioso, que, de algum modo, determina sua *práxis*¹⁹ religiosa, indo de encontro à ideia weberiana do “desencantamento do mundo”²⁰. Rubem Alves (2007, p. 167), na abordagem sobre “O enigma da religião”, diz que: “não se pode negar o surto de um novo fervor

¹⁶ O interacionismo simbólico desenvolvido por Bourdieu (2007, p. 81) para analisar os tipos ideias de sacerdote, mago e profeta, elaborados por Weber, dá-se pela lógica da interação dos agentes do campo religioso, como uma forma de facilitar a análise e a percepção das representações simbólicas que os agentes desse campo possam ter.

¹⁷ O leigo é caracterizado, nessa relação de poder, como o agente do campo religioso que faz parte do grupo dos dominados, exercendo o papel fundamental de legitimador das forças dominantes.

¹⁸ *Ethos* é uma palavra com origem grega, que significa “caráter moral”. É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. No âmbito da sociologia e antropologia, o *ethos* são os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo.

¹⁹ *Práxis* é uma palavra com origem no termo em grego *práxis*, que significa conduta ou ação. Corresponde a uma atividade prática em oposição à teoria. Este termo é abordado por vários campos de conhecimento, como filosofia e psicologia, que classificam *práxis* como uma atividade voluntária orientada para um determinado fim ou resultado.

²⁰ O termo “desencantamento do mundo” é utilizado por Max Weber, com o propósito de mostrar a sua percepção diante do processo histórico da civilização ocidental, em que tal processo implica a desmitificação da realidade, ou seja, por meio do desencantamento religioso, a magia vai sendo eliminada nas religiões, dando espaço a uma prática religiosa fundamentada na racionalidade. Sendo assim, o mundo perde a influência dos aspectos das forças sobrenaturais que podem ser controladas magicamente, em detrimento das forças científicas e tecnológicas.

religioso, assumindo formas novas e inesperadas e bem pouco institucionalizadas”. Dessa maneira, o fervor pentecostal pode proporcionar formas diversificadas de manifestação religiosa, uma vez que, na ótica dos pentecostais, esse fervor é fruto da influência que acreditam ser oriunda do poder que o Espírito Santo exerce sobre a vida do religioso pentecostal.

Desse pensamento advém uma das observações para compreensão da significação da vigília da mata na formação do sujeito religioso, pois os agentes que participam dessas reuniões objetivam a busca por esse fervor com a experiência religiosa, que, em outras palavras, podemos entendê-la como uma busca de capital simbólico no campo religioso. Como na fala de Tiago Alfeu (2018), um de nossos entrevistados: “tem igrejas que não gostam do monte e nos chamam de loucos, porque não compreendem o que é buscar a Deus, não têm visão espiritual”. Esse tipo de posicionamento é recorrente no discurso de muitos dos que foram entrevistados. Nota-se, com isso, uma tentativa de agregar valor simbólico à reunião, portanto, a busca de legitimação com a experiência religiosa.

Sendo assim, do ponto de vista sociológico, essas reuniões pentecostais podem ser compreendidas como seitas, uma vez que eles representam, em alguns momentos, clara contestação do comportamento dos grupos dominantes, no caso, as suas denominações de origem²¹. Essa contestação está diretamente relacionada à cosmovisão²² que o crente pentecostal adquire com a recepção que desenvolve a partir das interpretações que faz da leitura bíblica. David Mesquiati (2017a), quando analisa as formas como o pentecostal lê a bíblia, fazendo referências aos reavivamentos que surgiram ao longo do processo histórico do pentecostalismo, afirma: “o fervor religioso abria espaços para posturas restauracionistas, que buscavam reviver a igreja no começo dos tempos do Novo Testamento. Nesse afã, alguns grupos começaram ler a bíblia e buscar respaldo para suas experiências”. Por isso, Mesquiati (2017a, p 124) entende que um aspecto da leitura desenvolvida pelo religioso pentecostal é a leitura performática²³, observando que: “a leitura performática não fica presa ao conhecido [...] A performance possibilita a mescla entre vivência e ficção e entre texto e biografia pessoal”. Com isso, a leitura performática que o pentecostal estabelece proporciona-lhe fazer a leitura bíblica e viver o que lê, como acredita o entrevistado João Salomão (2018), quando perguntado acerca da escolha pela oração da mata: “as pessoas não entendem, o que

²¹Vale lembrar que a pesquisa se concentrou em um grupo determinado de uma pequena e nova congregação, ainda assim, não sendo muito diferente deles, algo que percebemos de recorrente no discurso dos outros grupos que se formam com as reuniões na mata é a tentativa de ressignificação que os grupos dão à experiência religiosa, como um meio de questionamento ou denúncia sobre as formas como são conduzidas as rotinas estabelecidas pelas igrejas dominantes.

²²A palavra cosmovisão remete ao modo como um indivíduo vê e interpreta uma realidade. A cosmovisão formula a visão de mundo, paradigma que, de alguma maneira, influencia a maneira pela qual uma pessoa compreende: Deus, a origem do bem e do mal, valores etc.

²³A leitura performática é uma leitura pela qual o leitor exerce uma postura mais ativa do que lê, gerando uma performance do conteúdo compreendido com a leitura textual. De forma mais resumida, é dizer que o leitor viverá de forma prática aquilo que leu e achou interessante para sua performance de vida.

acontece na mata é uma questão espiritual, por exemplo, foi aqui que vivi a experiência do batismo com o Espírito Santo e comecei falar em línguas estranhas como no pentecostes”, em uma clara associação com a narrativa bíblica sobre o dia de pentecostes²⁴ em Jerusalém.

Partindo desse pressuposto, a vigília da mata preenche uma relação com as experiências religiosas nas hierofanias, como as narrativas bíblicas apresentam. Logo, estabelecidas essas relações, é natural que as reuniões gerem valores simbólicos, os quais se condicionam pela perspectiva da crença na manifestação divina no espaço sagrado. Daí a justificativa dessas vigílias serem denominadas pelos pentecostais como oração do monte, assim como os fervorosos que integram essas reuniões serem conhecidos como crentes do monte²⁵, em uma clara referência às hierofanias bíblicas ocorridas nos montes, presentes nas narrativas bíblicas.

Dessa forma, os aspectos pentecostais referentes às leituras bíblicas, sobretudo a do fervoroso frequentador das vigílias da mata, dão-se em alusão às experiências extáticas do primeiro século da era cristã, referidas no Novo Testamento. Em virtude disso, a vigília da mata agrega valor simbólico em um campo conflituoso, como é o campo religioso pentecostal, pois, nesse caso, a vigília na mata torna-se um espaço de poder. Vale frisar que o pentecostalismo apresentado nesses encontros se enquadra na expressão religiosa conhecida como movimento do reteté, que agrega ainda mais capital simbólico religioso em razão da supervalorização das experiências extáticas, como veremos a seguir.

2.2 RETETÉ NA QUALIDADE DE EFERVESCÊNCIA PENTECOSTAL

Para ser entendido esse tipo de movimento de vigília pentecostal, é natural que se faça necessária uma compreensão acerca do que seria o reteté, sendo assim, tendo como referência a pesquisa desenvolvida pelo historiador e cientista social Clayton da Silva Guerreiro, em sua dissertação intitulada “A gira do reteté: uma análise das disputas sobre o pentecostalismo legítimo”, na qual ele se debruçou a compreender um movimento de vigília pentecostal na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, visando investigar o conflito no campo pentecostal referente ao movimento do reteté em sua aceitação ou negação no movimento pentecostal. Desta forma, podemos compreender que o reteté é um termo usual entre os pentecostais, cujo termo é de origem desconhecida, porém com algumas deduções acerca de sua gênese de origem, que, segundo o pesquisador, pode ter sido

²⁴Pentecostes é uma das celebrações mais importantes do calendário cristão e comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo em Jerusalém. Tal narrativa bíblica serve de referência à concepção do batismo no Espírito Santo, que é a base doutrinária pentecostal, uma vez que o batismo com o Espírito Santo é o revestimento de poder que todo crente precisa buscar, o qual se evidencia pelo falar em línguas estranhas (glossolalia).

²⁵Crente do monte é o termo que formula o estereótipo do religioso pentecostal que frequentemente participa de vigília de oração, sendo assim, o termo agrega valor simbólico, pois falar que o crente é do monte é o mesmo que falar que o crente é fervoroso, cheio da unção, é um “crente espiritual” etc.

difundido na passagem da década de 90 para os anos 2000, por intermédio de famosos pregadores pentecostais que popularizaram o termo por meio de vídeos de pregações de grandes eventos pentecostais, como, por exemplo, o congresso Gideões Missionários da Última Hora (GMUH)²⁶, que anualmente acontece na cidade de Camboriú (SC), agregando milhares de pentecostais de todo o Brasil. No entanto, outras hipóteses de origem do termo reteté giram em torno da relação da experiência do êxtase religioso²⁷ do crente no que concerne ao som da batida dos pés percebida nos cultos pentecostais. Em entrevista concedida ao programa *Religare* da TV Horizonte, cujo título se reportou para as novas leituras do campo religioso brasileiro, o pesquisador Emerson J. Sena da Silveira descreveu a origem do reteté da seguinte maneira:

Igreja reteté, igreja sapatinho de fogo ou igrejas dançantes, têm vários nomes. Começou surgir das periferias das grandes cidades como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, mas também se espalhando por cidades médias, são pequenas igrejas de bairros bem afastados, periféricos. Os perfis são de pessoas de cor negra, trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Com uma liturgia muito dançante.

Por que surgiu o nome reteté? Por causa das batidas ritmadas dos pés no chão, que levou a este nome e que remete um pouco as origens do pentecostalismo norte-americano, especialmente com William Seymour que foi o pastor filho de escravos que trouxe por exemplo: esta celebração extática, que trouxe de volta o êxtase ao mundo evangélico. (Silveira, 2015)

Outros acreditam que o termo é uma alusão à “glossolalia” ou “línguas estranhas”, marcadas por palavras ininteligíveis com repetições silábicas. Vale destacar que existem outros termos que identificam essas expressões religiosas, como “repleplé”, “mistério”, “manto”, “canela de fogo” etc. (Guerreiro, 2016, p. 16).

Dessa forma, a principal característica do crente do reteté está na experiência emocional que toma conta das reuniões desses movimentos, e essas experiências extáticas são atribuídas ao poder da manifestação do Espírito Santo, identificadas pelos dons espirituais da glossolalia, pela profecia, pelas visões, revelações, entre outras formas que acreditam ser oriundas do poder sobrenatural. Assim, as reuniões são conduzidas sob ritmadas músicas, que os envolvidos denominam como “corinho de

²⁶ O Gideões Missionários da Última Hora ou GMUH, fundada em 1980 pelo pastor Cesino Bernardino, com sede em Camboriú, SC, tem por objetivo principal a divulgação do Evangelho no mundo. Dessa maneira, prepara e envia pessoas para o campo missionário. Segundo o site da organização, mais de mil famílias são sustentadas pela organização missionária. Dito isto, todos os anos a organização realiza, na cidade de Camboriú, o congresso missionário, no qual reúnem milhares de pentecostais de todo o Brasil, fazendo do evento uma das reuniões de maior destaque do campo pentecostal brasileiro.

²⁷Sobre êxtase religioso, apoiaremos na perspectiva de Paul Tillich (2014, p. 124) quando descreve que: “O termo ‘êxtase’ (‘estar fora de si mesmo’) aponta para um estado de espírito que é extraordinário no sentido de que a mente transcende sua situação habitual. O êxtase não é uma negação da razão; é um estado mental em que a razão está além de si mesma, isto é, além da estrutura sujeito-objeto. Ao estar além de si mesma, a razão não nega a si mesma”.

fogo”²⁸; em algumas reuniões, eles utilizam instrumentos de percussão, como tantã, pandeiro etc., os quais contagiam as reuniões, fazendo os crentes presentes dançarem de forma emotiva. Quanto ao tipo de dança, eles a identificam como “dança de mistério” ou do “reteté”²⁹. Conseqüentemente, este é um termo utilizado para identificar a forma mais fervorosa da pentecostalidade, deixando assim compreensível que a dança é proveniente da influência divina, e que Deus está fazendo a “obra” na vida da pessoa no momento da dança.

Guerreiro, ao analisar o movimento do reteté, percebeu a importância do corinho de fogo para aquela reunião e fez a seguinte descrição, a qual é bem familiar à vigília da mata abordada nesta pesquisa, bem como aos focos de efervescência pentecostal de Belém:

No “reteté” se dança (e muito!) no balanço dos corinhos de fogo. Ao toque dos instrumentos musicais e ao som das letras dos corinhos, os fiéis dançam e se balançam. Dentre milhares de pessoas reunidas, é raro e, talvez, quase impossível, observar alguém que não se balance (2016, p.70)

Esse tipo de manifestação religiosa faz parte do repertório identitário pentecostal de traço marcadamente popular, independente e agregador. O pesquisador Emiliano Macedo retrata a experiência religiosa no pentecostalismo, da seguinte forma:

[...] as emoções nos louvores permitem ao pobre se expressar mais livremente, suas frustrações, medos e esperanças. As várias manifestações de glossolalia, curas divinas e possessões espirituais todos constituem maneiras de expressão. Todas essas práticas acabam sendo mais inclusivas que exclusivas como ocorre na Igreja Católica e no Protestantismo tradicional, ambos com intrincados rituais religiosos e exigências de formação teológicas para seu clero. (2007, p.95)

Por conseguinte, o movimento do reteté, com sua ênfase principal na experiência extática mediante os dons espirituais, e menor na formação teológica, acaba agregando um aspecto claramente popular, razão pela qual a periferia das grandes cidades, não diferente de Belém, tornam-se campos férteis para esse segmento religioso, que conseqüentemente faz o reteté corresponder como uma forma de expressão religiosa marginalizada do campo religioso evangélico, tal qual do campo religioso pentecostal.

²⁸O cientista social Robson Rodrigues de Paula (2016, p. 56) descreve o referido cântico da seguinte forma: “o ‘corinho de fogo’ possui uma configuração relativamente simples: temas objetivos e diretos, poucos e repetitivos versos e uma constância rítmica. Assemelha-se ao baião, mesmo que, para a sua execução, além da viola caipira, sanfona, triângulo, flauta doce e acordeon - instrumentos formadores da estrutura básica deste gênero musical-, sejam usados guitarra, contrabaixo, pandeiros, chocalhos, baterias etc.”. Vale acrescentar que, no caso das vigílias, os corinhos preferidos são os que trazem letras que se reportem à batalha espiritual.

²⁹ A “dança de mistério” está relacionada com o reteté, e este é entendido como uma espécie de ritual religioso desenvolvido pelos pentecostais, que é o momento em que o crente experimenta, de forma mais intensa, a manifestação do poder divino, envolvendo as expressões verbais, as gesticulações, a postura corporal etc., fruto da ação sobrenatural atribuída ao poder do Espírito Santo ou pela presença de Jesus (Guerreiro, 2016, p. 21).

Nem todo pentecostal se considera um crente do reteté, do contrário, todo adepto do movimento do reteté vê-se como um pentecostal. No entanto, na cosmovisão deste segundo, o reteté é a forma mais efervescente e autêntica da pentecostalidade, uma vez que a experiência sobrenatural é elementar na identificação do pentecostal. Por conta disto, há grande contestação acerca dessa efervescência pentecostal vista no reteté, como observamos no depoimento de um de nossos interlocutores:

O pentecoste é biblicamente um movimento cristocêntrico esse tipo de movimento (reteté) não reconheço como pentecostal, os grande avivamentos que aconteceram na história da igreja foram movimentos cristocêntricos, já esses por eles não serem cristocêntricos não duram muito tempo e estão fadados ao fracasso, pois muitos estão atrás de sinais proporcionados por um líder, e esse líder, ao passar do tempo, acaba não correspondendo às expectativas desse crente. E o agente responsável por essa manifestação de poder é o Espírito Santo no pentecostalismo e não um líder, por isso não reconheço como pentecostal. (Pereira, 2019)

A posição do pastor pentecostal João Pereira³⁰, líder de uma Assembleia de Deus da Marambaia (Belém/Pará), segue a linha de contestação do movimento do reteté, pois ele acredita que a influência de um líder nesse segmento religioso sobrepõe a influência do Espírito Santo. Como defende o pastor, o Espírito Santo é o agente responsável pela legitimidade pentecostal, e não uma pessoa, ficando subentendido seu desconforto para com os líderes emergentes do supracitado movimento, pelo qual desconstroem o que o referido pastor acredita ser o verdadeiro pentecostalismo. Por fim, ele acaba não reconhecendo o reteté como movimento pentecostal.

A objeção ao reteté por parte de alguns líderes pentecostais que foram entrevistados segue em várias frentes de questionamentos, como: “a falta de fundamentação bíblica” (Pereira, 2019), “a busca da superioridade espiritual em relação aos não adeptos dessa forma de expressão religiosa” (Gonçalves, 2019), “a ênfase no ritualismo” (Dutra, 2019), entre outros. O pastor pentecostal assembleiano Antônio Dutra³¹, em entrevista, questionando as práticas do reteté nas vigílias da mata em Belém, alegou:

Já frequentei terreiros de umbanda vi uma grande semelhança com as vigílias onde pessoas rodavam e tocavam tambores, sem o direcionamento de Deus. Já ocorreram até acidentes onde pessoas rodavam e se machucavam ao cair com o rosto no chão (Dutra, 2019)

Já o pastor José Gonçalves, um dos líderes da comunidade pentecostal Deus é Pai³², ao se referir ao reteté, afirmou em entrevista que:

³⁰O pastor João Pereira lidera, aproximadamente há duas décadas, uma das maiores igrejas pentecostais do bairro da Marambaia.

³¹O pastor assembleiano Antônio Dutra é, atualmente, coordenador de um grande bairro em Belém, que apresenta uma grande extensão de mata, lugar sugestivo para esses tipos de reuniões.

³²O pastor José Gonçalves é um dos líderes da comunidade pentecostal Deus é Pai, localizada no bairro da Marambaia, próximo à mata da Marinha, onde nossa pesquisa se concentra.

Muitos desses movimentos dão ênfase em profecias campanhas de revelação, e muitos ao frequentar esses lugares estão à procura dos seus bens materiais e assim satisfazer suas próprias vontades, o que eu chamo de cultura da vitória, e isso está desfigurando verdadeiramente o que é o movimento pentecostal (Gonçalves, 2019)

Como vimos na fala de nossos interlocutores, há várias formas de questionamento a esse tipo de efervescência pentecostal. A despeito de toda essa rejeição já posta, é natural que existam aqueles que compreendem o reteté como algo positivo, os quais também não são poucos. O pastor pentecostal Paulo Valente, da Igreja evangélica Aliança em Deus³³, descreve o movimento do reteté como algo proveniente do poder de Deus, sendo um simpatizante dessa forma de expressão religiosa, ao afirmar:

O centro dele é a manifestação do poder de Deus através do Espírito Santo, e com isso vemos a participação dos membros ao se envolverem e desejarem sentir o poder de Deus, e nossas reuniões são mais avivadas, contemplando assim a alegria do povo de Deus, caracterizando-se como um povo barulhento. (Valente, 2019)

Sendo assim, o reteté, no sentido de movimento que compõe a efervescência pentecostal, mediante a experiência religiosa atribuída ao poder que o Espírito Santo proporciona na vida do crente, integra o campo de análise da pesquisa, pois, como dito anteriormente, essa forma de expressão religiosa é recorrente na vigília da mata.

Consequentemente, essa forma de expressão religiosa agrega à vigília um grande capital simbólico religioso, destoando dos interesses de muitas igrejas estabelecidas no campo pentecostal, que veem nessas vigílias uma força concorrencial pelo monopólio dos bens simbólicos desse campo.

3. A VIGÍLIA E O PODER

A vigília de oração sempre fez parte das características que compreendem o movimento pentecostal. Maxwell Fajardo nos lembra que:

Embora a teologia pentecostal indique que não exista uma predileção divina com relação ao melhor horário para a oração (como acontece no islamismo, por exemplo)[...] entende-se que a madrugada é um momento propício para a oração, já que exige um comprometimento maior por parte daquele que se propõe a orar. (2015, p.238)

Dessa maneira, há de se levar em consideração que esse “comprometimento maior” no campo religioso pentecostal se torna sinônimo de poder. Assim, uma percepção primordial que se deve considerar, em qualquer abordagem referente ao movimento pentecostal, é compreender que o preceito normativo do *ethos* pentecostal remete à vida apostólica. Portanto, a vigília da mata, enquanto integrante do campo religioso pentecostal, compreende esse preceito, posto que, na

³³O pastor pentecostal Paulo Valente é pastor presidente da Igreja evangélica Aliança em Deus, que tem sua sede localizada no bairro da Marambaia, próximo à região onde acontecem as vigílias da mata.

concepção dos seus integrantes, a vigília da mata é um lugar onde o poder do Espírito Santo se manifesta na vida do crente, como, de certa forma, manifestou-se na vida dos apóstolos, atribuindo a eles o poder que só o Espírito Santo pode proporcionar a uma pessoa. Um dos entrevistados nos relatou a seguinte situação:

Eu tinha tropeçado na caminhada e já tem três meses que voltei aos caminhos e aqui no monte é onde Deus está me levantando e revelando pra mim o oculto e o escondido e ele já me mostrou que o inimigo vai se levantar contra mim, pois está furioso com a minha volta, mas vai tudo cair por terra. (PEDRO, 2018)

Percebe-se, na fala do entrevistado que reintegra o grupo de oração, que, ao reintegrar, Deus o outorga dons espirituais, de modo a possibilitar que ele tenha revelações e visões sobrenaturais. De forma explícita, confere a ele um poder simbólico típico do crente pentecostal, que, através da experiência pessoal com o poder do Espírito Santo, agrega o preceito normativo do pentecostalismo, o qual, na visão dos frequentadores, legitima a vigília da mata enquanto um espaço autenticamente pentecostal.

Dessa maneira, esse tipo de legitimação atribuído à vigília da mata a torna um espaço oportuno ao religioso pentecostal, o qual vê, nesse tipo de reunião, uma possibilidade de desenvolver sua experiência religiosa, como na fala do entrevistado Paulo Damasceno (2018). Quando perguntado sobre a motivação que o trazia para a vigília, ele, de forma direta, respondeu: “Aqui na mata é guerra espiritual, os demônios que guerreiam aqui são os que expulsamos lá fora”. Sendo assim, a vigília, entre outras coisas, torna-se um lugar em que o crente busca poder diante das lutas espirituais. Em outras palavras, é o espaço onde o crente pentecostal se fortalece para o enfrentamento dos conflitos espirituais, justificando de algum modo o que disse uma das entrevistadas:

Aqui no monte temos que entrar preparado, não pode ser de qualquer jeito, sem consagrar³⁴ a vida. Certa vez entrei com os irmãos para orar, sem estar preparada. Quando cheguei em casa, senti fortes dores no pé. Depois de muita oração pra dor passar, o Senhor me deu o discernimento que a dor era por causa de uma seta³⁵, lançada pelo Rompe Mato³⁶. Desde então, nunca mais entrei sem me consagrar. Aqui na mata é guerra espiritual. (Maria, 2018)

Sob a ótica do evangélico encantado³⁷, apresentado pela entrevistada, fica clara a compreensão em atribuir ao espaço de reunião prerrogativas que exigem um pré-requisito de seus frequentadores,

³⁴A consagração geralmente é compreendida pelos pentecostais através do sacrifício do jejum e oração, que, na maioria das vezes, tem um propósito de fortalecimento espiritual do crente.

³⁵No caso, uma flecha espiritual de força maligna.

³⁶Rompe Mato é uma entidade da umbanda, que é vista de forma pejorativa pelos pentecostais, os quais atribuem a ele um caráter demoníaco.

³⁷Gustavo Soldati Reis (2016, p. 76-91), na abordagem sobre a identidade entre as representações da palavra escrita e imaginada, relata que os evangélicos na Amazônia paraense, de alguma forma, apropriam-se e dão ressignificação às suas encantarias, visagens e pajelanças, em uma linguagem simbólica, logo, desenvolvendo um evangelismo caboclo, a partir de um evangelho encantado.

de entendê-lo como um espaço diferente de qualquer outro, que, em certa maneira, mostre que a vigília não é para qualquer pessoa, mas sim para aqueles que de fato buscam uma certa espiritualidade, ou seja, poder. Nessa concepção, a vigília da mata promove, de forma velada, uma hierarquia espiritual no contexto da dimensão religiosa pentecostal, que vem vislumbrar um conflito religioso entre os agentes que integram o campo religioso pentecostal, uma vez que essas vigílias suscitam o misticismo do tipo segmentador, abordado por David Mesquiati sobre o movimento pentecostal, quando afirma que:

O misticismo do tipo segmentador, por sua vez, seria aquele que usaria da sua experiência para afastar-se do grupo e romper os laços com os demais, sob pretensa superioridade, seja da ordem do conhecimento de Deus, da sua vontade ou da suposta proximidade com ele. Sua via de acesso é vista como a única forma de conhecimento e acesso ao sagrado. Menospreza os ritos, os sacramentos, os textos sagrados, a tradição, as instituições, a teologia e vê-se como autossuficiente. (2017b, p.544)

Essa observação que Mesquiati elabora sobre essa face do tipo segmentador do pentecostalismo é bem oportuna para a análise sobre o conflito simbólico que há no campo religioso pentecostal, em virtude das vigílias da mata, uma vez que estas, permitindo acumulação de capital simbólico, provocam maior embate contra as forças majoritárias do pensamento pentecostal, justificando, de certa maneira, algo que nos chamou atenção na vigília desenvolvida pela pastora Débora. Isso porque muitos visitantes que participam das reuniões nem sempre carregam consigo o consentimento para ali estar, por parte de seus líderes, ficando evidente o jogo conflituoso de poder.

Entretanto, uma maneira de perceber o conflito por dominação dentro do campo religioso pentecostal, no que se refere ao contexto de embate que esse tipo de vigília provoca, decorre das frequentes críticas que a vigília da mata sofre por parte das forças dominantes desse campo religioso, o que põe em xeque o *habitus* concebido nesse tipo de segmento religioso, como uma tentativa de descapitalização simbólica, em que fica evidente o conflito entre o poder “ortodoxo” e o “herético”.

3.1. PERCEPÇÃO DA LÍDER

Foi de extrema importância para a pesquisa conhecer e apresentar a compreensão e o posicionamento que a pastora Débora, como já mencionada, líder do grupo em que acompanhei na pesquisa, tem sobre as significações que a vigília da mata apresenta. Mediante a isso, viu-se necessário entrevistá-la³⁸, no sentido de tornar mais evidentes essas observações, como apresentado em pequenos trechos a seguir.

³⁸ Foi realizada entrevista com a pastora Débora Silva para esclarecer sua visão sobre os significados que a vigília da mata exerce, assim como sua perspectiva acerca da vigília enquanto líder do grupo de oração.

A pastora Débora Silva reforça a recorrente concepção de que a vigília da mata não é um espaço apropriado a qualquer um. Em entrevista, ela afirmou: “a vigília é um lugar só pra quem quer buscar uma coisa fina, diferente, sobrenatural”. Ainda sobre essa questão, ela declara algo que chamou bastante atenção:

O pastor³⁹ gosta de orar no monte com poucas pessoas, porque boa parte das pessoas aqui da igreja vão somente pra receber revelação⁴⁰, então expliquei a ele que a vigília tem que ser liberada a todos. Então, acertamos que seria liberado a todos, porém não iria ser anunciado no púlpito e nem faria convite, mas quem quisesse poderia ir se o Espírito Santo tocasse. Porque se eu anunciar no púlpito todo mundo vai. (Silva, 2018)

Compreendemos que esse posicionamento acerca dos aptos e não aptos a frequentarem a vigília da mata, assim como o receio em convidar os membros da igreja, está diretamente relacionado às tensões de disputa por domínio, comuns ao campo religioso pentecostal, visto que, ao perguntar sobre quais convites eram feitos aos membros de sua congregação, no que se refere à reunião de oração, a pastora Débora completou dizendo: “na igreja tem oração às 5h da manhã todos os dias, nessa oração todos são convidados, todos são pra estarem”. Nota-se, com isto, que as reuniões na mata não são vistas da mesma forma, comparadas às que ocorrem no templo, pois enquanto nas orações no templo o convite é maior e para todos, na mata, é só para quem sentir o desejo, sem um convite formal aberto a todos por parte da liderança da igreja.

No decorrer da entrevista, a pastora admitiu: “gosto mais de preparar a pessoa no monte e trazer pro templo”. Isso porque a ministra vê na vigília da mata um lugar propício ao processo de consolidação da vida convertida, o que ela chama de “busca pelo poder do crente”.

Quando perguntada sobre até quando pretendia manter as reuniões na mata, ela foi categórica em dizer que:

A nossa congregação é fruto da oração do monte, sempre fui de monte. Quando eu era da Assembleia de Deus, me incomodava porque tinha reunião em que só eu falava em línguas, batia palmas. Ficava incomodada com o povo sentado, cantando os três hinos da *Harpa*⁴¹, parecia que não ia acontecer nada na reunião. (Silva, 2018)

Fica notório que a vigília da mata é um dos elementos que fazem parte do *modus operandi* pelo qual a pastora constrói seu capital religioso⁴², embora fiquem claras suas ponderações para com

³⁹ Neste ponto, a pastora Débora Silva refere-se ao seu marido.

⁴⁰ Revelação, neste texto, remete ao dom espiritual de revelação, que, para os pentecostais, é uma ação espiritual em que uma determinada pessoa, por meio de forças sobrenaturais, acredita receber revelações divinas, que podem se configurar em várias ordens na vida daquela pessoa que está recebendo a revelação, a saber: sobrenatural, financeira, emocional etc.

⁴¹ *Harpa Cristã* é o nome do hinário principal das Assembleias de Deus no Brasil.

⁴² Célia Arribas (2012, p. 489) explica o capital religioso “como uma espécie de capital humano, uma *commodity pessoal* que pode ser acumulada pelos membros individuais do laicato”. Arribas faz essa afirmação, “ao considerar o capital religioso em termos de uma produção quase doméstica, ligada especificamente ao grupo religioso do qual o indivíduo faz parte”.

os que participam dessas reuniões na mata, uma vez que, como vimos, há um receio de que a reunião tenha forte presença dos membros de sua congregação, pois, para esses, já existem as orações diárias no templo. Vale destacar que a mata, onde são realizadas as vigílias, é constituída de vários espaços específicos, que os grupos avaliam ser mais adequados às orações, os quais eles chamam de montes de oração. Esses espaços são ocupados por vários grupos distintos, de diversas igrejas que, de algum modo, fazem gerar certa concorrência pela utilização do espaço, portanto, mais precisamente, concorrência entre os líderes dos grupos. Isto justifica, de alguma maneira, a preocupação da líder do grupo, no que diz respeito a estender o convite a todos os membros de sua congregação.

Na entrevista, a pastora Débora Silva alega que há vários propósitos distintos de diversos grupos quando entram na mata para orar, o que justifica a ministra preferir orar com seu grupo em um monte separado dos outros grupos, mas admite permitir que qualquer pessoa possa participar da reunião. Sobre isso, ela relatou:

Às vezes tem grupos que têm propósito diferente do nosso. Uma vez chegamos em um monte que já estava ocupado por um determinado grupo e eles conduziram a reunião de forma que não concordei, e viemos embora. Já tive problema com isso. O ideal é reunirmos só o nosso grupo, mas se alguém chegar, pode participar. (Silva, 2018)

Dito isso, entende-se que a vigília da mata é uma reunião importante na perspectiva da constituição do capital simbólico e religioso do grupo de oração liderado pela pastora Débora, que, na entrevista, confessou sofrer preconceito, por ser uma mulher de oração que ora na mata, onde, segundo ela, “desenrola o mistério”⁴³, termo que configura seu capital simbólico.

Durante a entrevista, a pastora relatou já ter vivido momentos de dissidência em seu grupo, por intermédio de líderes que, na ocasião, foram confiados à responsabilidade de dirigir reuniões de oração, os quais utilizaram o espaço para formar seu capital religioso. A pastora descreveu o seguinte fato:

Já teve dois casos de pastores auxiliares que dei a liberdade para dirigirem reuniões de oração e que pegou o povo e fundaram suas igrejas. No momento eu sofri, mas hoje eu entendo. Hoje, eu sou bem clara com os que aqui estão. Pergunto se o propósito aqui é deles se prepararem pra abrir seu ministério ou é pra me ajudar no templo. (Silva, 2018)

Entretanto, há uma preocupação quanto às rupturas em seu grupo, provenientes do espaço para formação do capital religioso de um eventual novo líder que possa surgir no grupo. Dessa forma, justifica-se a preocupação da pastora na forma como são conduzidas as vigílias da mata, em que o

⁴³Linguagem típica dos pentecostais para atribuir a uma pessoa a capacidade de manipulação das forças sobrenaturais nas reuniões pentecostais, no que se refere às experiências extáticas do poder, que acreditam ser provenientes do Espírito Santo.

ideal é que ela esteja sempre à frente da coordenação das reuniões, a fim de descartar qualquer interferência de uma possível força concorrencial. Garante-se, com isso, a preservação do seu capital religioso, nessa relação de poder, ficando notório seu duplo papel: ora líder de templo, quando preserva suas ovelhas na congregação, ora líder de mata, quando defende a importância da vigília na construção do seu capital religioso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigília da mata é um campo fértil para análise da dimensão religiosa, sobretudo da dimensão religiosa pentecostal, que, como dito antes, é repleta de variadas formas de expressão religiosa. Logo, gera-se a formação de inúmeras igrejas que, no campo religioso pentecostal, contribuem para o fortalecimento das tensões entre os agentes que integram esse campo, no que tange à disputa por domínio no contexto dos jogos de poder.

Sendo assim, vemos como é propício para essa análise o destaque nas observações que Daniele Hervieu-Léger (2008) constrói ao falar da religião em movimento, enfatizando o fato de que, embora a sociedade atual viva o processo de racionalização, a dimensão religiosa permanece constante, porém com formas mais diversificadas e autônomas. Nesse sentido, a autora afirma: “a crença e a participação religiosas são ‘assunto de opção pessoal’: assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política pode impor a quem quer que seja” (id, p.44). Assim, o religioso, na atualidade, atendendo a um perfil cada vez mais emancipado diante das instituições religiosas, pode encontrar na vigília da mata um espaço convidativo para manifestar sua religiosidade, o que naturalmente reforça o conflito por dominação entre os agentes que dominam a hierarquia do campo religioso pentecostal.

A pesquisa concluiu que as vigílias da mata são mais um espaço oportuno ao desenvolvimento de certa independência do crente em face da submissão às instituições de caráter regulador, uma vez que as experiências com o sobrenatural trazem ao sujeito religioso, entre outras coisas, um capital simbólico nesse campo religioso. Esse conflito de poder simbólico pode justificar, de algum modo, a visão depreciativa que o poder burocrático religioso atribui a essas vigílias, em uma tentativa de descapitalização simbólica, atribuindo a elas um caráter sincrético, mas em um sentido pejorativo.

Por conta disso, acredita-se que novas igrejas pentecostais independentes seguem surgindo na periferia de Belém e na sua região metropolitana, muito em função desse tipo de movimento de disputa de poder simbólico visto nessas vigílias. Isso contribuiu para um novo panorama de igrejas pentecostais que, de alguma forma, reforçam novos paradigmas de diferenças religiosas entre as igrejas pentecostais em Belém, nesse jogo de relações de poder.

Dessa maneira, a força motriz que sustenta esse conflito no campo religioso pentecostal, na figuração dos agentes, sacerdotes, magos e profetas, é o poder de dominação que cada um almeja, por meio do conteúdo simbólico, para que o domínio de outras ordens se alcance, que podem ser no aspecto político, espiritual, econômico etc.

O fato é que as relações conflituosas de poder se referem a uma realidade constante no contexto dos movimentos de vigília da mata, pois é o espaço em que o capital simbólico de um determinado grupo se fortalece, em um caráter insubordinado, que contraria o gerenciamento do comportamento que as forças majoritárias estabelecem para o campo, como forma de legitimação do domínio através do *habitus*. Assim, justifica-se a forma depreciativa pela qual as forças majoritárias do campo religioso pentecostal empregam para se referir às vigílias da mata, em uma notória tentativa de descapitalização simbólica, associando a tais movimentos um aspecto herético e irracional. Por outro lado, na ótica dos que integram esse segmento religioso, essa tentativa de descapitalização simbólica do grupo se configura em perseguição, algo natural na vida de todo crente fervoroso, pois uma de suas marcas é a vida marcada pelo triunfo das constantes batalhas que vivem, sendo assim, fica notório o jogo conflituoso do poder simbólico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. 6 ed. Campinas: Papirus, 2007.
- ARRIBAS, Celia. Pode Bourdieu contribuir para os estudos em Ciências da Religião? *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 15, p. 483, 2012.
- BODART, Cristiano das Neves. Tipo ideal de Max Weber. *Blog Café com Sociologia*. 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/tipo-ideal-de-max-weber/>. Acessado em: 19/07/2018.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.
- _____. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu/ Sociologia*. Trad. Paula Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DIANTEILL, Erwan. Pierre Bourdieu e a religião: síntese crítica de uma síntese crítica. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 34, n.2, 2003, p. 30-42.
- FAJARDO, Maxwell Pinheiro, “Onde a luta se travar”: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980), 358 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2015.

- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.p. 67-159.
- _____. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- GUERREIRO, Clayton S. *A gira do “reteté”: Uma análise das disputas sobre o “pentecostalismo legítimo”*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MACEDO, Emiliano Unzer. *Pentecostalismo e religiosidade brasileira*. 2007. 261 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, David Mesquiati. Os Pentecostais, o Espírito Santo e a Reforma. *Revista Pistis & Práxis: teologia e pastoral*, v. 9, p. 539-553, 2017.b
- _____. A leitura bíblica dos pentecostais e a noção de performance. *REVER: Revista de Estudos da Religião*, v. 17, p. 119-140, 2017.a
- REIS, Gustavo S. Evangélicos na Amazônia Paraense: identidade entre as representações da palavra escrita e imaginada. *Observatório da Religião*, v. 03, p. 76-91, 2016.
- SILVEIRA, E. J. S.. Programa Religare - Conhecimento e Religião. Belo Horizonte. *TV- Horizonte*, 15 jun. 2015. Entrevista a Flávio Senra. Disponível em 17/08/2019 em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hnInWm4iS0A>>
- TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. 7. ed. Revista. São Leopoldo: Sinodal, 2014.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília (DF): Editora da UnB, 2004. v. 2.
- Entrevistas**
- ALFEU, Tiago. Falando Sobre a vigília. Belém-PA, 08 jun. 2018. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.
- CLOÉ, Maria. Falando Sobre a vigília. Belém-PA, 08 jun. 2018. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

DAMASCENO, Paulo. Falando sobre a vigília. Belém-PA, 08 jun. 2018. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

DUTRA, Antônio. Falando sobre as vigílias do templo e da mata. Belém-PA, 19 abr. 2019. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

GONÇALVES, José. Falando sobre as vigílias do templo e da mata. Belém-PA, 14 abr. 2019. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

PEREIRA, João. Falando sobre as vigílias do templo e da mata. Belém-PA, 03 mai. 2019. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

SALOMÃO, João. Falando Sobre a vigília. Belém-PA, 08 jun. 2018. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S Moura.

SILVA, Débora. Sua visão da vigília. Belém-PA, 24 jul. 2018. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.[a entrevista encontra-se gravada em arquivo MP3 74:31min]

SIMEÃO, Pedro. Falando sobre a vigília. Belém-PA,08 jun. 2018. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

VALENTE, Paulo. Falando sobre as vigílias do templo e da mata. Belém-PA, 23 abr. 2019. Entrevista concedida a Luís Rodolfo da S. Moura.

APONTAMENTOS SOBRE O REINADO DE ALFONSO VIII: UMA ANÁLISE DO PODER RÉGIO E DO PODER ARISTOCRÁTICO

NOTES ON THE REIGN OF ALFONSO VIII: AN ANALYSIS OF ROYAL POWER AND ARISTOCRATIC POWER

Lívia Maria Albuquerque Couto¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo elencar estratégias empreendidas por Alfonso VIII, de Castela, numa tentativa de promover mudanças político-sociais ao seu favor, isto é, inserido em um conturbado contexto o monarca necessitava de apoio para cessar os conflitos internos e fortalecer seu reinado. Nesse sentido, defendemos que uma estratégia deste monarca castelhano para fortalecer seu poder real foi investir em obras de cunho didático com finalidades políticas. Logo, entendemos que foi atribuído discursos de negociação influenciados por Alfonso VIII, para fortalecer o poder real, nessas obras. Assim, essas teriam a função de distribuir características direcionadas à aristocracia, como por exemplo: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e Força Guerreira, além de difundir mecanismos de negociação baseados em conquistas territoriais, que auxiliariam no reinado de Alfonso VIII.

Palavras-chave: Alfonso VIII; Teoria Política; Discurso Político.

Abstract: This article aims to list the strategies undertaken by Alfonso VIII, of Castile, in an attempt to promote political and social changes in his favor, that is, inserted in a troubled context the monarch needed support to cease internal conflicts and strengthen his reign. In this sense, we argue that a strategy of this Castilian monarch to strengthen his royal power was to invest in didactic works with political purposes. Therefore, we understand that negotiation speeches influenced by Alfonso VIII were assigned to strengthen royal power in these works. Thus, these would have the function of distributing characteristics aimed at the aristocracy, such as: Balance, Loyalty, Courtesy, Religious Generosity and Warrior Strength, in addition to spreading negotiation mechanisms based on territorial conquests, which would help in the reign of Alfonso VIII.

Keywords: Alfonso VIII; Political Theory; Political Discourse.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Integrante do Grupo de Pesquisa *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq/UFS). E-mail: couto.livia@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O reinado de Alfonso VIII, o Nobre, de Castela, (1158-1214) foi lembrado pela documentação e pela historiografia, principalmente, pelo seu papel na Reconquista², porque ao final de seu reinado o caráter de cruzada foi definitivamente associado a este movimento³. Isso aconteceu, devido, principalmente, ao segundo avanço islâmico dos Almôadas, em 1179. Esta dinastia norte-africana (1130-1269), que se auto intitulava “crentes na unidade de Deus” (CAHEN, 1992, p. 295), era ainda mais intolerante que a anterior, dos almorávidas (1056-1147), pois pregava uma rigorosa moralidade baseada no Alcorão.

Desse modo, como corte cronológico para este artigo, optamos por meados dos séculos XII e princípio do XIII, pois é neste período que podemos observar o gradual enfraquecimento e dissolução do poderio muçulmano frente aos Reinos Cristãos. Com o intuito de contribuir para o que é pesquisado sobre o reinado de Alfonso VIII, e após observar as táticas empreendidas por este monarca castelhano em sua ideologia política, pretendemos analisar o uso dos seus discursos de poder, através de produtos intelectuais financiados por este rei.

Nesse sentido, defendemos que uma estratégia deste monarca castelhano para fortalecer seu poder real foi investir em obras de cunho didático com finalidades políticas: podemos citar como exemplo: *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy; *Historia de Rebus Hispanial sive Historia Gothica*, de Rodrigo Jiménez de Rada; e *Chronica Latina Regum Castellae*, de Juan de Osma; e o *Poema de Mio Cid*, de Per Abbat. Dessa maneira, a hipótese a ser defendida neste artigo, foi que Alfonso VIII patrocinou a criação dessas obras na tentativa de utilizá-lo como um instrumento de características propagandísticas para as relações sociais e de negociação, entre a aristocracia e a monarquia. Logo, entendemos que foi atribuído discursos de negociação influenciados por Alfonso VIII, para fortalecer o poder real, nessas obras, com o apoio da Igreja Medieval, visto que eram de autoria de clérigos.

Argumentamos que o monarca castelhano se utilizou das canções de gestas que eram “consumidas” para atingir um público alvo, isto é, a aristocracia, que escutava os jograis e os trovadores. Segundo Menéndez Pidal (1947, p. 32), os principais leitores desta obra eram cavaleiros e homens da cidade. Assim, as obras teriam a função de distribuir características direcionadas à aristocracia, como por exemplo: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e Força Guerreira. Além de difundir mecanismos de negociação baseados em conquistas territoriais, que auxiliariam no reinado de Alfonso VIII.

² A Idade Média Central Ibérica (séculos XI-XIII) foi um período intensamente marcado por uma série de conflitos políticos e militares alternados, envolvendo os chamados Reinos Cristãos Peninsulares e os Reinos Taifas da Andaluzia, em um processo de lutas territoriais denominado Reconquista.

³ Para melhor entendimento do assunto recomenda-se a leitura: GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, n. 6, 2009.

Conforme Fátima Regina Fernandes (2009, p. 47), é necessário entender a construção das representações ideológicas régias, visto que, a compreensão das ideologias passa pela História do Poder, mas ao estudarmos a base de construção dos modelos de poder régio, devemos ter consciência de que o papel do patrocínio é decisivo a esta compreensão. Ainda segundo esta autora, o esforço dos pensadores medievais em resgatar o elemento público na tradição clássica diretamente associado à figura e a função do rei legitimava o conceito de poder régio no âmbito social. Afinal, o rei medieval era um “monarca contratual com uma dimensão feudal ou ascendente de poder”, como nos diz Ullman (1999, p. 15).

Ao reproduzir em seus espaços de atuação, adequando as especificidades de suas realidades, os letrados acabavam tornando natural o discurso ao conectá-lo com elementos predominantes na tradição e cultura dos povos que a elas deveriam reconhecer e submeter-se. Sendo importante ressaltar, que muitos reis do medievo se valeram de diversos tipos de estratégias e veículos de difusão de supremacia monárquica e as mais recorrentes foram as crônicas régias (FERNANDES, 2009, p. 51-52).

Assim como Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (2002), compreendemos o discurso como uma construção humana coerente, coletiva, dinâmica, e organizada sobre uma determinada temática. Assim como Michel Foucault (1979), acreditamos que os discursos seriam saberes, ou seja, compreensões produzidas pelas sociedades sobre as relações humanas.

Dessa forma, o relato de um passado comum atrelado às figuras idealizadas dos monarcas permitiria aos mais simples vassalos a inclusão numa dimensão histórica do reino. Logo, a identidade do reino se construiria a partir da elaboração de um passado comum, bem como da fixação de signos e símbolos, como os estandartes e flâmulas e as armas do reino, o grito de guerra, elementos criados por e para o reino e que gerariam a identidade de uma corte a partir da figura do rei.

Como Gabriel Almond e Sidney Verba destacaram (1989, p. 12-13), as análises de cultura política são campos privilegiados para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional. Desse modo, entendemos que os representantes do monarca atuavam na criação de uma cultura política com o objetivo de influenciar a criação de uma identidade local,⁴ assim, moldar a sociedade, segundo suas concepções político-sociais para auxiliar seu “programa de governo” (ALVARO, 2008, p. 46).

⁴ O papel que a Igreja desempenhava na sociedade medieval, como um todo, é indiscutível, desde o âmbito político até o cultural e isso não foi diferente no território castelhano do século XIII.

Na tentativa de redefinição das especificidades do poder político faz-se necessário entender a noção do social e o conceito de analogia. Pois, os acontecimentos políticos não se auto explicam, e dependem da análise de outras dimensões da realidade histórica, isto é, o social, a economia e a cultura. Logo, fatores não-políticos são importantes para a compreensão dos processos políticos. Segundo Francisco Falcon (1997, p. 120), o estudo do político compreende não apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Com base no que foi dito justificamos que as obras (*Crônicas e Poema*) já citadas podem ser utilizadas como testemunho histórico, porque nos possibilita uma ideia, não do período em que viveram os personagens, mas a representação dada pelo autor a eles. Nesse sentido, argumentamos que esta visão utilizada pelo autor dos documentos, na verdade, pode ser considerada uma estratégia para falar de personagens contemporâneos a ele, uma espécie de alegoria, em que algo representa ou significa uma coisa diferente. Por isso, é necessário pensa-los dentro de um contexto, relacionando o seu discurso ao social.

Ao analisar o contexto de Alfonso VIII frente a sociedade castelhana do século XIII percebemos que ele possuía autoridade legítima, já que a monarquia hispânica, segundo Adeline Rucquoi (1995, p. 32), outorgava o direito de comando ancorada na tradição, em que a noção de linhagem e mérito eram atributos da herança. Logo, se o monarca era reconhecido e aceito por seus súditos, a questão era: como o monarca, o corpo vivo da monarquia, realizava os esforços de conjugar as alianças necessárias para garantir a sua atuação?

Segundo Ignacio Álvarez, (2008, p. 20) a atuação do monarca se caracterizava por uma política de alianças com a aristocracia e os eclesiásticos, baseada em uma série de acordos e concessões. Nesse contexto, a partir do momento em que existem indivíduos/grupos que são induzidos a comportarem-se tal como um indivíduo deseja, entendemos que o monarca exerce seu poder por meio de instrumentos ou de coisas. No caso específico da aristocracia, o interesse por senhorios.

Deste modo, é preciso destacar que não existia centralização do poder no reinado de Alfonso VIII, mas sim “micropoderes”. Conforme Foucault (1979, p. 50), este não eram ligados necessariamente ao poder monárquico, isto é, se trata dos demais poderes que exerciam influência na sociedade, tais como: os eclesiásticos, o clero, a aristocracia guerreira etc. Percebemos isso, por exemplo, na sociedade castelhana ao analisar o funcionamento dos senhorios, pois nessas relações baseadas na feudalidade, um vassalo poderia servir a mais de um senhor (BASCHET, 2006, p. 115). O que nos leva ao questionamento de António Manuel Hespanha (1994, p. 15): se a Monarquia

enquanto instituição não é ignorada, como os poderes locais se relacionavam com este poder monárquico? Isto é, até que ponto a legitimidade desta monarquia conseguia ser reconhecida? Por isso, afirmamos que a aristocracia estaria inserida numa “horizontalidade” de poder, visto que, apesar de estar calcada numa “verticalidade” e se encontrar abaixo do monarca, ela era detentora do poder em seus senhorios (ALVARO, 2013, p. 35).

Diferentemente de Kantorowitz (1998), que afirmava que no pensamento político medieval, rei e súditos eram como um só corpo, argumentamos, baseados em Hespanha (1994), que o rei era a cabeça do corpo, e precisaria desenvolver mecanismos para lidar com os demais membros do corpo político, estes que representariam as diversas parcelas da sociedade.

Segundo Julio Valdeón Baruque (2005, p. 27-28), durante o cenário de *Reconquista* foi possível perceber um gradual processo de crescimento e de fortalecimento, se não de toda, pelo menos da alta aristocracia. Parte deste acréscimo de poder foi consequência direta do processo expansionista pelo qual o reino passou, o que ocasionou não somente uma aristocracia rica, mas também agraciada com extensos poderes e influência em diversas esferas da política do reino.

Ao buscar responder às questões acerca da análise da narrativa e do simbólico, nos valeremos dos estudos de Tzvetan Todorov (2003, p. 22-23) que concerne ao estudo da estrutura da narrativa, sua natureza e seus princípios. E quanto à metodologia de análise do discurso, utilizaremos a proposta de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (2002, p. 194-223), isto é, método aplicável, sobretudo, a textos que seguem formas fixas de organização, como documentos notariais, crônicas e poemas, ou que apresentam o mesmo conteúdo narrativo, já que permite apontar as continuidades e as rupturas. O uso desta técnica demanda que um dado documento seja confrontado a outros que lhe são anteriores ou contemporâneos. Assim, com esta técnica, os documentos são analisados à luz de seu contexto literário em perspectiva sincrônica, ou seja, dos textos que lhe são contemporâneos, no nosso caso: o reinado de Alfonso VIII.

Tratando-se das relações de poder e interdependência, devemos citar os prismas expostos por Maria Filomena Pinto da Costa Coelho (2014) e Bruno Gonçalves Alvaro (2013), respectivamente. O primeiro seria a definição de poder corporativista, ou seja, contribuiriam para uma visão de poder para além da noção idealizada de centralização, tão imposta aos reinados medievais. Eles quebrariam com este paradigma, pois argumentam que não se quer negar a importância do poder régio, nem se quer equipará-lo aos demais poderes. Pretende-se propor uma visão mais complexa e histórica do poder, que permita contemplar, por um lado, a existência de um princípio de unidade política (a monarquia, o reino) e, por outro lado, como esse princípio governava em um universo de poderes políticos que gozavam de autonomia relativa. Logo, a monarquia estava inserida em um sistema pluralista de poder.

E o segundo conceito, nos remete a ideia de que existia uma dependência mútua entre as duas instâncias⁵ de poder por nós analisadas nesta Dissertação, isto é, monarquia e aristocracia. Logo, “a busca pela percepção de uma interdependência mútua que visa a negociação para a obtenção dos interesses de seus participantes... A isso, podemos chamar, também, de horizontalidade” (ALVARO, 2013, p. 35-36). No entanto, esta não anularia a verticalidade nas relações presentes na aristocracia medieval. Logo, através da interdependência entre duas esferas primordiais há troca, que seria entendida como um mecanismo básico da ação social, por meio do qual se constituem vínculos e hierarquias sociais.

ELEMENTOS GERAIS DA “TEORIA POLÍTICA” DE ALFONSO VIII

Logo após os primeiros anos do reinado de Afonso VIII, poucos apostariam que esse rei seria aquele que por mais tempo (cinquenta e seis anos) governaria o reino de Castela. De fato, em meados do século XII, Castela tinha acabado de se separar de Leão, porque com a morte de Afonso VII, o imperador,⁶ em 1157, os reinos peninsulares foram divididos entre seus filhos. Castela e Toledo, os mais ricos e mais importantes, ficaram com seu primogênito, Sancho III, pai de Afonso VIII (GONZÁLEZ, 1960, p. 106).

Após a morte de Sancho III, o jovem rei Afonso VIII serviu de joguete nas mãos das duas grandes famílias aristocráticas que disputavam o poder em Castela, essencialmente, os Lara e os Castro (MARTÍNEZ- DÍEZ, 1995, p. 26-27). Além disso, o seu tio Fernando II reclamava igualmente a regência do reino, situação que quase conduziu a uma guerra civil. Logo, o monarca estava inserido num conturbado contexto social e político. Por isso, o prestígio e poder de Afonso VIII estavam bastante condicionados a assumir seu reinado. Nesse sentido, é interessante destacar como o processo de senhorização teve por consequência uma aristocracia laica e eclesiástica detentora de imensos latifúndios que lhes conferia poder e riqueza (BASCHET, 2006). Sendo que, a fidelidade à monarquia por parte destes era sempre duvidosa.

Por isso, após alcançar a maioridade, Afonso VIII teve que se dedicar a recuperar os territórios tomados de Castela por seus vizinhos nos anos anteriores. Assim, pela primeira vez, ele

⁵ Temos ciência das demais instâncias de poderes existentes no medievo, como, por exemplo: as eclesiásticas, mas em nossa análise nos limitamos apenas as relações do poder monárquico com a aristocracia. Interpretando-a sem a presença dos eclesiásticos.

⁶ Segundo Rucquoi, a adoção do título de “imperador” por Afonso VI (1072-1109), e por seu neto Afonso VII (1126-1157), indicavam o programa político dos monarcas castelhanos. Sendo que este título não era só simbólico, pois os reis que o reivindicavam pretendiam exercer efetivamente esse *imperium* sobre todo o território ibérico (RUCQUOI, 1995, p. 110).

enfrentou a “ameaça” muçulmana. Para isso, renovou a aliança com o rei lobo⁷ da Múrcia, rei muçulmano da Taifa, mas um inimigo ferrenho dos Almôadas. Contudo, estes aliados aos leoneses reagem rapidamente ante à ameaça representada pela Entente de Castela com o rei da Múrcia. Deste modo, os Almôadas, sob o comando de seu califa Abu Yaqub, atacam as terras de Toledo e da Múrcia e vencem o rei Lobo (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 112-113).

Além disso, os Almôadas sitiaram Huete, no reino de Castela, em 1172. Felizmente para os castelhanos, Alfonso VIII veio em socorro e juntos conseguiram retomar a região. No ano seguinte, as hostilidades continuaram entre Castela e os Almôadas, com um “tremendo revés” para os cristãos (GONZÁLEZ, 1960, p. 75).

Durante uma expedição do “concejo de Ávila” pelo Al-Andaluz, os Almôadas conseguiram matar o líder de Ávila, Sancho Jiménez, que havia se rebelado contra os muçulmanos. Como o conflito estava sendo muito mais complicado do que os cristãos castelhanos haviam imaginado, e estes ainda tinham outros inimigos para lidar, Alfonso VIII solicitou um “cessar-fogo”. Os Almôadas concederam, em 1173, por um período de sete anos (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 120).

Após a assinatura dessa trégua, o monarca castelhano e seu aliado Alfonso II de Aragão, voltaram a se concentrar na região de Navarra. É fato que o rei de Navarra, Sancho VI, avançou sua fronteira invadindo Castela, aproveitando-se da minoridade de Alfonso VIII. Portanto, era previsível que este tentasse se vingar e recuperar os territórios perdidos.

O ataque planejado em conjunto entre castelhanos e aragoneses foi devastador, uma vez que não somente conseguiram recuperar os territórios em Bureba, la Rioja, Vizcaya e Alava, como também ameaçaram a própria integridade do reino navarro. Por esta razão, Sancho VI recorreu à arbitragem de Henrique II da Inglaterra, sogro de Alfonso VIII (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 150). Porém, em 1177, a sentença deste não satisfazia nenhuma das partes. Assim, a decisão não foi respeitada por nenhum dos reis. Contudo, as negociações começadas resultaram na trégua, em 1179 (RUCQUOI, 1995, p. 113).

Após ter assinado com Sancho VI o acordo de trégua (“el compromiso arbitral”), Alfonso VIII se preparou para enfrentar novamente os almôadas. Como o califa Abu Yakub ibn Abd al-Mumin estava certo da trégua que havia assinado com o monarca castelhano tinha embarcado para Marrocos, em 1176. Com os muçulmanos despreparados, Alfonso VIII “emprende tranquilo el sitio de Cuenca” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 123). Conforme a *Primera Crónica General*:

Agora torna ell arçobispo en la estoria a razonarsse con Cuenca, et llamala et diz assi: <<Cuenca, miembrate de los días del tu prinçep, en la remembrança del

⁷ Muhammad ibn Mardani's, monarca muçulmano aliado aos cristãos no Levante, “a quem os cronistas chamam el rey Lobo” (RUCQUOI, 1995, p. 169).

esclaresçe tu toda et alumbra la tu faç; el nombre dell en las tus alabanças, la gloria del sea la tu rememrança; ell ennadio deffendimiento a los tus terminos, et enssancho el derecho de la tu cathedra, esto es la tu eglesia catedral>>. Aun ua la estoria contando en los fechos deste muy noble don Alffonssso, rey de Castiella, et dize (MENÉNDEZ PIDAL, 1955, p. 679).

Assim, com vinte e dois anos o monarca castelhano garantiu, com esta conquista, o flanco oriental do reino de Toledo. Um fato importante da investida a Cuenca foi que o rei Alfonso II de Aragão, ajudou o monarca de Castela. Isso fez com que a aliança dos dois reinos fosse estreitada e algumas diferenças resolvidas⁸. Posteriormente, foi assinado um tratado entre Aragão e Castela, no qual Alfonso VIII anulava a vassalagem que, em teoria, Alfonso II lhe devia, fato que incomodava bastante os aragoneses. Em contrapartida, as investidas contra o reino de Navarra prosseguiram e terminaram em conquistas territoriais (RUCQUOI, 1995, p. 76). Por isso, além deste, outro Tratado foi assinado pelos monarcas, em 1179. Nele, se fazia uma divisão planejada do reino de Navarra, pois “se planeaba conquistar en campañas futuras” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995 p. 229).

Quando não precisava mais se preocupar com a ameaça Almôada, Alfonso VIII, pelo menos nesse período, decidiu se vingar dos leoneses que tanto interferiram em seu território na época da sua minoridade. Inclusive, se aliaram por várias vezes aos inimigos muçulmanos. Por isso, o monarca organizou uma campanha para recuperar as posses que Castela havia perdido. O monarca castelhano conseguiu mais do que alcançar seus objetivos depois de derrotar Fernando II em Castrodeza, no ano de 1178. Segundo Jiménez de Rada (1989, p. 288), Alfonso VIII conseguiu reconquistar todo território que havia perdido, inclusive “el Infantado”, que não se sabia bem a quem realmente pertencia.

Dessa forma, a campanha contra Leão durou de 1178⁹ a 1181, quando a paz foi finalmente assinada. Com isso, se devolvia aos leoneses a situação fronteiriça que Alfonso VIII havia determinado ao dividir os reinos de Castela e Leão. Contudo, as hostilidades recomeçaram no ano seguinte, o que resultou na assinatura de um novo Tratado (GONZÁLEZ, 1960, p. 360). Pacificada a fronteira leonesa, Alfonso VIII se colocou, em 1182, frente a seu exército e dirigiu uma expedição de punição contra os Almôadas. Durante esta campanha, o monarca de Castela conquistou alguns territórios dos inimigos, inclusive, acampou na fronteira com Córdoba.

No natal de 1182, Alfonso VIII celebrou sua terceira corte¹⁰ plena em Medina de Rioseco (MARTÍNEZ DÍEZ, 1988, p. 145). Sem descanso, “las algaras dirigidas contra Al-Andaluz continuaban

⁸ O apoio oferecido ao rei de Castela pelo rei de Aragão não era o apoio de um vassalo ao seu imperador, mas o de um rei a outro. Isso demonstrou que “os príncipes ibéricos eram ainda capazes de se aliar para levarem a bom termo uma operação de Reconquista” (RUCQUOI, 1995. p. 174).

⁹ Antes de sua Campanha, Alfonso VIII havia convocado sua segunda “cúria plena” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995. p. 137).

¹⁰ Espaços de negociação, no qual monarquia e aristocracia lidavam com suas questões políticas.

durante los veranos, hasta 1189. Sin embargo, sólo en 1186 se ocupó Alfonso VIII de la dirección personal de la expedición” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 132). Essas expedições resultaram em enormes riquezas para os castelhanos, durante os vários anos de lutas no território “andaluces”.

Nesses anos de prosperidade, o monarca castelhano convocou mais duas cortes. A de número quatro se reuniu em Nájera e a quinta foi em San Esteban de Gormaz, em 1187. Esta última deve ter sido uma das celebrações mais luxuosas do reinado de Alfonso VIII. Nessa ocasião foi discutido o possível matrimônio entre Conrado, filho do imperador alemão Federico I, e dona Berenguela, a primogênita do rei de Castela.

Em 1188, com a morte de Fernando II de Leão, seu filho, Alfonso IX, o sucede. No entanto, o novo rei teve sérios problemas com alguns membros de sua família. Por isso, o monarca leonês recorreu ao apoio do poderoso Alfonso VIII. E marcou um encontro que ocorreu na região da Extremadura da Abadia, ao norte de Plasencia (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 70). Nele foi acordado a realização de outra reunião formal, que ocorreu no final daquele mesmo ano em “Carrión de los Condes”. Então, Alfonso VIII convocou uma sexta cúria, na igreja de Sen Zoilo. Lá o monarca castelhano “armó caballero al leonês, y éste besó su mano em vassallaje” (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 71).

Com esta submissão, Alfonso IX tinha por interesse ser nomeado herdeiro de Castela, caso houvesse morte do rei castelhano sem deixar filhos varões. Todavia, é necessário lembrar que Alfonso VIII já havia prometido sua filha ao príncipe alemão. Com isso, Berenguela e Conrado haviam sido nomeados herdeiros do reino de Castela, na ausência de filhos varões. Assim, Alfonso IX se declarou vassalo castelhano sem ter conseguido nenhuma vantagem, fato que causou enorme mal-estar ao monarca leonês (GONZÁLEZ, 1960, p. 238).

Consequentemente, o monarca leonês marchou de volta para seu reino indignado e procurou fazer alianças contra Castela. Nesse sentido, se aliou a Portugal, em 1190, e com Aragão¹¹ no ano seguinte. Com isso, Castela se encontrava isolada dos seus vizinhos, sobretudo devido a um pacto que havia firmado contra Leão, Navarra e Aragão (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 231). Respondendo a este pacto, os exércitos de Aragão e Navarra invadiram as terras da Soria, em 1191. Como represália, as tropas castelhanas atacaram Teruel, no reino de Aragão.

Diante deste cenário bastante perigoso para Castela, Alfonso VIII recorreu a via diplomática. Este monarca apresentou seus problemas ao papa Celestino III, descrevendo o estado da situação como perigoso ante a ameaça muçulmana. Então, em 1192, o Papa enviou à Península seu sobrinho,

¹¹ Devido a esta união com Leão, Aragão acaba rompendo seu tratado com Castela. O que nos faz perceber a superficialidade dessas relações, por isso enfatizamos a necessidade de Alfonso VIII em manter os espaços para a negociação.

o cardeal Gregório. Seu representante conseguiu evitar que a guerra se instaurasse entre os reinos peninsulares, fazendo ainda com que os leoneses e castelhanos se reunissem para tentar resolver suas diferenças. Esses concordaram em assinar um tratado contra os muçulmanos, em 1194 (MARTÍNEZ DÍEZ, 1995, p. 71-73). Dessa forma, Navarra, Aragão e Castela assinaram outra trégua que pôs fim às hostilidades entre eles.

Dessa forma, defendemos que a teoria política de Alfonso VIII apontava para a mesma direção que a de seu avô, Alfonso VII: obter uma unificação sobre seu reino, na tentativa de constituir um *imperium*. Contudo, esta imagem de uma monarquia cujos poderes pareciam apontar no sentido de uma centralização esbarrou na própria realidade que configurava a sociedade castelhana daquele período.

O PENSAMENTO POLÍTICO NO MEDIEVO

Walter Ullmann (1999) abordou em seus estudos um âmbito mais geral dos principais elementos discursivos que, na Idade Média, projetavam-se no poder monárquico. Em sua obra *Historia del pensamiento político en la Edad Media*, ele analisou o pensamento político no medievo, identificando suas principais ideias e influências, abarcando desde as heranças gregas e romanas até chegar às raízes das teorias do absolutismo europeu.

Uma das principais teses deste autor é a de que a política medieval oscilou entre duas principais concepções acerca da origem do poder. A primeira, seria a noção de um “poder descendente”, que procedia diretamente das forças sobrenaturais, estas que poderiam ser derivadas do Deus cristão, ou de divindades pagãs. O indivíduo que governasse em nome da divindade não poderia ter seu poder contestado pelos súditos. A segunda concepção seria a noção de um “poder ascendente”, que emanaria diretamente da população, a qual escolheria seu próprio governante. Este receberia, por sua vez, sua autoridade legitimada pela população para garantir o bom funcionamento da sociedade, estando constantemente limitado ao pacto firmado entre eles e os demais membros da sociedade.

O *corpus* documental abordado por este autor variava entre a articulação de documentos oriundos do campo do direito e obras de famosos tratadistas políticos da Idade Média como, por exemplo, Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Contudo, sua preferência era pelos documentos ligados à Lei e ao Direito.

Apesar das grandes contribuições trazidas pelos estudos de Ullmann, principalmente no que diz respeito às origens do poder régio, bem como a forma como se concebiam as relações entre o representante do poder monárquico e os demais membros da sociedade, não podemos deixar de

criticar a análise do autor para com a jurisprudência exercida pelos monarcas. Para ele, esta seria a forma mais fidedigna da demonstração do pensamento político de um determinado grupo social.

Conforme Ullmann (1999, p. 25-26), o pensamento político da Baixa Idade Média pode ser extraído das fontes oficiais dos governantes do mesmo processo histórico. Nós concordamos com esta afirmação e a completamos no sentido de que seria uma postura reducionista assumirmos que apenas os códigos legislativos podem nos dar pistas sobre as características da política daquela sociedade.

Acreditamos que, ao defender tal ideia, Ullmann (1999, p. 32) pareceu ignorar a questão da própria aplicabilidade destes conjuntos normativos, como se a simples elaboração de regras para o convívio na sociedade significasse a sua imediata adesão por parte de todo corpo social. Com tal postura, se levava em consideração o fato de que o poder monárquico era centralizado. As crenças e as representações políticas de todo o tecido social não podem ser sintetizadas apenas sobre as expectativas e os desígnios de um grupo dirigente.

Para Marcelo Cândido da Silva (2013, p. 92-102) as mudanças sobre as perspectivas dos estudos acerca das sociedades medievais foram construídas a partir de um novo volume de fontes que permaneceu praticamente o mesmo desde o final do século XIX. Contudo, isso não significou a estagnação da História Política, visto que o cenário da emergência de novos estudos sobre o poder, o parentesco, as relações com os bens, as articulações entre o simbólico e as práticas sociais etc. contribuíram para uma paisagem em mutação. Assim, reforçaram a crença de que o Poder é um fenômeno privilegiado para a compreensão da dinâmica social.

Ainda segundo o autor citado acima, o novo cenário de pesquisas se tornou possível graças “à crise da História, dos paradigmas e dos objetos de estudo tradicionais do historiador” (SILVA, 2013, p. 97). Aliás, seria mais apropriado falarmos em uma crise da ‘História Científica’ e de seus instrumentos teóricos e metodológicos” (SILVA, 2013, p. 99). Esta crise proporcionou a abrangência do conceito de Poder e ampliou o leque das fontes históricas. Nesse sentido, os historiadores do medievo ficaram mais atentos aos critérios de escolha de suas fontes e nas releituras das grandes edições de documentos medievais.¹² Pois, optaram por retornar aos textos narrativos e normativos escritos antes da criação dos tribunais da Inquisição.

Dessa maneira, os binômios sobre os quais se fundavam as abordagens sobre o medievo (público/privado, racional/irracional, clérigo/laico, sagrado/profano, Estado/Igreja), se tornaram incapazes de atribuir significações à complexidade de um período que não era mais possível resumir através da fórmula “sociedade tradicional” (SILVA, 2013, p. 99).

¹² Podemos citar como exemplo a “*Patrologia Latina*, o *Corpus Christianorum* e, sobretudo, os *Monumenta Germaniae Historica*” (SILVA, 2013, p. 97).

Além disso, o autor proporciona o debate de como, na Alta Idade Média, o estudo do consenso e dos conflitos demonstrou que o fenômeno da dominação nessas sociedades iria além do uso de força física ou da ameaça de destruição e aniquilamento (SILVA, 2013). Visto que o emprego calculado da força, como também as estratégias de negociação e pacificação, estariam em evidência, a partir dos novos estudos acerca do pensamento político no medievo.

Nesse contexto, os historiadores se tornaram mais suscetíveis à possibilidade da utilização dos textos literários e dos mecanismos retóricos para o estudo do Poder e da sociedade medieval, sendo que, estariam mais atentos à dimensão literária das leis, das crônicas, dos poemas etc. No sentido de que as narrativas históricas ou as leis não seriam mais consideradas como reflexos da realidade social, “ainda que essa realidade seja uma das referências na elaboração desses textos” (SILVA, 2013, p. 100). Demonstrando, contudo, “uma das referências, ao lado das idealizações políticas, da construção da memória e das identidades, dos imperativos ideológicos ou dos imperativos de transformação social” (SILVA, 2013, p. 101-102).

Todavia, percebemos que o campo de estudo do poder no medievo foi ampliado para além dos domínios esperados, isto é, nada familiares à História Política. Sendo importante ressaltar, que a Nova História Política não enxergava o Poder no medievo somente como uma forma de controle sobre homens ou sobre estruturas. A compreensão do funcionamento do Poder se tornou estudo paralelo ao da administração e da distribuição de bens, materiais ou não. Silva afirma que os trabalhos sobre as transferências patrimoniais no medievo, demonstram isso.

Por fim, essas pesquisas enfatizam que os sujeitos não são os únicos produtores do simbólico, isto é, os historiadores do medievo passam “a considerar que as relações entre os sujeitos não são os únicos meios dos quais são produzidos os símbolos que compõem o edifício social” (SILVA, 2013, p. 101). Dessa forma, acreditamos que a Nova História Política procurou explorar na Teoria Política do medievo como as relações entre os homens e as coisas, ou melhor, entre os sujeitos e os bens, são também produtoras de símbolos e de sentidos que interferiam naquela sociedade.

O PAPEL DO SABER NO REINADO DE ALFONSO VIII: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO E DO PODER

Com o projeto político de expansão territorial e com a assimilação de novas terras, Alfonso VIII precisaria que a aristocracia o ajudasse a controlar e manter os territórios assimilados, pois o “perigo almôada” era real nas fronteiras. Por isso, necessitava negociar com eles, já que se instaurava no seu reino um ambiente de disputas e intrigas, que poderia enfraquecer a manutenção de seu poder, caso não fosse resolvido. Dessa forma, argumentamos que uma tática utilizada por este monarca castelhano foi investir em obras com discurso didático, cuja finalidade era política.

Segundo Arizaleta e Jean-Marie (2006, p. 15), a *Chronicon Mundi*, a *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, a *Chronica latina regum Castellae* são obras a respeito de Alfonso VIII de cunho didático e enumeram suas virtudes, mas, apesar do discurso clerical em torno do monarca, elas afirmam que o objetivo não era construir um modelo hagiográfico, mas sim um retrato moral com finalidades políticas. Por isso, os escritos não propuseram somente um modelo exemplar em torno de Alfonso VIII, mas também atribuíram a capacidade de reunir a cristandade e o consideraram como “encabeza del reino”, como o mais poderoso dos soberanos peninsulares. Assim, demonstravam tanto o rei perfeito, quanto a “realeza idealizada”.

A partir dessas obras escritas na primeira metade do século XIII, percebemos o intuito de construir uma figura cristã e guerreira com finalidades políticas. Nesse sentido, entendemos que o *Poema de Mio Cid*, também teve sua contribuição para tal edificação moral do monarca. Podemos enumerar dois fatores que corroboram com nossa opinião: 1º- o fato de um clérigo ter escrito o documento; 2º- o *Poema* ter sido divulgado num contexto conturbado do reinado de Alfonso VIII e entre as duas principais batalhas de seu reino (Alarcos e Las Navas de Tolosa).

Segundo Carlos Alvar (2019, p. 52-53), quando se fala de “poesia cortês” no reino de Castela, se pensa imediatamente em Alfonso X. É indubitável que na corte deste monarca o uso das letras e das ciências se intensificaram. Contudo, Alfonso X foi herdeiro de uma tradição estabelecida por seu avô, Alfonso VIII. O rei sábio ficou conhecido fora da Península por suas aspirações à coroa do Sacro Império, fato que o fez ser criticado por vários trovadores, visto que seu reino era visitado por vários poetas, principalmente vindos do sul da *Francia*.

Apesar disso, Alfonso VIII não era tão conhecido fora de Castela, mas, sem dúvida, há dados de que pelo menos oito trovadores “provenzales” estiveram em seu reino. Nesse sentido, a aristocracia disputava com o monarca a generosidade para com os trovadores, com o intuito de terem seus nomes lembrados no reino. Ainda segundo Carlos Alvar (2019, p. 53):

los datos son especialmente importantes por lo que nos revelan en un momento en que todavía no existe la literatura escrita en castellano: el interés de algunos nobles por los modelos poéticos llegados de fuera, la existencia de cortes en las que los trovadores eran bien recibidos, la posibilidad de que hubiera un nivel de conocimientos suficientes para disfrutar con los modelos poéticos; y todo ello antes de que Per Abbat escribiera o copiara el Poema del Cid.

Assim, além de ter sido conhecido por sua participação na *Reconquista*, Alfonso VIII também o foi por apreciar e incentivar a poesia em seu reino. Para esse autor, havia um provérbio antigo que exemplificava a situação “lee el rey, todos leemos” (ALVAR, 2019, p. 54). E este autor explica os dois principais motivos que impulsionaram os trovadores para a corte deste monarca. Primeiro, os notáveis avanços na Reconquista, o que supunha possibilidades de riquezas; segundo, a difícil

situação do sul da Francia durante o século XII, devido às lutas religiosas e, principalmente, à Cruzada contra os albigenses.

Em Castela, os trovadores passam a se preocupar com a atividade política do rei, a quem recomendam a união militar com os outros monarcas peninsulares para acabar com a invasão árabe. Fato que acaba refletindo a preocupação da aristocracia. Logo, percebemos o uso dessa escrita trovadoresca como veículo para transmitir determinadas ideias, assim, se difundem nessas poesias intenções políticas.

A desunião dos reinos era evidente e os conflitos contínuos entre Aragão, Navarra e Castela ocasionavam no atraso na guerra de *Reconquista*. Além disso, havia a constante intimidação por parte dos Almôadas, que haviam tomado Sevilha em 1171, ameaçando conquistar Toledo, símbolo importante do poder cristão, e que acabaram conseguindo uma vitória importante, com a batalha de Alarcos (1195).

Com base em tudo que foi dito, argumentamos a necessidade do monarca castelhano em fortalecer o seu poder, pois, era ameaçado constantemente, sendo seu poder questionado frente esta conturbada situação. Por isso, ao financiar as obras de cunho político-didático, e ao disseminar características propagandistas e discursos de negociação, as tensões, pelo menos, em sua corte, poderia diminuir. E ao despertar os sentimentos de lealdade e de força guerreira, poderia empreender luta contra os almôadas, que constituía seu principal objetivo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo apresentamos as principais funções que a teoria política associava aos monarcas e a relação que existia entre este tipo de discurso e a conturbada conjuntura política de Castela. Sendo assim, nosso objetivo foi explicar a noção de poder monárquico e a teoria política empreendida por Alfonso VIII para tratar da Castela Senhorial, entre meados do século XII e princípio do XIII.

Além disso, discutir acerca das tensões territoriais entre Castela, Aragão, Leão, Navarra, ou seja, conflitos internos e os Almôadas, conflitos externos, apresentando as tensões que Alfonso VIII teve que lidar, principalmente, durante os primeiros anos de seu reinado. Contudo, podemos adiantar que a resolução destas tensões não se deu nem pela vitória do poder local sobre a autoridade da Monarquia, e nem do oposto. O desenvolvimento das relações políticas na Castela medieval nos mostra que estas duas forças legítimas que se consolidaram em íntima articulação neste período desenvolveram mecanismos de coexistência entre elas. Ao invés de se consolidarem como instâncias concorrentes, monarquia e aristocracia estabeleceram uma parceria em que o poder público funcionava com o auxílio destas instâncias locais de poder. Sendo que as Curias foram criadas pelo monarca como espaços legítimos de discussão e negociação.

Todavía, mesmo trabalhando em conjunto, não significava que a relação existente fosse pautada pela estabilidade. Por isso, defendemos que o monarca financiou a produção de obras (crônicas e poemas), em consonância com a Igreja Medieval, como uma espécie de instrumento político que auxiliasse no fortalecimento do poder monárquico de Alfonso VIII, e facilitasse a negociação entre monarquia e aristocracia.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

ALFONSO VIII EN CASTILLA, ALFONSO IX EN LEÓN. In: Crónica de Castilla: Édition et présentation [en ligne]. Paris: e-Spania Books, 2010. Disponível em: <<http://books.openedition.org/esb/187>>. Acessado em: 26/04/2023.

ANÔNIMO. Poema de Mio Cid. Edición de Colin Smith. 22 ed. Madrid: Catedra, 2008.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.

BREA, Luis Charlo, Crónica latina de los reyes de Castilla (ed.), Madrid:, Akal, 1999, Disponível em: <https://www.oocities.org/iblbbo/archivo/cronicastilla/menu.htm>. Acessado: 26/04/2023.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica, en Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis, ed. J. Fernández Valverde; trad. castellana del mismo autor, 1987.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primera Crónica General de España que mandó componer Alonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. Tomo I. Disponível para consulta em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=16550>. Último Acesso: 22/02/2019.

BIBLIOGRAFIA

ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York: Sage. 1989.

ALVAR, Carlos. Política y poesía: la corte de Alfonso VIII. Espanha: Universitat de Girona, *Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)*, nº 1, vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Msr/article/view/254663>. Último Acesso em: 24/04/2019. p. 52-53.

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio Borge. *Cambios y alianzas: la politica regia en la frontera del Ebro en el reinado de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)*. Madrid, Consejo superior de Investigaciones Científicas, Biblioteca de Historia, nº 66, 2008.

- ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em História Comparada, 2008, 174 f.
- ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós Graduação em História Comparada, 2013, 280 f.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ARIZALETA, Amaia; JEAN-MARIE, Stéphanie. *En el umbral de santidade: Alfonso VIII de Castilla*. Université de Toulouse – Le Mirail, 2006.
- BARUQUE, Julio Valdeón. *El Feudalismo*. España: Alba Libros S. L., 2005.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.
- CAHEN, Claude. *El Islam. I: Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano*. Madrid: Siglo XXI, 1992.
- COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: ALMEIDA, Neri de Barros; NEMI, Ana Lúcia Lana; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. (Orgs). *A construção da narrativa histórica: Séculos XIX e XX*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp/Fap-Unifesp, 2014.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a construção do conceito de unidade. *Revista História*, São Paulo, 28(2): 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político (Portugal, séc. XVII)*. Coimbra: Almedina, 1994.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 552 p.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Curia y cortes en el reino de Castilla*. In. *Las cortes de Castilla y León en la Edad Media*. Actas de la Primera Etapa del Congreso Científico sobre la Historia de las Cortes de Castilla y León. Vol 1. Valladolid: Cortes de Castilla y León, 1988.

MENÉNDEZ PIDAL. *La España del Cid*. 4 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1947.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editoria Presença: 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 2002.

SILVA, Marcelo Cândido da. A Idade Média e a Nova História Política. *Revista Signum*, vol. 14, n. 1, 2013.

TODOROV, T. *Teorias do Símbolo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Madrid: Ariel, 1999.

A FÁBRICA DO RIO ANIL (MA): (RE) CONSTRUINDO MEMÓRIAS E RESSIGNIFICANDO O *LOCUS* ESCOLAR

THE RIO ANIL FACTORY (MA): (RE) BUILDING MEMORIES AND RESIGNIFYING THE SCHOOL LOCUS

Cláudia Roberta dos Anjos Divino¹

Luis Claudio Santana Pereira²

Sonia Solange Parga da Silva³

Resumo: O presente artigo teve como objetivo discutir o espaço escolar como patrimônio histórico-cultural, a fim de ressignificar seu espaço atemporal, de modo a garantir um resgate a memória social da Fábrica do Rio Anil localizada no Estado do Maranhão para o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) - IEMA Rio Anil, escola da rede pública estadual localizada na região metropolitana de São Luis (MA). Evidencia-se que a construção e fomentação do conhecimento do *locus* escolar permitiu elucidar questões, estabelecer resultados teórico-práticos que garantem maior apreensão dos discentes e aproximação de contextos históricos e ensinamentos necessários para sua vida. Não obstante, resgatar a memória social dos alunos e fazê-los compreender a importância do pertencimento local corrobora para o protagonismo destes na sociedade local. Para tanto, o presente artigo seguiu os princípios de uma pesquisa-ação, que possui como característica a participação ativa dos alunos, através do impulso democrático e contribuição à mudança social por meio de observação e análise do trabalho de pesquisa realizado pelos alunos. Observou-se neste processo que os alunos se sentem motivados em buscar conhecer e reconhecer para além das estruturas arquitetônicas, mas de caracterizar e ressignificar esses espaços como um importante elemento para a identidade social destes e da comunidade local.

Palavras-chave: Espaço Escolar; Fábrica do Rio Anil; Memória Social.

Abstract: This article aimed to discuss the school space as historical and cultural heritage, in order to reframe its timeless space, in order to guarantee a rescue of the social memory of the Fábrica do Rio Anil located in the State of Maranhão for the State Institute of Education, Science and Technology of Maranhão (IEMA) - IEMA Rio Anil, state public school located in the metropolitan region of São Luis (MA). It is evidenced that the construction and promotion of knowledge of the school locus allowed clarifying issues, establishing theoretical and practical results that ensure greater apprehension of students and approximation of historical contexts and teachings necessary for their lives. However, rescuing the students' social memory and making them understand the importance of local belonging corroborates their protagonism in Ludovic society. Therefore, this article followed the principles of action research, which features the active participation of students, through the democratic impulse and contribution to social change through observation and analysis of the research work carried out by students. It was observed in this process that students feel motivated to seek to know and recognize beyond the architectural structures, but to characterize and reframe these spaces as an important element for their social identity and that of the local community.

Keywords: School Space; Rio Anil Factory; Social Memory.

¹Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel em Direito pela UFMA. Especialista em Gestão de Educação Pública pela UCDB-MS. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UEMA. Mestranda em História pelo programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). Gestora administrativa financeira do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

²Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrando em História pelo programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). Professor do IEMA.

³Bacharel em Direito (UNICEUMA). Especialista em Direito Processual Civil OAB/ESA. Mestranda em História pelo programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). Professora do IEMA.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir o espaço escolar como patrimônio histórico-cultural, a fim de instigar o discente e a sociedade à curiosidade, à pesquisa em diferentes tipos de fontes (internet, livros, filmes, periódicos, músicas, questionamentos estimulados pelo docente), afim de fomentar a formação de uma consciência histórica e patrimonial do agora IEMA – Rio Anil, tendo como público alvo os estudantes da 3ª série do Ensino Médio.

O espaço escolar na contemporaneidade, bem como suas percepções históricas têm-se mostrado desafiante, uma vez que o advento e expansão das tecnologias, propiciam à sociedade e em especial aos alunos, uma praticidade/imediatismo teórico-prático, remetendo-nos à mecanicidade do pensar, conhecer e refletir. Sabe-se que a educação é um instrumento libertador, que rompe estigmas e paradigmas construídos historicamente. Esta se caracteriza como a mola propulsora para a construção de uma identidade que fomenta os processos de reflexão e crítica, reconhecimento da realidade social.

A partir dessa compreensão e entendendo os antagonismos sociais, é de suma importância enfatizar a importância do corpo docente no processo de ensino-aprendizagem, de modo a despertar nos alunos a reflexão e criticidade das realidades sociais, enfatizando ainda a construção da identidade social e o desejo de se sentir pertencente do espaço-temporal.

É nesta dimensão que debates como este garantem a ampliação de arcabouço teórico e intervenções práticas no contexto escolar contemporâneo, valendo-se de discussões históricas, tais como: as representações históricas e patrimonial, de diferentes épocas e contextos sociais, econômicas e históricos.

Nesse sentido, através do anseio em resgatar a memória social e histórica da antiga Fábrica Rio Anil, situada no Bairro Anil, São Luís-MA, e agora Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) - IEMA Rio Anil, construiu-se juntamente com a interlocução – alunos e professores, a fomentação do conhecimento, a valorização histórico-social do referido *locus*.

De acordo com Michael Pollack (1989), lembrar algo implica necessariamente esquecer outros elementos, pois a memória envolve enquadramentos, seleções, filtros e até mesmo esquecimentos deliberados. Em outras palavras, o processo de lembrar envolve uma série de escolhas e omissões, resultando em uma representação subjetiva e parcial do passado.

Maurice Halbwachs (1990) enfatizou a perspectiva social da memória. Ele argumentou que as memórias não são reconstruções fiéis do passado, mas sim construções sociais moldadas pelas interações e influências do ambiente social. As memórias são continuamente atualizadas e reconfiguradas à medida que são compartilhadas e discutidas com outras pessoas, sendo influenciadas por fatores como a cultura, a sociedade e as relações interpessoais.

Essas visões ressaltam a natureza dinâmica e subjetiva da memória. Elas sugerem que nossas lembranças são moldadas por nossas experiências individuais, mas também são influenciadas pelos contextos sociais e culturais em que estamos inseridos. Portanto, a memória não deve ser considerada como uma reconstituição objetiva do passado, mas como uma construção subjetiva que está sujeita a influências e transformações ao longo do tempo.

Com base na compreensão da natureza seletiva e social da memória, a realização de projetos que incentivem e despertem o interesse dos estudantes em relação ao passado é de suma importância. Esses projetos podem desempenhar um papel fundamental na construção de uma consciência histórica e no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento.

Ao explorar o passado por meio de projetos educacionais, os estudantes têm a oportunidade de se envolver ativamente na descoberta e na interpretação de eventos históricos. Isso os coloca no papel de investigadores e os encoraja a analisar diferentes perspectivas, questionar fontes de informação e desenvolver habilidades críticas de pensamento.

Além disso, ao estudar o passado, os estudantes podem desenvolver um senso de conexão com as gerações anteriores, compreendendo como as ações e os eventos do passado moldaram o mundo em que vivemos hoje. Isso contribui para um senso de continuidade histórica e ajuda os estudantes a entenderem melhor seu lugar na sociedade.

Ao fomentar o interesse pela história e pela memória coletiva, os projetos educacionais também promovem o respeito pela diversidade cultural, a valorização das tradições e a compreensão das origens de diferentes grupos e comunidades. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e a construção de identidades individuais e coletivas.

Estimular e incentivar os alunos na (re)construção de espaços e suas significações históricas e agora contemporâneas, possibilita aos discentes do IEMA executar atividades cognitivas que venham evoluir em reflexões acerca do meio que estão inseridos, fazendo-os entender a importância das dimensões culturais e históricas da comunidade anilense⁴ e quicá, das representações históricas de outros monumentos e/ou estruturas arquitetônicas patrimoniais a nível nacional.

Logo, a relevância do projeto em questão enquanto arcabouço teórico, metodológico e prático, foi permitir que os alunos compreendam a necessidade de fomentar discursos capazes de promover novos conhecimentos, novas vivências e experiências sobre o IEMA Rio Anil e a trajetória histórica intrínseca a este patrimônio que outrora foi uma importante Fábrica de tecidos em São Luís no século XIX.

⁴ Termo utilizado em referência aos moradores do bairro do Anil.

2. A FÁBRICA RIO ANIL E SUAS SIGNIFICAÇÕES HISTÓRICAS

De acordo com Danilo Feitosa (2016) as indústrias têxteis tiveram seu apogeu no século XIX e expandiram-se rapidamente em todo o território nacional. No Maranhão, as expansões aconteceram em larga escala, especialmente na capital São Luís, tornando-se um dos grandes polos de industrialização têxtil e referência no Brasil. Dentre as fábricas mais atuantes na época, destaca-se a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, inaugurada em 1883. Tornou-se notória em decorrência de sua estrutura arquitetônica e a amplitude do seu espaço (Figura 1).

Figura 1 – Fábrica Rio Anil em 1930



Fonte: O Imparcial (2020). Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/07/registros-da-historia-relembre-os-tempos-aureos-das-fabricas-do-maranhao/>. Acesso em: 12/12/2022

De acordo com Caldeira (1988, p. 214) “As fábricas foram situadas em Codó, Caxias e, principalmente, em São Luís. No parque industrial, predominou o caráter têxtil, desde que, da totalidade das fábricas instaladas, 50% concentravam-se nos segmentos de fiação e de tecidos.” Nesse sentido, a Fábrica do Rio Anil impulsionou o desenvolvimento da capital São Luís, uma vez que corroborou na inserção e contratação de vários funcionários locais.

A criação da referida Fábrica contribuiu de sobremaneira para o emprego, o que resultou na criação de uma vila operária, facilitando assim, a abertura de estabelecimentos e empreendimentos no bairro do Anil. Neste momento, o bairro anilense contava com diversos serviços que movimentavam a economia, através da criação da malha ferroviária que atuava como meio de deslocamento dos operários.

Em virtudes das fragilidades econômicas oriundas da época, bem como crises e atrasos quanto às modalidades têxteis na época, a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil declarou falência em 1961, assim como outras fábricas no país. Essa falência não significou apenas a ruptura de um processo de desenvolvimento local, mas também, propiciou à invisibilidade da Fábrica por muitos anos, tal como suas contribuições econômicas, históricas e sociais (Figura 2).

Figura 2 – Fábrica Rio Anil abandonada

Fonte: <http://www.fabriciopedroza.com.br/reconversao-da-fabrica-de-tecidos-do-rio-anil-1991-1993>. Acesso em: 12/12/2022

Assim, mesmo com o abandono, seus elementos estruturais e arquitetônicos, mostravam-se relevante, tanto, que deu lugar ao Centro Integrado Rio Anil (CINTRA) em 1993, tornando-se uma das maiores escolas de caráter público na América Latina. Em 2019, o CINTRA passou a atuar como o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, tornando-se como espaço de grande importância para a educação do Maranhão (Figura 3); (Figura 4).

Figura 3 – Centro Integrado do Rio Anil pós reforma

Fonte: <http://www.fabriciopedroza.com.br/reconversao-da-fabrica-de-tecidos-do-rio-anil-1991-1993>. Acesso em: 12/12/2022

Figura 4 - Corredor com paredes histórias mantidas

Fonte: <http://www.fabriciopedroza.com.br/reconversao-da-fabrica-de-tecidos-do-rio-anil-1991-1993> Acesso em: 12/12/2022

Compreender a passagem histórica da Fábrica enquanto espaço socioeconômico para um Centro de Ensino, mostra-se um acontecimento relevante em suas especificidades históricas e arquitetônicas para a sociedade anilense e toda a região metropolitana de São Luís, tendo em vista que sua (re)estruturação traz uma ressignificação desse local como um espaço histórico.

Partindo desse escopo teórico, entende-se a importância de trazer e desvelar edificações que outrora estavam/estão sujeitas ao abandono e esquecimento social, e potencializar através do processo de ensino-aprendizagem a necessidade de viabilizar novas discussões na seara da educação sobre a importância do patrimônio e seus desdobramentos culturais, econômicos e sociais.

2.1 A memória social e o resgate histórico da Fábrica do Rio Anil no processo de ensino-aprendizagem

Compreende-se que a História permite desvelar facetas sociais, analisar as esfericidades das relações entre indivíduo e sociedade e suas implicações na história e seus processos. Essas relações permitem compreender a dinâmica da sociedade frente aos processos históricos, aos conflitos, aos cenários políticos e ideológicos, bem como a percepção de discursos de interesses dos sistemas de dominação.

É nessa perspectiva que a Escola enquanto fomentadora do ensino possui uma responsabilidade e função social, haja vista suas aplicações de análise frente ao desvelamento das estruturas de opressão social. Quando se tem o objetivo de ensinar a pensar através dos procedimentos teóricos-metodológicos da História, um importante exercício é fazer o aluno identificar sem sua

própria existência e vivência nos elementos sociais e históricos, uma vez que esses elementos implicam diretamente sobre sua percepção da realidade, e, portanto, da sociedade.

A Educação Patrimonial desempenha um papel fundamental na formação da cidadania, pois é uma abordagem pedagógica que envolve ativamente os estudantes no processo de construção do conhecimento e aprendizagem. Essa forma de educação deve ter como objetivo a transformação social, visando formar cidadãos plenos, capazes de ler, interpretar, questionar e intervir em seu meio sociocultural e político, indo além do simples reconhecimento e valorização de seu patrimônio cultural.

Segundo Horta o conceito de Educação Patrimonial é:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al., 1999, p. 6).

A autora ressalta a importância da Educação Patrimonial como uma abordagem educacional que vai além do reconhecimento superficial do patrimônio cultural, enfatizando a relevância da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações culturais como elementos essenciais no processo educativo. Isso implica envolver ativamente crianças e adultos no conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Como destaca Bittencourt (2011), ao realizar o estudo do meio, os estudantes têm a oportunidade de se envolverem diretamente com os locais que possuem significância histórica e cultural. Essa imersão física e sensorial proporciona uma experiência enriquecedora, permitindo que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda do passado e das relações entre a sociedade e seu patrimônio.

Ao expandir a aprendizagem histórica por meio da educação patrimonial, os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades de pesquisa, análise crítica, interpretação de fontes históricas e construção de narrativas históricas. Eles são incentivados a ir além dos livros didáticos e a explorar diversas fontes de informação, incluindo o contato direto com o patrimônio material e imaterial.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é ampliar a compreensão do espaço escolar como patrimônio histórico-cultural, buscando instigar a curiosidade e a pesquisa por parte dos estudantes e da sociedade em geral. Para alcançar esse objetivo, serão utilizadas diversas fontes de informação,

como internet, livros, filmes, periódicos e músicas, além de questionamentos estimulados pelo docente.

A proposta é fomentar a formação de uma consciência histórica e patrimonial do agora IEMA - Rio Anil, tendo como público-alvo os estudantes da 3ª série do Ensino Médio. Para tanto, serão realizadas atividades que promovam a exploração do espaço escolar, incentivando os estudantes a investigarem sua história, as transformações que ocorreram ao longo do tempo e as relações estabelecidas entre a escola e a comunidade.

Será estimulada a pesquisa em diferentes fontes, para que os estudantes ampliem seu conhecimento sobre a história do local e compreendam a importância de preservar e valorizar o patrimônio histórico-cultural presente no espaço escolar. Através desse trabalho, espera-se que os estudantes desenvolvam uma consciência crítica e reflexiva sobre o seu entorno, reconhecendo a importância da preservação e do uso adequado desse patrimônio.

Além disso, ao explorar o espaço escolar como patrimônio histórico-cultural, busca-se estimular o senso de pertencimento dos estudantes, fazendo com que se sintam parte integrante da história e da identidade da instituição. Dessa forma, pretende-se despertar o interesse dos estudantes pela história local, fortalecer sua conexão com o espaço escolar e promover uma maior valorização e respeito pelo patrimônio histórico-cultural.

3. DO PROJETO DE INTERVENÇÃO À MATERIALIZAÇÃO DO LOCUS DE INTERVENÇÃO NO IEMA-RIO ANIL

3.1 Materiais e Métodos

O referente trabalho seguiu os princípios metodológicos de uma pesquisa-ação, que compreende o envolvimento e interlocução de professores e estudantes em todas as etapas do processo do projeto, unindo pesquisa e ação, produzindo conhecimento como parte da relação teórico-prática. Nesse sentido, foi pertinente compreender o processo histórico e espaço arquitetônico do IEMA Rio Anil, uma vez que este se configurou como o *locus* da pesquisa e intervenção.

De acordo com Michel Thiollent (1985), a pesquisa-ação é caracterizada por uma interação explícita entre os pesquisadores e os participantes envolvidos no processo de pesquisa. O objetivo dessa abordagem é aumentar o conhecimento dos pesquisadores e também elevar o conhecimento ou nível de consciência das pessoas e grupos que participam da pesquisa.

Na pesquisa-ação, os pesquisadores não são meros observadores externos, mas atuam de forma ativa e engajada, colaborando com os participantes para compreender e transformar a realidade investigada. Essa abordagem promove a participação ativa dos envolvidos, visando não apenas à

produção de conhecimento, mas também à promoção de mudanças e melhorias nas situações abordadas.

Destarte, com o objetivo de promover uma conscientização acerca da memória e identidade social, de modo a garantir que os estudantes do referido Instituto percebam sua própria historicidade, ampliando suas perspectivas de fomentação do conhecimento, e assim, repercutindo diretamente na valorização do patrimônio histórico e cultural ludovicense.⁵

Procedemos a análise do acervo fotográfico digital do patrimônio material da Fábrica Rio Anil e realizamos uma palestra com os estudantes sobre a temática alusiva ao projeto (Figura 5). Neste momento reiteramos a importância de aproximar o conhecimento histórico adquirido em sala de aula ao conhecimento pesquisado sobre educação patrimonial, história local e o patrimônio do IEMA Rio Anil. Em seguida, iniciamos as atividades de reconhecimento do espaço para conhecer o local, fazer um breve histórico e colher as informações através dos registros fotográficos, anotações no caderno e filmagens (Figura 6).

Figura 5 – Palestra com os alunos



Fonte: Próprios autores (2022)

⁵ Termo atribuído a quem nasce na cidade de São Luís, capital do Maranhão.

Figura 6 – Reconhecimento local por parte dos alunos orientados pelos professores do IEMA.



Fonte: Próprios autores (2022)

3.2 Da realização do projeto

Com vistas na fomentação de conhecimento e na potencialização das informações, foi pertinente um momento de debates a partir da estruturação de uma palestra, direcionada aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do IEMA – Rio Anil. Nesse sentido, a palestra contribuiu para que os alunos pudessem conhecer melhor o patrimônio material no qual estão inseridos, destacando-se a sua importância e seus desdobramentos históricos e sociais para o bairro do Anil.

Para a efetiva realização do projeto, foi considerado pertinente organizar equipes de trabalho, distribuindo os estudantes de modo a atender às três etapas de execução delineadas. Cada etapa do projeto possui um foco específico e demanda diferentes tipos de pesquisa e abordagens. A primeira etapa é a Pesquisa Orientada, na qual os estudantes serão orientados a realizar pesquisas utilizando recursos como a internet, análise de documentários, filmes, leituras de periódicos, livros e letras de músicas. Essas fontes proporcionarão um amplo repertório de informações relacionadas ao patrimônio histórico-cultural do espaço escolar e do bairro do Anil.

A segunda etapa consiste na realização de leituras teóricas, explorando os conceitos de patrimônio material, bem como estudos relevantes sobre a história da fábrica, a formação do bairro do Anil e a fundação da escola Cintra. Essas leituras fornecerão embasamento teórico necessário para a compreensão mais aprofundada do contexto histórico e cultural do espaço escolar. Por fim, a terceira etapa aborda o processo de transição para o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Nessa etapa, os estudantes investigarão e compreenderão como ocorreu essa transição, explorando os aspectos históricos, sociais e políticos envolvidos nesse processo.

Ao dividir os estudantes em equipes, cada uma responsável por uma etapa específica, busca-se promover a colaboração, a troca de conhecimentos e habilidades entre os membros da equipe. Essa distribuição permitirá que os estudantes se envolvam ativamente na pesquisa, desenvolvendo habilidades de investigação, análise crítica e interpretação dos diferentes aspectos abordados no projeto.

Dessa forma, as equipes de trabalho permitirão uma abordagem mais abrangente e aprofundada do tema, contribuindo para a construção de uma consciência histórica e patrimonial por parte dos estudantes, além de promover a participação ativa e o engajamento de todos os envolvidos no processo de pesquisa.

Nesse sentido, o que se evidencia é que a disciplina de História permite dialogar com os mais diversos cenários e contextos sociais, bem como os fenômenos, fazendo com que os sujeitos se identifiquem com os desdobramentos e análises da sociedade. Essa percepção também é explicitada por Acosta:

O que os professores ensinam é o resultado de um processo de decodificação – interpretação, significação, recriação, reinterpretção, etc. – de ideias, condições e práticas que se tornam mais ou menos visíveis e viáveis em um contexto situacional de interação e intercâmbio de significados (ACOSTA, 2013, p. 189).

Segundo Silva e Ruschel (2017), Refletir a relação indivíduo/sociedade e suas possibilidades de escolhas e as imposições sociais experienciadas por cada um, é uma tarefa pertinente durante o processo de ensino-aprendizagem na contemporaneidade. Nessa perspectiva observou-se que o interesse dos alunos contribuiu para fortalecer o binômio – cultura e comunidade. É nesse fortalecimento que se encontra a finalidade de ressignificação do espaço escolar, uma vez que os docentes motivam os alunos a se aproximarem de questões socialmente relevantes – a valorização do patrimônio histórico e a importância do resgate da memória social.

O momento da palestra promoveu uma participação ativa e efetiva de outros alunos, que assumiram a posição de interlocutores, apreciando todo o arcabouço histórico e cultural ministrado neste momento. Discorrendo ainda sobre o binômio – cultura e comunidade, os alunos foram despertados a conhecer a história do bairro do Rio Anil, o qual identifica-se com a Fábrica e a Escola, e posteriormente o Instituto (Figura 7).

Figura 7 – Momento da palestra com os alunos



Fonte: Próprios autores (2022)

Desse modo, as ideias aqui pontuadas coadunam-se com as proposições de Pellegrini (2009) no que tange a importância de aproximar os alunos de questões social que relacionam-se com patrimônio cultural, conforme pontua:

Assim, tenderá a estimular a comunidade a apropriar-se de seus bens culturais tangíveis e intangíveis, integrando-os às suas vidas e ao seu cotidiano. Ao fazê-lo, acabam retomando emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam às reminiscências do tempo pretérito e corroboram para a construção das identidades individuais e coletivas no presente. A preservação dos espaços de sociabilidade e do patrimônio material e imaterial contribui para aflorar afetos que estimulam o sentido de pertencimento da comunidade. (PELLEGRINI, 2009, p.35, grifos nossos)

Conhecer a história local e sua importância regional, transmite a sensação e/ou o sentimento de pertencimento. Por isso, é de suma importância resgatar nos alunos esse sentimento da subjetividade e da identidade sociocultural, uma vez que são os lugares e suas histórias que desvelam em seu bojo social, a afetividade territorial, e, portanto, o apreço e valorização do patrimônio material.

Para Silva e Ruschel (2017), a participação ativa no processo de conhecimento, desde a definição dos temas, a organização dos arquivos, até a exposição dos resultados, produz condições favoráveis para o conhecimento da realidade pelos alunos. Haveria, nesse decurso, a liberação da imaginação histórica para novas questões e novas respostas. Como resultado de tal prática, os alunos aprendam a exercer o olhar que desnaturaliza padrões sociais tidos como regulares e modelares.

3.3 A importância do resgate histórico do IEMA Rio Anil e as experiências do projeto

Silva e Ruschel (2017) aponta que é preciso que os alunos compreendam para além dos métodos mecanizados e tecnicistas, é necessário que estes assumam um postura ética-reflexiva diante dos fenômenos e realidades sociais. A escola como instituição que corrobora para o processo de

ensino, bem como o educador que materializa a aprendizagem, devem direcionar as atividades com o intuito de transformar as tecnologias como um recurso pedagógico, de modo que estimule a interação social entre os alunos e desenvolva habilidades intelectuais que respaldem o seu percurso na escola.

Destarte, segundo Paulo Freire (1996), é pertinente que a educação propicie uma reflexão acerca da visão de mundo das pessoas, de modo a configurar-se como uma prática libertadora, corroborando também para uma relação intrínseca entre educador e aluno. Essa perspectiva freiriana, revela preocupações pertinentes ao que deve ser passado para os educandos além do conteúdo estabelecido na metodologia, uma vez que todo ensino ministrado em sala de aula deve incentivar a ruptura de dificuldades e conceitos estigmatizados da realidade que esses alunos fazem parte, contribuindo para um ensino que promova a libertação de inúmeras prerrogativas construídas culturalmente que revelam em seu bojo social preconceitos e ideologias antagônicas.

Cabe destacar ainda, diz que: “só quem pensa certo, é quem pode ensinar a pensar certo” e que uma das premissas para pensar certo é “não estarmos demasiados certos de nossas certezas.” (FREIRE, 1996, p. 14). O agir do docente de forma crítica, que segundo Freire é “implicante do pensar certo” requer um movimento entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O pensar certo produz o que o autor chama de “saber ingênuo”, “um saber de experiência feito”. O pensar certo que suplanta o ingênuo precisa ser “[...]” produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador”, (FREIRE, 1996, p.17).

Certamente, estes são grandes desafios ao educador que reflete sobre sua prática pedagógica. Outro desafio do educador crítico é planejar. Um educador crítico-reflexivo deve fazer anotações, diários de classe a fim de servirem como material de análise e pesquisa para seus futuros planejamentos. Para Freire o ensino não pode se distanciar da pesquisa, pois eles “se encontram um no corpo do outro.” Segundo ele “Pesquisa para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” (FREIRE, 1996, p. 14)

Portanto, as vias pelas quais foram discutidas, permitem ao indivíduo um ensino que visa ampliar a sua percepção sobre a vida e sobre o seu contexto conceitual, a fim de que ele possa se encontrar dentro de sua realidade social. A partir desta percepção, observa-se que o educador compõe uma dimensão necessária para a construção do ensino lúdico, considerando que esta perspectiva de ensino possibilita conduzir práticas educativas de maneira que o ensinar e o aprender se tornem ações interligadas capazes de promover autonomia e desenvolvimento integral do ser humano. Isso lhe permite um maior acesso “ao campo de possibilidades para a imaginação, a criatividade, o desenvolvimento cognitivo e corporal, o reconhecimento da identidade do aluno e a interação social” (PEREIRA, 2005, p.19).

Há de se ressaltar ainda que a própria vivência desses alunos nesse local simbólico, traz uma reflexão significativa, uma vez que a rememoração de histórias e relatos que buscamos alcançar através de sujeitos sociais ainda vivos que tiveram uma participação nesse processo histórico, permite sobretudo um olhar mais qualificado para a compreensão da importância desse *locus*, como objeto de pesquisa, além de sua ressignificação para o bairro do Anil propriamente dito.

Trazer esse resgate histórico aos alunos do IEMA – Rio Anil, permitiu criar espaços de interlocuções sobre o patrimônio histórico-cultural do referido instituto, tendo em vista que estimulou a busca e apreensão de conhecimentos por parte dos alunos ao vislumbrarem todos desdobramentos históricos que entornam o espaço escolar no qual estão inseridos, potencializado assim o seu protagonismo no processo de aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imperioso ressaltar que o *locus* escolar é um campo de conhecimento, de protagonismo social, de reconhecimento da história e fortalecimento de ensinamentos que venham sobretudo motivar os alunos a refletir diante dos fenômenos sociais. É nesta perspectiva que se encontra a pertinência de ampliar os discursos acadêmicos e ressaltar a função social da escola de construir espaços que potencializem a identidade social do aluno e de sua importância subjetiva na sociedade.

Logo, o projeto mostrou-se relevante, uma vez que dialoga com a contemporaneidade, ou seja, em uma sociedade em que o abandono e a invisibilidade das questões sociais, patrimoniais e históricas são uma realidade, em virtude de um sistema antagônico. Assim, é de suma importância a fomentação contínua e a mediação do conhecimento gerador de reflexões, criticidades e experiências efetivas e positivas.

Romper paradigmas e estigmas sociais deve ser um dos objetivos do docente, tendo em vista que sua atuação na escola promove não somente um ensino-aprendizagem, mas especialmente, a percepção dos alunos acerca do meio no qual estes estão inseridos, fazendo-os perceber sua história e realidade sociocultural. É nesta perspectiva que o instrumento pedagógico de intervir e construir saberes materializou-se no IEMA-Rio Anil, posto que os alunos passaram a se aproximar do campo histórico através de novos olhares e dimensões que antes não eram vistos.

Os corredores, as salas, a fachada e toda a estrutura arquitetônica do IEMA – Rio Anil remetem cenários, contextos, vivências e memórias. Resgatar essas particularidades que antes foram tão enriquecedoras promovem o ato de ressignificação do campo escolar, e mais, promove maiores

debates científicos e acadêmicos sobre a importância de trazer os elementos patrimoniais para dentro das escolas.

Uma vez concluído o projeto e considerando as etapas de pesquisa, leituras teóricas e investigação sobre o processo de transição para o IEMA, é importante avaliar a percepção dos estudantes em relação ao espaço escolar do IEMA Rio Anil como patrimônio histórico-cultural.

Através das atividades desenvolvidas no projeto, identificou-se que os estudantes obtiveram maior compreensão do valor histórico e cultural do espaço escolar em questão. Ao realizar pesquisas orientadas, analisar fontes diversas e ler obras teóricas relevantes, os estudantes tiveram a oportunidade de explorar a história da fábrica, a formação do bairro do Anil, a fundação da escola Cintra e o processo de transição para o IEMA.

Ao vivenciarem esse processo de investigação e reflexão, é provável que os estudantes tenham desenvolvido uma consciência histórica e patrimonial mais aguçada. Eles puderam perceber a importância do espaço escolar como parte integrante da história e da identidade local, reconhecendo-o como um patrimônio histórico-cultural a ser valorizado e preservado.

Além disso, ao envolver os estudantes em atividades de pesquisa-ação, as equipes de trabalho possibilitaram que os alunos se tornassem protagonistas no processo de construção do conhecimento, através das interações com os pesquisadores, a troca de informações e o compartilhamento de perspectivas, os estudantes tiveram a oportunidade de ampliar seu entendimento sobre o espaço escolar como patrimônio histórico-cultural.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, J. M. *O currículo interpretado: o que as escolas, os professores e as professoras ensinam?* In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Ed. Penso, 2013, p. 188-208.
- BITTENCOURT, S.D. *Os elementos das competências coletivas em grupos de trabalho – a experiência da Copesul*. ENANPAD, 30., 2011. Salvador. Anais, Salvador (BA): ANPAD, 2011.
- CALDEIRA, José Ribamar Chaves. *Origens da indústria no sistema agroexportador maranhense – 1875/1895: estudo microssociológico da instalação de um parque fabril em região do NORDESTE brasileiro no final do século XIX*. Tese de doutoramento. USP, 1988.
- FEITOSA, Danilo S. *Do Bucólico Cutim ao Bairro do Anil*. Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de Licenciatura em História. 56f. 2016.
- FREIRE, Paulo. *A educação como prática da liberdade*. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HALBAWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia Básica de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LIMA, José G. S. et al. *Os lugares na Educação Profissional e Tecnológica*. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 2, n. 13, p. 150-169, out. 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6319>. Acesso em: 22 de dez. de 2022.
- LIMA, Vinícius Carvalho. *O Ensino no currículo integrado: o que nos diz a experiência docente com a disciplina nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)*. Latitude, Maceió, v.15, edição especial, p.90-114, 2021.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. - São Paul: Brasiliense, 2009.
- PEREIRA, Lucia Helena Pena. *Bioexpressão: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores*, 2005, 388p. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, 1989.
- SILVA, Marineide Maria; RUSCHEL Vanderci Benjamin. *A autobiografia de estudantes no ensino médio: pensando sobre si, descobrindo a sociologia*. In: Xiii Congresso Nacional De Educação – Educere, Iv Seminário Internacional De Representações Sociais, Subjetividade E Educação / Vi Seminário Internacional Sobre Profissionalização Docente. Anais...Curitiba, ago. de 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24486_12822.pdf. Acesso em: 5 jan. de 2023.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

A IMPERATRIZ TEODORA E A CARACTERIZAÇÃO FEMININA ELABORADA POR PROCÓPIO DE CESAREIA EM *HISTÓRIA SECRETA* (550)¹

EMPRESS THEODORA AND THE FEMALE CHARACTERIZATION ELABORATED BY THE PROCOPIUS OF CAESAREA IN SECRET HISTORY (550)

Aylla Maria Alves dos Santos²

Resumo: O presente trabalho analisa a caracterização da imperatriz Teodora (527-548) elaborada pelo historiador Procópio de Cesareia em sua obra *História Secreta*. Fazendo uso do conceito de Gênero proposto por Joan Scott, buscamos compreender como as diferenças sexuais e as relações de poder condicionaram a narrativa misógina *procopiana*. Analisando seções pontuais de *História Secreta* percebemos como os preceitos cristãos e supersticiosos, como também os status social de Procópio de Cesareia proporcionou uma narrativa depreciativa não apenas de Teodora, mas de outras personalidades centrais da corte. Assim, confrontando as relações de gênero percebemos como as críticas proferidas a Teodora são mais intensas, remetendo-a estereótipos da Eva pecadora, mas é em suas ações enquanto *cogovernante* que se concentra o cerne da crítica *procopiana*, e onde nos deparamos como a relevância dos seus feitos, na defesa da sua crença monofisista, nos direitos concedidos as mulheres e na sua atuação na política imperial.

Palavras-chave: Teodora; História Secreta; Procópio de Cesareia.

Abstract: The present work analyzes the characterization of Empress Theodora (527-548) elaborated by the historian Procopius of Caesarea in his work *Secret History*. Making use of the concept of Gender proposed by Joan Scott, we seek to understand how sexual differences and power relations conditioned the *procopian* misogynistic narrative. Analyzing specific sections of *Secret History* we realized how the Christian and superstitious precepts, as well as the social status of Procopius of Caesarea, provided a derogatory narrative not only of Theodora, but of other central personalities of the court. Thus, confronting gender relations we perceive how the criticisms uttered against Theodora are more intense, referring to her stereotypes of the sinful Eve, but it is in her actions as co-governant that the core of *procopian* criticism is concentrated, and where we find ourselves as the relevance of her deeds, in the defense of her monophysitism belief, in the rights granted to women and in their performance in imperial politics.

Keywords: Theodora; Secret History; Procopius of Caesarea.

¹ Este artigo faz parte da monografia aprovada pelo Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (DHI-UFS), disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14778>

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS), bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa *Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais* (CNPq/UFS). E-mail: ayllaalvess@gmail.com.

O FEMININO EM BIZÂNCIO NA ANTIGUIDADE TARDIA

Entre as mudanças que ocorreram no tardo-antigo³, como, por exemplo, a ascensão do cristianismo no século III instiga uma nova conotação da moral no mediterrâneo. O simbolismo da renúncia sexual encontra-se como o diferencial entre os cristãos, os judeus e pagãos e, assim, na medida em que se torna a religião oficial do Império Romano⁴ será o modelo adotado como norma social, “– tanto a virgindade desde o nascimento como a castidade adotada após o casamento pelos cônjuges ou pelos viúvos – torna-se o fundamento da dominação masculina na Igreja cristã.” (BROWN, 1990, p. 256).

A fundação da nova capital do império com sede em Constantinopla⁵ se assemelha a antiga Roma, mas se apresenta “superior a ela pelo fato de ser, desde o início, uma cidade cristã” (RUNCIMAN, 1977, p. 11), e a partir desse preceito a sociedade bizantina será edificada. No que diz respeito ao feminino em Bizâncio, desde cedo as meninas eram reclusas no ambiente privado – o isolamento tendia a aumentar de acordo com sua classe –, em seus lares, os estudos eram escassos e seus ensinamentos eram voltados para os fazeres domésticos preparando-as para o matrimônio e a maternidade. Na adolescência, e muitas vezes antes disso, seus casamentos eram arranjados como forma de preservar a virgindade e por conseguinte, garantir a procriação, considerando os altos índices de mortalidade infantil e a baixa expectativa de vida das mulheres. Posto isto, a única alternativa considerada “honrada” para a recusa ao casamento se encontrava nos mosteiros (TALBOT, 1998, p.119-121).

O matrimônio era um sacramento que tinha como objetivo a procriação e manutenção da linhagem, sendo assim a abstinência sexual era exigida entre os cônjuges. Nesta perspectiva, a função primordial da mulher era exercer a maternidade, motivos de elogios em Bizâncio. Não obstante, a mulher por outro lado, era vista como tentadora sexual, fraca, impura em períodos menstruais e no período após o parto, sendo motivo de descrença entre os homens (TALBOT, 1998, p.118). Na legislação esse contraste se acentua, possuía alguns direitos relacionados a posses de heranças e ao dote, todavia, sua atuação jurídica era muito limitada e seu testemunho era visto com desconfiança (LASALA NAVARRO, 2013, p. 371). A historiadora Alice-Mary Talbot (1998) sintetiza a visão genderificada da sociedade bizantina:

A leitura atenta dos textos que chegaram até nós sugere que a sociedade patriarcal de bizâncio nutria uma atitude ambivalente face à mulher, a qual se exprime da

³ Entendemos a noção de Antiguidade Tardia a partir das considerações de Peter Brown em que “O estudo deste período obriga-nos a observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o Mediterrâneo” (BROWN, 1972. p.7).

⁴ A oficialização aconteceu no ano de 380 pelo imperador Teodósio I (379-395).

⁵ O imperador Constantino inaugura a cidade em 330 com o nome de Nova Roma, todavia a população preferiu chamar pelo nome do seu fundador (RUNCIMAN, 1977, p. 11).

melhor forma na antítese entre Eva e a Virgem Maria: incessantemente denegrada, a primeira, por ter tentado e persuadido Adão a comer da árvore proibida do conhecimento e, por conseguinte, causa do pecado original; venerada, a segunda, como pura, imaculada Mãe de Deus, cujo o filho desceu para purificar a Humanidade dos seus pecados e ofereceu a possibilidade da salvação e da vida eterna (TALBOT, 1998, p.117).

De acordo com a documentação que chegaram à contemporaneidade, o contraste na representação da mulher é perceptível, principalmente, nas hagiografias e nos relatos imperiais, como no caso da imperatriz Teodora. No ambiente secular, as imperatrizes tendem a aparecer nas documentações pelas suas relações com o imperador e obrigações com o império, haja visto o descaso por parte dos redatores – majoritariamente homens –, ao elucidar o feminino. As imperatrizes e demais mulheres da aristocracia eram peças importantes nos trâmites políticos, o matrimônio imperial representava alianças políticas entre as lideranças vigentes.

Na tradição imperial romana, a figura da imperatriz assume destaque na propaganda da imagem da casa imperial, a partir do matrimônio e na figura da mãe, proporcionando assim estabilidade ao poder imperial com a continuidade da dinastia (MARCOS SÁNCHEZ, 1996, p. 515):

Após o matrimônio, a maternidade era o acontecimento mais importante na vida da imperatriz. Não ter filhos era considerado um grande infortúnio para qualquer mulher romana, e especialmente para esposa do imperador. Um homem era garantia de sobrevivência da linhagem e era festejado como ocasião de júbilo em todo o império. [...] Qualquer motivo era bom para elogiar a maternidade da imperatriz ou para lamentar o infortúnio de sua falta de êxito nessa função (MARCOS SÁNCHEZ, 1996, p. 522-523)⁶.

Entretanto, apesar dessas imposições, as mulheres imperiais se distinguiam das demais bizantinas por terem acesso a espaços públicos reservados para os homens. Na Antiguidade Tardia, difundiu-se especialmente no Oriente, o título de Augusta cedido à imperatriz que teoricamente a concederia coparticipante da *basileia*, o poder imperial, ao lado do Augusto. Não obstante, o título permitia notoriedade a sua figura, gozava de certos privilégios, em sua homenagem se cunhava moedas, estátuas, e demais propagandas imperiais. Na obra *Sobre os Edifícios*, Procópio de Cesareia narra as edificações realizadas em nome do casal imperial, na qual Teodora teve grande participação, no entanto, a imperatriz não contou com a cunhagem de moedas em sua homenagem, mas isso não significa que desempenhou um papel menos importante na corte (LASALA NAVARRO, 2013, p. 379).

⁶ “Tras el matrimonio, la maternidad era el acontecimiento más importante en la vida de la emperatriz. No tener hijos se consideraba un gran infortunio para cualquier mujer romana, y especialmente para la esposa del emperador. Un varón suponía la garantía de la pervivencia del linaje y se festejaba con una ocasión de júbilo en todo el Imperio. [...] Cualquier motivo era bueno para alabar la maternidad de la emperatriz o para lamentar la desgracia de su falta de éxito en esta función.” (Tradução nossa).

Além da relevância na construção dinástica, poderia exercer de fato influência no poder imperial, na administração do seu consorte ou assumindo a regência no caso do herdeiro masculino não tenha alcançado a maior idade. Houve casos em que a imperatriz assumiu o poder imperial, mas além de serem escassos foram durante pouco período, posto que embora ocupasse os espaços imperiais as construções dos papéis sexuais eram atuantes. Sendo assim, a própria influência exercida pela consorte teria um certo limite ou os imperadores eram criticados como débeis, como ocorreu com a desmoralização do imperador Justiniano realizada por Procópio de Cesareia em *História Secreta* (MAMEDES, 2015, p. 31).

A ascensão do cristianismo no tardo-antigo possibilitou a visibilidade de grupos marginalizados. Assim, a ideia de solidariedade pregada pela Igreja permitiu a aproximação de mulheres abastadas das ações religiosas, atuando como patronas. Esse mecenato religioso possibilitou as aristocráticas o exercício de poder e influência na esfera pública, negado em outros campos. As mulheres imperiais se sobressaíram nesse ofício, com inspirações em Helena – mãe de Constantino, o Grande – e suas fundações na Palestina. Através das obras de Procópio, sabemos das edificações de Teodora como casas de repouso e um convento para mulheres que haviam abdicado da prostituição (LASALA NAVARRO, 2013, p. 377-378).

Como protetoras dos pobres, através da esmola e dos cuidados com os doentes e os estrangeiros nos hospitais, as mulheres abastadas desfrutavam de uma verdadeira posição pública nas cidades da região mediterrânea, posição excessivamente rara nos outros aspectos da vida pública dos poderosos sob o Império tardio, vida hierarquizada e dominada pelos homens (BROWN, 1990, p. 269).

Contudo, as imposições da moral cristã não extinguem os costumes profanos dos seus adeptos nas cidades do mediterrâneo, a prostituição continua sendo um recurso para aquelas menos afortunadas (BROWN, 1990, p. 292). É em meio a esse contexto que nos deparamos com a narrativa *procopiana* sobre a juventude prostibula de Teodora e sua atuação enquanto imperatriz, a qual analisaremos a seguir.

DE ORIGEM PROSTIBULA À COGOVERNANTE IMPERIAL: A CARACTERIZAÇÃO DE TEODORA

Nos primeiros capítulos de *História Secreta*, Procópio se dedica as figuras de Antonina e Belisário, em seguida dirige-se as ações de personalidades da corte, dando ênfase à administração de Justiniano. Essas seções, menciona a atuação da imperatriz Teodora em alguns momentos ímpares, como a caída de desgraça do general Belisário. Contudo, pela limitação dessa pesquisa, dedicaremos esse espaço para análise da descrição *procopiana* dos primeiros anos de Teodora, seu matrimônio

com Justiniano e sua atuação imperial, mais precisamente, referente aos capítulos IX e X, XV, e em menor escala, XII, XVII e XXX da nossa edição de *História Secreta*, por Juan Signes Codoñer.

Nas linhas introdutórias do capítulo IX, intitulado “Teodora a prostituta”, insere o leitor ao conteúdo da seção, apontando a união de Teodora com o sucessor do trono como a causadora da ruína imperial: “Enquanto a mulher com quem se casou, vou contar de que modo nasceu, foi educada e, uma vez unida a este homem em matrimônio, arruinou desde o princípio o estado romano” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 1)⁷. O comprometimento ao Estado que a adesão de Teodora o trará será o cerne da crítica *Procopiana* como veremos a seguir.

Teodora nasce em Bizâncio⁸, filha de um cuidador de feras do circo da facção dos Verdes, de nome Acácio. Com o infortúnio da sua morte, quando Anastácio⁹ ainda era imperador, além de Teodora, deixa outras duas filhas, Comitó e Anastácia. Sua esposa, agora viúva, junta-se com outro homem para ajudar no trabalho e nos assuntos domésticos. No entanto, ao serem destituídos do cargo por um suborno entre os Verdes, a mãe de Teodora reúne todas as suas filhas para suplicarem pelo seu antigo cargo no circo na presença de toda a população. Todavia, os Verdes não atenderam a sua súplica, mas sim os Azuis¹⁰ posto que seu antigo cuidador de feras havia morrido. Desde então Teodora se afiliou aos Azuis, mesma facção apoiada por Justiniano.

Na adolescência, acompanhada de suas duas irmãs, foi levada por sua mãe para o teatro¹¹, “porque era notória sua beleza” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 8)¹². Procópio destaca que foram levadas à medida que pareciam maduras para este trabalho. Teodora, em sua tenra idade era totalmente incapaz de ter relações sexuais, entretanto, no relato *procopiano* isso não parece ser um impedimento, pois se unia lascivamente com certos miseráveis e aos escravos que lhes acompanhavam, “permaneceu assim por muito tempo no prostíbulo entregue a este comércio contra a natureza do seu corpo” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 10-11)¹³.

⁷ En cuando a la mujer con la que se casó, voy ahora a contar de qué modo nació, fue educada y, una vez unida a este hombre en matrimonio, arruinó desde sus cimientos el estado romano” (Tradução nossa).

⁸ Apesar de outras fontes pontuar diferentes locais para o seu nascimento, Signes Codoñer (2000, 200-201), aconselha a seguir a documentação de Procópio que vincula seu nascimento a Bizâncio.

⁹ Governou entre os anos de 491-518, antecedeu Justino (518-527), tio de Justiniano.

¹⁰ Os Azuis e os Verdes foram duas das quatro facções do hipódromo de Constantinopla. Em *História Secreta*, Procópio descreve o apoio oferecido pelo casal imperial as ações criminais promovidas pelos Azuis.

¹¹ Neste período, o mundo da prostituição estava atrelado ao teatro e ao circo, sendo perceptível entre os laços familiares, posto que desenvolviam atividades nas áreas urbanas das cidades. A família de Teodora quanto a de Antonina são exemplos deste contexto (SIGNES CODOÑER: 2000, p. 147).

¹² “porque era notoria su belleza” (Tradução nossa).

¹³ “Permanecía así mucho tiempo en el prostíbulo entregada a este comercio contra natura de su cuerpo” (Tradução nossa).

Já desenvolvida, converteu-se em uma prostituta que os antigos chamavam de *infantaria*¹⁴, dado que sua única especialidade era entregar “sua juvenil beleza a todos que chegava, deixando-lhes que se servissem de todas as partes do seu corpo” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 12-13)¹⁵. Enquanto as suas representações no teatro, chegou a ser admirada por sua atuação, isenta de vergonhas, sem hesitar, se prestava as mais impudicas práticas, se exibindo nua para todos os presentes, revelando partes que segundo Procópio “deveriam permanecer ocultas e resguardadas aos olhos dos homens” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 14-15)¹⁶. Rindo enquanto recebia bofetadas, exercia as suas “audaciosas” técnicas amorosas, e fazendo pouco caso dos seus amantes, não deixava que os mesmos a seduzissem sendo ela que seduzia a todos, especialmente se fossem jovens. Nosso autor procede sua narrativa exacerbando a lascividade de Teodora:

Nunca houve ninguém que estivesse tão prestado a todos os tipos de prazeres, posto que muitas vezes, indo a uma refeição comunitária com dez ou mais jovens que destacavam especialmente pelo seu vigor corporal e faziam seu trabalho de fornicção, se deitava ao longo da noite com todos da mesa e uma vez que todos renunciavam continuava com esta necessidade, ela ia junto aos seus servos, que talvez fossem trinta, e copulava com cada um deles, sem que sua luxúria pudesse sequer ser saciada assim (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 16)¹⁷.

Em seguida, relata sua passagem enquanto acompanhante de um governador de Cirene¹⁸ de nome Hecebelos, quando expulsa por este, volta a exercer seu ofício por todo Oriente, passando por Alexandria¹⁹ e depois retornando a Bizâncio onde conheceu Justiniano. Apaixonado, o futuro imperador a princípio a trata como amante, mas logo concede meios para que ascenda a dignidade de patrícia.

Procópio de Cesareia ao criticar a administração de Justiniano e aos altos impostos cobrados as classes mais abastadas indica sua origem aristocrática. Assim, as críticas depreciativas à juventude de Teodora, diz muito sobre as convicções de um cristão aristocrático do século VI. Dessa maneira, a passagem de Teodora no teatro abriu margem para que Procópio pudesse exteriorizar suas crenças misóginas que tem como parâmetro a figura da Eva.

¹⁴ O termo *infantaria* utilizado por Procópio de Cesareia diz respeito a Teodora diferente das demais companheiras de teatro não ter outros atributos como dançarina, flautista, sendo sua única função a prostituição.

¹⁵ “entregaba su juvenil belleza a todo el que llegaba, dejándole que se sirviera de todas las partes de su cuerpo” (Tradução nossa).

¹⁶ “deben permanecer ocultas y resguardadas de los ojos de los hombres” (Tradução nossa).

¹⁷ “Nunca hubo nadie que estuviera tan rendido a todo tipo de placeres, puesto que muchas veces, acudiendo a una comida comunitaria con diez o más jóvenes que destacaban especialmente por su vigor corporal y hacían su trabajo de la fornicación, yacía a lo largo la noche con todos los comensales y una vez que todos ellos renunciaban a continuar con este menester, ella iba junto a sus servidores, que tal vez eran treinta, y copulaba con cada uno de ellos, sin que su lascivia pudiera siquiera saciarse así” (Tradução nossa).

¹⁸ Província localizada no norte da África, na atual Líbia.

¹⁹ Sua passagem por esta região é muito importante, pois muitos estudiosos vinculam a sua conversão ao monofisismo, do qual foi uma fiel aliada até sua morte.

A veracidade de sua obra é motivo de debates entre os estudiosos, mais precisamente por mencionar fontes de terceiros no seu relato. Signes Codoñer (2000, 101-102), nomeia alguns momentos em que Procópio faz ressalvas ao fazer uso dessas fontes, como “Dizem” “Segundo dizem”, principalmente ao se referir ao imperador Justiniano, não tendo a mesma preocupação ao retratar as depravações de Teodora. Essas ressalvas, embora possam ser um escudo para não prejudicar a veracidade de sua narrativa, reitera a necessidade de análise sobre a ótica de gênero, pois mesmo que sua proposta seja contar as catástrofes do casal imperial, suas críticas tem densidades distintas em relação a eles, posto que em sua escrita não faz as mesmas observações aos seus relatos audaciosos referentes a Teodora. Assim, a narrativa acerca da juventude da imperatriz soa como rumores maliciosos, contudo, Signes Codoñer (2000) apresenta ponderações quanto o abandono da veracidade histórica do nosso autor.

a obra *procopiana* conta com diversos exemplos que exhibe sua imitação dos clássicos. Neste sentido, temos a trajetória de Teodora, do prostíbulo a consorte imperial, que muito se assemelha a prostituta Neera que aspirou a ascender como cidadã ateniense por via de um matrimônio, como descrito pelo Grego Demóstenes. Há diversos paralelos entre as duas narrativas, todavia, a inspiração de Procópio de Cesareia não significa a falsificação da verdade, pois sua designação prostibula conta com uma passagem de Juan Éfeso que se refere a Teodora com uma terminação que poderia vinculá-la a prostituição (SIGNES CODOÑER, 2000, p. 202). A ligação de Procópio a historiografia clássica o faz recorrer a amplificação da sua narrativa, para maior evidência dos fatos. Entretanto, não podemos desconsiderar a parcialidade do autor a escrever o capítulo IX, principalmente o que diz respeito aos atos impudicos de Teodora:

Apesar de se servir de seus três orifícios, se queixava contra a natureza, a quem acusava porque não lhe havia aberto em seus peitos um orifício maior de que tem agora as mulheres para que ela pudesse ser capaz de conceber ali outras formas de copular. E embora muitas vezes engravidasse, quase sempre podia provocar em seguida um aborto (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 18-19)²⁰.

Os exageros literários são perceptíveis nessa passagem em que retorna ao caso de Neera, a quem Demóstenes acusa de usar imoralmente três partes do seu corpo, e como pontuado por Mayor Ferrandíz, Procópio vai além dessa acusação descrevendo a insatisfação de sua protagonista e seu desejo de ter mais um orifício, “a Teodora que Procópio nos retrata reivindica um prazer que desconsidera todas as leis naturais até desembocar em uma antinatural "arrogância" sexual”

²⁰ “A pesar de que se servían de sus tres orificios, se quejaba contra la naturaleza, a la que acusaba porque no le había abierto en sus pechos un orificio mayor del que tienen ahora las mujeres para que ella pudiera ser capaz de concebir allí otras formas de copular. Y aunque a menudo se quedaba embarazada, casi siempre pudo provocar en seguida el aborto” (Tradução nossa).

(MAYOR FERRÁNDIZ, 2010, p. 6)²¹. Claro que tentamos analisar a partir da escrita misógina de Procópio, tendo como causa a preocupação que expressa em sempre estereotipar o corpo da nossa protagonista, “parecia ter suas vergonhas não no mesmo lugar onde a natureza colocou nas demais mulheres, mas em sua cara” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 24-25)²², tal como ao relatar sua indignação com a escolha de Justiniano para consorte imperial, incrementando que este poderia ter escolhido uma mulher com seios turgentes.

Peter Brown (1972), ao discorrer sobre as atrações do circo promovidas para agradar a população, menciona a carreira juvenil de Teodora descrita por Procópio, uma mulher do povo a quem as restrições das classes abastadas não a convém, sendo “a antítese das respeitáveis mulheres casadas da classe superior que, nesta época, velam-se sobriamente e vivem reclusas em Constantinopla” (BROWN, 1990, p. 235), assim contextualiza a nudez em que as mulheres das classes inferiores eram expostas e sendo este o motivo de sua desgraça. A narrativa *procopiana* conta com inúmeros momentos em que Teodora fez questão de ficar nua perante à todos, diante disso pudemos contemplar as crenças cristãs de Procópio de Cesareia, ao demonstrar seu temor frente a nudez e demais práticas consideradas pecaminosas: “segundo penso, só de alguém nomear perderia para sempre a benevolência de Deus” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 28)²³.

As crenças cristãs de Procópio se associam as superstições pagãs do seu contexto (CAMERON apud SIGNES CODOÑER, 2000, p. 28), de modo que as ações dos cônjuges imperiais estão repletas dessas convicções. No que concerne a Teodora, nosso autor ao relatar a passagem em que ela percorreu todo o Oriente praticando seu ofício, acrescenta o que considerava como planos demoníacos: “Era como se o diabo não suportasse que houvesse um país que desconhecesse a vida licenciosa de Teodora” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 28-29)²⁴. Bem como, no capítulo XII, na seção intitulada “Justiniano, príncipe dos demônios”, ao discorrer a respeito das ações demoníacas exercidas pelo imperador, inclui uma passagem sobre Teodora logo após ser deixada por Hecebolos, em Antioquia onde conhece uma dançarina de nome Macedônia informante de Justiniano²⁵, que ampara a juvenil imperatriz das desgraças que a assolavam, em seguida Procópio descreve o que seria um mau pressagio da derrocada imperial:

²¹ “La Teodora que nos retrata Procopio reclama un placer que desprecia todas las leyes naturales hasta desembocar en una antinatural “*hybris*” sexual.” (Tradução nossa).

²² “parecia tener sus vergüenzas no en el mismo lugar en donde las situó la naturaleza en las demás mujeres, sino en su cara” (Tradução nossa).

²³ “según pienso, sólo con que alguien lo nombrase perdería para siempre la benevolencia de Dios” (Tradução nossa).

²⁴ “Era como si el diablo no suportase que hubiese un país que desconociese la vida licenciosa de Teodora.” (Tradução nossa).

²⁵ Neste período, apesar de ser cotado para ser o sucessor ao trono, por precaução Justiniano detinha sua própria rede de informantes muitos da facção dos Azuis, como a Macedônia. (EVANS apud MAMEDES, 2018, p. 184).

Dizem que então Teodora disse que naquela noite veio-lhe um sonho ordenando que não se preocupasse absolutamente com sua prosperidade, já que quando chegasse a Bizâncio se deitaria com o príncipe dos demônios e este se serviria de todos os tipos de artimanhas para viver com ela como legítima esposa e converteria na dona de todo dinheiro do mundo (PROCOPIO DE CESAREA, XII, 31-32)²⁶

Ainda no capítulo IX e no decorrer do X, na seção “Matrimônio de Teodora e Justiniano”, informa as complicações para a realização dessa união. Levando em conta que para tornar Teodora sua consorte, era necessário mais do que sua elevação social, era preciso a revogação de uma lei que impedia um membro senatorial casasse com uma atriz. Como também, a imperatriz Eufêmia – consorte do imperador Justino tio de Justiniano –, era contra a este casamento. A respeito de Eufêmia, como é rotineiro na escrita de *História Secreta*, em sua descrição ácida apresenta uma imperatriz de origem simples, sem nenhuma qualidade “sendo que em sua vida passou alheia aos assuntos do Estado” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 49)²⁷, no entanto, as críticas proferidas à Teodora se caracterizam principalmente pela sua atuação política, acentuando a narrativa misógina de Procópio e sua aversão a todas as personalidades desta dinastia, que diferente dele não compactuam de uma origem nobre.

Por conseguinte, com a morte da imperatriz, Justino atendeu ao apelo do seu sobrinho promulgando uma nova lei permitindo esse tipo de união²⁸. Demonstrando seu desagrado nosso autor explana sobre o que seria mais prudente para uma consorte imperial.

Há aquele que a tomou como esposa não lhe passou pela cabeça que atuava insolentemente, quando lhe seria possível escolher entre todo o império romano como esposa uma mulher que fosse a de mais alto berço de todas as mulheres, que tivesse tido uma educação recatada e não carecesse um senso de pudor, que houvesse vivido com castidade e também se sobressaísse por sua beleza, sendo também virgem e, supostamente, de seios turgentes (PROCOPIO DE CESAREA, X, 2).²⁹

A sua narrativa evidencia a ambiguidade presente na representação da mulher na sociedade bizantina, as virtudes espelhadas na Virgem Maria eram esperadas para as esposas, e no caso imperial que também fossem abastadas. A virgindade e a linhagem aristocrática imprescindíveis para uma

²⁶ “Dicen que entonces Teodora dijo que le sobrevino aquella noche un sueño que le ordenaba que no se preocupase en absoluto por su prosperidad, ya que cuando llegara a Bizancio yacería con el príncipe de los demonios y éste se serviría de toda clase de artimañas para vivir con ella como legítima esposa y convertirla en dueña de todo el dinero del mundo.” (Tradução nossa).

²⁷ “sino que su vida transcurrió ajena a los asuntos de estado” (Tradução nossa).

²⁸ Esta legislação está presente no *Cod. Iust. V 4, 23*, permitindo não apenas que atrizes pudessem se casar, mas para atender as necessidades de Teodora, possibilitava a anulação do passado de mulheres que ascenderam a dignidade de patricia (SIGNES CODONER, 2000, p. 209).

²⁹ “al que la tomó por esposa no se le pasó por la cabeza pensar que actuaba insolentemente, cuando le habría sido posible escoger entre todo el imperio romano como esposa a una mujer que fuese la de más alta cuna de todas las mujeres, que hubiese tenido una educación recatada y no careciese de sentido del pudor, que hubiese vivido con castidad y además sobresaliese por su belleza siendo también virgen y según se dice, de senos turgentes.” (Tradução nossa).

consorte imperial eram atributos que faltavam a nossa protagonista, ocasionando a condenação de Procópio de Cesareia e afirmando a idealização para o feminino em Bizâncio.

Na seção “O governo conjunto de Justiniano e Teodora” no capítulo X, Procópio de Cesareia alude a ação conjunta dos consortes “já que em vida comum nunca atuaram um sem o outro” (PROCOPIO DE CESAREA, X, 13-14)³⁰. De modo que, fingiam divergências aos súditos para melhor lhes controlar. Assim, no campo religioso assumiam polos opostos, ele ortodoxo e ela monofisista, entre as facções como ambos eram dos Azuis, divergiam em suas ações: Teodora deixava que atuassem livremente contra os Verdes, enquanto Justiniano se mostrava irritado e incapaz de enfrentar sua esposa, todavia, em um segundo momento, toma as rédeas do poder e castiga os Azuis, enquanto a imperatriz se irritava com a audácia do marido. Embora sua narrativa transpareça a estratégia política do casal, que ressalta uma ideia de *cogoverno* como apresentado por Lasala Navarro em seu artigo³¹, não devemos menosprezar os julgamentos de Procópio frente a atuação dos cônjuges, posto que é sobre a imperatriz que sobressai sua desaprovação apontando-a como defensora de heresia e excitando ataques dos Azuis, enquanto o papel de Justiniano é justamente o combate desses crimes mesmo que de forma “disfarçada”.

No capítulo XXX, na última seção da sua obra intitulada “Senadores e magistrados submetidos ao imperador”, Procópio de Cesareia elenca as mudanças que ocorreram nos ritos cerimoniais introduzidos pelos consortes.

Non era, porém, costume ninguém prestar seus respetos à imperatriz. Mas no caso de Justiniano e Teodora, todos os demais senadores e quantos tinham a dignidade de patrícios, cada vez que fazia sua entrada diante deles, se jogavam em seguida o rosto sobre o chão e depois de estender quanto podiam mãos e pés, tocavam com seus lábios um pé de cada um antes de se levantar (PROCOPIO DE CESAREA, XXX, 23-24).³²

A cerimônia gozava de grande relevância, era uma amostra do poder do imperador, e nesse caso, também da imperatriz. Ao receberem as mesmas honrarias de membros importantes do império, marcam a distinção entre os soberanos e os subalternos fomentando a ideia de um *cogoverno* (LASALA NAVARRO, 2013, p. 374). Contudo, não podemos nos desprender dos papéis atuantes do gênero de modo que essas mudanças entre outras promovidas por esse *cogoverno* será motivo de insultos pelo nosso autor. Como mencionado no primeiro capítulo, a prática do cesaropapismo que

³⁰ “ya que en su vida en común nunca actuaron el uno sin el otro” (Tradução nossa).

³¹ Cf. LASALA NAVARRO, Isabel. Imagen pública y política de la emperatriz Teodora. Un estudio a partir de la obra de Procopio de Cesarea. In: *Revista Gerión*, v. 31, p. 363-383, 2013.

³² “No era sin embargo costumbre que nadie presentara sus respetos a la emperatriz. Pero en el caso de Justiniano y Teodora, todos los demás senadores y cuantos tenían la dignidad de patrícios, cada vez que hacían su entrada ante ellos, se arrojaban en seguida de bruces sobre el suelo y después de extender cuanto podían manos y pies, tocaban con sus labios un pie a cada uno antes de incorporarse.” (Tradução nossa).

concedia ao imperador sua divindade imperial, se estende na figura da imperatriz Teodora uma vez que “todos deveriam adorar a imperatriz como se fosse um deus” (PROCOPIO DE CESAREA, X, 6-7)³³, apesar de tais afirmações a narrativa *procopiana* se assemelha ao que seria uma espécie de hagiografia reversa (PATLAGEAN apud MAYOR FERRÁNDIZ, 2010, p. 5), repletos de interferências demoníacas e das ações malignas da imperatriz. De forma tirana a imperatriz obrigava que lhe dirigissem a palavra com “‘meu senhor’ ou ‘minha senhora’” (PROCOPIO DE CESAREA, XXX, 26)³⁴, enquanto que as decisões administrativas deveriam ser passadas pela sua supervisão, caso contrário era motivo de infortúnio.

No que concerne a personalidade de Teodora, no capítulo XV intitulado “Caráter de Teodora” seu relato não difere do que fora apresentado nos seus primeiros anos, na juventude seduzia e detinha o controle dos seus parceiros sexuais, enquanto imperatriz agi manipulando as situações ao seu favor, de uma frieza e crueldade implacável diante do seus súditos que se assemelha a descrição da suas relações teatrais, posto que “costumava tratar sempre suas companheiras de teatro com a ferocidade de escorpião, pois a inveja a dominava completamente” (PROCOPIO DE CESAREA, IX, 26)³⁵. Por fim, o tom de escárnio que tratava os seus amantes, é revisitado pela imperatriz ao tratar dos assuntos do Estado, segundo nosso autor, questões importantes eram tratadas por meio de gozação tal fazia no teatro.

Além do mais, a historiadora Talbot pontua a negatividade da mulher presente na literatura, como a retratação dos pecados no feminino (TALBOT, 1998, p.118). Nesse sentido, o caráter pecaminoso de Teodora é perceptível na ira e avareza que lida com os súditos, tal como em seus hábitos na casa imperial que muito se distancia das normas vigentes, assim Procópio assinala:

Quanto ao seu corpo, cuidava mais do que era necessário, mas menos do que ela queria. Assim, ia muito cedo para os banhos e se retirava muito tarde. [...]. Quando almoçava e jantava, comia todos os tipos de alimentos e bebidas e as horas de sono que tinha era cada vez mais prolongada, tanto durante o dia até o anoitecer, como durante à noite até o sol nascer. Ela, que durante grande parte do dia se entregou a tantos hábitos desordenados quanto esses, acreditava ter direitos de administrar todo o império romano! (PROCOPIO DE CESAREA, XV, 6-9)³⁶

³³ “todos debían adorar a la emperatriz como si fuera un dios” (Tradução nossa).

³⁴ “‘mi señor’ o ‘mi señora’” (Tradução nossa).

³⁵ “acostumbraba a tratar siempre a sus compañeras del teatro con la ferocidad del escorpión, pues la envidia la dominaba completamente” (Tradução nossa).

³⁶ “En cuanto a su cuerpo, lo cuidaba más de lo que era necesario, pero menos de lo que ella misma deseaba. Así, iba muy temprano a los Baños y se retiraba muy tarde. [...]. Cuando almorzaba y al cenar, tomaba todo tipo de alimentos y bebidas y las horas de sueño que tenía eran cada vez más prolongadas, tanto durante el día hasta que empezaba a anochecer, como durante la noche hasta que se levantaba el sol. Ella, que durante gran parte del día se entregaba a tantos y tan desordenados hábitos como esos, ¡se creía con derechos para administrar todo el imperio romano!” (Tradução nossa).

O caráter da imperatriz se distingui da personalidade de Justiniano descrita por Procópio de Cesareia, inacessível aos seus súditos e magistrados, ao passo que o imperador se mostrava muito acessível e simples – mesmo sendo retratado como tirano e considerado o príncipe dos demônios –, a caricatura que temos da imperatriz pode ser percebida pelas relações de gênero apresentadas, o caráter intratável de Teodora condiz com a posição tomada nos trâmites políticos em contraposição da fragilidade de Justiniano em permitir esse arranjo político.

Nesta perspectiva, no capítulo XVII na seção “As vítimas de Teodora” percebemos a indignação de Procópio com os direitos adquiridos pelas mulheres. Algumas das *novellae*³⁷ ofereceram proteção em causa de adultério, divórcio ou dote, entretanto, nas linhas de *História Secreta* essas mudanças ocorridas na legislação por influência de Teodora se apresentam como um atentado aos direitos dos maridos (SIGNES CODONER, 2000, p. 257-258).

Naquele tempo era um fato que quase todas as mulheres tinham uns costumes depravados, pois pecavam contra seus maridos com completa liberdade, sem que esta ação lhes acarretasse perigo ou dano algum, pois todas culpadas de adultério ficavam impunes. Foram em seguida junto à imperatriz e, dando a volta na situação, levaram a julgamento seus maridos iniciando um processo com acusações por fatos inexistentes (PROCOPIO DE CESAREA, XVII, 24-25)³⁸.

Assim como, a lei que pretendia proteger as prostitutas será alvo de julgamentos do nosso autor, aludindo que estas foram obrigadas a irem a um mosteiro para que mudassem de vida, “algumas delas se jogaram à noite do alto e desse modo escaparam de uma mudança que não haviam desejado” (PROCOPIO DE CESAREA, XVII, 6)³⁹, contudo, por meio de *Sobre os Edifícios*, sabemos de outra leitura feita por Procópio de Cesareia dessa ação, relatando o labor interventor do casal imperial nas vidas de jovens humildes que foram obrigadas a se prostituir maridos (SIGNES CODONER, 2000, p. 255). Na mesma seção, conhecemos alguns casos em que a imperatriz interferiu diretamente na vida conjugal dos seus súditos. Em um dado momento, conta a história de duas jovens que vinham de uma linhagem aristocrática e, depois de viúvas foram obrigadas a se casarem novamente com “dois indivíduos desprezíveis e sem distinção social” (PROCOPIO DE CESAREA, XVII, 8)⁴⁰, assim, sem saída foram obrigadas a se casarem a contragosto. Pensando nisso, retornamos para a legação da posição aristocrática do nosso autor e de como contribuiu para o seu relato nocivo frente a origem de

³⁷ As *Novallae* foram as novas leis promulgadas após a compilação do *Codex Iuris Civilis*. (MAMEDES, 2015, p. 29).

³⁸ “Por aquel entonces era un hecho que casi todas las mujeres tenían unas costumbres depravadas, pues pecaban contra sus maridos con completa libertad, sin que esta acción les acarretase peligro o daño alguno, puesto que cuantas eran culpables de adulterio quedaban impunes. Acudían enseguida junto a la emperatriz y, dando la vuelta a la situación, llevaban a juicio a sus maridos incoando un proceso con acusaciones por hechos inexistentes” (Tradução nossa).

³⁹ “Algunas de ellas se arrojaron de noche desde lo alto y de este modo escaparon a un cambio que ellas no habían deseado” (Tradução nossa).

⁴⁰ “dos individuos despreciables y sin distinción alguna” (Tradução nossa).

Teodora e de seus aliados, levando-nos a ponderar as afirmações de Signes Codoñer (2000, 202) com relação a valorização da ascensão social em Bizâncio.

Na obra *História Secreta*, em momento algum Procópio de Cesareia dirige seus insultos a não procriação imperial de Teodora. Entretanto, não hesita nas declarações sobre os abortos cometido pela mesma na sua juventude, em especial ao aborto que tentou cometer, mas pelo desenvolvimento da gestação não foi possível sendo obrigada a dar à luz a um menino. Criado pelo pai, como a morte deste vai ao encontro de sua mãe, esta já imperatriz, e segundo Procópio, uma vez entregue aos seus servidores seu paradeiro permanece desconhecido. Assim, os valores almejados enquanto consorte imperial de progenitora da linhagem dinástica, mesmo de forma indireta são motivos de condenação pelo nosso autor.

Como também, o fato do método *procopiano* exigir um exagero literário como forma de ênfase em seu relato, ter ocasionado a mudança de teor da sua narrativa da passagem da juventude para imperatriz como apontado por Signes Codoñer (2000,104), visto que enquanto esposa imperial Procópio de Cesareia não relata nenhuma infidelidade cometida por Teodora. Todavia, apesar das depravações sexuais ditados na sua juventude não ser o cerne de sua crítica enquanto imperatriz, a sexualidade ainda será alvo. Pois, mesmo que não mencione relações extraconjugais de Teodora, não devemos menosprezar as acusações entorno da sua facilitação e acobertamento do romance de Antonina – sua amiga íntima e esposa do general Belisário – com o filho adotivo do casal de nome Teodósio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procópio de Cesareia, por ser aristocrata e compactuar com os princípios da sociedade do tardo-antigo, a continuidade do classicismo contido na sua escrita e as mudanças presentes nos seus preceitos cristãos. Ao discorrer sobre Teodora de forma ínfima, embora tenha por objetivo central a desmoralização de Justiniano, de modo que sua caracterização de má e tirana condiz com a desordem que se encontrava o governo de Justiniano, faz mais do que isso, transparece a importância do papel político da imperatriz (LASALA NAVARRO, 2013, p. 365-380), como parceira no poder, no apoio ao monofisismo e nos direitos concedido as mulheres. No entanto, sua escrita não deixa de ser algo pejorativo no qual afirma o ideal para o feminino em Bizâncio do qual Teodora se encontra muito distante, contudo, como pudemos observar, apesar das críticas e das normativas sociais sua relevância é inegável exercendo de fato seu reinado enquanto Augusta e coparticipante da *basileia*.

Como pudemos observar a construção do feminino em Bizâncio perpassa por valores socialmente normatizados que se apresenta na ambivalência da representação da mulher, do qual a

imperatriz Teodora não se absteve. Com a análise da documentação viabilizada com esta pesquisa, a caracterização da imperatriz na obra *História Secreta*, se faz a partir da narrativa desde sua origem simples vinculada ao teatro e conseqüentemente a prostituição à tirana e vingativa imperatriz que veio a se tornar.

Dessa forma, percebemos como as críticas dirigidas a Teodora se distinguiu da crítica de Procópio de Cesareia a Justiniano, posto que seu objetivo era desmoralizar o imperador por meio de insultos infames a imperatriz, retratando como as diferenças sexuais e as relações de poder atuantes influencia na abordagem *procopiana*. Todavia, é através da sua narrativa que temos conhecimento das ações da imperatriz enquanto *cogovernante*, denominação que o próprio Procópio de Cesareia pontua, expressando a participação da imperatriz nos assuntos do Estado.

DOCUMENTAÇÃO TARDO-ANTIGA

PROCOPIO DE CESAREA. *Historia Secreta*. Introducción, traducción y notas de Juan Signes Codoñer. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

REFERÊNCIAS

ANGOLD, Michel. *Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BOY, Renato Viana. *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: da “Queda de Roma” ao período de Justiniano*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 193p.

BROWN, Peter. Antiguidade tardia. In: VEYNE, Paul. (Org.). *História da vida privada I: do Império Romano ao ano mil*. Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

FÈVRE, Francis. *Teodora, a imperatriz de Bizâncio*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FRIGHETTO, Renan. A Longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: *VII Semana de Estudos Medievais*, 2010, Brasília. Por uma longa duração: Perspectivas de Estudos Medievais no Brasil. Brasília: Casa das Musas, v. 1, p. 101-119, 2009.

- LASALA NAVARRO, Isabel. Imagen pública y política de la emperatriz Teodora. Un estudio a partir de la obra de Procopio de Cesarea. In: *Revista Gerión*, v. 31, p. 363-383, 2013.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. Tradução de Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Universidade Hoje).
- MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. *Teodora: A face do poder feminino na Corte de Justiniano*. 2015. 38 f. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de História, Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.
- MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. *Guerras Secretas: Conflitos e Negociações na Corte do Imperador Justiniano*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História). Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. 306p.
- MARCOS SÁNCHEZ, M^a. M. Representaciones visuales del poder en época tardoantigua: la imagen de la emperatriz. *Hispania Sacra*, vol. 48, n. 98, p. 513-540, 1996.
- MAYOR FERRÁNDIZ, Tereza Maria. Teodora de Bizancio (497 o 500-548). In: *Revista de Claseshistoria*, n. 180, 2010. Disponível em: <<http://www.claseshistoria.com/revista/2010/articulos/mayor-teodora-bizancio.html>>. Acesso em: 24 nov. 2019.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 17, n. 1, p. 159-189, abr. 2009.
- RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Tradução de Waltensir Dutra. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: _____. *Gender and Politics of History*. New York: Columbia University Press, p. 28-50. 1999 [Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila]
- SIGNES CODOÑER, Juan. Introducción. In.: PROCOPIO DE CESAREA. *Historia Secreta*. Introducción, traducción y notas de Juan Signes Codoñer. Madrid: Editorial Gredos, 2000.
- SPOLADOR, Amanda Martins. *A anti-imagem da imperatriz: Análise sobre Teodora na História Secreta (ou Anékdota), de Procópio de Cesareia- Século VI*. 2018. 55 f. Monografia de conclusão de curso – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- TALBOT, Alice-Mary. A mulher. In: CAVALLO, Guglielmo. (Org.). *Homem Bizantino*. Tradução Maria Bragança. Portugal: Editorial Presença, 1998. p. 117-139.

VILLON, Victor Ribeiro. *A história em desconcerto: as anékdota de Procópio de Cesareia e a antiguidade tardia*. 2014. 162 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A FUNÇÃO DO INTELLECTUAL NO PROJETO DE REVOLUÇÃO INTEGRALISTA POR PLÍNIO SALGADO E SEU PAPEL NA REGIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO

THE ROLE OF THE INTELLECTUAL IN THE PROJECT OF THE INTEGRALIST
REVOLUTION BY PLÍNIO SALGADO AND HIS ROLE IN THE REGIONALIZATION OF
THE MOVEMENT

Thiago Silva de Sousa¹

Resumo: O presente artigo pretende explorar qual função seria exercida pelo intelectual no projeto de revolução integralista do escritor Plínio Salgado, demonstrando que papéis como “pioneiro”, “educador” e “formador” são dados ao grupo social pelo autor, também objetivamos apresentar a importância dos intelectuais na regionalização da Ação Integralista, ou seja, qual a atuação dos intelectuais nas fundações de núcleos nos mais diversos estados do país, apontando-os como idealizadores, pois adaptaram os princípios do integralismo ao *modus operandi* da política local, e mobilizadores, sendo os impulsionadores do movimento nas regiões. Para efetuarmos nossa pesquisa nos versamos, principalmente, da análise da obra *Psicologia da Revolução* e da historiografia do integralismo, tanto nacional, quanto regional.

Palavras-chave: Revolução Integralista; Intelectuais; Integralismo.

Abstract: This article intends to explore what function would be exercised by the intellectual in the project of integralist revolution of the writer Plínio Salgado, demonstrating that roles such as "pioneer", "educator" and "trainer" are given to the social group by the author, we also aim to present the importance of intellectuals in the regionalization of Integralist Action, that is, what is the performance of intellectuals in the foundations of nuclei in the most diverse states of the country, pointing them as idealizers, they adapted the principles of integralism to the way of doing local politics, and mobilizers, being the drivers of the movement in the regions. To carry out our research we rely mainly on the analysis of the work *Psychology of the Revolution* and the historiography of integralism, both national and regional.

Keywords: Integralist Revolution; Intellectuals; Integralism.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí – Campus Alexandre Alves de Oliveira (Parnaíba-Pi). Email: thiagossousa06@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 1929 foi criada na França a revista *Annales*. Os historiadores ligados à revista passaram a questionar paradigmas fundantes do modo de pesquisa histórica vigente o que iniciou uma intensa transformação na historiografia. Embora seja um agrupamento de pesquisadores distintos, a nomeada “Escola dos *Annales*” foi responsável pelo que Peter Burke (2010, p. 17) denominou de “Revolução Francesa da Historiografia”.

Apesar de Burke (2010, p. 12) apontar que uma visão onde os *Annales* são “indiferentes à política e aos eventos” desconsidera “tanto as divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo”, é verificável que categorias de pesquisa histórica ficaram em segundo plano dentro do projeto do grupo, entre elas a História Política e a História Intelectual.

Costumeiramente associada a estudos das “elites” ou de “grandes nomes”, a História Intelectual “estava excluída das análises propostas por não estar contemplada entre os horizontes de um dos principais grupos de hegemonia nas correntes historiográficas” (CAZETTA, 2018, p. 499), até que no último quartel do século passado houve um processo de “reabilitação” da categoria histórica, quando:

historiadores que se vinculavam à periferia dos *Annales*, em termos de consonância de trabalhos, começaram a produzir pesquisas relevantes de forma considerável, organizarem obras, e comporem, desta forma núcleos de produção independente. (CAZETTA, 2018, p. 450)

A partir de então, os “intelectuais” retornam como objetos de pesquisa histórica.

Como qualquer campo de investigação as pesquisas que se voltam para a prática dos intelectuais na sociedade findam em múltiplos olhares e enfoques diferentes para tais ações, diante dessas abordagens várias veredas se originam dependendo da priorização que se faz aos aspectos da ação intelectual, entre tais denominações há a História das ideias, História dos Intelectuais, História Conceitual etc. (WASSERMAN, 2015)

Entre esses campos o debate acerca do que pode ser considerado como “intelectual” e sua conceituação final ainda é profundo. Das comédias atenienses do século IV e V onde “sábios” eram representados com um “físico ingrato e frágil, com uma crosta de sujeira e um odor incômodos, e de um comportamento às vezes estranho” (SIRINELLI, 2003, p. 251), passando por intelectuais como “homens de cultura”, até a ideia de que “Intelectuais, vocês estão mortos!” atacada por Noberto Bobbio (1997), o que poderia ser considerado como figura de intelectualidade e seu papel efetivo na sociedade é centro de discussões.

Ao tentar apontar uma definição do verbete, Carlo Marletti aponta duas acepções:

Em primeiro lugar, ele designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa,

superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. [...] Uma segunda acepção, mais vulgar na publicidade de atualidade literária e política, para a qual Intelectuais são os escritores "engajados". [...] Menos precisa do que a primeira, esta última acepção é também a mais interessante a ser aprofundada, porque com esta se relaciona o discutido problema do comportamento político dos Intelectuais e de sua atitude crítica e problematizante, que os inclinaria para a oposição de esquerda e, não raramente, também para o apoio militante de movimentos revolucionários. (1998, p. 637)

Há apoiadores em cada um dos lados dessa dupla conceituação, do ponto de vista amplo onde a “heterogeneidade de opiniões, de posicionamentos políticos, de atividades profissionais e de comportamentos diante dos problemas e temas da sociedade” (WASSERMAN, 2015, p. 65) revelam suas vinculações partidárias e suas ações de influência nos rumos da sociedade civil; E de uma ótica mais restritiva onde tais indivíduos são sujeitos separados da sociedade civil, encarcerados em “torres de marfim”, elencados ao eterno papel de “reflexão” longe da vileza política, como declamava Julien Benda, para o qual o intelectual “traí sua função quando se envolve nas contendas políticas, em vez de reservar seu fogo intelectual e para a defesa de certos valores” (SIRINELLI, 2003, p. 259)

Com a supracitada “reabilitação” de campos como “história política” e “história dos intelectuais” entre os historiadores, alguns objetos de pesquisa retornam para a análise da pesquisa histórica, no Brasil, é o caso do integralismo que até a década de 1990 havia sido analisado academicamente, principalmente, por filósofos e sociólogos.

A historiografia do integralismo tem início em 1937, ou seja, dentro da vigência do movimento, quando Carlos Henrique Hunsche defende sua tese de doutoramento “*O integralismo brasileiro: história do movimento fascista no Brasil*”, para Oliveira (2010) esse trabalho:

possui uma importância fundamental não apenas devido ao fato de ser a primeira análise acadêmica sobre o movimento (e portando “livre” das paixões políticas que faziam parte das disputas entre aqueles de defendiam e criticavam o integralismo), mas por representar uma leitura feita dentro da estrutura de um Estado organizado nos moldes fascistas (Alemanha Nazista). (p. 120)

Contudo, é “durante a década de 1990 os estudos sobre o integralismo ganharam um verdadeiro impulso. Este passou a ser visto segundo diversos matizes, as perguntas mudaram” (OLIVEIRA, 2010, p. 132). Rodrigo Oliveira analisa o percurso da historiografia do integralismo no Brasil no artigo “*A Evolução dos estudos sobre o integralismo*” (2010), nesse trabalho o historiador divide a historiografia do tema em três “fases”² de estudos.

² É importante salientar que a divisão proposta pelo autor “é arbitrária, pois parte de uma divisão feita a partir de semelhanças presentes nesses trabalhos, ao mesmo tempo, não é uma separação fechada, existem trabalhos que poderiam ser enquadrados em mais de uma fase, devido às suas características. Em resumo, é uma divisão feita para uma melhor visualização da evolução das pesquisas sobre o tema.” (OLIVEIRA, 2010, p. 123)

A primeira fase apontada é representada pelas discussões empreendidas por Héglio Trindade, José Chasin e Gilberto Vasconcellos, e é caracterizada por debates acerca da caracterização fascista do movimento, as condições históricas de fundação do movimento e investigações sobre as inspirações políticas de Plínio Salgado. A segunda fase dos estudos, e a mais usada no presente artigo, são aqueles que se dedicaram à regionalização do movimento no interior do país, influenciados por René Gertz que após defender sua dissertação sobre a relação entre os teuto-brasileiros e o integralismo no Rio Grande do Sul, “desencadeou uma onda de estudos regionais – tendo em vista que os primeiros estudos não conseguiram (ou não pretenderam) dar conta da estruturação do movimento integralista nas diversas regiões do país” (OLIVEIRA, 2010, p. 128).

A terceira fase da historiografia do integralismo estaria vinculada a esquadramento mais profundo do tema por historiadores que trouxeram novos questionamentos às pesquisas do integralismo, tais como a participação feminina, o anticomunismo, a participação de crianças, entre outros.

É dentro das articulações entre esses eixos, a história dos “intelectuais” e a história do integralismo, que nos debruçamos sobre a obra do escritor paulista Plínio Salgado e analisaremos seu projeto de estado fascista no Brasil, limitando-nos a entender qual “função” é resguardada aos “intelectuais” nesse projeto e paralelamente quais papéis são empenhados por esses nas regionalizações da Ação Integralista Brasileira na década de 1930.

Para emprendermos nossa pesquisa nos versaremos essencialmente de uma das obras mais importantes da doutrina integralista: *Psicologia da Revolução* lançada em 1933, por Plínio Salgado. Adjunto a esses textos utilizaremos a ampla historiografia regional sobre as formações dos núcleos integralistas nos estados.

INTELECTUAIS NA VANGUARDA DA REVOLUÇÃO INTEGRALISTA

Nascido no interior de São Paulo, Plínio Salgado se envolveu em serviços jornalísticos muito cedo o que o coloca dentro da “rota intelectual”, em pouco tempo o nome do paulista já aparecia entre os modernistas (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 11) É dentro de grupos modernistas, mormente o verde-amarelismo³, que alguns dos aspectos do pensamento autoritário e nacionalista de Salgado são consolidados.

Em junho de 1930 o escritor esteve de frente com Benito Mussolini, mesmo que tenha sido um encontro rápido, esse momento marcou profundamente Plínio Salgado, pois “acreditou com

³ Corrente do movimento modernista brasileiro encabeçada principalmente por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, tinham como característica principal o Ufanismo.

veemência que era realmente a versão nacional daquele que tanto admirava na Itália. [...] Afirmava estar admirado com a Itália, que exalava entusiasmos nas ruas, e pensava algo semelhante para o Brasil” (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 10-11)

Ao desembarcar no país em outubro de 1930, Salgado rapidamente iniciou o processo para efetuar seu projeto de futuro *Duce*, criando o jornal *A Razão*. Financiado por seu amigo de longa data Alfredo Egídio de Souza Aranha, o jornal só esteve cerca de um ano em circulação, sendo o meio pelo qual Plínio Salgado lançou publicamente as bases de suas percepções políticas.

Para Rodrigo Oliveira (2009, p. 106) o jornal seria o principal instrumento de consolidação da ideologia fascista pliniana e o meio pelo qual conseguia arregimentar seus seguidores. Assumindo a coluna *Notas Políticas* ele escreveria todos os princípios da doutrina integralista ainda por vim, ideias como: “um partido de organização nacional, voltado à doutrinação da população em um “norte” nacionalista, utilizando assim uma organização de imprensa ideológica, além de toda uma produção teórica de obras para a construção de um *corpus* político e social” (OLIVEIRA, 2009, p. 106), estavam presentes na coluna escrita por ele no *A Razão*, dessa forma, “o que veremos mais tarde no movimento integralista é um projeto que já estava cristalizado em Salgado no jornal *A Razão*”. (OLIVEIRA, 2009, p. 106)

É a partir do jornal que Salgado conseguiu reunir outros intelectuais para a formação das Sociedade de Estudos Políticos (SEP). A SEP tinha como objetivo “organizar um grupo que pudesse discutir um novo movimento político, tendo como princípio forte nacionalismo conservador e revolucionário, seguindo assim as propostas de Mussolini” (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 13)

Ao criar a SEP, Plínio Salgado se tornou um intelectual conservador de referência, até que em maio de 1932 “sugeriu a criação de um novo grupo, como vistas a ampliar as atividades” (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 14). Mesmo com a discordância de alguns nomes que faziam parte da SEP, Salgado conseguiu formar maioria e assentou a formalidade da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Podemos perceber, dessa maneira, que o prólogo do partido fascista brasileiro foi a formatação de um grupo de intelectuais que objetivavam debater os rumos da nação ou, como ele nomeava, um “movimento das ideias”, concepção retirada diretamente sua visita à Mussolini, escreveria futuramente em seu diário “também como eu, ele [Mussolini] pensa que antes da organização de um partido é necessário o movimento de ideias” (DORIA, 2020, p. 19)

Os líderes e intelectuais do movimento integralismo, especialmente Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Melo, acreditavam que eles:

possuíam uma “missão” e viam a si mesmos como agentes políticos capazes de produzir um projeto de transformação cultural, política e social para o Brasil. E assim indicavam a sua vocação para elite dirigente, equacionando o saber com a capacidade de agir e governar da melhor forma para o país. (RAMOS, 2011, p. 260)

A dimensão de um “movimento de ideias”, permeia toda a trajetória do integralismo, isso se visualiza na imensa produção de livros e periódicos integralista durante a década de 1930, Rodrigo Oliveira (2009) apresenta cerca de 138 jornais em todo o país ligados aos núcleos integralistas. Ramos (2011, p. 259) redarguiu que ao adentrar nas fileiras dos camisas verdes os novos militantes não traziam somente o capital monetário, como também dotavam o movimento de um capital simbólico intelectual e cultural que instigou tal produção literária e jornalística.

Do “movimento das ideias” há a formação da Ação Integralista apresentada oficialmente em outubro de 1932 com a publicação do *Manifesto de Outubro* que sintetizava as orientações e diretrizes ideológicas do movimento. Ao estudar o manifesto, Rodrigo Oliveira (2009, p. 130) conclui que ele não promovia nada de inédito em termos de ideologia, o *Manifesto de Outubro* é resultado direto dos textos e postulados teóricos apresentados por Plínio Salgado em sua coluna “Nota Política” no jornal *A Razão*.

Nesse manifesto era propalado o apreço pela autoridade, as ideias críticas que o integralista possui aos partidos políticos, no mais o documento denunciava “uma conspiração contra o Brasil e propunham um programa social para defender a família conservadora, bem como um Estado do tipo fascista, o Estado Integral. (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 15)

Tal modelo de organização de estado seria:

Diferente do liberal, mínimo e não intervencionista, o novo Estado deveria intervir e guiar todas as esferas da sociedade, controlando deste modo os rumos da nação. Seria um Estado que exerceria o seu poder “na maior órbita possível”. Aquele que “discipline e oriente as forças vivas da nacionalidade”. Também seria o responsável pelo “controle sobre as relações entre Capital e o Trabalho”. Acima de tudo seria um Estado forte, que garantiria o controle social e o poder entre os interesses individuais e coletivos. (OLIVEIRA, 2009, p. 129).

Esse modelo de “Estado Integral” seria alcançado por meio de uma revolução que ocorreria tanto no campo da ação política como no campo espiritual⁴, por isso era comumente nomeada de *Revolução Integralista*, *Revolução do Espírito* ou *Revolução Interior*, dessa forma “o movimento trazia para si a responsabilidade de transformar os próprios indivíduos, de mudança de comportamentos éticos e morais” (RAMOS, 2011, p. 261)

⁴ O conceito de “espírito” na produção integralista não se limita, somente, a uma dimensão religiosa e espiritualista, mas significa a mentalidade humana, a psique e o pensamento.

A noção de “revolução” é constante no léxico integralista, sendo presente em muitos dos autores integralistas. Tal debate ocorreu inicialmente com o lançamento do livro *Psicologia da Revolução* por Plínio Salgado em 1933, “ao que tudo indica, este livro de Plínio Salgado é, senão a principal, uma das principais causas pela disseminação da ideia de revolução pelos textos integralistas” (RAMOS, 2011, p. 260)

A partir de então os outros intelectuais do integralismo se debruçaram sobre o termo criando suas próprias acepções de como ocorreria a “Revolução Integralista”. Para Reale e Barroso essa revolução aconteceria realizando “a manutenção de determinados elementos presentes na sociedade sobre a qual buscam intervir” (RAMOS, 2011, p. 268), Salgado idealizava algo mais “radical” e buscava a alteração completa da sociedade após a revolução dos camisas verdes.

A mudança, para Plínio Salgado, é total: tudo, desde o comportamento social até as instituições, precisa sofrer os efeitos da revolução integralista; ela não reforma, e sim *transforma* – e aqui a diferenciação entre mudança e transformação pode ser utilizada em sua plenitude –, pois o que é atingido por ela torna-se algo distinto, *inteiramente novo* inclusive em sua essência. (RAMOS, 2011, p. 268)

Na busca pelo “inteiramente novo” Salgado criaria uma “civilização”, um “novo homem”, uma “nova humanidade”, “a revolução integralista visa “cortar o mal pela raiz” – ao destruir os fundamentos básicos da sociedade, conseguiria ela dar cabo de tudo aquilo proveniente deles. Seu objetivo é criar outra civilização” (RAMOS, 2011, p. 268)

Ao escrever a obra *Psicologia da Educação* (1933), Salgado (1953, p. 10) aponta que público ele pretende atingir: “Este livro não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos do povo. Aos políticos e aos intelectuais é que me dirijo nestas páginas”. Ou seja, não havia interesse que o “povo”, a massa popular, realmente entendesse a pretensa revolução, pois para ele o problema do brasileiro era uma “crise do pensamento”, dessa forma, só poderíamos alcançar as condições necessárias para o sucesso da revolução após a ação intelectual definir o pensamento correto do país.

Aqui há um dos primeiros papéis resguardados aos intelectuais no projeto de poder do integralismo, o de liderança do movimento revolucionário, eles seriam os pioneiros na condução do país, Plínio dizia que “é preciso que nós, intelectuais, tomemos conta do Brasil. Definitivamente. Temos de romper com a tradição medíocre da política. Estamos fartos de vivermos, nós, intelectuais, à sombra dos poderosos. Queremos mandar.” (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2020, p. 11).

Esse pensamento acerca das elites intelectuais não era uma novidade na circulação de ideias da década de 1930, primeiramente pela própria postura do intelectual como um condutor da nação:

No Brasil, a nossa estrutura patriarcal e autoritária e a própria condição de país periférico de grande contingente de analfabetos. acabaram por reforçar ao extremo este tipo de prática. Assim, o ideal da representação, o falar em nome dos destituídos

de capacidade de discernimento e expressão, foi facilmente absorvido pelo intelectual brasileiro. Sentindo-se consciência privilegiada do "nacional", ele constantemente reivindicou para si o papel de guia, condutor e arauto" (VELOSO, 1987, p. 57)

Ou seja, o resguardo da função de dirigente estava presente nas perspectivas de futuro nacional daquele contexto, como demonstra Patrícia Schmidt (2008, p.) "Pécaut nos alerta que a "relação massas-elites invadiu o pensamento político", e nomes como Oliveira Viana e Azevedo Amaral acreditavam que "havia a necessidade de formar uma elite que conduzisse a massa e as reformas para que pudesse se "civilizar de cima"" (SCHMIDT, 2008, p. 85) Algo semelhante diria o chefe da AIB, "A formação de elites dirigentes é escopo dessa primeira fase desta campanha. Ela deve firmar certos princípios que servirão de base à nossa consideração de mundo e fenômenos sociais" (SALGADO, 1934, p. 88). Ou seja, "era através da intervenção do intelectual que o povo iria ingressar na "era da civilização". (SCHMIDT, 2008, p. 85)

Uma segunda função designada as elites intelectuais era a "unidade do pensamento", a necessidade de se compor um "pensamento oficial" e só após essa composição que teríamos a possibilidade de um "povo disciplinado"

Mobilizar as fôrças intelectuais e morais da Sociedade. E dar unidade ao Pensamento. Só então poderemos impor unidade moral, unidade econômica e unidade política ao grupo humano a que pertencemos, o qual sofre os mesmos males das sociedades de todos os países fatigados peias hipóteses científicas. Êsse papel incumbe às elites intelectuais. (SALGADO, 1953, p. 148.)

Uma vez dada a unidade do pensamento nacional, os intelectuais se responsabilizariam pelo ensinamento dos indivíduos da nação:

Ao mesmo tempo que as linhas gerais do pensamento novo forem se cristalizando nessa corrente de espíritos livres e fortes, devemos ir formando a nova consciência das massas populares, pela divulgação dos conceitos mais elementares, em forma simples e acessíveis. Dessa maneira, chegaremos à fixação de ideais definidos, num povo disciplinado e consciente de seu destino. (SALGADO, 1934, p. 89)

Diante disso, "a mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais, é condição fundamental do êxito desta campanha. São eles que devem transmitir ao povo o conceito sereno da verdade" (SALGADO, 1934, p. 89), portanto, os intelectuais cumpririam a função de definir o pensamento nacional, superando a famigerada "crise do pensamento", e caberia a eles também realizar o "ensinamento" do "povo".

INTEGRALISMO NOS ESTADOS: UM MOVIMENTO DE ELITES INTELECTUAIS

A historiografia do integralismo é ampla, datando da década de 1980 ela conta com múltiplos olhares para ação do integralismo no Brasil. Nesse quadro, ganha certo destaque aquelas pesquisas

que se voltam para discutir fatores relacionados à interiorização do movimento, entender como se davam as formações e atividades dos núcleos integralistas dos estados, fazem parte de um número grande de pesquisas sobre o tema.

Até o presente momento dos estudos regionais – pelo menos das obras de que temos conhecimento –, apenas as regiões periféricas apresentam estudos sistemáticos sobre a organização do integralismo. Talvez isso se deva ao fato de que durante os debates iniciais, indiretamente os núcleos centrais do movimento integralista – São Paulo, Rio de Janeiro e em menor grau Minas Gerais – eram tidos como matrizes de difusão da ideologia e do movimento. Contudo, essa interpretação é insuficiente para explicar a inexistência de tais trabalhos, principalmente se levarmos em conta que o integralismo nesses Estados não ficou restrito às capitais, tendo se expandido para o interior, e, se levarmos em conta outros exemplos regionais em que o integralismo apresentava significativas diferenças entre capital e interior (e às vezes entre regiões e cidades próximas), há uma grande lacuna nos estudos regionais que ainda necessitam ser pesquisados. (OLIVEIRA, 2010, p. 130)

Dentro desses estudos que falam sobre a organização do integralismo nas diversas regiões do país, muitos questionamentos foram feitos, desde indagações acerca das formações desses núcleos, fatores ligados à atuação do movimento no local, até questões relacionadas à composição desses núcleos. Se os papéis de “pioneiro” e “mentor” estavam resguardados aos intelectuais no projeto da Revolução Integralista de Plínio Salgado, essas funções podem ser vistas, em certo grau, no processo de regionalização desse movimento.

Salgado não descreveu exaustivamente qual a sua própria concepção de intelectual e quais eram considerados por ele como detentores de intelectualidade, contudo denunciava que no Brasil “os triunfadores na sociedade não são os mais inteligentes e cultos, porém os mais espertos e audaciosos” (SALGADO, 1953, p. 138), demonstra, portanto, que os mais “inteligentes” e “cultos” não estão entre os mandatários, ou os grandes políticos.

Tal ideia se conflita com as especificidades de formatação local dos núcleos estaduais. Se olharmos para os núcleos nordestinos podemos perceber esses meandros, como exemplo o trabalho de João Rameres Régis que ao estudar a formação do integralismo em terras cearenses, demonstrou que o integralismo no estado necessitou de ajustamentos ao modo de se fazer política vigente, ganhando como adeptos os oligarcas alijados do poder político, especialmente pós-revolução de 1930.

Essa ideia de que o movimento integralista no Ceará tinha esse diferencial [**Caráter operário**] era por demais impreciso. A aliança preferencial com a Igreja Católica na arregimentação dos setores populares e, principalmente, nas disputas eleitorais, é um indício concreto da adequação e da suscetibilidade do Integralismo aos interesses dos setores clientelísticos ávidos pelo retorno aos antigos postos de comando na administração municipal. (REGIS, 2013, p. 13)

Algo similar é encontrado no Piauí, para Thiago Sousa e Fernando Botton (2023) o integralismo no estado foi fomentado especialmente entre as elites políticas e intelectuais que foram

membros da Aliança Liberal no estado e estavam ressentidos com as ações de Vargas no estado. No Maranhão “é possível que, entres os primeiros integralistas maranhenses, alguns tenham se filiado ao movimento, vislumbrando no integralismo alternativo viável para manifestar-se contra aquela situação” (CALDEIRA, 1999, p. 31)

No estado pernambucano a pesquisadora Giselda Brito Silva (1998) também aponta essa característica, a abertura de núcleos municipais no estado também foi carregada de adaptações, pois era preciso cumprir certos acordos com chefes locais.

Em algumas destas cidades, a própria instalação de um núcleo precisava do consentimento do chefe local. Provinha daí, as dificuldades para se propagar as ideias integralistas e instalar os núcleos nessas áreas. E, mesmo em grande parte das cidades onde foram instalados núcleos integralistas, a quantidade de adeptos era bem menor em relação à dos núcleos de Recife. Muitos temiam envolver-se num movimento político, sem a presença “incentivadora” do grande proprietário local, especialmente se era uma pessoa muito respeitada ou temida na cidade. (SILVA, 1998, p. 98)

Na cidade paranaense Paranaguá, “a AIB representava uma dessas elites políticas de Paranaguá, que obrigatoriamente estava inserida no conflito local por retenção de Poder. Esta é uma tradição no Brasil desde tempos imemoriais” (ALVES, 2019, p. 68). Podemos perceber que a presença das elites econômicas locais foi de fundamental importância para a institucionalização do grupo nos estados e nas locais mais diversos do Brasil, sendo responsáveis diretamente pelo sucesso que AIB obteve na década de 1930.

A ação da elite política na reverberação da ideologia integralistas nos rincões brasileiros é fundamental, essa ação não dissociada da ação dos intelectuais locais, pois são os mesmos nomes que compõem ambos os grupos, em Pernambuco aqueles que dão impulso na ideia dos camisas verdes no estado são estudantes oriundos de Recife, onde participam desses debates, esses estudantes, geralmente, são filhos e membros das elites coronelistas da região.

Os fundadores dos núcleos no interior do estado de Pernambuco eram jovens estudantes que vinham estudar no Recife e aprendiam as “novas ideias”, mas sua permanência no movimento era outra coisa, esta dependia da aprovação dos pais: “O Integralismo partiu de gente que estudava. E quem estudava naquele tempo era gente de condições, justamente políticos já comprometidos com a política e outros mistérios de mandos.” (SILVA, 1998, p. 100)

Ou seja, aqueles que disseminaram a ideia política do integralismo no interior do estado, faziam parte de elites mandatárias, algo semelhante ao que ocorre no Piauí, onde os membros compuseram o partido eram advindos de uma camada descontente da Aliança Liberal e faziam parte do “círculo intelectual”:

Os Integralistas piauienses se reuniam ao redor de personagens ligados à formação do “círculo intelectual”, que ocorria desde a década de 1920 mobilizada pelos avanços da modernização das cidades, com o aumento do número de periódicos e

instituições de instrução pública. Desta forma, a presença de médicos, professores e funcionários públicos nas fileiras da AIB-PI era massiva. [...] Trata-se de homens de elite socioeconômica piauiense, os integralistas teresinenses eram vinculados, primeiramente, a uma camada da Aliança Liberal, especialmente aquela descontente com os rumos da revolução. (SOUSA & BOTTON, 2023, p. 263)

O núcleo da cidade mineira Juiz de Fora, foi fortemente influenciado por Gustavo Barroso, atuando com um intelectual de referência no processo de popularização da filosofia integralista e convencimentos dos novos militantes:

através da persuasão condicionada ao integralismo como ideologia, houve incontestavelmente adesão de grande parcela da sociedade brasileira, mais, especificadamente, da comunidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, por meio da figura do intelectual orgânico esboçada através de Gustavo Barroso. (AMANCIO, 2021, p. 165)

O núcleo juiz-forano esteve intrinsecamente ligado ao Instituto Granbery, ligada à Igreja Metodista, e sob a liderança do professor Oscar Machado, que depois foi o primeiro presidente do núcleo integralista municipal. A própria trajetória do núcleo regional de Minas Gerais é vinculada a intelectualidade, pois o primeiro integralista do estado foi na cidade de Teófilo Otoni, ainda em 1932, cidade natal do intelectual integralista Olbiano de Melo e conhecida com um centro de difusão da ideia dos camisas verdes no estado:

Ao longo de 1933, Olbiano de Melo divulgava o sigma em Minas Gerais por meio de artigos na imprensa mineira e através de impressos que distribuía pelo estado. Este intelectual de Teófilo Otoni permaneceria como Chefe Provincial mineiro até fins de 1935, quando alega motivos de saúde para se licenciar desta função. A militância de Olbiano de Melo contribuiu bastante para a disseminação do integralismo em Minas Gerais. Sobretudo, o núcleo de Teófilo Otoni atuou como um modelo a ser seguido pelos primeiros núcleos que se formavam em terras mineiras. (PIMENTEL, 2021, p. 12)

Além dos estados supracitados, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais, outros estados tiveram a fundação do núcleo integralista vinculadas a lideranças da intelectualidade locais, como o Espírito Santo onde “a AIB na cidade de Vitória estava inserida em meio à intelectualidade da capital, recebendo homenagens de organizações como o Instituto Histórico e Geográfico e Grêmio Literário Rui Barbosa, bem como de influentes figuras da sociedade local.” (STANGER, 2019, p. 30), Maranhão, ao apontar que novos integrantes tinham:

Aderido ao movimento empolgados pelo conteúdo dos artigos de Nascimento Moraes e Ribamar Pereira, ou por influência de Cássio Miranda; diversos deles podem ter sido atraídos pela ideologia integralista etc. Nesse período, entre as principais atividades dos primeiros integralistas maranhenses – que vestiam a camisa verde do movimento – incluíram-se as de estudar e divulgar a ideologia integralista. (CALDEIRA, 1999, p. 31)

Destarte, averiguamos que é a camada intelectualizada das sociedades dos interiores do país que iniciam os processos de implantação dos núcleos da Ação Integralista nos seus respectivos

estados, sendo essenciais para a divulgação da doutrina. Héglio Trindade sintetiza a presença dos intelectuais na ação integralista dos estados na tabela abaixo, onde demonstra a estratificação social dos membros desses núcleos regionais:

*Origem social do conjunto dos dirigentes nacionais e regionais (em números absolutos)
[Dir./Nac.: Chefe Nacional, departamentos ou secretarias nacionais, órgãos executivos e
Câmara dos Quarenta. Dir./Reg.: Chefes arquiprovinciais e provinciais e Câmara dos
Quatrocentos]³⁵⁶*

	Direção Nacional	Direção Regional	Total
1. Burguesia	7	63	70
2. Média burguesia intelectual	45	259	304
3. Média burguesia militar	11	35	46
4. Média burguesia de pequenos proprietários	0	23	23
5. Pequena burguesia dos empregados e funcionários	0	44	44
6. Camadas populares	0	14	14
7. Sem especificação	1	23	24
Total	64	461	525

TRINDADE, 1979, p. 142

Podemos perceber que quase 60% daqueles que lideravam os núcleos regionais eram oriundos de camadas da denominada “média burguesia intelectual”. Todavia, se estamos nos indagando qual a atribuição dos intelectuais regionalização do integralismo? é necessário questionar, Quem Intelectuais são estes? pois Norberto Bobbio (1997) nos alerta do perigo de convencionar o intelectual:

Falar dos intelectuais como se eles pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta é uma insensatez: a uma afirmação peremptória como “os intelectuais traem” deve se imediatamente perguntar: “Precisamente todos? E se não todos, quais? (BOBBIO, 1997, p. 09)

Trindade (1979, p. 132) compõe o quadro acima elencando a posição de classe a partir das profissões de cada um setor, para ele a Burguesia eram “grandes comerciantes, industriais e proprietários rurais”, a “Média burguesia intelectual” se caracterizava por “profissionais liberais, escritores, professores universitários, altos funcionários, jornalistas, estudantes” e a “Média burguesia militar” por “oficiais superiores do exército e da marinha”.

Podemos perceber que para consideração do que seria o intelectual, ligado pelo autor à ideia de burguesia, refere-se a qualquer pessoa alfabetizada e que não fosse proprietários industriais ou de terras e não fosse operário, é inclusive uma das subdivisões oferecidas pelo autor para o conceito de classe-média:

Parece válido estabelecer uma distinção no interior das classes médias para melhor precisar o conteúdo desta expressão no presente estudo. Define-se como classes médias no Brasil dos anos 30, duas categorias sociais: a média burguesia dos profissionais liberais e oficiais das forças armadas (classe média superior) e a pequena burguesia dos pequenos proprietários urbanos rurais e os burocratas do setor público/privado (classe média inferior) (TRINDADE, 1979, p. 131)

A partir dessas distinções e definições que dão rosto ao intelectual que faz parte do integralismo nas regiões, inibindo generalizações, esse intelectual não é o membro da elite política, mas é também o professor, jornalista, estudante, entre outros. Faz-se necessário pensar também, de um ponto de vista classista, o que leva essa camada da população aderir ao discurso fascista.

Hélgio Trindade (1979) redarguir que a entrada daqueles que pertencem a base social da AIB se diferencia dos regimes fascistas europeus, pois:

Ao contrário da Europa, onde as classes médias se sentiam ameaçadas seja pela crise econômica seja pela perda de status ou pela agressividade da luta operária, as classes médias do Brasil desta época, encontravam-se geralmente em rápida ascensão social e à procura de uma posição de poder na sociedade (TRINDADE, 1979, p. 140)

O contexto político, contudo, não favorecia essa busca de ascensão da classe média, isso porque, para o pesquisador, havia “ausência de um projeto político capaz de as libertar do controle das classes dominantes tradicionais” (TRINDADE, 1979, p. 140), diante desse quadro, as classes “tendem assim engajar nos movimentos de direita e de esquerda que parecem representar instrumentos políticos válidos independentes do sistema estabelecido” (TRINDADE, 1979, p. 140), daí o sucesso de grupos tão rivais durante a década de 1930, como o integralismo, representante da extrema-direita fascista e anticomunista, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), representante de setores antifascistas e aderentes a causa socialista.

Diante do exposto podemos definir o grau de participação que os intelectuais possuem na formação dos núcleos regionais, não é apenas uma função teórica resguardados a eles no projeto revolucionário, eles atuam diretamente no processo de institucionalização e sucesso do movimento no país.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos perceber que o integralismo é pensado, principalmente, como um “movimento de ideias”, sendo constituído para dar aplicabilidade aos projetos políticos debatidos e construídos nas reuniões das Sociedades de Estudos Políticos, inspirado pelo regime fascista europeu, Plínio Salgado queria compor um grupo de pensadores para definirem os rumos da nação.

Dentro desse projeto os “intelectuais” possuem um espaço importantíssimo, sendo responsabilizados por darem a dimensão teórica da nação, cunhando o pensamento correto e nacionalista para o povo, uma vez definidos esse ideal e superado a “crise do pensamento” da sociedade, os “intelectuais” se responsabilizariam pelo ensinamento do povo, por educar a sociedade dentro dos novos parâmetros da sociedade e com isso seriam os pioneiros da Revolução Espiritual ou Revolução Integralista, estando na vanguarda do movimento rumo a vitória.

Também demonstramos que para além do papel no projeto de revolução futura, são os intelectuais os principais motivadores da regionalização do integralismo, sendo as elites políticas e intelectuais das sociedades locais do país as responsáveis por adaptar a ideologia e principalmente por instituir os movimentos nesses locais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Luís Felipe. *As elites integralistas em Paranaguá nos anos de 1930: organização e estruturas sócios-afetivas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- AMANCIO, Vanessa Aparecida Lobo. *Intelectualidade e Ideologia: Gustavo Barroso e o Integralismo em Juiz de Fora*. In: PIMENTA, Everton Fernando. GONÇALVES, Leandro Pereira. *Ação Integralista em Minas Gerais: estudos e historiografia*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 157-166.
- BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CALDEIRA, João Ricardo Castro. *Integralismo e Política Regional: A Ação Integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CAZETTA, Felipe. *Reflexões sobre a história intelectual através de movimentos extremistas de direita: integralismo lusitano e ação integralista brasileira*. In: *Tempos Históricos*, v. 22, n. 22, p. 498-519, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/19378>. Acesso em: 08 maio de 2023.
- DORIA, Pedro. *Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior partido de extrema-direita do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Planeta, 2020.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- MARLETTI, Carlo. *Intelectuais*. in: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Gianfranco. 11º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 637-640.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Prefácio*. In: PIMENTA, Everton Fernando; GONÇALVES, Leandro Pereira. (org.) *Ação Integralista em Minas Gerais: Estudos e Historiografia*. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2021. p. 7-9.

- RAMOS, Alexandre Pinheiro. *A “Revolução Necessária”: o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. In: *Dimensões*, v. 26, 2011. p. 2555-276
- REGIS, João Rameres. *O Integralismo no interior do Ceará (1932-1937): adequações ao jogo político local*. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.
- SALGADO, P. *A Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953.
- SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.
- SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: discurso integralista, revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Dissertação (Mestrado em História) Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SILVA, Giselda Brito. *O Integralismo em Pernambuco durante a década de 1930*. In: *Revista de Pesquisa Histórica Clio*, vol. 18, nº 01, p. 93-108, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. *Intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.
- SOUSA, Thiago Silva. BOTTON, Fernando Bagiotto. *Integralismo no Piauí: formação, composição e propaganda*. In: SOUSA JÚNIOR, Manuel Alves. SOBRAL, Luciana Ornety da Gama. *Amantes do Passado: educação, territorialidades e espacialidades históricas*. Itapiranga: Schreiber, 2023. p. 253-269.
- STANGER, Diego. *A Ação Integralista Brasileira e sua atuação política no Espírito Santo*. In: *Revista Ágora*, nº 29, Vitória, 2019. p. 28-48.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *A Evolução dos estudos sobre o integralismo*. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, v. 36, n. 01, 2010. p. 118-139.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- PIMENTEL, Guilherme Costa. *O Integralismo em Minas Gerais: desenvolvimento entre 1932 e 1935*. In: PIMENTA, Everton Fernando. GONÇALVES, Leandro Pereira. *A Ação Integralista em Minas Gerais: estudos e historiografia*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 11-26.
- WASSERMAN, Claudia. *História Intelectual: Origens e Abordagens*. In: *Tempos Históricos*, v. 19, 2015. p. 63-79.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1979.

BRASIL E COLÔMBIA: LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPELINAS NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA EM MEIO ÀS MUDANÇAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 A 1980

BRAZIL AND COLOMBIA: PEASANT STRUGGLES AND RESISTANCE IN THE CONTEXT
OF VIOLENCE IN THE MIDDLE OF SOCIAL, POLITICAL AND ECONOMIC CHANGES
BETWEEN THE 1930'S AND 1980'S

Maria Francisca Gomes de Sousa¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar conflitos extremos e armados ocorridos nos interiores de Brasil e Colômbia, fazendo um estudo comparado acerca da situação de violência na zona rural destes dois países. No qual serão apontados como agressores dos camponeses seus governos e seus aparelhos policiais tidos como repressores. Percebendo-se o impasse frente a política da Reforma Agrária e da batalha de interesses de uma elite agropecuária, e, demonstrando como estes elementos são preponderantes para o resultado final de enfrentamentos. O recorte temporal está entre as décadas de 1930 a 1980. Para este fim utilizar-se-á o método da História Comparada. Base teórica estudada: Clodomir de Santos Morais História das Ligas Camponesas no Brasil (1969) e German Guzman Campos, Orlando Fals Borda, Eduardo Umaña Luna em La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social.

Palavras-chave: Brasil; Colômbia; Violência; Camponeses.

Abstract: This work aims to present extreme and armed conflicts that occurred in the interior of Brazil and Colombia, making a comparative study about the situation of violence in the rural zone of these two countries. In which their governments and their police apparatuses, considered repressive, will be pointed out as aggressors of the peasants. Realizing the impasse facing the Agrarian Reform policy and the battle of interests of an agricultural elite, and demonstrating how these elements are preponderant for the final result of confrontations. The time frame is between the 1930s and 1980s. For this purpose, the Comparative History method will be used. Theoretical basis studied: Clodomir de Santos Morais História das Ligas Camponesas no Brasil (1969) and German Guzman Campos, Orlando Fals Borda, Eduardo Umaña Luna in La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social.

Keywords: Brazil; Colombia; Violence; Peasants.

¹ Pós-graduanda no Mestrado Profissional em História da Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins. Email: frangsma@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os conflitos armados e extremos, vivenciados, pelo campesinato tanto do lado brasileiro como o do colombiano, situações estas que ganhará maior notoriedade entre as décadas de 1940 e 1950, mas, que começará a ser moldada a partir dos anos de 1930, nos quais, os dois países latinos irão passar por mudanças significativas em suas políticas governamentais, econômicas, sociais. Demonstrando uma situação semelhante, em um cenário que foi se moldando de acordo com os acontecimentos nacionais e internacionais, como a ocorrência da Guerra Fria. Percebendo que em meio a estes fatos, as inações ou pouquíssimas ações dos respectivos governos para resolução do problema de forma enfática colaboraria para agravamento com o passar do tempo, resultando em conflitos armados, num momento, em que estes mesmos países também passavam por uma mudança econômica gradual, a modernização da indústria, desencadeando uma transformação social, e saltando aos olhos as desigualdades estruturais existentes.

Nos países analisados percebeu-se que ocorreram processos semelhantes de lutas por parte dos camponeses que foram apoiados prioritariamente por militantes do Partido Comunista e por lideranças políticas simpáticas a causa da luta pela terra e como a atuação destes atores sociais provocaram mudanças significativas nos seus contextos históricos.

Para tanto iremos utilizar o método da História Comparada, esta, visa observar em um mesmo recorte temporal um ou mais aspectos específicos vivenciado por dois ou mais países, buscando, evidenciar semelhanças e diferenças de um mesmo problema. A História Comparada possibilita enxergar dois mundos, duas realidades que possuem um mesmo problema, mas que, no entanto, tiveram desfechos diferentes, permite ao pesquisador fazer descobertas singulares e pontuais e auxilia para que a academia “repense a própria história em seus desafios e em seus limites” (BARROS, 2007, pg. 3). Assim o método comparativo é importante para a compreensão e estudo das realidades vividas pelos camponeses na Colômbia e no Brasil entre as décadas de 1930 a 1980.

A Colômbia foi o primeiro país a ser estudado, e neste, o cenário apresentado demonstrou séria gravidade, pois, desde que o mesmo se tornou uma república e o bipartidarismo se consolidou, tendo como os dois únicos partidos da nação o Conservador e o Liberal, estes, não conseguiram apaziguar os conflitos existentes, a forma como a violência ocorreu, basicamente, foi vivenciado diariamente pelas pessoas de forma generalizada. No Brasil a violência ocorreu de maneira mais isolada, mas, também diária, não eliminando assim seu caráter repressivo e mortífero. Nos dois países os ataques aos camponeses ocorreram em muitos casos por parte de particulares interessados nas terras utilizadas pelos pequenos agricultores, onde, foi possível observar não haver uma proteção estatal para estes.

Como base teórica para estudos utilizou-se dois autores: Clodomir Santos Morais com o capítulo *Histórias das Ligas Camponesas do Brasil* (1969) em *Questões Agrárias no Brasil*. Neste, ele irá fazer um histórico das Ligas Camponesas, vista como um braço do partido Comunista, ela será de fundamental importância, pois irá atuar diretamente no meio rural e como enquanto existente ajudou no processo de luta para posse da terra por parte de posseiros, evidenciando assim, os principais líderes surgidos neste sentido e quais conflitos ocorreram.

Campos, Fals e Luna em *La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social* (1962), trataram de um processo histórico completo e complexo sobre a período conhecido como *La Violencia* na Colômbia. Na primeira, chamada de “História e Geografia da Violência” apresentou os antecedentes, a primeira e segunda onda de violência, e os Departamentos afetados. Na segunda “Elementos Estruturais do Conflito” apresentou os grupos que estavam em enfrentamento, os chefes das guerrilhas, a organização dos grupos armados com suas táticas e normas, suas manifestações culturais, sobre a morte e os crimes ocorridos, e a falência das instituições (Políticas, religiosas, econômicas, familiar, escolar até mesmo de recreação).

O presente estudo está dividido três subtítulos. O primeiro: Brasil e Colômbia: Contexto Político, Social e Econômico onde será apontado os elementos históricos em comum dos dois países e suas transformações nestes campos. O segundo: Colômbia entre 1940 e 1950. Os camponeses dentro da conjuntura da *la Violencia* e suas reações. O terceiro: Brasil entre 1940 e 1950. Os camponeses e seus mecanismos de luta. Em ambos, será necessário retornar em outros momentos de suas histórias nacionais e internacional para melhor compreensão dos desdobramentos que culminaria nos atos violentos que os marcariam. Terminando com a conclusão.

BRASIL E COLÔMBIA: CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO

Torna-se importante ressaltar que a partir dos anos 1940 o planeta estava imerso no contexto da Guerra Fria (1947- 1991), acontecimento este, que colocou todas as nações mundiais em um estado de alerta iminente, caracterizado por uma tensão existente entre duas potências econômicas e militar do momento, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pois, estas não tiveram suas questões políticas e ideológicas resolvidas com o fim da Segunda Grande Guerra em 1945. O objetivo de tal situação seria estabelecer o modelo econômico a ser seguido por todos, o capitalismo ou o socialismo.

Brasil e Colômbia foram igualmente inseridos dentro deste cenário, o que causou impactos em suas políticas internas para agradar a externa dos norte-americanos, e assim, ambos pretendiam chamar a atenção para si na pretensão de serem vistos como o principal país na América Latina de acordo com Munhoz (2002).

A Colômbia nesse meio estava em um dos seus mais complexos problemas domésticos, a *La Violencia* (1948-1960). Foi uma situação muito complexa porque envolvia diretamente a participação da população urbana e rural, caracterizada como uma guerra civil, esse período deixou muitos mortos e levando outros tantos a migrar dentro do país, segundo (BAILEY, 1967, p.562. BUSHNELL, 1993, p.205. PALACIOS, 2006, p.136.) “O período, conhecido como *La Violencia*, durou até a década de 1960. Estimativas apontam ente 100.000 e 300.000 mortos no conflito, fora os feridos e pessoas que precisaram fugir de suas cidades”.

Foi dentro deste contexto de instabilidade social interna que o governo do presidente Laureano Gómez (1950-1953) decidiu conjuntamente com seus militares e diplomata que a Colômbia participaria da Guerra da Coreia enviando um batalhão para terras asiáticas sob o comando da ONU. A Guerra da Coreia foi analisada por Santos e Passos (2016) como uma consequência, um excesso, de uma política ineficaz e sem moderação da quebra de braço travada entre as potências norte-americana e euroasiática por poder político, militar e moral.

A Colômbia viu como oportuno ter participação na guerra coreana, mesmo não sendo pressionada diretamente pelos Estados Unidos, conforme (AMARAL E ALVES, 2015, p. 14) “O fato é que a Colômbia não precisava atuar na Coréia. Nenhum dos países latino-americanos o fez, e a pressão aplicada pelos EUA era apenas indireta”. Para os autores não se tratava apenas de se posicionar perante os EUA como um aliado contra o comunismo, mas também de demonstrar um posicionamento pessoal do presidente e de estreitar uma melhor relação militar e comercial com o mesmo, além, de ser um ato que era inerente da diplomacia colombiana.

Para seu povo, Gómez, esperava com essa atitude passar a mensagem de unidade nacional, para ele o sentimento nacionalista poderia ser o fator que faltava para findar a *La Violencia* e assim gerar uma estabilidade social no país, para isso organizou uma cerimônia de partida do Batalhão na fragata Almirante Padilha em 1951, mesmo com este ato de enaltecimento da soberania, a guerra civil perdurou até a década de 1960, de acordo com Amaral e Alves (2015).

No Brasil neste mesmo período, os governos também estavam envolvidos com seu problema doméstico, chamado por (MUNHOZ, 2002, p. 44) de “fechamento político”, que consistiu numa série de medidas tomadas pelo governo para inibir toda e qualquer ação que poderia ou era relacionado ao comunismo, entre elas estavam: tornar ilegal o partido comunista assim como suspender, destituir ou intervir em qualquer movimento, sindicato, associação, jornal ou pessoas que tivessem relação direta ou indiretamente com o comunismo.

Toda essa ação ocorreu em parte por causa da pressão exercida pelos Estados Unidos, que passava a exigir de seus “aliados” latino- americanos uma postura mais voltada para seus interesses, se tratava de manter o domínio sobre o seu quintal, nas palavras de MUNHOZ (2002, pg. 4) “o

governo dos EUA pensava o continente como uma espécie de reserva a ser mantida sob estreito controle” e ideologias que comungavam ser iguais ou semelhante a de seu opositor não poderia ser tolerada, o Brasil não apresentou resistência quanto a este alinhamento, pois, o então presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) também era anticomunista.

Foi em meio a essa tensão social pelo qual o país passava caracterizada pela repressão a direitos políticos acrescentado ao fato que o governo tentou aprovar por meio da Câmara um projeto de lei que pôde ser considerado autoritário porque atacava direitos individuais onde “restringia as liberdades públicas, censurava a imprensa e atacava a estabilidade do funcionalismo e dos trabalhadores do setor privado” (MUNHOZ, 2002, pg. 10) que o Brasil em 1952 foi chamado a enviar tropas para lutar ao lado dos EUA na Guerra da Coreia sob o comando da ONU.

De 1951 a 1954 o Brasil estava sob o comando de Getúlio Vargas que retornava para seu segundo mandato presidencial. O país não se mostrou empolgado com a proposta, mas, se dispôs a negociar, visando obter alguma vantagem para o mesmo, de acordo com (MUNHOZ, 2002, pg. 15) “as nações subalternas, muitas vezes, procuravam explorar a rivalidade entre Washington e Moscou, objetivando atender a certos interesses regionais ou nacionais”. Nas negociações não se chegou a um acordo quanto ao envio de tropas, já que as exigências brasileiras não atendiam aos interesses da grande potência ocidental. Em 1952 o Brasil conseguiu fechar um acordo de Cooperação Militar através do Ministro de Relações Exteriores, o que foi visto como positivo por parte dos integrantes do governo, pois, o envio de tropas não era uma decisão totalmente apoiada nem pelas forças armadas nem pelo governo. Munhoz, (2002)

Brasil e Colômbia também compartilharam da mesma base econômica: a agro exportação, que associado a este mercado estava inserido a tentativa de dinamizar suas bases econômicas através da modernização da indústria, principalmente, após a crise de 1929. Nas décadas de 1940 e 1950 o setor industrial ganhou seu auge nos respectivos países, na Colômbia, a indústria foi impulsionada pela demanda interna e o câmbio gerado pelo boom do café, no Brasil a modernização da indústria estava totalmente atrelada à atividade agroexportadora, tendo também o café como a principal mercadoria de exportação. Em vista deste cenário que se apresentou foi possível posicionar em duas pontas extremas dois atores sociais importantes, o camponês e o fazendeiro, que foram impactados de forma distintas em seus interesses (retirando de um ou beneficiando o do outro).

A modernização da indústria na Colômbia começou em 1930, mas seu auge foi entre os anos 1940 e 1950 “os anos de 1945- 1955 são considerados usualmente como fase de modernização industrial da Colômbia” (MARTÍNEZ, 2014, p.52) apud OCAMPO; TOVAR, 2003). Este fato esteve associado a Grande Depressão de 1929, uma forte crise econômica que golpeou todos os países no mundo. Nesta perspectiva a Colômbia olhou para seu mercado buscando alternativas, opções que

pudessem dinamizar sua economia, para que não ficassem tão aquém da agricultura, a industrialização seria esta alternativa.

Para impulsionar sua indústria o governo se voltou para dois pontos específicos: a Demanda Interna e para o Câmbio, este último foi equacionado pelo setor agrícola, com a exportação do café, (MARTÍNEZ, 2014, p.56) “sempre representou mais de 50% das exportações” no país. Da metade da década de 1940 a metade de 1950 passou por um boom que o valorizou, e assim tornou-se o elemento norteador que proporcionou a compra de maquinário, equipamentos e matéria prima para abertura de novas indústrias em setores diferentes.

Estas mudanças no cenário econômico colombiano foi ocorrendo ao longo dos anos, entre 1930 e 1979, o que permitiu o renascimento de um país “menos agrário e semi- industrializado” (MARTÍNEZ, 2014, p. 58), e, junto com essas transformações vieram também as modificações nas classes sociais no meio rural, pois a indústria também adentraria a zona rural transformando proprietários rurais em também empresários rurais, dando a estes, espaço para questionar uma possível Reforma Agrária através de Agremiações e intensa participação na política e assim impedir o acesso à terra por parte dos camponeses, levando estes a lutarem por elas.

No início de 1940 na Colômbia havia uma Agremiação, na região do Valle del Cauca composta por agricultores e criadores de gado que visavam obter por meio desta estabelecer representação social e política para defesa de seus interesses perante o governo nacional e departamentais. Chamada de a Sociedad de Agricultores y Ganaderos del Valle, a Agremiação os uniu e os tornou mais forte. O setor agropecuário formado tanto por agricultores quanto criadores de gado já tinham atuação política e econômica no país, separadamente, e seus representantes eram figuras atuantes e não se podia determinar quem tinha mais predomínio no cenário econômico de acordo com Zuluaga e Medina (2019).

A participação desses atores em conjunto, os grandes proprietários de terra que também passavam a ser reconhecidos como empresários rurais, já que seus produtos eram exportados, formou uma elite bem específica, e entre seus interesses estava o desejo de modernizar o campo, pois segundo (MARTÍNEZ, 2014, p.58) apud ROMERO, 2005) “no setor agropecuário, os programas de apoio não conseguiram sua modernização pois os processos de tecnificação rural foram muito lentos, seletivos e descontínuos.” E esta modernização poderia ser possível através de uma melhor infraestrutura na zona rural a qual seria promovida pelos governos nacionais vigentes, como estradas e meios de transportes, subsídios monetários oferecidos por meio de empréstimos do Banco Nacional e a oferta de maquinários, e com essas benesses, atenderiam ao propósito de aumentar as exportações dos produtos oferecidos pelo setor.

A Sociedad de Agricultores y Ganaderos del valle (SAGV) tinham suas ideias difundidas por meio da Revista Agrícola y Ganadera, nesta, eram publicados assunto referente a agricultura e criação de gado, mas, também aqueles de cunho político, como combater qualquer proposta de Reforma Agrária. Quando a Ley 200 de 1936 que tratava da Reforma Agrária, foi colocada em pauta pelo governo de Alfonso López Pumarejo (1934 -1938), a defesa exposta pela Agremiação era que tal propósito consistia-se numa ameaça aos proprietários de terra porque o objetivo de estabelecimento de “função social da propriedade² (ZULUAGA E MEDINA, 2019) apud PALACIOS, 2011) (Tradução Nossa) poderia modificar uma ordem já estruturada como também determinaria como a terra passaria a ser usada, além de ter provocado uma “agitação rural” no campo por causa da ideia de redistribuição de terras. (ZULUAGA E MEDINA, 2019) apud BEJARANO, 1985)

foi assumida pelos setores dos grandes proprietários rurais como uma ameaça ao regime tradicional de posse de terras e que, sem dúvida, teve impacto na exacerbação da agitação rural que vinha ocorrendo há algum tempo em diferentes regiões do país, dada a expectativa de redistribuição da terra³” (BEJARANO, 1985, p.187-190). (Tradução Nossa)

A Segurança, “ou a proteção dos direitos de propriedade liberal na linguagem neo-institucionalista” era um assunto “sensível” porque os proprietários de terra atribuíam ser uma “agitação rural” a *la Violência* na zona rural colombiana, mas, para os pesquisadores as razões de tal acontecimento foi mais complexa dependendo da região. Os associados buscavam se blindar através dos benefícios que a Agremiação fornecia.

O início da modernização da indústria no Brasil se deu em 1930, mas, seu auge foi entre os anos de 1955- 1988, considerados usualmente como fase de “industrialização pesada” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 2). Este fato esteve associado a Grande Depressão de 1929, uma forte crise econômica que golpeou todos os países no mundo, nesta perspectiva o Brasil olhou para seu mercado buscando alternativas, opções que pudessem dinamizar sua economia, para que não ficassem tão aquém da agricultura, a industrialização seria esta alternativa, pois de acordo com (ALBUQUERQUE, 2015, pg. 2) “Libertar o país da dependência da agricultura e torná-lo uma nação industrializada não seria uma tarefa fácil, nem rápida.”

O impulsionamento da indústria brasileira durante seu auge ocorreu por meio de dois pontos específicos: a “abertura da economia nacional ao capital estrangeiro e a condição favorável internacional” (VALENTINI, 2014, pg. 83) este último foi equacionado pela Segunda Grande Guerra,

² “función social de la propiedad”. (ZULUAGA E MEDINA, 2019 apud PALACIOS, 2011)

³ fue asumido por los sectores de grandes propietarios rurales como una amenaza al régimen tradicional de tenencia de la tierra y que sin duda incidía en la exacerbación del malestar rural que se venía presentando de tiempo atrás en distintas regiones del país, dada la expectativa de redistribución de la tierra.

pois, como a Europa estava em recuperação, os países do chamado terceiro mundo passou a serem vistos pelo mercado estrangeiro como lugar propício para investimento, segundo VALENTINI (2014, pg. 83-84)

A partir da década de 1950, com o processo de reestruturação dos países diretamente envolvidos com II Guerra Mundial, países de “terceiro mundo” passaram a ser procurados como espaço de investimento. E o Brasil, neste momento, oferecia estabilidade para instalação de empresas estrangeiras, além de inúmeras facilidades (custo irrisório da mão-de-obra, benefícios fiscais, tais como isenções e subsídios) fornecidas pelo Estado brasileiro para tais investimentos.

Estas mudanças no cenário econômico brasileiro foi ocorrendo ao longo dos anos de 1930 a aos de 1980, o que permitiu o renascimento de um país mais industrializado, no entanto, não foi possível excluir totalmente da sua economia as atividades voltadas para o setor agrícola baseado na exportação de bens do setor primário, segundo (ALBUQUERQUE, 2015, pg. 25)

“Durante todo o período de industrialização pós-depressão de 1930, o Brasil não conseguiu alterar a estrutura das suas exportações, nem mesmo no período JK, fortemente baseadas em produtos primários, como café...”

Com essas transformações vieram também as modificações nas classes sociais, pois a indústria adentraria a zona rural transformando proprietários rurais em empresários rurais, dando a estes, espaço para questionar uma possível Reforma Agrária através de Associações e forte participação na política.

O setor agropecuário em 1940 tinha suas representações, como a Sociedade Nacional de Agricultura (1987) e a Sociedade Rural Brasileira (1919) eram Agremiações formadas por atores sociais tanto da área da agricultura como da pecuária, fortemente atuantes no campo político, no entanto, não havia uma unicidade das Agremiações para defesa de interesses, o único ponto em comum que as faziam aliar seus discursos e até mesmo as práticas era quando se tratava Reforma Agrária em que eram veemente contra, além, do apoio mútuo a continuação da estrutura fundiária vigente desde o período colonial- a concentração da propriedade da terra- segundo (MENDONÇA, 2010, pg. 35) a “defesa aguerrida da estrutura fundiária vigente no país, sempre que esta fosse- ou seus representantes a vissem como- ameaça.” Suas discordâncias e defesa para seus agremiados eram expostas por suas respectivas revistas “A Lavoura” e “A Rural”. Cada Associação lutava para serem vistas como a única representante do setor, estavam em constante disputa.

Entre 1940 e 1950 os agricultores tiveram maior destaque no setor econômico em detrimento dos pecuaristas e isso se deu em parte por causa do fortalecimento da industrialização no país que teve como propósito ampliar a atuação econômica do país no mundo, sendo uma ambição compartilhada pelos presidentes eleitos nas duas décadas, segundo (BESKOW, 1999, pg. 66) “da

totalidade do crédito de custeio suprido pelo Banco do Brasil, foram canalizados somente 20% para a pecuária” enquanto para a agricultura “a parcela destinada pelo Banco do Brasil estava fortemente concentrada nas lavouras de café (40%)” (BESKOW, 1999, pg. 65).

Por consequência a agricultura também passou por um processo modernizador, pois, a industrialização não somente não se desvinculou da agropecuária como também a promoveu consideravelmente, a industrialização esteve fortemente atrelada ao setor por meio de uma melhor infraestrutura com construção de estradas e rodovias que cortavam o país, subsídios para investimentos por meio de empréstimos nos bancos estatais e compra de maquinários, inclusive o que passou a ser produzidos no Brasil como tratores e caminhões, segundo (BESKOW, 2019, pg. 64) “Castro conclui que a agricultura não foi um obstáculo à “moderna industrialização brasileira”, situada entre o início dos anos 30 e dos 60, correspondendo na forma e intensidade aos requisitos da industrialização”.

Em vistas destas mudanças sociais nos anos de 1950 as discussões em torno da Reforma Agrária se tornou mais intensa no interior do Brasil, e o Congresso Nacional vigente promoveu sua primeira discussão relacionada ao assunto. O presidente Getúlio Vargas (1951- 1954) para tentar sanar a situação conflitiva entre os setores civis e políticos cria por meio de seu Ministério da Agricultura a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) em 1952, seu propósito era garantir o “estudo e a proposição de medidas para a “economia agrícola e o bem-estar rural” (BESKOW, 2019, pg. 60).

Quando a CNPA publicou a Diretrizes para uma Reforma Agrária logo houve reações negativas por parte da Sociedade Rural Brasileira (SRB) que juntamente com outras federações de Associações dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul por meio da revista A Rural que defendeu ferrenhamente o direito de propriedade sobre a terra como algo inalienável.

E será justamente em nome do “sagrado direito a propriedade privada da terra” que os anos de 1940\1950 também foram marcados por conflitos sociais no campo. Os agremiados não foram alvos de ataques violentos. O uso da violência como uma prática se deu por quem detinha poder, por causa da ocupação de terras desocupadas e os alvos eram os chamados por Feliciano de “sujeitos sociais do campo”, situações estas que segundo autor se dava através de

assassinatos, ameaças, pistolagem, tentativas de assassinatos, destruição de casas, roças, agressão, prisão, despejos, expulsões e torturas sofridas pelos camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e agentes de mediação nesse Brasil moderno. FELICIANO (2015, pg. 2)

E será por estas desigualdades persistentes, que o fator Reforma Agrária será o cerne da questão, pois, esta não se mostrou uma realidade possível, ocasionando em confrontos armados em tempos e lugares diferentes por todos os territórios nacionais. Cabe ressaltar que é possível afirmar

que até a iminência de tiroteios, por exemplo, houve um longo processo judicial, e por ser muito demorado, os fazendeiros, fazem valer sua vontade através da coerção e intimidação, já os camponeses aguentavam por muito tempo, até responderem da mesma forma objetivando se defenderem, quando percebiam que a justiça e a polícia continuaram sendo omissos.

A violência foi outro ponto de ligação entre estes dois países. Localizado dentro de suas estruturas, impregnado na espinha dorsal, gestado ao longo de suas existências, usada como uma ferramenta de coerção, demonstração de força e subjugação, ocorreu de cima para baixo, dentro de uma organização social estruturada pela desigualdade, tanto nas cidades como nas zonas rurais.

além de ser uma demonstração de mando ou força, é também uma forma de indicar aos de baixo seu lugar social em uma sociedade marcada por profundo sentimento de desigualdade, uma forma de pacificação social que tem como pano de fundo aquele velho estilo de convivência herdado dos tempos da escravidão. LEONIDIO (2012, p. 87)

No Brasil a violência rural é personificada pela figura do pistoleiro, esse, é pago por fazendeiros para aterrorizar e expulsar moradores daquilo que ele chama de suas terras, os camponeses, visto como ocupadores. O pistoleiro é como uma espécie de poder paralelo que circulava livremente assegurado pelo fazendeiro, segundo pesquisadores, os fazendeiros se colocam acima da lei por não pertencerem a mesma classe do posseiro, Leonidio (2012).

A figura do pistoleiro passou a ser “visível” nacionalmente quando sua área de atuação passou da zona rural para a cidade, justamente nos anos de maior acirramento dos conflitos agrários, em 1980, quando também figuras públicas ligadas a movimentos de luta pela terra foram assassinadas e seus autores descobertos juntamente com o mandante.

São homens armados que fazem parte de uma Organização que comete assassinatos encomendados. Os indivíduos que “encomendam” um assassinato a um pistoleiro, o fazem isso por diversos motivos, desde disputas pela posse da terra até conjugais e pessoais. A motivação de um pistoleiro é o dinheiro. Dentro da Organização há o responsável por comandar determinada área, este, será visto como o chefe, para alçar a este posto o candidato precisa possuir atributos como “dinheiro”, “número de comandados” e “pela relação existente com a justiça”, Barreira (2002)

Na Colômbia, o pesquisador Alvarez (2013) identificou os “homens pássaros”, que no interior do país sul-americano estava a serviço não somente dos fazendeiros, mas também com o aval explícito do Estado,

Gaitán [...] e a direção do Partido Comunista, desde 1947, denunciaram perante o governo de Mariano Ospina Perez que o Exército e gangues de pássaros (homens armados) a serviço dos latifundiários estavam perseguindo e assassinando os camponeses. [...] No Congresso da República o ministro de governo José Antonio Montalvo afirmou “defenderemos o Governo a sangue e fogo. ALVAREZ (2013, p.45) apud LOZANO GUILLÉN (2006, p. 40)

Os Pássaros surgiram em meio a “Primeira Onda da Violência” iniciada no final do ano de 1949, quando guerrilheiros e militares estavam em constante embate. Eram um grupo de homens armados e organizados sob o comando de um homem de apelido “Condor”, seu propósito foi provocar o terror na cidade e assim estabelecer sua área de comando, demarcar seu território de domínio e de poder. Matavam pessoas que ocupavam cargos importantes como líderes sindicais, políticos destacados, procuradores ou promotores para que segundo Campos, Fals e Luna (1962), continuasse valendo “suas autoridades”.

Esses homens saíram dos centros urbanos e passaram a pagos para executar camponeses, já que estes, eram aliados dos guerrilheiros ou integrantes de algum grupo de guerrilha, assim o movimento da guerrilha passou a ser inimigo dos Pássaros, tornando-se portanto, um grupo de retaliação à guerrilha.

Os camponeses por sua vez foram muito impactados pela *La Violencia*, porque dependendo do lugar em que estivessem que fosse de domínio de conservadores ou vice-versa o indivíduo para não ser assassinado fugia ou era expulso de sua propriedade, chamavam-na de “guerra política” além de que por medo muitos migravam para outras regiões campesinas ou mudavam para a cidade. De acordo com (VARONA, 2011, pg. 97) “Pessoas de outras regiões, que eram perseguidas no seu lugar de origem, migraram para zona camponesa de Caloto e as pessoas de Caloto tiveram que fugir para outras zonas rurais ou para as grandes cidades.

No entanto, por medo das ações do Exército, da Polícia e dos Pássaros muitos camponeses optaram pela resistência armada e começaram a unir-se para formar grupos de Autodefesa Armada. Com o apoio do Partido Comunista, alguns se tornaram grupos guerrilheiros porque segundo Lõndono (2017) houve uma mudança de compreensão relacionado ao sentido da luta armada que estava sendo travada, não se tratava mais apenas de autodefesa individual e sim de uma luta de classe.

No Brasil, os camponeses também travavam suas batalhas porque viviam em estado de medo, que era estabelecido através de ameaças, destruição de casas, de roças, de estocagem de grãos e mesmo assassinatos de seus líderes, em vista disso, a migração interna se tornou uma opção, mudavam-se de Estado para outro em busca de terras para trabalhar e morar ou então para a cidade, já que suas vidas tinham sido fortemente impactadas com a perda todos os seus bens.

No entanto, percebeu-se uma mudança significativa no comportamento do camponês que obteve assistência pela ala mais radical do Partido Comunista, e assim o camponês estabeleceu uma nova relação com seus opressores, segundo Morais (2012) o camponês adquiriu o que chamou de “independência ideológica” marcado por um radicalismo nas ações como participar de Revoltas e Guerrilhas na perspectiva de mudar o cenário no qual estava inserido. Partir para luta armada

significava proteger o que considerava seu e do companheiro de causa, de acordo com (MORAIS, 2012, pg. 27) “O período de 1948-1954 marca uma fase na qual os camponeses começam a ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira um pouco isolada”.

Por fim, conclui-se que a Guerra Fria e o processo de modernização industrial influenciou de forma significativa e diretamente nas políticas internas, econômicas e sociais dos dois países latino-americanos, Brasil e Colômbia, em que seus respectivos governos não souberam equilibrar a balança, mantendo a desigualdade como ordem vigente e obrigando parte da sociedade, a camponesa, a criar mecanismo de defesa mesmo com os avanços econômicos durante as décadas de 1940 e 1950.

OS ANOS DE 1940 E 1950: COLÔMBIA

Na Colômbia, a década compreendida entre 1940 e 1950 ficou marcada pela *La Violência*, este, terá como predecessor o *Bogotazo*, um evento igualmente marcante que começou na capital Bogotá e foi espalhando-se pelo interior do país, deixou um rastro de destruição de prédios, saques a comércios e mortes promovida por todas as partes envolvidas, os populares e o governo.

O *Bogotazo* foi uma ação enfática de uma população pobre sobrecarregada pelo sentimento de injustiça e impunidade. O estopim para a reação agressiva por parte da população foi a morte do líder liberal Dr. Jorge Eliécer Gaitán, ocorrida em 9 abril de 1948, por meio de um atentado em um ato público, este, havia conquistado os camponeses, pois, nos seus discursos identificava-se uma promessa de resolver o impasse sobre a reforma agrária. Na Colômbia a questão da terra se dava por meio de “atribuição de lotes vazios” (RESTREPO,1987), os indivíduos poderiam ocupar as terras que pertenciam ao Estado, o que pode ter contribuído consideravelmente para uma concentração de terras por parte de alguns sujeitos, no entanto, havia muita instabilidade quanto a política agrária, pois, diversas leis foram instituídas com o objetivo de promover mudanças quanto ao uso e titulação das terras, que ora pertencia ao cidadão, ora retornava ao Estado.

Os camponeses presentes esmagadoramente participaram do momento, alguns policiais que inicialmente estava tentando reter a população, aderiram a revolta, ao final, o governo federal conseguiu conter os rebelados, mas a semente para os próximos anos estava plantada, começava a partir daí um novo ciclo que marcaria ainda mais os colombianos. (LOT, 2018, p.8)

O período conhecido de *la Violência* foi dividido em cinco partes, a seguir “1. Criação de tensão popular, de 1948 a 1949. 2. A primeira onda de violência, de 1949 a 1953. 3. A primeira trégua, de 1953 a 1954. 4. A segunda onda de violência, de 1954 a 1958. 5. A segunda trégua, em 1958”. CAMPOS, FALS E LUNA (1962, pgs. 36-37)”

A primeira onda tem seu cerne em torno das eleições presidenciais de 1949, o partido que a perdeu, o Liberal, acusou seus opositores de terem usurpado a faixa presidencial, pois afirmavam que

o processo eleitoral havia sido fraudado, em vista destas acusações o Partido Conservador começou uma campanha de perseguição contra seus acusadores e todos os seus apoiadores localizados tanto na cidade como na zona rural e para isso utilizava o aparelho policial.

No meio das disputas de interesse entre os membros dos partidos estava a população que consumia a rivalidade entre eles, a situação foi brutal, entre cidadãos, de polícia contra cidadãos, de cidadãos contra polícia, os grupos guerrilheiros surgidos em meio ao caos como autodefesa eram acolhidos pelos camponeses, estes viam, na guerrilha armada a proteção que o Estado não proporcionava. A repressão se tornou a palavra de ordem no governo conservador, padres denunciavam incêndios de casas, roubos de colheitas e animais, violações e assassinatos.

Em 9 de abril de 1948 os dois e únicos partidos políticos colombianos, o Liberal e o Conservador, fizeram acordos para governarem juntos e nomearam um inimigo em comum, o comunismo, e os comunistas colombianos apoiados por outros países latino-americanos, seriam os grandes culpados pelo infortúnio passado pelos camponeses ao longo desses anos. No entanto, a situação da violência não se apaziguou, nas palavras de (ALVAREZ, 2013, p. 53) “pelo contrário, foi aumentando. A instabilidade se mantinha e a crise parecia agravar-se”.

Em 13 de junho 1953 houve um golpe de Estado na Colômbia implementado pelo Tenente General Gustavo Rojas Pinilla, baseado em um discurso de pacificação dos conflitos. Criou-se campanhas para convencer a população que estava armada a entregar seus armamentos, segundo (CAMPOS, FALS E LUNA, 1962, p. 100) “foi concedido indulto parcial com redução de um quarto da pena para os presos políticos e de um quinto para os condenados por crimes comuns, através do Decreto Nº 1546 de 22 de junho de 1953”. Os guerrilheiros que estavam escondidos em aldeias e montanhas não tardaram em entregar as suas armas, pois também estavam cansados e querendo normalizar suas vidas novamente, no entanto, havia certa desconfiança nessa ação de pacificação.

Instalou-se nos Departamentos comitês que pudessem auxiliar os que foram diretamente afetados pela violência. O Dr. Jorge Bejarano, diretor do comitê através do Departamento de Terras e do Departamento Jurídico elaborou um projeto de lei que tinha como premissa restabelecer posse da terra aos camponeses que saíram das mesmas por medo da violência (Reabilitação), se empenhou também na Proteção Física da população pobre e rural. Este plano que parecia ser uma solução não foi consolidado porque a verba que o governo militar direcionou não foi suficiente, levando o projeto ao fracasso, segundo CAMPOS, FALS E LUNA (1962, pg. 122)

É claro que o plano estava fadado ao fracasso por falta de dinheiro. Analisando os auxílios oficiais, é preciso dizer que eles eram transitórios, precários, insuficientes e descontínuos. O objeto predeterminado não foi alcançado com eles. O problema

havia excedido catastróficamente todas as possibilidades da nação⁴. (Tradução Nossa)

Uma fina camada de paz havia sido estabelecida entre as partes conflitantes, principalmente por parte dos camponeses, já que estes foram os mais impactados pela violência, pois, não gerou um sentimento de segurança nestes, primeiro porque os problemas deste grupo e da população pobre urbana não foram resolvidos: miséria, desemprego, fome, permaneciam e a terra continuavam sendo ponto de infortúnio dos camponeses, gerando a insatisfação destes, o que alimentava o clima de tensão.

Segundo (CAMPOS, FALS E LUNA, 1962) o que fez com que a frágil paz fosse rasgada, partiu de ações promovidas pelo governo militar, tropas oficiais do exército promoveram o massacre de vários camponeses em 12 novembro 1954. No ano seguinte para transbordar um copo já cheio a zona rural dos Departamentos de Villarica, Carmem de Apicalá, Icononzo, foram transformadas em uma “Zona de Operações Militares”, e nestes lugares o exército promovia o medo, a violência física e psicológica, abusos sexuais, o roubo, a destruição de gado e colheita, além destes, ainda havia a presença dos “*los pássaros*”.

A Segunda Onda foi ainda mais forte e mais violenta, porque todo o aparelho oficial do governo, o exército, foi utilizado com toda a sua força, munição pesada, metralhadoras, tanques, carros blindados, avião contra camponeses ao longo dos vários postos espalhados nos Departamentos.

Em vista disso a guerrilha mais uma vez se ergueu com suas espingardas e armas não tão rebuscadas como as do exército, mas, o conhecimento sobre o território os deu vantagens para contra-atacar e por vezes fazerem as tropas recuarem, ela não se constituiu em um grupo apenas e sim em vários estando presente de forma organizada ao longo do território rural colombiano que se constituíam primordialmente de camponeses. Existentes desde a Primeira Onda, esses comandos guerrilheiros não combinavam suas ações entre si, pois o objetivo de cada uma seria proporcionar a segurança de sua região e da população local, os guerrilheiros eram vistos como protetores e por isso mesmo eram protegidos pelos campesinos, e muitos destes entravam para as guerrilhas, porque a partir dela também se projetou o desejo de lutar por suas terras, de acordo com (CASTRO, 2019, pg. 79) se “intensificou a concentração de terras” por parte de grandes fazendeiros, então a luta armada seria a solução porque os posseiros sentiam-se abandonados pelo governo nacional e Departamental. Segundo Campos, Fals e Luna, (1962) eram pelos 13 grupos que identificaram, estes, tinham

⁴ Es evidente que el plan estaba abocado al fracaso por falta de dinero. Haciendo un análisis de los socorros oficiales, debe decirse que fueron transitorios, precarios, insuficientes y discontinuos. No se alcanzó con ellos el objeto prefijado. El problema había superado catastróficamente todas las posibilidades de la nación.

propósitos e ideias comunistas, receberam assistência, mas, não chegaram a ser formados pelo Partido, pois isto somente ocorrerá em 1964 com as FARC.

Com os guerrilheiros novamente em ação a guerra civil estava confirmada mais uma vez, mulheres, crianças, e idosos camponeses eram alvos fáceis pegos em meio a fuga para as montanhas, a migração tornou-se algo inevitável, procurar um lugar seguro seria a melhor ou a única opção. A ditadura militar terminou em 1957. Os políticos civis do partido Liberal e Conservador retornaram ao poder e fizeram um acordo para governarem juntos novamente, neste, dividiram cargos públicos.

A Reforma Agrária não foi efetivada apesar de ter havido algumas tentativas nos governos conservadores mais sem êxito. O governo Militar iniciou um processo de colonização que durou dezenove meses, mais também não foi consolidado, não houve um consenso entre as propostas do governo e interesses dos agroexportadores, segundo Restrepo (1987).

Conclui-se que tanto o governo Conservador como o Militar não conseguiram apaziguar os conflitos no contexto da *la violencia* e em alguns momentos estes foram intensificados, principalmente na zona rural, colocando os camponeses numa delicada situação de autoproteção contra o governo, as forças policiais, do exército e de bandidos, a *la violència* dimensionou as relações de desigualdade sociais e o jogo de interesses dos agroexportadores.

OS ANOS DE 1940 E 1950: BRASIL

No Brasil, as décadas compreendida entre 1940 e 1950 foram marcadas por alguns eventos significativos que envolveriam diretamente os camponeses e sua luta pela terra, como Revoltas e uma Guerrilha que seriam conhecidas nacionalmente, e, tornando-se marcantes na região onde ocorreram porque resultou em conflitos armados com enfrentamentos diretos entre a força estatal policial e pistoleiros contra posseiros, ocorridos principalmente em lugares em que haveria tido segundo Moraes (2012) maior “politização” por parte de militantes radicais do Partido Comunista.

Em 1948 o Brasil estava sob o governo do general Eurico Gaspar Dutra que venceu a eleição de 1946, seu governo marcou o início da chamada Quarta República, o General ficaria no cargo até 1951, seguia a tendência liberal na economia e nos ideários, buscados através da industrialização no país e do estreitamento nas relações internacionais, principalmente com os EUA. A Constituição vigente foi promulgada a 18 de setembro de 1946, esta, considerada por pesquisadores como democrática e republicana por reforçar os direitos conquistados anteriormente, era marcada pelos princípios liberais. Em relação a Reforma Agrária a Carta estabelecia no artigo 147 que a propriedade rural teria caráter de função social, o uso da terra pela família promoveria o bem-estar da mesma.

Os escritos constitucionais ainda estabeleciam que a distribuição seria proporcionada pela União de forma igual e oportuna para todos, mas, para atingir este objetivo a mesma estabelecia que

desapropriação para realização de distribuição somente ocorreria por meio de indenização em dinheiro, tornando-a inviável, por parte dos pequenos lavradores que não dispunham de recursos financeiros suficientes, além disso, ainda não incluía os trabalhadores do campo como indivíduos contemplados pelos direitos trabalhistas.

A feitura desta Constituição tinha entre os parlamentares eleitos que ajudaram na sua elaboração membros do Partido Comunista, isto, somente foi possível porque entre os anos de 1945 e 1947 os pequenos agricultores se movimentaram intensamente nos estados da federação, orientados por membros do partido, estes, tinham como objetivo trabalhar com massas rurais, organizando os trabalhadores através das Ligas Camponesas que estavam espalhadas por todos os Estados, as Ligas Camponesas eram organizações que não eram independentes em relação ao Partido, mas, foram essenciais para a vitória dos parlamentares comunistas, Moraes (2012) afirma que eram os únicos que se dedicavam a olhar para os problemas rurais.

Aos seis meses após a promulgação da Constituição, o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade pelo governo Dutra (1946-1951), com esta ação as Ligas Camponesas foram seriamente afetadas perdendo quase imediatamente sua força de atuação e após fechamento de seus núcleos, os camponeses que faziam parte da organização também foram fortemente perseguidos, mortos e presos pelo governo assim como os militantes do partido e os parlamentares que nem possuíam mais seus mandatos, marcando assim a violência cometida por parte do governo federal.

Entre os anos de 1948 e 1954 as Ligas Camponesas continuaram agindo na clandestinidade, a falta de recursos e pessoas, exilaram os resistentes a núcleos urbanos, e as que funcionavam extra legalmente sempre eram reprimidos brutalmente pela polícia ao promover atos públicos. Em vista desse cenário que se apresentava camponeses que procuravam a ajuda do partido recebiam um apoio pouco efetivo ou então tentavam se organizar sozinhos e foi assim que segundo (MORAIS 2012, p. 24) “destacou-se com grande influência ideológica do radicalismo de alguns estratos urbanos que conseguiram infiltrar-se no movimento camponês.”

Esses grupos independentes ideologicamente brotaram no interior dos Estados, longe dos centros urbanos, onde o trabalho anteriormente feito pelos partidários do comunismo havia deixado suas raízes, eram pessoas que haviam se “conscientizado” (MORAIS, 2012) em torno de seus direitos e conheciam a oratória política, onde a agricultura de subsistência fazia parte das atividades de sobrevivência desses camponeses, posseiros que organizados em grupos e com uma nova visão acerca de seus direitos sobre a posse da terra, começaram a defender suas propriedades de quem pretendia tomá-las e essa autodefesa resultou em alguns confrontos armados, que será elencado por Moraes (2012) como de grandes proporções.

A Guerrilha de Porecatu, 11/1950 a 8/1951, resultado de um longo processo judicial entre posseiros e grileiros por terras localizadas no município de Porecatu no estado do Paraná. Envolveu-se posseiros, jagunços e policiais, o objetivo consistia em defender-se e lutar pelas terras litigadas. A Revolta de Dona Noca ocorrida em 1951, no Maranhão teve como origem a tentativa de impedimento a posse como governo estadual o político Eugênio Barros. Dona Noca que era prefeita de São João dos Patos organizou e armou camponeses. Ao montar uma milícia camponesa conquistou várias cidades, mas, dissolveu-se em 30 dias, após seu início, ao serem derrotados. A Revolta de Trompas e Formoso, de 1955 a 1960, ocorrida em Goiás, a revolta foi resultado da disputa não somente pelas terras ocupadas por famílias de posseiros desde os anos de 1940, mas também como forma de se defenderem, já que o grileiro atuante na região queria torná-los arrendatários e cobrar 30% do arroz produzido pelos mesmos. Armados enfrentaram a polícia e jagunços, obtendo sucesso, conseguiram organizar-se após a titulação das posses. Com o golpe de 64, as terras foram tomadas e distribuídas pelo governo vigente no período, tornando os camponeses da revolta, inimigos, muitos foram perseguidos, mortos, presos e alguns atualmente continuam como desaparecidos políticos, como é caso de José Porfírio, líder da Revolta.

Todos estes conflitos ocorreram em regiões em que os líderes: das Ligas Camponesas (Revolta do Porecatu); Joana da Rocha Santos (Dona Noca); José Porfírio (Trompas e Formoso) que organizaram e armaram os camponeses pertenciam ou eram simpatizantes do partido comunista, mesmo enfraquecido e na ilegalidade, as ações do partido encontrava sua efetividade através de seus membros de forma direta ou indireta.

Neste mesmo período as Ligas Camponesas ganharam um folego novamente, líderes de destaque surgiram para restaurar, reestruturar e reorganizar os camponeses dentro dos moldes das ideias comunistas, para isso, buscou e conseguiu apoio no meio político, entre liberais principalmente, estes, admitiram e reconheceram o direito dos camponeses de lutar pelas terras que viviam. As ligas Camponesas conseguiram se manter nas ações e continuavam discursando e promovendo eventos que defendia a efetivação da Reforma Agrária juntamente com militantes do Partido Comunista até 1964, quando as Ligas, deixou de existir com o golpe militar.

CONCLUSÃO

Nos países latinos americanos estudados, as violências sofridas por parte de camponeses parte de conjunturas estruturais, enraizados no cerne de sua política e de sua econômica, onde teve forte atuação nestes campos de atores que obtinham o poder legalmente ao adentraram nos espaços legislativos pra defender os interesses das camadas sociais a qual pertenciam, personagens que começaram a se moldar a partir do processo de industrialização ocorrido em ambos os países nos idos

nos anos de 1930 e ganhando seu auge nas décadas de 1940 e 1950. Saindo do papel de agropecuário para empresário rural, munido de um discurso de direito à propriedade da terra e a não violação deste, para não qualificar como uma “injustiça” a este grupo social, pois a ideia de uma reforma agrária era apresentada como uma afronta através de suas revistas.

Os camponeses, sujeitos que por ambição maior objetivavam conquistar o direito a terra depois de anos trabalhados e vivenciados na mesma, não obtiveram a mesma representatividade de forma majoritária e enfática de modo que pudessem modificar as bases da lei para seu benefício definitivamente, mas, foi um grupo social que nunca esteve sozinho em sua luta pelo direito de acesso à terra de maneira incondicional, pois, sua base de apoio eram eles mesmos, políticos simpáticos a causa, inclusive elegendo os seus, a igreja. Um grupo que através do contato com novas ideias e novos conhecimentos se lançaram na luta contra a injustiça, inclusive via armada, por sua proteção e seus companheiros.

Em vista destes personagens antagônicos, nos dois países latino americanos a situação de enfrentamento se mostrou dura e crua, principalmente para o campesinato, que foi tido por quem os atacava ser o lado mais fraco. Não sendo iniciados pelos mesmos que partiam para o combate quando se viam acuados em seus direitos, ataques verticais, de cima para baixo, mas, que receberam a ajuda massiva do Partido Comunista no Brasil e mesmo na Colômbia, onde, evidencia-se aí a omissão do Estado através de seus chefes de governos nacionais, capitalizados por um sistema econômico que encontra seu ponto de sustentação na permanência da desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. *Desenvolvimentismo nos Governos Vargas e JK*. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. UFFS. Vitória (ES). 14 a 16 de setembro de 2015. 28 p.

AMARAL, Pedro Accorsi; ALVES, Vágner Camilo. *O processo decisório em política externa: a decisão da Colômbia de enviar tropas à Guerra da Coreia*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis (SC). 27 a 31 de julho de 2015. 16 p

AVILEZ ALVAREZ, Mauricio José. Camilo Torres e o Amor Eficaz. *As origens da Teologia da Libertação e a Insurgência Armada Colombiana*. Mauricio José Avilez Alvares: Orientador Valério Guilherme Schaper. São Leopoldo: EST\PPG, 2013. 161 p.

BARREIRAS, César. *Pistoleiro ou Vingador: Construção de Trajetória*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul\dez 2002. 52-83 p.

- BARROS, José D'Assunção. *História comparada, – um novo modo de ver e fazer a história*. Revista de História Comparada. volume 1, número 1, jun./2007. 30 p.
- BESKOW, Paulo R. *Agricultura e Política Agrícola no Contexto Brasileiro da Industrialização do Pós-guerra (1946-1964)*. Estudos Sociedade e Agricultura, 12, abril 1999. 56-79 p.
- CAMPOS, German Gusman; BORDA, Orlando Fals; LUNA, Eduardo Umaña. *La Violencia en Colombia: Estudio de un Proceso Social*/German Campos Guzman; Orlando Fals Borda; Eduardo Umaña Luna. 2ª ed. Ediciones Tercer Mundo, Bogotá, 1962, 456 p.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. *Conflitos por terra no Brasil e na Colômbia: mecanismos de apropriação privada e os camponeses como sujeitos coletivos de direito / Luís Felipe Perdigão de Castro; orientador Daniel Bin -- Brasília, 2019*.
- FELICIANO, C. A. *A prática da violência no campo brasileiro do século XXI*. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia, 2015. 20 p.
- LEONIDIO, Adalmir. « *Violência e desigualdade: Reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 97 | 2012, p. 85-106. Colocado online no dia 19 abril 2013, criado a 30 abril 2019. URL <http://journals.openedition.org/rccs/4943>; DOI: 10.4000/rccs.4943
- LONDOÑO, Quintero Sergio. *Guerra y Paz en Colombia: Introducción al caso de las Farc*. doi 10.12957/rep.2017.30375. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro- 1º Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 33 – 50.
- LOT, Bruno Proença Magno. *Acordo de paz colombiano: Cooperação internacional para a criação da paz*. Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2018. 34 p.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão- Agrária no Brasil: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964-1990* \Sônia Regina Mendonça; João Pedro Stedile (org.)—2.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas no Brasil (1969)*. In: *A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas 1954 -1964/ João Pedro Stedile (org.) – 2ºed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224 p.*
- MORALES MARTÍNEZ, José Daniel. *As Leis de Kaldor na Colômbia para o período de 1975-2010* \José Daniel Morales Martínez. — 2014. 153 f.
- MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. 2002. p. 41-59.
- OSEJO VARONA, Alejandra. “*Nós os camponeses*”: *Território e Identidade no movimento pelo estabelecimento de zonas de reserva campesina no Norte do Departamento Del Cauca (Colômbia)* \Alejandra Osejo Varona. Porto Alegre, 2011. 145 f.: il.

RESTREPO, Mariano Arango. *Esquema de políticas de reforma agraria en Colombia*. Lecturas de Economía. N°. 23. Medellín, mayo-agosto de 1987. pp. 197-220.

SANTOS Miemy Cássia Nakamura dos; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *A Guerra da Coreia (1950-1953): um estudo sob a ótica do legado teórico de Edward Hallet Carr*. Revista Científica da FFC. Dossiê: Teoria das Relações Internacionais. v. 14 n. 1, 2014, p. 39.

VALENTINI, Juliana. *Sociedade Rural do Paraná. Organização e Atuação da Fração Agrária da Classe Dominante Regional* \ Juliana Valentini. Marechal Cândido Rondon. 2014. 163 p.

ZULUAGA, Julio Cesar; MEDINA, Víctor Cobo. *Acción Colectiva y Representación gremial: el caso de la sociedad de agricultores y ganaderos del valle, colombia, 1940-2002*. Documento de Trabajo FCEA. ISSN 1909-4469 / ISSNe 2422-4642. n°.42. Cali. 2019. p. 4

A EDUCAÇÃO BÁSICA NA ALEMANHA NAZISTA: UM MEIO DE DOCTRINAR CRIANÇAS E JOVENS PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1933-1939)

BASIC EDUCATION IN NAZIST GERMANY: A MEANS OF INDOCTRINING
CHILDREN AND YOUNG PEOPLE FOR THE SECOND WORLD WAR (1933-1939)

Nayla Thaynã Soares Alves de Meneses¹

Resumo: O *Terceiro Reich* (1933-1945) corresponde ao período em que a nação alemã se encontrava sobre o domínio de Adolf Hitler e o Nacional-Socialismo, esse período se consagra na história como o período de maior totalitarismo, intolerância, extermínio em massa, antissemitismo e pelo envolvimento, inicialmente voluntário de crianças e jovens na ideologia nazista, para que uma vez engajadas, essas levassem consigo a luta pelos ideais nazistas. O nome “*jovem*” para a concepção nazista significava aquele que se adequava e compreendia as novas ideias e as novas metas que o “novo tempo”, iniciado com o regime nazista, trazia ao povo alemão. Assim analisaremos a relação entre a educação e a ideologia nazista para doutrinar as mentes dos jovens do Terceiro Reich, desde sua chegada ao poder em 1933 até 1939, quando eclode a guerra.

Palavras-chave: Alemanha Nazista; Nacional-Socialismo; Educação.

Keywords: The Third Reich (1933-1945) corresponds to the period in which the German nation was under the rule of Adolf Hitler and National Socialism, this period is enshrined in history as the period of greatest totalitarianism, intolerance, mass extermination, anti-Semitism and for the involvement, initially voluntary, of children and young people in the Nazi ideology, so that once engaged, they would take the fight for Nazi ideals with them. The name “young” for the Nazi conception meant the one who adapted and understood the new ideas and new goals that the “new time”, initiated with the Nazi regime, brought to the German people. Thus, we will analyze the relationship between education and Nazi ideology to indoctrinate the minds of young people in the Third Reich, from its arrival to power in 1933 until 1939, when the war broke out.

Keywords: Nazi Germany; National Socialism; Education.

¹ Mestranda e Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Email: naylaalvesmeneses@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo pretende analisar as modificações instauradas no sistema educacional alemão durante os anos de 1933 a 1939, que corresponde a chegada de Adolf Hitler e o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães ao poder até o estopim da Segunda Guerra Mundial em 1939, seu domínio sobre as crianças e jovens, influenciando suas mentes e ações. A metodologia aplicada na realização desta análise foi de pesquisa bibliográfica, baseando-se principalmente na obra *Terceiro Reich no Poder* de Richard J. Evans (2013), artigos publicados sobre o assunto encontrados em repositórios e algumas dissertações e trabalhos de conclusão de curso oriundos da Alemanha e Áustria disponíveis no Google Acadêmico. Ao ter acesso a essas análises, torna-se importante e possível compreender adesão dos jovens ao nazismo e as razões de seu apoio incondicional ao regime totalitário.

O objetivo do artigo contemplou-se em analisar a utilização da educação para a justificação das ideologias nazistas para que assim fosse possível doutrinar as mentes dos jovens no Terceiro Reich, além das relações estreitas com a Juventude Hitlerista (*Hutlerjugend*), organização fundada em 1922, que funcionava com atividades extracurriculares com disciplinas semimilitares, incentivando as ideologias nazistas e depois de formalmente começar a guerra (1939), enviá-los para o campo de batalha, que logo se tornariam para estes jovens, campos de carnificina.

A ideia de modificação no sistema escolar fora idealizada por Adolf Hitler ainda no seu livro autobiográfico, *Mein Kampf* (Minha Luta), escrito em 1925 quando Hitler estava em prisão em Landsberg, o livro critica, analisa e propõe um novo caminho para o povo alemão. No livro, Hitler evidencia as ligações dos judeus com o Bolchevismo e Marxismo (doutrinas essas que eram rechaçadas pelos nacionalistas de direita), onde os judeus eram culpados pela crise financeira que assolava a Alemanha à época, pois com eles eram retidos os recursos financeiros, deixando assim o restante do povo alemão em constante pobreza. (PICCOLO, 2018).

Além de críticas ao povo judeu, Hitler também critica que o cérebro infantil não deveria ser sobrecarregado com coisas supérfluas e desnecessárias, na qual a criança não se lembraria nem noventa por cento do que fora ensinado. Quando chega ao poder, em 1933, a modificação do sistema escolar fora uma das primeiras ações realizadas pelo Estado Nazista, não incluindo apenas novas matérias ao currículo, mas também utilizando algumas disciplinas para a exaltação do regime e do patriotismo, como a história do povo alemão e incluindo ainda assuntos sobre o antissemitismo e racismo.

Hitler tinha completa consciência de que teria um problema em transformar alemães adultos em nacionais-socialistas fervorosos e olhando os jovens, que ainda estavam em formação de seres sociais, o *Führer* tem-se por convencido de que o novo povo alemão seria formado ainda na idade

em que poderia ser facilmente manipulado, portanto um nacional-socialista nasceria nas escolas, onde poderiam ser moldados conforme as doutrinas do partido. Logo, educação não era mais um assunto da família ou indivíduo, mas sim uma tarefa do Estado, e sob sua égide ela recebe objetivos, direções e leis em prol do nacional-socialismo.

Assim, o ambiente escolar tornava-se o melhor local para iniciar os jovens ao compromisso com o Estado e seus ideais e o Estado deveria ser o líder no compromisso de regularizar o currículo escolar, com o intuito de promover apenas o aprendizado essencial para que transformassem as crianças em “bons nazistas”. Para o *Führer* não era necessário que uma criança aprendesse diversos assuntos ao qual não absorviam totalmente, assim o ensino de diversas línguas eram assuntos desnecessários a pós vida escolar dos alunos, a Hitler interessava ensinar apenas coisas que servissem ao futuro do futuro da raça alemã, assim, tirando assuntos e matérias desnecessárias, os jovens teriam mais tempo para aprender disciplinas mais importantes e a Juventude Hitlerista seria uma organização de “estágio” para os alunos das escolas alemãs, ela que serviria com lealdade ao *Führer*.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A ASCENSÃO DO NAZISMO

O fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) trouxe medo e ódio à nação alemã. O país enfrentava uma desordem social e econômica: o império caíra e a criminalidade se tornou comum nas cidades. O vergonhoso Tratado de Versalhes, assinado em 1919, tirou do controle alemão suas colônias em África, os territórios de Alsácia-Lorena (devolvida à França), a Sonderjütlandia (que após plebiscito foi devolvida à Dinamarca), Danzig (Polônia) foi transformada na Cidade Livre de Danzig e ficou sobre responsabilidade das Ligas das Nações, a Alta Silésia (devolvida para a Polônia), além do artigo nº 231 do tratado, que ficou popularmente conhecido como a “Cláusula da Culpa de Guerra” que responsabiliza unicamente a Alemanha, obrigando o estado a pagar reparação pelas perdas e danos sofridas pelo lado vencedor: a Tríplice Entente. Além de tais obrigações, a Alemanha teve que reduzir drasticamente seu exército, não podendo passar de 100 mil homens, sendo proibido a fabricação de blindados, tanques ou quaisquer objetos/instrumentos de guerra, além de ceder à França o direito de exploração total das importantes minas de carvão situadas ao longo do Rio Sarre. (EVANS, 2013)

A recém-criada República de Weimar tinha como objetivo trazer uma transição suave da guerra para a paz. Seu líder seria um presidente eleito por voto popular, que contaria com poderes de emergências amplos, sendo autorizado a utilizar o Exército para manter a lei e ordem, governar por decretos que seriam estabelecidos apenas em emergências (embora seus dois primeiros e únicos presidentes Friedrich Ebert e Paul von Hindenburg tenham feito um uso extensivo desses poderes). Tais poderes permitiram a Ebert, por exemplo, depor governos legitimamente eleitos nos estados da

república, como foi no caso da Saxônia e Turíngia que tiveram seus governadores acusados de fomentar a desordem, permitiu aplicar pena de morte a ofensas a ordem pública, tendo poder também para dissolver o Reichstag caso esse rejeitasse um decreto presidencial. No final, o uso excessivo e mal-intencionado dos artigos e poderes atribuídos ao cargo acabaram se tornando uma ameaça em potencial às instituições democráticas. (EVANS, 2013)

Após a morte de Ebert em 1925 foram realizadas novas eleições. Essas eleições contaram com sete candidatos e foram realizadas em dois turnos, pois nenhum dos candidatos receberam mais de 50% dos votos no primeiro turno. No segundo turno a direita lançou a candidatura do marechal de campo Paul von Hindenburg, que carregava consigo a excelência da antiga ordem militar prussiana, sendo visto constantemente com seu uniforme militar adornado por medalhas de guerra que o fizeram uma figura reverenciada, principalmente pela direita, que o via como um restaurador da velha ordem monárquica. As eleições terminaram com Paul von Hindenburg sendo eleito com 48,3% dos votos.

Os anos finais da década de 1920 marcaram uma alta imensurável do desemprego alemão. A recuperação da economia tinha sido financiada diretamente pela maior economia do mundo à época, os Estados Unidos, e a indústria e bancos dependiam diretamente desses fundos e empréstimos para financiar seus investimentos. Ainda em 1928 os Estados Unidos começaram a cortar empréstimos estrangeiros para preservar a estabilidade financeira e o valor do ouro, sendo modelo para outros países industrializados. Os anos de 1928-29 trouxeram a estagnação da economia alemã, que não cresceu industrialmente por conta da diminuição dos investimentos e escassez de capital e o desemprego já havia atingido quase 2,5 milhões de alemães. Isso só seria o prelúdio de algo ainda pior.

A crise mundial que assolou o mercado capitalista em outubro de 1929 abalou ainda mais os alicerces econômicos e sociais da República Alemã. Os bancos americanos retiraram seus fundos da Alemanha quando a fragilizada economia alemã mais precisava de financiamento para reviver e a política ineficaz e as polêmicas reformas econômicas instauradas por Heinrich Brüning, chanceler do governo de Paul von Hindenburg, não conseguiram frear o alto desemprego, a miséria em massa e, conseqüentemente, a insatisfação social.

Poucos foram os que conseguiram tirar proveito dessa situação. Os extremos do espectro político foram o que mais obtiveram vantagens, nesse caso, o crescente Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei - NSDAP*), que tinha se lançado à presidência nas eleições de 1925 com candidato Erich Ludendorff alcançando apenas 1% dos votos, eram agora liderados pela figura do austríaco Adolf Hitler. Nas eleições do Reichstag por exemplo, seus votos aumentaram de 2,6% em 1925 para 37,4% em 1932, e a resposta para esse aumento foi a constante mobilização do partido em torno dos círculos sociais da média e pequena

burguesia, além das constantes agitações e manipulações realizadas pela máquina de propaganda de Joseph Goebbels. Estas explicam o sucesso eleitoral do partido e sua conseqüente subida ao poder.

O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães se apresenta como uma alternativa ao sistema democrático falho da República de Weimar, este movimento nacional-socialista surge e ganha força após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), embalados por pensamentos antisemitas, racistas, anticomunistas e antidemocráticos que surgem mesmo antes da época da Primeira Guerra e de Adolf Hitler. Essas visões eram permeadas pela interpretação de que os alemães de todo mundo deveriam se unir para governar o mundo política e espiritualmente. (KARMANN, 2012).

O partido foi fundado sobre o nome de Partido dos Trabalhadores Alemães em Munique pelos políticos de extrema-direita Anton Drexler, Karl Harrer e Gottfried Feder em 1919. Eram políticos que compartilhavam de ideias antisemitas e nacionalistas, fundando apenas um dos vários partidos de cunho nacionalistas que surgem na Alemanha pós Primeira Guerra. Em 1920 o partido muda seu nome para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, e em 1921 passa a ser liderado pelo austríaco Adolf Hitler.

Hitler, que nasce em uma cidade fronteira entre o Império Alemão e o Império Austro-húngaro, lutou nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial na posição de cabo. Após o final da guerra, em 1919, volta a Munique, se tornando espião do governo de Weimar com o intuito de investigar o recém-criado Partido dos Trabalhadores Alemães e enquanto participava das reuniões, se sentiu atraído pelos ideais antisemitas, nacionalistas e antimarxistas de Drexler. Após impressionar aos políticos com sua oratória e solidez argumentativa, Hitler fora convidado a se juntar ao Partido, no qual assume como líder em 1920, tendo tentado um golpe que ficou conhecido como “Putsch da Cervejaria” e foi preso na Prisão de Landsberg am Lach, onde escreve seu famoso livro “*Minha Luta*”. (PICCOLO, 2018)

O rápido aumento do desemprego terá um impacto significativo nas campanhas eleitorais que o NDASP participou de 1929 a 1932. Além do rápido desemprego, os descréditos dados aos partidos mais tradicionais tornam os nazistas a alternativa mais principal para votos. Adolf Hitler concorreu à presidência contra o presidente à época, Von Hindenburg, em março de 1932, obtendo o segundo lugar com 37% dos votos contra 53% de Hindenburg e o Partido Nazista obtendo 288 das 647 cadeiras do Reichstag.

Embora tenha saído derrotado, Hitler se torna em janeiro de 1933 Chanceler da Alemanha sobre o governo de Von Hindenburg. Em pouco tempo, Hitler dissolve o parlamento, inicia sua caminhada ao poder supremo da Alemanha utilizando-se de violência promovida pela SS (*Schutzstaffel*) e o criminoso incêndio do Reichstag (parlamento alemão) em Berlim. Tais fatos são

utilizados ao seu favor, que culpa os comunistas de incendiar o parlamento, a sua caminhada ao poder estava chegando ao seu ápice.

Em 30 de janeiro de 1933, finalmente, Hitler sobe ao poder e Von Hindenburg, que era o presidente de fato, se torna apenas uma figura decorativa no governo, até sua morte em 1934. Os nazistas se viam livres para instalar as suas ideologias racistas, eugenistas, antisemitas e extremistas, levando não só a Alemanha, mas a Europa às ruínas nos próximos anos seguintes.

A EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE O GOVERNO NAZISTA - ANTECEDENTES

Em um discurso proferido em 15 de novembro de 1933, o ministro de Esclarecimento Popular e Propaganda Joseph Goebbels declarou que a revolução realizada pelo partido ao assumir o poder em janeiro do mesmo ano, tinha modificado cada um dos setores da vida pública e os reestruturou, remodelando por completo a relação cidadão x estado. Essa revolução também finda com o individualismo que antes existia no estado alemão, agora estes eram apenas um, reunidos sobre a égide do partido nazista e tendo como líder (ou *Führer*) Adolf Hitler. (EVANS, 2013).

Essa “revolução” de fato remodelou todo o estado alemão e seus indivíduos. A economia, cultura, artes, ciência e principalmente a educação não ficaram livres do impacto exercido pelas reformas nazistas que pretendiam converter o povo alemão ao seu modo de pensar. Fora Goebbels que ficou com a tarefa de coordenar e comandar a apresentação pública do regime nazista e suas políticas para a população, logo, grandes comemorações como o comício do Partido Nazista em Nuremberg, o dia do Trabalho, aniversário do *Führer* e outros eram amplamente divulgados pelo estado, contando com o apoio maciço e participação da população, os alemães estavam assim reunidos sobre a *Volksgemeinschaft* (Comunidade Nacional).

Sobre a *Volksgemeinschaft*, Büchsenmeister (2022) explica que esta baseava-se na política comunitária, onde os dignos faziam parte de uma unidade e as suas ações seriam voltadas em prol desta unidade. A *Volksgemeinschaft* contava como lema: “A comunidade vem antes do interesse próprio”, logo, tudo produzido no estado era dirigido a favor da comunidade nacional, em que todos deixavam suas necessidades individuais para trás e se mobilizavam em prol de uma prática comunitária intensiva.

A educação se encontrou unificada à *Juventude Hitlerista* e a *Liga das Meninas Alemãs* durante o período do nazismo, onde estas eram responsáveis por educar os ideais comunitários, obedecendo e cumprindo as ordens que o regime apresentava e defendia. As organizações juvenis eram direcionadas ao público pré-juvenil e juvenil, aceitando meninos e meninas de dez até dezoito anos, tendo como requisito único a origem ariana, e tinham como principal objetivo a doutrinação e encaminhamento deste público que nasceria e crescerá sobre o Terceiro Reich.

Keim (1997, p. 59 apud Praher, p. 12, 2009) divide a essas organizações juvenis em:

1. *Deutsches Jungvolk* (Jovens Populares Alemães) – Composta de meninos de dez a quatorze anos.
2. *Hitlerjunged* (Juventude Hitlerista) – Composta por meninos de quatorze a dezoito anos.
3. *Jungmädelbund* – Composta de meninas de dez a quatorze anos.
4. *Bund Deutscher Mädel* (Liga das Moças/Jovens Alemãs) – Composta de meninas de quatorze a dezoito anos.

O regime irá ditar as diferenças entre meninos e meninas, incluindo o que deveriam ou não aprender e principalmente em relação aso seus propósitos de vida e de serviço ao Reich. Em seus primeiros decretos, o Ministro da Ciência, Educação e Cultura Nacional (*Reichserziehungsminister*) Bernhard Rust ressaltou que a prioridade escolar seria a educação física e a educação espiritual ou religiosa era desinteressante, sendo abolida pelo regime.

Os meninos se tornariam soldados, aqueles que comandariam as nações inferiores, aprendiam alemão, biologia, ciências, matemática e história. Já as meninas se tornariam as mães da nova nação, logo deveriam cuidar do seu corpo e mente, para assim trazer bebês saudáveis ao regime e para isso, aprendiam eugenia e educação doméstica, que seriam de suma importância para as futuras “donas de casa”.

Essas organizações serviam para um “reforço” as atividades escolares, tendo os horários diários bem divididos: escola pela manhã e à tarde uma “tarde de esportes”, as meninas tinham corrida, ginástica, dança, exercícios de solo, exercícios de obstáculos e natação, esses esportes refletiam em um sentido de disciplina interior e como tal, castigava e exigia ajustes. Os movimentos agradáveis durante os exercícios refletiam a imagem de uma mulher ariana forte e orgulhosa, que irradiaria de dentro para fora. Era controlar o próprio corpo por meio da disciplina, desenvolvendo o autocontrole e caráter dentro dos limites do nacional-socialismo. (BÜCHSENMEISTER, p. 22, 2022).

Os meninos alemães deveriam ter as qualidades mais clássicas de um homem: a força, desempenho e disciplina. Assim, Hitler guiava a imagem da comunidade e do mundo através do poder masculino e pelas mulheres que davam à luz a meninos. Logo, a mulher seria uma “eterna mãe” e o homem um “eterno soldado”. (BÜCHSENMEISTER, 2022).

Adolf Hitler era apresentando como um modelo a ser seguido pelos alemães. Sobre essas noções, temos discussões importantes como a de Aldair Leharo (1986), que expõe que Hitler se concentrava em portar, propagar e continuar a moral prussiana. Não era uma pessoa que bebia,

fumava ou muito menos ostentava luxos pessoais, além de tornar conhecido o seu veganismo. Entretanto, tais modos não se expandiam aos seu alto escalão.

Alcir Leharo traz debates importantes de como pode ser perceptível uma dupla moralidade entre o alto escalão nazista, pois:

(...) Speer refere-se a Göring como um drogado, um sádico, e um ladrão que saqueou museus da Europa e se converteu no homem mais rico da Alemanha. Borman era alcoólatra, sádico e brutal, calculista; Goebbels, por sua vez, recebe elogios pela sua capacidade de trabalho e refinamento cultural, mas não pelo uso de sua influência para seduzir as mulheres. E sabido também que Heydrich, chefe da Gestapo, foi acusado de diversos estupros e que Wessel, chefe SA, era proxeneta, comportamentos nada condizentes com a moral apregoada, como também não se coadunava com ela o declarado homossexualismo de Röhm, excessivamente contestatório para os padrões requeridos. (...) (LEHARO, p. 63, 1986)

MODIFICANDO A ESCOLA E AS DISCIPLINAS

Quanto aos currículos escolares, estes não foram redefinidos imediatamente após a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, porém a maioria dos livros de história e inglês foram reescritos rapidamente. Ainda em 30 de julho de 1933 o decreto de “Diretrizes para Livros didáticos de História” modificou o ensino de história e seus conteúdos. Estes deveriam começar a ser estudados a partir da formação do povo alemão, considerando o heroísmo como uma forma natural alemã, mostrando liderança diante outros povos. A história teria um caráter formador para os estudantes, deixando de ser menos objetiva para ensinar que a vida era: “(...) dominada pela luta, que raça e sangue eram centrais em todos os acontecimentos do passado, presente e futuro, a liderança determinava o destino dos povos (...)” (EVANS, p. 306, 2013).

Não demorou muito para que os estudantes estivessem escrevendo redações acerca das benesses de Hitler e do nacional-socialismo, que não deixavam de contar, é claro, com o teor antissemita que o governo tinha e o caráter memorialista, lembrando-se daqueles que tombaram pelo movimento, como Horst Wessel. Houve também as mudanças acerca dos materiais didáticos: cartilhas ganharam como capa uma foto do Führer acompanhado de crianças, livros de ilustrações mostravam judeus como figuras demoníacas, que se escondiam pelos lugares escuros, prontos para atacar os arianos. (BOBERACH, 1984, p. 72-3 apud EVANS p. 306, 2013).

Ainda no final de 1933 as escolas alemãs tinham em suas salas de aulas uma figura interessante pendurada no centro. Era um quadro de Adolf Hitler. A ele, professores e alunos cumprimentavam em cada começo e fim de aula, além de escutarem avidamente os discursos proferidos pelo Líder no rádio no salão da escola. O que explica esse rápido progresso e ajustes aos moldes nazistas entre janeiro ao final de 1933 é a adoção da equipe docente à Liga dos Professores

Nacional-socialistas e dos alunos a Juventude Hitlerista. (DOMARUS, 1963 apud EVANS p. 304, 2013).

Os professores sofreram também transformações na sua estrutura, sendo uma das profissões que mais sofreram restrições nesse período, já que eram subordinados ao Estado e tinham que servir ao partido na propagação de sua ideologia, assim os professores não eram contratados a partir de suas qualificações e experiências, mas sim pelas suas atividades dentro do partido. Para esses escolhidos, eram dados Guias especiais para a doutrinação, a fim de mostrar novos conteúdos e como esses seriam ensinados. Existia um panfleto destinado aos docentes chamado *Die Judenfragein Unterreicht*, que focava na metodologia de ensino e demonstrava como se deveria chamar a atenção para que o aluno se interessasse pelas questões raciais e assim, utilizando-se de argumentos científicos, o antissemitismo teria fundamento para ser divulgado na educação escolar.

Ressalta-se que o líder do NSDAP nutria desprezo pelos lecionadores e a vida acadêmica, chegando até a alimentar certo rancor sobre os professores pelo seu fracasso escolar, referindo-se sempre a eles como “desequilibrados mentalmente” e que “quase todos eram ligeiramente malucos” (SHIRER, 2008, p. 31). Diante a esse claro rancor e desdém aos professores, torna-se claro o porquê da educação no Terceiro Reich ser desvalorizada diante ao conhecimento intelectual e da sua classe docente. A submissão desses à autoridade do Estado gerou assim a sua crescente desvalorização e desimportância enquanto indivíduos sociais, principalmente quando estes se chocam com a crescente Juventude Hitlerista.

A saudação nazista fora uma das primeiras medidas implementadas em sala de aula. Os professores não cumprimentavam mais seus alunos com “*Bom dia*”, ao invés disso, os alunos tinham que estar em forma e a aula era iniciada com “*Heil Hitler*” como forma de saudar a Hitler, o Salvador da Alemanha e quem não respondesse essa saudação era sujeito a punição, já que isso era considerado um grave delito. Não existia ninguém a salvo, pois em casa, nas ruas e escolas e até em ambientes privados poderia existir alguém a fazer denúncias. Os professores em sala de aula viviam em constante estado de vigilância, não apenas à saudação como também ao que falavam em sala de aula pois se houvesse qualquer gesto ou palavra impensada poderia resultar em punição ao professor, sendo estes muitas vezes denunciadas por aqueles alunos que não gostavam ou se sentiam perseguidos por ele. (EVANS, 2013)

A educação teria que eliminar uma porção de erros que ninguém até então tinha se preocupado: era necessário colocar no mesmo campo de ensino a educação intelectual e física, assim o intervalo escolar deveria ser gasto na construção da cultura física juvenil. A educação seria a porta principal e aquela que responderia e sustentaria a questão de superioridade tanto racial quanto intelectual que resultaria na restauração da fé na invencibilidade da nação.

Em 1936, a filiação e participação dos jovens a Juventude Hitlerista torna-se obrigatória, a partir desse momento a Juventude Hitlerista era responsável pela educação física, moral e mental dos jovens alemães fora da escola e de casa. Essa obrigação extinguiu também outras organizações juvenis que não eram de direcionamento nacional-socialista.

Sobre ações realizadas nos acampamentos da Juventude Hitlerista, Inarejos-Matscheko (2015) explica que os exercícios de campo, tiro e acampamentos que eram frequentemente realizados e tinham o intuito de preparar os jovens desde cedo para a guerra, injetando dureza e o senso de camaradagem na vida dos jovens, não sendo necessário apenas transmitir conhecimento, como também ter senso de sobrevivência e irmandade. As crianças da Juventude Hitlerista brincavam de guerra.

As disciplinas mais importantes no currículo escolar nazista eram a história, geografia e educação física, tendo as outras disciplinas drasticamente reduzidas em carga horária. Aulas de língua estrangeira também foram reduzidas pois eram consideradas insignificantes para a vida futura das crianças e cinco horas semanais eram direcionados ao desporto e treinamento de caráter que Hitler tanto ambicionava. A elite racial que serviria para suas ambições militares e políticas se formava nas escolas.

A disciplina de História começou assim a ser vista de um ponto categórico, onde se falava apenas do povo germânico puro, os arianos, focando também na exaltação da figura de Hitler enquanto Salvador da Alemanha e a sua revolução nacional. A disciplina de Geografia fora direcionada para que se enquadrasse na ideologia de lar, heroísmo, raça e os professores eram instruídos a estudar o Oriente, pois poderia ser uma boa maneira de iniciar o assunto sobre a raça judia. Podemos ver que não apenas a História e Geografia sofreram com transformações importantes em seu currículo, nas aulas de Biologia que os professores podiam melhor discutir o assunto da ideologia racial nazista na prática, sendo esta a que mais sofreu com os ensinamentos raciais, sendo as crianças ensinadas exaustivamente sobre genética e a importância de saber as origens dos grandiosos antepassados germânicos, as crianças aprendiam em suma importância, que deveriam se relacionar apenas com outros arianos, pois estes eram a raça pura. Fora criada a disciplina de Ciências Raciais, que contribuía para que os alunos entendessem sobre a sua raça, aprendendo que arianos só deveriam se casar com arianos, assim evitando sujar sua raça. Nessa disciplina que os docentes ensinavam aos alunos que estes pertenciam a uma *Herrenrasse* (raça superior) e por isso tinham motivos para liderarem o mundo.

O objetivo da educação era para servir a comunidade e ter obediência, o indivíduo era suprimido por esta comunidade, na qual todos deveriam se sacrificar em prol do seu desenvolvimento e progresso. Assim a educação não se limitava apenas a infância e adolescência, mas também era

estendida as outras gerações. O NDASP e suas várias organizações adotavam uma forma de educação ao longo da vida, de forma que esta se tornaria fluida, exercendo controle e influência. As relações pedagógicas entre professor e aluno não existiam mais, prevalecendo a relação de Hitler com seus seguidores, se tornando assim uma relação politicamente dependente.

Nota-se que a importância que a educação terá para a propagação dos ideais nazistas, pois ao começar a Segunda Guerra Mundial em 1939, já haviam se passado seis anos de dominação e doutrinação nazista sobre a população alemã e em principal sobre os jovens. Assim, as reformulações instauradas do ensino básico pelos nazistas foram primordiais e principais para a doutrinação dos jovens que foram para os campos da Segunda Guerra Mundial durante os seis anos a seguir e toda a sua consequência, como o Holocausto.

CONCLUSÃO

Quando analisamos o processo de educação dos jovens durante a era nacional-socialista, analisamos clara separação de gêneros com base no que ditava a doutrina nazista. O regime utiliza-se da educação e seus instrumentos (como disciplinas e livros didáticos) para educar seus jovens à máquina de guerra que em pouco tempo chegaria à Alemanha. Vemos nos livros didáticos temas centrais como soldados, guerra, dever, bravura, heroísmo e camaradagem, temas essenciais e importantes para o estado Nazista e sua marcha rumo a guerra.

Para servir ao Nazismo, a educação precisou ser reformulada: Os currículos escolares das disciplinas foram reescritos de forma que justificasse os ideais nazistas e colocassem os alemães como uma raça pura e que necessitava dominar o restante do mundo. Os nazistas tiraram o que consideravam insignificante, como as línguas estrangeiras, e focaram-se em pautar as suas ações por meio de disciplinas como a História, Biologia, Matemática, Geografia e a Educação Física.

É importante ressaltar que para além da educação básica, tais doutrinações foram estendidas a educação superior, embora esta conte com mais resistências, como a exemplo do grupo Rosa Branca, liderados pelos estudantes os irmãos Sophie e Hans Scholl, Alexander Schmorell, Willi Graf, o Professor Kurt Huber e Christoph Probst. Ressaltam Vicente e Witt (p. 85, 2018) que estes: (...) “foram responsáveis por distribuir um grande número de panfletos questionando a ideologia nazista na Universidade de Munique, onde estudavam, bem como por toda cidade. Fizeram isso durante algum tempo até serem vistos em ação por um membro fiel do partido nazista que os delatou. As suas ações lhes custaram suas vidas. Ambos foram mortos, juntamente com vários outros membros do grupo, mas a lembrança da coragem que demonstraram serviu de referência para que a Alemanha refletisse sobre o passado recente. (...)”.

Os soldados nazistas já se encontravam preparados para as trincheiras da Segunda Guerra espalhadas pela Europa, pois antes haviam sido treinados para esse momento nas salas de aula e nos campos da Juventude Hitlerista, além de terem o conhecimento de quem era o seu inimigo. A Segunda Guerra Mundial serviu para expor e colocar em prática os ideais que o Nacional-Socialismo propagava e ensinava aos seus cidadãos desde 1933 e que durante os anos de 1939 a 1945 encontram seu ápice e massiva propagação pela Europa. Esses ideais tornariam não só a Alemanha, como ao continente europeu, reduzido as cinzas e ruínas.

A Educação assim torna-se um trunfo na mão dos nazistas em sua ideia de propagar as ideologias de pangermanismo, racismo, antissemitismo e onde podemos concluir que a educação cumpriu o papel que lhe fora atribuído pelos nazistas: O de guiar, transformar e doutrinar um povo para seu líder.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Benedicto Cuervo. El ascenso de Hitler y del partido Nazi al poder en Alemania. *Historia Digital*, v. 15, n. 26, p. 56-120, 2015.
- BÜCHSENMEISTER, Vanessa. *Die Erziehung zur nationalsozialistischen " Volksgemeinschaft": Mobilisierung, Propaganda und Alltagspraxis in der Hitlerjugend im Deutschen Reich 1933-1945*/eingereicht von Vanessa Büchsenmeister. 2022.
- EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich no poder*. Editora Planeta do Brasil, 2013.
- KARMANN, Ingrid. *Der autoritäre Charakter in der Erziehung im Nationalsozialismus*. Eine Untersuchung des autoritären Charakters in den Adolf-Hitler-Schulen und in den. 2012.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo, o triunfo da vontade*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MORALES INAREJOS-MATSCHEKO, Elisabeth. *Erziehung zur Männlichkeit/Weiblichkeit in der Zeit des Nationalsozialismus: Einfluss von Parteiorganisationen und Schule sowie Analyse von ausgewählten Schul-und Kinderbüchern und Jugendzeitschriften*/vorgelegt von Elisabeth Morales Inarejos-Matscheko. PhD Thesis. Karl-Franzens-Universität Graz, 2015.
- NEVES, Priscilla Piccolo. *O ensino do Nazismo na educação básica: um diálogo entre História e Literatura através do paradigmático O Holocausto judaico*/ Priscilla Piccolo Neves. – São Luís, 2018.
- PRAHER, Dieter. *Adoleszenz und Identität in Nationalpolitischen Erziehungsanstalten*, 2009.
- SHIRER, William L. *Ascensão e queda do terceiro reich _vol2*. Agir Editora, 2008.
- VICENTE, Gabriele Alves; WITT, Marcos Antônio. A educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu papel na doutrinação das crianças e jovens. *Revista Conhecimento Online*, v. 1, p. 71-87, 2018.

PODER, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE NO CASO DE AVA. S NO RIO GRANDE DO SUL (1904)

POWER, GENDER AND INTERSECTIONALITY IN THE CASE OF AVA. S IN RIO GRANDE DO SUL (1904).

Emanuéli Halm Chagas¹

Resumo: O presente artigo propõe explorar questões de poder, gênero e interseccionalidade utilizando como objeto de análise o Caso de Ava.S, seu processo crime por infanticídio ocorrido em Santa Cruz do sul e a exposição do Caso no jornal “O Estado” em Santa Maria no Rio Grande do Sul no ano de 1904. Nesse sentido, a discussão centra-se principalmente em torno das teorias de Judith Butler e Michel Foucault, utilizando-se dos estudos de Butler sobre gênero e o conceito de poder proposto por Foucault Além de Butler e Foucault, trouxemos para a discussão outros autores que compõem e fomentam o debate teórico e a análise do nosso objeto. Dito isso, ante o exposto, objetivamos com esse artigo contribuir para as reflexões acerca dos debates em torno de gênero, interseccionalidade, relações de poder e, igualmente acerca do Caso de Ava. S.

Palavras-chave: Poder; gênero; interseccionalidade; Caso Ava.S.

Abstract: This article proposes to explore issues of power, gender and intersectionality using as an object of analysis the Case of Ava.S, her criminal process for infanticide that occurred in Santa Cruz do sul and the exposure of the Case in the newspaper “O Estado” in Santa Maria in the Rio Grande do Sul in 1904. In this sense, the discussion focuses mainly around the theories of Judith Butler and Michel Foucault, using Butler's studies on gender and the concept of power proposed by Foucault. Foucault, we brought to the discussion other authors who compose and foment the theoretical debate and the analysis of our object. That said, in view of the above, we aim with this article to contribute to reflections on the debates around gender, intersectionality, power relations and, equally, on the Case of Ava. S.

Keywords: Power; gender; intersectionality; Case Ava.S.

¹Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: emanuelihalmchagas2@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar o Caso de Ava. S² que no ano de 1904, na cidade de Santa Cruz no Rio Grande do Sul aos quinze anos de idade teve sua liberdade privada, bem como, a de seus pais, por um suposto crime de infanticídio. Chegou-se ao Caso de Ava pelas páginas do jornal “O Estado” que se encontra disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) no mesmo ano que se deu o processo (1904). A partir de matérias que retratavam Ava como uma mãe assassina que matara seu filho por esse ser fruto de um triângulo amoroso entre ela e dois negros, e sendo supostamente, a cor do bebê a motivação do crime, buscou-se o processo crime, esse encontrado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERES). Tendo em mãos o corpo processual, bem como a nota do jornal, tornaram-se visíveis algumas abordagens em torno dessa conjuntura, dentre elas estão: gênero, poder e interseccionalidade, que serão os conceitos estruturantes desse artigo. A temática de gênero passou a ganhar força nos debates públicos e acadêmicos a partir de 1980, desde então, conceitos, como o de interseccionalidade se fortaleceram e acrescentaram no processo de problematização da questão de gênero. Um dos pontos em comum entre esses dois conceitos, que nos interessa para esse artigo, diz respeito ao conceito de poder, que para além de institucionalizar, sujeitar ou reivindicar hierarquias oferece parâmetros para observação.

Com isso, ao utilizar o Caso de Ava contribuimos para as reflexões acerca dos debates em torno de gênero, interseccionalidade e as relações de poder.

Ao pensar a temática de gênero Judith Butler faz referência ao gênero performativo, segundo a mesma, “nenhum gênero é “expresso” por ações, gestos ou discursos, mas que a performances do gênero produz retroativamente a ilusão de que existe um núcleo interno de gênero” (2017, p.108). Desse modo, autora sugere que a construção do gênero passa também por uma performática aceita, difundida e reproduzida socialmente. Tal ilusão performativa faz parte de normas interiorizadas que segundo Butler (2017) pertence a um poder regulador ambivalente formativo do sujeito. Mas então, o que seria o sujeito? Butler propõe que a dificuldade de definição de sujeito decorre justamente da percepção do mesmo como “[...] condição ou impasse da ação” (2015, p. 23). É nesse ponto que a ambivalência do sujeito se faz presente, conforme ela apresenta.

Parte dessa dificuldade, acredito, é o sujeito ser em si o lugar dessa ambivalência, o lugar onde ele surge tanto como efeito de um poder anterior quanto como condição de possibilidade de uma forma de ação radicalmente condicionada. Uma teoria do sujeito deve levar em conta a total ambivalência de suas condições. (BUTLER, 2017, p. 23).

² Tendo em vista o Caso se tratar de um processo criminal, os nomes foram modificados a fim de manter o sigilo dos envolvidos.

Logo, seguindo o pensamento da autora há um poder que age sobre o sujeito e, a partir da sua interiorização o torna ator de uma performática social esperada e alicerçada em um conjunto de normas que conforme Butler “[...] quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos” (2017, p.15). Esse sujeito que se reconhece como pertencente a uma estrutura social carrega consigo normas estruturantes de regulação que invade seu corpo desde tenra idade, formando um tipo de poder entendido como positivo pelo sujeito, esse poder positivo passa a ser uma espécie de poder disciplinar interiorizado e disseminado socialmente. Para Butler (2017) essa seria uma forma de sujeição do sujeito que precisa ser descrita “... na volta peculiar do sujeito contra si mesmo que ocorre em atos de autocensura, consciência e melancolia que se dão em conjunto aos processos de regulação social” (2017, p.28). Esse processo de regulação social é, para Butler (2017), posto ao sujeito, vindo do exterior para o interior. O que nos leva a refletir acerca dos poderes súperos que transitam nessa regulação social.

Ao teorizar sobre poder regulador, Foucault afirma não compreender esse poder como “um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado”. Não que o autor negue a existência desses poderes na regulação social, contudo, para ele, essas são “apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais” (1999, p.88). Nas palavras dele

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de suas relações; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram uma nas outras, formando uma cadeia ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e condições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral e cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1999, p. 89).

Ou seja, o poder é fluído e não deve ser visto baseado unicamente nas institucionalidades. O poder ocupa espaço na construção social do sujeito, mas por ser multifacetário, é dinâmico nas diferentes partes da ação social performática.

Uma vez inserido em uma dinâmica social onde deve cumprir seu papel como sujeito, diversos fatores vão influenciar sua trajetória. Nesse ponto o Caso de Ava que será explorado, também traz à luz discussões acerca da análise de interseccionalidade, dado que, além de pertencer ao sexo biologicamente lhe atribuído como feminino, Ava é apresentada pelo jornal “O Estado” como uma “Alemãzinha”, alusão ao seu pertencimento a uma família que possui uma mãe imigrante Alemã, e não possuir o domínio da língua portuguesa, fato que fica conhecido lendo os autos do processo. Para Collins e Bilge

[...] o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo não se manifestam como entidades distintas e mutuamente

excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. (COLLINS. BILGE, 2020, p.20)

Logo, o conceito de interseccionalidade apresentado pelas autoras corrobora com a visualização de uma trama que envolve os sujeitos, não sendo esses um corpo de espécie biológica e tampouco um produto institucional. Segundo elas “Usar a interseccionalidade é difícil porque a própria interseccionalidade é multifacetada” (2020, p. 14). Ou seja, a seleção do caso e seu contexto é primordial ao propor uma análise que incorpore o conceito de interseccionalidade. Ainda segundo Collins e Bilge (2020) a interseccionalidade pode ser usada de maneira analítica em diferentes formas por atender uma gama de problemas sociais.

A partir das abordagens apresentadas acima, pretendo com esse artigo utilizar o Caso de Ava para demonstrar como esses três importantes conceitos: poder, gênero e interseccionalidade se relacionaram tanto no processo crime quanto na narrativa do jornal “O Estado” no Rio Grande do Sul sobre esse suposto infanticídio cometido por Ava no ano de 1904. Escrever sobre o Caso de Ava não visa buscar uma verdade histórica sobre seu infortúnio, mas sim, utilizar do seu Caso para pensar questões que até hoje permeiam discussões historiográficas e acadêmicas. Para Chalhoub (2001, p.41) “cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas”. Embora a historiografia demonstre a importância da metodologia em diferentes objetos de pesquisa, para esse artigo não entraremos a fundo nas questões metodológicas sobre como analisar narrativas jornalísticas e processos crimes, até mesmo para não perdermos de vista a utilização do Caso como um exemplo e uma contribuição para pensar os conceitos citados acima.

AVA. S NO JORNAL O ESTADO

O jornal “O Estado” circulou em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1887 e 1905, pouco se tem de informações acerca do jornal, as poucas obtidas advêm do mesmo, que se encontra disponível no Arquivo Histórico de Santa Maria. O Arquivo possui em sua coleção de documentos as edições desse periódico a partir do ano de 1903, o que seria o ano quarto ano no qual estaria circulando na cidade. Em 1903, a sede do jornal localizava-se na Rua do Comércio, número 13 e era dirigido por Ramiro Oliveira e gerenciado por A. O. Brinckmann. No último ano de sua circulação (1905), o nome de Antero C. de Barros aparece como proprietário do jornal, sendo o diretor, Andrade Neves Neto e o gerente Alfredo R. da Costa. Feito esse breve recorte sobre o jornal partiremos diretamente para o ano de 1904, mais especificamente para o dia 19 de Março desse ano onde consta no jornal a seguinte nota.

Ava allemãzinha de 15 anos apenas armara um ménage á trois, vivendo em companhia de dois negros. Como é natural, o fruto dessa tríplice aliança não podia ser lá muito claro... Mas Ava não queria ser mãe de um mulato e estrangulou o pobre entesinho recém nascido. Ponhamos nós agora o preto no branco: não lhes parece que quem não quer ser lobo, não veste a pelle? Belzebulth (O ESTADO, Santa Maria. 19 março. 1904)

A nacionalidade, idade, insinuação de que a mesma “armara um ménage”, somados à ironia, o questionamento ao leitor e o fato de quem assina a nota fazer alusão ao demônio são excelentes oportunidades para verificarmos alguns dos conceitos aplicados nesse artigo. Segundo Collins e Bilge (2020) foco na raça, gênero e idade é também uma forma de estrutura de intersecção, uma vez que, para além de contar a história de um infanticídio há uma preocupação do escritor em evidenciar características da suposta assassina a fim de depreciar sua condição de mulher, alemã e jovem. Collins e Bilge (2020) ao tratar sobre o feminismo negro demonstram como estereótipos relacionados à aparência carregam pesos diferenciados para homens e mulheres onde o corpo feminino negro é sexualizado e controlado. Podemos aqui fazer um exercício paralelo, dadas às devidas diferenças e respeitando os estudos de interseccionalidade no feminismo negro, mas acrescentando que essas diferenças e intensão de controle sobre o corpo podem ser trazidas para o debate quando falamos de colonos³, uma vez que, em um país onde o branqueamento⁴ fez parte de uma política de Estado é presumível ser esperado de uma “alemãzinha” que a mesma não mantenha relações carnis com negros e nem dê à luz a filhos mulatos. Sobre diferentes estereótipos Collins e Bilge afirmam que “ideias remontam às noções de identidade nacional, usando noções de identidade nacional, raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais” (2020, p.45).

Como um sujeito social, o ato performático de Ava deve estar em acordo com sua categoria pertencente, segundo Pesavento durante a Primeira República, havia um comportamento que era esperado do sexo feminino, pois “[...] mantinha-se essa visualização do sexo feminino como esposa e mãe, pelo menos como figura idealizada” (1992, p. 73), para Butler é esperado que o sujeito busque sua própria existência dentro de sua categoria. “As categorias sociais significam ao mesmo tempo, subordinação e existência” (2017, p.29). Podemos perceber que, no momento que uma menina não subordina sua existência a uma categoria pré-estabelecida para si, corre-se o risco de ter sua identidade exposta de forma sarcástica em uma nota jornalística. Quantas meninas de quinze anos estão dispostas a passar por isso? Quantos pais zelosos não dobrariam os cuidados com suas filhas para que as mesmas não ganhassem esse tipo de exposição? Mais que uma nota jornalística e um convite ao leitor para que responda um questionamento, a narrativa corrobora com o que Foucault

³ Para Vogt, colonos são descendentes dos imigrantes que se estabeleceram nas áreas coloniais.

⁴ Segundo Vogt, não se pode desconsiderar da política migratória a dimensão ideológica imbricada no processo que diz respeito ao ideal de branqueamento da população.

chamou de polícia do sexo, “isto é, a necessidade de regular o sexo por meio de discursos uteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (1999, p. 28). Essa exposição do Caso de Ava e a narrativa envolvida na nota escrita por Belzebout nos permite refletir historicamente sobre como o agir do sujeito era exposto quando não encaixado dentro da performática social esperada.

AVA. S NO PROCESSO CRIME

Mais uma vez, a ideia aqui não é entrar a fundo nas nuances do processo, também não é intenção desse artigo versar sobre métodos de pesquisa histórica em processos crimes e nem mesmo atentar para a culpa ou inocência de Ava. Dito isso, faremos um breve relato sobre seu Caso exibindo algumas partes do processo⁵ que entendemos como fundamental na compreensão desse artigo.

No ano de 1904 o delegado da cidade de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul vai até a residência de Ava na localidade de “Picada Velha” onde a família mantinha residência. Segundo consta no inquérito enviado pelo delegado ao promotor, o mesmo teve conhecimento do Caso de uma moça grávida que o filho não havia aparecido e por suspeita de infanticídio, deslocou-se até a residência da família para investigar. Ao inquirir Ava e seus familiares, o delegado chegou à conclusão de que sim, a mesma havia cometido um crime, tendo como motivação a cor mulata da criança. Segundo o delegado “Era necessário que o círculo de suas relações não soubessem que era mãe de um menino mulato, que naturalmente importava um pai preto e um amante negro pra ella”. Sic. No fim do seu inquérito, aberto em dois de março de 1904, o delegado mais uma vez reforça os motivos pelos quais tanto Ava e seus pais foram presos e o porquê de entender por certo a abertura de um processo crime afirmando.

Está evidentemente provado que Ava cometeu o crime de infanticídio na pessoa de seu filho recém-nascido de cor parda que foram com ella conveniente seus paes Henrique e Clara que são por fim cumpleces della. Não alegam aos delinquentes a moral de voltar a sua desonra, mas revelam a sangue frio não querer ser mãe de um mulato, depois de ter sido concubina de dois negros. Sic

A partir do inquérito do delegado é aberta então a denúncia por parte do promotor de justiça.

No uso das atribuições de seu cargo vem o promotor público, diante assignado denunciar Ava, menor residente na “Picada Velha” município de Santa Cruz pelo seguinte fato. Em fins de janeiro do ano próximo, Ava de 15 anos deu á luz a uma criança do sexo masculino de cor parda [...], aproveitando a ausência de suas irmãs que haviam ajudado no parto, E.S estrangulou o próprio filho para ocultar sua desonra. (dois de março de 1904)

⁵ Processo: M- 47 Est: 152 - F 5 de 1902 a 1905.

A denúncia do promotor ratifica o inquérito e também aponta para o fato de que Ava comete o crime de infanticídio para esconder sua desonra, que parece estar ligada a cor do recém-nascido, posta como parda. Para Foucault “De diferentes maneiras, a preocupação com o sangue e a lei tem obcecado por quase dois séculos a gestão da sexualidade”. (1999, p.140). A desonra de Ava não está vinculada somente ao crime que supostamente cometeu, a sua pouca idade ou o fato de não ter um marido, mas também a cor de seu filho, corroborando com o que Foucault (1999) chamou de racismo moderno, estatal e biologizante. Ao ser apresentada como “delinquente moral”, “sangue frio”, “concubina de dois negros”, se constrói em torno de Ava uma narrativa quase monstruosa, não humana. O que Butler (2015) chamou de uma vida digna de ser lamentada, uma vida lamentável não somente pelo crime em si, mas também pelo motivo: seu relacionamento com negros e a cor parda de seu filho.

Apressando-se um pouco mais no processo seguimos para o primeiro dia de audiência, onde Ava e seus pais deixam suas celas e vão à frente do juiz da comarca tentar defender-se das acusações que lhes eram impostas. No dia vinte e oito de abril de 1904 inicia a audiência secreta em Santa Cruz do Sul da seguinte maneira

Interrogatório de Ava: Achando-se Ava livre de qualquer coerção, passou o dito a interrogá-la do modo seguinte. Perguntado, qual seu nome, idade, estado, naturalidade, residência e tempo della no lugar designado? Declarou a ré não compreender e nem falar a língua. Sic

Ou seja, descende de mãe alemã e residente de uma comunidade de colonos, Ava parece não possuir total domínio da língua portuguesa a ponto de não se fazer entender nem de entender as perguntas que lhe eram feitas, circunstância que durante o inquérito do delegado ficou desconhecida. A audiência é suspensa para que o juiz tenha tempo de nomear um tradutor. Mais uma vez, a fim de compreender a trama que envolve esse Caso, daremos mais um salto no processo e iremos diretamente para as considerações da defesa. A defesa de Ava se baseia em dois pontos centrais, o primeiro é que a mesma havia sofrido um aborto, sustentado inclusive pelo testemunho de um médico, e a segunda de que o inquérito do delegado não era válido, uma vez que ela e seus pais eram ignorantes no idioma nacional, e o delegado, brasileiro nato, não falava a mesma língua da ré e sua família.

Não há como sabermos se, de fato, Ava sofrera um aborto ou não compreendia a língua portuguesa ou se esses foram artificios da defesa, para Chalhoub “[...] ler processos criminais, não significa sair em busca do que realmente passou porque essa seria uma expectativa inocente” (2001, p.40), como já informado, nesse artigo não estamos em busca de uma verdade e sim de uma análise contextual.

O que podemos analisar desse julgamento envolve muito mais que interpretações acerca de aborto, nascimento e dialeto. Ava tinha quinze anos, é reconhecida pelo gênero feminino, é descendente de alemães e deveria atuar conforme sua categoria performática, a hipótese de que ela poderia ter sofrido um aborto ou a questão da capacidade de comunicação entre a família e o delegado não havia, até a defesa, sequer sido questionada, mesmo durante a inquirição do juiz nos interrogatórios com interprete. Para além de um crime de infanticídio, o que pareceu importar desde o início desse processo, era o “concubinato com dois negros”, a conduta desonrosa da mulher nessa ação e a cor do falecido, parece ter sido isso o que, efetivamente privou a liberdade de Ava e seus pais. Podemos aqui compreender uma forma de perseguição de virtude que para Butler pode ser um sadismo moral, segundo ela “É essa, precisamente, a alternativa ao sadismo moral, uma violência que justamente se baseia em uma ética da pureza forjada a partir da rejeição da violência” (2015, p. 247). O Caso de Ava não fora conduzido como uma ofensa à vida ou à dignidade humana intrauterina e recém-nascida, posto que, como dito acima para a justiça isso sequer foi uma questão. O que estava em jogo ali era a manutenção de uma ordem moral, era a insujeição do sujeito, a falta de autopoder disciplinar que fez acionar as instituições, Ava tinha um papel social a cumprir. Quando assim não o fez, viu-se na incumbência de se defender não somente do crime que lhe foi imputado, mas das prerrogativas morais que estavam estabelecidas em seu comportamento.

CONCLUSÃO

É importante salientar que, desde o início, esse artigo foi norteado por questões de: gênero, interseccionalidade e poder que envolveram o Caso de Ava. S tanto no jornal “O Estado” quanto em seu processo crime. A partir disso ficou evidente o encaixe desses conceitos no Caso analisado. Demonstramos as reflexões de gênero sendo evidenciadas quando o ato performativo esperado do que se entende por feminino não converge com ações cotidianas e como, para além de uma regulação social isso pode implicar em um processo crime e uma exposição.

Exploramos a interseccionalidade ao apontar como a sobreposição do gênero, nacionalidade e idade foram usadas tanto no processo quanto na nota jornalística, que relacionados ao objeto da análise se mostrou uma forma de reduzir Ava a uma “alemãzinha”, “assassina” e “concubina” de dois negros, de forma irônica e pejorativa tanto no jornal quanto no processo. A relação de poder aparece em todos os pontos de análise, e se torna ainda mais visível se percebermos a proximidade da abertura do processo com a nota lançada pelo jornal, o tempo entre a abertura do inquérito, por parte do delegado, dois de março de 1904 e as publicações do jornal, dezoito de março de 1904. Esse dado aponta para a percepção de que essa autoridade do delegado transpassa o limite da esfera privada, de

seu trabalho e inquérito, e adentra a esfera pública em matérias apresentadas até mesmo fora de sua localidade de ofício. Ou seja, o que Foucault chamou de poder terminal, no Caso a institucionalização, estava alinhado com a narrativa exposta no jornal. Nada disso foi à toa, nenhuma narrativa, exposição ou julgamento nesse Caso teve início e fim em si mesmo, houve desde seu início a tentativa de uma manutenção de conceitos construídos com a intensão de manter um poder regulador sobre o sujeito, manter cenas performáticas apresentando a vilã ao público e demonstrando como seu comportamento vil era inaceitável. A nível de curiosidade, Ava foi considerada inocente e junto com seus pais teve a prisão revogada, mas isso não chegou ao conhecimento dos leitores santa-marienses, pelo menos não pelas páginas do jornal “O Estado”.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução: Sérgio Lamario e Arnaldo Marques da Cunha. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teoria da Sujeição*. Tradução: Rogério Bettone. 1.ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CIOCHETTO, Paula Ribeiro. *O crime que salva a vergonha: moralidade e medicina legal nos processos de infanticídio (Rio Grande Do Sul 1891-1922)*. 2014. 158p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade do saber*. Tradução: Marilu Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda; 1999.
- FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi e Luca, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.119-139.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a História*. Tradução Markus Hediger. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio 2014.

KORNDÖRFER, A.P; BRUM, C.E; ROSSI, D.S; FLECK, D.C. E; QUEVEDO, E.R. *História da Assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos LTDA, 2017.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. *Instrução Pública em Santa Maria da Boca do Monte no Século XIX: História e Memória 1838 a1889*. Santa Maria: Câmara de Vereadores, 2017;

MENDONÇA Domingues Nadir. *Uma questão de interdisciplinaridade: o uso dos conceitos*. Petrópolis: Vozes, 1985;

PESAVENTO, Sandra. *O cotidiano da república*. PESAVENTO JATHAHY, Sandra. O cotidiano da república. Porto Alegre: 2ªed. Universidade/UFRJ, 1992 (Síntese rio-grandense; 3)

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POTTER, Deise. *Um crime inominável: mulheres infanticidas, trabalho e etnia no sul do Brasil (1909-1928)*. 2019. 145p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2019.

VOGT, Olgário. *A colonização Alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. 2006. 431p. Tese (Doutorado em História)- Universidade de Santa Cruz- UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico de Santa Maria: O Estado, Santa Maria, 1903 a 1905. AHSM;

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Processo crime de Ava, 157_ F_ 5, ano de 1904.

A PARTICIPAÇÃO DE INDÍGENAS NA GUARDA NACIONAL: PROVÍNCIA DE ALAGOAS (1850-1857)

THE PARTICIPATION OF INDIGENOUS PEOPLE IN THE NATIONAL GUARD: PROVINCE OF ALAGOAS (1850-1857)

Jaiane da Silva Albuquerque Nunes¹

Resumo: A participação de indígenas na área militar foi muito ampla e diversificada, ocorrendo desde o período colonial. No século XIX tem a criação da Guarda Nacional, com o objetivo de manter a ordem interna, reunindo entre seus guardas pobres livres, membros da elite imperial, além de negros e indígenas. Assim sendo, o presente artigo busca analisar a participação de indígenas na Guarda Nacional na Província de Alagoas, entre os anos de 1850-1857. Para este fim, foi analisada documentação do período que trata sobre a participação desses povos na corporação, tais como ofícios, relatórios e falas produzidas por autoridades. Como resultado, observamos que a participação dos indígenas na Guarda Nacional se deu de forma também diversa, seja através de recrutamento ou por própria iniciativa dos indígenas.

Palavras-chave: Indígenas; Guarda Nacional; Atuação militar.

Abstract: The participation of indigenous people in the military area was very broad and diversified, occurring since the colonial period. In the 19th century, the National Guard was created, with the aim of maintaining internal order, bringing together poor free guards, members of the imperial elite, as well as blacks and indigenous peoples. Therefore, this article seeks to analyze the participation of indigenous people in the National Guard in the Province of Alagoas, between the years 1850-1857. For this purpose, documentation from the period dealing with the participation of these peoples in the corporation was analyzed, such as letters, reports and speeches produced by authorities. As a result, we observed that the participation of indigenous people in the National Guard also took place in different ways, whether through recruitment or on the initiative of the indigenous people.

Keywords: Indigenous; National Guard; Military action.

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe-UFS. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. E-mail: jaianealbuquerque@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas tiveram extensa participação no processo da colonização brasileira e da construção do Estado Nacional, participando de diversas formas e em diversos contextos. A militarização sempre foi um assunto de grande importância ao longo dos séculos e os indígenas eram vistos como peças fundamentais nas disputas dos colonizadores, buscando-se alianças com eles ou tentando eliminá-los. A política indigenista, por meio da legislação, desempenhou grande papel em relação a isso.

No processo de colonização, ela irá contribuir para essa tentativa de eliminação da população indígena, seja através do seu extermínio, com as chamadas guerras justas, ou com a tentativa de apagamento cultural, impondo costumes e hábitos diferentes dos desses povos. Além disso, a política adotada em parte dos períodos colonial e imperial buscava inseri-los na sociedade envolvente, utilizando principalmente da tentativa de apagamento cultural, pois, quando grupos sociais considerados como “pequenos” se tornavam um empecilho para os considerados “grandes”, o aparato legal e de poder poderia estar ao lado desses últimos (Thompson, 1987, p. 243). Contudo, mesmo sendo um instrumento criado e usado pela classe dominante, a legislação também acarretava princípios de igualdade e universalidade, que era aplicado para todos os indivíduos. “De um lado, é verdade que a lei realmente mediava relações de classe existentes, para proveito dos dominantes; [...] Por outro lado, a lei mediava essas relações de classe através de formas legais, que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes” (Thompson 1987, p. 356).

Dessa maneira, ao mesmo tempo que a lei era criada pela classe dominante como benefício de sua dominação e um instrumento de poder, ela também estabelecia restrições para essa mesma classe. Mesmo podendo ser utilizada como um reforço das relações de classe e legitimar suas ações (como no caso dos povos indígenas, a legislação que estabeleceu as guerras justas, por exemplo, legitimava a violência contra esses povos para benefício da Coroa e dos colonizadores), esse aparato legal também poderia impor esse poder e conter seus excessos. Assim, ao passo que ela igualava e universalizava a todos, a lei não era apenas um mero instrumento da classe dominante, mas também poderia ser usada pelos dominados, que poderiam lutar (e lutavam) por seus direitos através de meios legais.

Além disso, as relações de poder entre os indígenas e não indígenas nem sempre eram representadas pelo uso constante da força. “Uma vez ‘estabelecido’ um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema)” (Thompson, 2015, p. 48). Com isso, havia também brechas nesse sistema social que permitia a negociação entre eles, fazendo com que mesmo se encontrando em uma situação de dominação, os povos indígenas também pudessem negociar

melhores condições de vida, usando para isso a legislação indigenista do período, como também a sua influência militar.

Ademais, as negociações e conflitos estão presentes em vários aspectos do cotidiano, nas relações e ações desempenhadas pelos grupos chamados de marginalizados. Entre esses grupos também se encontra a população indígena, a qual teve parte de suas ações contidas, mas que também conseguiu ocupar espaços de relativo poder e desenvolver seus objetivos e motivações ao longo da história. Assim sendo, não podemos entender esses povos como estando simplesmente a disposição do poder político, mas como resistindo e usando estratégias diferentes destes.

Dessa maneira, ao analisar essa história de baixo para cima, “ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado” (Hobsbawm, 1998, p. 219). Um passado que por vezes foi ignorado ou observado a partir de uma outra ótica, que excluía esses grupos dessas discussões ou os via como sem motivações ou interesses próprios. Assim, Hobsbawm propõe que a análise seja ocasionada a partir de uma outra ótica, observando os interesses e as escolhas da gente comum.

Dessa forma, é preciso entender que eles agiam conforme seus interesses e suas motivações. Ocupavam e ocupam espaços que até então eram vistos como não ocupados por eles. O que nos faz lembrar Jacques Revel (2000, p. 33), quando fala que “a definição do poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas”. O poder não está em uma posição estável, sendo representado somente por um grupo em específico, mas está em constante movimento, estando presente em diferentes situações e atores sociais, a depender das circunstâncias e momento.

Um desses espaços é a Guarda Nacional, que também foi composta por indígenas. Uma corporação criada na primeira metade do século XIX, a partir da Lei de 18 de agosto de 1831, com o objetivo de manter a ordem interna, mas vista como distinta de outras corporações militares, como o Exército, por exemplo. Ela estava organizada em todo o Império brasileiro, por municípios, agindo principalmente no âmbito local. A Guarda Nacional se tornou uma das principais forças usadas nas repressões ocorridas às revoltas no Império, atuando também em diligências policiais. E realizando essas atividades também se encontravam os povos indígenas.

Na Província de Alagoas existiam oito aldeamentos indígenas durante o século XIX, aldeamentos esses que haviam sido criados ainda no período colonial, quando Alagoas fazia parte da Capitania de Pernambuco², durante o processo de ocupação desse espaço pelos colonizadores. Esse

² Alagoas fez parte da Capitania de Pernambuco até 1817, quando se tornou independente e passou a ser capitania e, posteriormente, província.

processo de colonização é marcado por ataques aos quilombos, principalmente ao Quilombo dos Palmares, e a indígenas considerados hostis, os quais eram vistos como empecilhos aos planos de ocupação e exploração dessa região. Fazendo parte desses ataques estavam indígenas que atuaram militarmente, sendo utilizados para a proteção e segurança das vilas e povoações que passaram a surgir (Almeida, 2000, p. 213-214).

Esses aldeamentos indígenas estavam localizados em lugares estratégicos a fim de desempenhar essa função de proteção. Grande parte desses aldeamentos se encontrava na área mais ao norte do território alagoano, conhecida atualmente como Zona da Mata, sobretudo na região dos Vales do Mundaú e Paraíba do Meio, além da área próxima a fronteira com a Província de Pernambuco. Esse espaço será caracterizado ao longo do século XIX, especialmente na primeira metade desse século, por diversos conflitos e revoltas, que mobilizará soldados para a sua repressão, se encontrando entre eles os indígenas. Além de atuarem ao lado das forças governamentais na repressão, os indígenas também participaram ao lado das forças rebeldes. Essa participação dependia das circunstâncias e do momento para a escolha de um dos lados do conflito ou ocorria também por conta dos recrutamentos forçados.

Dessa forma, o presente artigo tem o objetivo de analisar a participação de indígenas na Guarda Nacional na província de Alagoas, observando a participação militar desses povos no século XIX, mais especificamente entre os anos de 1850 e 1857. Será analisada documentação do período, que trata da presença indígena na Guarda Nacional, tais como ofícios, falas e relatórios enviados entre as autoridades. É importante lembrar que essa documentação foi elaborada por não indígenas e que ocupavam cargos da administração pública, e tais cargos foram desenvolvidos no processo de colonização, os quais, como já dito, buscava muitas vezes a eliminação desses povos.

1. RECRUTAMENTO E UTILIZAÇÃO MILITAR INDÍGENA

A utilização indígena para fins militares ocorreu desde o período colonial e se estendeu também para o Império. No século XIX, a participação indígena acontecia de duas maneiras: voluntariamente ou por meio dos recrutamentos. Na primeira situação, os indígenas agiam conforme seus interesses, posicionando-se de acordo com as circunstâncias, o contexto e as alianças realizadas no momento do conflito, podendo mudarem de lado a depender do que se tornasse mais vantajoso. Na segunda situação, eles eram forçados a participarem do confronto e a lutarem ao lado das tropas governamentais, atuando nas forças policiais e corporações municipais, provinciais ou nacionais e no Exército.

Essa atuação dos povos indígenas no cenário militar aconteceu de forma muito ampla e em diferentes momentos e contextos, seja agindo ao lado das forças rebeldes, seja ao lado da repressão

ou, ainda, mudando de posição no decorrer do conflito. O apoio indígena sempre foi de grande importância, atuando em repressões a quilombos, indígenas inimigos e em outras circunstâncias; assim como para a decisão do conflito, chegando em alguns casos a ser crucial para garantir a vitória. No século XVI, por exemplo, “Foram eles os principais responsáveis pelo malogro da maioria das capitanias” (Almeida, 2010, p. 45). E além desse período, a participação indígena continuou a ter grande importância em diversos embates ao longo do século XIX, como na Confederação do Equador, na Guerra dos Cabanos e na Praieira (Dantas, 2015), entre outros. Vale destacar que os indígenas “tinham interpretações próprias daqueles acontecimentos e agiam de acordo com elas” (Carvalho, 2002, p. 67).

Segundo Mariana de Albuquerque Dantas, ao analisar a participação política de indígenas nas revoltas em Pernambuco e Alagoas entre 1817-1848, essa se deu tanto de forma forçada, por meio dos recrutamentos, como também de maneira voluntária. Essa participação voluntária era ocasionada pelos interesses dos próprios indígenas, como para a proteção das terras dos aldeamentos, melhores condições de vida ou ainda em decorrência das alianças realizadas com autoridades locais ou outros agentes sociais. Dessa forma, “a participação indígena nas revoltas do início do Oitocentos possuía significados políticos, estava inserida nas contendas locais entre índios e não índios, foi motivada pelos conflitos em torno do território das aldeias e ocorreu através de ações coletivas” (Dantas, 2015, p. 278).

Além disso, a participação militar desses grupos também gerava disputas em torno do seu apoio. Como auxílio importante, tanto autoridades governamentais como rebeldes procuravam estabelecer alianças com os indígenas aldeados e tentavam convencê-los a lutarem do seu lado, porém, possuindo poder e sendo amparado pela legislação, o governo poderia ter mais vantagens e utilizar o recrutamento forçado para garantir força em suas tropas e evitar apoio aos rebeldes. Um exemplo desse caso aconteceu com os indígenas do aldeamento de Jacuípe, em 1832, durante a Cabanada, em que o presidente da Província de Alagoas ordenou o recrutamento desses indígenas, quando suspeitou que eles iriam apoiar e se encontrar com os rebeldes (Dantas, 2015, p. 183). O objetivo era esvaziar a aldeia e reduzir a quantidade de homens aptos para o serviço militar e que pudessem servir como soldados aos rebeldes.

Dessa maneira, o recrutamento também poderia ser utilizado como uma forma de controle social. Durante os oitocentos, os serviços militares também eram vistos como uma forma civilizacional, punitiva e disciplinar para os que cometessem delitos ou possuíssem divergências políticas, além de ser usado para a manutenção da ordem, sendo o principal alvo os homens considerados como vadios, perigosos ou desordeiros. No entanto, muitas vezes as populações

indígenas eram vistas como tais e necessitando de civilização³, sendo submetidas ao recrutamento, além de possuírem experiência militar, em decorrência de já terem atuado em outros momentos.

Entretanto, as disputas aconteciam tanto em torno do apoio militar indígena como também entre as autoridades responsáveis em realizar o recrutamento nas províncias. Após a extinção oficial do Diretório Pombalino em 1798, a tutela indígena passa para o juiz de órfãos e o seu recrutamento se tornou responsabilidade das autoridades policiais, a depender do corpo militar de que faziam parte. Após 1831, com a extinção das Ordenanças, o recrutamento passa a ser responsabilidade do juiz de paz, o qual tinha grande influência no âmbito local e era também responsável pelo alistamento para a Guarda Nacional. Contudo, mesmo após a extinção do Diretório, a estrutura de diretor continuou a existir na Província de Alagoas. Segundo Dantas (2015, p. 29),

até a promulgação do Regulamento das Missões de 1845, a função de diretor se manteve de maneira não oficial nas Províncias de Pernambuco e Alagoas, sendo suas tarefas divididas com ouvidores de comarcas, juizes de paz, juizes de órfãos e Assembleias Legislativas provinciais

Todavia, Silva Júnior (2015, p. 103) observa que “em algum momento os Juizes de Paz assumiram a administração dos aldeamentos, mesmo que os indígenas continuassem a se reportar ao antigo Diretor”. O autor ressalta que, ainda em 1830, José Rodrigues Leite Pitanga já assinava e era reconhecido pelos indígenas como diretor geral dos índios (cargo que iria ocupar em 1845, com a criação do Regulamento das Missões) (Silva Júnior, 2015, p. 101-104). Essa situação tornava comum disputas entre autoridades em torno da questão indígena, já que as condições jurídicas do período que norteavam sobre a tutela e o recrutamento desses povos conflitavam entre si, fazendo com que mais de uma autoridade ficasse responsável por uma mesma função.

Todavia, esse embaraço e as disputas voltadas para o recrutamento dos indígenas aldeados não estavam presentes somente nesse período pós-extinção do Diretório Pombalino. Mesmo com a efetivação dos cargos de diretor geral dos índios e diretor dos índios em 1845, com o estabelecimento do chamado Regulamento das Missões, que restituía a tutela indígena para a figura do diretor⁴, incluindo o seu recrutamento e alistamento militar, as disputas entre autoridades continuaram a existir, mas agora entre os diretores e autoridades policiais. Em 1855 o diretor geral dos índios da

³ Conferir as Falas realizadas na Assembleia Legislativa da Província de Alagoas pelos Presidentes da mesma província, entre os anos de 1836-1852, disponíveis em ALMEIDA, Luiz Sávio de. Os índios nas falas e relatórios provinciais das Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1999. Ver as Falas apresentadas nas páginas 25, 29, 32, 35 e 37. É comum nessas Falas o discurso de que a população indígena necessitava de civilização ou que são insubordinados, de má conduta ou ainda preguiçosos. Próximo ao período de extinção dos aldeamentos na província (que ocorreu em 1872), os argumentos apresentados são de que não existiam mais indígenas nesses lugares ou que já se encontravam misturados aos não índios.

⁴ O Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, também conhecido como Regulamento das Missões, diferentemente do Diretório Pombalino, dividia a responsabilidade da tutela indígena entre o Diretor Geral, responsável por todas as aldeias da província, e o Diretor Parcial, responsável por uma aldeia específica.

Província de Alagoas enviou um ofício ao presidente da Província, fazendo reclamações sobre o recrutamento de indígenas aldeados por outras autoridades:

[...] Recrutar os Índios em suas Aldeias, deve dar a preferência desse serviço a mim, e aos Diretores e não a uma Autoridade toda diferente aos Índios, devem os Snr.^{es} Delegados, e Subdelegados darem o número de recrutas *que* o Governo incumbe da gente *que* existe nos seus distritos *que* não são Índios, [...] o *mais* Ex.^{mo} Sr. é falta de respeito, e conflito de Jurisdição, ou então falta de confiança do Governo *para* comigo, e os Diretores, hipótese *que* eu não admito, e nem Deus há de permitir *que* durante a *minha* Autoridade os meus Superiores me faltem com sua confiança, e boa fé, *portanto* vou pedir a V. Ex.^a a renovação d'essas ordens *para* o Sr. D.^{or} Chefe Chefe [*sic*] de Polícia transmitir aos Snr.^{es} Delegados, e subdelegados a fim de o não recrutarem nas Aldeias os Índios, e *que* só a mim me deve pertencer essa atribuição (Ofício enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Coelho de Sá e Albuquerque, 1855).

Dessa maneira, os indígenas aldeados eram passíveis de recrutamentos e alistamentos realizados tanto pelos diretores nas aldeias, como também por outras autoridades que necessitavam preencher o número de suas forças. Entretanto, muitos desses indígenas se utilizaram dessa situação e passaram a exigir e fazer concessões com não indígenas e autoridades locais que buscavam o seu apoio, buscando defender seus interesses e objetivos, fazendo alianças ou negociando para tal fim.

2. INDÍGENAS NA GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA DE ALAGOAS

A Guarda Nacional foi criada pela Lei de 18 de agosto de 1831 no contexto da Abdicação de D. Pedro I, em meio as agitações em todas as províncias do Império e insubordinações dos corpos do Exército. Ela surge como elemento de manutenção da integridade nacional, tendo como principal objetivo a manutenção da ordem interna, enquanto o Exército ficaria encarregado da segurança nas fronteiras, podendo ter auxílio da Guarda Nacional, caso necessário, e vice-versa.

Com a sua criação, foram extintos os corpos auxiliares das Milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais, passando a Guarda Nacional a efetuar esses serviços. Os guardas nacionais estavam subordinados aos juízes de paz, juízes criminais, aos presidentes das províncias e ao ministro da Justiça, sendo o juiz de paz o responsável pelo seu alistamento e organização do Conselho de Qualificação, que analisaria quem seria admitido na corporação e fazia a divisão entre o serviço ativo e da reserva.

Com o Ato Adicional, a Guarda Nacional passa a estar mais ligada aos interesses locais, sendo mais usada como poder de mando dos potentados e da política local. Além disso, de acordo com Castro (1977, p. 14),

A reforma de 1850 nada mais fez do que oficializar aquelas alterações no sentido de maior controle político central, mas, sobretudo, tornou a Guarda Nacional brasileira um instrumento social da camada conservadora na manutenção de seus privilégios, anulando legalmente todas as suas características democráticas e aproximando-a de suas congêneres estrangeiras

Na província de Alagoas a Guarda Nacional realizou vários serviços, como por exemplo, atuando em repressões a diversos conflitos, realizando serviços de guarnição e resolvendo diligências

policiais. No entanto, em alguns momentos os guardas poderiam se tornar insubordinados e desertar das praças, chegando, em algumas rebeliões, a se juntar aos rebeldes, como ocorreu durante a Cabanada: “Enquanto os cabanos recebiam cada vez mais adeptos, os guardas nacionais e ordenanças mostravam-se insubordinados. Desertavam levando os armamentos e muitas vezes iam se juntar aos revoltosos” (Carvalho, 2011, p. 187).

Ao deixar a presidência da província em 1850, José Bento da Cunha e Figueiredo enviou um relatório ao vice-presidente Manoel Sobral Pinto e comunicou como se encontrava a força policial em Alagoas:

Portanto não tem V. Ex. de encontrar outra força senão o pequeno corpo de Policia, um contingente de artilharia (de 80 praças), e outro da Guarda Nacional composto de duas companhias, que fazem o serviço da guarnição e se distraem em algumas diligencias policiaes, a muito custo e com bastante atropello. Alem desta pequena força existe em Jacuípe um destacamento de Guarda Nacionaes de 30 praças ao mando do Alferes Francisco Xavier Baptista, outro em Porto Calvo (de 25 praças) ao mando do Cadete Rozendo Monteiro de Lima, outro em Agoa Branca, composto de 16 praças de Policia e 34 da Guarda Nacional, ao mando do 1º Tenente Severiano Martins da Fonseca, outro na Imperatriz (de 14 praças) ao mando do Tenente de Guarda Nacionaes Silvano Teixeira Guedes, e outro no Penedo (de 13 praças de 1ª linha e 9 da Guarda Nacional) ao mando do Alferes Luiz Antonio Guerreiro Drago (Relatório dirigido pelo Presidente da Província de Alagoas Sr. Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ao Vice-Presidente da Província Dr. Manoel Sobral Pinto, 1850, p. 2-3).

Em relação a composição da Guarda Nacional, até 1850, ela apresentava um caráter mais popular, não possuindo diferenciação racial entre as praças: “Se nas Milícias essa diferenciação ditava a sua divisão em: Milícias de brancos, pardos pretos ou Henriques (em homenagem a Henrique Dias); na Guarda Nacional se percebe por meio da documentação uma forte tendência em omitir a cor” (F. Sá; Rocha, 2013, p. 3-4). Segundo F. Sá e Rocha, na Província da Paraíba a população de cor teve uma participação significativa na Guarda Nacional durante o período de 1831-1833, período em que a corporação ainda estava se organizando, mas o número expressivo dessa população também pode ser explicado pelas despesas que os guardas deveriam arcar, como o uniforme e a manutenção do armamento, além de no geral não receberem remuneração pelos serviços prestados, fazendo com que existissem muitas estratégias para fugir do alistamento (F. Sá; Rocha, 2013, p. 7).

Além da população negra, foram admitidos na Guarda Nacional trabalhadores pobres livres, que se alistavam ou eram recrutados para o serviço da corporação, além de indígenas aldeados. Como já falado, a utilização dos povos indígenas para fins militares ocorreu de forma muito ampla e em diversos momentos ao longo da colonização brasileira. Ao analisar a documentação do período, percebe-se que a utilização de indígenas na Guarda Nacional também poderia acontecer como as duas maneiras demonstradas no tópico anterior: de forma forçada, por meio do recrutamento, e de forma voluntária, quando os próprios indígenas se alistavam por vontade própria.

Em 1855, em um ofício do diretor geral dos índios ao presidente da província de Alagoas Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, o mesmo Diretor comunica que “O Coronel Comandante do

Batalhão da Vila de Atalaia sendo o mesmo que tem sobre si a guarda dos Índi[os] por ser o Diretor Parcial deles, acaba agora de qualificar alguns Índios na Gua[r]da Nacional, e entre eles a um Tenente por ele mesmo nomeado” (Ofício enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, 1855).

Era comum o cargo de diretor ser ocupado por um militar. O próprio diretor geral dos índios José Rodrigues Leite Pitanga⁵ era Capitão da Guarda Nacional em Anadia, além de ter outras experiências militares. O caso demonstrado acima também mostra que o diretor parcial responsável pela aldeia de Atalaia era um oficial da Guarda Nacional, com a patente de Coronel Comandante. Ao que parece, a aproximação de alguns Comandantes de Batalhões da Guarda Nacional com os indígenas aldeados, sendo alguns os próprios diretores desses, poderia facilitar o ingresso nessa corporação, seja de forma forçada (com o recrutamento) ou por vontade própria dos indígenas.

Como mostra o ofício, um desses indígenas foi nomeado Tenente pelo mesmo diretor, sugerindo que a sua inserção não teria sido de maneira forçada, já que teve a nomeação de uma patente maior. Até o Ato Adicional, os postos de oficiais da Guarda Nacional eram ocupados por eleição, mas após isso passa a ser por nomeação e, conseqüentemente, eram nomeados para tais cargos sujeitos com certa influência ou como forma de gratificação pelo serviço realizado. De qualquer modo, não me parece que uma pessoa recrutada a força e que não queria permanecer nessa corporação receberia a nomeação de uma patente como essa.

Em 1857, o mesmo diretor geral dos índios, José Rodrigues Leite Pitanga escreve um ofício para o presidente da província Ângelo Thomas do Amaral, fazendo queixas de comandantes dos corpos da Guarda Nacional, que estavam qualificando indígenas como guardas, usando “maneiras pouco delicadas, e mesmo arbitrárias [...] a chamarem os índios para o serviço da mesma Guarda e muito principalmente na Aldeia de Atalaia, e Santo Amaro” (Ofício enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Ângelo Thomas do Amaral, 1857). Pitanga também pedia que o índio Rafael da Silva fosse posto em liberdade, visto que havia sido preso pelo capitão da Guarda Nacional e enviado como recruta para a capital. O mesmo caso havia sido comunicado ao diretor geral pelo capitão da aldeia de Sapucaia João Antônio Lima no dia anterior⁶, aldeia em que Rafael habitava.

A descrição realizada por Pitanga sobre a maneira que os comandantes da Guarda Nacional usavam para alistar os indígenas na corporação nos permite pensar que nem sempre esses alistamentos

⁵ Na Província de Alagoas apenas José Rodrigues Leite Pitanga ocupou o cargo de diretor geral dos índios no período que este ficou ativo.

⁶ OFÍCIO enviado pelo Capitão João Antônio Lima ao Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga. Aldeia de Sapucaia 14 de dezembro de 1857. Arquivo Público de Alagoas-APA. Diretoria Geral dos Índios. M.37. E11- 1844-1863.

foram pacíficos e dentro da legalidade. O mesmo diretor usa a expressão “maneiras pouco delicadas” para se referir as ações dos comandantes, sugerindo que nesse alistamento também poderia ser usada a força, talvez por resistência dos indígenas (o que nos permite pensar que estavam sendo recrutados, e não se alistando por vontade própria) ou talvez por abuso de autoridade praticada pelos comandantes, o que não pudemos saber ao certo; e qualifica as atitudes desses agentes como “arbitrárias”, sugerindo que poderia ocorrer fora do âmbito legal.

O recrutamento indígena para a Guarda Nacional também ocorreu em outras províncias do Império brasileiro, como no Pará. Nunes (2005), ao analisar a Guarda Nacional na província paraense no período de 1831-1840, observa que muitos guardas desertaram e adentraram no Movimento Cabano e na falta de “homens aptos” utilizavam os considerados “desqualificados”. Para o autor, “Em virtude desta rarefação de pessoas aptas ao serviço ordinário, uma saída encontrada para se amenizar o quadro de insuficiência de homens para compor as forças legais, foi a introdução de parte da população indígena na própria Guarda Nacional” (Nunes, 2005, p. 121). Segundo Nunes, a participação indígena é vista como dividida em dois momentos: no primeiro há um apoio às tropas do governo, mas em um segundo momento eles interagem com o Movimento Cabano. A Guarda Nacional é também considerada como um elemento civilizador desses indígenas e não raro o serviço militar é visto tendo essa função para essas populações, vistas em muitos casos como “desqualificadas”, perigosas e desordeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de indígenas com caráter militar ocorreu de forma muito ampla e diversificada ao longo da História do Brasil. Seja de maneira forçada, a partir dos recrutamentos, ou atuando conforme seus interesses e motivações, os povos indígenas foram de grande importância para muitos momentos de disputas e de efetivação do Estado Nacional brasileiro. Atuaram em diversas corporações, como o Exército, Marinha, Milícias e Ordenanças, Guardas Municipais, Guardas Nacionais, entre outras.

Ao longo do período Imperial várias rebeliões e desordens ganharam força e necessitaram serem contidas. Principalmente na primeira metade do século XIX ocorreram diversas revoltas e conflitos em todo o território nacional e especialmente no atual Nordeste brasileiro, local que se localiza a antiga Província de Alagoas (atualmente Estado de Alagoas), foco do trabalho apresentado. A atuação indígena não era homogênea e acontecia de diversas maneiras, se envolvendo tanto do lado das tropas rebeldes ou contribuindo na repressão a esses.

Assim, a colaboração dos indígenas era também disputada pelos dois lados envolvidos no conflito, podendo escolher o que se apresentasse como o mais vantajoso no momento. Dessa maneira,

a atuação desses povos não era fixa ou imutável, mas obedecia, principalmente, aos interesses e motivações dos próprios indígenas em jogo naquele contexto, podendo ser alterada entre uma rebelião e outra ou ainda durante o mesmo conflito, a depender das circunstâncias. O apoio indígena poderia ser de fundamental importância para a vitória, podendo chamar a atenção do governo para impedir que aderissem ao movimento rebelde, além desse poder usar o recrutamento para esse fim (como aconteceu com o aldeamento de Jacuípe em 1832, durante a Cabanada).

Além da disputa existente pelo apoio militar indígena em um conflito, também havia disputas entre as autoridades responsáveis pelo recrutamento e alistamento. A disputa entre autoridades em torno dos povos indígenas não é algo novo, mas que ocorreu desde o período colonial. No entanto, após a extinção oficial do Diretório Pombalino em 1798, quando em algumas regiões ele continua a vigorar de forma extraoficial (como em Alagoas), passa a ter conflitos sobre quem estaria responsável pela questão indígena, em que a tutela não estaria mais a cargo apenas dos diretores, mas também de outras autoridades, como os juizes de paz e os juizes de órfãos. Além da questão da tutela, essas disputas também se fazem presentes em relação ao recrutamento, envolvendo nesse caso os diretores e as autoridades policiais.

Entretanto, em meio a conflitos e disputas em seu entorno, os povos indígenas não eram inertes a esse contexto. Além de serem recrutados (obrigados a participarem dos conflitos) também se envolviam de forma voluntária e isso significava que poderiam usar a sua notória importância e as disputas externas entre as autoridades para benefício de interesses próprios. O envolvimento de maneira voluntária poderia ser ocasionado por razões diversas, como a defesa dos territórios dos aldeamentos ou algum outro interesse que beneficiasse o grupo.

Em relação a Guarda Nacional, ela tinha a função de reprimir os conflitos e as desordens internas no Império. Estava organizada por municípios, podendo também sofrer influência da política local. Muitos foram os casos de homens considerados aptos para o serviço na corporação que tentaram escapar do alistamento ou mesmo do serviço ativo, sendo utilizado para tal atividade grupos sociais vistos como “desqualificados” ou mesmo incivilizados, sendo o serviço militar visto muitas vezes como um elemento que poderia qualificar e civilizar esses grupos.

Todavia, em muitos momentos os povos indígenas foram considerados como desordeiros, selvagens, salteadores e, portanto, necessitando de civilização. Enquanto isso, o serviço militar foi também muitas vezes utilizado nessas ocasiões, como forma de castigo ou de maneira civilizacional. Entretanto, ao mesmo tempo, muitas foram as vezes que esses povos foram vistos como possuindo grande força militar e podendo exercer um apoio diferencial para o conflito em questão. Dessa forma, a participação indígena na Guarda Nacional e em outras corporações militares nos ajuda a entender a participação desses povos ao longo da nossa própria história.

REFERÊNCIAS E FONTES

- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Federalismo e região: dois breves estudos*. Maceió: EDUFAL, 1997.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Os índios nas falas e relatórios provinciais das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1999.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. Preconceito e terras: a fala oficial sobre as Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; LOPES ELIAS, Juliana (Orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas II*. Maceió: EDUFAL, 2000, p. 204-219.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei de 18 de agosto de 1831*. Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipais e ordenanças. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html . Acesso em: 20 ago. 2021.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os índios e o ciclo das insurreições liberais em Pernambuco (1817-1848): Ideologias e resistência. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos (Orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas III*. Maceió: EDUFAL, 2002, p. 67-96.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 168-200.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. v. 359. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.
- FALLAS dirigidas à Assembleia Legislativa da Província de Alagoas na abertura da Sessão Extraordinária em 20 de Fevereiro de 1854 e da Ordinária em 8 de Março do dito ano pelo Excelentíssimo Presidente da mesma Província o Dr. José Antônio Saraiva. Recife, Typographia de Santos e Companhia, 1854. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Os índios nas falas e relatórios provinciais das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1999.

F. SÁ, Jessyka Alves de; ROCHA, Solange Pereira da. A população negra na Guarda Nacional da Paraíba (1831-1840). *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*. ANPUH. Natal: 22 a 26 de julho de 2013.

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos*, v. 3, n. 3, p. 113-151, 1999.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). *Diálogos Latinoamericanos*, n. 11, p. 94-120, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a Guarda Nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, v. 11, n. 21, p. 127-142, jul.-dez. 2010.

NUNES, Herlon Ricardo Seixas. *A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831-1840)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. São Paulo, 2005.

NUNES, Jaiane da Silva Albuquerque. Recrutamento militar indígena na Província de Alagoas. In: SOUZA, Angela Maria Santos de; et al. (Org.). JESUS, Sérgio Nunes de (coord.). *Almanaque de formação continuada do professor*. v. 2. Curitiba: CRV, p. 291-302, 2021.

OFÍCIO enviado pelo Capitão João Antônio Lima ao Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga. Aldeia de Sapucaia 14 de dezembro de 1857. *Arquivo Público de Alagoas-APA*. Diretoria Geral dos Índios. M.37. E11- 1844-1863.

OFÍCIO enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Engenho Riachão, 5 de março de 1855. *Arquivo Público de Alagoas-APA*. Diretoria Geral dos Índios. M.37. E11- 1844-1863⁷.

OFÍCIO enviado pelo Diretor Geral dos Índios José Rodrigues Leite Pitanga ao Presidente da Província de Alagoas Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Engenho Riachão, 22 de novembro de 1855. *Arquivo Público de Alagoas-APA*. Diretoria Geral dos Índios. M.37. E11- 1844-1863⁸.

RELATÓRIO que por ocasião de deixar a Presidência da Província dirigiu o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Palácio do Governo em Maceió, 5 de junho de 1850. *O Correio Maceioense*, n. 23, série I, 11 de julho de 1850. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702064&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=0>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

⁷ O documento foi digitalizado e transcrito por Aldemir Barros da Silva Júnior e Moisés Sebastião da Silva.

⁸ O documento foi digitalizado e transcrito por Aldemir Barros da Silva Júnior e Moisés Sebastião da Silva.

REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A Herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 7-37, 2000.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *A Província dos trabalhadores tutelados: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na Província de Alagoas (1845-1872)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 25-85.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL: DA PRÁTICA HISTOGRÁFICA E SUAS POSSIBILIDADES TEÓRICAS

REGIONAL HISTORY STUDIES: OF HISTOGRAPHIC PRACTICE AND ITS THEORETICAL
POSSIBILITIES

Vítor Mateus Viebrantz¹

Resumo: Os estudos de História regional ganharam espaço na historiografia (RECKZIEGEL, 1999; CUNHA, 2000). Com a ampliação da compreensão acerca do conceito região esses estudos trazem em sua proposta perceber os processos históricos a partir de outros campos de observação. Buscando construir uma região para a análise, a prática da História regional prevê o estabelecimento de critérios, os quais darão suporte teórico e metodológico para a compreensão dos processos de continuidades e descontinuidades que serão analisados. O artigo aborda elementos que contribuam para a compreensão da História regional através de uma abordagem qualitativa, estabelecendo uma discussão sobre suas definições, práticas e possibilidades. Busca problematizar a centralidade dos critérios e sua importância no recorte que será fundado para constituir a região, partindo dos estudos de Ana Reckziegel (1999), José Barros (2007) e Maria Carbonari (2009).

Palavras-chave: História regional; Historiografia; Região.

Abstract: The studies of Regional History gained space in the historiography (RECKZIEGEL, 1999), with the expansion of the understanding about the concept region, these studies bring in its proposal to perceive the historical processes from other fields of observation. Seeking to build a region for the analysis, the practice of regional history provides for the establishment of criteria, which will give theoretical and methodological support for the understanding of the processes of continuities and discontinuities that will be analyzed. The article discusses elements that contribute to the understanding of regional history through a qualitative approach, establishing a discussion about its definitions, practices and possibilities. It seeks to problematize the centrality of the criteria and their importance in the cut that will be founded to constitute the region, starting from the studies of Ana Reckziegel (1999), José Barros (2007) and Maria Carbonari (2009).

Keywords: Regional History; Historiography; Region.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Bolsista CAPES. E-mail: 171405@upf.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A expansão dos estudos sobre a História regional está incorrida nas discussões sobre as modalidades teóricas de análises historiográficas. Diante das demandas por explicações que fugissem das grandes sínteses, estruturais e fundamentadas pelo macro abordagens, as abordagens que propõem análises específicas e/ou particulares cresceram dentro da historiografia (REVEL, 2010). Desta forma, a História regional como prática historiográfica passou a se multiplicar, assim como os debates sobre suas concepções conceituais e possibilidades teóricas (RECKZIEGEL, 1999; CUNHA, 2000).

Nesse sentido, o artigo discute qualitativamente elementos acerca do conceito de História regional e sua prática, sistematizando suas possibilidades e discorrendo sobre a trajetória desta prática nas abordagens do nacional ao regional. Também problematiza a centralidade do estabelecimento de critérios e suas importâncias na delimitação de uma região histórica que será analisada.

A HISTÓRIA REGIONAL: CONCEPÇÕES E POSSIBILIDADES

A História regional como sua denominação sugere trata de uma modalidade historiográfica que ambiciona analisar, abordar e compreender as articulações de âmbito regional em recortes históricos e espaciais específicos. Conforme a historiadora Ana Reckziegel, que aponta que a multiplicação das abordagens referentes à História regional tem aberto caminho para o debate das concepções em relação ao que ela é, o que gera certa indefinição nas propostas principalmente em relação a confusão de conceber a História regional como “sinônimo de *menor* em relação às análises mais globais” (RECKZIEGEL, 1999, p. 15, grifo da autora).

Essa confusão é em certa medida de ordem discriminatória: por mal compreensão da proposta, entende-se que ao analisar um recorte regional está se inferiorizando o fôlego da interpretação e, desta forma, simplificando processos, mudanças e permanências a algo menor. Tratando desta questão, Jacques Revel, em um artigo sobre variações de escalas na historiografia indica a existência implícita e equivocada de uma “hierarquia de importância das realidades estudadas” (REVEL, 2010, p. 443), onde “os desafios maiores, os grandes processos, as evoluções profundas [...]” (REVEL, 2010, p. 443) seriam competência das abordagens globais e para as análises de outras escalas “os horizontes estreitos da ‘pequena História’[...]” (REVEL, 2010, p. 443). Essas percepções relacionadas as escalas indicadas pelo historiador francês indicam as variações de escalas e suas modalidades, discussões teóricas crescentes na historiografia principalmente a partir da década de 1980, principalmente frente ao esgotamento dos paradigmas totalizantes dos *Annales* e explicações estruturalistas (PETERSEN; LOVATO, 2013).

Nesse sentido, frente as discussões das diferentes escalas, a História regional “foi tomada como sinônimo de *menor*, caracterizada pela mera narração e descrição dos fatos, sem nenhuma

preocupação de ordem teórica e metodológica” (RECKZIEGEL, 1999, p. 15, grifo da autora). Ou seja, alguns teóricos acusam a História regional de um recorte espacial limitado e que a análise subtrai tal recorte das articulações com os demais espaços e, portanto, dos demais processos históricos, tornando-a uma análise “pequena”, sem conectar-se com grandes processos. Essa concepção equivocada vai de encontro com a hierarquização supra indicada por Revel em que a História regional seria/teria “horizonte teórico estreito” (2010).

Assim, no sentido de superar tal hierarquização em relação a História regional e suas implicações teóricas é imperativo trazer para o centro de elas o próprio conceito de região, que é nuclear nas propostas e nos encaminhamentos teóricos que serão adotados nas diferentes formas de abordar e compreender a região como um espaço em construção.

Falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas. A categoria região talvez seja uma das mais utilizadas na totalidade dos saberes, empregada por várias ciências e utilizada constantemente na mídia e pelo senso comum. Entretanto, é necessário entender seu significado atual (PAVIANI, 1992, p. 372).

Como o autor indica, a importância de conhecer os diversos encaminhamentos dados em relação ao conceito de região são fundamentais, pois em um estudo de História regional é essa opção teórica que dará um horizonte de compreensão sob o qual a análise da pesquisa debruçar-se-á.

Tratando da questão empírica, Cunha (2000) levanta que região está na “ordem do dia” das Ciências Humanas em conexão com globalização, relacionando assim esse processo à expansão da importância dos estudos regionais:

A globalização torna mais complexos os processos de regionalização e algumas alternativas e possibilidades do conceito de região passam pela consideração da região – enquanto fração do espaço geográfico catalizadora de determinadas relações e convenções - como um ator social fundamental na transformação de comunidades regionais e locais (CUNHA, 2000, p. 53).

Desta forma, com o avanço do processo de globalização seus sintomas demandam questões atinentes ao regional e suas conexões e/ou desconexões. Essa questão espacial, também é discutida por Cardoso (1998), que discorre sobre as propostas de abordar o espaço e implicações que tais discussões trazem a historiografia. Para ele, o tratamento das questões da “ideia de economia global” (CARDOSO, 1998, p. 7), também traz ao historiador e a historiadora trabalhar com novas perspectivas que tratem dessas relações do regional e seus desdobramentos dentro do processo de globalização. Ao final de sua análise, ele indica que:

Estamos muito longe da visão simplificadora de uma dialética globalização/“tribalização” (ou pulverização) do espaço e dos fluxos econômicos e tecnológicos, vista ideologicamente ao mesmo tempo como a “vitória do indivíduo” ou “a vitória do consumidor” - num retorno aos velhos mitos burgueses do indivíduo totalmente livre, transparente a si mesmo e informado. No conjunto, descartadas

as propostas pós-modernas mais delirantes, equivalentes a mais uma “desconstrução” - desta vez do espaço ou do território -, notamos existir ainda a plena vigência do paradigma dos espaços regionais complexos segundo recortes que obedeçam a lógicas e dimensões variáveis (CARDOSO, 1998, p. 22).

O processo de globalização traz em seu corolário as impressões das fragmentações das relações ao passo que estabelece necessidades de se conectar com as diferentes esferas do espaço-tempo que os indivíduos e as sociedades se relacionam. Como indica Cardoso (1998), mesmo diante dessa implicação as discussões sobre região permanecerão sob a experiência do científico como campo de observação e compreensão.

Desta forma, situar o conceito de região é fundamental para a abrangência das discussões.

Uma primeira constatação em relação ao conceito de região é sua ligação com a Geografia:

A geografia passou ser o campo privilegiado das discussões ao atribuir à região o *status* de um conceito-chave, produzindo a reflexão sistemática sobre o tema. Para os geógrafos, fundamentalmente, o conceito de *região* relaciona noção de espaço, à qual se agregam outros componentes” (RECKZIEGEL, 1999, p. 16, grifo da autora).

Nesse sentido, região torna-se uma categoria espacial, no sentido da ideia de região natural (RECKZIEGEL, 1999, p. 17), que sobrepõe os caracteres naturais como fundamentais para o estabelecimento de um recorte regional.

A noção de "região natural" cedo constituiu-se em outra das mais primordiais noções geográficas, e baseia-se francamente no papel desempenhado por certos elementos físicos na organização do espaço. Pode se considerar, neste caso, uma bacia hidrográfica, um conjunto afetado por um tipo de clima, ou uma montanha-e a partir deste ou daquele fato natural que assume uma centralidade na percepção ou análise é estabelecida em seguida uma rede de relações ou desdobramentos que terminam por definir o espaço. Exemplos clássicos de "regiões naturais" são as vastas e impenetráveis florestas que ainda resistem em muitas partes do globo às ações depredatórias do homem, ou a inóspita caatinga da qual a vida humana ocupa apenas os interstícios (BARROS, 2007, p. 100).

Assim, a constituição de uma região a partir da Geografia, vai levar em conta diretamente os aspectos físicos da Terra e os desdobramentos destes na organização do espaço em relação aos outros espaços.

Outra compreensão teórica em relação a definição do conceito de região é a ligada às concepções materialistas. Nelas o conceito de região encontra relação estreita com o desenvolvimento do processo capitalista.

Dessa maneira, aplica-se o binômio centro-periferia para explicar articulações ocorridas no âmbito regional, de forma que a região passa ser concebida como um produto de desigualdade socioespacial intrínseca ao desenvolvimento capitalista (RECKZIEGEL, 1999, p. 18).

Nesse sentido, a compreensão conceitual de região ao materialismo histórico encontrará nessas relações de desigualdade uma centralidade determinante. Para Chiaramonte, conceber região ligada apenas as estruturas relacionais econômicas são limitantes:

Parece-me que a impossibilidade de definir regiões econômicas como realidades historicamente vivas pode ter o efeito saudável de nos fazer perceber que isto não deve ser surpreendente, uma vez que ocorre justamente porque a economia não é uma "totalidade" com vida própria. Se analisarmos cuidadosamente a pretensão de estabelecer regiões econômicas como realidades estáveis, veremos que só poderíamos pressupor a possibilidade definir tais regiões econômicas se partirmos de dois pressupostos, ambos falsos: um, o de uma mecânica concepção da influência do econômico no conjunto da sociedade, segundo a qual os aspectos substanciais da economia, capazes de ser definidos sem intervenção de outros domínios da sociedade, determinam o resto dos fenômenos sociais. Outro, o da inexistência de relações significativas entre a economia e outros domínios da atividade humana, o que permitiria definir regiões econômicas, bem como outras regiões culturais, políticas ou o que quiser, todas sem necessidade de relação entre si (CHIARAMONTE, 2008, p. 5-6, tradução nossa).

A crítica do historiador vai no sentido de que a economia é apenas um dos elementos que compõe a realidade. Entender uma região apenas a partir das relações econômicas que ela estabelece internamente e com os demais âmbitos espaciais é excluir as demais dimensões da realidade social, política e/ou cultural. Assim, conforme indica, Ana Luiz Reckziegel (1999) as interpretações de linha teórica econômica e materialista acerca do conceito de região encontraram esgotamento e limitações.

As discussões no que diz respeito ao conceito de região ampliaram as possibilidades de outras dimensões serem partícipes dos entendimentos teóricos.

Com base nessa exposição, agregam-se outros elementos na definição de espaço e região, tais como o político e o cultural. Sendo o espaço interpretado como produto da ação humana, a região toma a acepção de um espaço vivido (RECKZIEGEL, 1999, p. 18).

A compreensão de região como um “espaço vivido” conforme indicado por Reckziegel (1999) viabilizaram a possibilidade de inserir outros elementos na conformação teórica do construto regional. Passaram integrar as possibilidades os âmbitos administrativos, político, social, cultural, o simbólico, ou seja, uma expansão na complexidade dos elementos que podem compor os fatores teóricos que são adotados para compreender região.

Tendo em vista essa expansão, conforme indica María Carbonari: “o conceito de região não envolve um termo estático e há múltiplas definições para ele” (CARBONARI, 2009, p. 18, tradução nossa). Essas múltiplas definições perpassam as contribuições marxistas para qual a noção de região está conectada aos processos capitalistas (RECKZIEGEL, 1999) e também aquelas que consideram o elemento social dentro do âmbito regional como articulador, bem como as questões políticas e culturais.

Nessa perspectiva expandida há o entendimento da região como espaço de experiência social onde se encadeiam as ações humanas, simbólicas e econômicas, dentro do recorte espacial estudado e suas relações com o âmbito nacional, global. E como indica Ana Reckziegel, considerando a amplitude do conceito de região: “ao aliar espaço e tempo, categorias fundamentais da geografia e da história, abrem-se novas possibilidades de análise” (1999, p. 19). Concebendo assim região como um conceito não estático e dinâmico, a produção historiográfica multiplica as compreensões sobre as relações estabelecidas entre o regional e o global, bem como àquelas específicas do recorte estudado.

Considerando essas possibilidades em torno do conceito de região e partindo de Ana Reckziegel (1999) e María Carbonari (2009) constatamos que a História regional não deve partir do pressuposto de analisar um espaço “menor”, como erroneamente associada à ideia de região, por ele mesmo. Deve sim buscar, estabelecendo critérios específicos, problematizar as relações existentes naquele espaço delimitado, trazendo as suas articulações com os processos globais, bem como as descontinuidades e especificidades.

Nesse sentido, é central o estabelecimento de critérios para definir o espaço regional que será o recorte para o estudo: é fundamental esclarecer e estabelecer a abordagem que será adotada em relação ao conceito de região. “A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas ou outras” (BARROS, 2005, p. 118). Isto é, a classificação deve partir e indicar se ocorrerá através de abordagens teóricas que levem em conta o econômico e/ou social, e/ou considerará através das concepções políticas ou mesmo através do entendimento de “região natural”.

Pierre Bourdieu, parafraseando Paul Bois, relembra que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a História” e que “nada há, nem mesmo as ‘paisagens’ ou nos ‘solos’, caro aos geógrafos, que não seja herança, quer dizer, produtos históricos das determinantes sociais” (BORDIEU, 2002, p. 115). E, ainda como José Barros indica:

A região é em todos os casos uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial. É preciso, portanto que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação (BARROS, 2005, p. 119).

Essa transparência teórica implicará indiciar a compreensão que ocorrerá do que será analisado e forma de relacionar ele com os demais processos históricos, já que o estabelecimento de critérios sustentáveis e coerentes em relação à região histórica que será construída, precisa evidenciar os objetivos e/ou intenções do recorte. Pierre Bourdieu (2002) abordando a questão do uso da identidade regional como interesse e interessada na luta pelas representações indica que:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias "étnicas" ou "regionais", como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso* (BORDIEU, 2002, p. 116, grifo do autor).

Como ele indica a definição de critérios dá-se através da construção, pelas representações optadas, dos interesses presentes seja das propriedades intelectuais ou de aquelas relacionadas com os categoremas práticos ligados ao senso comum. Assim, a região atenderá à um discurso performativo que procura fundamentar sua classificação nas diversas representações, concretas ou simbólicas, para indicar que a categoria regional estipulada é válida e legítima.

Ainda em relação aos critérios regionais, José Chiaramonte, indica que:

A gênese da preocupação com o regional se encontra nesse conceito geralmente não examinado criticamente – que tem duas notas dominantes: a de região como totalidade histórica com personalidade distinta e, ao mesmo tempo, como parte de outra totalidade maior, que seria a nação (CHIARAMONTE, 2008, p. 10, tradução nossa).

Nessa perspectiva o discurso em relação ao estabelecimento de uma região busca, como indicado pelo historiador, validar o interesse (prático ou intelectual) que está em jogo e também se relaciona com o arcabouço da conexão em relação ao total, seja no sentido de senti-lo parte integrante ou como personalidade rompente.

Susana Bandieri (2017) também indica esse elemento em relação a concepção da região recortada, para ela ocorre que os recortes buscam validar uma região ora como exemplo do nacional ora como uma “província”. Ao se referir a ideia de região como província ela indica que na historiografia Argentina, por exemplo, os estudos que buscavam o regional e seguiam esse tipo de discurso tinham uma performance de reafirmar uma identidade regional baseada na existência de uma autonomia, baseada principalmente nos critérios burocráticos da colonização espanhola. Todavia, como ela critica, a História regional não deve ter esse fim, mas deve entender o recorte regional com suas conexões e desconexões.

Maria Carbonari também critica essa intenção de congelar o regional, de transformá-lo em “hipótese do modelo e peça constituinte do todo, engrenagem do total” (CARBONARI, 2009, p. 32, tradução nossa). Para ela, o regional não deve pretender ser nem exemplo do geral e nem uma personalidade dele, mas sim um recorte que demonstre as diversas relações, estabelecidas dentro dos quadros estipulado pelos critérios do historiador e historiadora, percebendo a dialética presente nesse arcabouço: continuidades e discontinuidades, convergências e divergências.

Destarte, compreendemos a História regional através dos desígnios dos critérios classificatórios que trarão as diversas abordagens sobre região, bem como dos objetivos do discurso que se a História regional não é sobre o “tamanho” do espaço, do recorte, mas sim da complexidade da proposta da análise, nos contatos que a região pode passar como articulada e articuladora

TRAJETÓRIA E PRÁTICAS: HISTÓRIA REGIONAL

A História tradicional se consolidou no seio das discussões sobre o nacionalismo. Naquele momento, a História deveria contribuir para a constituição de um discurso oficial sobre a existência de um suposto passado comum a toda gente que compunha a nação. Para tanto, era preciso encontrar elementos unificadores, partindo principalmente dos que indicavam unidade, buscando suprimir as diferenças regionais e locais que constituíam os laços da nação que se estava procurando erigir e consolidar (HEINSFELD, 2013). Nesse sentido, a História tradicional baseava-se nos grandes indivíduos, heróis, fatos e episódios para condução, através desses eventos em comuns, de uma narrativa convergente a todos os indivíduos. Assim, o fio condutor dava-se no Estado, seus representantes centrais e nas relações centro-periferia, de maneira hierárquica e vertical: as regiões eram engrenagens de uma identidade inequívoca e congruente (PETERSEN; LOVATO, 2013).

Alvo de críticas por excluir possibilidades metodológicas, fontes e os indivíduos da História, a História tradicional foi marginalizada, principalmente a partir das propostas trazidas pela escola dos *Annales* e pelos paradigmas estruturais como o marxismo. Essas novas propostas traziam das ciências sociais a necessidade do estabelecimento de leis, baseadas nas apreensões sobre a totalidade. Ou seja, para significação de uma narrativa histórica era necessário compreender a dinâmica global, do todo, investigando como as instituições, o Estado e os fatores econômicos se ordenavam dentro da homogeneidade das relações (HEINSFELD, 2013; PETERSEN; LOVATO, 2013).

Com o incremento de novas modalidades, abordagens historiográficas e possibilidades metodológicas a discussão acerca da História regional ganhou espaço, principalmente a partir da década de 1980, com a crise geral dos paradigmas totalizantes. Esse esgotamento trata-se da relação supracitada conexas com a globalização e as demandas trazidas acerca das discussões sobre espaço: do específico, dos recortes micro, das espacialidades diferentes e das divergências nas relações entre os espaços e as instituições, Estado e o total (REVEL, 2010).

Começa-se pela tendência de mapear o particular, o específico, o marginal ou o desviante da história, aspecto que foi muito marcado de forma complementar pelos estudos regionais. As limitações da análise por região e a sua especificidade justificam-se pelos seguintes motivos: primeiramente, é uma estratégia de análise apropriada, ao passo que, até o século XVIII, a vida cotidiana foi muito mais assinalada pelo peso da região do que pela nação e influenciada por marcos referências mais amplas. O estudo regional possibilitaria um trabalho de pesquisa

artesanal pelo historiador, que se valeria de praticamente toda a documentação disponível. O estudo regional permite seguir a evolução de um grupo social a longo prazo, analisando-o em diferentes níveis estruturais: geográficos, demográficos, econômicos, sociais e, mais recentemente, também os ideológicos e mentais (DIHEL, 2004, p. 207).

Como indicado pelo historiador, a tendência da expansão de analisar, compreender e integrar o micro ao macro perpassaram também os estudos regionais e a sua expansão acerca do conceito de região. Permitindo assim que os estudos regionais dentro da historiografia trouxessem contribuições para novas fontes e campo de observação através das diversas formas de dimensionar região.

No Brasil, conforme indica Ana Reckziegel, os estudos regionais ganham espaço a partir principalmente da década de 1980, estando relacionados à insuficiência dos estudos totalizantes em atender questões particularizadas (1999). Neves (2008), aponta que a com o desenvolvimento dos processos de investigação histórica e da demanda pelo interesse regional, as discussões sobre História regional ganharam credibilidade entre os acadêmicos.

No Brasil, depois algumas discussões suscitadas por trabalhos apresentados em seminários, congressos e simpósios, a questão regional, de modo mais amplo e a história regional e local, mais especificamente, tornaram-se temas exclusivos de eventos. [...] Duas mesas-redondas, em julho de 1985, marcaram a definição do campo de conhecimento que ainda se apresentava como História Regional, como objeto de estudo no Brasil: “A Questão Regional é Relevante para as Ciências Sociais?”, realizada pelo Núcleo de Estudos Regionais e Centro de Memória da UNICAMP, na cidade de Águas Claras, em São Paulo, sob a coordenação de José Roberto do Amaral Lapa, que reuniu os textos apresentados em livro; e “História Regional”, promovida no XIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, na cidade de Curitiba, no Paraná, cujos textos que nortearam os debates também deram origem a um livro. A aceitação acadêmica e a qualificação metodológica da história regional e local, não decorreram, pois, do reconhecimento de eventuais méritos dos cronistas e eruditos locais, mas da instituição e subsequente generalização dos estudos pós-graduados em História, em todo o hemisfério ocidental, e da consequente evolução dos métodos da elaboração historiográfica (NEVES, 2008, p. 29).

Como indicado, as demandas provenientes dos debates acerca de espaço e suas implicações via processo de globalização, trouxeram para a “ordem do dia” a região e suas possibilidades teóricas dentro da historiografia nacional. Além disso, o surgimento de novos programas de pós-graduação em História, suscitaram novas questões que também desafiavam novos campos de observação.

É lícito mencionar que a instalação e o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em todo o país permitiram, pela primeira vez em algumas regiões, a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais. [...] Há que se considerar que as transformações recentes da história brasileira, que modificaram profundamente a organização espacial do país chamando a atenção para regiões até então pouco conhecidas, como a Norte e a Centro-Oeste, provocaram um reordenamento da relação entre as demais regiões brasileiras (RECKZIEGEL, 1999, p. 16).

Como a historiadora indica, além das novidades em relação às discussões sobre o conceito de região, a questão das demandas fomentadas por uma nova realidade urbana e político-social no Brasil, trazidas também pela presença de universidades nas diversas regiões nacionais, suscitaram melhor compreender as relações que essas estabelecem com o nacional e a própria compreensão das suas organizações regionais. Assim os estudos monográficos de investigação regional ganham lugar na historiografia nacional, com novas propostas para as narrativas oriundas do eixo Rio-São Paulo.

Como supra indicado, são essas alterações nos quadros sociais e políticos e nas demandas dentro da historiografia que viabilizam questionamentos e certo esgotamento das explicações totalizantes. Nesse sentido, novas modalidades dentro da historiografia procuram dar encaminhamentos para análises sob outros pontos de vista como por exemplo com as alterações nas escalas dos estudos e a própria História regional, que propondo critérios específicos estabelece uma análise partindo de um recorte consciente e intencional.

A História regional, mesmo não tratando de uma variação de escala, como os propostos na obra de Jaques Revel *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*², também oferece uma possibilidade de analisar sob critérios definidos espacialidades específicas e as diversas relações humanas que se dão sobre elas (NEVES, 2008). Esta prática historiográfica leva em conta o estabelecimento de uma sofisticação dos elementos que comporão a investigação e interpretação das fontes, para compor a partir deles um campo de observação.

Desta forma, partindo dos interesses e da problematização da pesquisa os estudos regionais buscam construir a existência de relações a partir dos diferentes níveis de uma determinada localidade/espço. Essa construção é o que faz a originalidade metodológica regional urgente. Percebendo esta abordagem enquanto campo de observação, o estudo regional não deverá buscar supervalorizar ou enaltecer a região. Nem mesmo fazê-la migalha, ou como indicado por Ana Reckziegel (1999) um espaço menor à ser estudado.

A intenção presente no estabelecimento de critérios que constituirão a existência de um quadro relacional a partir das diferentes variantes (político, econômico, social, cultural ou natural, ou mesmo todos) de uma possível região é que faz essa abordagem uma modalidade historiográfica específica e com fito específico. Trata-se de exatamente o que sua denominação indica: estabelecer uma análise no âmbito regional das relações humanas existentes e que possibilitam enxergar características, especificidades e arranjos, bem como semelhanças e continuidades com os demais espaços macro (nacional, global).

Interessa-nos falar nos territórios que o Historiador produz ao se apropriar dos discursos, das informações e dos resíduos que lhe chegam de uma determinada

² Cf. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

realidade vivida através daquilo que ele chama de “fontes primárias”. O historiador trabalha com territorialidades superpostas em sua operação historiográfica. Em seu esforço de apreensão historiográfica, ele deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época, mas a verdade é que – para além destas territorialidades históricas – ele deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica. O historiador não é apenas alguém que percebe os poderes e controles que os homens de determinada época estabeleciam sobre o espaço, ele mesmo é também criador de um território, na medida em que ao recortar um objeto de conhecimento estabelece um espaço de poder e de controle através do seu próprio discurso historiográfico (BARROS, 2005, p. 115).

Assim, em posse das diversas discussões acerca do conceito de região, que centrará um estudo regional, a problemática e os critérios serão definidos. A partir deles as fontes serão definidas e a operação historiográfica de constituir, caracterizar e representar a região dar-se-á. E com esse contorno (sublinhado) da região os elementos históricos das relações humanas se tornam participantes de um novo olhar, de uma nova compreensão e interpretação.

Com a operação historiográfica, os estatutos se transfiguram, os objetos se deslocam. É desta maneira que o historiador se apropria de um espaço que até então não lhe pertencia, constituindo-o finalmente em seu território – produto de determinados poderes estabelecidos não apenas por ele, mas também pela sociedade que fala através de seu discurso para muito além do próprio historiador que o enuncia. Estabelecer um recorte, enfim, é definir um ‘território historiográfico’ – um território a partir do qual o historiador, como ator sintagmático, viabiliza um determinado programa (BARROS, 2005, p. 127).

A construção de uma região pelo historiador traz um novo território dentro da historiografia, que será circunscrição do estudo das experiências humanas. Essa definição, como “discurso performativo” (BOURDIEU, 2002) atenderá os critérios previamente estabelecidos na pesquisa, no estabelecimento das relações com os demais espaços, destacando uma operação de análise específica de que o pesquisador será quem produz o “quebra-cabeças” e monta ele a partir das fontes e critérios que elegeu.

Outra questão importante nessa prática historiográfica regional é a necessidade de interpor a relação entre o regional que está se construindo e o nacional/global que se concatena. O estabelecer uma região não deve ser negar o nacional, o global, e o inverso também é verdade: deve haver uma relação saudável através das conexões: é nelas que as principais pistas teóricas-metodológicas se situam. É no relacionar, nas articulações e não na sobreposição que se inspiram os elementos que são adjetivos de uma identidade regional.

Conscientes das limitações destas histórias provinciais-regionais para alcançar níveis explicativos adequados, começamos então a nos perguntar sobre como construir uma história em termos mais compreensivos e matizados, que pudesse pôr em suspenso certas verdades recorrentes e não contrastadas da história nacional. Desta forma, procurava-se a forma de contribuir para uma história nacional de características ainda marcadamente centralistas e homogêneas, inscrevendo o objeto de estudo em contextos suficientemente amplos para lhes permitir conservar a sua especificidade

e dinâmica interna, tornando-o operacionalmente comparável com o conjunto nacional e internacional vigente. Sempre com a preocupação de reformular as análises sócio históricas em termos de processos, mas sem perder de vista o contexto sem o qual as visões restritas perdem significado, nos perguntávamos: como resgatar a riqueza da diversidade sem perder de vista a totalidade? (BANDIERI, 2017, p. 17, tradução nossa)

Susana Bandieri coloca em questão a operacionalidade das conexões e da necessidade de manter sintonizadas, em relação os elementos regionais abordados e a visão ligada a totalidade, ao macro. E essa inquirição é fundamental para os estudos regionais: “em síntese, não podemos propor um estudo regional sem que nos imponham ao mesmo tempo a interrogação sobre a natureza do conjunto em que se integra” (CHIARAMONTE, 2008, p. 13, tradução nossa). Isto é, ambos estudiosos estão indicando a importância de manter na análise a partir dos critérios regionais as conexões que fazem da região em construção também parte dos processos históricos do nacional, global, de outros tempos e espaços.

Tomada nesse conjunto, a região configura-se no espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global. [...] A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado (RECKZIEGEL, 1999, p. 19).

Como indicado pela historiadora, a região deve ser entendida nessa perspectiva interacional, onde são as fronteiras do que é característico regional e o que é parte circulatório da sociedade global que contribui na própria diferenciação. E diante dessas diferenças e semelhanças que se inter cruzam e se divergem, a região como um recorte a partir de critérios poderá ser entendida, em um fluxo não linear ou hierárquico (do esquema global para local), mas dos rearranjos e expressões das relações humanas.

Assim, “o que se pretende afirmar é que a história regional é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas” (RECKZIEGEL, 1999, p. 19). Nesse sentido, é que a proposta de compreender o passado humano a partir da constituição de um estudo regional permite, no recortar, uma análise que tonalize as manifestações específicas, caracterizantes de outras relações até então opacas pela generalização da totalidade.

A história regional [...] constitui-se, portanto, numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e

saberes em dimensões inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou de abrangências espaciais mais amplas (NEVES, 2008, p. 31).

Assim, com esses estudos, novas evidências dos processos históricos são dimensionadas e compreendidas. E, como Ana Reckziegel complementa: “o que se pretende afirmar é que a História regional é capaz de revelar também aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas” (1999, p. 20). Logo, a intenção de um estudo regional não é apresentar uma versão destoante, de dissensão do conhecimento histórico ligado ao macro, mas oferecer um campo de observação menos homogeneizador, permitindo perceber outras tonalidades a partir de outros recortes e outras possibilidades de analisar.

Assim, ligada a trajetória das práticas historiográficas, a História regional tem ganho espaço nas discussões acadêmicas pela sua proposta de análise frente as possibilidades de critérios para definir um recorte espacial. Bem como, nessa empreitada essa região em construção torna-se o campo de análise das relações humanas ao longo do tempo. Investindo nas conexões entre a região e o macro, no sentido de perceber e compreender os laços e os rompimentos, que indiciarão a localidade regional, seus processos e transformações históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a História regional como uma modalidade historiográfica que tem se potencializado ao longo do final do século XX, com o processo de crise nos paradigmas totalizantes e estruturais, oriundas das novas questões trazidas via processo de globalização. Ainda assim, percebe-se que como campo de visão e análise sua proposta ainda possui discussões, sendo a principal confusão relacionada a associação de os estudos regionais debruçar-se sobre algo menor e por isto ser inferior.

Nesse sentido, os avanços nas discussões acerca de o conceito central dos estudos regionais que é região tem contribuído, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de critérios para a região que se recortará, para melhor compreensão das relações que uma possível região em análise possui em suas características, especificidades e nas suas conexões com o nacional, com a totalidade. Conforme o artigo analisou, o recorte regional requer que os critérios escolhidos sejam claros e fundamentados na dinâmica de observação que se busca fundar. É fundamental desta forma, compreender a centralidade dos critérios para que o estudo regional atinja legitimidade teórica e empírica dentro de uma pesquisa científica.

Assim, como prática historiográfica a História regional prevê a inserção de novas possibilidades de explicar experiências humanas e sociais dentro de outras propostas de observação. Bem como viabiliza dar tonalidades diferentes aos processos históricos macro em continuidades e

descontinuidades analisando um recorte espacial estabelecido através de critérios, permitindo novas interpretações e encaminhamentos.

REFERÊNCIAS

- BANDIERI, Susana. La historia en perspectiva regional: aportes conceptuales y avances empíricos. *Revista de Historia Americana y Argentina*. Mendoza (Argentina), v. 52, n. 1, p. 11-30, 2017.
- BARROS, José C. A. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 107-132, 2002.
- CARBONARI, Maria R. De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2009.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 7-23, 1998
- CHIARAMONTE, José C. Sobre el uso historiográfico del concepto de región. *Estudios Sociales*. Santa Fé (Argentina), n. 35, ano 18, p. 7-21, 2008.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.
- DIEHL, Astor A. Territórios e paisagens do Movimento dos Annales. In: DIEHL, Astor A. *Cultura Historiográfica brasileira*. 2 ed. Passo Fundo: Editora UPF, p. 199-230, 2004.
- HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da História*. 2 ed. Passo Fundo/São Paulo: DigitalPublisich & Print Digital, 2013.
- NUNES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.1, n. 2, p. 25-36, abr.-out./2008.
- PAVIANI, Aldo. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro: AGETEO, v. 22, n. 43-44, p. 368-374, 1992.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2013.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História e região. Dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434- 444, set./dez., 2010.

UMA MULHER PREFEITA: A ELEIÇÃO E O MANDATO DE IRACEMA NEVES – SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI (1983-1988)

A WOMAN MAYOR: THE ELECTION AND MANDATE OF IRACEMA NEVES – SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI (1983-1988)

Elzimária Pereira de Andrade¹

Márcio Douglas de Carvalho e Silva²

Resumo: O presente trabalho enfoca a participação feminina na política brasileira, tendo como objetivo analisar a eleição e o mandato da prefeita Iracema Soares Neves Santos, na cidade de São José do Peixe-PI, entre os anos de 1983 a 1988. Uma das questões centrais é conhecer o caminho traçado pela ex-prefeita na época em que ela se candidatou e como se sobressaiu em um cargo que era exercido quase sempre por homens. Para a realização da pesquisa, utilizamos como metodologia a História Oral. Podemos considerar que, embora sua candidatura tenha sido vista com desconfiança por alguns, a gestão de Iracema Neves surpreendeu positivamente a maioria da população da cidade que ela governou.

Palavras-chave: Política; Mulher; Prefeita.

Abstract: The present work focuses on female participation in Brazilian politics, with the objective of analyzing the election and the mandate of Mayor Iracema Soares Neves Santos, in the city of São José do Peixe-PI, between the years 1983 to 1988. One of the central issues is to know the way outlined by the former mayor at the time she ran for office, and how she excelled in a position that was almost always held by men. To conduct the research, we used Oral History as a methodology. We can consider that, although his candidacy was viewed with suspicion by some, the management of Iracema Neves positively surprised the majority of the population of the city in which he ruled.

Keywords: Politics; Woman; Mayor.

¹ Licenciada em História - CEAD/UFPI

² Doutor em História Social-UFPA. Atualmente faz estágio de pós-doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de análise a trajetória feminina na política brasileira, com foco na cidade de São José do Peixe-PI, onde uma mulher ocupou o cargo do executivo municipal por quatro mandatos. O primeiro encargo de Iracema Soares Neves Santos, ocorreu entre os anos de 1983 a 1988, o segundo mandato estendeu-se de 1997 a 2000; o terceiro, no período de 2005 a 2008, e a quarta gestão entre os anos de 2009 a 2013, após ser reeleita, demonstrando a sua representatividade no cenário político local.

A participação da mulher na política brasileira é um marco significativo na história. A sua importante contribuição nas últimas décadas ocorreu através de movimentos sociais, com o desígnio na luta pela abertura democrática e por demandas sociais, como política salarial e melhorias nos serviços públicos. Assim, no ano de 1968, de acordo com Paola Giuliani (1997, p. 49), as mulheres participaram do “Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, do Movimento de Luta por Creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela Anistia; e em 1975, criaram os Grupos Feministas e Centros de Mulheres”. Esses movimentos possibilitaram o avanço nos debates que tentam superar desigualdades históricas que ainda delimitam espaços e formas de manifestação desse grupo social. As reivindicações pelos direitos feministas ajudaram as mulheres a conseguirem ocupar um espaço na sociedade, passando com isso, a ter voz ativa (LANDERDAHL e ROSO, 2013).

De acordo com Costa (1998), a mulher sempre teve limitações no meio político, e isso se tornou recorrente por causa dos olhares machistas atribuídos pela própria sociedade, além de apontarem que cargos políticos são somente direcionados para os homens, afetando a conquista da mulher no cenário público.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a eleição e a gestão da prefeita Iracema Soares Neves Santos, na cidade de São José do Peixe-PI, entre os anos de 1983 a 1988, correspondente ao seu primeiro mandato no município supracitado. Entre os objetivos específicos, verificar as dificuldades enfrentadas por Iracema Neves durante o seu percurso político, além de identificar as principais realizações da sua gestão.

A metodologia estabelecida para o desenvolvimento da investigação foi a História Oral, através da realização de entrevistas com a ex-prefeita, além da participação de integrantes da sociedade local, que acompanharam a eleição e a inserção da primeira mulher eleita no quadro político do município. Ao adotarmos essa metodologia por acreditar que ela “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2015, p. 155), pois possibilita que, ao acessarmos a memória desses sujeitos podemos compreender melhor a história, “as múltiplas formas de contá-la e as

estratégias culturais que inscrevem os relatos nas experiências dos atores sociais” (MONTENEGRO, 2016, p. 14).

A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

A luta das mulheres pelos direitos de participação na política e igualdade é uma constante. Com o decorrer do tempo, o paradigma de que a mulher deveria restringir-se ao espaço privado foi sendo rompido, conseguindo a inserção nos recintos públicos e tendo alguns seus direitos validados (MIRANDA, 2019). Para Moreira (2009, p. 16), “a presença e mobilização das mulheres nas instâncias de representação do poder político, nos partidos políticos ou em entidades da sociedade civil, deve ser foco de fomentação da educação e participação política das mulheres”.

Em dezembro de 1922, foi realizado o primeiro “Congresso Feminista Brasileiro”. Nesse evento, estavam presentes importantes influências políticas, que diante da ampla divulgação da imprensa, colocaram em debate as reivindicações referentes às propostas de reformas eleitorais, ocorrendo várias tentativas para a inclusão feminina no pleito eleitoral, mas as investidas para mudar a realidade vigente na época não tiveram sucesso (VAZ, 2008).

Entre as mulheres pioneiras na conquista de espaço na política brasileira, têm destaque Luíza Alzira Soriano Teixeira, empossada no ano de 1929, como a primeira mulher prefeita do Brasil, no Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Lajes, eleita com 60% dos votos válidos (SCHUMACHER, 2000). A primeira parlamentar negra, Antonieta Barros, foi eleita em 1934, na Assembleia de Santa Catarina. A primeira mulher a ocupar um lugar no Senado Federal, foi Eunice Mafalda Berger Michiles, assumindo o cargo no ano de 1979. Entre os anos de 1982 e 1985, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi ocupado por Esther de Figueiredo Ferraz, a primeira mulher ministra. Na cidade de São Paulo, Luiza Erundina se tornou a primeira prefeita, eleita no ano 1989 (NOREMBERG, 2016).

A década de 1980 foi primordial para a organização, por todo o país, de movimentos de mulheres que conseguiram, não apenas espaço institucional no novo governo democrático, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas também, por meio de intensa ação política, o reconhecimento da plena cidadania das mulheres (GARCIA 2015). A Constituição de 1988 fortaleceu a conquista feminina no cenário político e social, entre outras coisas, impondo a obrigatoriedade na inserção das mesmas em concurso para o preenchimento de cargos no serviço público.

De acordo com Boselli (2019, p. 37), “no dia 15 de novembro de 1988, foram realizadas eleições diretas para o Executivo municipal, no qual 107 (cento e sete) mulheres foram eleitas prefeitas (...)”. Conforme Tabak (2002), as mulheres têm preferência em estarem se candidatando para cargos de âmbito municipal, fato que ocorre por ser um meio mais fácil de conciliar o exercício

do mandato com as outras responsabilidades da vida pessoal. “A representação feminina na Câmara Federal ficou abaixo de 2% até 1986. Na eleição para a Assembleia Constituinte de 1988, foram eleitas 26 mulheres (5,34% do total de deputados)” (SCHLOTTFELDT e COSTA, 2016, p. 107).

No ano de 1984 ocorreram as primeiras candidaturas a governos estaduais, sendo identificado um acréscimo considerável de candidaturas femininas aos cargos Executivos e Legislativos. É válido destacar, que Iolanda Lima Fleming (PTB) foi a primeira mulher a ser governadora no Brasil, no estado do Acre, quando o governador Nabor Júnior deixou o cargo em 1986, para disputar o Senado (ARAÚJO, 2001).

No ano de 1994, no Estado do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), foi a primeira governadora eleita do país. As primeiras mulheres a serem eleitas senadoras, foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR), em 1990 (COUTO, 2012).

Na década de 1990 foi estabelecida a Lei nº 9.504/97, conhecida como de Lei das Eleições, que expandiu o percentual mínimo de 30% para as candidaturas das mulheres nas eleições proporcionais em âmbito estadual e federal. A regra passou a mencionar os percentuais, impondo limites máximos e mínimos a cada sexo, não mais assegurando uma cota mínima para as mulheres, especificamente (BRASIL, 1997).

Em 2009 houve a alteração pela Lei nº 12.034, cuja redação passou a estabelecer que cada partido ou coligação deve preencher as porcentagens mínimas de 30% (trinta por cento) e máximas 70% (setenta por cento) de acordo com sexo do candidato (BRASIL, 2009). No ano de 2010, Dilma Rousseff foi eleita como primeira mulher Presidenta da República brasileira. Se por um lado as mulheres estão superando a barreira do preconceito, buscando participar mais efetivamente da vida política, por outro, a competição partidária está cada vez mais acirrada. Isso mostra que as mulheres com suas lutas ganharam espaço no cenário político. Mesmo que seja possível visualizar alguns avanços

a ideia de que a política não é assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. É, uma vez mais, todo o problema do consentimento que aí se coloca. Na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres (PERROT, 2006, p. 184).

AS MULHERES NOS CARGOS POLÍTICOS NO PIAUÍ

O Piauí, onde nos primórdios da república ainda causava estranhamento a existência de mulheres que estudavam, foi também palco e público de uma gradual quebra de mentalidade acerca do papel da mulher, antes restrito ao ambiente doméstico (SILVA e MENDES 2018). Na década de 1980, as mulheres piauienses começavam a participar de partidos políticos que tinham como

prioridade questões femininas. Em Teresina, o jornal *O Dia* destacava alguns encontros feministas brasileiros, que tinham como objetivo discutir temas referentes às questões do universo feminino e as suas dificuldades na lenta e gradual entrada no espaço público (SOUSA, 2008).

No ano de 1937, no município de Castelo do Piauí, a primeira mulher piauiense adquiriu o seu título eleitoral; em 1955, foi eleita a primeira vereadora de Teresina, Maria Guadalupe Lopes de Lima, advogada e jornalista, natural de São João do Piauí. Em 1958, no município de Buriti dos Lopes, foi eleita a primeira prefeita piauiense, Zezita Cruz Sampaio, bem como mais cinco vereadoras em Beneditinos, Itainópolis, Landri Sales, Nazaré do Piauí e Paulistana, uma em cada município (SOUSA, 2008).

Já em 1964, surgiu um novo nome no cenário piauiense: Genu Moraes, filha de Eurípedes Clementino de Aguiar. Sua atuação na sociedade e na política piauiense foi intensa, pois ela “fugia” dos padrões impostos para as mulheres de sua época. Depois de casada, foi morar em São Luís-MA, lá conquistando o mandato de primeira vereadora, na década de 1960. Nesse contexto, foi eleita em 1970 a senhora a senhora Josefina Ferreira Costa, primeira Deputada estadual do Piauí, e segunda do Brasil, pela Aliança Renovadora Nacional, antiga Arena, cumprindo mandato no período de 1971 a 1974. Outro destaque é Myriam Nogueira Portella Nunes, a primeira mulher eleita para o Congresso Nacional como deputada federal, pelo Estado do Piauí, em 1986 (SOUSA, 2008).

No Piauí, o quadro que se apresentou na época em que Iracema Neves foi eleita prefeita, é de percentual parecido à média nacional. Quando considerada a participação das mulheres em cargos eletivos, os números revelam ainda mais a disparidade de gênero nesse ambiente. Segundo Sousa (2008, p. 41-42), o balanço da participação feminina mostrou que:

Na década de 1980, é marcada por saldo positivo de participação feminina nas eleições tivemos: 141 mulheres eleitas no Piauí, durante a presente década, sendo que 11 delas conquistaram o cargo de prefeito, 12 vice-prefeitas, 117 vereadoras e 1 deputada federal. Comparando com os resultados da década anterior tivemos um aumento de 17 que conquistaram seu espaço em cargos municipais. Podemos dizer com isso, que a década de 1980, em relação à presença feminina na política, foi lenta e gradual. Observamos que nas eleições municipais de 1982 tivemos 53 mulheres eleitas para os cargos de prefeito (6 mulheres), vice-prefeito (3 mulheres) e vereador (44 mulheres); em relação as próximas eleições municipais, as eleições de 1988, tivemos um aumento de mulheres eleitas, resultando em 87 eleitas, sendo distribuídos nos cargos de prefeito (5 mulheres), vice-prefeito (9 mulheres) e vereador (73 mulheres).

Nesse avanço gradual, o fato mais recente ocorreu em janeiro de 2015, quando assumiu o cargo de senadora, Maria Regina Sousa, em substituição a Wellington Dias, eleito governador, em 2014 (PEREIRA, 2018). Em 2022, Regina Sousa, então vice-governadora, assumiu o cargo de governadora do Estado do Piauí.

A CANDIDATURA, A ELEIÇÃO E A GESTÃO DE IRACEMA NEVES

Iracema Soares Neves Santos, primeira mulher eleita prefeita do município de São José do Peixe, no Estado do Piauí, iniciando o seu mandando no ano de 1983, nasceu no dia 09 de março de 1947, na fazenda Campo Sales, pertencente ao município citado.

Filha de Ireno Martins das Neves e Teresa Soares Neves, casou-se com Luiz Reis Santos, em 1973. Iniciou seus estudos em São José do Peixe e, em 1959 mudou-se para a cidade de Oeiras, onde cursou o 5º ano do curso primário, no Patronato Nossa Senhora de Fátima, da congregação Filhos de Santa Teresa. Logo após, fez curso ginásial no Ginásio Municipal Oeirense; em seguida, estudou o curso pedagógico da Escola Normal Oficial de Oeiras, retornando em 1968 para sua cidade natal como diretora e professora da Unidade Escolar Dom Raimundo de Castro e Silva. Após 16 anos, tornou-se diretora, professora e fundadora da Unidade Escolar Martinho de Sousa Mendes a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), na cidade de São José do Peixe.

Seguindo o exemplo de seu pai, Ireno Martins das Neves, que era político, foi eleita em 1982, tomando posse em 1983 como prefeita da cidade de São José do Peixe, assumindo o cargo por seis anos. Teve como vice o Dr. Cristóvão Dias de Oliveira, que após o período de mandato, elegeu-se sucessor da prefeita.

Em entrevista realizada com Iracema Neves, pode-se entender de forma mais clara como ocorreu a sua inserção na vida política:

Vim de uma família política e quando eu terminei o curso pedagógico, retornei a São José do Peixe na condição de professora e, na condição de professora, convivia com a comunidade, com a família, com o povo e como diretora de escola. Em 1982, fui convidada pela ala política adversária da minha família para ser candidata a prefeita de São José do Peixe; meu pai já havia sido prefeito de São José do Peixe e, assim sendo, após relutar muito eu resolvi ser candidata contra tudo e contra todos! Com muita dificuldade, mas consegui ser a candidata apoiada pelo prefeito da época, Pedro Correia Freire, e pela sua ala política, destacando: Celecino Neres da Costa, Manoel Francisco de Lima, e tantos outros que me convidaram para ser candidata, em vista de ser professora e trabalhar com a comunidade (NEVES, 2020).

Percebe-se que Iracema Neves era uma figura pública pelo vínculo que possuía com a sociedade como professora e diretora de uma unidade escolar, e por já fazer parte de uma família que tinha representatividade na política local. Podemos observar que os fatos citados foram fatores que ajudaram a ex-prefeita a ser reconhecida e a conseguir entrar no processo de disputa nas eleições, um espaço que na época era restrito aos homens.

Quando Iracema Neves apontou como candidata, crescia o número de mulheres na política, pois, conforme Reis (2011, p. 80) “na década de 80, questões feministas e as questões que se referiam às relações de gênero, ganham terreno quando se consolida o processo de “abertura” política no país,

o que conduziu a diversificação e ampliação das formas de participação política da mulher”. Em relação à filiação partidária, Iracema Neves fez o seguinte esclarecimento:

Até antes eu não era vinculada a partido político nenhum. Me filiei no PDS, era um antigo partido que tinha o PDS e o PDS Arena, eu no caso eu era filiada ao PDS. Disputei com outro candidato, que foi o senhor Celso de Sousa Mendes, em uma sublegenda do PDS; na convenção ele foi escolhido como PDS 1 e eu fui escolhida como PDS 2, que era o partido do prefeito da época. Quem me apoiou foi o prefeito da época, Pedro Correia Freire e pela sua ala política (...). Tinha legenda e sublegenda. Um partido só poderia apresentar dois candidatos, ou seja, ficando na legenda o candidato mais votado e o menos votado na convenção, na sublegenda. O que aconteceu foi que o grupo político opositor a nós ficou no PDS 1 e eu na sublegenda do PDS 2, tornado assim o PDS 1 com o número 15 e o PDS 2 com o número 16, foi este com que disputei a minha primeira eleição (NEVES, 2020).

Como apresentado acima, quando ela foi se tornar candidata, passou por uma convenção onde seria decidido a qual partido seria vinculada. É nas convenções que ocorre a escolha dos candidatos que entraram nas disputas eleitorais, havendo uma diversidade de obstáculos a serem enfrentados por qualquer concorrente. Iracema Neves cita que relutou para entrar na política, pois é um processo delicado em que é necessário enfrentar desafios para chegar na conquista do cargo desejado, e para uma mulher os obstáculos eram maiores. Conseguindo superar essa primeira barreira, após um processo de votação, a candidata ficou dentro do grupo partidário PDS 2. Nessa eleição, concorreram

dois grupos políticos, composto por Casimiro Carvalho, Celso Mendes, Pedro Mendes, Ladimir Mendes dentre outros. E nosso grupo político era do senhor Joaquim Ribeiro Gonçalves, ex-prefeito de São José do Peixe, Pedro Correia Freire, Celcino Neres da Costa, Manoel Francisco entre tantos outros (NEVES, 2020).

Podemos observar que ambos os grupos políticos eram formados majoritariamente por homens, com destaque para Iracema Neves, por ser a única mulher candidata. Conforme os dados registrados no TRE-PI (Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), na eleição do ano de 1982, Iracema Neves obteve 641 votos, e o seu adversário, Celso Mendes, 549, elegendo-se ela com 92 votos de maioria. É válido ressaltar que nesse período, o atual município de São Miguel do Fidalgo fazia parte do município de São José do Peixe, e devido às dificuldades de deslocamento, muitas pessoas não conseguiram votar, além do grande o número de analfabetos, reduzindo assim, o quantitativo de eleitores. Nesse mesmo ano, muitas mulheres concorreram nas eleições municipais no Brasil. De acordo com a confederação Nacional de Municípios CNM (2019), nas eleições em 1982, realizadas em 15 de novembro daquele ano, foram eleitas 60 mulheres como prefeitas, dentre elas estava inclusa a ex-prefeita Iracema Soares Neves Santos.

Para conseguir disputar uma eleição, muitos políticos precisam de recursos financeiros, em relação a esse aspecto, nossa entrevistada afirmou que:

Eu era professora e diretora de uma escola, então o recurso financeiro era bem pequeno, mais tive ajuda e apoio de Celecino e do doutor Carlos Tenório, um alagoano que tinha um projeto da SUDENE aqui em São José. Me deram um apoio muito grande, minha própria família, todo mundo me ajudou. Mais financeiramente eu não tinha nada, nem transporte para visitar as comunidades, me dispunha apenas de uma camionete Picape de propriedade de meu pai, que nessa época já havia falecido (NEVES, 2020).

Na fala, Iracema Neves revela que financeiramente tinha poucos recursos para se envolver em uma disputa política, mas pela insistência de seus apoiadores, adquiriu coragem para concorrer ao cargo de prefeita municipal, recebendo apoio de sua família e de pessoas influentes na época.

Para a escrita deste tópico, o estudo contou com a participação de pessoas que presenciaram a eleição e o mandato da Iracema Neves, dentre eles estão: João Pereira da Silva, que atuou como delegado em São José do Peixe, e em 1982 entrou na política e foi eleito vereador, passando seis anos no mandato; Manoel Francisco de Lima, conhecido pela população com Manelin de Júlia. Hoje (2021) com 76 anos, conseguiu ingressar na política, sendo eleito quatro vezes como vereador da cidade, um desses mandatos alcançados na eleição de 1982. Além deles, entrevistamos também Manoel de Sousa Mendes Neto, conhecido Manoel da Ladeira. Hoje (2021) com 57 anos, na época era funcionário contratado por Iracema Neves, exercendo a profissão de técnico de enfermagem. Manoel Mendes resolveu ingressar na política e foi eleito por 4 mandatos, sendo três vezes presidente da câmara de vereadores da Casa (Ireno Martins das Neves) do referido município.

Em meio à repercussão da eleição de Iracema Neves, os entrevistados narraram algumas reações da população naquele ano:

Foi uma surpresa para a cidade de São José, pois ainda não havia mulher disputando política, e quando Iracema se manifestou propondo a ser candidata, foi uma surpresa para muita gente, inclusive era criticada, por exemplo: “mulher, mulher, mulher não é para ser prefeita, só quem deve ser prefeito são os homens”. Foi uma surpresa, inclusive até ela mesma nunca imaginou que iria ser acolhida para ser candidata, até porque era uma coisa de primeira vez na vida, tanto dela como no município, nunca houve mulher candidata a prefeita nessa região, foi uma surpresa para muita gente, com foi para ela ganhar com uma maioria monstruosa, porque gerou uma expectativa e uma administração diferente, tudo isso somou que deu um resultado altamente positivo para ela (SILVA, 2020).

Na fala de outro entrevistado, a vitória de Iracema Neves pode ser explicada da seguinte forma:

O povo queria mudança, e o povo não queria votar do outro lado, apesar de que o senhor Celso trabalhou muito, mas o povo queria uma mulher no poder. Ela tinha a facilidade de conseguir o voto por que era mulher e Celecino fez a diferença. Celso Mendes esperava que no Tamboril ele não iria ganhar; ele mesmo dizia que no Tamboril, Iracema iria tirar mais de 100 votos de maioria, por causa de Pedro Correia, e foi onde houve mesmo, mas por outro lado ele dizia que ia ganhar, porque São Miguel Fidalgo e aqui São José, ele iria ter a maioria do voto e cobriria os 100, mas Celecino trabalhou muito e eu via o movimento do senhor Celecino com o povo,

e muitas pessoas diziam assim: “que Iracema não ganhava!”. Eu falava: “rapaz Celecino ali está bancando tudo com Iracema, eles vão ganhar a eleição (MENDES NETO, 2020).

Conforme os relatos dos entrevistados, a cidade ficou surpresa e vibrante com o fato, que conquistou a admiração de muitos na época. Segundo o senhor João Pereira da Silva, as pessoas ficaram admiradas por uma mulher ter conseguido ingressar no cargo político. É visível que um conjunto de fatores contribuiu para a vitória de Iracema Neves, entre eles o desejo de mudança na política municipal da referida cidade, e os fortes apoiadores e influenciadores que a candidata teve. Essa conquista encorajou mais ainda Iracema a “tomar gosto” pelo cargo, e o fato dela ganhar com uma boa maioria, incentivou a lutar cada vez mais lutar pelo seu ideal político.

Em relação à gestão de Iracema Neves, os articuladores políticos da época relataram o seguinte:

A comunidade de São José teve uma surpresa, e isso foi para todos que faziam parte do município de São José. Ela surpreendeu muita gente que não acreditava nas ações da mulher! Ela surpreendeu muita gente! Tinha gente que pensava que ela não conseguiria fazer o que ela fez (SILVA, 2020).

A fala de Manoel de Sousa Mendes Neto, também imprime o tom de admiração com os resultados da gestão da prefeita, denotando que os seus atos eram inesperados pela população, que viu suas ações de maneira positiva:

Eu penso que durante esses anos que ela foi prefeita, ela surpreendeu a população de São José do Peixe. (...) O compromisso que ela tinha com o povo ela cumpria e tinha um lema que era voltado para a educação, preocupada com o futuro de formar os seus conterrâneos (...). Então, sua administração era voltada para a educação, saúde, agricultura, os idosos, o esporte e o lazer. E eu digo aqui para você, em São José do Peixe, eu nunca vi um prefeito que mais construiu obras com recurso próprio do município e esse prefeito foi ela, assim juntando o recurso próprio com os convênios, as melhores obras que foram feitas aqui em São José do Peixe e com recurso próprio foi ela que fez! Surpreendeu! (MENDES NETO, 2020).

Manoel Lima cita o preconceito que Iracema Neves teve que enfrentar por ser mulher, e o contexto político nacional da época em que ela se candidatou e foi eleita:

Olha, o problema é um: através do preconceito ela foi um baluarte! Bem na época da ditadura tudo era difícil, mas a prefeita fez o melhor trabalho que podia ser como mulher. Como eu falei, tinha um preconceito grande. Quando se lançou como candidata foi um desastre, porque ninguém achava que servia, mas ela foi um baluarte, o governo dela foi o melhor que se deu aqui em São José do Peixe, não tenho menor dúvida, acompanhei de perto até o derradeiro momento (LIMA, 2020).

Percebe-se nos relatos que a ex-prefeita mostrou que possuía habilidades políticas para governar; o fato de ser mulher não a impediu de trabalhar pela cidade, realizando obras no município. Seus feitos estão registrados e sua habilidade para governar é comprovada com os mandatos que ela exerceu no município e com as reeleições. O modo de gerir a sua administração positivamente na

visão da população do município, teve como consequência uma maior valorização da mulher na sociedade local. Na fala de um entrevistado: “ela enalteceu tanto o município quanto a mulher. Muitas vezes o machismo falava mais alto, (...) mas eu vejo que ela correspondeu às expectativas de muita gente, ela fez um papel de uma mulher corajosa que muitas vezes homens não tinham a coragem que ela teve!” (SILVA, 2020).

Levando muitos projetos que valorizavam o homem do campo e os mais desfavorecidos, o município de São José do Peixe foi bem representado pela figura feminina de Iracema Neves. Com suas ações, a cidade passou por um relativo desenvolvimento, destacando-se como uma mulher solidária, que abraçava os projetos para o desenvolvimento da cidade e que lutava pelos ideais do povo. Entre as obras realizadas pela ex-prefeita estão: o hospital do município, calçamentos de ruas na zona urbana e rural, escolas, praças, poços tubulares, chafarizes, postos de saúde, quadras de esporte, atendimento de saúde na zona rural e valorização dos professores, quase sempre executados com recursos próprios. Na fala de Manoel de Sousa Mendes Neto,

prefeito que fez mais obra com recurso próprio pode até aparecer, mas um aqui eu acho difícil, porque hoje os recursos estão muito escassos por causa de muitas despesas, e cada mandato gera mais despesas e o dinheiro é curto, por exemplo, uma coisa que gostei dela, foram os professores sendo preparados, coisa que ninguém em São José do Peixe viu, ficaram admirados, questionando se os professores viraram alunos, isso era uma preparação para transmitir melhor o conhecimento para os alunos. (MENDES NETO, 2020).

A valorização da educação parece ter sido uma das marcas da gestão da prefeita piauiense, segundo destacou Manoel Lima,

(...) ela era muito ligada a educação. Nesse mandato dela construiu 18 escolas, entre a cidade e o interior. O município de São Miguel (*atual São Miguel do Fidalgo, na época pertencente a São José do Peixe*) recebeu bastante escolas. Recebeu uma creche, recebeu algumas escolas no interior, que até hoje as escolas ainda são as mesmas que ela construiu; nenhum prefeito que entrou em São Miguel se preocupou em fazer uma escola, porque ela teve o cuidado de deixar todas as escolas funcionando (...) (LIMA, 2020, *grifo nosso*).

As ações realizadas por Iracema Neves, fazem com que a sociedade reconheça que as mulheres são capazes de tomar frente de um pleito político; isso é perceptível nas falas dos entrevistados que presenciaram as realizações no primeiro mandato da prefeita. Como professora, ela se preocupou com a educação da população, com parte dos seus esforços voltados para a construção de escolas.

Destacadas algumas das realizações na gestão analisada, buscamos conhecer as dificuldades encontradas por Iracema Neves para conduzir o seu mandato. Segundo ela,

Pelo fato de ser mulher, eu encontrei desafios para ser candidata e conseguir ser eleita para governar. Eu fui a primeira mulher prefeita na região, ninguém havia ainda disputado algum cargo eletivo. Eu encontrei dificuldade inerente ao cargo,

encontrei uma prefeitura praticamente organizada, e com certeza eu tive o apoio naquela época! Inclusive foi o mandato que tive o apoio e ligação do governo do Estado, apoio do governador Hugo Napoleão. Foi difícil sim, porque para governar é difícil, mais pelo fato de ser mulher não encontrei dificuldade, porque penso que o importante não é você ser homem ou mulher, pode se ter determinação e governar com responsabilidade. Isso é o que é importante, encontrei desafios para ser candidata e para mostrar que a mulher era capaz. Mas graças a Deus eu soube fazer isso e conduzir a administração com muita tranquilidade (NEVES, 2020).

Pela fala, os principais obstáculos estavam relacionados à sua apresentação como candidata no cenário político local, mas ao longo da sua gestão as dificuldades surgidas foram inerentes à função que desempenhava, e não por ser mulher; Cunha e Spanhol (2014) ressaltam que as mulheres, quando exercem seus cargos, trazem consigo um novo dinamismo às organizações públicas. Entende-se que estudar sobre as mulheres exercendo cargos eletivos em diferentes esferas públicas, se configura como algo desafiador e necessário para a compreensão do próprio papel social que a mulher desempenha na atualidade, já que ainda é possível verificar traços de uma sociedade em que as mulheres lutam para conquistar seus espaços, suas posições e reconhecimento, tanto na esfera pública como privada (SILVA e MENDES 2018).

Nos seus relatos, Iracema Neves abordou como a sociedade patriarcal reagiu a sua eleição, dizendo que:

Ah! Muito complicado uma moça, uma mulher, uma menina jovem, uma pessoa que não veio de berço de ouro, uma pessoa que não tinha dinheiro! “Essa menina não sabe nem governar, o que foi que ela foi na vida?”. Era o que eles diziam. Era na vida uma professora e uma diretora de escola, entretanto, a menina mostrou que realmente veio para mudar a história de São José do Peixe, a menina que eles chamavam. Foi muito difícil, mas depois tiveram que aceitar; a vontade do povo ninguém discute (NEVES, 2020).

A ex-prefeita menciona que foi alvo dos questionamentos da sociedade e das falácias de seus opositores que acreditavam que ela não teria capacidade para governar. Além de ser mulher, ela aborda que não tinha poder aquisitivo para concorrer ao cargo, pois não possuía condições para investir na jornada árdua da eleição. Entretanto, Iracema Neves mostrou que a concepção daqueles que faziam afirmativas negativas contra a figura feminina estava equivocada, pois demonstrou que a mulher tem capacidade de assumir cargos políticos e governar construindo novos caminhos dentro da história de um país, estado e município.

Segundo Matos (2015, p. 28) “o patriarcado está nas mentalidades e sensibilidades do eleitorado conservador (homens e mulheres) que julga, além disso, que as mulheres não estão capacitadas para exercer o poder no país (que não diz isso nas pesquisas, mas – grita nas redes sociais e nas ruas)”. Conforme Temóteo (2013), a ideia implantada na sociedade a respeito do preconceito é um dos principais motivos que atrapalha o poder da mulher nos cargos e na sociedade. Outra

problemática é que alguns homens abordam que ficam constrangidos quando são liderados por mulheres. Na gestão de Iracema Neves, o grupo político local, no ano de 1983, era formado pelo “ex-prefeito Pedro Correia Freire, Celecino Neres da Costa, Manoel Francisco de Lima, João Pereira da Silva, Francisco Juraci Lima, Cristóvão Dias de Oliveira, que era meu vice-prefeito, dentre muitos outros” (NEVES, 2020). Já na composição da sua equipe gestora “existia homens e existia mulheres (...). O órgão municipal de educação que correspondia a secretaria de educação, era uma mulher, Maria Julia Veloso de Oliveira, e em outros cargos que exerciam funções tinham homens e mulheres também” (NEVES, 2020).

Quanto à autonomia administrativa, a entrevistada relatou que não sofreu interferências de terceiros: “eu tomava minhas decisões em acordo com o meu grupo político e vendo o bem-estar de toda a comunidade, mais ninguém nunca (...) influenciou nas minhas ações (...). Eu era a administradora, ouvia a comunidade, ouvia meu grupo político e tomava (...) as minhas decisões” (NEVES, 2020).

É inegável que em várias partes do planeta as mulheres continuam marginalizadas na esfera política e em outros segmentos sociais. Vários fatores contribuem para essa realidade desigual; às vezes a baixa participação vem de leis discriminatórias e da falta de acesso das mulheres à educação e de práticas culturais que reproduzem estereótipos bem limitadores sobre o gênero. Não é fácil para uma mulher chegar a um cargo de liderança, e uma vez que ela chega, quase sempre é vítima de julgamentos e desconfianças. Iracema Neves continua atuando na vida política, atualmente (2021) exercendo a função de vice-prefeita de São José do Peixe.

CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve como finalidade analisar a presença de Iracema Neves no cenário político de uma cidade piauiense, na década de 1980. Foi constatado que o percurso traçado pela figura política analisada foi de grande desafio, evidenciando-se que o preconceito estava presente quando ela foi apresentada como candidata, pois muitos duvidavam do potencial que uma mulher teria para administrar uma cidade.

Diante das adversidades na participação da mulher no meio político, o preconceito tem o poder de causar impactos significativos, pois pode interferir ativamente em campanhas eleitorais, e principalmente no seu emocional. A mulher precisa lidar com várias dimensões desse problema no parlamento, fazendo debates públicos sobre a importância da representatividade das mulheres e criando políticas públicas. A educação também é uma arma importante nesse processo. Com isso, fica evidente a necessidade de estratégias específicas para a mudança do atual quadro. Desse modo,

este estudo abre uma janela para que outros continuem o trabalho aqui iniciado, servindo de inspiração para novas pesquisas dentro desta temática, e assim, também contribuindo para a

reavaliação do poder das mulheres em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, *procurando* mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua cultura e a existência de seus poderes (PERROT, 2006, p. 169-70, *grifo nosso*).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Rev. Estud. Fem.* vol.9 no. 1 Florianópolis 2001.
- BOSELLI, Giane. Confederação Nacional de Municípios – CNM. *Mulheres Prefeitas: 90 anos de liderança feminina na gestão municipal*. – Brasília: CNM, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso: 21 mar. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009*. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm. Acesso: 21 mar. 2021
- COUTO, Priscilla Alves Juvino; *Mulheres e política: percepção e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes*. 122fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, – Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.
- COSTA, Alice Alcântara. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. - Salvador: NEIM/UFBA- Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.
- CUNHA, Ana Cristina Cassani e SPANHOL, Carmem I. D’Agostini. Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher. *Saber Humano* - Ano 4, número 5 - 2014.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve histórico do Movimento feminista no Brasil*. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2020.
- GIULIANI, Paola C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: Del Priore, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

- LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane. *Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- MATOS, M. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. *Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.
- MIRANDA, Mariana Araújo. Participação das mulheres na política: A busca pela concretização da igualdade de gêneros como instrumento da efetivação da democracia. *Revista âmbito jurídico*. São Paulo, 2019.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MOREIRA, Lourdes Carmo. *As mulheres nos espaços de decisão política*. Niterói: 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/publicacoes>. Acesso em 10 de julho de 2020.
- NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. A trajetória feminina na política brasileira. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, 2016.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. *A participação da mulher na política no Piauí*. Teresina: Fundação CEPRO, 2018.
- REIS, Daswanny Araújo dos. *Por um novo cenário: a mulher na política partidária*. 129fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SCHLOTTFELDT, Shana; COSTA, Alexandre Araújo, Em Busca Do Poder: A Evolução da Participação Política da Mulher na Câmara dos Deputados Brasileira, *E-legis*, Brasília, n. 21, p. 100-126, set./dez. 2016
- SCHUMAHER, Maria Aparecida. *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade - Biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SILVA, Erika Ruth Melo; MENDES, Algemira de Macedo. O lugar da autoria feminina piauiense e o construto na história da literatura: algumas considerações. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, v. 4, n. especial, 2018.
- SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A política de salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 a 1998*. 2008. 117 fls. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI.
- TABAK, Fanny. *O laboratório de Pandora*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TEMÓTEO, Antônio. *Machismo e preconceito atrapalham mulheres dentro de empresas*. Correio Braziliense: 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/machismo-e-preconceito-atrapalham-mulheres-dentro-de-empresas-diz-pesquisa/>. Acesso em 24 de janeiro de 2021.

VAZ, Gislene de Almeida. *A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas*. 65fls. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008

91 ANOS DO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ITINERÁRIO POLÍTICO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

91 YEARS OF WOMEN SUFFRAGE IN BRAZIL: CONSIDERATIONS ON WOMEN'S
PARTICIPATION IN THE POLITICAL ITINERARY OF BRAZILIAN DEMOCRACY

Maria Claudia Virgínia de Lima¹

Lorena dos Santos Oliveira²

Resumo: O presente artigo, objetiva apresentar considerações sobre o itinerário histórico do sufrágio feminino no Brasil, em razão dos 91 anos completados em 2023. Para tal, apresentaremos a conjuntura política e social que antecede o voto feminino e abordaremos as condições que possibilitaram o seu alcance. Também será apresentada uma breve análise do momento em que a primeira mulher se tornou presidente do país, sendo eleita duas vezes para o cargo. Por fim, apresentaremos um panorama geral do que temos na atualidade acerca da representação feminina em cargos políticos no Brasil no período de 2016 até 2022.

Palavras-chave: Sufrágio feminino; participação política feminina; Democracia brasileira.

Abstract: This article aims to present considerations on the historical itinerary of women's suffrage in Brazil, due to the 91 years completed in 2023. To this end, we will present the political and social situation that precedes women's suffrage and address the conditions that made it possible. A brief analysis of the moment when the first woman became president of the country will also be presented, being elected twice for the position. Finally, we will present an overview of what we currently have about female representation in political positions in Brazil from 2016 to 2022.

Keywords: Women's suffrage; female political participation; Brazilian democracy.

¹ Mestranda em Educação vinculada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, historiadora e especialista em História geral e política. E-mail: profamariaclaudiavdelima@gmail.com

² Mestranda em Educação vinculada ao Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, historiadora. E-mail: lorena.oliveirar@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendemos traçar um panorama geral da participação feminina na política brasileira. No ano de 2023 o sufrágio feminino no país completou 91 anos, contudo, mesmo partindo da perspectiva de que a atuação da mulher na política vai além das instituições formais, buscamos compreender como está a representação feminina nesses espaços dentro do recorte temporal deste estudo (2016 - 2022).

Assim, traçamos os antecedentes e o percurso histórico do voto feminino, usando como referência, principalmente, pesquisas desenvolvidas por Marques (2019) e Pereira (2022), apresentamos também um panorama geral do atual cenário político brasileiro, no que tange a representatividade feminina, para tal foram utilizados dados oficiais oriundos, especialmente, do Tribunal Superior Eleitoral.

O presente estudo é embasado nos ditames da abordagem qualitativa, usamos como ferramenta de coleta de dados a análise documental. Nosso *corpus de análise* foi constituído por dados disponibilizados por órgãos oficiais, jornais e revistas, analisados sob a ótica das nossas referências teóricas. Dito isso, elencamos como objetivo geral: compreender o percurso histórico da participação feminina na política eleitoral brasileira até os dias atuais. Para tal, definimos os seguintes objetivos específicos: (a) analisar os antecedentes do sufrágio feminino no Brasil; (b) observar a conjuntura política atual quanto à representação feminina nas instituições políticas oficiais.

Inicialmente, é importante discutirmos o conceito de “*cidadão*”, pois, seus significados e significações apresentam diferenciações sistemáticas no decorrer da história, variando de acordo com a época, a região e as influências políticas, econômicas, culturais, religiosas e afins próprias de cada espaço/tempo (PINSKY; PINSKY, 2007). Isso significa dizer, em outras palavras, que a ideia de cidadão para os gregos na Antiguidade não necessariamente se aplica para os brasileiros na contemporaneidade. Ou ainda, a noção de cidadão para brasileiros e ingleses, ambos na contemporaneidade, apresentarão características particulares próprias da organização social e modos de governo de cada país. Por isso, não podemos concebê-lo como um conceito universal e “ahistórico”.

Apesar das muitas facetas que podem ser utilizadas para definir quem é ou não cidadão dentro de uma sociedade, partiremos da perspectiva que um cidadão é aquele sujeito que está apto enquanto membro de um Estado a cumprir com os deveres que lhe são impostos e a usufruir dos direitos políticos e civis que essa condição lhe garante.

A partir de tal perspectiva, pensando o contexto do Brasil e entrelaçando-o às discussões de gênero, podemos observar que as relações de gênero perpassam a noção de cidadão no nosso país durante toda a sua história. Partimos do ponto inicial em que refletimos acerca da época colonial,

considerando que o colonizador norteava suas crenças e práticas através de um sistema patriarcal fomentado pela forte influência da Igreja Cristã Católica.

As bases patriarcais mantêm-se até os dias atuais, evidenciando a perspectiva que relega às mulheres um lugar na esfera privada e de subordinação. Dessa forma, tal concepção traz consigo uma noção de inferiorização da mulher em detrimento à universalização do homem, estruturada ainda no Brasil Colonial. Dessa forma, podemos inferir que durante muitos séculos, partindo já da formação do que viria a ser o Estado brasileiro, a mulher não foi considerada um sujeito de direitos e deveres civis e políticos. Assim, podemos compreender então que durante grande parte da história política brasileira às mulheres foram vedadas da participação na vida pública, essas ficavam restritas ao âmbito privado responsáveis pelos cuidados com o lar, com os filhos e com as demais demandas consideradas essencialmente femininas.

De acordo com Marques (2019), a movimentação em torno do tema da participação das mulheres na política começou em meados do final do século XVIII, quando houve na Europa, especificamente na França, uma grande ebulição social onde começava-se a questionar mais incisivamente a noção de governo absolutista e ganhava força a ideia inédita de que a vontade dos cidadãos deveriam ser respeitadas ao invés de serem seguidos cegamente os desejos do monarca. Será nesse contexto que serão discutidas pela primeira vez questões pertinentes à participação das mulheres nas decisões políticas e aos poucos, as ideias que começaram a circular ao longo da *Revolução Francesa*, atravessaram o continente e alcançaram a América Portuguesa.

ANTECEDENTES DO SUFRÁGIO FEMININO NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação das mulheres nas decisões políticas através do voto nos diversos países do mundo foi razão de discussões acirradas durante muito tempo, permanecendo nos dias atuais. O espaço público pode ser percebido enquanto uma arena de disputas que evidencia diferentes relações sociais e de poder, entre elas, as de gênero. Em alguns países europeus, já no final do século XIX, as mulheres garantiram, por meio da luta política direito ao voto. Já no Brasil, somente na primeira metade do século XX, em 1932, o sufrágio feminino aconteceu. Tais conquistas, em todas as referidas localidades, foram fruto, direto e indireto, da mobilização e luta das mulheres.

Na França, em 1790, em meio a um clima de grande efervescência e contestação ao *Antigo Regime*, a população buscava formular suas próprias opiniões acerca do Estado e da melhor forma de governá-lo. Nesse contexto, panfletos, reuniões, livros, influenciados pelos ideais do Iluminismo, traziam questionamentos sobre a ideia do “*Direito Divino*” dos reis e a forma, muitas vezes arbitrária, com que esses geriam a vida da população. Dentre as características dos governos do Antigo Regime,

destacamos: (i) os altos impostos; (ii) a ausência da participação popular nas decisões que traziam consequências diretas para esses; (iii) os aparentemente ilimitados privilégios da nobreza, dentre outros. Todos esses e outros fatores movimentaram a população sem privilégios a colocar em xeque as bases do sistema monárquico francês.

Marques (2019) dialoga sobre a tentativa do povo de entender o sentido da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789). O referido documento trazia, em linhas gerais, baseando-se no pensamento iluminista, a liberdade e igualdade compartilhada entre todos os “homens” desde o nascimento. Além disso, a declaração trazia um conjunto de direitos que evidenciaram que nenhum governante poderia privar o cidadão da sua liberdade, de ter propriedades, que o cidadão não poderia ser oprimido e que esse também tinha direito a segurança. Segundo a autora, tal declaração suscitou o interesse da população em saber se realmente todos os homens poderiam usufruir do que ali estava proposto e algumas mulheres se puseram a questionar se tais considerações também se aplicavam a elas.

Em meio aos burburinhos revolucionários que tomaram conta da França, no que tange a luta pelo sufrágio feminino, evidencia-se a figura de Olympe de Gouges que em 1791, publicou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Nessa obra, Gouges criticava alguns aspectos da primeira declaração e levantava a defesa de ideias que pareciam inusuais considerando o contexto da época. Para ela, por exemplo, as leis deveriam ser consideradas inválidas caso fossem feitas sem que as mulheres fossem ouvidas, as mulheres e homens deveriam ter direito as mesmas oportunidades de trabalho tendo em vista que ambos pagavam impostos, a escravidão deveria ser abolida imediatamente e as mulheres deveriam receber uma boa educação o que possibilitaria que essas fossem boas cidadãs.

Ignorada pelos homens que estavam envolvidos politicamente no “motim” revolucionário, Gouges recorreu à Rainha Maria Antonieta enviando-lhe um exemplar da declaração por ela construída com expectativas de que essa interviesse em favor da causa das mulheres. Essa atitude fez com que Gouges fosse vista pelos homens revolucionários como uma traidora, fato que a fez ser condenada à morte (MARQUES, 2019).

Na mesma época de Gouges, mais uma mulher ganhou destaque na luta política feminina, agora em outra espacialidade, Mary Wollstonecraft uma inglesa, também demonstrou sua insatisfação com a marginalidade relegada às mulheres quanto aos direitos políticos. Ela publicou um livro rebatendo as falas críticas que Rousseau teceu às mulheres em *Émile, ou da educação*. Nessa obra, o autor alegava que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens e que por essa razão, a educação a elas oferecida deveria ser superficial. Em contrapartida, Wollstonecraft defendia que a educação superficial direcionada para as mulheres era a verdadeira razão para que as mulheres

tivessem dificuldades em entender as questões da política e da vida pública, o que poderia ser facilmente revertido se meninas começassem a receber educação igual a dos meninos. As ideias de Wollstonecraft tiveram pouca disseminação no Brasil visto que suas obras não foram traduzidas com rapidez para o português ou o francês, língua muito lida pelos brasileiros letrados do século XIX. Contudo, as obras de Rousseau tiveram grande repercussão em solo brasileiro (MARQUES, 2019).

No Brasil, inspirada em Wollstonecraft e em outras autoras, a educadora Nísia Floresta publicou diversas obras em que defendia a educação como ferramenta para emancipação das mulheres não escravizadas. Ela defendia, portanto, que as mulheres precisavam ser capacitadas para lidar com as práticas sociais e que a ideia de que essas eram destinadas a exercer apenas afazeres domésticos as aprisionava na ignorância e as mantinha como cidadãs inativas (PEREIRA, 2022).

Após o processo de independência do Brasil, em 1822, entrou em vigor a Constituição de 1824, nela foi apresentado o conceito de “cidadão ativo” que seria aquele sujeito apto para participar do processo de eleição dos membros do parlamento e do governo local. Esse processo de votação que abarcava os chamados “sujeitos ativos” era o chamado sufrágio censitário, nele adotava-se o critério de renda para definir quem tinha direito de participar do processo eleitoral, seria nas palavras de Faria (2022) o “homem bom”³ analfabeto, que poderia votar desde que preenchesse certos atributos econômicos e morais”. Os sujeitos ativos para eleger deputados, senadores e integrantes das assembleias eram os indivíduos livres, maiores de 25 anos e com renda anual de pelo menos 200 mil réis, já os sujeitos ativos para a eleição do governo local eram os com renda mínima anual de 100 mil réis. De acordo com Pereira (2022), os cidadãos que tinham direito ao voto eram tidos como a “cabeça política” do núcleo familiar e entendia-se que o seu voto era a representação do que desejava toda a sua família e não a sua vontade particular.

Marques (2019) salienta que a escrita da Constituição ao se referir a “cidadãos” deixava em aberto se as mulheres estavam ou não incluídas no que se poderia compreender como cidadão ativo. A escolha do termo “cidadão ativo” faz alusão à classificação semelhante comum na política francesa em que mulheres, crianças e outros eram considerados sujeitos “passivos”. Nessa perspectiva é possível compreender que as mulheres não foram contempladas com a concessão do voto.

Em 1831, Manuel Alves Branco e José Bonifácio apresentaram um projeto para que mulheres que estivessem na condição de chefes de família por viuvez ou separação tivessem direito ao voto em eleições primárias (para escolha dos membros das assembleias locais). Tal projeto nunca fora votado

³ “Homem bom” é um conceito oriundo do Brasil colonial quando os portugueses implementaram as chamadas Eleições das Vilas em que eram escolhidos os deputados para as cortes de Lisboa. Esses homens bons eram os que possuíam linhagem nobre, os senhores de engenho, militares de alta patente e os ricos comerciantes burgueses. (PEREIRA, 2022)

ou ao menos discutido, mas fora à época a mostra de um avanço na forma de pensar de pelo menos uma parcela dos sujeitos que estavam à frente da política.

Em 1879 começou a ser discutida na Câmara dos Deputados um projeto que visava a reforma do sistema eleitoral brasileiro – nessa ocasião o sufrágio universal fora defendido por alguns membros do Partido Liberal – No ano de 1881 com a Lei Saraiva a ideia de cidadania passou por algumas restrições: (a) fora mantido o voto censitário; (b) instituído o voto facultativo; (c) e, foi vedado o voto àqueles homens que não soubessem ler e escrever. A partir de tais requisitos, houve uma significativa redução do eleitorado brasileiro, excluindo grande parte da população.

Tal perspectiva, ancorava-se na ideia de que para exercer a cidadania através do voto direto o eleitorado precisava ser intelectualmente esclarecido, para o imaginário em voga a população pobre e analfabeta não teria a qualificação necessária para discernir que supunha-se ser exigida pelo sistema direto de votação que contava com o voto secreto. Titulações científicas como diplomas de Direito, Medicina e Odontologia foram reconhecidos como comprovantes da qualificação do eleitor. Dessa forma, a nova face da legislação eleitoral deu margem para que mulheres diplomadas e com a renda anual correspondente ao exigido se tornassem eleitoras. Aproveitando-se dessa brecha, a dentista Isabel Mattos, por exemplo, solicitou e obteve seu registro de eleitora já que atendia aos requisitos exigidos e não havia uma proibição expressa ao voto feminino na legislação vigente. Contudo, em 1887 seu voto fora anulado, o consenso dos legisladores é que a ideia de cidadão se referia implicitamente a sujeitos do sexo masculino não sendo necessária uma proibição expressa para que as mulheres não fossem consideradas como tal. (MARQUES, 2019; PEREIRA, 2022).

Hahner (1981), aponta que na segunda metade do século XIX as mulheres não desejavam mais apenas o respeito, o tratamento auspicioso no seio familiar, sequer o direito à educação superior seria o suficiente, nesse momento as mulheres ansiavam pelo desenvolvimento pleno das suas faculdades em todos os ambientes, a ideia em voga era a de ocupar todos os espaços e funções, competindo com os homens no direcionamento da família e também do Estado e para tal o voto feminino seria essencial.

Em 1891, na Assembleia Nacional Constituinte, deputados debateram o sufrágio feminino e outros temas políticos considerados importantes. Nessa reunião se destacaram as ideias de Tito Lívio de Castro, sobre uma suposta infantilização do cérebro feminino e as falas do deputado Lacerda Coutinho, segundo o qual as mulheres possuem funções delicadas que ao menor sinal de perturbação poderiam se perverter. Apesar de muitos deputados não admitirem compactuar com tais crenças e reconhecerem as aptidões intelectuais das mulheres, esses continuaram sem apoiar o sufrágio feminino em nome da conservação da família e da moral, a crença era de que a permissão do voto feminino seria tal qual um decreto para o fim da família brasileira (HAHNER, 1981).

A partir do século XX a literatura começou a abarcar mais textos escritos por mulheres e textos sobre mulheres, além disso, as exigências acerca da emancipação feminina passaram a ser divulgadas de modo mais moderado. A escrita, que poderia ser feita dentro do ambiente doméstico, era mais tolerável e as autoras menos incisivas quanto às cobranças femininas, que elogiavam a família e a vida dentro do lar, podiam ser vistas como uma prova da intelectualidade feminina.

Durante este século, as mulheres da elite continuaram reivindicando direitos semelhantes aos dos homens, nesse momento não eram exigidas mudanças consideráveis na estrutura familiar, como havia ocorrido anteriormente. Defendia-se ainda que o direito ao voto não iria impedir que as mulheres desempenhassem suas atividades no lar de maneira satisfatória. Professoras, advogadas e outras mulheres das classes superiores sentiam, cada vez mais, a necessidade de garantir o direito ao voto (HAHNER, 1981).

Nesse contexto, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres tituladas como professoras, advogadas, dentistas, engenheiras, escritoras e outras se associaram para criar a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que, em 1922, após reformulações, passou a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em dezembro desse mesmo ano, a federação promoveu o primeiro Congresso Internacional Feminista onde nomes importantes na política e no universo intelectual foram convidados a falar em favor do sufrágio feminino, contudo, nenhuma dessas iniciativas conseguiu garantir às mulheres o direito ao voto. (MARQUES, 2019; PEREIRA, 2022)

Políticos sensíveis à causa continuavam a levar a discussão para as câmaras, vários projetos a favor do voto feminino foram apresentados, destaca-se o do senador Justo Clermont que em 1927 foi pauta de discussão no Senado, o desenrolar desse pleito foi acompanhado de perto pelas mulheres da FBPF que enviaram cartas aos senadores e colheram assinaturas num abaixo-assinado. Essa foi mais uma iniciativa frustrada, mais uma vez as mulheres tiveram o direito ao voto negado.

No ano seguinte, em 1928, no Rio Grande do Norte, foi necessário que houvesse uma nova eleição para representante do Senado já que o antigo senador, Juvenal Lamartine de Faria, havia pleiteado e alcançado o cargo de governador. O governador era favorável ao voto feminino e sem a posição do judiciário estadual diversas mulheres se alistaram como eleitoras, dentre elas a professora Celina Guimarães, considerada a primeira eleitora brasileira. De acordo com Marques (2019) as mulheres da FBPF incentivaram amplamente as eleitoras nordestinas se deslocando inclusive até Natal a fim de distribuir panfletos de cunho sufragista. Esse foi um episódio bastante significativo para a história do sufrágio feminino no Brasil, contudo, mais uma vez, o objetivo da sufragistas não foi alcançado: com a grande dúvida que se estabeleceu na população acerca da validade dos votos das

mulheres de Natal a discussão parte para o Senado que decide pela não validade dos votos, contrariando a aspiração sufragista das mulheres do estado, assim como as de todo o país.

O DIREITO/DEVER DE VOTAR E O DIREITO DE PODER SER VOTADA

Em 1930, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado destituindo o presidente Washington Luís e impedindo a posse do presidente democraticamente eleito Júlio Prestes. A chamada “Era Vargas” perdurou até 1945. Curiosamente foi durante o Governo Vargas, que poucos anos depois do golpe se tornaria um ditador, que finalmente, em 1932, as mulheres conseguiram obter o direito de votar e de serem votadas.

Quando surgiu a pretensão do governo de reformular a legislação eleitoral do país e realizar as eleições para o Legislativo, a FBPF buscou estabelecer um diálogo com Vargas a fim de apresentar as demandas das sufragistas, as quais ganharam a simpatia do então governante. A comissão de juristas escolhida por Vargas, após muitas divergências, debates e ressalvas, aprova o voto feminino com uma série de limitações: o voto seria permitido apenas para mulheres solteiras, com renda própria e as viúvas. As mulheres casadas só poderiam votar com a autorização do marido ainda que tivessem a própria renda. Essas restrições não agradaram as mulheres, visto que tais limitações impediam a plena cidadania e diminuía consideravelmente o possível público feminino votante. Sensível ao apelo das mulheres, Getúlio revisa os encaminhamentos da comissão e decide por autorizar o voto feminino sem restrições, o que constou expressamente no Código Eleitoral publicado em 24 de fevereiro de 1932 (MARQUES, 2019).

Para Pereira (2022), o Código Eleitoral de 1932 foi inovador não apenas por garantir a cidadania ativa para as mulheres, mas por conferir mais competências ao Poder Judiciário no direcionamento do processo eleitoral, culminando na instituição da Justiça Eleitoral, um ramo específico para o gerenciamento das eleições. Em 1933, foram realizadas eleições para os representantes da Assembleia Constituinte, sete mulheres foram candidatas pelo Distrito Federal que na época situava-se no Rio de Janeiro. Apesar de nenhuma ter sido eleita, Bertha Lutz, que dentre elas obteve a maior votação, assumiu a suplência do Partido Autonomista. Em São Paulo, Carlota Queirós pleiteou e conquistou uma vaga de deputada, médica e professora, ela ficou muito conhecida por coordenar o Departamento de Assistência aos Feridos em favor de soldados paulistas feridos durante os conflitos armados que aconteceram em favor da reconstitucionalização do Brasil em 1932. No ano de 1934, Carlota foi novamente eleita deputada e em 1936, Bertha Lutz, que havia sido mais uma vez eleita como deputada suplente, tomou posse do cargo em razão do falecimento do titular tornando-se a segunda mulher deputada do Brasil (MARQUES, 2019).

Com o início do período ditatorial do governo Vargas, que durou de 1937 até 1945, no chamado Estado Novo, a Justiça Eleitoral foi extinta, as eleições diretas foram suspensas, fora instituída a eleição indireta para presidente e partidos políticos foram abolidos. Temos então que da instituição do voto feminino em 1932 até o final da ditadura de Vargas que durou até 1945 as mulheres votaram apenas duas vezes.

Posteriormente à queda de Getúlio, o Brasil voltou a ser uma democracia e as mulheres continuaram a ser consideradas cidadãs aptas ao voto, o qual, inclusive, passou a ser obrigatório. O Código Eleitoral de 1945 se fundamentou no conceito de cidadão-eleitor, trouxe a ampliação do eleitorado reduzindo a faixa etária dos aptos a votar, a obrigatoriedade do voto aos considerados aptos, determinou meios de garantia do sigilo do voto e estabeleceu punições para quem votasse no lugar de outro eleitor ou se inscrevesse para votar mais de uma vez. Essa perspectiva de cidadania eleitoral buscava aproximar o povo do sistema eleitoral e imbuir na população o senso de dever com o engajamento desse com os mecanismos políticos.

De 1945, em diante os cidadãos homens e mulheres puderam exercer livremente o seu direito de votar, de serem votados e de exercerem seus mandatos⁴ enquanto representantes do povo. Até que em 1964 o Brasil entra novamente num governo ditatorial, desta vez de cunho cívico-militar-empresarial.

Em 1988, três anos após o fim da Ditadura cívico-militar-empresarial, é instituída a chamada Constituição Cidadã, vigente até os dias atuais, nela estão estabelecidos os princípios fundamentais para uma vida cidadã com base na liberdade e na democracia. Dentre os aspectos da cidadania eleitoral, garantidos pela Justiça Eleitoral amparada na Constituição de 1988, há: a garantia de eleições diretas, livres e periódicas; o sufrágio universal com voto facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e maiores de 16 e menores de 18; o voto obrigatório para os maiores de 18; liberdade dos eleitores de votar e serem votados nos candidatos de sua escolha; o voto secreto; a livre concorrência entre os partidos políticos, entre outras.

Westhrop (2022), trouxe em sua dissertação intitulada “Adoção do voto feminino no Brasil: entre a teoria da emancipação das mulheres e a motivação eleitoral da elite no poder.” um pertinente questionamento acerca do sufrágio feminino: seria esse um real instrumento para emancipação feminina ou um mecanismo político e autoritário a ser utilizado em favor da elite?

⁴ Precisamente no ano de 1968, quatro anos após o início da ditadura cívico-militar, foi instituído o mais duro dos atos institucionais, o AI-5 que garantia ao Executivo poder amplo para suspender direitos políticos dos cidadãos, suspender, dispensar ou demitir funcionários públicos, cassar mandatos de políticos eleitos pelo povo, suspender garantias constitucionais dentre outros.

Segundo a análise da autora, a experiência do sufrágio brasileiro ocorreu em meio a um contexto de conservadorismo e autoritarismo no qual a igreja católica tinha uma significativa influência. Nesse cenário, o interesse no processo de democratização e moralização dos processos políticos estava atrelado, também, ao desejo de se obter um instrumento que fomentasse estrategicamente a preservação de grupos no poder. Desse modo, ela pôde constatar que durante o processo de sufrágio foram reiterados discursos hegemônicos e conservadores em relação às mulheres e que a igreja se apropriou da retórica sufragista como um meio para defender um tipo específico de voto feminino e reconquistar espaços perdidos durante a primeira república.

No contexto atual, conforme os dados apresentados a seguir irão revelar, o voto ainda é utilizado, por uma parcela da sociedade, como um mecanismo de continuidade do poder dos discursos e grupos hegemônicos, bem como, da mesma forma, ainda é utilizado como um meio de se alcançar a mudanças estruturais essenciais para o bem comum.

A forma de pensar e fazer política assim como o processo eleitoral brasileiro são instâncias dinâmicas e vivas, sujeitas a modificações constantes feitas em acordo com a época, a conjuntura política vigente, as condições econômicas, sociais, as influências de um mundo amplamente globalizado e diversos fatores mais. Essas características nos impelem ao exercício constante não apenas de revisitar a história a fim de percebermos os antecedentes e os itinerários percorridos para determinados fins, mas também de os colocarmos reiteradamente em paralelo com o contexto em voga para percebermos avanços, estagnações e, muitas vezes, conseqüentemente, retrocessos.

NOVENTA E UM ANOS DEPOIS: UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA ATUAL DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Quando falamos em poder, geralmente nos remetemos à atuação política ou à capacidade de dominação. Seguindo tal perspectiva, o movimento feminista frisou “a falta de poder das mulheres, condenando o exercício masculino do poder como dominação”, assim como reivindicaram “direitos iguais - proteção igual na arena política e acesso igual à riqueza econômica” (HOOKS, 2019, p. 131). Dito isso, ao observarmos o itinerário político eleitoral brasileiro até os dias atuais, concluímos que diante de diferentes contextos, democráticos, ditatoriais, progressistas ou conservadores, as mulheres reivindicaram/reivindicam uma participação política efetiva, trazendo como bandeira essa concepção de poder.

bell hooks⁵(2019) evidencia que a dominação é uma forma de poder que deve ser abolida e a atuação feminina deve voltar-se para libertação de todas as pessoas, trazendo à tona um viés não só

⁵ A autora solicita que o seu nome seja escrito em letras minúsculas afim de que seja evidenciada a obra e não a autoria.

de gênero, mas também de classe e de raça. Tais considerações são importantes, pois após 91 anos do sufrágio feminino contamos com importantes vitórias no âmbito da própria legislação eleitoral, como a Emenda Constitucional nº 97/2017 que ao vedar a celebração de coligações nas eleições, instituiu o percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas para os cargos políticos em cada partido. Entretanto, mesmo diante de avanços, passamos a nos questionar se as mulheres estão, em quantidade considerável, sendo candidatas e efetivamente eleitas e se as eleitas estão junto às demandas de todo um conjunto de mulheres.

DILMA ROUSSEFF, A PRIMEIRA MULHER ELEITA PRESIDENTE DO BRASIL

A eleição em 2010 e reeleição em 2014 de Dilma Rousseff a consagrou como a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil, a conquista, no entanto, de acordo com Cardoso e Souza (2016) não representou avanços consistentes para a agenda feminista no país. Para os autores a forma como se deu o impeachment é um retrato claro de como as mulheres são discriminadas no universo da política e do quanto são alvo de violências de gênero dos mais variados tipos.

Dos estigmas do que é ser mulher e do que é feminilidade, apontamentos de supostos “descontroles emocionais” grifados com a adjetivação pejorativa de “louca”, “descontrolada” e “histérica”, comparações misóginas e críticas sexistas à forma como escolheu gerir seus mandatos até o extremo: seu rosto estampado em carros por todo o país simulando uma cena violenta de abuso sexual. Esses são alguns exemplos das violências impostas à Dilma Rousseff durante o seu processo de impeachment.⁶

No ano de 2014 o Brasil, assim como o restante do mundo, passava por um processo de recessão econômica e continha uma crescente massa de desempregados, esse cenário somado aos ajustes fiscais e a crescente impopularidade da presidente criaram o cenário atribulado de descontentamento popular. Não era incomum ouvir em conversas cotidianas que aquele momento delicado que atravessávamos tinha um culpado, ou melhor, uma culpada. “Se fosse um homem governando seria diferente.” “Isso está acontecendo porque é uma mulher no poder.” Esses discursos eram defendidos por muitos, inclusive por mulheres, o que comprova a eficácia da hegemonia machista e patriarcal tão atrelada e naturalizada na nossa sociedade que suas ideias, discursos e ações são amplamente defendidas e reiteradas por mulheres que não percebem ou se preocupam com as assimetrias e prejuízos que esses impõem sobre a sua própria classe.

⁶ No presente trabalho não pretendemos adentrar nos antecedentes e desdobramentos do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff posto que nosso objetivo é discutir os atravessamentos de gênero contidos no desenrolar do processo.

Passou-se a questionar se as mulheres teriam capacidade para governar um país, especialmente um país de dimensões continentais como é o Brasil. É interessante ressaltar que ao analisar mais profundamente as críticas direcionadas a ex-presidente é perceptível que elas pouco diziam sobre a sua gestão em si estando muito mais atreladas a sua aparência, modo de vestir, sanidade, sexualidade e gênero.

Leitão (2018) aponta a relevância de compreender a concepção do trabalho no Brasil para fazer as análises pertinente a gênero em especial ao que diz respeito às relações de poder. Segundo a autora há uma divisão do trabalho na modernidade que é orientada pelo sexo e isso se dá com o intuito de estabelecer uma relação de dependência entre homens e mulheres e que coloca a mulher no nicho privado, restrita ao ser mãe, dona de casa e esposa. A revolução industrial tira o trabalho feminino da restrição do lar e a sociedade patriarcal lida com essa nova realidade com a construção de discursos moralizantes que buscam tolher a “nova liberdade” das mulheres. O campo de atuação das mulheres no universo da industrialização é restrito a subalternidade, o imaginário do “ser mulher”⁷ que as limita ao que é doméstico e ao cuidado resulta na sua desvalorização intelectual, política e profissional e por essa razão elas são impedidas de exercer cargos de chefia ou que exigem a tomada de decisões. Havia ainda a percepção de que a imersão das mulheres em trabalhos fora do ambiente doméstico colocava em xeque a estrutura e harmonia da família.

Para Hahner (1981) quão mais distante as mulheres ficassem dos ambientes e das atividades domésticas de modo que essas não pudessem facilmente ser definidas como uma extensão das suas funções maternas, mais oposição masculina essas iriam encontrar.

Uma mulher chefe de estado certamente causou imenso desconforto na parcela mais conservadora da sociedade brasileira, contudo, é importante ressaltar que até mesmo entre os que se colocam como progressistas não é incomum observarmos retóricas machistas e misóginas. A mídia exerceu um papel fundamental no processo de *impeachment*, o sensacionalismo, as chamadas machistas, a propagação da imagem de uma mulher “enlouquecida” e “histérica” era comum em diversos meios de comunicação. A insatisfação popular imersa numa retórica sexista e misógina encontrou eco na condução de alguns dos meios da imprensa fazendo com que a propagação dos discursos e das concepções assimétricas de gênero que atravessavam o processo se estabelecessem

⁷ É necessário fazer um recorte de raça para recordarmos que a compreensão do que é “ser mulher” é atravessada fortemente por questões de raça e de classe visto que quando condicionamos a ideia de “ser mulher” ao âmbito privado, ao ser esposa, ao não trabalhar fora do lar estamos inegavelmente nos referindo a apenas uma parcela de mulheres: mulheres brancas. As mulheres negras sempre trabalharam fora do lar e não eram vistas como frágeis donas de casa, mães e esposas, estando essas durante longo tempo escravizadas, objetificadas e mercantilizadas. A ideia de “ser mulher” se adapta aos interesses daqueles que são detentores do poder

numa forma espiral, um ciclo que sem interrupções se fortalecia e reiterava-se se justificando nele próprio: as ideias machistas amplamente presentes no subconsciente da população, posto que vivemos numa sociedade historicamente marcada por preconceitos e assimetrias de gênero, encontravam respaldo nas chamadas da imprensa que por sua vez utilizava as concepções da massa como combustível.

Temos então um ambiente propício para o que posteriormente foi chamado por grupos feministas de um “golpe de estado machista e patriarcal”. Não por acaso, no ano do impeachment, 2014, a expressão “ideologia de gênero” passou a fazer massivamente parte do vocabulário dos brasileiros e brasileiras, a onda conservadora criou uma espécie de pânico moral em torno da expressão “gênero” sob a alegação que havia uma tentativa de atentado contra a moral e contra a manutenção da família – tradicional – brasileira, professores e professoras foram acusados (as) de doutrinar crianças e incentivá-las a mudança de gênero, a optarem por um ou outra orientação sexual e a educação sexual fora pintada como “ensinar crianças a fazerem sexo”, depois de longas disputas entre o campo progressista e o conservador representado na câmara de deputados especialmente pela bancada evangélica houve a retirada da expressão “gênero” dos documentos oficiais.

O avanço do conservadorismo no Brasil foi e ainda é uma realidade. Na eleição de 2018, primeira após o impeachment, para a presidência temos a eleição de Jair Messias Bolsonaro, representante da ultradireita famoso por expressar suas concepções claramente racistas, homofóbicas, e misóginas através de expressões que foram amplamente aplaudidas por seus seguidores “eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”, “Só não te estupro porque você não merece” são algumas das falas de Bolsonaro, sendo a última direcionada para a deputada Maria de Rosário. Na última eleição, em 2022, Bolsonaro perdeu a eleição para Luiz Inácio Lula da Silva, do campo progressista, e entrou para a história como único presidente eleito que não conseguiu se reeleger. Diferentemente do resultado presidencial, para os cargos de senadores e deputados foi possível observar o massivo crescimento do conservadorismo no país, conforme veremos a seguir.

PANORAMA GERAL SOBRE AS ELEIÇÕES DE MULHERES ENTRE 2016-2022

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens, elas representam 51,8% da população e eles 48,2%. Contudo, quando passamos a analisar os percentuais de atuação política os resultados não condizem com a realidade de mais da metade da população brasileira. Desde de 1995, contamos com uma legislação eleitoral que prevê cotas de gênero nas eleições, em 2009 tais disposições se tornam

obrigatórias e desde 2017 cabem aos partidos cumprirem com o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres nas eleições.

Mesmo diante de um aparato legal que enxerga a urgência da ampliação da representação feminina nos cargos de governo, percebemos que a ausência ainda é uma realidade. Segundo dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, em 2016 13,5% dos(as) vereadores(as) eleitos(as) foram mulheres e no mesmo ano, 636 mulheres foram eleitas prefeitas, representando 11,64% dos(as) prefeitos(as) eleitos(as) no Brasil. Em 2018, tivemos eleições para o senado, governo do estado, para deputado(a) federal e estadual, assim como para a presidência. Nessas eleições as mulheres representaram 15,56% dos(as) deputados(as) estaduais eleitos(as), 15,01% dos(as) deputados(as) federais, 11,04% dos(as) senadores(as) e 3,85% dos cargos de governador(a), representado a menor porcentagem de representação feminina.

Já em 2020, tivemos um aumento no número de mulheres eleitas para o cargo de prefeito(a), representando 12,04% do total. Também nesse ano, observamos o crescimento no número de vereadoras eleitas, pois passamos de 13,05% para 16,51%. Contudo, tais números ainda não refletem a composição da sociedade brasileira, evidenciando que ainda há um longo caminho a ser trilhado pelas mulheres, quando observamos a participação política nos cargos citados. Entretanto, salientamos, em acordo com hooks (2019), que não é apenas presente no Congresso, nas Câmaras, nos Ministérios que as mulheres exercem poder e fazem política, a atuação feminina nos movimentos nos bairros, nos campos, nas áreas urbanas e no movimento feminista são efetivos para transformação da sociedade. Afinal, mesmo as mulheres recebendo papéis específicos “que lhes são atribuídos com base no sexo, não são educadas dentro de um sistema de valores diferente” dos homens (HOOKS, 2019, p. 134) e por isso, é essencial não só mulheres serem eleitas, mas egermos mulheres que pautam suas atuações políticas na transformação da realidade das mulheres trabalhadoras, indígenas, negras, periféricas e outras que também estão a margem.

À exemplo de mulheres combativas que ocuparam espaço na política nacional, temos a vereadora eleita para Câmara do Rio de Janeiro, Marielle Franco que recebeu 46.502 votos em 2016, mas antes de terminar seu mandato foi assassinada. Tal crime é considerado um crime político devido a tudo que Marielle Franco representava e representa: a luta das mulheres da margem dentro de espaços que lhes são historicamente negados.

Em contrapartida, também temos exemplos de mulheres que atuam contra as mulheres, como Damares Alves, que foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos entre os anos de 2019 a 2022 e nas eleições de 2022 foi eleita Senadora pelo Distrito Federal. Durante sua atuação como Ministra, Damares Alves reduziu o orçamento destinado ao combate à violência contra as mulheres, defendeu abstinência sexual enquanto método contraceptivo, estimulou a perseguição de

uma criança vítima de violência sexual que garantiu o direito ao aborto seguro e outras medidas/falas que vão na contramão do histórico de luta das mulheres. Dessa forma, a ex-ministra demonstra que mulheres que ascendem ao poder dentro da estrutura sexista podem tornar-se também agentes da opressão “de outras pessoas, incluindo de outras mulheres” (HOOKS, 2019, p.132).

Em acordo com hooks (2019), Rodrigues e Costa (2022) salientam uma reflexão há muito feita pelo movimento feminista: não é o bastante se reconhecer como mulher, o reconhecimento, sozinho, não é um elemento que garantirá a luta em prol dos direitos das mulheres frente ao machismo e ao patriarcado. As ideias das autoras dialogam com as encontradas nas análises de Westhrop (2022) de que muitas vezes as mulheres são utilizadas como instrumentos pelo patriarcado. O distanciamento temporal dos recortes analisados, tendo as primeiras o cenário atual e a segunda o processo da luta pelo sufrágio feminino brasileiro, e os resultados semelhantes que foram identificados, possibilitam a compreensão de que essa ainda é uma prerrogativa em voga, ou seja, as mulheres – e o seu direito de votar/ser votada – ainda estão sendo utilizadas como instrumentos de perpetuação do poder masculino, mais do que isso, muitas mulheres se apropriam desse mecanismo de opressão impondo-o aos demais.

Acerca das eleições de 2022, segundo o TSE, houve uma significativa mudança, pois o número de candidaturas femininas foi superior ao dos outros anos, dado que elas representaram “33,3% dos registros nas esferas federal, estaduais e distritais” (AGÊNCIA SENADO, 2022). Contudo, a então Ministra Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro, do TSE alerta que, frequentemente, os partidos lançam candidaturas “laranjas” para cumprirem a cota eleitoral, prejudicando a efetiva inserção da mulher na política.

Nesse cenário, apesar da mudança, os números das candidaturas em 2022 ainda são preocupantes, pois expressam o mesmo perfil de candidatos(as) dos anos anteriores: a maioria são homens (77,02%), brancos(as) (66,38%), com mais de 50 anos (51,07), casados (66,3%) e com formação em nível superior completa (80,4%) (AGÊNCIA SENADO, 2022). Para o Senado, quatro mulheres foram eleitas, três são representantes da direita e ultradireita: Damares Alves (Republicanos - DF), Teresa Cristina (PP-MS) que comandou o Ministério da Agricultura no Governo Bolsonaro e a Professora Dorinha (União Brasil - TO), menos radical que as suas colegas. Voltada às políticas progressistas, contamos apenas com a eleição de Teresa Leitão (PT-PE). Apesar do maior número de candidaturas de mulheres para o Senado, na próxima Legislatura de 2023, as mulheres terão um menor número de cadeiras (de 12 para 10) e dentre as eleitas, nem todas representam as pautas históricas da luta das mulheres.

Contudo, destacamos algumas importantes vitórias, como o crescimento do percentual de deputadas federais negras, indígenas e trans eleitas, o que faz aumentar a diversidade de mulheres

entre as nossas representantes. Entretanto, os números gerais não são muito animadores ainda, pois mesmo com o crescimento de mulheres eleitas para o cargo de deputada federal (de 15,01 para 18%), o crescimento não foi uniforme, considerando as regiões, tivemos, de acordo com TSE, os seguintes números em 2022: na região Centro-Oeste, 11 mulheres eleitas; no Nordeste, 18 mulheres eleitas, alcançando o percentual; na região Norte foram 14 eleitas; no Sudeste foram 33 eleitas e no Sul 15 eleitas. O total de deputadas federais eleitas em 2022 foi de 91, na eleição anterior, em 2018, o total havia sido de 77 eleitas, ou seja, houve um crescimento tímido, mas considerável.

Dentre as mulheres eleitas para Câmara, temos um significativo número de representantes do Partido Liberal - PL (17 mulheres), partido caracterizado pelo ultraconservadorismo. Entre os nomes, destacamos: Sonize Barbosa (AP), Silvia Waiãpi (AP), Roberta Roma (BA), Bia Kicis (DF), Magda Moffato (GO), Rosângela Reis (MG), Amália Barros (MT), Soraya Santos (RJ), Silvia Cristina (RO), Caroline de Toni (SC), Julia Zanatta (SC), Daniela Reinehr (SC), Carla Zambelli (SP) e Rosana Valle (SP). No campo progressista, foram eleitas, pela primeira vez, duas mulheres trans: Duda Salabert (PDT- MG) e Erika Hilton (PSOL-SP). Destacamos também a eleição de duas ativistas indígenas: Sônia Guajajara (PSOL-SP) e Célia Xakriabá (PSOL-MG). Além disso, foi eleita como deputada, pela primeira vez, uma mulher negra no estado do Paraná, Carol Dartora (PT-PR).

Dentre as mulheres citadas destacamos a deputada Caroline de Toni, pois ela tornou-se a mulher mais votada para o cargo no estado de Santa Catarina e em sua campanha demonstrou total apoio à reeleição de Jair Bolsonaro, presidente conhecido pela misoginia, e trouxe para a sua campanha a luta contra o direito ao aborto, a busca pela “moralidade”, o anticomunismo e um forte teor religioso. Outro exemplo é a deputada eleita Bia Kicis, que foi a deputada mais votada no Distrito Federal, também uma apoiadora ferrenha do bolsonarismo, declaradamente uma negacionista da vacina e das medidas de prevenção ao contágio, como o isolamento social e o uso da máscara, durante o período de pandemia da Covid 19 e que juntamente com o presidente da época, Jair Bolsonaro, incentivou o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. Os referidos exemplos enfatizam o argumento de hooks (2019), não basta ser mulher, é preciso ser antirracista, antissexista e buscar o fim das opressões, sem isso, caímos em uma representação feminina que ajuda na manutenção do *status quo*. As ideias de Rodrigues e Costa (2022) vão ao encontro do defendido por hooks (2019), visto que as mesmas apontam que à medida em que o neofascismo e ultraconservadorismo estão em crescimento no Brasil, podemos perceber que o apoio de mulheres contribui ativamente para a perpetuação do poderio masculino e para a disseminação/fomentação das ideias fundamentadas numa pseudomoral autoritária e cristã e num ideal de família restrito ao modelo cisgênero e heterossexual.

Retomando as considerações dos dados, percebemos, a partir dessa breve análise das eleições de 2022 para deputados, que, possivelmente, haverá tensões na “bancada feminina” na Câmara entre o campo progressista e conservador.

No que tange o pleito para governo de estado dentre as 222 candidaturas apenas 35 foram de mulheres. Esse número é um pouco maior que o do ano de 2018 quando 31 mulheres encabeçaram chapas no pleito. No ano de 2022 as candidatas a governadora disputaram no Acre, Cylmara Fernandes (MDB) ; no Amazonas, Caroline Da Silva Braz (PDT) e Nair Queiroz Blair (AGIR), no Distrito Federal Leila Gomes De Barros Rêgo (PDT), em Goiás Elga Maria Martins De Paula (PCB) e Cintia Aparecida Dias (PSOL); em Minas Gerais Lorene Figueiredo De Oliveira (PSOL), Lourdes Francisco Da Costa (PCO), Renata Regina De Abreu Rodrigues (PCB), Indira Ivanise Xavier (UP) e Vanessa Portugal Barbosa (PSTU); no Mato Grosso do Sul Rosiane Modesto De Oliveira (UNIÃO) e Giselle Marques De Araújo (PT); no Mato Grosso Marcia Aparecida Kuhn Pinheiro (PV); no Pará, Sofia De Almeida Couto (PMB); na Paraíba Adjany Simplicio De Castro (PSOL); em Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), Marília Arraes (Solidariedade) e Claudia Machado Ribeiro (PSTU); no Piauí, Gessy Fonseca (PSC), Ravenna Castro (PMN), Lourdes Melo (PCO) e Madalena Nunes (PSOL); no Paraná, Angela Machado (PSOL), Solange Bueno (PMN) e Vivi Mota (PCB); No Rio de Janeiro, Juliete Pantoja (UP); no Rio Grande do Norte, Clorisa Linhares (PMB), Fátima Bezerra (PT) e Rosália Fernandes (PSTU); em Roraima, Teresa Surita (MDB); no Rio Grande do Sul, Rejane de Oliveira (PSTU); no Sergipe, Niully Campos (PSOL); em Tocantins, Carmen Hannud (PCO) e Karol Chaves (PSOL).

Entre os (as) 27 eleitos (as) para governança dos estados, apenas 2 são mulheres: Raquel Lyra (PSDB) – que não declarou apoio a nenhum dos candidatos à presidência da república e optou por defender um discurso de neutralidade apesar de ter sua candidatura apoiada massivamente pelo palanque bolsonarista – no estado de Pernambuco, que venceu a disputa, em um segundo turno formado só por mulheres, contra Marília Arraes (Solidariedade) e se tornou a primeira governadora do estado e Fátima Bezerra (PT) no Rio Grande do Norte que foi reeleita no primeiro turno da disputa. Com as eleições de 2022, o Brasil chega ao marco de 10 mulheres governadoras eleitas desde a redemocratização.

Na disputa presidencial, como candidatas concorreram Simone Tebet (MDB), Vera Lúcia (PSTU), Sofia Manzano (PCB) e Soraya Thronicke (UNIÃO BRASIL), nenhuma delas chegou ao segundo turno que foi disputado por Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu vencedor do pleito, e Jair Messias Bolsonaro que tentou a reeleição.

CONCLUSÃO

As discussões aqui levantadas demonstram que o sufrágio feminino brasileiro foi um processo plural que abarcou uma série de interesses de diferentes grupos. De um lado a elite liberal e a igreja católica que, a partir dos seus interesses hegemônicos, colocaram sobre a retórica do sufrágio universal mecanismos a fim de o transformarem em instrumento de manutenção de grupos determinados no poder e do outro os agentes revolucionários que buscavam a expansão do eleitorado e diminuição das desigualdades na perspectiva eleitoral e democrática.

91 anos após o sufrágio feminino brasileiro as mulheres são, hoje, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, a maioria do público apto a votar. Das 156.454.011 pessoas habilitadas para exercer o voto, 82.373.164 são mulheres. Isso significa que do total de pessoas votantes as mulheres representam 52,65% do público enquanto os homens representam 47,33%.

Além de maioria nos cinco maiores colégios eleitorais do país – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul – no exterior o número de eleitoras mulheres também é superior ao de eleitores homens.

Apesar de serem maioria do eleitorado brasileiro, conforme os dados anteriormente apresentados podemos perceber que as mulheres ainda estão sub-representadas tanto no número de candidaturas quanto no número de eleitos. A diferença massiva entre o número de homens e mulheres candidatos e eleitos nos possibilita pensar numa cisão que divide o Brasil em “Brasil político” e “Brasil real” em que o primeiro expõe a enorme disparidade de gênero na ocupação dos cargos políticos e o segundo é o retrato de um país de maioria feminina compondo o grupo de eleitores aptos a votar e serem votados.

Refletir sobre o itinerário político da participação feminina no processo eleitoral brasileiro nos permite perceber que, mesmo passados 91 anos do sufrágio feminino, as problemáticas referentes as disparidades e a violência de gênero ainda atravessam fortemente a dinâmica eleitoral brasileira. Nos permite perceber também que mesmo algumas das mulheres eleitas acabam por gerir seus mandatos de modo a contribuir com o conservadorismo que é por vezes antagônico à emancipação feminina e aos avanços progressistas que visam defender, garantir e conquistar direitos para as mulheres, esse fato demonstra que a hegemonia da ideologia (ideias, concepções, visão de mundo) machista e patriarcal é tão eficaz que inclusive as mulheres defendem e reiteram seus discursos sem a percepção ou preocupação do seu significado para a própria classe das mulheres, da qual essas fazem parte.

Não sem conflitos, dilemas e forte resistência as mulheres têm galgado novas posições e ocupado lugares nas ciências, nas artes, na política e exercido funções tidas como tipicamente masculinas. Reiterando, no contexto dos processos eleitorais brasileiros, os dados com os números de mulheres candidatas e eleitas refletem a participação tímida de um grupo que é maioria

populacional e eleitoral, um abismo entre o que aqui chamamos de “Brasil político” e “Brasil real”. A sub-representação feminina nos cargos políticos implica na construção de agendas políticas que muitas vezes ignoram e negligenciam anseios próprios das mulheres, especialmente com a ascensão da onda ultra conservadora da direita.

Com o exemplo do vivido pela ex-presidente Dilma, primeira mulher eleita presidente do Brasil, percebemos que alcançar posições e ocupar espaços não significa por si só o fim da disparidade entre os gêneros, posto que, apesar de apontar um considerável avanço, conquistas como essa corriqueiramente escancaram as violências de gênero e as práticas misóginas que atravessam a atuação das mulheres que se propõem a ocupar espaços que simbolicamente são tidos como masculinos e refletem o longo caminho que ainda precisamos percorrer a fim de construirmos uma sociedade que tenha como fundamento a equidade entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Candidaturas femininas crescem, mas a representação ainda é baixa. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/26/candidaturas-femininas-crescem-mas-representacao-ainda-e-baixa> Acesso em 20 de dezembro de 2022
- BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.
- _____. Decreto nº 7.586 de 28 de maio de 1945.
- _____. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.
- CARDOSO, Yasmim Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. *Revista Pauta Geral- Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, vol.3, n.2, p.45-65, jul/dez, 2016
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- IBGE. Quantidade de homens e mulheres. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,estimativa%20superior%20a%20das%20mulheres> Acesso em 15 de novembro de 2022
- LEITÃO, Claudia. Imaginário, mulher e poder no Brasil: reflexões acerca do impeachment de Dilma Rousseff. In: *O Golpe na perspectiva de gênero*. Linda Rubim; Fernanda Argolo (Organizadoras). Edufba, Salvador, 2018

-
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O voto feminino no Brasil*. 2ª edição, Edições Câmara, Brasília, 2019.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.
- PEREIRA, Diva Lucy de Faria. *Voto feminino no Brasil*. Brasília, 2022
- PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (org). *História da cidadania*. Editora Contexto, 2007.
- RODRIGUES, Ana Livia; COSTA, Ramayana. Mulheres ultraconservadoras: elementos para uma reflexão feminista. *Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 1, mar./jun. p. 97–141 Fortaleza, 2022.
- WESTHROP, Amy Josephine *Adoção do voto feminino no Brasil: entre a teoria da emancipação das mulheres e a motivação eleitoral da elite no poder*. 2022. 140 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;communit/bitstream/handle/10438/32848/AMY%20JO%20WESTHROP.%20DISSERTAC%cc%a7A%cc%83O.%202022.%20COM%20FICHA%20ETC.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 17 de junho de 2023.

O DISCURSO OCULTO NO OBITUÁRIO DE EXTREMA EXALTAÇÃO DA IMAGEM DE JOAQUIM NABUCO

THE HIDDEN DISCOURSE IN THE OBITUARY OF EXTREME EXALTATION OF THE
IMAGE OF JOAQUIM NABUCO

Keicy Salustiano Duarte Silva¹

Resumo: O artigo tem por objetivo, analisar a retórica da exaltação em alguns discursos biográficos e obituários do século XX, sobre o abolicionista Joaquim Nabuco. Considerando a escrita biográfica e a produção obituária como escritas da história e construtoras de reputação, em diálogo com Julian Hamann, James Scott e Trouillot, analisamos os elementos por trás do discurso público, que expliquem a repetição e o desejo de saudar a vida de Nabuco como um talentoso nato, e sobretudo, como uma espécie de “libertador da raça negra”. A análise evidenciou, que a tentativa de construir um sujeito insigne, oculta uma identificação com o falecido, sua origem ou classe, da mesma forma, essa fabricação da história fomenta uma certa invisibilidade de fatos e participantes ativos no mesmo tecido social.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco, Abolicionismo, Biografia, Discurso.

Abstract: The article aims to analyze the rhetoric of exaltation in some biographical and obituary speeches of the twentieth century, about the abolitionist Joaquim Nabuco. Considering biographical writing and obituary production as writings of history and builders of reputation, in dialogue with Julian Hamann, James Scott and Trouillot, we analyze the elements behind the public discourse, which explain the repetition and the desire to salute the life of Nabuco as a born talent, and above all, as a kind of “liberator of the black race”. The analysis showed that the attempt to build a distinguished subject hides an identification with the deceased, his origin or class, in the same way, this fabrication of history fosters a certain invisibility of facts and active participants in the same social fabric.

Keywords: Joaquim Nabuco, Abolitionism, Biography, Speech.

¹ Doutoranda em História Social pelo PPGHIS-UFRJ. Mestre em História PPGHIS-UFSC. Graduada em Licenciatura em História pela UFFS. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7532494258925599>. E-mail: keicyssilva@gmail.com. Orcid: <http://lattes.cnpq.br/7532494258925599>.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise sobre a forma de apresentação da trajetória do abolicionista Joaquim Nabuco, por meio do discurso biográfico e obituário compostos de extrema valorização do sujeito como uma persona excepcional e com uma vida exemplar. Partimos do pressuposto, que a existência de um grande número de biografias e textos de elogio fúnebres sobre Joaquim Nabuco, passa uma determinada mensagem à sociedade, assim como, demarca uma determinada persona como importante para a história do país, sobretudo se tratando de um sujeito branco da elite escravocrata do século XIX. Sabemos da existência de um número considerável de biografias publicadas sobre Nabuco no século XX, e a grande maioria promoveu na forma retórica, a fabricação de Nabuco como líder abolicionista e, inclusive, como mais destacado no movimento em relação aos abolicionistas negros, como por exemplo, André Rebouças e José do Patrocínio, ou mesmo Luiz Gama que iniciou suas movimentações pela causa abolicionista muito antes de Joaquim Nabuco.

Essas biografias, tiveram grande espaço na construção de Nabuco como um *cânone*, no sentido de pessoa com talentos naturais, dono de uma vida exemplar e símbolo nacional. Como nos lembrou Célia Maria Marinho Azevedo (2001), a celebração de imagem de Nabuco ainda é tamanha, “[...]que alguém que não reconhece tal culto, ou não compartilhe de uma tal devoção, tem a sensação de estar sendo arrastado a um ritual sufocante de rezas e incensos, fora do qual só existiriam as fogueiras inquisitoriais” (AZEVEDO, 2001, p. 1). Por suposto, nossa abordagem tem como foco, olhar para o discurso presente em dois textos que podem ser considerados obituários de Joaquim Nabuco. O primeiro, é o discurso de Gilberto Freyre, escritor que produziu uma série de artigos durante os anos de 1847 e 1987, em decorrência dos cem anos da morte de Nabuco, artigos esses que hoje estão compilados em um livro denominado *Em torno de Joaquim Nabuco* (2010). Outra matéria prima para nosso debate, é o elogio fúnebre seguido de um esboço biográfico escrito por Sebastião de Vasconcelos Galvão, e publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um ano após a morte de Nabuco em 1911.

No intuito de trazermos efetividade ao debate, vamos apresentar apenas uma amostra de como esses textos tentaram eternizar a figura de Joaquim Nabuco como sujeito único e exemplar. Nosso foco é a retórica discursiva que denomina a vida de Nabuco como algo a ser lembrado de modo grandioso, claramente não daremos conta, neste artigo, de apresentar a gama completa de cada fonte, porém, a ideia central é abrir uma janela para a discussão principal: o que estaria por trás do discurso público sobre a vida de Nabuco? Qual desejo se mostra na saudação da vida de Nabuco por meio desses tipos textuais? A quem interessa a extrema valorização da vida e dos feitos de Nabuco, e a fixação de sua figura na história da escravidão no Brasil como grande abolicionista? Essas, são

algumas das indagações que permeiam nossa reflexão prévia sobre o tema e, com certeza, também são questões que nos inquietam a explicar um pouco mais a temática.

O sociólogo Julian Hamann (2015), apresenta a perspectiva de como a valorização biográfica evoca a vida de sujeitos descritos como naturalmente talentosos, sujeitos apresentados com trajetória de vida linear, bem articulada, coerente e com acontecimentos ordenadores de um sucesso, são aqueles considerados predestinados a um determinado êxito e uma determinada carreira. A ideia de Hamann, que nomeia o obituário como um texto acadêmico com formas institucionalizadas e fabricado por especialistas, contribui para pensarmos essa produção discursiva obituária como advinda de um grupo específico, que deseja manter-se na virtude de seus privilégios, notados e lembrados como superiores. Com relação ao discurso público, que está presente no texto do obituário institucional, nossa proposta é dialogar com a abordagem de discursos ocultos de James Scott (2013), assim como pensar a argumentação de Michel-Rolph Trouillot (2016), sobre o processo de silenciamento do passado e a produção historiográfica.

É cabível mencionar, que a tese de James Scott sobre os discursos ocultos, está relacionada com as formas de resistência de grupos sujeitos à uma dominação social. Para Scott, o discurso escondido pode aquietar o sujeito em primeira instância, mas pode também, tornar-se um potencial de conflito ou revolta que dependendo da situação pode ser eficaz na ação do sujeito. O discurso oculto nesse caso, é o que constitui a validação do poder, quem determina o que pode ser público e o que não pode ser dito seriam então as elites dominantes (SCOTT, 2013). Por essa ótica, trazemos o pensamento de James Scott no sentido, de que a mesma classe dominante que instaura o poder de discursar, é a que esconde um desejo de mostrar-se como superior na historiografia. Pensando assim, o discurso público presente no obituário preenchido por cordialidades e reverências, esconderia também uma vontade de manutenção da história como algo fabricado e dito apenas por “nós”, os considerados vencedores, os merecedores de destaque fúnebre. Ou seja, o lado dominante pode também esconder um discurso, na ânsia pela fabricação da história, mas que se apresenta em forma de exaltação ao outro, aos pares.

A primeira sessão deste artigo, servirá como introdução para compreendermos o contexto social e as origens de Nabuco, assim, traremos uma breve historicização sobre sua produção intelectual, o ambiente em que cresceu e um pouco do seu envolvimento na política e na causa pela abolição da escravidão. A segunda sessão, e a mais longa, é composta pela principal discussão deste trabalho, a apresentação das fontes por meio da descrição de alguns trechos que exemplificam a forma retórica que descreve, constrói e posiciona Joaquim Nabuco como um sujeito monumento em relação ao abolicionismo. Aliado a isso, traremos o aporte teórico para fundamentar a discussão principal do artigo, sobre qual o discurso dominante, e como essa forma retórica contribui na tentativa de

construção de uma reputação do sujeito que se quer exaltar. Partiremos de uma correlação da discussão sobre valorização da persona por meio de obituários e biografias, pensando nessa produção historiográfica como um discurso público que busca institucionalizar a historiografia, mas que no obscuro da narrativa teria uma outra ideia de apresentação que não é exposta. Ou seja, queremos explanar o que estaria em jogo nessa produção historiográfica de saudação a um indivíduo como insigne, por meio do discurso obituário.

O ABOLICIONISTA

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em 19 de agosto de 1849 e faleceu em 17 de janeiro de 1910. Criado em solo escravocrata desde a infância, Nabuco conviveu com pessoas escravizadas e em meio ao cotidiano da vida no engenho, foi criado por sua madrinha Ana Rosa que era apaixonada por ele, lhe fazia todos os gostos e que após falecer deixou o engenho como herança para Nabuco. Tanto na infância, quanto na juventude, Nabuco aprendeu a valorizar a serventia e a desfrutar dos luxos do estilo de vida das elites escravocratas do século XIX. Estudante de direito, amante da literatura e da política, Nabuco que era filho de Senador, teve que decidir sobre qual carreira seguir. O pai queria o filho seguindo seus passos, mas o jovem almejava viagens, reconhecimento e sucesso, além de ficar indeciso sobre qual caminho seguir, no início da juventude seu maior desejo era viajar pela Europa, queria o envolvimento na literatura, estabilidade financeira e aproximação com o local pelo qual era mais apaixonado, Londres.

Autor de livros como *O abolicionismo* (1883), *Um estadista do Império* (1897), e uma autobiografia denominada *Minha formação* (1900), Nabuco também exerceu as funções de advogado, jornalista e até diplomata. Em 1877, teve uma candidatura a deputado pelo Recife lançada por seu pai, mas que mesmo assim não surtiu muito efeito, Nabuco não queria de início seguir os passos do Senador Nabuco de Araújo, mas com uma candidatura arranjada teve que se inteirar na política brasileira. No cenário político ele era visto como o filho do Senador, o que lhe reservou bastante oposição pela Câmara até mesmo do partido Liberal que fazia parte, muitos não viam o filho à altura do pai, entretanto, como salienta Emilia Viotti da Costa, “apesar da má vontade de muitos, Nabuco, graças ao prestígio de sua família e a proteção do barão de Vila Bela, conseguiu ser eleito, embora, por pequena margem.” (COSTA, 2008, p. 104).

Um perfil marcado por uma personalidade bastante narcisista, Joaquim Nabuco era um sujeito que almejava ser reconhecido, adorava o palco, o discurso e a disseminação de suas ideias, era também conhecido em sua época por se vestir de modo rebuscado e amante do estilo de vida londrino. Em sua autobiografia *Minha Formação* (1900), Nabuco narra o gosto pela causa abolicionista como uma “afeição humana com os escravos”, o interesse pelo escravizado ele diz ter trazido da infância,

da convivência no engenho (NABUCO, 1900, p. 125). Mas, a causa abolicionista surge na vida de Nabuco também como uma oportunidade de obter algum sucesso em alguma causa política. Sendo assim, a candidatura arranjada por seu pai e a posterior entrada para ao Parlamento foram o gancho encontrado por Nabuco para agarrar a abolição. De acordo com Angela Alonso, “Nabuco sabia, tendo acompanhado o pai, que se especializar num assunto era o que garantia destaque e liderança [...]” (ALONSO, 2007, p. 102). Pois, da mesma forma havia ocorrido com “José Bonifácio, na Independência, com Eusébio de Queirós, contra o tráfico negreiro, com Tavares Bastos, pela autonomia das províncias [...]”, ou seja, era algo recorrente a se fazer para alcançar algum sucesso, “cada um identificando a questão mais apta a galvanizar as atenções e dominar a agenda. (ALONSO, 2007, p. 102).

Naquele contexto, a questão política de maior destaque era a abolição da escravidão, a manutenção e mudanças no sistema escravista estavam à tona desde a década de 1880, inclusive com relação a consolidação do movimento abolicionista. Sendo assim, Nabuco “formado pelo pai na convicção da supremacia da monarquia constitucional [...] vislumbrou aí a chance rara: assenhorear-se de uma bandeira.” (ALONSO, 2007, p. 103). A maioria das biografias do século XX, narraram Nabuco como um sujeito excepcional e “à frente do seu tempo” por seu envolvimento na causa abolicionista, Nabuco foi descrito como um ser *predestinado* a tornar-se um abolicionista de sucesso, ou seja, aquele que nasceu para tal. Contudo, o contexto histórico que envolve a vida de Nabuco, e os acontecimentos em torno da abolição, já demonstrados por Ricardo Salles (2012), Celso Castilho e Maria H. P. T. Machado (2015), evidencia que Nabuco não nasceu um abolicionista formado, ele era um político inserido em uma sociedade escravocrata, e se assenhorou da causa abolicionista muito por conta dos seus privilégios de sua inserção social e política, bem como, das chances que viu para abraçar uma questão de destaque na época.

Os detalhes da consolidação, do movimento abolicionista na época de Nabuco, foram bem trabalhados também por Célia Azevedo (1987;1988), Wlamyra Albuquerque (2018), assim como, Angela Alonso (2015), detalhes que não abordaremos aqui, o que nos chama a atenção, sem dúvida, a fortuna crítica de Nabuco, o número grande de biografias escritas após sua morte, textos de elogio fúnebres ou mesmo textos memoriais dos cem anos de sua morte, ou de exaltação de sua figura como grande abolicionista. Como bem pontuou Angela Alonso, no que tange a historiografia, Nabuco foi colocado “no rol dos personagens que representam a nação, como herói civilizador e pensador do Brasil” (ALONSO, 2007, p. 16), e seu envolvimento com a abolição é por vezes apresentado com maior destaque, assim como a forma que Nabuco narrou a si e suas ações nessa causa, foram de grande contribuição para uma certa construção específica de sua imagem. Ou seja, uma imagem

supervalorizada de si mesmo como líder do movimento abolicionista e destaque na luta pela libertação das pessoas escravizadas.

Um dos desejos de Joaquim Nabuco, segundo Angela Alonso (2007), era a imortalidade de sua alma, talvez um sinal desse desejo, seja a escrita de sua autobiografia *Minha Formação*, produzida aos 40 anos de idade e publicada em 1900. Nesse livro, Nabuco narra sua vida desde o início reconstruindo níveis de sua carreira e destacando como o destino o tornou um abolicionista, ele constrói sua trajetória de modo linear com começo meio e fim, todos ordenados como se os acontecimentos o tivessem levado a se tornar um lutador pela causa. Nabuco não apenas narra a si como iniciador do movimento abolicionista, como também, constrói uma imagem positiva de sua vida, elencando passo a passo o que ele vai chamar de sacrifícios pela causa dos escravizados. Ao que parece, a autobiografia de Nabuco foi base para muitas biografias posteriores, repetindo assim a construção positiva de si e o desfecho na causa pela abolição. Desejo de imortalidade realizado ou não, a historiografia nos conta, que há uma gama de discursos biográficos e elogios fúnebres que se esforçaram para apresentar Nabuco como “herói” e “salvador dos negros”, resta sabermos como esse discurso foi construído no século XX, e quais mecanismos e estratégias foram utilizados nessa retórica para a manutenção de uma figura promissora e com uma vida digna de ser exaltada.

A RETÓRICA DA EXALATAÇÃO, O DISCURSO OCULTO E A RELAÇÃO BIÓGRAFO-BIOGRAFADO

No que diz respeito sobre a biografia como escrita da história, de acordo com Alexandre de Sá Avelar (2012), o gosto e o aumento do relato biográfico podem ser indícios de uma particularidade da sociedade contemporânea, para o historiador, desde os tempos antigos o gênero biográfico “conformou-se em uma série de discursos narrativos consagrados à busca de tornar presente a trajetória passada de um indivíduo, figurar no instante o remoto e o desejo de imortalizar o personagem.” (AVELAR, 2012, p. 63). No caso de Joaquim Nabuco, tanto por meio de sua própria autobiografia em forma de consagração a si mesmo, quanto pelas biografias de admiradores e ou intelectuais publicadas no século XX, o que se tem, é um Nabuco do tipo cânone para a história do Brasil. Para se ter um exemplo, o biógrafo Jorge Buarque Lira, refere-se a Nabuco como “*um dos maiores vultos de nossa pátria, o grande mistagogo do Ideal*”, o que significa uma espécie de sacerdote grego (LIRA, 1991, p. 9, grifos nossos). Outro intelectual que procurou, por meio do discurso, imortalizar Nabuco como grandioso, foi Gilberto Freyre que segundo Célia Azevedo, o mesmo escritor de *Casa Grande e Senzala* (1933) e de diversos artigos sobre Nabuco, “foi fundamental para que Nabuco não fosse esquecido como tantos outros homens de letras de seu tempo” (AZEVEDO, 2012, p. 62).

Para Julian Hamann (2016), biografias e obituários são tipos textuais com foco no curso de vida de um sujeito que seria o objeto de pesquisa daquele que produz o texto de consagração. Hamann fala desses textos como textos acadêmicos, em sua maioria escritos por estudiosos da academia, ou seja, é um discurso produzido por alguém que, se não for admirador do morto, vai realizar uma pesquisa específica para a escrita obituária. Mas ainda assim, existe alguma diferença entre biografia e obituário, para Hamann (2016), um pouco diferente da biografia, o obituário, por ser um texto explicitamente mais saudosista, tende a descrever uma trajetória com formato um tanto mais maquiado. Ou seja, na descrição obituária encobre-se um pouco mais os erros e fatos considerados negativos na vida do sujeito. Já a biografia, se diferencia por mergulhar um pouco mais na descrição da vida privada e por procurar evidenciar uma linha com início meio e fim, e mesmo apresentando algumas frustrações ou intempéries, esse discurso promove uma espécie de “fechamento” da trajetória com alguma apresentação de desfecho. Por mais que a biografia tenha por premissa, encadear os acontecimentos de maneira lógica explicando o sujeito através de sua origem, e muitas vezes omitindo as relações que ele possa ter tido, ou tudo aquilo que o atravessou para chegar em uma determinada carreira, ainda assim, o texto biográfico é um discurso mais suscetível a mostrar fatos considerados negativos ou os erros cometidos pelo indivíduo ao longo de sua vida.

É importante ressaltar, essas diferenças entre biografia e obituário, pois focaremos um pouco mais na análise da ideia de criação de texto obituário, do elogio fúnebre, da consagração pós morte. Se o obituário é aquele que maquia, logo, ele constrói uma narrativa de consagração, de elogios, de destacar perfeições, ou predestinações da vida. Por outro lado, o obituário também nos chama a atenção pela ausência da necessidade de documentar o curso inteiro da vida do sujeito, ou seja, nesse percurso exaltam-se pedaços que o marquem exatamente como um sujeito insigne. Das fontes por nós analisadas, consideramos tanto a biografia, quanto o obituário como discursos de saudação à trajetória de Joaquim Nabuco, cremos que é nesse texto saudosista que o discurso se manifesta de modo peculiar, não apenas pela busca de esconder algumas peripécias da trajetória em prol da saudação, mas também porque com esse encobrimento é que vem a criação do discurso público que esconde um desejo, ou uma vontade pela saudação daquele determinado indivíduo em específico, por algum motivo que não aparece no discurso público.

Vale ressaltar, que o conceito de *trajetória* aqui mencionado, se alinha à perspectiva de Bourdieu no sentido de descrição da vida de modo linear. A *trajetória* de vida do sujeito nesse caso, seria narrada por meio de fatos e acontecimentos ordenados, como se o indivíduo estivesse em um trajeto e que esse trajeto pudesse ser explicado após sua morte por meio de uma *ilusão biográfica*, no esforço de dar sentido as suas vivências, ao curso de sua vida e explicar o sujeito por ele mesmo (Bourdieu, 1996, p. 184). Para Bourdieu, a narrativa biográfica, e incluímos aqui o elogio fúnebre, se

baseia na ideia de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 1996, p. 184).

O problema dessa ilusão biográfica, é que o sujeito não pode ser explicado por si, ele não tem uma vida que possa ser captada pela escrita do biógrafo fragmentando o indivíduo e o colocando em oposição ao sistema social. O sujeito biografado é fruto de suas relações com outros indivíduos, de sua inserção no mundo, no seu tempo e na sociedade, ele foi atravessado por inúmeros fatos muitas vezes desordenados. Ou seja, aquilo que aparece na escrita biográfica e obituária, é uma *ideia* da vida do biografado pela ótica do biógrafo, que fala do indivíduo falando também de si mesmo. Essa abordagem já foi exposta por Vavy Pacheco Borges (2009, p. 237), que alertou para o cuidado quando se trata de biografar a vida alheia sem torná-la um produto a ser vendido. Pensando nisso, cremos que o cuidado deveria se estender para a não criação de uma história ilusória, e de um indivíduo inexistente, superestimado por meio da narrativa obituária com elogios exacerbados em busca da sua consagração e imortalidade.

Entrando um pouco mais nas fontes, observamos que no discurso biográfico de criação da imagem de Nabuco, é interessante notar como o abolicionista foi citado como grande reformador e “salvador dos negros”, como aquele que lutou em prol de algo que não dizia respeito apenas a si mesmo, mas a toda uma nação. Nabuco é apresentado como se tivesse dedicado sua vida à causa abolicionista em forma de sacrifício por outrem. Assim, essa forma discursiva, apresenta uma mensagem como se a importância de Nabuco para a história tivesse de abranger não apenas a sua trajetória individual, mas aquilo que ele fez pelas pessoas escravizadas e pelo próprio país, daí a vida teria uma espécie de trajetória coletiva. Um exemplo desse tipo discursivo, é o obituário escrito por Sebastião de Vasconcelos Galvão em 1911, intelectual que na época era integrante do *Instituto Histórico e Geográfico (IHGB)*.

Na descrição de Galvão sobre a personalidade de Nabuco, salta aos olhos o laudatório utilizado para demarcar a importância de memorar tal personalidade. No início do texto, Galvão afirma que Nabuco fora um “*Grande e esclarecido patriota brasileiro, extraordinário orador de dotes inexcelsíveis; o mais popular, vivamente sympathico, perfeito e querido dos diplomatas estrangeiros.*” (GALVÃO, 1911, p. 9, grifos nossos). Nesse mesmo culto à imagem de Nabuco, Galvão o denomina ainda como: “[...] *um dos homens de mais cultura que a tem representado; pensador; espírito tão elevado quanto justo e liberal[...]*”. E no que diz respeito a menção de Nabuco como grande abolicionista, Galvão o retrata como sujeito “[...] *ardente e denodado apóstolo da Abolição no reinado de D. Pedro II, e também o pregador sincero e estrênuo dos mais nobres ideais da humanidade[...]*” (GALVÃO, 1911, p. 9, grifos nossos).

O ritual de idolatria, no elogio fúnebre escrito por Galvão, demonstra que o texto obituário se manifesta com a descrição do morto como personalidade única e representante de toda uma nação, talvez no intuito de consagrar a trajetória do indivíduo, bem como integrá-lo a algo maior do que sua própria individualidade, chamando assim a atenção do leitor para a importância social dessa memória. Para dizer mais, Galvão posiciona Nabuco e sua vida como modelo:

[...] caracter nobilíssimo cuja a vida é uma lição sublime de ensinamentos preciosos; assombroso, cultivado, profundo e original talento; eminente gloria de seu paiz, sendo objeto de uma admiração mundial [...] genio das visões dos magnos problemas sociaes, que, rara e singularmente, consubstanciou, n'uma só individualidade, uma vida admirável das maiores qualidades de aptidão e carcater modelar [...] (GALVÃO, 1911, p. 9).

Por esse trecho, vemos que a memória do morto no elogio fúnebre, é elevada ao extremo por meio de adjetivações positivas que o qualifique como naturalmente merecedor de tal homenagem, algo que se estende ainda para a celebração e demarcação da beleza física de Nabuco como um atributo atípico. Segundo Galvão, a beleza de Nabuco foi aliada “*por um capricho especial da natureza, uma varonil belleza physica, de voz sonora, extensa, vibrante e docemente forte, tudo com irresistiveis dons [...]*” (GALVÃO, 1911, p. 9). Além de exaltar a beleza física como extraordinária, algo intrínseco do texto de Galvão é também o uso da voz coletiva para atenuar a narrativa e dar legitimidade ao que foi escolhido e destacado da existência sublime do morto. É possível notar no trecho seguinte, quando Galvão dá a sentença de onde advém a exaltação a Joaquim Nabuco: “*E não é nós que o exaltamos, mas são todas as nações cultas e competentes, que lhe renderam homenagem e proclamaram externamente o valor e a fama de um tão glorioso vulto da geração actual.*” (GALVÃO, 1911, p. 9). Pode-se ver que a exaltação é atribuída às “nações cultas” e “competentes”, isto é, há uma especificação dos tipos que saudariam Nabuco, ele qualifica a nação que ele acredita no dever de exaltar a imagem do abolicionista.

De acordo com Hamann (2015), nesse caso, o autor do obituário fala em nome de uma comunidade e pode usar de expressões que o aproxime do falecido e seu lugar social, algo como, “perdemos um colega de profissão” ou, veja “saudamos um dos nossos”. Ou seja, nessa narrativa a relevância em memorar certa personalidade é colocada de um ponto de vista coletivo, e nesse caso trazer referências coletivas não simboliza apenas a qual comunidade científica ou grupo epistemológico o autor do obituário fala, e a qual o morto pertencia, como afirma Hamann, “[...] a voz de uma comunidade também aparece como uma espécie de juiz diferente da voz pessoal do autor.” (HAMANN, 2015, p. 6). Mesmo que as duas tenham poder e validação “[...] o uso da voz coletiva da comunidade reivindica validade intersubjetiva, enquanto o uso da voz pessoal do autor ganha sua validade justamente por sua natureza subjetiva” (HAMANN, 2015, p. 6).

Se como disse Vavy Pacheco Borges (2009), aquele que narra a vida do outro de certa forma fala de si mesmo, o discurso oculto no obituário de consagração pode revelar o desejo do biógrafo de ser memorado da mesma forma que o morto homenageado, ou revela a identificação com o indivíduo, e a ânsia por consagrar a si mesmo consagrando seu par. Em se tratando de Joaquim Nabuco, ao que parece, a canonização de sua persona se dá, não apenas a partir de sua própria narrativa na autobiografia *Minha Formação (1900)* em que ele forja uma identidade de si, mas também, e por conseguinte, a partir da produção e esforço de estudiosos ou admiradores que talvez, desejosos de serem consagrados, consagram Nabuco produzindo uma biografia ou elogio fúnebre tão ilustre que legitime até mesmo seu próprio status social, como se estivessem saudando a própria classe ou posição. Essa seria a identificação com o falecido.

Por essa ótica, a narrativa do elogio fúnebre cria um sujeito absoluto, é como se aquele momento histórico devesse ser memorado por meio da trajetória grandiosa desse indivíduo em específico. Ou seja, consolidam-se assim os grandes vultos, os interpretes da nação que devem ser qualificados e memorados como tal. Entretanto, o que é dito no discurso público do obituário e da biografia, é previamente pensado para qualificar e atribuir relevância à produção do texto. Da mesma forma, essa produção discursiva não só busca consagrar uma persona, como também atesta positivamente um estilo de vida, por isso os destaques apenas às conquistas e grandes feitos do falecido. E no caso do obituário acima mencionado, escrito por Galvão, o fato desse texto advir de uma determinada instituição de renome como IHGB, ou ter sido produzido por um intelectual da instituição, a legitimidade das afirmações ali contidas cresce em grande grau.

Como por exemplo aquelas coleções de “grandes vultos” que são armazenadas na biblioteca do Senado, com vistas a mostrar quais as figuras que representaram a nação e que devem ser lembradas como grandiosas.

Outra referência utilizada em nossa análise, é a narrativa de Gilberto Freyre, o intelectual se dedicou à produção de inúmeros textos sobre Joaquim Nabuco, no intuito de fazer com que a comemoração de cem anos de morte do abolicionista em 1949, fosse algo permanente na história do Brasil. Freyre preparou um discurso em homenagem a Nabuco já em 1847, e daí em diante seguiu na produção de vários artigos publicados em jornais e revistas que falavam sobre a figura extraordinária de Joaquim Nabuco e sua vida exemplar. Segundo consta, na coletânea que analisamos, Gilberto Freyre escreveu estes textos entre 1847 até meados de 1987, e hoje estão compilados em um único livro editado pela Girafa em 2010, com organização de Edson Nery de Fonseca e Jamille Cabral Pereira Barbosa.

O que nos chama a atenção, nessa produção que vamos considerar obituária, é o empenho de Freyre em apresentar Nabuco como persona excepcional. E nesse caso, a narrativa na época, não foi

a de uma biografia organizada como as outras comuns, os artigos originais de Freyre foram publicados em locais diferentes, e ele selecionava assuntos diversos para afirmar a identidade intrínseca de Joaquim Nabuco e exaltá-lo. Na fala de Freyre, Nabuco é denominado como homem *atual*, “*pioneiro do trabalhismo no Brasil*”; “*revolucionário conservador*”; “*homem independente*”, e até mesmo como um “*homem público e ainda sem sucessor.*” (FREYRE, 2010). É claro que mesmo não se tratando de uma biografia propriamente dita, mas de um elogio fúnebre, no assunto abolicionismo, Freyre também evoca a origem de Nabuco como resposta à dedicação de Nabuco pela emancipação, estratégia discursiva típica de textos biográficos com intuito de construir um sujeito predestinado, com um desfecho previamente pensado. Em uma determinada passagem, Freyre destaca que Nabuco foi formado pelo leite de escrava: “*pelos braços de escravos que primeiro o arregaram, pelos risos de escravos que lhe afugentaram os primeiros choques e tédios de criança, pelas mãos de escravos que lhe levaram à boca as primeiras comidas*”, e especula ainda que Nabuco tenha sido formado: “*talvez pelos beijos de escrava que primeiro lhe deram sugestões de outro amor de mulher além do de mãe[...]*” (FREYRE, 2010, p. 12, grifos nossos). Tudo isso para dizer, como Nabuco, que ao longo do texto será narrado numa espécie de herói da abolição, foi formado e educado desde a gênese muito próximo de pessoas escravizadas, assim, a gênese narrada dessa forma específica serviria para explicar a trajetória do sujeito.

O culto ao “*imortal*” Joaquim Nabuco, nas palavras de Freyre, o eterniza como humano diferenciado e capaz de absorver toda a dor dos escravizados, por isso seu entusiasmo pela causa abolicionista. Segundo Freyre:

Joaquim Nabuco foi mais que qualquer outro, branco ou preto, *o redentor dos cativos no Brasil*, porque mais do que ninguém *absorveu* os pretos e dos próprios livres, mas pobres e abandonados [...] *toda a dor, todo o sofrimento, todo o desejo imenso [...] de liberdade ou de redenção*, até hoje ele próprio, Nabuco, transborda dessa dor, desse sofrimento e desse desejo (FREYRE, 2010, p. 13, grifos nossos).

Pode se ver, que Nabuco não só é evocado como *redentor dos cativos*, mas também como se ainda estivesse vivo. É quase como um mártir a imagem que se quer passar de Nabuco no que tange a questão da abolição.

O discurso obituário de Freyre, também não economizou na exaltação do físico de Nabuco e no culto ao corpo do abolicionista e sua beleza extrema que dizia encantar a todos. Segundo Freyre, Nabuco tinha “*um físico impressionantemente belo*”, que a velhice não prejudicou e, pelo contrário, “*aos cinquenta anos, sua aparência, além de esplendidamente eugênica, superiormente estética [...]*” permitia a Nabuco encantar o público em seus discursos além do autodidatismo e o conhecimento da melhor forma oratória (FREYRE, 2010, p. 74-75, grifos nossos). São esses, alguns dos atributos ressaltados por Freyre ao longo dos textos de consagração, além de conter uma petição

ao leitor e a toda a nação sobre a preservação da figura de Nabuco na história: “*De Joaquim Nabuco é preciso que ninguém esqueça ter sido, como político, um misto de dionísio e não apenas o glorioso e até olímpico grande brasileiro [...]*” (FREYRE, 2010, p. 81, grifos nossos). E o culto a grandiosidade de Nabuco, se estende à exaltação do empenho de Nabuco na causa abolicionista e a responsabilidade, “*voltada a integração na sociedade brasileira*” do escravizado como trabalhador livre. (FREYRE, 2010, p. 81, grifos nossos). Ou seja, Freyre destaca a causa abolicionista como algo efetivo nas mãos daquele que primeiramente foi narrado como glorioso brasileiro, seria esse o desfecho, a vida de Nabuco, o célebre que não deve ser esquecido, dedicada à uma causa em prol do outro.

Outro ponto de destaque no discurso de Gilberto Freyre, é a demarcação de Nabuco como responsável por algo maior que o integre à nação, relegando assim o mérito com que Nabuco deve ser lembrado, da mesma forma, Freyre destaca a exaltação da individualidade de Nabuco como representação da nação toda. Segundo Freyre, quando Nabuco estava “*escrevendo sua autobiografia, Joaquim Nabuco escreveu também um capítulo de história social brasileira considerado ecológico e telúrico*” (FREYRE, 2010, p. 98, grifos nossos). Com isso, ele denomina a autobiografia de Nabuco como um capítulo da história de um país, ou seja, ela é “coletiva” e, como ele diz, uma autobiografia representativa “de um tipo regional ou nacional de homem.” (FREYRE, 2010, p. 98). Mas, ao analisarmos à escrita de Nabuco é possível verificar que a autobiografia é composta por uma linguagem extremamente egocentrada, Nabuco se descreve como líder, como o mais dedicado à causa abolicionista. Sendo assim, mesmo que essa obra pudesse ser lida como um capítulo da história do Brasil, o contexto não abrange a história social, como sugere Freyre, pelo contrário, Nabuco se autobiografa para se eternizar, para marcar seu nome e ser reconhecido como abolicionista renomado, bem como, para fabricar uma imagem específica de si mesmo.

Como mencionou Michel-Rolph Trouillot (2016), essa ideia de uma memória que parte do individual é problemática, pois aquilo que memoramos não se trata de um conteúdo fixo, imagina a ideia de “um monólogo descrevendo em sequência todas as recordações de um indivíduo. Acabaria parecendo-se a uma cacofonia sem sentido até mesmo para o próprio narrador [...]”. Trouillot alerta ainda, que “o indivíduo só pode recordar o que se lhe revela de um evento, mas não o próprio evento.” (TROUILLOT, 2016, p. 39-41). Ou seja, se considerarmos que Nabuco forja uma identidade de si na autobiografia, e que o foco de sua narrativa é sua liderança no movimento abolicionista, e na luta pela libertação das pessoas escravizadas, qual história coletiva seria apresentada nesse contexto? E porque recordar a história “coletiva” a partir da vida apenas de Nabuco o destacando como principal figura na abolição? Se na autobiografia o foco é destacar a vida e imagem do biografado, as pessoas

escravizadas, por exemplo, estariam não apenas ocultas nessa história, mas também como meras figurantes naquele cenário.

Como se vê, tanto Galvão, quanto Freyre, sustentam em seus discursos, a própria construção que Nabuco fez de si, o problema nessa narrativa é que a versão de Nabuco acabou virando guia para várias interpretações desse momento histórico que foi a abolição (ALONSO, 2008), o que contribui para o apagamento de sujeitos que no mesmo tempo de Nabuco, lutaram e resistiram contra a escravidão cotidianamente, como por exemplo as próprias pessoas escravizadas. De outro modo, essa prática retórica ainda silencia um passado que parece apenas ser contado e legitimado pela via institucional, e pela ótica biográfica de “grandes homens” (TROUILLOT, 2016). Nesse caso, não daria para considerar as informações presentes na autobiografia de Nabuco, e nos obituários analisados, como uma informação de história coletiva. A ideia de autobiografia e obituário é o suposto *eu* equilibrado, ordenado e sem interferências, ou seja, é uma suposição, não se trata de ocorrências ou mesmo desequilíbrios desencadeados pelos acontecimentos. O obituário é a representação do fato, uma *fôrma* fabricada do sujeito e de sua trajetória. Por outro lado, a memória daquele período escravocrata é história de *tato*, pois os acontecimentos expressos na história possuem nomes e realidades concretas em relação à ficção do discurso obituário, daí a necessidade de colocar esses discursos em análise pensando sua produção como uma produção que integra um objetivo maior, como uma formação de pensamento e talvez ordenadora de ações.

Ou seja, esse cenário acadêmico e institucional de ilusão, fabricação de uma memória por meio da escrita obituária, parece expressar uma luta entre a história de sujeitos que não são os enunciadores de enunciados insígnies, mas são eles próprios a enunciação e o discurso inseparáveis de seus corpos, contra a ideia de uma epistemologia de consagração. Sendo assim, o discurso biográfico e obituário, pelo viés aqui abordado, interpela sobre quem foi o indivíduo a ser consagrado, *e o que se diz sobre* esse indivíduo e sua trajetória, e aquilo que se diz sobre o passado tem a ver com o que se deseja e se vivencia no presente. Nesse caso, talvez com um desejo de consolidação de heróis, e salvadores, e de imposição, por meio do poder e da dominação exercida no discurso público do elogio fúnebre, de uma memória que se sobressaia como superior.

De todo modo, acreditamos que esse é um discurso de manutenção de uma engrenagem que favorece privilégios do grupo que conclama a exaltação. Não se trata de afirmar que Nabuco não foi também um ator na história, trata-se de destacar que todos os humanos ali presentes deveriam ter sido, e devem ser enfatizados como atores, e não apenas Nabuco como único salvador. Como nos lembrou Trouillot (2016, p. 55), é bom que a narrativa histórica aborde os indivíduos como “sujeitos consequentes, conscientes de suas próprias vozes”, isto é, envolvidos no processo social como agentes

e não como figuras secundárias como aparecem na história que seira contada apenas pela autobiografia de Nabuco, que parece ter servido como base para muitas das biografias posteriores.

Para nossa discussão, trouxemos apenas duas amostras mais específicas de elogio com a qual Nabuco foi consagrado pós morte. É característica do elogio fúnebre, por mais sorte que o indivíduo possa ter experimentado ao longo da vida, ou por mais que os fatos de sua história tenham sido fruto de oportunidades e privilégios, a narrativa obituária vai seguir o raciocínio de cunhar os feitos à origem do morto. Ou seja, apresenta-lo como um talentoso natural e merecedor desse espaço na história e memória do país, ou da instituição em questão. Se seu mérito é de nascença, o que isso legítima afinal? Ao que tudo indica, esse tipo obituário marca um lugar social, uma identidade social para o falecido. O modo pelo qual Nabuco foi consagrado é o modo como, não só ele, mas também seus pares biógrafos, quiseram que ele fosse lembrado na história do país. Sendo assim, é possível pensar que o sucesso na canonização de Joaquim Nabuco, é resultado de uma construção imaginária do que seria o indivíduo, preenchida de admiração e elogios exacerbados, e, talvez, resulta também de uma construção muito baseada no que o próprio Nabuco escreveu sobre si, atrelada a evocação de um tipo ideal de líder político e intérprete da nação.

Sobre esse ponto, Henrique Antônio Ré (2009) afirma, que a vertente historiográfica que se voltou a expor o pensamento e os feitos de Nabuco, “começou a se formar logo após a sua morte, por volta de 1910” (RÉ, 2009, p. 34). E o que ocorreu nesse primeiro momento foi exatamente a produção de textos fúnebres e memorialísticos que “tinham como finalidade precípua exaltar suas contribuições para a emancipação dos escravos [...] sempre com o sentido de construir uma imagem positiva do homem que teria sido um dos maiores responsáveis pelo fim da escravidão no Brasil.” (RÉ, 2009, p. 34). A pesquisa de Ré ressalta, que ali pelo século XX vieram as produções mais voltadas à construção biográfica de Nabuco, ou seja, voltadas à ideia de trajetória linear e ordenada, como por exemplo a biografia escrita por sua filha Carolina Nabuco em 1928, a de Luiz Viana Filho em 1973 e a de Celso Vieira de 1949, que declara Nabuco como *Libertador da Raça Negra*.

Um pouco do que isso nos revela, ainda que brevemente, é o esforço na criação desse indivíduo dito memorável e como disse o próprio Antônio Ré: “esforço de alguns grupos da inteligência brasileira para firmar o nome de Joaquim Nabuco de modo oficial como um dos expoentes da cultura e da história nacional.” (RÉ, 2009, p. 35). Por consequência disso, o que temos é um Joaquim Nabuco selado na historiografia como sujeito monumento, e nas suas biografias como figura de destaque na abolição. Do mesmo modo, a preocupação em selar Nabuco como sublime, e principalmente como *libertador da raça negra*, parece ter negligenciado que Nabuco tinha seus próprios interesses, e como já afirmado por Hilton Costa (2014), ficou claro que “o combate à escravidão promovido por Nabuco não se deu tão somente por simpatias pela raça negra e ou pelas

peças escravizadas em si”, pelo contrário, o investimento em uma “defesa” dos que sofriam com o sistema opressor se fez “principalmente porque a escravidão envergonhava o Brasil perante as demais nações livres do mundo, imobilizava os capitais e colocara o país nas mãos dos comerciantes de pessoas escravizadas” (COSTA, 2014, p. 11).

O que se vê na maioria das biografias sobre Nabuco do século XX, é uma visão de que a luta pela emancipação escrava não teria ocorrido se não fosse por ele². Como bem afirmou Henrique Ré, a figura de Nabuco aparece como destaque principal, como se a luta pela abolição só tivesse ocorrido de maneira séria e efetiva apenas no Parlamento, espaço em que Nabuco estava expressamente inserido. De modo mais preciso, Ré defende, que se formos acreditar nessas biografias é como se não tivessem ocorrido outras lutas contra a escravidão, podem até considerar algumas lutas, “mas aquelas que merecem entrar para a história são as lutas de ideias, de tribuna, de oratória; tudo o resto são inconvenientes, frutos do excesso ou do desespero e que merecem, portanto, ser silenciados.” (RÉ, 2009, p. 36-37). Nessa mesma perspectiva, o historiador Ricardo Salles (2012), também contribui afirmando que “os cem anos da morte de Joaquim Nabuco, ocorridos em 2010, não foram diferentes. Diversos eventos, novas publicações de suas obras, palestras e mesas-redondas incensaram sua figura, colocando-o como um “homem à frente de seu tempo” (SALLES, 2012, p. 93). Entretanto, Salles destaca que Nabuco nada mais era do que um homem do seu tempo, preocupado com as questões do seu tempo e com uma posição social privilegiada, uma vida conturbada em termos de decisão de qual carreira seguir, além do gosto e da ânsia pelo sucesso na política.

Por todo exposto, resta refletirmos, a quem interessa que a figura de Nabuco fique marcada por esse viés? Àqueles que por meio do poder e da dominação, mantêm a posse do espaço de discussão e consolidação de uma narrativa histórica denominada como verdadeira? Ou, talvez àqueles que por trás de uma ideia dissimulada de consideração da consagração de grandes heróis como importantes para a história do país, procuram mostrar quem de fato detém o poder da palavra e da produção histórica. Se pensarmos na quantidade de biografias, que buscaram legitimar a imagem e trajetória de Nabuco, como peças centrais na produção historiográfica daquele período, a impressão que se tem é da existência de um pacto historiográfico para substituir a historicidade do momento com seus agentes, atores e sujeitos, pela história contada por “vencedores”, ou através da vida daquele que se demarca como “vencedor”, “salvador”, “libertador”. Ou seja, por uma referência que se considere legítima frente ao poder instaurado.

Uma abordagem interessante, pensando ainda mais próximo de Trouillot, seria o fato de que a narrativa do obituário é uma produção esquemática de modo que a vida não pode ser, ou seja, há

² Para uma abordagem mais ampla sobre a fortuna crítica de Nabuco e outras biografias do século XX que instauram a figura de Nabuco com destaque na luta pela abolição, ver Antônio Ré, 2009.

uma distorção do real. Nesse caso cabe ainda o questionamento: “se a história é tão somente a estória contada pelos vencedores, como é que eles chegaram a vencer?” (TROUILLOT, 2016, p. 26-7), se não por meio de uma coexistência dentro de um contexto social. Ao que tudo indica, a percepção unilateral da história centra-se sobretudo numa repetição de representação, aquilo que o indivíduo quer recordar de um evento, “mas não o próprio evento” (TROUILLOT, 2016, p. 40). Nesse sentido, parece ser nossa a tarefa de olhar para o passado a partir do presente e sermos “sinceros ou insinceros em relação ao passado que escolhemos aceitar” (TROUILLOT, 2016, p. 248). De toda forma, fica a reflexão da importância de considerar seres humanos como participantes ativos na história, como atores, mas, também como narradores (TROUILLOT, 2016, p. 21), isto é, a história depende dos gestos que a fazem, da presença de seus membros, e não apenas de uma única figura isolada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das argumentações expostas, buscamos refletir a possível existência de uma ilusão expressa na fórmula e construção de obituários, segundo a qual, o mundo deve seguir uma série ilimitada de eventos, e esses eventos seriam a história em forma de gratificação de indivíduos insígnies e famílias ilustres. Compreendemos, junto a Trouillot, que “a história não pertence apenas aos seus narradores, profissionais ou amadores” (TROUILLOT, 2016, p. 252), ela pertence também ao social, aos participantes que muitas vezes foram narrados como vencidos, subordinados ou mesmo abnegados. Por esse viés, a história concisa, produto do obituário do indivíduo dito renomado, se apresenta como expressão do desejo de imperar através do discurso público.

Boa parte dos questionamentos aqui levantados, talvez não tenham sido sanados nessa breve discussão, entretanto, nossa intenção foi pensar de modo histórico e filosófico sobre como o texto obituário se volta à consagração de um indivíduo o elencando como talento natural, ou mesmo como principal responsável na luta por uma causa em que ele não estava sozinho e isolado. Nesse ponto, é factível ressaltar, como bem afirmou Ricardo Salles (2012), que Joaquim Nabuco não foi a principal figura na luta pela abolição da escravidão no Brasil, como enfatizou Gilberto Freyre, Galvão e muitas outras biografias do século XX. Ele não era um sujeito deslocado do todo, mas sim *um dos* sujeitos na luta composta por tantas outras pessoas essenciais para consolidação de um movimento abolicionista, e da abolição em si. Portanto, antes de memorar Nabuco como “salvador”, “libertador” e líder, caberia ressaltar que na luta contra a escravidão, participaram “milhares de homens e mulheres”, trabalhadores, escravizados e ex-escravizados “[...] que viam na escravidão, além de um ato imoral, um obstáculo para que pudessem melhorar suas condições de vida e trabalho” (SALLES, 2012, p. 93), ou seja, indivíduos salvadores de si alinhados por mudanças e melhorias para os que realmente sofriam com o sistema escravista.

Dessa forma, o modo discursivo do obituário e a prática de consagração do outro como sublime, não tem somente a função de construção da imagem do morto como patrimônio nacional, mas também legitimar sua trajetória na história do país, formulando assim pensamentos e até mesmo crenças em símbolos. No mesmo sentido, essa mesma produção discursiva não atende apenas uma demanda por instaurar “heróis” nacionais, acreditamos que ela também relega ganhos à reputação de quem escreve o texto de consagração. Ao que parece, e no fim das contas, o ritual de convidar o especialista para produção do obituário, e o modo de construção da imagem do “herói”, desenham uma história construída *deles* por *eles* mesmos, e pela manutenção da reputação de si e dos seus pares.

Por suposto, nossa abordagem é também crítica da existência de um discurso que perpassa os tempos, aplaudindo e saudando aqueles que, alguma determinada instituição, considerou como sujeitos exemplares. No caso de Joaquim Nabuco repetimos o questionamento sobre, a quem serve a sua canonização, e a quem serve a demarcação desse indivíduo em específico como “*libertador da raça negra*”? Do mesmo modo, quais seriam as implicações disso em termos de história e memória de um período marcado pela escravidão? Talvez, um possível desenlace para tais dúvidas, seja a percepção, de que contar a vida de Nabuco por esse viés implica contar uma *única* história, uma história compactada, ordenada e que desconsidera um todo social que existia em consonância com o próprio Joaquim Nabuco.

Por essa ótica, e como bem nos alertou Chimamanda (2009), a tentativa de se contar uma *única* história, acarreta na determinação do que vai ser mostrado e colocado como destaque, o que pode invisibilizar fatos, contextos e sujeitos participantes ativos de uma mesma trama. Nabuco foi sim, um político engajado na causa pela abolição, mas ele não foi o único, nem o primeiro sujeito a ter lutado contra a escravidão no Brasil. Muito menos foi líder do movimento abolicionista e pugnador da abolição, como se descreveu e ficou de fato conhecido por meio das várias releituras biográficas do século XX, que aliás parecem ter reproduzido a representação que ele fez de si mesmo na autobiografia *Minha Formação* (1900).

Apesar da repetição exacerbada, e da evocação no discurso obituário de um Nabuco como destaque na causa abolicionista, a luta contra a escravidão, e todas as resistências durante o processo de abolição, foram de fato realizadas no cotidiano das pessoas escravizadas, nas ruas, e nos engenhos de todo o país³. Do mesmo modo, o fato de Nabuco ter fabricado sua própria imagem como líder do movimento abolicionista, e principal responsável pela causa, indica também que houve uma preocupação do sujeito em deixar a história de sua vida contada de uma determinada maneira, e não

³ Para mais detalhes sobre esse assunto ver pesquisas que buscaram enfatizar o sujeito escravo como ser ativo na luta antiescravista, como exemplo: Célia Azevedo (1987); Sidney Chalhoub (1990; 2012); João José Reis (1989; 2019); Katia Mattoso (2016); Beatriz Mamigonian (2017).

de outra. A autobiografia de Nabuco denominada *Minha Formação (1900)*, não foi uma obra escrita de modo desinteressado, trata-se de “uma escrita retrospectiva, produzida com finalidades políticas”, bem como, da construção de uma imagem individual e ao mesmo tempo de uma versão da história (ALONSO, 2008, p. 13). Isso nos faz pensar, sobre como a biografia de Joaquim Nabuco, composta por toda uma repetição e celebração, pode ter contribuído na construção e manutenção de uma história enviesada sobre a abolição da escravidão no Brasil. Conseqüentemente, é necessário rever a utilização da autobiografia como primeira e única fonte de informações da vida e obra do biografado, para não cairmos no erro de narrar a vida do sujeito explicando-o a partir de sua origem, a partir de si mesmo, desconsiderando todo o tecido social de seu tempo.

Sendo assim, o discurso obituário com seu objetivo de saudação, pode até tentar captar momentos da vida do sujeito, e qualifica-los por meio de adjetivações que demonstrem superioridade ou que o diferencie, fabricando assim uma história desejada. Entretanto, a historicidade presente no obituário construído com intuito de exaltação, eternização e evocação, é uma historicidade fabricada, daí que entra o questionamento sobre qual seria realmente o sujeito por trás do discurso público do obituário. E além do mais, o que o autor do obituário enfatiza sobre si roteirizando e descrevendo a trajetória do falecido?

De toda forma, na produção discursiva biográfica e obituária apresentada aqui sobre Joaquim Nabuco, notamos que mesmo com as estratégias retóricas, talvez não tenha sido possível captar a vida do indivíduo de maneira excepcional, mas, o discurso oculto que não aparece no discurso público, pode ser a própria identificação com o falecido, o sentimento de pertença a raça ou classe de Nabuco. Pode ser o sentimento de merecimento de uma saudação, assim como, o desejo de erguer ou manter um monumento de Nabuco que se pareça com aquilo que o produtor do texto, e a instituição em questão, impõem como verdadeira e única memória daquele período.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. Movimentos abolicionistas. In: *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. SCHWARCZ, Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, p. 328-333, 2018.
- ALONSO, Angela *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

- ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: Botelho, André e Schwarcz, Lilia. (org.). *Um enigma chamado Brasil: um país e 29 interpretes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Angela. *O Abolicionismo Cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. Novos Estudos, CEBRAP, nº 88, nov. 2010.
- ALONSO, Angela. *Escravidão de Circunstância: o repertório moral do escravidão e do abolicionismo brasileiros*. In: Seminário sociologia, política e história, mai. 2011.
- ALONSO, Angela. “Ele era um liberal, não um socialista”. In: MORAES, Fabiana. *Nabuco em pretos e brancos: um olhar sobre o abolicionista e o racismo de um país onde o status embranquece negros – e, quando ausente, escurece a pele alva*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; Jornal do Commercio, 2012a.
- ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social, Revista do Departamento de Sociologia da USP*, volume 24, nº 2, 2012b.
- ALONSO, Angela. *Flores, Votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, Angela. *Problemas e escolhas na reconstrução da biografia de Joaquim Nabuco*. Apresentado no Seminário Interno do Departamento de Sociologia - USP, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/busca>. Acesso em: 26 agosto de 2019.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da história, escrita biográfica. Das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (org.) São Paulo: Letra e Voz, p. 63-8, 2012.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro. In: História questões e debates. *Revista da associação paranaense da História*, ano 9, nº 16, p. 38-65, 1988.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº1, p. 85-97, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. “O ‘eu’ e o ‘outro’ na relação biográfica. Algumas reflexões”. In: NAXARA, M. MARSON, I.; BREPOHL, M. (org.) *Figurações do outro*. Uberlândia: Edufu, p. 225-40, 2009.
- CASTILHO, Celso; COWLING, Camila. *Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil*. Afro-Ásia, núm. 47, p. 161-197, 2013.

- CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (org.). *Tornando-se livres: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8º ed. São Paulo: Unesp, 2008.
- COSTA, Hilton. *Joaquim Nabuco e a noção de raça nos anos 1880: Entre o agir político e o agir intelectual*. XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS. Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2014.
- FREYRE, Gilberto, *Em torno de Joaquim Nabuco*. FONSECA, Edson Nery (org.), BARBOSA, Jamile Cabral Pereira (col.) São Paulo, A Girafa, 2010.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Esboço biográfico do embaixador Joaquim Nabuco de Araújo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. LXXXIV/2, p. 9-177, 1911.
- HAMANN, J. “Let us salute one of our kind.” How academic obituaries consecrate research biographies, *Poetics* (2016), <http://dx.doi.org/10.1016/j.poetic.2016.02.005>.
- LIRA, Jorge Buarque. *Joaquim Nabuco o homem e a ação, interpretação e crítica em torno de si a individualidade poliédrica de mistagogo do ideal*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1991.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil - Séculos XVI-XIX*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2016.
- NABUCO, Joaquim. *O Eclipse do Abolicionismo*. TYP. De G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro, 1886.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Americ Edit, 1929.
- NABUCO, Joaquim. *Obras completas de Joaquim Nabuco (Volume 13) Cartas a amigos (Volume 1)* Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. Instituto Progresso Editorial: SP, 1949.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- RÉ, Henrique Antonio. *Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco: influências da economia política francesa e das teorias racialistas*. Tese [Doutorado em sociologia] – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RÉ, Henrique Antonio. Uma história da British and Foreign Anti-slavery Society: a instituição que internacionalizou o antiescravismo britânico. *rev. hist.* (São Paulo), n.176, 2017.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.

SALLES, Ricardo Quando o futuro de 1888 chegará? In: MORAES, Fabiana. *Nabuco em pretos e brancos: um olhar sobre o abolicionista e o racismo de um país onde o status embranquece negros – e, quando ausente, escurece a pele alva*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; Jornal do Commercio, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. Publisher: Companhia das Letras: 2005.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

VIANA F. Luis. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Martins/MeC, 1973.

VIEIRA, Celso. Joaquim Nabuco. *Libertador da Raça Negra*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. 1949.

A CRISE DO TEMPO, A DESORIENTAÇÃO E O LENTO CANCELAMENTO DO FUTURO

THE CRISIS OF TIME, DISORIENTATION AND THE SLOW CANCELLATION OF THE
FUTURE

Priscila Gomes Silva¹

Resumo: O artigo visa a empreender uma reflexão sobre a experiência de tempo desorientada, que reverbera tanto na perda de crença no futuro quanto na nostalgia. O senso de desorientação se reflete numa crise da memória, engendrando um excesso na produção de arquivos e na preservação do patrimônio, como tentativa de controlar as perdas experimentadas pela velocidade das mudanças operadas na contemporaneidade. A análise do senso de desorientação articula a velocidade das transformações técnicas, seus impactos sociais, políticos e econômicos, seus reflexos nos produtos culturais e no psiquismo dos indivíduos. Consideramos para a produção do artigo as reflexões dos filósofos Franco Berardi, Bernard Stiegler e Mark Fisher, além dos historiadores Nicolau Sevcencko, François Hartog e Pierre Nora.

Palavras-chave: Crise do tempo; Desorientação; Presentismo.

Abstract: The paper aims to engage a reflection on the experience of disoriented time, which resonates both in the loss of belief in the future and in nostalgia. The sense of disorientation is reflected in a crisis of memory, engendering an excess in the production of archives and the preservation of patrimony as an attempt to control the losses experienced by the speed of changes produced in contemporaneity. The analysis of the sense of disorientation articulates the speed of technical transformations, their social, political, and economic impacts, their reflections in cultural products, and in the psyche of individuals. In the production of the paper, we consider the reflections of philosophers Franco Berardi, Bernard Stiegler, and Mark Fisher, as well as historians Nicolau Sevcenko, François Hartog, and Pierre Nora.

Keywords: Time crisis; Disorientation; Presentism.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará. Instituição financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. E-mail: priscilagomes_s@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Franco Berardi, no prefácio de seu livro *Depois do futuro*, afirma: “Hoje, a decadente raça branca do mundo ocidental está mergulhada em uma espécie de desordem mental baseada na impotência e no autodesprezo (BERARDI, 2019, p. 7).” Berardi faz referência ao tipo humano que tomou a dianteira do movimento fascista na Europa levados por uma fé cega no progresso, na tecnologia, na máquina e na velocidade, encabeçando o viés obscuro da racionalidade moderna, esta que alimentava expectativas de um futuro grandioso e promissor, a despeito de todas as contradições que se apresentavam. A crença no futuro vivida por aquela sociedade, em suas luzes e suas sombras, foi sendo substituída, ao longo das crises, por uma melancolia, uma desorientação do tempo e um imaginário catastrófico do fim da humanidade tal como ela se apresenta no Ocidente, decorrente do esgotamento de um modelo civilizacional consumista e predatório que tem se mostrado cada vez mais insustentável. O sintoma de desorientação produz seus reflexos na cultura popular, hoje caracterizada por um intenso caráter nostálgico, que forja produtos cada vez mais difíceis de serem diferenciados temporalmente. Em seu viés negativo, tem feito ressurgir tradições que resgatam valores nocivos para a coexistência entre os grupos humanos, caracterizando uma radicalidade da experiência de tempo desorientado.

Os elementos que antecedem esse estado de coisas, podem ser compreendidos a partir das promessas da modernidade que não se cumpriram, o que assinala, hoje, o fim das utopias, dos grandes modelos explicativos, das grandes narrativas históricas, do modelo de civilização, enfim, tal qual conhecemos: de matriz ocidental, cristã, capitalista - industrial (CASTRO, 2014, p. 12)

O presente artigo visa a empreender uma reflexão sobre essa experiência desorientada do tempo, que reverbera tanto na perda de crença no futuro – se desdobrando tanto num presentismo –, quanto na nostalgia, que busca suas referências e valores no passado a fim de dar conta da velocidade das transformações operadas no presente. O senso de desorientação se reflete também numa crise da memória, engendrando um excesso na produção do arquivo e na preservação do patrimônio como tentativa de controlar as perdas experimentadas. A análise do senso de desorientação articula a velocidade das transformações técnicas, seus impactos sociais, políticos e econômicos, além de seus reflexos nos produtos culturais e no psiquismo dos indivíduos. Consideraremos para a produção do presente artigo, as reflexões empreendidas pelos filósofos Franco Berardi, Bernard Stiegler e Mark Fisher, e os historiadores Nicolau Sevcencko, François Hartog e Pierre Nora.

A ACELERAÇÃO DA HISTÓRIA NO LOOP DA MONTANHA-RUSSA DE NICOLAU SEVCENCKO

O historiador Nicolau Sevcencko, em seu livro *A corrida para o século XXI, no loop da montanha-russa* (2001) utiliza a imagem das sensações provocadas pela experiência de andar numa

montanha-russa para dar conta das emoções divergentes, típicas da era das aceleradas inovações tecnológicas, presentes na passagem do século XX para o XXI. Segundo ele, a experiência estaria dividida em três partes, onde a primeira equivaleria à subida tranquila do equipamento e abarcaria os meados do século XVI ao XIX, quando as transformações técnicas operadas pelas elites da Europa Ocidental permitiram a apropriação de fontes de energia e o domínio de forças naturais, possibilitando o desenvolvendo de novos meios de transporte e de comunicação, armamentos e conhecimento especializado, o que lhes permitiu a expansão dos territórios sob a égide do discurso civilizador. Essa fase seria marcada pelo otimismo do século XIX, que resultou na expressão emblemática “ordem e progresso”. A sensação proporcionada pela tranquila subida da montanha-russa seria sucedida pelos solavancos das primeiras quedas, que equivaleriam à segunda fase, que envolve os meados de 1870, quando a Revolução Científico Tecnológica proporcionou a aplicação das descobertas científicas a uma série de invenções e inovações em torno da eletricidade, do uso do petróleo e das indústrias químicas, resultando em novos meios de transporte, de comunicação, e diversão, que, ao atingirem seu apogeu, foram surpreendidos pelas duas grandes guerras, onde aqueles recursos tecnológicos foram absorvidos pelo uso militar e utilizados para a destruição em massa. A retomada do desenvolvimento, operada após as duas grandes guerras, se daria à sombra da Guerra Fria e em meio aos diversos conflitos descentralizados, que minariam a sensação de otimismo presente nos períodos anteriores.

A terceira fase evoca a imagem do *loop*, onde os sentidos do corpo desistem de resistir e se entregam às sensações desorganizadas provocadas pelos movimentos intensos e bruscos da máquina. Para o historiador, esse momento espelha o contexto hodierno, onde os intervalos entre as mudanças se tornaram extremamente curtos, restando pouco espaço para organizar o sentido das transformações e refletir sobre a infinidade de possibilidades presentes no mundo contemporâneo, o que dá ao nosso tempo a sensação de ser “imprevisível, irresistível, incompreensível” (SEVCENCKO, 2001, p.17). O historiador aponta que esse cenário desorientador de aceleração extrema pode tender a uma suspensão da crítica aos impactos, efeitos e desdobramentos da tecnologia.

No que diz respeito à palavra crítica, o historiador explica que, entre os diferentes desdobramentos de sua origem grega estão a palavra *krités*, que significa juiz, a palavra *kritérion*, que fornece as orientações para que os julgamentos sejam feitos, e a palavra *krísis*, que se instala quando os critérios orientadores são suspensos (2001, p. 18-19). O período atual, marcado pela intensificação das mudanças tecnológicas, que tiveram seu ponto de partida na “revolução microeletrônica”, promove uma percepção alterada de tempo e de espaço, suspendendo a crítica, alterando critérios e abrindo a possibilidade de crises, desdobrando seus efeitos sobre as esferas políticas, sociais e econômicas, que impactam nos valores democráticos, na distribuição de recursos e oportunidades, na

desestabilização das estruturas e instituições, aprofundando as desigualdades e injustiças, e, em última instância, repercutindo nas questões ambientais.

Apesar da ressalva feita pelo historiador, que diz muito mais sobre uma preocupação desdobrada no campo da história, uma vez que a aceleração das tecnologias produz um efeito de aceleração da própria história – já que o espaço entre as transformações se torna mais curto, demandando esforços maiores e mais rápidos para dar conta do sentido dos acontecimentos –, no campo da filosofia, reflexões sobre a técnica são operadas desde a Grécia Antiga: na contemporaneidade, têm no filósofo alemão Martin Heidegger um de seus emblemáticos pensadores.

A REFLEXÃO SOBRE A TÉCNICA EM BERNARD STIEGLER

Na esteira das reflexões sobre a técnica e os impactos que as transformações tecnológicas produzem sobre os ecossistemas e os sistemas humanos, o filósofo francês Bernard Stiegler se debruçou sobre a dimensão paradoxal da técnica, lançando um olhar sobre ela a partir de um viés antropológico, aproximando o pensamento de diversos pensadores das tradições filosóficas alemã e francesa – como Husserl, Heidegger, Nietzsche e Marx, Simondon e Leroi-Gourhran –, além de distintos campos do saber, como o das ciências humanas e computacionais, física, filosofia, biologia, psicanálise e economia, articulando essas diversas orientações por meio da filosofia desconstrutivista de Derrida, que lhe permitiu fazer uma “mediação e uma negociação entre os extremos”(PACHECO, 2020, p.164).

A aproximação entre diversos saberes e orientações filosóficas resultou em um olhar diferenciado sobre a técnica, que foi entendida por Stiegler sob um ponto de vista ambivalente, a partir da ideia de *pharmakon* – conceito retomado de Platão por Derrida –, que designa “uma droga ou artifício que tanto pode atuar benéficamente como medicamento, como prejudicar e destruir enquanto veneno” (2020, p 175), ou seja, a depender da utilização, seu uso pode ser benéfico ou prejudicial.

Na França, Stiegler possui influência de dois importantes nomes, o historiador Jean Pierre-Vernant e o antropólogo Leroi-Gourhan. Do primeiro, se apropriou da leitura feita sobre o mito de Prometeu, figura que fundamenta a reflexão heideggeriana sobre a técnica. O mito resgata a experiência grega originária sobre técnica, estabelecendo o homem como ser para a morte e para o trabalho (2020, p.166). A leitura feita por Vernant traz a figura de Epimeteu como par inseparável de Prometeu e complementa o entendimento sobre a natureza ambígua e indeterminada do humano. A abordagem do mito feita pelo historiador francês permitiu a Stiegler ir numa direção oposta ao pensamento de Heidegger, que é perpassado pelas dicotomias entre *logos e techné, physis e nomos*. Para Stiegler, tanto o homem quanto a técnica possuem dimensões ambíguas, o que é possível de ser

vislumbrado já em sua experiência originária, além disso, o próprio homem também é entendido como um ser técnico, o que iria na direção oposta às clivagens presentes em Heidegger. A dualidade Prometeu-Epimeteu fornecem, segundo a pesquisadora Adelaide Pacheco, “imagens de temporalização”, fazendo do humano tanto seres da previsibilidade quanto do atraso, da memória e do esquecimento, dando à existência humana um grau de abertura e indeterminação (2020, p 169).

Os estudos feitos pelo antropólogo Leroi-Gourhan, por sua vez, serviram para embasar as aproximações feitas entre o homem e a técnica, presentes nos mitos gregos, e estreitar as relações entre estes, a comunicação e memória.

Segundo Stiegler, a técnica, antes mesmo da escrita, se configura em instrumento de comunicação, partilha e transmissão de memória social, se estabelecendo como um tipo de memória, a *epifilogenética*, que se materializa em próteses e possui importância crucial na complexificação do córtex cerebral humano, uma vez que, segundo Simondon, o organismo biológico humano, os órgãos sociais e os instrumentos técnicos possuem estreita relação. Stiegler entende, dessa forma, que “há um devir tecnológico-linguístico que instaura o jogo da *différance*, que estará na base de todo o processo de evolução psíquica e coletiva da espécie humana” (2020, p 171). Técnica e linguagem, portanto, não seriam elementos distintos, mas faces opostas da mesma moeda.

A historicidade da condição humana se dá partir do estabelecimento das condições de autotransmissão da existência, dessa forma, a memória *epifilogenética*, isto é, a memória materializada em próteses, estabelece o nosso mundo como mundo histórico. Para Stiegler, os suportes nos quais essa transmissão é feita condicionam o acesso ao passado, e as mudanças nas “técnicas de registro de memória” (*hipomnémata*), que a cada transformação estendem o saber e o poder humano, marcam verdadeiras crises. Foi o que aconteceu na Grécia antiga quando da invenção do alfabeto – que mudou inteiramente a maneira de se conceber a verdade e o acesso a ela –, e no Renascimento, com a invenção da imprensa.

Para Stiegler, a escrita *ortotética* grega lançou a civilização ocidental porque “ela é modelo de todas grandes invenções tecnológicas que asseguraram o domínio do Ocidente” (2020, p 173): ela foi a primeira dos grandes processos de gramatização, que se iniciou com o fluxo fonético, permitindo o desenvolvimento de uma escrita precisa, e se perpetuou pela história com a gramatização dos gestos corporais – permitindo a revolução industrial –, e se dá até hoje na gramatização dos processos cognitivos e processo da economia libidinal, “que são exteriorizados e transferidos para os aparelhos das ‘indústrias de conhecimento’ e das ‘indústrias culturais’ que caracterizam a nossa sociedade industrial” (2020, p. 174). O processo de gramatização, portanto, dá o pontapé para uma existência imersa no tempo do cálculo, do negócio, de uma crescente automatização, que, em última instância, participa da destruição da própria capacidade cognitiva humana e do seu *saber viver*, pois instaura o

tempo matematizado e a proletarização como regime universal, uma vez que subtrai todo o tempo do ócio, fundamental para a produção dos sentidos, e o transforma em tempo do negócio, rentável, calculado, participando do que Stiegler nomeia de empobrecimento noético, que, em última instância, produz reflexos diretos na produção cultural.

MARK FISHER E A DESORIENTAÇÃO NA CULTURA POP SOB O REGIME DO CAPITALISMO TARDIO

Sobre os efeitos da desorientação contemporânea desdobradas na cultura e nos objetos culturais, o filósofo e professor britânico de Cultura Visual Mark Fisher escreve o emblemático *Realismo Capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo?* (2020), e tem um compilado de textos seus editados sob o livro *Os fantasmas da minha vida. Escritos sobre depressão, fantologia e futuros perdidos* (2017), onde, no primeiro, Fisher faz uma leitura dos aspectos danosos do capitalismo tardio refletidos na produção cultural elaborada em seu tempo, já em *Os Fantasmas da minha vida*, ele se volta para elementos da cultura que marcaram o seu passado, nos anos 1980, fazendo uma avaliação em retrospecto sobre os aspectos nocivos e contraditórios do capital que já se apresentavam nos produtos elaborados no momento em que o neoliberalismo despontava no Reino Unido. Segundo a leitura de Fisher, que lutou durante muitos anos contra a depressão, vindo a cometer suicídio no ano de 2017, seu estado não estava circunscrito a uma questão particular e individual, mas resultava da estrutura adoecedora do capitalismo atual, os reflexos desses aspectos nocivos podiam ser observados tanto na cultura quanto na subjetividade dos indivíduos: âmbito “pessoal, político e cultura pop” para ele, não eram elementos desvinculados.

Em *Realismo Capitalista*, Fisher afirma que o atual sistema é perpassado por uma enorme instabilidade, demandando estratégias específicas, por vezes contraditórias e conformistas, para lidar com ele. Sob a égide do capitalismo, o termo “ser realista”, que antes significava “fazer as pazes com uma realidade experimentada como sólida e imóvel”, hoje significa ser extremamente maleável para adaptar-se a uma “realidade fungível” que não cessa de mudar (FISHER, 2020, p. 93). A instabilidade produz sintomas de desorientação, distúrbios da memória e crises do tempo, o que em seus efeitos práticos promove uma cultura imediatista, que sente dificuldades de pensar a longo prazo, sendo incapaz de gerar novidades, tornando-a propensa à retrospectiva e resultando numa cultura nostálgica.

Sobre a nostalgia produzida nesse contexto, Fisher faz uma importante ressalva ancorada no pensamento de Frederic Jameson, afirma não se trata de uma nostalgia psicológica, mas de um tipo específico, experimentado na cultura pós moderna, onde o sentido coerente do tempo histórico se rompeu gerando uma incapacidade de produzir novidade, o que a torna excessivamente apegada “às técnicas e fórmulas do passado” e incapacitada de “criar formas culturais inovadoras adequadas à

experiência contemporânea” (FISHER, 2018, p. 36) . Os produtos culturais da contemporaneidade e suas representações, dessa forma, resultam numa justaposição de fórmulas e formas pertencentes a diversas temporalidades, gerando produtos temporalmente indistintos. Para Fisher, “se o real é insuportável, *qualquer* realidade que formos capazes de construir terá que ser um tecido de inconsistências” (2020, p 95).

Além da nostalgia, as narrativas produzidas nesse contexto são permeadas por contradições, desordens temporais, fragmentos evanescentes e sintomas de distúrbios de memória, a preocupação se dá pelo fato de que tais representações fazem parte de uma tentativa de dar conta do real a partir de narrativas distorcidas, fragmentadas, que refletem fabulações consensuais produzidas para desempenhar um papel de consolo num presente insuportável, permeado por uma imensa “precariedade ontológica”. Assim, consensos e esquecimentos se tornam estratégias para a conservação da sanidade mental e refletem o sintoma de adoecimento psíquico de toda uma sociedade.

QUANDO O FIM DO FUTURO DESPONTA NO HORIZONTE SOB O SINTOMA DE ESGOTAMENTO CRIATIVO

Segundo Pablo Schanton, no prefácio ao livro *Os fantasmas da minha vida*, em sua versão argentina, Mark fisher resolveu fazer sua própria versão de “crítica cultural acerca do que o jornalista americano Simon Reynolds chamou de *Retromania*” (2018, p. 12), porém, fazendo uma comparação entre o “modernismo popular”, produzido na passagem dos anos 1970 a 1980, e a produção pop do presente. Na leitura de Fisher, os aspectos de tempo desorientado tiveram seu início exatamente na passagem daquelas décadas, com a instauração do programa neoliberal, que reverberou na emblemática frase da banda britânica Sex Pistols, “there is no future”, em 1977. A frase assinala um importante aspecto que se adensa na contemporaneidade: a perda de uma crença positiva no futuro, como sintoma da dilatação do presente.

Em *O lento cancelamento do futuro*, que se encontra na primeira parte do livro citado acima, Fisher utiliza o roteiro e a cena final da série britânica dos anos 1980, *Sapphire and Steel*, como metáfora para pensar um presente marcado pela uma crise da percepção do tempo. Segundo o filósofo, o autor da série buscou “escrever uma história de detetives onde pudesse incorporar o tempo” (2018, p. 26), assim, em sua narrativa, a questão central é a ruptura do tempo. Afirma que: “um dos objetivos de *Sapphire and Steel* era transpor as histórias de fantasmas fora do contexto vitoriano, para levá-las a lugares contemporâneos ainda não habitados ou recentemente abandonados.” (2018, p. 29), dessa forma, os personagens precisavam resolver questões que envolviam a articulação de diferentes temporalidades no presente, e que emergiam de uma brecha em sua estação de trabalho. A crise das

temporalidades se daria, segundo eles, em razão de uma predileção dos humanos por misturar artefatos de diferentes épocas.

Além do “anacronismo e obscurecimento dos períodos dispostos um dentro dos outros” (2018, p. 29), os espaços físicos também forneceram elementos para pensar sobre a crise do tempo: é o caso do episódio final, que se passa em um café repleto de *logos* corporativas, que Fisher afirma ser “um lugar a meio caminho”, ou um lugar de passagem, equivalente ao que o antropólogo Marc Augé chamaria, anos depois, de “não lugares”, e que tem nos shopping centers e aeroportos suas exemplificações. Não obstante o café se configurar como um lugar de passagem, os personagens descobrem mais tarde que não é possível escapar dali, uma vez que o local está completamente suspenso no espaço, de onde um dos interlocutores emite a frase: “Esta é uma armadilha. Isto não é nenhum lugar e é para sempre” (2018, p. 30). Para Fisher, a fala reflete perfeitamente a crise contemporânea marcada pelo anacronismo e pela inércia, por uma experiência do presente dilatada, de onde não é possível escapar.

Refletindo sobre o contexto de produção da série, Fisher afirma que ela só foi possível de ser realizada e exibida em horário central em razão do contexto político anterior à instauração do programa neoliberal no Reino Unido. Segundo ele, o sistema neoliberal foi um verdadeiro catalisador de mudanças na cultura pop, instalando uma improdutividade criativa, que pode ser explicada a partir de uma série fatores combinados, como a precarização do trabalho e o superestímulo cultural, que deixa os indivíduos sobrecarregados e esgotados; a insegurança econômica e a instabilidade das relações de trabalho, que os impele a buscar um sustento imediato, alterando as fronteiras entre trabalho e ócio, tão importantes para a criatividade; além disso, a destruição de valores baseados na segurança e na solidariedade abrem a necessidade de um retorno àquilo que é familiar (2018, p. 30), o que explica, em parte, o apelo ao retrô. Fisher também afirma que no Reino Unido o neoliberalismo privou gradualmente os artistas da segurança financeira necessária para produzir novidade, recursos estes que eram investidos na educação universitária e, indiretamente, financiavam os experimentos culturais produzidos nesses ambientes (2018, p. 40). Sob a égide do novo sistema financeiro, os produtos passaram a ser criados pensando no consumo, portanto, precisavam ser exitosos desde o seu lançamento, o que, aliados aos altos custos da produção, os tornou cada vez mais comerciais e menos experimentais.

Relacionando passado e presente, Fisher aponta que a aceleração dos meios de comunicação e a internet foram outros fatores que colaboraram para “terreno de improdutividade do presente” – que começaram com na ascensão do neoliberalismo e repercutem até hoje –, pois a internet abriu a

possibilidade de acesso a produtos culturais produzidos em épocas distintas², sobrecarregando os sentidos de escolhas e provocando certa inércia, uma vez que é possível explorar a história e a cultura mundial sem sair do lugar, além disso, não é mais possível se permitir uma retirada voluntária da vida cotidiana a fim de experimentar uma imersão no ócio criativo, já que, de todos os lugares, se pode ter acesso à comunicação e à produção cultural, influenciando as escolhas e incidindo sobre a criação. O atual estado de coisas promove assim um *déficit* de atenção decorrente de uma sobrecarga de estímulos que, em última instância, é paralisadora e produz efeitos negativos sobre a criatividade.

A CRISE DO TEMPO E O DEVER DE MEMÓRIA

O historiador francês François Hartog aponta que a crise do tempo se tornou o centro da preocupação de estudiosos e historiadores em meados dos anos 1980. A respeito do tema, são emblemáticas as obras de Paul Ricoeur *Tempo e Narrativa* (1983), *A memória, a história, o esquecimento* (2000). Após as duas grandes guerras, que minaram as certezas e o otimismo das sociedades modernas, a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS foram marcos que abalaram a relação das sociedades contemporâneas com o tempo, abrindo espaço para rearticular passado, presente e futuro. Na tentativa de responder às incertezas do presente e as novas expectativas geradas em relação ao futuro, tradições passam a ser retomadas e reinventadas, as orientações temporais passaram a ser justapostas, articulando uma outra percepção de tempo que já não privilegia mais a cadência, a ordem, a linearidade e o progresso, mas a ruptura e as discontinuidades.

A crise do tempo se instaura *pari passu* à crise da memória, que a partir da ruptura de tempo e espaço, acelerada pelo neoliberalismo, com a globalização da economia, demanda a proteção dos patrimônios mundiais. A convenção da Unesco de 1972 se insere nos primórdios dessa escalada da preservação da memória, da proliferação e da conservação do patrimônio, da construção de memoriais, da multiplicação de museus e da curiosidade pelas genealogias.

O historiador Pierre Nora aborda essa crise da memória, do tempo e da história, que se aprofunda nos meados dos anos 1980, no seu famoso texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993). Nele, faz um diagnóstico da França de seu tempo, onde se opera uma perda da memória viva, refletida numa necessidade crescente de eventos comemorativos e na materialização da memória evanescente. Para o historiador, o fato de a memória estar no centro das preocupações seria o atestado mesmo de sua inexistência: “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, e ainda, “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7).

² Fisher afirma, sobre isso, que sob a *internet* foi a própria experiência da perda que se perdeu (2018, p. 26).

O historiador faz uma diferenciação entre memória e história para afirmar que a crise instalada entre a memória, a história e proliferação dos lugares de memória eram coisas que estavam intimamente ligadas. Segundo ele (1993, p. 9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna prosaica. (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Assim, o que se assistia era o fim das “coletividades – memória”, povos que carregavam a sua memória viva nas práticas do dia a dia; o fim das “sociedades-memória”, sociedades cujas instituições como escola, família, estado, desempenhavam o papel da conservação e da transmissão de valores, e o fim das “ideologias-memória”, aquelas que pressupunham “a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução”(1993, p. 8).

A historicização, segundo Nora, ao mesmo tempo em que instaura, é sintoma da perda da memória espontânea, pois a história faz uma elaboração crítica de um resto, de um vestígio: “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir (1993, p. 9)”. A perda da memória viva e a aceleração da história desencadeiam uma necessidade de materialização, de elaboração da memória a fim de retê-la e possibilitar a compreensão do sentido das coisas que se processa cada vez mais rápido. A imprensa jornalística, nesse sentido, participa de uma alteração da percepção histórica, uma vez que elabora os acontecimentos enquanto eles se desenrolam, concorrendo para obsolescência cada vez maior dos eventos, e, com isto, a sensação de uma aceleração da história: a memória voltada para a herança é substituída pelo atual e pelo efêmero (1993, p. 8).

Na esteira da perda da memória viva, aquela “abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios em que se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo”, se instaura a memória arquivística. Esta memória, segundo Nora, “se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (1993, p. 15). A acumulação

de vestígios se torna, então, a ordem de uma sociedade que perdeu a memória tradicional e, em seu lugar, como um sintoma, se torna uma acumuladora compulsiva de vestígios, obcecada pela lembrança, pela memória e pelo arquivo. O adensamento da produção de arquivos instaura a incapacidade do esquecimento, uma vez que é fundamental para a elaboração do sentido a pausa, o lapso, a destruição controlada, instaura-se, assim, a memória arquivo e a memória dever (1993, p.18).

EM VIAS DE CONCLUSÃO: QUANDO A TENSÃO NA CRISE DO TEMPO SE PERDE ENTRE O PRESENTISMO E O CANCELAMENTO DO FUTURO

Todas as sociedades distribuídas no tempo e no espaço possuem a sua maneira de articular as temporalidades, os momentos de “crise” se instauram quando as categorias do tempo, que permitem organizar as experiências, se articulam de maneira equivocada: o passado é demasiadamente esquecido ou lembrado, o futuro não se desenha no horizonte ou é ameaçador, e o presente se esvai no imediatismo (HARTOG, 2020, p 38). Para analisar estes períodos específicos, François Hartog lança mão da ferramenta heurística “regimes de historicidade”. Segundo ele, esta permite compreender as crises da ordem do tempo – isto é, aquela que domina em determinada temporalidade –, e “as condições de possibilidade da produção de histórias”, uma vez que o resultado da maneira como as categorias do tempo são articuladas concebe diferentes modos de escrever a história.

Hartog aciona as categorias de análise utilizadas pelo historiador Reinhart Koselleck para entender a produção do tempo histórico: o horizonte de expectativa e o campo da experiência, a partir de onde a produção do tempo é articulada na tensão entre as duas esferas. Para Koselleck, sob o regime moderno começa a se dar uma assimetria entre o espaço da experiência e o horizonte da expectativa, caracterizada pela abertura para o futuro e a crença no progresso. A velocidade das transformações diminui o espaço da experiência e dilata o horizonte da expectativa, de onde “a máxima ‘quanto menor a experiência, maior a expectativa’” (2020, p. 39). O que acontece no período posterior, entretanto, e que caracteriza o regime contemporâneo, é que o espaço da experiência diminui cada vez mais, configurando uma aceleração da história, provocando uma tensão do presente até o limite da crise, o que retira do horizonte a expectativa no futuro e resta a sensação de uma suspensão do tempo histórico, de um “presente perpétuo, inacessível, quase imóvel” (2020, p. 39), que Hartog nomeia de *presentismo*.

Os períodos históricos e seus regimes não se sucedem sem crises, sem as brechas no tempo, assim denominado por Hannah Arendt, onde coexistem as “coisas que não são mais e as coisas que não são ainda” (2020, p. 139), produzindo uma experiência de tempo desorientada. No limiar entre os séculos XX e XXI, o que se observa é a lenta substituição de um regime que via positivamente o futuro por um que habita nauseadamente o presente, e aqui evocamos a metáfora da série britânica

utilizada por Fisher, *Sapphire and Steel*, onde os personagens se encontram presos eternamente num local de passagem. A metáfora se mostra apropriada para pensar o estado de coisas da contemporaneidade, onde uma imensa quantidade de estímulos e novidades ofusca a percepção da inércia e da repetição, nos impedindo de produzir uma crítica que permita observar o esgotamento criativo e o anacronismo em que estamos imersos. Por outro lado, a nostalgia, tal como ela se apresenta hoje – como imperativo da justaposição de elementos de temporalidades passadas, que impede a produção algo novo, adequado ao presente –, se mostra como um sintoma desse esgotamento e da sensação de finitude que perpassa grande parte das sociedades contemporâneas. A “deflação das expectativas”, que vem na esteira da sensação de finitude, marca a experiência do “lento cancelamento do futuro”, que se opera desde o fim da modernidade, com o fim das utopias e das promessas de progresso e prosperidade sem fim que não se realizaram. O filósofo italiano Franco Berardi afirma que o futuro não acaba, simplesmente não somos mais capazes de imaginá-lo (BERARDI, 2019, p. 10).

REFERÊNCIAS

- BERARDI, Franco. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- CASTRO, Eduardo Viveiros; DANOWSKI, Déborah. *Há um mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie Instituto Socioambiental, 2014.
- FISHER, Mark. *Los Fantamas de mi vida: Escritos sobre depresión, hauntología y futuros perdidos*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- _____. *Realismo Capitalista*. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7 - 28, Jul - Dez / 1993.
- PACHECO, Adelaide. O homem e a técnica em Bernard Stiegler. *Dossier Técnica*, Marília, v. 44, p. 163-184, 4 set. 2022.
- SINGER, Ben. Corpos e Sensação: Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004. cap. 1.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. No loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORTE E LUTO À LUZ DA PSICOLOGIA DO SENTIDO

DEATH AND MOURNING IN THE LIGHT OF PSYCHOLOGY OF MEANING

Daniel Peixoto de Sousa¹

Resumo: Este artigo se constitui enquanto um ensaio reflexivo acerca dos processos envolvendo a morte, tendo em vista que a mesma urge enquanto uma iminente constante à condição animal, todavia, suas nuances, aliadas às inúmeras formas de interpretação, pode gerar sentimentos como intriga, pavor, sofrimento e curiosidade à humanidade, corroborando muitas vezes com a ausência de sentido diante da vida. Dessa forma, por muitos, a relação com o luto atravessa por uma instância negativa no que tange ao sofrimento humano, convergindo em direção a um vazio existencial, promovendo um vasto campo para a manutenção de adoecimentos. Assim, tanto a religiosidade, quanto a espiritualidade podem se constituir enquanto formas de enfrentamento de adversidades, se constituindo enquanto coping, podendo adquirir um teor negativo ou positivo. Por esse viés, o presente artigo se propõe a analisar tais nuances à luz da Psicologia do sentido, a Logoterapia, atravessando um viés histórico e imergindo à experiência da morte, bem como as possibilidades de crescimento da vida diante dela, tendo em vista que falar sobre morte é também elencar a vida.

Palavras-chave: Morte; Luto; Espiritualidade; Logoterapia.

Abstract: This article constitutes itself as a reflective essay about the processes involving death, considering that it is urgent as an imminent constant to the animal condition, however, its mysteries, allied to the innumerable forms of interpretation, generate intrigue, dread, suffering and curiosity to the humanity, often corroborating with the absence of meaning in life. In this way, for many, the relationship with mourning goes through a negative instance with regard to human suffering, converging towards an existential void, promoting a vast field for the maintenance of illnesses. Thus, both religiosity and spirituality can be urgent as ways of coping with adversities, constituting themselves as coping, which can acquire a negative or positive content. For this bias, this article proposes to analyze such nuances in the light of the psychology of meaning, Logotherapy, crossing a historical bias and immersing in the experience of death, as well as the possibilities of growth in life before it, considering that talking about death is also listing life.

Keywords: Death; Mourning; Spirituality; Logotherapy.

¹ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Leão Sampaio - Unileão. Email: dpeixoto329@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o viés humano enquanto necessitante de sentido, Frankl (2020) salienta que o sentido de algo deve ser encontrado a partir da própria relação com o objeto, transcendendo para além de si, em direção a uma causa, relação, sentimentos e afins. Dessa forma, o sentido parte então por um viés dos próprios valores do indivíduo, ou seja, através do campo subjetivo.

Imergindo à discussão, urge a necessidade de um paralelo quanto à ausência desse sentido, bem como a perda do mesmo, uma vez que, apesar de proporcionarem uma maior aproximação à instancia do vazio existencial, a perda do sentido marca um momento mais inicial, no qual o sujeito consegue lidar com as adversidades da vida, todavia, a ausência de sentido representa um marco mais profundo na condição humana, ao qual o vazio existencial se instaura de maneira mais intensa, muitas vezes aprisionando o sujeito em si mesmo (FRANKL, 2020). Ademais, diante da morte, o que acontece quando relações, pessoas e momentos são perdidos? Existem alguma relação entre sentido e morte? Tais questões serão melhor ampliadas a partir da presente discussão

Além disso, ao adentrar a tal contexto, é imprescindível, antes de mais nada, elevar a compreensão acerca das nuances históricas e culturais que regem o mesmo, dessa forma, Combinato (2006) abarca a temática salientando que o significado de tal processo varia à maneira a qual o humano atribui valor e sentido às coisas com as quais se relaciona. Dessa forma, Duveen (2010) corrobora com tais questões ao elencar as representações sociais, uma vez que as mesmas abrangem tanto a comunicação dos indivíduos, forma pela qual objetos sociais são construídos e significados, quanto a maneira com que são operacionalizadas de forma simbólica e afetuosa dentro das subjetividades de indivíduos, grupos e sociedades.

Assim, Moscovici (2010) urge ao salientar as representações enquanto instrumentos explanatórios que se referem a crenças ou ideias, se constituindo enquanto forma de interpretar e se relacionar com o mundo, uma vez que tais representações carregam símbolos e vieses inerentes a cada contexto, mediando a forma com que o sujeito lida com o externo a partir de comportamentos e pensamentos que lhes foram impostos mediante ao meio em que vive. Ademais, Combinato (2006) destaca as nuances do quesito morte, perpassando o viés da naturalidade outrora vivenciado durante a idade média europeia, e, atravessando os dias atuais, aos quais atribui-se em diversos vieses, o quesito “fracasso” como inerente à morte.

Não obstante, Frankl (2020) salienta que o afastamento de um sentido não se constitui por si só enquanto um viés patológico e sim como uma porta de entrada para tais enfermos, portanto, imergindo às nuances que regem os processos de morte e luto, este texto se objetiva ser um ensaio reflexivo acerca da vida frente à morte, elencando dores, possibilidades de enfrentamento e atribuição de sentido diante da mesma.

BREVE HISTÓRICO ACERCA DA VIDA DE VIKTOR EMIL FRANKL

Viktor Emil Frankl, o pai da Logoterapia, de origem judia nasceu em Viena em 26 de março de 1905, assim como visto por Gomes (1992), fora discípulo de Freud aos dezesseis anos, parceria essa que estimulou o jovem a ganhar confiança e a imergir ainda mais no mundo da psicologia. Não obstante a isso, por divergência de ideias, acaba por se distanciar cada vez mais do psicanalista, uma vez que, com base em seus próprios valores, não entende o homem enquanto refém de seus impulsos, elevando o conceito de liberdade e responsabilidade quanto às ações do mesmo.

Ainda com base no autor Gomes (1992), Frankl passa então a se vincular com Adler, relação essa que não dura muito tempo, uma vez que o embate de ideias se torna notório na medida em que Adler acredita no homem enquanto refém à busca pelo poder, e Frankl, cada vez mais seguro quanto às suas concepções, acredita na terapia através do sentido da vida, dando vida à Logoterapia, questão essa que entra em cheque a partir das vivências do próprio autor em campos de concentração. Outrossim, tendo em vista o livro “Em busca de Sentido”, Frankl (2017), o psiquiatria descreve uma experiência em campos de extermínio de pequeno porte, distante dos grandes campos, ressaltando uma batalha maior ainda pela sobrevivência na medida em que observa diversos companheiros perecerem através da inanição, apatia ou táticas de suicídio, como tocar o arame farpado de alta tensão. Ainda com base no autor, tais questões puseram os seus valores em cheque, e o apego à imagem de sua esposa, mesmo que a mesma já não vivesse mais, o manteve determinado frente àquela situação, relação essa inclusive que destaca uma das grandes ênfases da Logoterapia, a questão da liberdade, mesmo diante da iminente exclusão da mesma, debate esse que será mais bem explorado ao decorrer da presente discussão.

A VISÃO DE HOMEM NA LOGOTERAPIA.

Tendo em vista a Logoterapia enquanto a terapia através do sentido, assim como visto em Lukas (1986), esta diverge da vontade de prazer da psicanálise, bem como a vontade de poder de Adler, uma vez que, a Psicologia do Sentido entende o homem enquanto um ser agente, ressaltando a capacidade que o mesmo tem de assumir responsabilidades e de transformar a si mesmo frente ao mundo, norteados pela liberdade e com base em seus próprios valores. Todavia, não entende a autorealização enquanto causa última humana, o que corrobora com certo distanciamento das demais abordagens humanistas, por esse viés, a Logoterapia ressalta a transcendência em direção a algo além do sujeito enquanto causa maior à condição humana, é um lançar-se sem esperar um reforço positivo ou unicamente por impulso, realizando um sentido fora de seu próprio mundo.

Com ênfase em Frankl (2011), o ser humano atravessa três dimensões, psíquica, física e noológica, entendendo essa última enquanto espiritual, muito mais por um viés antropológico, a qual

urge enquanto viés imaterial, a partir da relação com instancias que não estão presas ao físico, uma possibilidade do vir a ser. Outrossim, Frankl, com base em Gomes (1992) ressalta a importância de não confundir Logoterapia com religião, uma vez que a espiritualidade aqui tem um significado noológico, além disso, “Deus” passa a ter uma concepção de energia iminente que vem a tona quando as demais já se esvaíram, dessa forma, a dimensão noológica atravessa um viés incorruptível, ao qual patologia alguma poderá se aproximar, é a partir de tal questão que o psiquiatra passa a acreditar no humano de maneira incondicional.

Ainda com base em Lukas (1986) a terceira escola de Viena defende o homem enquanto dotado de três vieses; a liberdade de vontade, a vontade de sentido, e o sentido da vida. Outrossim, a liberdade de vontade urge enquanto instancia humana voltada à tomada de decisão mediante a qualquer circunstancia, é a possibilidade de existir escolha mesmo quando o contexto não convém, conceito esse que remete à própria vivencia de Frankl no campo de concentração.

Ademais, “vontade de sentido” é o cerne da discussão, uma vez que a necessidade, bem como a busca por um sentido, proporciona movimento aos indivíduos. Assim como o homem na psicanálise é movido por um viés de pulsões e faltas, e nas terapias comportamentais enquanto um produto condicionado ao meio, na Logoterapia, há uma busca por valores específicos, exclusivos e de teor objetivo, de maneira a estar voltado ao mundo, não apenas no indivíduo em si. Além disso, tal sentido defende todas e quaisquer convicções humanas enquanto dotadas de sentido, na medida em que mesmo vieses negativos carregam valores. É importante salientar que tais questões são de teor particular e mutável, a depender dos mais variados contextos e vivencias de cada indivíduo.

Por esse viés, Frankl (2017) destaca três formas de se descobrir o sentido na vida; através de um trabalho, hobbies, estudos ou praticando atos; vivenciando, experimentando, se relacionando ou encontrando alguém; ações e atitudes demandadas frente ao sofrimento inevitável, bem como aquilo que pode ser tirado de valor dessa relação. Em suma, percebe-se um movimento para além do indivíduo, dessa forma, faz-se a necessidade de diferenciar as nuances de sentido; se entende sentido na vida, assim como já discutido, enquanto uma relação mutável, sentido do dia a dia, já o sentido da vida, faz jus àquilo que se analisa da vida diante de uma morte iminente, e existe ainda o suprasentido, que se refere ao sentido macro, o que norteia uma população.

CONSCIÊNCIA, LIBERDADE E RESPONSABILIDADE E A CONSEQUENTE AUSÊNCIA DE JUNÇÃO ENTRE OS MESMOS À LUZ DA LOGOTERAPIA

Tendo em vista o cerne humano enquanto ser existencial e de acordo com Frankl (2017), a responsabilidade urge enquanto necessária à própria existência, uma vez que através dela há uma tomada de consciência a partir de quem o paciente julga enquanto responsável por suas ações, tanto

em relação ao meio externo, quanto à sua própria consciência, auxiliando o mesmo à ampliação do sentido com base em seus próprios valores. Não obstante a isso, é imprescindível que o sentido advinha do próprio paciente, o terapeuta não deve impor seus próprios valores ao mesmo. Assim, assumir a responsabilidade quanto ao mundo é entender o homem enquanto liberto em meio a uma infinidade de escolhas, todavia, escolhas geram consequências e é fundamental ter consciência e entender a forma como isso recai no sujeito.

Tais questões remetem à crítica ao modelo pandeterminista, questão que, através do reducionismo, destaca a impossibilidade humana de tomar decisões frente a uma determinada situação, o que diverge, com o levantado na presente discussão, uma vez que a visão de homem não se fecha às influências condicionantes, pelo contrário, entende-se o mesmo enquanto auto-determinante, capaz de mudar o mundo e a si mesmo, elevando assim o conceito de liberdade, todavia, aqui se ressalta a influência da responsabilidade acerca da mesma no aqui-e-agora, na medida em que a primeira instância por si só pode por ventura se degenerar e se perder quanto ao sentido, a não ser que seja vivenciada de fato por um viés de responsabilidade.

Dessa forma, Frankl (2017) salienta a vivência enquanto responsabilidade diante das respostas da vida, entendendo o homem enquanto livre na medida em que pode vir a se manter em condições alienantes ao não, isso é, ter consciência ou não daquela realidade ao qual está inserido. Outrossim, é entender o ser humano enquanto liberto para tomar escolhas mesmo diante da ínfima possibilidade das mesmas.

VAZIO EXISTENCIAL

Ainda com base em Frankl (2017) o nível de vácuo existencial pode se apresentar diante do sofrimento, morte existencial e de sobremaneira, acerca do tédio. Ademais, de acordo com Frankl (1990) está relacionado à perda do sentido da vida, se fechando às possibilidades, caindo naquilo que é aceito pela massa, e se dirigindo ao desespero de outras atividades que não necessariamente estão de acordo com seus próprios valores. Ademais, tais questões podem auxiliar no surgimento de outras patologias assim como a neurose noogênica, uma vez que a mesma salienta um conflito entre a consciência moral e valores empregados à mesma, levando à iminente falta de sentido.

Ademais, Frankl (2005) defende a dimensão humana enquanto procura do sentido da vida, todavia, destaca também a frustração dessa busca enquanto promissora de adoecimentos, imergindo à concepção de neurose de massa, o autor defende a ideia de neurose sociogênica, na medida em que muito das causas de procura clínica atravessam justamente um viés existencial e do sentimento de inutilidade diante da vida, dessa forma, as neuroses abarcam a depressão, suicídio e a toxicodependência enquanto nuances relacionadas à mesma. Essa tríade está pelo menos em parte,

ligada ao sentimento de vazio existencial, uma vez que convegem à dependência de prazeres ou nuances que limitam a busca pelo sentido.

Todavia, Frankl (2020) salienta que a falta de sentido se trata de um tormento mental, portanto, não deve ser tratado enquanto doença por si só, dessa forma, cabe o paciente retornar à sua existência buscando compreender qual é o sentido da mesma, entendendo a responsabilidade mediante à liberdade ao qual está inserido

Além disso, Frankl (2005) ressalta a questão acerca do retorno de antigos valores outrora perdidos enquanto uma cura falha, uma vez que sentido é algo para ser encontrado, e esse processo em busca de sentido é que caracteriza o mesmo, tendo em vista que se constitui mediante à possibilidade de mudança frente à realidade. Por esse viés, o psiquiatra destaca o preenchimento desse vazio enquanto método terapêutico na medida em que o sentido passa a limitar o desenvolvimento de neurose.

AS NUANCES QUE REGEM O LUTO

O termo luto se constitui a partir de atravessamentos históricos, variando dentre os mesmos, bem como condizente à cultura. Dessa forma, Combinato (2006) urge ao imergir a tais concepções, ao divergir a morte, que para além de um processo biológico, passara de uma celebração para um sinônimo de fracasso. Tal temática vem à tona ao analisar tais processos inerentes à Idade Média, assim como visto por Rodrigues (2001) os cemitérios se constituíam no meio das grandes cidades, espaço comumente habitado para a manutenção de quaisquer atividades humanas, por esse viés, a morte passa então a ser significada enquanto um processo natural. Ainda sob ótica do autor, a partir do advento da burguesia, bem como a relação com a modernidade industrial, além do desenvolvimento da medicina, o corpo então capital passou a ser negligenciado na medida em que perde sua utilidade ao sistema, dessa forma, passa a ser separado cada vez mais do mundo dos vivos.

Além disso, Ariès (2012) imerge nas questões voltadas ao destino de muitos dos cadáveres da Idade Média, tendo em vista que boa parte, principalmente os mais desprovidos economicamente eram alocados às igrejas da época, o que, além de promover uma desigualdade mesmo diante da morte, se elenca um viés espiritual na medida em que os mortos retornariam ao paraíso sem atravessar uma responsabilização por seus atos, sejam esses de qualquer natureza. Tal questão começa a mudar com o advento da influência do viés bíblico de Mateus, instaurando assim um juiz no que tange à ressurreição dos mortos. Dessa forma, instaurou-se o embate entre a morte enquanto redutora de diferenças entre os vivos e as ordens religiosas que exerciam uma grande influência no morrer, ressaltando um olhar ao qual o homem passa a rever sua vida inteira quanto ao seu leito de morte, dessa forma, reviveria boas ações, falhas e suas atitudes frente àquele momento iriam decidir quanto

à manutenção de seus pecados, seja a falta de resistência frente à tentação ou se os mesmos seriam apagados caso consiga resistir a esse momento.

Falar sobre morte é antes mesmo, falar sobre vida, todavia, no que tange à modernidade, tais questões se tornaram defasadas na medida em que a morte se dirigiu aos centros mais específicos de cuidado, ao qual Combinato (2006) destaca limitar o aspecto humano, uma vez que silencia emoções e sentimentos em direção a uma decomposição discreta da vida, divergindo ainda mais do processo natural outrora vivenciado. Por esse viés, Rodrigues (2006) destaca que o processo envolvendo a morte divergente tanto de um ponto de vista do animal, quanto do humano, no primeiro, não envolve um comportamento convencional, tendo em vista que mesmo não se vê enquanto indivíduo, e por isso não consegue avaliar sua morte, nos humanos, a consciencia dessa individualidade muitas vezes enrijece o seu processo de perda.

Ariès (2012) ressalta que quando voltado a esses centros do cuidado, a morte passa a ser manuseada por médicos e sua equipe, definindo o processo, bem como buscando uma aceitação por parte do paciente, aceitação essa que muitas vezes não é recíproca uma vez que as emoções passam a ser silenciadas em tal ambiente. Dessa forma, a relação com o morrer passou a se tornar cada vez mais distante, corroborando com Kubler-Ross (1996) ao destacar a solidão impessoal condizente ao processo de morte. Ademais, tais questões promovem inclusive uma distancia no processo de elaboração do luto, questão essa que será mais bem debatida ao longo da presente discussão.

AS TAREFAS CONDIZENTES AO LUTO

É importante ressaltar que luto não condiz unicamente com a perda física de um ente querido, uma vez que está também relacionado às relações em si, sejam sociais, amorosas ou mesmo aquelas voltadas a si mesmo, perdas remetem a rupturas no equilíbrio emocional, social e afetivo, e quando não vivenciadas de forma genuína, podem auxiliar na manutenção de diversos transtornos. Dessa forma, Combinato (2006) salienta a “morte simbólica”, processo ao qual simboliza um novo período a partir de mortes de características próprias, processo necessário para a reorganização e consequente resignificação da vida.

Todavia, é importante salientar que, assim como visto em George Engel (1963), conforme citado por Worden (2013), apesar de perpassar um afastamento do bem-estar, o luto não necessariamente atravessa um viés patológico, muito dos sentimentos, sensações e comportamentos são comuns e inerentes às formas do indivíduo de lidar com o processo, importante ressaltar aqui que não há um tempo fixo demandado em prol a “recuperação”, uma vez que mesmo após aceitar intelectualmente, a aceitação emocional urge enquanto um viés mais delicado.

Entretanto, quando não elaborado, o luto pode contribuir para o aparecimento de quadros clínicos. Dessa forma, Worden (2013) discorre acerca das tarefas do luto, o primeiro condiz com a aceitação de que o ente se fora e de que não haverá mais um retorno, divergindo inclusive do processo de negação, há pouco discutido. A segunda tarefa condiz com o processo de dor, ao qual o enlutado deve se permitir à angústia, tal quesito inclusive atravessa a prática do psicólogo, ao qual deve auxiliar na busca por esse sofrimento da melhor maneira possível. Ademais, a terceira tarefa abarca os ajustamentos, seja a partir do externo, relacionado ao ambiente, às demais relações, seja interno, condizente à mudança no self, ou espiritual, relacionada à concepção de mundo e direcionamento de vida, o que corrobora com a fase espiritual de Frankl que será posteriormente debatida na presente discussão. A quarta tarefa refere-se ao encontro de uma conexão com a pessoa morta em meio a um início de uma nova vida, entender que apesar da relação física ter chegado ao fim, o lado afetivo ainda está presente, é levar consigo pertences ou simplesmente memórias que remetam ao ente.

Ademais, as tarefas do luto atravessam um viés de enfrentamento, não ocorrendo de maneira necessariamente simultânea, tendo em vista o viés humano condizente a cada indivíduo, bem como os mediadores aos quais recebem influencia, além disso, em um cenário ideal, nenhuma tarefa exclui a importância das demais.

A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE E RELIGIOSIDADE NO LUTO

É possível fazer um paralelo com Ariès (2012) ao imergir às concepções da noção de morte e religião, dividindo a mesma em dois períodos: o primeiro, denominado Morte Domada, representa uma maior familiaridade com a morte, a qual o indivíduo sentia sua aproximação e a aceitava enquanto um processo natural, salientando gestos rituais, inclusive cruzar os braços em forma de cruz, ou curvar-se em direção ao Oriente, voltado a Jerusalém, sendo muito influenciada por conta da igreja católica. Ainda com base no autor, a segunda concepção fora denominada Morte Selvagem, processo ao qual devido ao advento das idéias iluministas, bem como dos avanços da medicina, as questões condizentes ao processo de morte foram gradualmente deslocadas à esfera privada, invertendo assim o comportamento em torno da morte na medida em que a recusa. Outrossim, a influência da igreja católica representa uma força muitas vezes contraditória, em que, com ênfase na Morte Domada, promovia uma elaboração da morte, através dos mais diversos rituais, todavia, poderia também reproduzir alienação, tendo em vista que a instituição detia o poder sobre os corpos, além da possibilidade de atribuir à categoria de “mau” àqueles que não estivessem de acordo com os seus alinhamentos, destituindo o ser daquele que morria. Assim, a religião assume tanto um viés de coping positivo, quanto negativo

Dessa forma, Pargament (1998) imerge à concepção de coping religioso enquanto o uso da fé, espiritualidade ou religião no enfrentamento de situações aversivas ao longo da vida, encorajando a tomada de decisões, bem como fortalecendo o indivíduo. Ainda sob ótica do autor, o coping pode ser entendido por um viés positivo, que promova o contato com o sagrado de maneira saudável, confortável e negativo, ressaltando uma culpabilização do sujeito na medida em que salienta mais situações de estresse.

A religião, segundo Thiengo (2019), urge enquanto um sistema organizado de crenças, símbolos, leis e rituais que propiciam com maior facilidade, o contato do indivíduo com o sagrado. Todavia, Pinsky (2017) ressaltava que a mesma se constitui enquanto extremamente variável mediante ao contexto histórico e cultural ao qual está inserida. Além disso, Valle (2005) corrobora com tal questão ao discorrer acerca das religiões enquanto criações culturais, as quais influenciam nas mais diversas nuances dos seres dotados de consciencia, urgindo assim o termo *Homo Religiosus*, ressaltando toda a experiência enquanto vigente única ao ser Absoluto.

Outrossim, de acordo com Valle (2005) a religiosidade se constitui justamente enquanto a adesão que os indivíduos vão apresentar mediante às crenças advindas de determinada instituição religiosa, bem como o grau de influência que tal relação apresenta em sua vivência. Dessa forma, compreende-se enquanto uma resposta ao aprendizado mediante ao contexto social, dentro de valores, normas, crenças, ritos e afins.

Ademais, a espiritualidade, com base em Thiengo (2019) parte para um viés mais amplo, com ênfase no que tange ao subjetivo, uma vez que se constitui enquanto busca e reflexão da relação com esse sagrado, estando ligadas ou não a uma religião. Ampliando tal debate, Viktor Frankl (2017) trás a compreensão de homem mediante às dimensões: psicológica, física e noológica, entendendo essa última enquanto espiritual, muito mais por um viés antropológico e imaterial, a partir da relação com instâncias que não estão presas ao físico, promovendo uma possibilidade de vir a ser. Ainda sob ótica do psiquiatra, tal dimensão atravessa um viés incorruptível ao qual patologia alguma tem domínio, nesse sentido, a ideia de “Deus” passa a ter uma concepção de energia iminente que vem a tona quando as demais já se esvaíram.

Portanto, mediante ao explicitado, imerge-se à compreensão das nuances entre o campo organizacional e ideológico da religião e o experiencial e afetivo da espiritualidade, por esse viés, Rican (2003) salienta a espiritualidade enquanto espontaneidade, na medida em que conota um viés criativo de liberdade de busca e experimentação religiosa individual.

A religião, assim como visto em Monteiro (2020) se constitui enquanto um processo dinâmico, ressaltando o constante movimento do homem em busca de sentido na medida em que atribui um viés sagrado a essa busca. Dessa forma, a relação com o divino pode vir a fornecer um suporte capaz de

auxiliar no enfrentamento de agentes e situações estressores, perdas e tragédias, todavia, não se prende exclusivamente a um viés mais negativo da condição humana, uma vez que a mesma pode assumir papéis de significado nos mais diversos âmbitos, sejam através de celebrações, festividades ou mesmo na forma com que os indivíduos se relacionam entre si.

O LUTO À LUZ DA LOGOTERAPIA

Quando relacionado à temática do luto, Franco (2021) salienta que a espiritualidade transcende quaisquer barreiras na construção de um significado, tendo em vista que a cultura se estabelece enquanto regras quando ligada às representações sociais acerca da dor, a genética não apresenta arcabouço suficiente para lidar com as questões da alma, e mesmo os símbolos do psiquismo aliado à tentativa de explicação por parte da cognição são suficientes para lidar com as nuances do humano. Assim, Frankl (2005) salienta a inclinação humana a dizer sim à vida apesar de tudo, tendo em vista que a morte, dentro de alguns aspectos, pode despertar para a realização do sentido da vida. Por esse viés, sobre o sofrer, Frankl (2016) salienta que um sentido se cria a partir da realização de valores, ou seja, ao se lançar a tarefa, o que corrobora com as questões voltadas ao luto na medida em que se vivencia a situação de dor e dela se tira um sentido. Por esse viés, se corrobora com tais questões, destacando os enlutados enquanto humanos que ao atravessarem o arcabouço do sofrimento, podem dele criar estratégias para a realização das tarefas do luto, bem como o estabelecimento de um sentido para além dele.

Ademais, tais questões corroboram com o viés humano enquanto necessitante de sentido, assim como visto em Frankl (2017) ao ressaltar a busca de sentido enquanto promotora de movimento existencial, todavia, não significar, bem como negligenciar a vivência do luto, pode corroborar com um enrijecimento do self, se fechando às possibilidades e atravessando a instância do vazio existencial, promovendo o espaço para o desenvolvimento de diversas patologias. Assim, olhar para o sofrimento não significa se submeter unicamente ao mesmo, é corroborar com Frankl (1996) e entender que mesmo o sentimento de luto faz a pessoa perdida sobreviver, afetos, memórias e o amor passam a ser armazenados de maneira subjetiva, no campo interior.

Ademais, imergindo no debate, Frankl (2016) elenca a questão da liberdade enquanto característica humana dotada de responsabilidade, norteadas por valores e sentidos, todavia, os mesmos não podem ser vistos de maneira a submeter o homem à prisão subjetiva, e sim auxiliar no processo de transcendência, tendo em vista que o mesmo precisa se livrar de quaisquer determinismos. Assim, não é negligenciar a dor, é trabalhar a mesma e proferir um olhar além, se elevando em meio àquilo.

A morte é um processo complexo, sem dúvida, todavia, falar da mesma é antes de tudo elencar a vida, é atravessar todo o seu percurso histórico e as nuances que regem o mesmo, é entender que luto não condiz unicamente ao ente que fora perdido, uma vez que, términos de relações, dores, desamparos e até mesmo a morte do “eu” constituem o luto, é atravessar o cuidado defendido por Roselló (2009) e proferir o exercício da receptividade, não voltada exclusivamente aos outros, mas sim para si, é aceitar o doloroso processo de mudança, mesmo que de maneira imposta, e simplesmente cuidar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente discussão propõe-se a dialogar acerca da relação entre morte e a Logoterapia, apresentando possibilidades diante do processo de luto, compreendendo inclusive que o mesmo não se limita apenas ao fim de uma vida, alcançando patamares de relações, momentos e afetos, e como tal, deve ser vivenciado, divergindo assim do processo de enrijecimento do self. Outrossim, a vivência deve vir a abarcar o próprio processo individual.

É imprescindível salientar que o distanciamento de sentidos não se constitui enquanto patologia, e sim enquanto porta de entrada para a mesma, dessa forma, um luto não vivenciado, pode vir a contribuir de forma imensurável para o estabelecimento de adoecimentos.

Compreende-se inclusive a necessidade de abordar as nuances da temática religiosa e espiritual com maior fevor no que tange ao coping do luto, sobretudo tendo em vista as dimensões humanas vistas em Frankl (2017).

REFERÊNCIAS

- ARIËS, P. *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- COMBINATO, D. S ; SOUZA, M. *Morte: uma visão psicossocial*. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 2006, v. 11, n. 2 [Acessado 25 Setembro 2022] , pp. 209-216. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200010>>. Epub 25 Mar 2007. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200010>.
- DUVEEN, G. Introdução: o poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ENGEL, G. L. (1961). *Is grief a disease? A challenge for medical research*. Psychosomatic Medicine, 23,18-22
- FRANKL, V. E. *Psicoterapia e Existencialismo: Textos selecionados em Logoterapia*. São Paulo: É Realizações Editora, 2020.

- FRANKL, V. E. *Em busca de sentido: Um psicólogo no campo de concentração*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- FRANKL, V. E. *A vontade de sentido: Fundamentos e aplicações da Logoterapia*. São Paulo: Paulus, 2011
- FRANKL, V. E. *Um Sentido Para a Vida: Psicoterapia E Humanismo*. São Paulo: Ed. Ideias E Letras, 2005
- FRANKL, V. E. *A questão do Sentido em Psicoterapia*. São Paulo: Papirus, 1990
- FRANKL, Viktor E. *A psicoterapia na prática*. Editora Vozes, 2020.
- FRANCO. *O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno*. São Paulo: Summus, 2021.
- GOMES, J. C. *A Psicoterapia Existencial Humanista de Viktor Emil Frankl*. São Paulo: Loyola, 1992
- KUBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 299
- LUKAS, E. *A Força Desafiadora do Espírito*. São Paulo: Loyola, 1986
- MONTEIRO, D. Daitx et al. Espiritualidade / religiosidade e saúde mental no Brasil: uma revisão. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.*, São Paulo, v. 40, n. 98, p. 129-139, jun. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2020000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 set. 2022.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- PARGAMENT, K. I.; KOENIG, H. G.; PEREZ, L. Patterns of positive and negative religious coping with major life stressors. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 37, n. 4, p. 710-724, 1998. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/1388152.pdf?seq=1#page_scan_t ab_contents. Acesso em: 10 set. 2022
- PINSKY, L et al. Envolvimento religioso e fatores sociodemográficos: resultados de um levantamento nacional no Brasil. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)* [online]. 2010, v.37,n.1 [Acessado 12 Junho 2022], pp. 12-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832010000100003>
- RICAN, P. Spirituality – A story of a concept. *International Psychology of Religion Conference*. Glasgow, Escócia, 2003.
- RODRIGUES, A. *Psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, (2001)
- RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2006.
- ROSELLÓ, F. *Antropologia do Cuidar*. 1º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

THIENGO, P et al. ESPIRITUALIDADE E RELIGIOSIDADE NO CUIDADO EM SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA. *Cogitare Enfermagem*, [S.l.], v. 24, mar. 2019. ISSN 2176-9133.

Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/58692>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

VALLE, J. E. R. Religião e espiritualidade, um olhar psicológico. In M. M. AmatuZZi (Org.), *Psicologia e espiritualidade* (pp. 83-107). São Paulo: Paulus, 2005.

WORDEN, J. *Aconselhamento do Luto e Terapia do Luto*. 4º ed. São Paulo: Roca, 2013.

O EMBELEZAMENTO ARQUITETÔNICO EM ARACAJU PELA MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA

THE ARCHITECTURAL EMBELLISHMENT IN ARACAJU BY FOREIGN LABOR

Alysson Santana Barbosa¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar a utilização da mão de obra estrangeira nas transformações arquitetônicas da capital de Sergipe, Aracaju, nas primeiras décadas do século XX, deixando para trás os prédios públicos e privados em estilos coloniais e neoclássicos, e modificando-os de acordo com o estilo arquitetônico eclético, visto como sinônimo de modernidade. Essas modificações tinham como finalidade servir como cenário para as comemorações do primeiro centenário da Emancipação Política de Sergipe em 1920, como uma maneira de materializar tal fato. Diante disso, discorreremos acerca de documentações oficiais e periódicos que circulavam no período em questão e discutiam a respeito da exaltação do trabalhador europeu imigrante e a ausência da valorização do trabalhador local de construção civil.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural; memória; mão de obra estrangeira; Aracaju.

Abstract: This paper aims to study the usage of foreign labor in the architectural transformations of Sergipe's capital, Aracaju, in the first decades of the 20th century, leaving behind the public and private buildings in colonial and neoclassic styles, and modifying them according to the eclectic style, seen as a sign of modernity. These modifications had the goal to serve as scenario to celebrate the first centenary of the Political Emancipation of Sergipe in 1920, as a way to materialize this fact. Therefore, we will discuss about the official documentations and periodicals that circulated in that moment and argued about the exaltation of the European immigrant worker and the lack of appreciation of the local worker of civil construction.

Keywords: Cultural heritage; memory; foreign labor; Aracaju.

¹Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes (Unit) e mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: santanaalysson28@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por transformações arquitetônicas que renovaram a imagem das cidades brasileiras, considerada por muitos como visualmente ultrapassada. Nesse contexto, destacavam-se as cidades que exalasses a modernidade. Não foi diferente o caso de Aracaju, onde se almejava a modernização da mais nova capital sergipana, deixando para trás os traços do estilo colonial, neoclássico e/ou antecessores (SANTOS; TAVARES; GRAÇA, 2020, p. 41). A adoção do ecletismo² como o mais novo símbolo de progresso e poder da República teve um papel importante para o desenvolvimento político e econômico no Estado de Sergipe, além de sua capital estar intrinsecamente ligada ao estilo arquitetônico em questão, presente em pontos monumentais da paisagem urbana.

A imigração em Sergipe foi uma das maiores atribuições para o desenvolvimento da modernidade por meio da arquitetura e identifica a origem de tais labutadores como vindos da Europa, mais especificamente de Portugal e da Itália. Sendo assim, o ecletismo presenciou a contribuição das massas imigrantes para a sua composição arquitetônica, especialmente em Aracaju. Com a abolição da escravatura e a inclusão desses estrangeiros em território nacional, as técnicas de construção foram sendo substituídas, pois a utilização dos antigos métodos construtivos já não condizia com o novo regime adotado pelos republicanos.

Com base nesse conhecimento prévio e sustentado pela literatura específica do assunto, é significativo repensar no papel da profissão e na valorização desses trabalhadores, tendo em vista as diversas formas de silenciamento na sociedade, seja relacionado à mão de obra local ou de imigrantes, constatando o ofício de profissionais na participação da formação e modernização de Aracaju no final do século XIX e meados do século XX.

A MODIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA URBANA ARACAJUANA COMO SINÔNIMO DE MODERNIDADE

Diante dos Relatórios Presidenciais de Sergipe, analisados entre os anos de 1908 e 1918, enviados pelos Presidentes do Estado ao Presidente da República, é possível distinguir um panorama geral dos mais importantes acontecimentos da localidade. Dentre tais acontecimentos, salientamos as obras públicas e a importância dessas construções para o embelezamento e a valorização da cidade de Aracaju em um período em que o Estado estava em busca de afirmação do poder político, econômico e administrativo, ainda que tenha sido necessário desenvolver algumas manobras para

²Estilo arquitetônico revivalista que ganhou destaque à medida que cobiçava evocar elementos da arquitetura tida como antiga, uma maneira de ressuscitar a imponência na construção de monumentos inspirados em edificações do passado, beirando à imitação, com a justificativa de uma reinterpretação de vários estilos (PATETTA, 1987, p. 10).

viabilizar que essas obras entrassem em vigor. No ano de 1909, Manoel Baptista Itajahy reporta ao Presidente da República, Nilo Peçanha, a respeito das dificuldades enfrentadas a partir da crise econômica, resultando na limitação de recursos, voltados apenas para pequenos reparos nos edifícios públicos, não sendo mencionados precisamente quais seriam esses ou quais foram essas intervenções arquitetônicas, informando apenas pinturas (SERGIPE, 1909, p. 26-27), sendo priorizada a fala a respeito do Ateneu Sergipense, onde foi construído um anexo para gabinetes indispensáveis aos usuários.

Alguns dos prédios que eram fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de Aracaju eram os grupos escolares, sendo que, apesar de ser evidente a sua importância, essas construções contavam com um valor elevado até a sua conclusão. O Governo do Estado de Sergipe providenciava o orçamento para captação de recursos para a construção dessas instituições de ensino, porém, embora muitas delas tenham sido iniciadas, os prédios estavam longe de serem finalizados e os Relatórios Presidenciais informavam que algumas das edificações estavam concluídas apenas os alicerces próximos às praças importantes, como a praça Tobias Barreto, por ser um ponto estratégico de visibilidade para a população (SERGIPE, 1910, p. 08-09).

Entre outros enredos para o barateamento de reparos em prédios públicos, no ano de 1910, foi inserida também a mão de obra militar para adequações no próprio Quartel de Polícia e na Cadeia. Como existia uma grande importância visual e funcional, os trabalhadores envolvidos nessas modificações prediais não poderiam ser profissionais despreparados para serviços, como o ladrilhamento das salas do órgão com mosaicos de cimentos, substituição de pedra calcária, além de obras mais simples, como a construção de 85 estrados de cama onde dormiam os soldados, também conhecidos como tarimbas, “(...) com as despesas apenas do material, sendo trabalho executado por soldados carpinteiros” (SERGIPE, 1910, p. 30).

Uma maneira de diminuir o custo da mão de obra nas construções das edificações pertencentes à capital sergipana foi justamente investir na educação e no aperfeiçoamento profissional no ano de 1909, com a fundação da Escola de Aprendizes Artífices, a partir do decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, que foi inaugurada apenas no dia 1º de maio de 1911 pelo Dr. José Rodrigues da Costa. Já em suas primeiras turmas havia um quantitativo de 120 alunos matriculados. A instituição em questão abrangia os cursos de ferraria, marcenaria e desenho técnico (SERGIPE, 1911, p. 42). Cinco anos após o início do seu funcionamento, em 1916, a escola citada é referenciada como uma relevante rede que presta serviços ao Estado, dando o seu devido retorno financeiro, agora com um total de 145 alunos, não muito diferente da quantidade de alunos em seu início, levando em consideração o decorrer dos seus 5 anos, embora apresente uma média de mais de 80% de frequência regular:

Nesse estabelecimento de ensino profissional mantido pelo Governo do Federal, no qual estão funcionando cinco oficinas e dois cursos obrigatórios, um primário e o outro de desenho, acham-se matriculados 145 alunos com uma frequência média de 80,6%. A produção dessa Escola no 1º semestre deste ano foi do valor de 1:105\$617 e a receita de 1.064\$303 (SERGIPE, 1916, p. 20).

Mesmo que todos esses Relatórios Presidenciais não mencionem de forma direta os festejos do centenário da Emancipação Política de Sergipe, comemorado no ano de 1920, a preocupação pela busca de trabalhadores que pudessem repaginar os prédios aracajuanos é evidente, principalmente quando se trata dos prédios públicos vistos como vitrines de uma cidade moderna, além de serem entendidos como uma demonstração de que a capital do estado estava em boas mãos. Nota-se o cuidado na tentativa de alterar essas edificações, modificando completamente o seu estilo arquitetônico neoclássico³ para o eclético, além de construir novos prédios e promover outras melhorias urbanas durante os anos que antecederiam a década de 20, onde “finalmente parecia que a cidade de Aracaju iria ingressar nos trilhos da modernidade, mesmo que em passos lentos” (SANTOS, 2009, p. 2).

Inicialmente, o estilo arquitetônico aracajuano de prédios públicos e de edifícios pertencentes à alta sociedade era predominantemente neoclássico, munido de simplicidade e sutileza, caso fosse comparado ao que já vinha sendo desenvolvido em outras cidades brasileiras. Porém, a cidade não demorou muito para acrescentar características e elementos mais arrojados, em que era notória a influência arquitetônica de outras localidades nacionais, a título de exemplo, podemos mencionar a cidade de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. A mão de obra utilizada para a construção dessa arquitetura imponente era importada de outros lugares do Brasil e do mundo, dado que parte dos trabalhadores locais não mais satisfaziam ou acompanhavam as novas técnicas construtivas para as edificações ecléticas. Para essas adaptações arquitetônicas, é importante ressaltar a vinda de outros profissionais para a execução de prédios públicos e privados.

De acordo com os ideais da época, a mão de obra tinha que ser preferencialmente importada para evidenciar a eficiência das construções e provar que, perante à sociedade, a perspectiva de ordem e progresso idealizada pelo Governo estava dando certo. Além disso, era preciso materiais de construção condizentes com a modernização buscada pelos republicanos. Logo, esses produtos também passaram a ser importados, exceto a madeira, a cal, a areia e os tijolos, que eram nacionais. A matéria-prima que era inexistente no Brasil fez com que houvesse a sua substituição por produtos

³ Estilo arquitetônico comprometido com as inspirações de ornamentações renascentistas tendo como referência o retorno de elementos construtivos greco-romanos (SILVA; NOGUEIRA, 2018, p. 130).

nacionais. Porém, “(...) os improvisos locais na tentativa de substituir o material estrangeiro não tiveram o sucesso esperado. Houve muita improvisação malsucedida” (LEMOS, 1999, p. 86).

Com essas estratégias de importação de mão de obra, assim como dos materiais construtivos, os bens culturais de origem afro-brasileira e indígena não eram reconhecidos em Aracaju, tornando a cidade ausente de diversidade sociocultural, em que o patrimônio “(...) da capital sergipana ainda não representa um multiculturalismo democrático, pautado pelo reconhecimento oficial das diferenças” (PASSOS; NASCIMENTO, 2012, p. 9).

A nova forma de viver e construir no meio urbano era uma necessidade nacional, devido à busca pela sintonia com o padrão europeu da época sem a utilização de pessoas submetidas ao regime escravocrata. Como houve um aumento no número de edificações urbanas, a partir do século XIX, e como esse aumento ainda permaneceu pelo século XX, pela grande demanda de construções, lançaram mão do uso das técnicas disponíveis para suprir as necessidades relacionadas a construção civil (REIS FILHO, 2019, p. 152). Sendo assim, o ecletismo presenciou a contribuição das massas imigrantes para a sua composição arquitetônica. Com a abolição da escravatura e a inclusão dos imigrantes em território sergipano, as técnicas de construção foram sendo substituídas, pois a utilização dos antigos métodos construtivos já não condizia com o novo regime adotado pelos republicanos. Portanto:

organizou-se ao mesmo tempo a imigração europeia, com o objetivo principal de abastecer de mão-de-obra (...), mas que, estendendo-se a outros setores, contribuiu de forma decisiva para a melhoria das condições de produção no Brasil, sobretudo na construção (REIS FILHO, 2019, p. 149).

Após a abolição da escravatura, o Brasil precisou de mão de obra também no âmbito da construção civil. Nesse sentido, assim como no contexto nacional, o ecletismo chega em Sergipe através de imigrantes estrangeiros, que vieram com a intenção de entrar no mercado com uma proposta inovadora. Esses trabalhadores trouxeram consigo “(...) conhecimentos de construção e arte e foram implantando-os no território brasileiro, ignorando as nossas tradições locais” (SANTOS; TAVARES; GRAÇA, 2020, p. 37).

Não somente o estilo neoclássico e/ou o eclético com influência italiana se fazia/m presente/s na capital sergipana, a edificação que hoje pertence à rede supermercado GBarbosa e alguns sobrados que compõem a Avenida Otoniel Dória, a Rua Santa Rosa, a João Pessoa, a José do Prado Franco e o Beco dos Cocos, são constituídas de tipologias e elementos com influência francesa e alemã no que diz respeito às ornamentações de ascendências neorrenascentistas em suas fachadas principais, se fazendo presente componentes do barroco e balaústres em guarda-corpos executados com o que havia de mais importante em materiais construtivos decorrente da sua importação (SILVA, NOGUEIRA,

2018, p. 131), o que evidencia a grande relevância dessas influências estrangeiras nas modificações prediais, chegando a atingir até mesmo os blocos industriais em 1922 em Aracaju (Imagem 01), não somente pela mão de obra ou pela estética, mas também pela matéria-prima. Dito isso, fica claro compreender que a “(...) imigração em Sergipe compõe um cenário maior e que o discurso oficial de modernização contrastou com prática tradicionalistas por parte das elites locais” (ENNES, 2011, p. 331).

Imagem 01 – Bloco industrial pertencente a Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial – Aracaju – Sergipe.



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465666/icon1465666.html. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

Outra edificação que continha traçados arquitetônico franceses é o Mercado Modelo Thales Ferraz construído em 1926, que foi uma obra de grande impacto no centro de Aracaju, juntamente com a linha férrea acompanhada de sua estação. O Estilo do Mercado chamava atenção por ocupar todo o quarteirão, construindo-se um novo ponto comercial com a recordação de um café parisiense, em substituição à grande feira livre que se encontrava na Rua da Frente (CHAVES, 2004, p. 79).

O vislumbre pela arquitetura local já advinha antes mesmo dessas modificações arquitetônicas, demonstrando o apego da população por essas obras, o que se pode notar na fala do atual Presidente do Estado, o Coronel Pedro Freire de Carvalho, em 1914, ao descrevê-los como “(...) edifícios que lhe servem de cenário são reaes palacios que decoram a nossa capital com a sua architectura elegante de linhas bem conformadas” (SERGIPE, 1914, p. 15), ao mesmo tempo em que o Governo se diz forçado a desapropriar mais de 30 casas de pequeno valor, em sua maioria cobertas por palhas, as quais, segundo ele, estavam em desacordo com o traçado da cidade. Dentro do perímetro urbano, as exigências construtivas eram mais rígidas. Além das coberturas de palha das

residências, era também proibido o desalinhamento entre as fachadas, e era obrigatório que possuíssem pés-direitos exagerados, desapropriando e demolindo lojas e até o Trapiche Oliveira. Na zona rural, a legislação dava total liberdade sobre as residências.

A MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA E A SUA CONTRIBUIÇÃO ARQUITETÔNICA EM ARACAJU

Entre as modificações arquitetônicas efetuadas, a que mais se destaca em registros documentais pelo uso da mão de obra diante da sua repaginação é o Palácio Olímpio Campos, deixando de ser uma edificação neoclássica e se tonando eclética por meio de adaptações construtivas e artísticas. O General Manuel P. de Oliveira Valladão faz um desabafo em seu Relatório Presidencial, no ano de 1915, a respeito do mal estado de conservação da construção, das rigorosas vistorias realizadas, dando o resultado desses pareceres, e mencionando ainda que o palácio foi:

Edificado ha mais de meio seculo, para residencia presidencial e installação da Secretaria do Governo. O palacio da Praça Fausto Cardoso acha-se presentemente desocupado, porque da rigorosa vistoria a que mandei proceder pela Diretoria de Obras Publicas, logo que tomei posse, se verificou que diversas partes do edificio se achavam bastante estragadas, principalmente a cobertura, e que só com o risco de vida alli se poderia permanecer. Não me contentei somente com o parecer da Diretoria de Obras Publicas : solicitei de outros profissionaes, engenheiros e mestres de obras, que examinassem cuidadosamente o edificio : e todos elles, cada um por sua vez, foram mais ou menos accordes na opinião de que o mencionado edificio, nas sua parte superior, efetivamente se acha muitissimo estragado e ate na imminencia de desabamento. Posteriormente se apresentou, vindo da Bahia e recommendado por pessoas que me merecem a mais alta consideração, um representante da firma Liguory & C.º. engenheiros architectos, firma que se propunha a reconstruir o Palacio e desejava, portanto, verificar o seu estado, afim de melhor formular a sua proposta : novo exame e nova opinião accorde com esta medida de previdencia, a desocupação do Palacio e de par com esta medida, a necessidade indeclinavel de reformal-o, dando-se-lhe outro aspecto externo e modificando-se-lhe as divisões internas. Do projecto dessa remodelação, foi por mim incumbido o engenheiro Liguory, que já m'o apresentou: as obras por elle orçadas andão por cerca de 200:000\$000 : mas outri orçamento calcado sobre aguas elementos, reduz esta cifra a 167:778\$905, digamos 170:000\$000 (SERGIPE, 1915, p. 09-10).

É importante frisar que nesse discurso do então Presidente do Estado de Sergipe, o General Manuel P. de Oliveira Valladão, apresenta-se uma preocupação referente ao estado do Palácio do Governo, o que resultou em rigorosas vistorias no local. Mesmo com o resultado, ele pessoalmente contrata outra equipe vinda da Bahia, coordenada pelo engenheiro Liguory, para fazer os mesmos procedimentos. Nota-se a falta de confiança no trabalhador local ao contratar outro profissional, que é de descendência estrangeira, criando uma descrença até mesmo em relação aos profissionais da

Diretoria de Obras Públicas da sua própria gestão, sendo que, nos dois casos, os resultados das patologias estruturais foram os mesmos.

Diante dos resultados das inspeções prediais, restava agora um projeto que fosse condizente com a expectativa de modernização que o Governo do Estado ambicionava para a cidade de Aracaju. Em 1917, lançou-se então um concurso com abertura ao público para apresentar propostas de reforma, mas todas foram recusadas pelo Conselho Administrativo com o argumento de que nenhuma apresentou o custo total da obra, invalidando toda a concorrência. Assim, como o serviço demandava uma certa urgência, resolveu o Governo executar administrativamente as modificações do Palácio Olímpio Campos Campos (Imagem 02) (SERGIPE, 1917, p. 41).

Imagem 02 – Palácio Olímpio Campos, também conhecido como Palácio do Governo. O antes e depois da intervenção arquitetônica executada pela Missão Artística Italiana.



Fonte - <https://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/>. Acesso em: 22 de dez. de 2022.

No ano seguinte, é registrado o início das obras do Palácio Olímpio, resolvendo a questão orçamentária através de preços mais convenientes, contratando também a ornamentação externa, além de outros serviços realizados por empreitadas parciais. De acordo com a prestação de serviço, toda a obra do Palácio do Governo totalizou uma quantia de 200:000\$000. “No seu processo de transformação é importante a visita da equipa de artistas italianos, que veio da Bahia a convite do Governo do Estado para realizar obras no palácio do governo” (BARBOZA, 1992, p. 52). Conforme

os Relatórios Presidenciais, o italiano, arquiteto e escultor Bellando Bellandi, vindo da Bahia juntamente com o grupo, denominado Missão Artística Italiana, fora contratado para fazer parte das intervenções, sendo responsável pelo revestimento externo, ressaltando que a sua idoneidade profissional é bem conhecida e respeitada (SERGIPE, 1918, p. 5).

Outros profissionais italianos também estavam contribuindo com essa Missão em suas respectivas ocupações, a título de exemplo, podemos mencionar Oresti Gatti como um “primoroso” pintor; Oreste Sercelli como decorador; Hugo Bozzi como construtor, que era frequentemente contratado pelo governo para fazer reparos em outras construções; Firmino Barreto, que foi o empreiteiro da obra do Palácio do Governo e também um dos responsáveis pelas alterações em suas fachadas; assim como o construtor licenciado Frederico Gentil, juntamente com a sua construtora Irmãos & Cia Ltda (BARRETO, 2005, s. p.). As modificações não ficaram restritas unicamente às fachadas, mas também atuaram na distribuição de cômodos e na introdução de processos construtivos das edificações, visto que não só tiveram um bom reconhecimento, como também deixou a população influenciada, uma vez que:

A cidade recebeu com satisfação a sugestão dos italianos e passou a imitar a obra do Palácio [do Governo] nas construções e nas reformas, coisas que aconteceram em tal quantidade que ainda hoje, depois de várias ondas reformistas, é apreciável o número de remanescentes (PORTO, 2003, p. 38).

Como o Palácio do Governo foi um marco para o primeiro Centenário da Emancipação Política em Sergipe, esses construtores foram contratados de maneira individual com o objetivo de destiná-los a áreas de conhecimento específicas, pois cada um deles dominava a técnica necessária. Bellando, como mencionado anteriormente, ficou responsável pelas fachadas juntamente com Sercelli, que trabalhava com as esculturas que ornamentaria o topo da edificação. Desde logo, Gatti realizou os serviços de pintura e decoração; as obras em madeira ficaram a cargo de José Alcides Leite, que fazia ali a primeira aplicação de piso de *parquet* em Sergipe; e Rafael Alfonso, que se destacava em pavimentação das vias públicas com paralelepípedo na rua Barão e se estendendo de um lado a outro da praça Fausto Cardoso que se interligava à ferroviária e ao Palácio Olímpio Campos. O construtor Frederico Gentil é um caso à parte, uma vez que já havia atuado em outras obras em alvenaria, como a residência Adolfo Rollemberg, atual sede da OAB/SE (Imagem 03), contratado pela construtora Barreto & Carlos pertencente a Firmino Barreto e Pedro Carlos de Santana (PORTO, 2003, p. 38).

Imagem 03 – Antiga residência Adolfo Rollemberg, atual sede da OAB/SE.



Fonte: <https://oabsergipe.org.br/blog/2019/05/24/a-resistencia-aos-ataques-a-oab/>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

O próprio Federico Gentil era conhecido pela população pelas suas habilidades construtivas, além da competência e da boa qualidade dos seus trabalhos. Fazendo uso de seus conhecimentos trazidos de outras nacionalidades e introduzindo novas técnicas construtivas, Frederico deixou sua assinatura em diversas residências e prédios públicos que enriqueceram a cidade aracajuana (PORTO, 2003, p. 104). Assim como ele, Rafael Alfonso e Oresti Gatti se destacaram profissionalmente, ao ponto de permanecerem em terras sergipanas. Pouco se destaca a presença de profissionais sergipanos nessas obras da época, mas podemos mencionar o artista plástico José Ribeiro que aprimorou seus dotes com os estrangeiros e decorou o Café Universal situado na rua Barão.

Além do mencionado Palácio do Governo, outras edificações também passaram por reformas e modificações para o dia das comemorações do Centenário da Emancipação Política de Sergipe, dentre elas, o Palacete da Polícia, o Palacete de residência do Presidente do Estado, o Asilo Rio Branco, a Secretaria do Governo, o Palácio da Assembleia e Diretoria de Finanças, a Diretoria de Instrução Pública, a Escola Normal, o Grupo Escolar General Valladão, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz (Imagem 04), a Cadeia Pública, a Biblioteca Pública, a Ponte do Imperador, além de aterros e pavimentações em inúmeras localidades da cidade (SERGIPE, 1918, p. 33-34).

Imagem 04 - Grupo Escolar General Valladão (superior) e Grupo Escolar José Augusto Ferraz (inferior).

Fonte:

https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/discover?rpp=10&page=2&query=aracaju&group_by=none&etal=0.
Acesso em: 10 de out. de 2022.

É exatamente no período entre os anos de 1918 e 1924 que Aracaju recebe e se destaca gradativamente com a presença do conhecimento e da cultura dos imigrantes italianos no governo de Pereira Lobo e com a comitiva acompanhada de engenheiros, arquitetos, mestres de obras, artistas plásticos e escultores com o objetivo de melhorar esteticamente Aracaju, já apelidada de “Sultana das Águas”, nome dado desde o período da chegada de Dom Pedro II, decorrente da geografia do município, permeado por dispersos rios que o banhavam, embora a nomenclatura tenha perdido força após a chegada da Missão Artística Italiana, impulsionada pelos traços arquitetônicos europeus da época (CHAVES, 2004, p. 80-81).

Mesmo com a presença dos italianos, a permanência deles ainda era de um pequeno número de indivíduos. Entretanto, esse baixo quantitativo era provido de um jogo de justificáveis interesses. A tipologia imigratória era a mesma, mas com o diferencial de que esses estrangeiros tinham o que muitos consideravam como traços sociais mais elevados, contribuindo de forma comercial, empreendedora e principalmente artística, auxiliando decisivamente na renovação urbana na primeira

metade do século XX, assim como na criação de uma pequena colônia italiana (CAPPELLI, 2007. p. 18).

Efetivamente, os imigrantes que chegavam em Sergipe buscando trabalho, muitas vezes direcionado ao trabalho agrário, salvo exceções, não tinham habilidades para trabalhos nas lavouras, o que os levava ao deslocamento por conta própria para as grandes cidades, desviando das reais ocupações a que foram destinados. Desse modo, fica claro que a imigração, apesar de muito importante para o desenvolvimento sergipano, não resolveu a “falta” da mão de obra, principalmente aquela que supriria as necessidades dos latifundiários (LAZZARI, 1980, p. 106-107).

O periódico sergipano *O Horizonte*, através de sua distribuição semanal na cidade de Laranjeiras no final do século XIX, publicava a respeito desses deslocamentos de trabalhadores para outras localidades. Segundo o jornal, essa imigração deveria ser idealizada e realizada de maneira inteligente e eficaz, não só por parte dos países que eram contemplados com esses estrangeiros (países estes que eram preparados para recepcioná-los), mas também dos países europeus que continham emigrantes destinados ao Brasil, os quais arquitetaram todo o processo de transferência quantitativa, como ocorreu na Alemanha: foi “(...) creada na Allemanha uma grande associação colonizadora, que tem por fim desenvolver em larga escala a emigração para o Brazil” (O HORIZONTE, 1885, p. 2).

Aracaju se tornou a capital sergipana em 1855 com o objetivo de se tornar o mais novo e prático centro administrativo, antes exercido pela cidade de São Cristóvão (SILVA, 2019, p. 135). Algumas das justificativas dadas para essa mudança seria a facilidade de escoamento da produção do estado, principalmente através do rio Sergipe e com o suporte dado à construção do novo porto, também para a chegada de italianos, judeus e portugueses, contribuindo com as atividades econômicas ligadas à comercialização ligado ao comércio portuário, o que favoreceu a presença de estrangeiros na segunda metade do século XIX (SILVA, 2019, p. 122). Com o movimento imigratório, a maioria desses estrangeiros não chegaram à Aracaju dos seus locais de origem, mas sim do deslocamento advindo de outros estados brasileiros, sobretudo da Bahia e Pernambuco.

Algumas dessas pessoas vieram se aventurar na tentativa de exercerem diversas atividades antes mesmo de fixarem residência e constituírem família. Muitos desses sujeitos foram encaminhados a exercícios direcionados à economia e principalmente à construção civil. O ingresso de trabalhadores imigrantes não só conseguiu se estabilizar em território aracajuano e a busca pelo trabalho assalariado, mas também uma forma de entrarem no processo de “sergipanização”, que contém “(...) um significado sociológico bem preciso: remete à organização comunitária de imigrantes, num sentido de pertencimento étnico” (SEYFERTH, 1999, p. 285). Isto facilitava na incorporação em uma nova sociedade, partilhando seus costumes, formalidades e engajamento em causas políticas.

Após a chegada dos estrangeiros italianos advindos da Bahia para Sergipe, a publicação mensal *Revista Bahia Illustrada*, dirigida pelo senhor Epaminondas Dutra, editada no Rio de Janeiro, mas tendo como sua principal função exaltar as personalidades baianas, publica, na sua edição de maio de 1920, a respeito do pronunciamento do então Presidente da República Epitácio Pessoa, relatando a preocupação com as greves dos trabalhadores em Salvador (que futuramente iria destinar trabalhadores para o Estado de Sergipe em consequência dessa greve), os classificando como “indivíduos de máos procedente, alguns que nunca foram obreiros, immiscuriam-se no movimento, com intuito de subversão da ordem social existente” (REVISTA BAHIA ILLUSTRADA, 1920, p. 10).

A própria revista direciona esses principais agentes, que supostamente estariam tumultuando a ordem nacional e social, aos estrangeiros com a justificativa de que eles seriam antagônicos à ideia de pátria, o que contraria o Governo Republicano atual. Sendo assim, a publicação expõe esses trabalhadores como pessoas que, segundo alegavam, extinguiriam a pátria formada pelos antepassados brasileiros, construída a partir da força do trabalho, que fazia parte do patrimônio cultural como fruto para as próximas gerações. Tais manifestações foram apuradas pela polícia como:

(...) agentes (que) aconselhavam meios deshumanos ou barbaros para fazerem triumphar os seus designios, de que foi signal o emprego de bombas explosivas e a arrecadação de grande provisão dellas, feitas pela autoridade nos dias da parede (REVISTA BAHIA ILLUSTRADA, 1920, p. 10).

Essas acusações vêm acompanhadas pela defesa da criação de novas leis protetoras contra essa suposta “seita”, e de irreais ideologias disseminadas pelo governo de que os estrangeiros idealizaram o fim da pátria, a destruição da família e o banimento de todas as religiões que constituíam a suposta disciplina moral da humanidade. Essas publicações da *Revista Bahia Illustrada* tinham o interesse de colocar o país contra os estrangeiros que eram descritos como nocivos e contrários aos próprios compatriotas, se associando à ação criminosa em um país livre, onde, independente da sua nacionalidade, qualquer homem no Brasil pode chegar às mais altas posições sociais.

Após essa comoção nacional a respeito desse movimento grevista, principalmente na cidade de Salvador, na primeira semana de março de 1920, a comissão do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), localizado no Estado da Bahia, anuncia que foram enviados à Aracaju dois sujeitos associados a este sindicato, sendo eles artistas carpinteiros munidos com suas respectivas credenciais competentes. Nesse meio tempo, parte dos empreiteiros de obras começaram a recuar e assinar acordos com seus trabalhadores, fazendo com que alguns dos construtores associados passassem a procurar outras oportunidade de empregos em outras regiões, sendo o Estado

de Sergipe, um dos destinos para esses trabalhadores (GUIMARÃES, 2012, p. 160), o que contribuiria minimamente para a repaginação arquitetônica aracajuana.

No entanto, são de extrema importância os trabalhadores estrangeiros para a construção civil, que materializaram parte da produção do ecletismo sergipano, idealizado e construído por esses profissionais, “(...) cujos dados biográficos são muitas vezes desconhecidos” (PUPPI, 2010, p. 639). O desenvolvimento da modernidade é frequentemente atribuído à imigração, por meio da arquitetura, e distingue-se a origem de tais trabalhadores como vindos da Europa, mais especificamente de Portugal e da Itália. Destaca-se que não era necessário ter uma formação acadêmica para exercer o ofício de arquiteto e/ou engenheiro, todavia, era muito comum a presença de profissionais possuidores de estudos superiores que foram divididos em duas categorias, sendo a primeira relacionada aos profissionais com formação acadêmica, o que poderia ser comprovada através da execução de obras importantes; e a segunda categoria formada pelos que não tinham nenhum grau de estudo, mas que tinham pelo menos um ano de experiência na atividade (PUPPI, 2010, p. 651).

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO A MATERIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Em frente a essas modificações urbanas em Aracaju, destaca-se o periódico local intitulado como *Correio de Aracaju*, autodenominado independente e noticioso, pertenceu ao Sr. João Menezes, que também foi o redator. O jornal em questão foi criado para servir aos interesses do Partido Republicano Sergipense de maneira informativa, predominantemente noticiando grandes e importantes eventos do estado de Sergipe. Um prato cheio para a semana de comemoração dos 100 anos da Emancipação Política de Sergipe:

Passa no dia 24 de Outubro proximo vindouso, o primeiro Centenário da Emancipação de Sergipe. Sobejamente conhecido é o brilhante papel que, entre as suas irmãs, tem representado aquella unidade nacional. De territorio reduzidíssimo e com o seu desenvolvimento por muito tempo tolhido, sob a influencia de factores diversos, Sergipe, nem por isso deixou de ocupar sempre lugar de destaque em nosso paiz. (...) Chegou, afinal, a hora do surto material, e este ae vae realizando da maneira mais brilhante. Para isso tem concorrido em larga escala a bem orientada administração do sr. Pereira Lobo, incrementando intelligentemente as forças vivas do Estado, e dando ensejo a que cada vez mais profícuo se torne o trabalho dos sergipanos (CORREIO DE ARACAJU, 1920.a, p. 02).

A festividade ocorreu durante toda a semana, de 23 de outubro a 27 do mesmo mês, no ano de 1920. O primeiro dia (23) foi composto pela inauguração da Exposição-Feira de produtos indígenas, juntamente com os festejos populares nas praças Pinheiro Machado e na Estrada de Ferro, acompanhados de concertos públicos. O dia seguinte (24) iniciou-se com uma alvorada às 5 horas da manhã em frente à casa do Presidente do Estado; parada militar na praça Fausto Cardoso, com desfiles

das forças armadas às 13 horas; inauguração da estátua do sergipano Tobias Barreto de Menezes na praça Pinheiro Machado às 15 horas; banquete no Palácio do Governo às 20 horas, além do baile de grande gala no mesmo palácio. No dia 25, houve o popular baile no cinema Rio Branco às 21 horas. No penúltimo dia (26), houve a cerimônia do assentamento da pedra fundamental do edifício do teatro São Cristóvão às 15 horas; batalha de confete na Praça Fausto Cardoso também às 15 horas, finalizando o dia com uma recepção de gala no Clube dos Diários às 21 horas. No último dia das celebrações (27), houve como encerramento, às 13 horas, a Disputa da Taça do Centenário, mais a frente, exposições e o *Soirrée chic* no Recheio Club às 21 horas, concluindo definitivamente toda a programação do evento (CORREIO DE ARACAJU, 1920.b, p. 03).

As edificações citadas anteriormente não aparecem em suas publicações como destaque principal das celebrações, ou como um fator de inauguração, embora seja possível imaginá-las como cenários para toda a festividade, graças ao cronograma oficial, o que seria, de forma indireta, uma tentativa de exibir para a população todas as modificações realizadas nesses prédios públicos.

Apesar da data das comemorações oficiais serem no dia 24 de outubro de 1920, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe antecipou as festividades de forma mais simbólica e sucinta para o dia 8 de julho do mesmo ano, em uma edição especial da revista que leva o mesmo nome da instituição:

O fato é que, embora se tenha comemorado o centenário em 8 de julho de 1920, data defendida pelos confrades do IHGSE ao abrigo do decreto por D. João VI, o governo do Estado optou por celebrar o acontecimento em 24 de outubro, data em que chegou aos sergipanos a confirmação da emancipação. Ao longo dos anos, o 08 de julho transformou-se na celebração da independência de Sergipe do IHGSE para seus consórcios e comunidade intelectual, e o 24 de outubro uma celebração de maior participação do popular financiada pelo Estado e voltada a comemorar a história sergipana. (ANDRADE; SANTOS; FERRONATO, 2020, p. 63-64).

A publicação da própria *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* em comemoração à Emancipação Política de Sergipe evidencia a necessidade de lembrar e solenizar uma terra admirada por D. João VI, além de demonstrar a preocupação com a memória do estado, não devendo, portanto, “(...) deixar em silêncio, despercebidamente, tão memorável acontecimento, que constitui a mais bela página da nossa vida social e política” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, 1920, p. 18), patenteando os mecanismos racionais e sentimentais das questões que foram colocadas em pauta e aproveitando a possibilidade para erguer vínculos com o passado histórico.

Um dos pontos mais importantes a serem ressaltados nessas edificações que fazem parte da comemoração é a necessidade de materializar de forma imponente um fato histórico com as diferentes facetas e pontos de vista que estruturam a memória coletiva dos sergipanos, em que:

esses lugares de memória (...), o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música (...) (POLLAK, 2007, p. 3).

Percebe-se ainda que a diversidade do patrimônio de Aracaju e os meios de preservação da memória são permeados por diversas linguagens e representações, sejam elas materiais ou imateriais, se modificando ao longo da historiografia afim de marcar e registrar importantes acontecimentos. A memória coletiva e a sua forma científica são empregadas em dois tipos de instrumentos, como os documentos e monumentos, demonstrando que o que sobrevive do imaginário de um indivíduo não é o conjunto do que aconteceu no passado, mas sim a seleção de momentos marcantes e prioritários (LE GOFF, 2013, p. 485).

Essa construção da memória, advinda de elementos arquitetônicos como símbolos construídos por trabalhadores que muitas vezes caem no anonimato, deixa traços que fixam as características de determinado acontecimento diante de algo imponente, mesmo sendo materializados por pessoas que não eram nativas daquela localidade. Deste modo, “um lugar de memória deve parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte materializar o imaterial (...)” (NORA, 1993, p. 22). O trabalho de registros materiais vem a ser uma fonte relevante para a compreensão de como se deu essa importante necessidade de preservar a memória de cada indivíduo, tomando como base edificações construídas na cidade.

Desse modo, as construções contribuem para a memória coletiva, assim como as transformações constantes promovidas por aqueles que as edificaram. Por meio disto, é possível observar a importância das edificações modificadas arquitetonicamente para o Centenário da Emancipação Política de Sergipe como forma de resguardar as memórias das vivências da população em diferentes períodos de tempo, além de evidenciar o modo como um marco histórico local dissemina, perpetua a cultura, e revela o patrimônio histórico e afetivo edificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a glorificação do estrangeiro resultou também na facilitação e no incentivo para a entrada dessas pessoas em diversas localidades do país, assim como ocorreu no estado de Sergipe, como possível substituidor do trabalhador nacional. Foram implementadas manobras para impulsionar esse processo de mão de obra imigratória, sustentado pelos governantes que estabeleciam decretos atribuindo vantagens a esses trabalhadores estrangeiros para os atraírem, da mesma maneira que contribuía para a sua permanência.

O uso da mão de obra estrangeira em meio às cidades sergipanas teve mais destaque no decorrer da década de 1910, após o Governo do Estado lançar editais destinados à contratação de trabalhadores afim de modernizarem arquitetonicamente os prédios públicos de Aracaju, mas, posteriormente, o mesmo edital foi cancelado por insatisfação dos projetos apresentados, e convidaram profissionais italianos que trabalhavam no Estado de Bahia, transformando a cidade, que deixou para trás a arquitetura neoclássica, e foi se moldando por meio do ecletismo.

Esse quadro de trabalhadores que contribuíram para a formação e o crescimento de Aracaju participou ativamente no processo da modernização e na transformação arquitetônica da cidade, contando com arquitetos e engenheiros diplomados/licenciados ou até mesmo carpinteiros, serventes, pedreiros, artistas plásticos, entre outros profissionais ligados a construção civil. Nesse ponto, é preciso destacar a presença desses personagens que trabalharam ativamente em construções locais, os quais não são desconhecidos pela população local, como alguns dos imigrantes italianos presentes na Missão Artística Italiana no início do século XX. Ligados a eles, está a necessidade da contratação de trabalhadores sergipanos braçais que exercessem as funções tidas como pesadas, melhor dizendo, prestadores de serviços que verdadeiramente ergueram monumentos idealizados por arquitetos e engenheiros diplomados e/ou regularizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela Nascimento; SANTOS, Patrícia Batista; FERRONATO, Cristiano de Jesus,. Comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe: Um olhar a partir das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 52-65, 2020.

BARBOZA, Naide. *Em Busca das Imagens Perdidas: Centro Histórico de Aracaju 1900-1940*. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BARRETO, Luiz Antônio. Estrangeiros em Aracaju (III). *Infonet*, Aracaju, 29 de abril de 2005. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/estrangeiros-em-aracaju-iii/>>. Acesso em: 23 de março de 2022.

CAPPELLI, Vittorio. A Propósito de Imigração e Urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, n. 1, p. 7-37, 2007.

CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. *Aracaju: pra onde você vai?* Aracaju: Edição do Autor, 2004.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, nº 2.962, setembro de 1920.a.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, nº 2.969, setembro de 1920.b.

ENNES, Marcelo Alario. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). *História (UNESP. Impresso)*, v. 30, n.2, p. 312-334. Ago/Dez., 2011.

GUIMARÃES. Luciano de Moura. *Ideias perniciosas do anarquismo na Bahia*. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Bahia, 2012.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Migração e ideologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A República Ensina a Morar Melhor*. São Paulo: Hucitec, 1999.

NORA, Pierre. *Entre memória e a história: a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo: (10). Dez, 1993.

O HORIZONTE. Laranjeiras, nº 28, dezembro de 1885.

PASSOS, Lucas Santos; NASCIMENTO, Maíra Ielena Cerqueira. Aracaju entre o pretérito e o porvir: os bens tombados de Aracaju. In: *III Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 2012, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos..., 2012.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. RICOEUR, Paul. In:... A memória, a história, o esquecimento. Tradução Alain François. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns Nomes Antigos do Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2003.

PUPPI, Suely de Oliveira Figueirêdo. Profissionais Italianos na Salvador Eclética. In: DAZZI, Camila; VALLE, Arthur (Org). *Oitocentos – Arte Brasileira do Império à República*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Edur-UFRRJ. p. 639-656, 2010

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

REVISTA BAHIA ILUSTRADA, Rio de Janeiro, nº30, maio de 1920.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Aracaju, nº5, janeiro de 1920.

SANTOS, Camila Rodrigues dos; TAVARES, Edivaldo Paula Cavalcante; GRAÇA, Rogério Freire. Patrimônio e Memória: a produção da arquitetura eclética da cidade de Aracaju/SE. *Arquitetura e cadernos de graduação: ciências humanas e sociais*. Aracaju, v. 6, n. 1, p. 31-50, mar., 2020.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade a Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos*. 2009. Dissertação de Mestrado (Conclusão do Curso de História) - Universidade Federal de Sergipe.

SERGIPE. *Mensagem do vice-presidente de Sergipe Dr. Manoel Baptista Itajahy dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1909, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 9ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1909. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 02, vol. 67.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Dr. José Rodrigues da Costa Dória dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 15 de março de 1910, ao instalar a sessão Ordinária da 10ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1910. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 03, vol. 68.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Dr. José Rodrigues da Costa Dória dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1911, ao instalar a 2º sessão Ordinária da 10º Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 04, vol. 69.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Exm. Snr. Coronel Pedro Freire de Carvalho dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1914, ao instalar a 1º sessão Ordinária da 12º Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1914. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 08, vol. 74.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1915, ao instalar a 2º sessão Ordinária da 12º Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1915. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 09, vol. 75.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1916, ao instalar a 3º sessão Ordinária*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1916. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 10, vol. 76.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1917, ao instalar a 1º sessão Ordinária da 13º Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1917. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 11, vol. 77.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 15 de julho de 1918, ao instalar a 2º sessão Ordinária da 13º Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 12, vol. 78.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 273-313.

SILVA, Clodomir de Souza e. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. 1. reimpr. Aracaju: Gráfica e Editora e Infographics, 2019.

SILVA, Eder Donizzeti da.; NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Arquitetura Aracajuana: a imposição do tempo*. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

OS USOS POLÍTICOS DO BANRISUL: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES NO JORNAL *A FEDERAÇÃO* (1928-1937)

THE POLITICAL USES OF BANRISUL: DISCOURSES AND REPRESENTATIONS IN THE NEWSPAPER *A FEDERAÇÃO* (1928-1937)

Yuri Batista da Silva¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo abordar os usos políticos do Banrisul a partir de 1928, ano em que foi fundado, até 1937, por meio da construção de discursos e representações publicados no jornal *A Federação*. Para tanto, optou-se por dividir o trabalho em três partes: a primeira é dedicada à criação do jornal *A Federação* e à sua inserção na política rio-grandense; a segunda parte traz a fundação do Banrisul e o contexto político-econômico que ensejou sua criação; e, por fim, a terceira parte apresenta como o Banrisul foi instrumentalizado politicamente a partir do jornal *A Federação* e como os discursos em torno do banco mudaram acompanhando outras mudanças contextuais.

Palavras-chave: A Federação; Banrisul; política; representações; discursos.

Abstract: This study aims to address the political uses of Banrisul from 1928, the year of its foundation, until 1937, through the construction of discourses and representations published in the newspaper *A Federação*. To achieve this goal, the study is divided into three parts: the first part is dedicated to the creation of the newspaper *A Federação* and its insertion into the politics of Rio Grande do Sul; the second part focuses on the foundation of Banrisul and the political-economic context that led to its establishment; and finally, the third part presents how Banrisul was politically instrumentalized through the newspaper *A Federação* and how the discourses surrounding the bank changed along with other contextual shifts.

Keywords: A Federação; Banrisul; politics; representations; discourses.

¹ Universidade Federal de Santa Maria, mestrando, e-mail: yurisilva67@gmail.com, financiamento CAPES/DS.

JORNAL A FEDERAÇÃO

Em 23 de fevereiro de 1882, foi fundado, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com o objetivo de combater o regime monárquico brasileiro e instaurar a República em seu lugar. No ano seguinte, em 1883, o PRR organizou o Congresso Republicano, onde foi aprovado o projeto de criação de um órgão jornalístico com o objetivo de expor os ideais republicanos do partido e servir como elemento de ligação entre os diversos clubes republicanos existentes na província (ROSSINI, 2005, p. 231). Assim, o jornal *A Federação* foi criado e começou a circular em 1º de janeiro de 1884, seguindo as seguintes diretrizes:

I – Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil; II – Dentro da legitimidade monárquica e enquanto não se operar a mutação na forma de governo – empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido, prestando apoio a todos os atos da autoridade que tendam a efetuação dessas reformas; III – Expor, sustentar e promulgar ideias e medidas administrativas e econômicas, sempre filiados ao sistema federativo, que sejam de real utilidade pública. (OSÓRIO, 1930, p. 18 apud VIZENTINI, 1980, p. 325).

Nos primeiros meses de circulação, o jornal contou com a editoração de Venâncio Aires, mas em meados de 1884, Júlio de Castilhos assumiu o cargo, no qual permaneceu até 1891. Caracterizado como crítico, polemista, autoritário e voluntarioso (PICCOLO, 2005, p. 86), Castilhos foi implacável nas críticas à monarquia e aos seus defensores, além de disseminar o ideário positivista, que exercia forte influência sobre suas ideias.

Com o fim do regime monárquico em 1889, o jornal manteve seu caráter combativo contra os adversários políticos do partido e de Castilhos, que se tornava uma das principais lideranças republicanas no Rio Grande do Sul. Em 1893, após um conturbado período político no estado, com juntas governativas e vários presidentes provisórios, Júlio de Castilhos reassumiu a presidência do estado, o que foi amplamente contestado pelos opositoristas e culminou na Revolução Federalista, um dos episódios mais sangrentos da história brasileira. Após o término do violento confronto em 1895, Júlio de Castilhos, vitorioso, permaneceu no poder até 1898, e o PRR, com outros nomes, só deixou a presidência rio-grandense em 1930.

De combatente do regime instaurado, o jornal *A Federação* passou a ser o grande defensor das ações efetuadas pelos governantes do PRR frente à administração pública estadual, além de manter seu caráter doutrinário e realizar ataques aos rivais, que variavam dependendo do momento. A fidelidade do *A Federação* aos presidentes gaúchos do PRR – Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros – é destacada como absoluta por Cristina Jungmann (1980, p. 393). Além desses, também é possível adicionar a figura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul de 1928 até 1930 (VIZENTINI, 1980, p. 328). Isso permite concluir que, enquanto o PRR ocupou o executivo

rio-grandense, o jornal *A Federação* atuou como um dos mecanismos de disputa pelo imaginário social por parte do governo e dos interesses que representava. Segundo Bronislaw Backzo, o imaginário social é um dos aspectos da vida social em que uma determinada coletividade

Designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código do 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc.

[..] O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma coletividade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. [cf. Gauchet 1977]. O imaginário social é, pois uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, p. 309-310).

Nesse sentido, Baczko ajuda a compreender a importância que os discursos e narrativas possuíam e possuem para os agentes sociais. Por meio desses discursos, era possível defender suas imagens, posições e aspirações, permitindo constantes criações e recriações de representações de si mesmos, dos outros e do meio em que estavam inseridos. Além disso, segundo Roger Chartier, as representações são "as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (2002, p. 17). Em outras palavras, o conceito de representação nos trabalhos de Chartier é considerado como uma elaboração de significados que dão sentido à realidade (ELIBIO JUNIOR, 2006, p. 18). Ainda segundo Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (2002, p. 17).

Dessa forma, é possível afirmar que o jornal *A Federação* foi um importante instrumento empregado pelos governantes gaúchos – e pelo partido de forma mais geral – para divulgar as representações que construíam de si mesmos, com o objetivo constante de disputar o imaginário social, manter as posições estabelecidas e alcançar suas aspirações futuras.

Na década de 1930, o jornal *A Federação* manteve vínculo com o executivo rio-grandense, acompanhando as modificações partidárias que ocorreram no período: em 1932, deixou de ser o órgão oficial do PRR e tornou-se o órgão oficial do recém-fundado Partido Republicano Liberal (PRL)².

² Com a Revolução Constitucionalista de São Paulo, lideranças políticas no Rio Grande do Sul, como Borges de Medeiros pelo PRR e Raul Pilla pelo PRL – os partidos que compunham a Frente Única Gaúcha em apoio a Vargas – optaram pelo apoio aos paulistas. No entanto, essa decisão não representou a totalidade de nenhum dos partidos. Foi então que Flores da Cunha, em novembro de 1932, organizou o PRL, composto por ex-integrantes dos partidos anteriores que permaneciam favoráveis a Vargas.

Durante esse período, o jornal continuou atuando em favor dos governos de José Antônio Flores da Cunha, primeiro como interventor, nomeado por Getúlio Vargas em novembro de 1930, e, em seguida, na condição de governador eleito, o que durou de 15 de abril de 1935 até 18 de outubro de 1937, quando Flores da Cunha renunciou ao governo e se exilou no Uruguai após uma franca disputa política contra Vargas.

Após o Decreto do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, não demorou muito para que os partidos políticos fossem extintos pelo novo regime. Como resultado, o jornal *A Federação*, que sempre atuou como órgão de imprensa partidária, encerrou suas atividades. Com mais de cinquenta anos de atuação na política rio-grandense, foi extinto o maior representante de uma tendência do jornalismo gaúcho chamada de político-partidária, conforme Francisco Rüdiger (2003, p. 43).

A CRIAÇÃO DO BANRISUL

A existência de bancos com sede no Rio Grande do Sul remonta a meados do século XIX, quando em 1858 foi fundado o Banco da Província. No final do mesmo século, em 1895, foi criado o Banco Nacional do Comércio, seguido pelo Banco Pelotense em 1906. Esses três bancos lideravam o cenário financeiro gaúcho em termos de patrimônio líquido, depósitos e aplicações em 1928. Fora tais instituições, ainda existiam outros bancos menores sediados no estado, como o Banco Porto-Alegrense, o Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro, o Banco Popular do Rio Grande do Sul e o Banco Pfeiffer. Além dos bancos locais, havia também outras instituições de crédito, como o Banco do Brasil, Banco Popular Italiano e Caixa Econômica entre os bancos brasileiros, *Banque Française & Italienne pour l'Amérique du Sud*, *British Bank of South America* e *Bank of London & South America* entre os bancos estrangeiros. Além disso, existiam diversas outras organizações de crédito, como caixas rurais, casas bancárias e particulares. Todas essas instituições de crédito mencionadas faziam parte do sistema financeiro gaúcho em 1928, ano de fundação do Banco do Rio Grande do Sul (LAGEMANN, 1985).

Apesar do número expressivo de instituições, especialmente no que se refere aos bancos sediados no Estado, ou seja, instituições formadas com capitais gaúchos, pode-se questionar: o que motivou a criação de mais um banco? Uma resposta para essa pergunta pode ser encontrada no I Congresso dos Criadores, realizado entre os dias 24 e 29 de maio de 1927.

Nesse congresso, que contou com discursos de abertura do presidente do estado, Borges de Medeiros, e do deputado federal Joaquin Luis Osorio, diversos assuntos foram debatidos em comissões. Entre eles, destaca-se a criação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, o código rural e a introdução do gado zebu. No entanto, duas pautas se destacaram como sendo de extrema importância para os criadores congressistas. Primeiramente, em relação ao contrabando

na fronteira, foi aprovado que as elevadas taxas protecionistas contra a entrada de gado de corte no Estado fossem mantidas, e também que fossem tomadas providências relacionadas à fiscalização do abate de gado e à emissão das respectivas guias (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 3). Em segundo lugar, foi debatida a questão do crédito rural³, considerada a pauta mais relevante do congresso pelo deputado federal convidado e também criador, Joaquin Luis Osorio (A FEDERAÇÃO, n. 121, 1927, p. 3). Durante a mesa de abertura do congresso, o deputado deixou claro o quão imprescindível era essa questão.

A instituição do credito rural hypothecario urge. O nosso aparelhamento de credito puramente comercial, não pode servir nem para lavoura, nem para pecuária, que exigem dinheiros a taxas modicas e a prazos largos. A Argentina e Uruguay, julgo, offerecem o typo modelo do banco que precisamos. [...] Quantas vantagens não decorreriam desse regime de credito para o Rio Grande do Sul? As consequências beneficicas não tardariam. Fariam a libertação da propriedade territorial das actuaes hypothecas a curto prazo com o seu cortejo de renovação e commissões onerosos juros elevados e de vendas forçadas para pagamento das dividas: dariam estimulo aos proprietários ruraes, fornecendo-lhes o capital sufficiente para melhor aparelhamento dos campos. (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 2).

Crédito rural, real, agrícola ou hipotecário – como mencionado por Osório – fazia parte das diversas terminologias utilizadas na época, mas, com suas diferenças práticas, todos eles compartilhavam características de longo prazo e juros módicos. Esse tipo de transação chegou em 1927 como uma demanda histórica da classe agropecuária gaúcha, que procurava obter esse tipo de crédito nos outros bancos existentes no estado, como os bancos comerciais, que estavam voltados principalmente para o comércio e, em menor medida, para a indústria. Como não conseguiam obter crédito na proporção e nas condições necessárias, os produtores acabavam recorrendo a empréstimos existentes, mencionados por Joaquin Osorio como "actuaes hypothecas a curto prazo".

Em relação à necessidade de uma instituição que oferecesse o tipo de transação que os produtores demandavam, o membro da comissão de crédito Manoel Luís Osório argumentou que "o capital nacional encontra melhores remunerações e o capital estrangeiro é de aquisição difícil" (A FEDERAÇÃO, n. 121, 1927, p. 3). Além disso, mencionando iniciativas privadas infrutíferas para a criação do crédito rural no estado, defendeu que "melhor será que o Estado se faça o banqueiro das classes productoras" (*Ibid.*) a exemplo do que ocorria no Uruguai e na Argentina.

³ A comissão do crédito rural era composta pelos seguintes nomes: Dr. Manoel Freitas Valle e Silva, Dr. Manoel Luís Osório, Coronel Guilherme Echenique, Dr. Francisco Dutra, Dr. Victor Bastian, Coronel Frederico Gomes, José Lopes Arnoni, Coronel Feliciano Vieira, Dr. Egydio Hervé e Coronel Pereira Rego (A FEDERAÇÃO, n. 118, 1927, p. 3).

Para a comissão do crédito rural no Congresso dos Criadores, foram apresentados dois projetos de bancos de crédito rural: um baseado na subscrição de ações e outro que previa a criação de uma instituição "oficializada" com uma diretoria composta por representantes do governo e dos criadores. Essas propostas foram apresentadas, respectivamente, por Gedeon Desessard Leite e Manoel de Freitas Valle e Silva. No entanto, a primeira proposta foi negada pelo parecer da comissão, lido pelo relator Egidio Hervé, que alegou que não seria

Condizente com os fins que se destina satisfazer um banco de 'crédito rural', tendo por principal função fazer empréstimos a prazos longos e juros modicos. Taes institutos de credito devem zelar, por excellencia, os interesses dos clientes, não podendo, portanto, cuidar de preocupar-se com lucros para accionistas. (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p.3).

Já a segunda proposta, de Manoel de Freitas Valle e Silva, obteve uma adesão maior da comissão, que aprovou conclusões com poucas mudanças em relação ao texto original. Mais complexa e detalhada que a primeira, nessa proposta foi defendida a criação do "Banco Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul", e foram apontados diversos meios para a obtenção de capitais, exceto a formação por ações. Como já mencionado, de acordo com a proposta, esse estabelecimento seria "um instituto de credito oficializado e não official [com direção] constituída de representantes do governo e dos interessados no banco" (*Ibid.*). Na linguagem dos congressistas, "oficializado" seria o banco de diretoria mista, composta por representantes do governo e pelos reais interessados nos assuntos do banco. Manoel Freitas Valle e Silva deixa claro em sua proposta que tal instituição tenha uma diretoria de caráter misto.

No entanto, entre as conclusões finais aprovadas pela comissão, as conclusões B e C abordaram a questão de outra maneira. Enquanto a conclusão B afirmou: "É necessário que o Poder Publico institua o credito rural, official ou officializado, defendendo assim a maior riqueza do Estado, contribuindo para a verdadeira grandeza do Brasil" (*Ibid.*), a conclusão C apontou o seguinte: "entende ser conveniente que seja tomada em apreço a criação de um instituto de credito officializado" (*Ibid.*). Em outras palavras, a comissão de crédito aprovou a criação de um banco de crédito rural pelo Poder Público, que poderia ter uma direção totalmente pública ou mista, sendo esta preferível em relação aquela. Os congressistas argumentaram que uma direção mista contaria com a autoridade e o prestígio do Poder Público, ao mesmo tempo que teria a dedicação da classe interessada, que zelaria de perto por seus próprios interesses (*Ibid.*). Ainda sobre essas duas conclusões, também é interessante apontar que, apesar da sugestão de Manoel Luis Osório para que o banco fosse criado pela União e da proposta de Valle e Silva de criar um banco gaúcho, a comissão aprovou apenas que "o Poder Publico institua o credito rural", sem especificar a qual esfera competiria essa tarefa.

Outras conclusões da comissão foram: D, que as terras dos criadores fossem aceitas como garantia para os empréstimos e que fosse competência da Federação das Associações Rurais mapear tais terras e suas respectivas produções; E, que fossem utilizados métodos para favorecer o produtor e baixar os valores na liquidação dos empréstimos; e F, que o banco criado ficasse proibido de conceder empréstimos na categoria de juros baixos e prazos longos que não contribuíssem diretamente para a agropecuária (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p. 3-4).

Para levar adiante as conclusões aprovadas, a conclusão A definiu que fosse criada uma comissão formada por especialistas para tratar da fundação do banco, trabalhando junto ao governo e às classes rurais (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p. 3). Dadas as características, obviamente, foi de fundamental importância obter o maior apoio político possível. Nesse sentido, logo após o encerramento do Congresso dos Criadores, Manoel de Freitas Valle e Silva, um dos mais engajados defensores da criação do crédito rural⁴, publicou um artigo intitulado "*Gesto de Estadista*", para valorizar o apoio facultado por Borges de Medeiros que

Affirmou estar disposto, legítimo representante como é do governo riograndense e do partido dominante, a executar as resoluções do Congresso que se enquadrassem dentro das leis [...] dando inteira liberdade de acção aos mais altos e representativos expoentes da pecuaria gaucha reunidos em Congresso e hypotecando o apoio de seu governo e de sua representação politica ás resoluções que porventura fossem votas e aprovadas pela maioria. Assim procedem os governos das republicas representativas modernas que sem abandonar suas ligações com as aggremações politicas a que se filiam vão perscrutar no seio dos organismos econômicos que se arregimentam as correntes de ideias e de interesses que se entrechocam! (A FEDERAÇÃO, n. 122, 1927, p. 1).

Apesar do apoio ao congresso e às conclusões aprovadas no mesmo, Borges de Medeiros, ao menos no que diz respeito ao banco de crédito rural, não fez muita coisa: não só por acreditar que um banco da natureza solicitada pelos congressistas deveria ser competência da União – caso suas ideias de 1922 ainda estivessem de pé em 1927 –, mas também porque, graças ao Pacto de Pedra Alta⁵, assinado em dezembro de 1923, Borges de Medeiros não poderia reassumir a presidência do estado após findar seu mandato em janeiro de 1928.

⁴ Pesquisando seu nome no acervo do *A Federação*, encontram-se diversos textos do autor desde 1922. São eles: *Actualidade pecuária: causas e efeitos da crise* (A FEDERAÇÃO, n. 130, 1926, p. 1); *A crise da agropecuaria e o credito real* (A FEDERAÇÃO, n. 130, 1926, p. 1); *Ainda sobre o credito real: A urgencia de seu estabelecimento* (A FEDERAÇÃO, n. 140, 1926, p. 1); e, por fim, *Ainda sobre o credito real: A urgencia de seu estabelecimento II* (A FEDERAÇÃO, n. 141, 1926, p. 1).

⁵ O Pacto de Pedras Altas pôs fim ao conflito armado entre ximangos, partidários do presidente Borges de Medeiros, e maragatos, liderados por Assis Brasil. Apesar da vitória que garantiu o término de seu mandato, Borges de Medeiros não poderia mais se candidatar ao governo estadual. Além do enfraquecimento borgista no Estado, que cedeu espaço para a oposição, sua permanência no poder implicou em rearticulações internas dentro do próprio PRR, o que acabou concedendo maiores poderes aos seus correligionários no âmbito local. Esse contexto político permitiu que, em 1928, Getúlio Vargas assumisse o governo gaúcho, deixando para trás o cargo de Ministro da Fazenda de Washington Luís (AXT, 2004).

Ainda em dezembro de 1927, foi publicado um artigo intitulado "*Crédito Rural*", assinado por Domingos Santayana de Mascarenhas, representante da Associação Rural de São Francisco de Paula, que buscou atualizar sobre o que havia sido feito referente ao crédito após o Congresso dos Criadores. Nesse artigo, o autor ressaltou com euforia as demonstrações de Getúlio Vargas, eleito o novo presidente do estado, em favor do crédito rural:

Ultimamente, um acontecimento notavel veio encher de jubilo e de justas esperanças a grande classe rural. Em discurso incisivo e preciso, o dr. Getulio Vargas referiu-se ao credito rural e á necessidade inadiavel da sua effectivação no Rio Grande do Sul. As palavras do nosso presidente eleito põem corôamento de ouroa todo o enorme esforço theorico deste anno de propaganda em torno do credito rural. Tudo nos autoriza a conta com a immediata realização desse sonho, no anno que entra, pois, diz o eminente gaúcho, 'o Rio grande do Sul, pelo valor de suas terras, pelo volume de sua riqueza e pela solidez de suas instituições bancarias, tem as possibilidades necessárias para defrontar e resolver o problema do credito rural, dentro de suas fronteiras. E será esse um dos maiores serviços que se poderá prestar ás duas principais riquezas do Estado – pastoril e agrícola'. (A FEDERAÇÃO, n. 299, 1927, p. 1, grifo do autor).

No segundo Congresso dos Criadores, realizado entre os dias 25 e 29 de abril de 1928, os criadores gaúchos, que levavam as mesmas bandeiras do primeiro, puderam contar com a presença de Getúlio Vargas que se comprometeu oficialmente com a criação de tal banco (SILVEIRA, 2004, P. 25). E foi nesse clima de euforia e união política em torno de um projeto – unindo a cindida classe política gaúcha, composta, em grande medida, por indivíduos pertencentes à "grande classe rural" – que, em junho de 1928, Getúlio Vargas solicitou à Assembleia, convocada extraordinariamente, a autorização para a contratação de um empréstimo de 42 milhões de dólares, com juros de 6% e prazo de 40 anos para o pagamento. O empréstimo seria destinado ao resgate da dívida flutuante, à conversão das dívidas interna e externa e à criação de um banco de crédito rural, o que foi imediatamente aceito tanto por deputados governistas quanto pela oposição, que até então era crítica ao crescimento da dívida pública (AXT, 2004, p. 124).

Assim, em 22 de junho de 1928, por meio do Decreto nº 4.079, foi criado o Banco do Rio Grande do Sul – na época sob a sigla BRGS –, contando com um capital inicial de 50.000 contos, dos quais 35.000 eram estatais, provenientes do empréstimo, enquanto os 15.000 contos restantes deveriam ser subscritos em chamadas de capitais privados após a fundação do estabelecimento, o que dava um caráter de entidade mista ao novo banco.

No dia 28 de julho, foi convocada a primeira assembleia geral dos acionistas, na qual foi aprovado o estatuto do banco e eleita sua direção, com o general Firmino Pain Filho, Secretário da Fazenda de Getúlio Vargas, assumindo a presidência, enquanto os outros quatro diretores eleitos foram João Vieira de Macedo, coronel Agnello Corrêa, Renato Costa e major Luís Gomes. Na sequência dos fatos, em 28 de agosto, o presidente do Brasil, Washington Luís, baixou o Decreto nº

13.374, autorizando o Rio Grande do Sul a criar um banco de crédito rural. Em 6 de setembro, Getúlio Vargas aprovou os estatutos do banco por meio do Decreto nº 4.139 e, finalmente, em 12 de setembro de 1928, foi inaugurado o novo banco com sede em Porto Alegre (SILVEIRA, 2004, p. 25).

A organização e o funcionamento do banco iniciou com a operação de duas carteiras independentes entre si: a carteira hipotecária e a carteira econômica. A carteira hipotecária ficou responsável pela concessão de empréstimos de longo prazo a partir do capital inicial do banco e de futuros recursos obtidos por meio da emissão de letras hipotecárias no exterior, além da compra e venda dessas letras. Esses novos recursos, segundo Firmino Pain Filho, seriam constantemente transformados em "numerário a ser suprido ao produtor" (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2). No discurso de inauguração do banco, o diretor-presidente dedicou grande parte de sua fala a justificar a criação do mesmo e o seu compromisso máximo com a agropecuária e a agricultura rio-grandense:

Em tempos normais, poderão elas [produção agrícola e pastoril] viver e prosperar sem ele [crédito rural], como até aqui tem sucedido; mas, quando sobrevêm crises periódicas ou acidentais, a ausência do crédito real é então o facto mais grave, porque só ele pode servir de sustentáculo á atividade rural. (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2).

Quanto à carteira econômica, esta foi destinada à realização de operações de menor prazo e à coleta de depósitos financeiros, assemelhando-se, assim, ao funcionamento dos bancos comerciais/privados existentes no período. Apesar de existir uma carteira econômica dentro do banco, suas operações seriam voltadas igualmente e essencialmente para o fomento da produção rural. Além disso, Firmino declarou enfaticamente que sua criação teve o objetivo de "dar mais elasticidade a sua atuação [do banco], criando nova fonte de renda para assim fazer face às suas múltiplas despesas, e assim, diante do volume de negócios, reduzir gradativamente os juros a serem cobrados de seus mutuários" (A FEDERAÇÃO, 1928, ed. 211, p. 2). Em outras palavras, o objetivo da carteira econômica foi o de auxiliar a carteira hipotecária, que era a principal carteira do banco.

O NOVO BANCO NAS PÁGINAS DO JORNAL *A FEDERAÇÃO*

Antes de iniciar esta parte do trabalho, é importante esclarecer alguns aspectos relevantes sobre a metodologia de pesquisa empregada. Primeiro, a fonte consultada, ou seja, o jornal *A Federação*, foi obtida digitalizada no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. No acervo da Hemeroteca, estavam disponíveis a maioria das edições do referido jornal para o recorte temporal da pesquisa, exceto o ano de 1930, inexistente em sua totalidade, e as edições de novembro e dezembro de 1932, bem como janeiro, fevereiro e março de 1935. Embora indesejável, a ausência dessas edições não se constituiu como um obstáculo para a realização do trabalho. Outro aspecto importante é que, devido ao elevado volume de edições existentes no período selecionado – cerca de

2.300 edições, com, no mínimo 8 páginas cada –, tornou-se inviável realizar uma análise minuciosa de cada edição e página. A solução encontrada foi utilizar o mecanismo de busca disponível no próprio sítio eletrônico, buscando pelas palavras-chave "Banco do Rio Grande do Sul". O resultado dessa busca, embora não tenha localizado cem por cento das menções existentes, encontrou uma amostra significativa, permitindo assim alcançar os objetivos que guiavam a pesquisa. Após essas considerações, é possível avançar com esta parte do trabalho.

Como foi assinalado na primeira parte, enquanto o jornal *A Federação* existiu, sempre atuou em prol dos interesses dos presidentes e governantes gaúchos vinculados, primeiro ao PRR e, depois, ao PRL. Entre os anos estabelecidos como recorte deste trabalho, o cargo de editor-chefe do jornal *A Federação* foi ocupado por diversos indivíduos e, nos anos de 1928 e 1929, quem esteve à frente do jornal foi o deputado estadual Othelo Rosa (PRR).

Nesses dois primeiros anos, o Banrisul foi amplamente instrumentalizado em favor da imagem de Getúlio Vargas ao ser diretamente e constantemente vinculado ao executivo rio-grandense, sendo suas ações apresentadas como fruto da orientação do governo. Esse elemento é evidenciado já ao noticiar a assembleia geral do dia 28 de julho, em que *A Federação* deu grande destaque à fala do Dr. Oscar Argollo, que propôs que

Fosse nomeada uma comissão para levar ao presidente do Estado as congratulações da assembleia, no momento em que se achava definitivamente instalado o Banco do Rio Grande do Sul [e] ainda que constasse em acta um voto de louvor ao general Firmino Pain Filho, pela dedicação com que delineou o plano do Banco. (A FEDERAÇÃO, n. 174, 1928, p. 4).

As duas propostas, segundo *A Federação*, teriam sido recebidas por "prolongados applausos (*Ibid.*). Como secretário da Fazenda e diretor-presidente do banco, a imagem de Firmino Pain Filho fez parte da narrativa que buscou associar o banco a Vargas. A figura de Pain foi destacada diversas vezes pelo jornal, como no banquete oferecido pela Federação das Associações Rurais, em que João Carlos Machado, "solicitado pelos xarqueadores presentes [...] levantou um brinde ao general Firmino Pain Filho, presidente do Banco do Rio Grande do Sul, pondo em relevo os altos méritos do secretário da Fazenda" (A FEDERAÇÃO, n. 176, 1928, p. 2). Embora João Carlos Machado⁶, membro do partido e funcionário da *A Federação*, tenha solicitado o brinde, fez-se questão de mencionar que essa foi, na verdade, uma solicitação dos charqueadores gaúchos.

Os discursos do próprio Firmino alimentavam a relação entre o banco e o governo de Vargas, como foi o caso de sua fala na inauguração do banco, reproduzida na íntegra pelo *A Federação*, visível no trecho a seguir:

⁶ Futuro editor-chefe do *A Federação*. Assumirá após a renúncia de Othelo Rosa em março de 1930.

Foi assim pensando, que o emérito presidente Getúlio Vargas, na sua constante preocupação em prol do engrandecimento de nossa terra, julgou azado o momento de dar a verdadeira directriz á prompta e immediata resolução desse [crédito rural], já para nós, secular problema. (A FEDERAÇÃO, n. 211, 1928, p. 2).

Em 20 de setembro de 1928, Vargas enviou à Assembleia dos Representantes uma mensagem que, entre outros pontos, explicou o destino do empréstimo que também foi utilizado para formar o capital inicial do Banrisul. Relacionado a essa mensagem, *A Federação* publicou, no dia 04 de outubro, um editorial intitulado "*Panorama Financeiro*", apontando a eficiência econômica de Vargas e ressaltando

Suas altas qualidades de politico sadiamente orientado, de administrador que calcula e pondera para agir com segurança, e de estadista que não restringe a sua visão ao presente, mas haure os ensinamentos da experiência e dos princípios organicos da escola politica em que se formou o seu espirito [ilegível] o seu caráter, para desbravar o futuro do seu Estado. (A FEDERAÇÃO, n. 229, 1928, p. 1).

Em um editorial intitulado "*Um Fator de Prosperidade*", publicado em 7 de maio de 1929, após uma extensa caracterização da atuação do Banrisul até dezembro de 1928 – com base no primeiro balanço geral da instituição, que demonstrou os primeiros resultados – *A Federação* disse o seguinte:

O sr. Getúlio Vargas, orientando a acção de seu governo num sentido inteligentemente prático, visando preferencialmente as fontes da vida economica, conseguiu assim dar-lhe um relevo singular, transformando-a em uma verdadeira força estimulante e realizadora. E a actualidade da situação do Rio Grande do Sul constitue o mais liquido e o melhor título da benemerencia do governo do Estado, que a justiça da opinião publica reconhece e proclama, por actos inequívocos e pelos seus mais autorizados e authenticos representantes. (A FEDERAÇÃO, n. 105, 1929, p. 1, grifo nosso).

Dois dias após esse editorial, em 9 de maio, foi publicada uma notícia a respeito da inauguração da agência do banco em Soledade. Nessa notícia, *A Federação* resumiu o discurso de Urbano dos Santos, que, após ressaltar a importância do banco, teria saudado Getúlio Vargas, dizendo: "de parabéns esta o benemérito Governo do Estado, superiormente orientado pela mentalidade extraordinária de Getúlio Vargas" (A FEDERAÇÃO, n. 107, 1929, p. 5). Na sequência, a notícia fez questão de destacar novamente outros indivíduos que, na ocasião, teriam saudado Vargas.

Ao terminar a solemnidade foram os presentes convidados a tomar um copo de cerveja e nesta ocasião usaram de palavra os drs. Jeronymo de Oliveira e Evaristo do Amaral, que em bellos improvisos inaltecendo a benemérita administração do dr. Getúlio Vargas e do General Paim Filho. (*Ibid.*).

Essa narrativa foi alimentada à medida que o novo banco executava suas operações de crédito nos anos de 1928 e 1929, dando a ideia de que o problema do crédito rural, uma antiga demanda dos produtores rurais rio-grandenses, finalmente havia sido solucionado. Além disso, a concessão de

crédito foi estendida às principais lideranças oposicionistas⁷, gesto que permitiu a Vargas costurar o apoio político desses quando concorreu à presidência do país em 1930 (AXT, 2002, p. 124).

Entendendo o jornal como um mecanismo de disputa pelo imaginário social, é possível afirmar que a narrativa sobre o banco, impressa nas páginas do jornal, serviu para construir, divulgar e ampliar o clima de otimismo econômico e benefícios políticos mútuos criados durante a gestão Vargas. Nos primeiros dois anos, a imagem do banco não foi desvinculada da ação governamental nas páginas do jornal *A Federação*, e sua excelência foi apresentada como resultado das qualidades de Getúlio Vargas e de seu secretário da Fazenda. Assim, o banco foi constantemente utilizado pelo jornal *A Federação* para construir certas representações de Getúlio Vargas perante o imaginário social da época.

No entanto, essa narrativa em torno do banco precisou ser revista após seu desempenho diminuir drasticamente no início da década de 1930. Enquanto apenas no ano de 1928 foram concedidos 75 empréstimos hipotecários, sendo 37 rurais e 38 urbanos (A FEDERAÇÃO, n. 105, 1929, p.1), durante todo o ano de 1930 foram concedidos apenas 5 empréstimos hipotecários rurais e nenhum empréstimo hipotecário urbano (A FEDERAÇÃO, n. 73, 1931, p. 7). A explicação para isso é que o banco havia imobilizado a maior parte dos recursos disponíveis na carteira hipotecária, ao mesmo tempo em que a emissão de letras hipotecárias no exterior – fonte de novos recursos – não encontrava investidores, o que pode ser em grande medida explicado pelo contexto de crise econômica geral a partir do final de 1929. Além de impedir o acesso a novos capitais estrangeiros por meio da emissão de letras hipotecárias com garantias do Estado, a crise mundial vivida pelo capitalismo em 1929, com grandes proporções especialmente a partir de outubro desse ano, foi responsável pelo cancelamento de um novo empréstimo externo almejado pelo governo, ampliando cada vez mais o problema da imobilização de recursos dentro do banco (AXT, 2002, p. 128).

Sem acesso às edições de *A Federação* durante o ano de 1930, foi necessário seguir com a análise a partir de 1931 em diante, momento em que o Banco do Rio Grande do Sul passou a ganhar um destaque muito menor nas páginas do jornal quando comparado ao período anterior: com muito menos menções e, quando ocorreram, geralmente na segunda metade do jornal, recebendo menos destaque. Conforme aponta Tania Regina de Luca, também se tornam alvo de questionamento dos historiadores em relação às fontes documentais – e aqui ganha grande destaque os jornais – as "zonas de silêncio que estabelecem" (2008, p. 114). Nesse sentido, é possível afirmar que o número radicalmente menor de menções ao banco nas páginas de *A Federação* ao adentrar a década de 1930

⁷ Sobre o assunto, Gunter Axt afirma que Assis Brasil, a maior liderança oposicionista ao PRR, obteve um financiamento de 1.500 contos no recém-fundado Banrisul, rompendo assim com os sucessivos boicotes sofridos junto aos demais bancos gaúchos graças às influências políticas de Borges de Medeiros (AXT, 2002, p. 124).

refletiu as dificuldades encontradas pela instituição em conceder novos empréstimos e realizar suas principais funções, o que, conseqüentemente, dificultou sua instrumentalização na construção de uma imagem positiva de Flores da Cunha⁸.

A lacuna de fontes disponíveis, coincidentemente, demarca as dificuldades econômicas do banco e o início de um novo contexto político no estado. Além disso, no início da década de 1930, os rio-grandenses testemunharam uma de suas maiores crises financeiras. A esse respeito, "após sofrer uma 'corrida' desenfreada por parte de seus depositantes, os quais buscavam resguardar-se ante rumores de anormalidade quanto à situação do banco" (LAGEMANN, 1985, p. 55), em abril de 1930, o Banco Popular declarou falência, em um momento em que o Banrisul não foi capaz de socorrê-lo devido às dificuldades já descritas (AXT, 2002, p. 128). Para piorar ainda mais o cenário, em janeiro de 1931, foi a vez do Banco Pelotense requerer sua liquidação após dois anos de sucessivas baixas no volume de depósitos (LAGEMANN, 1985, p. 131). Sobre ambos os bancos, Eugenio Lagemann aponta outras possíveis causas para a má situação que esses estabelecimentos enfrentaram; no entanto, a retirada de uma volumosa quantia de depósitos prejudicou diretamente a capacidade de funcionamento deles⁹.

Com os acontecimentos acima descritos, o clima passou a ser de desconfiança em relação ao sistema bancário como um todo. Isso ficou perceptível nos materiais do próprio banco que foram publicados, como o relatório da diretoria publicado no jornal em 27 de março de 1931.

A falencia do Banco Popular, que aqui funcionava há doze annos, estabeleceu pânico na organização econômica popular. Das mais poderosas do Paiz, a instituição bancária do Rio Grande do Sul jamais soffreu na sua continuidade e na sua eficiente organização. **Não há motivos para intranquilidade.** (A FEDERAÇÃO, n. 73, 1931, p. 7, grifo nosso).

No mesmo sentido, ao noticiar a quarta assembleia geral dos acionistas, *A Federação* deu destaque a fala de Renato Costa, diretor do banco que presidiu a sessão e explicou que

No período de Fevereiro de 1930 a Fevereiro de 1931, consoante detalhes da estabilidade, houve no BANCO um augmento nos depósitos em geral, em cerca de sete mil contos de réis, não obstante os balancetes mensaes accusarem um decréscimo, pois que, este foi oriundo de retiradas de vulto, effectuadas pelo Estado, pela Viação Ferrea e, principalmente, pelas municipalidades. (A FEDERAÇÃO, n. 82, 1931, p. 7)

⁸ Conforme já pontuamos algumas questões relacionadas à política da década de 30, cabe retomar que, desde a Revolução de Outubro, Getúlio Vargas havia se tornado Chefe do Governo Provisório do Brasil após destituir o ex-presidente Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes. No Rio Grande do Sul, após um breve momento entre 9 de outubro e 28 de novembro de 1930, quando foram nomeados os governadores Osvaldo Aranha e Sinval Saldanha, foi então nomeado o Interventor Federal José Flores da Cunha, que ocupou o posto até 1935, quando passou a ser Governador eleito e permaneceu no cargo até 18 de outubro de 1937, quando renunciou.

⁹ O pedido de liquidação feito pela diretoria do Pelotense causou espanto em toda a população e, especialmente, entre os seus depositantes. Isso exigiu que unidades de segurança fizessem a guarda dos prédios após a não abertura das agências (LAGEMANN, 1985, p. 130).

A preocupação em explicar a visível diminuição nos depósitos durante o ano de 1930 foi um esforço para demonstrar a confiabilidade e estabilidade do banco, sendo, portanto, injustificáveis quaisquer preocupações da população em relação aos seus depósitos no mesmo. Nesse sentido, no artigo intitulado "*Banco do Rio Grande do Sul A assembléa geral de hontem*", o jornal deu grande destaque à experiência dos novos diretores e conselheiros: "os novos eleitos para o cargo de diretores são pessoas sobejamente conhecidas no nosso meio bancário e social" (A FEDERAÇÃO, n. 245, 1931, p. 4). Para cada um dos eleitos, foi apresentada uma breve biografia profissional, em um claro esforço para garantir a credibilidade da instituição, deixando claro que os diretores eleitos eram realmente capazes de conduzir os rumos do banco.

Nos anos subsequentes, foram raríssimas as menções ao banco e ainda menos as narrativas que o aproximaram do executivo rio-grandense. Isso mudou apenas em 1937, ano em que ele voltou a ser mencionado de forma repetida, sendo inclusive instrumentalizado em favor da imagem do governador Flores da Cunha. No entanto, as estratégias narrativas e representações forjadas foram bastante diferentes daquelas empregadas nos anos de 1928 e 1929 com o presidente Getúlio Vargas.

Essa nova forma de apresentar o banco começou com a reprodução em primeira página do discurso intitulado "*A voz vibrante de São Paulo se levanta na Camara, em defesa do Rio Grande do Sul A integra do sensacional discurso proferido pelo Deputado Teotônio Monteiro de Barros sobre a situação politica e economica do Estado*". Nesse discurso, o deputado paulista buscou tranquilizar a Câmara quanto às acusações que circularam nos dias anteriores sobre as intenções do governador Flores da Cunha em armar a Brigada Militar para uma suposta ofensiva contra Getúlio Vargas. Quanto a isso, é importante ter em mente o que menciona Elíbio Júnior: foi ao longo de 1935 que se intensificaram os desacertos entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, o que culminou no rompimento definitivo entre os dois e na renúncia do último em 1937 (2006, p. 145).

Apesar disso, pode-se concluir que, apesar da existência dos atritos, a disputa entre os dois só ganhou ares públicos e diretos nas páginas de *A Federação* a partir de dezembro de 1936 e recrudescceu a partir de março de 1937, quando Vargas interveio no Distrito Federal (BATISTA DA SILVA, 2021, p. 11). O discurso de Teotônio Monteiro se inseriu nesse contexto, no qual *A Federação*, contando com a editoração de Celestino Prunes, dedicou-se intensamente a fazer a defesa de Flores da Cunha e a atacar Getúlio Vargas em todos os aspectos possíveis. Porém, para este trabalho, interessa especialmente o que diz respeito ao Banrisul, e sobre isso, o trecho a seguir, retirado da fala de Monteiro, é importante:

Está o Banco do Rio Grande do Sul tomado de fase de franca prosperidade e prospera principalmente porque observando como norma de conduta uma sabia orientação em face dele **o governo entregou sua gerencia, sua administração aos técnicos de**

competencia e idoneidade evitando o entrometimento do poder publico no curso de suas operações. (A FEDERAÇÃO, n. 123, 1937, p. 1, grifo nosso).

Interpelado pelo deputado Demétrio Xavier, que apontou que o banco foi criação de Getúlio Vargas, outro deputado, Ascanio Tubino, respondeu que o banco "depois lutou com dificuldades e quem o levantou foi o sr. Flores da Cunha" (A FEDERAÇÃO, n. 123, 1937, p. 1). Monteiro retomou a fala e concluiu que, diante de uma boa situação financeira, não havia motivos para suspeitar do governador no Rio Grande do Sul.

Nos dois trechos supracitados, temos duas questões diferentes: primeiro, Teotônio Monteiro mencionou a entrega da administração do banco a pessoas de competência comprovada e, em segundo lugar, Ascanio Tubino afirmou que as dificuldades enfrentadas pelo banco foram superadas graças a Flores da Cunha.

A resposta de Ascanio Tubino está em consonância com o próprio relatório de Flores da Cunha, enviado a Getúlio Vargas em 1935, no qual foi dito o seguinte:

Um das mais graves situações que tive de enfrentar e resolver, ao assumir a Interventoria, foi a do Banco do Rio Grande do Sul [...] Por intermédio da Secretaria da Fazenda foram tomadas imediatas medidas de amparo ao referido Estabelecimento, secundadas pela respectiva Directoria, e, com satisfação, posso declarar que o Banco do Rio Grande do Sul desfructa hoje, no terreno de sua actividade, uma situação de confiança, prosperidade e solidez, que o colloca em destacada posição nos meios bancários do Estado. (A FEDERAÇÃO, n 89, 1935, p. 14).

Mas em 1937, esse já não era mais o discurso que Flores da Cunha gostaria de transmitir, e isso fica evidente ao ler seu discurso proferido no X Congresso Rural. Nesse discurso, com a intenção de demonstrar que o Instituto Rio Grandense de Carnes poderia solucionar seus problemas sem a interferência direta do governo, Flores da Cunha deu o exemplo do que teria ocorrido no Banco do Rio Grande do Sul:

Havendo eu encontrado este grande estabelecimento de credito, que é o Banco do Rio Grande do Sul, quando assumi o governo do Estado, em condições precaríssimas, **é ele hoje, sem que eu tenha intervindo nas suas operações e nos seus negócios, uma potencia em nossa vida comercial e bancaria.** (A FEDERAÇÃO, n. 160, 1937, p. 1 e 6, grifo nosso).

A não interferência, ressaltada por Flores da Cunha, coincide com o trecho reproduzido do discurso de Teotônio Monteiro. Ainda sobre isso, alguns dias depois, *A Federação* publicou um editorial intitulado "Os Infanticidas do Getulismo", no qual buscou responder várias críticas proferidas por Moysés Vellinho¹⁰. Em relação ao Banrisul, o editorial disse que

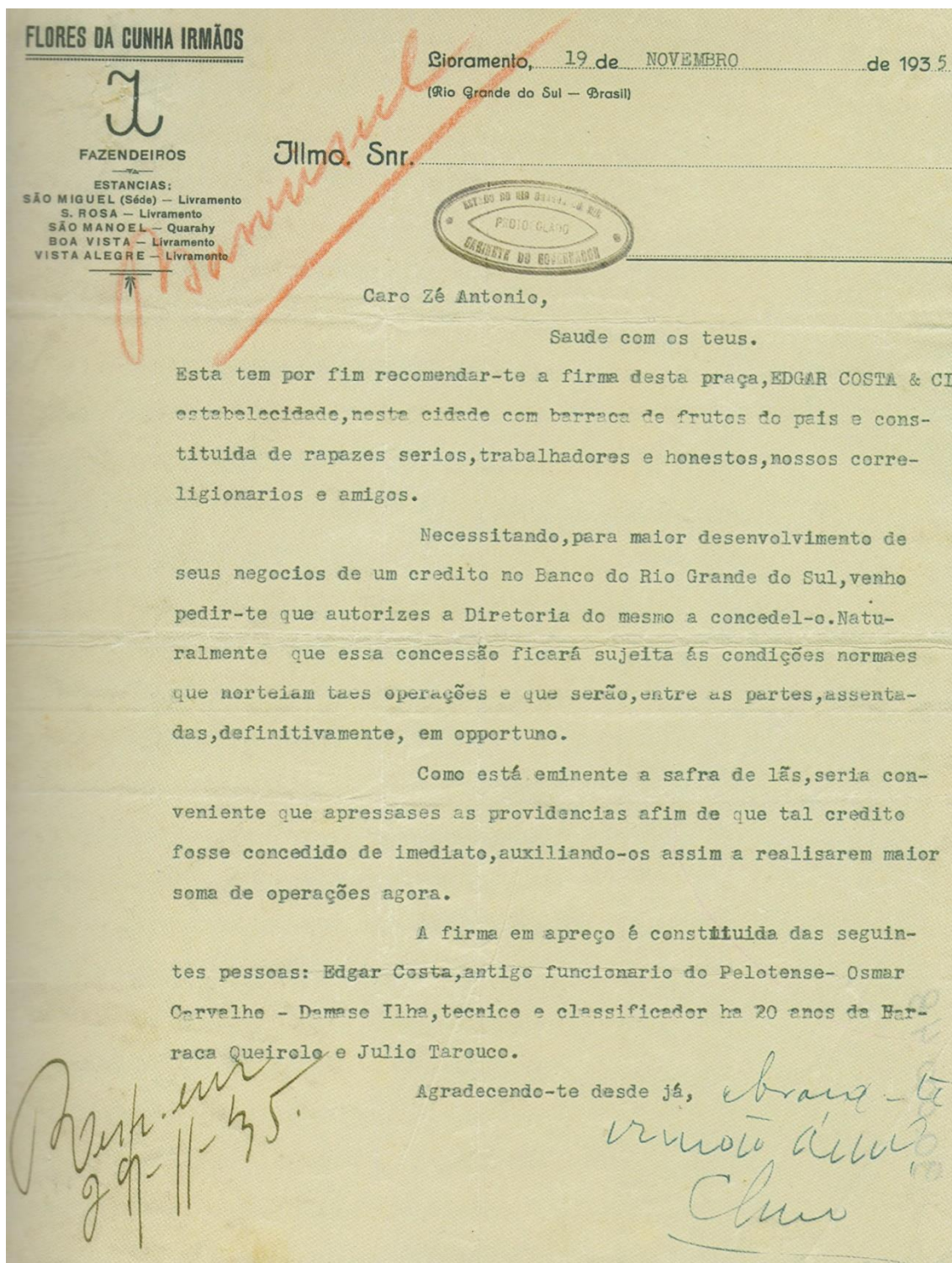
¹⁰ Moysés Vellinho era membro do PRL, mas estava vinculado ao grupo chamado Dissidência Liberal, que havia rompido politicamente com Flores da Cunha e continuava apoiando Getúlio Vargas diante da disputa entre os dois. Após a renúncia

O assunto que se refere ao Banco do Rio Grande, é, porém, mais interessante. Obra também do sr. Getúlio Vargas, trouxe como era natural um **vício de origem**. Mas aqui o erro foi menor: constituiu apenas em ser dirigido, inicialmente, **pelo sr. Paim Filho que, de parceria com o Presidente do Estado, transformou aquele estabelecimento de crédito em arma política, distribuindo dinheiros públicos entre amigos** com prodigalidade só comparável á falta de garantias com que eram executadas as transações. Essa notável orientação impressa ao Banco pelo sr. Paim Filho **só não o levou a falência porque o General Flores da Cunha assumiu em tempo o governo e conseguiu “divorciar” aquele estabelecimento bancário “de suas legítimas finalidades”**. (A FEDERAÇÃO, n. 170, 1937, p. 1, grifos nossos, aspás do autor).

A única interferência de Flores da Cunha nesses discursos teria sido combater o "vício de origem" daqueles que utilizaram o banco como um imprudente instrumento político. Apesar do esforço para construir tal narrativa, o cruzamento com outras fontes documentais permite comprovar as interferências de Flores da Cunha em prol de seus interesses particulares. É o caso da carta (Figura 1), recebida de um de seus irmãos, no dia 19 de novembro de 1935, diretamente de Santana do Livramento, local onde a família Flores da Cunha possuía diversas estâncias e grande influência.

de Flores da Cunha, o jornal A Federação passou a ser administrado pela Dissidência Liberal, e Moysés Vellinho assumiu a editoração do mesmo.

Figura 1: Carta da Flores da Cunha Irmãos enviada ao governador Flores da Cunha



Fonte: SILVEIRA, 2004, p. 49.

Na carta acima, foi solicitado a Flores da Cunha que autorizasse a diretoria do Banrisul a conceder crédito, com rapidez, para uma outra empresa de Santana do Livramento. Dez dias depois, Flores da Cunha reencaminhou a carta para a direção do banco, como é possível ver no destaque em lápis vermelho e no canto inferior esquerdo. Esse documento evidencia as relações familiares e de

compromissos mútuos que pairavam sobre a administração pública a despeito do grande esforço para construir uma certa representação que negasse tais práticas

CONCLUSÕES

A criação do Banrisul em 1928 foi uma resposta há muito esperada pelos produtores rurais gaúchos, que buscavam uma linha de crédito de longo prazo com juros baixos. Essa solução parecia sólida e foi amplamente instrumentalizada por Getúlio Vargas, tanto em termos de política conciliadora ao conceder crédito quanto na esfera das representações e disputas pelo imaginário social. O jornal *A Federação* desempenhou um papel crucial nesse aspecto, sendo utilizado como um mecanismo de disputa pelo imaginário social pelos governantes rio-grandenses e pelos partidos situacionistas, inicialmente o PRR e, posteriormente, o PRL. Analisar as páginas do *A Federação* permitiu compreender como o Banrisul foi representado em diferentes momentos e como ele contribuiu para a construção de certas representações políticas.

Entre 1928 e 1929, o Banrisul teve um desempenho satisfatório, concedendo empréstimos de longo prazo com pagamentos semestrais. Essa prática foi amplamente divulgada nas páginas do *A Federação*, que associou sistematicamente o banco à imagem de Getúlio Vargas. Essa estratégia contribuiu para a construção de uma imagem positiva de Vargas no imaginário social rio-grandense.

No entanto, os problemas econômicos do início da década de 1930 levaram a mudanças nas narrativas em torno do Banrisul. A estagnação de sua carteira hipotecária impediu a contínua instrumentalização política, e o primeiro sintoma disso foi a diminuição drástica das menções ao banco nas páginas do jornal. Além disso, dentre as menções ao banco, foi muito presente a defesa da tecnicidade, algo que perpassou os discursos do governo florista nas mais diversas áreas da administração pública, conforme aponta Elíbio Junior (2006, p. 209). Essa característica fez parte de um contexto no qual a figura do técnico e do administrador passou por um processo de valorização graças às suas formações acadêmicas e ao suposto distanciamento e neutralidade em relação a interesses políticos – qualidades que tornavam esses profissionais capazes de romper com o atraso e potencializar a criação eficiente de riqueza (GOMES, 1994, p. 4 apud ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 209).

Do relativo silenciamento, característico nos primeiros anos da década de 1930, o banco voltou a ser utilizado politicamente por Flores da Cunha, no entanto, de maneira bastante distinta daquela empregada por Vargas: percebe-se como a narrativa empregada, de forma intensificada em 1937, buscou separar completamente a imagem do banco da imagem do executivo gaúcho, mais precisamente, de Flores da Cunha. A esse respeito, não se pode desconsiderar a disputa entre Vargas e Flores da Cunha, sendo que para este, o objetivo foi mostrá-lo como o verdadeiro nome da

Revolução de 30, enquanto aquele teria traído o movimento revolucionário e passado a compactuar com a "velha política" – para usar a linguagem dos vitoriosos de 30.

Representá-lo como um governante que não interferiu nos negócios do banco, ao permitir que os técnicos agissem da forma mais adequada, também se inseriu no discurso geral de defesa dos princípios democráticos, do constitucionalismo e da luta contra arbitrariedades e manipulações que supostamente guiavam a velha política pré-30. No entanto, é possível cogitar outra hipótese: uma vez que o banco foi fortemente instrumentalizado por Vargas, tanto na prática ao conceder crédito aos antigos rivais, quanto nas representações criadas pelo jornal *A Federação* durante os anos de 1928 e 1929; é possível que, diante do cenário de crise enfrentado pela instituição a partir de 1930, o banco não pudesse mais ser instrumentalizado à vontade pelo governo gaúcho com o intuito de manter o apoio dos produtores que continuavam a demandar crédito de longo prazo, algo que o banco já não era mais tão capaz de ofertar.

Durante o recorte deste trabalho, o processo de formação das diretorias não passou por grandes mudanças¹¹, e o estado do Rio Grande do Sul continuou sendo o acionista absoluto do Banrisul. Isso o tornava responsável pela escolha direta de três dos quatro diretores, fato que demonstra a relação prática e contínua mantida entre o executivo rio-grandense e a diretoria do banco. No entanto, apesar disso, o discurso que se buscou construir na época de Flores da Cunha, intensificado em 1937, afirmou ter ocorrido a "entrega" da administração e dos negócios do banco para as mãos de técnicos competentes, racionais e politicamente neutros na hora de administrar, mesmo que documentos como a carta da Figura 1 demonstrem o contrário.

Isso pode ser entendido como uma estratégia discursiva de Flores da Cunha para não ser responsabilizado pela falta de empréstimos e, conseqüentemente, não ter sua imagem profundamente prejudicada, especialmente frente às classes produtoras (principais interessadas no crédito de longo prazo), mas também frente ao restante da sociedade que experimentou, a partir da década de 1930, um progressivo aumento no número de eleitores com a inserção de trabalhadores na política, por exemplo (GOMES, 2005, p. 23 apud ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 200).

A respeito dos critérios que se buscou estabelecer na hora de conceder empréstimos, o relatório da diretoria do Banrisul, referente ao ano de 1933, iniciou afirmando que "na forma habitual, continuamos a desenvolver nossas operações em bases sólidas e observando uma segura e racional distribuição de crédito" (*A FEDERAÇÃO*, n. 71, 1934, p. 6, grifo nosso). Pelo menos nos discursos, houve um esforço considerável para demonstrar que a concessão de crédito seguia critérios seguros

¹¹ Exceto pelo fato de o cargo de presidente ter sido extinto em 1931, o que fez com que os outros quatro diretores atuassem como uma espécie de colegiado (SILVEIRA, 2004).

e racionais, devidamente avaliados pelos técnicos competentes. Isso visou retirar de Flores da Cunha a responsabilidade pelo baixo nível de operações de longo prazo que foram realizadas.

REFERÊNCIAS

A FEDERAÇÃO: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO (RS) – 1884 A 1937. Rio de Janeiro:

Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=12685>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, p 119-139, 2002.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BATISTA DA SILVA, Yuri. A representação de Getúlio Vargas no jornal A Federação durante os anos de 1936 e 1937. *Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 6, n. 10, jan-jun 2021. Disponível em:

<<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/cli/article/view/1974>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manuel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política (1930-1937)*. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

JUNGSMANN, Cristina. Os republicanos liberais e a nova fase de “A Federação” (1932/1937). In: TRINDADE, Hélgio (org). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 393-402.

LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o Sistema Regional*. 1 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PICCOLO, Helga. Julio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo. In: AXT, Gunter et al (org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. P. 85-96.

ROSSINI, Miriam. O jornal A Federação e seu papel político. In: AXT, Gunter et al (org.). *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. P. 229-240.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVEIRA, Núbia (Org.). *Banrisul, o nosso banco*. Porto Alegre: Banco do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Facundes. “A Federação” e os republicanos históricos rio- grandenses (1928-1932). In: TRINDADE, Hélió (org). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 325-333.

A VIOLAÇÃO DO CORPO FEMININO NO DECAMERON (1348 -1353)¹

THE VIOLATION OF THE FEMALE BODY IN THE DECAMERAN (1348 -1353)

Alexandre Gomes Carvalho Santos Junior²

Resumo: Buscando compreender e analisar a necrofilia presente na idade média e assim obter respostas a respeito de como se via e entendia a mesma, o presente artigo pretende e busca, antes de mais nada, através da análise da obra literária de Geovanni Boccaccio –O Decamerão– e de outros estudos relacionados ao corpo, ao sexo e a sexualidade, trazer à tona o tema e o debate sobre a necrofilia –tema pouco explorado pela historiografia– e assim explanar a problemática relacionada ao abuso e violação do corpo feminino. Buscando respostas aos “porquês” que se fizeram relevantes ao longo da produção na busca por entendimento e explicação a respeito do tema e da história presentes na obra e na pesquisa.

Palavras-chave: Mulher; Idade Média; Necrofilia.

Resumen: Buscando comprender y analizar la necrofilia presente en la Edad Media y así obtener respuestas sobre cómo se veía y se entendía, este artículo pretende y busca, sobre todo, a través del análisis de la obra literaria de Geovanni Boccaccio –O Decamerão- y otros. Los estudios relacionados con el cuerpo, el sexo y la sexualidad, plantean el tema y debate sobre la necrofilia –un tema poco explorado por la historiografía– y así explican la problemática relacionada con el abuso y violación del cuerpo femenino. Buscar respuestas a los “porqués” que cobraron relevancia a lo largo de la producción en la búsqueda de comprensión y explicación sobre el tema y la historia presente en el trabajo y la investigación.

Palabras clave: Mujer; Edad Media; Necrofilia.

¹Este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (DHI-UFS), disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16142>

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS), bolsista CAPES. E-mail: alexandrejunior208@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Renascimento (XIV-XVI) caracterizado por comportar transformações bem evidentes na cultura, sociedade, economia, política e religião; principia em certa medida, uma maior liberdade em determinados âmbitos e aspectos sociais como o intelectual, por exemplo, onde se desenvolveu uma maior dedicação a argumentação e a lógica onde a especulação e o debate filosófico e intelectual encontraram um permanente pouso.

A literatura de Giovanni Boccaccio, O Decameron ou “Príncipe Galeotto” como também é conhecida, é produzida entre 1348-1353, sendo composta por dez capítulos e cem novelas, nas quais se aborda diferentes temáticas contadas pelos principais personagens e componentes da Brigata (Pampinea, Elissa, Emilia, Fiammetta, Neifile, Filomena, Lauretta, Dioneio, Panfilo e Filostrato), como o pecado, a astúcia, a virtude, a religião, a inteligência e outros temas tidos como louváveis para o período mas que também, em alguns casos, serviam para a boa e velha sátira.

Influenciada por outros autores como Dante Alighieri, autor de A Divina Comédia, e por Francesco Petrarca, ambos sendo predecessores de Boccaccio e dos quais o mesmo “bebe” um pouco, o que acaba moldando e/ou caracterizando sua lírica e narrativa, a obra em questão – O Decameron – também traz em sua essência além de um registro de época, ensinamentos e conselhos destinados às mulheres (algo predito em sua introdução pelo próprio autor) através de histórias de cunho comum ao seu período e região, utilizando de pessoas reais e também fictícias para então incrementá-las e narrá-las, sendo para muitos, a/ou umas das literaturas que rompem com a moral medieval, trazendo consigo o realismo e o erotismo, dando destaque a natureza, aos valores terrenos e não mais valorizando o divino, sendo também para alguns estudiosos, como o primeiro livro do que hoje se entende como romance moderno.

Para tanto, cabe um pouco também, uma análise da literatura, mesmo que de maneira breve, para maior e melhor entendimento da mesma, seja lá em que aspecto for. Contudo no que incumbe a parte teórica e metodológica do texto, Valdeci R. Borges nos traz uma melhor compreensão a respeito do que seja a literatura, como um todo, abarcando também o Decameron, pois o mesmo é uma literatura, e uma literatura tem o poder de registrar e expressar os multifacetados aspectos do complexo, diversificado e também conflituoso campo social no qual a mesma se insere e sobre a qual se refere, pois segundo (BORGES, 2010, p. 98) a literatura é “testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir”. O mesmo ainda continua. “Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico (BORGES, 2010, p. 98). Ainda nesse sentido, resumidamente,

apesar da obra ser uma literatura, a mesma como qualquer outra obra literária se apresenta como um relato de época, mostrando em suas narrativas, comportamentos, costumes e acontecimentos que caracterizam seu período (1348-1353) através do olhar de seu autor Giovanni Boccaccio. Assim também, quem escreve e porque escreve são elementos importantes a serem observados, pois, são fatores que afetam o pensamento e o redigir do autor.

Ao tentar analisar as novelas, as mulheres e outros elementos da obra e do período de criação da literatura a ser trabalhada, os estudos de Gênero se apresentaram como um bom e precioso alicerce para a compreensão dos fatos narrados nas novelas fictícias presentes no Decameron, como o caso de umas das novelas do décimo e último capítulo, que será aqui analisada. Contudo a perspectiva dos estudos de Gênero poderia e ou poderá soar, para alguns, como uma visão extremamente atual para se falar ou abordar o passado, sendo algo que poderia causar um anacronismo. Entretanto, Marc Bloch já pontuava e falava sobre a importância da construção e a compreensão de um passado pelo presente, em seu clássico Introdução a História, mostrando que uma ciência – A história – não se define apenas pelo seu objeto de estudo, pois segundo o mesmo “os seus limites podem igualmente ser fixados pela própria natureza dos seus métodos. Importa, pois, perguntar se, consoante nos afastemos ou nos aproximemos do presente, as próprias técnicas de investigação não deverão ser tidas por radicalmente diferentes”. (BLOCH, 1965, p. 46).

Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende, a partir de uma das novelas e ou histórias do Decameron, mais especificamente a quarta novela da décima e última jornada, (governada por Panfilo), analisar a ideia de necrofilia caracterizada como uma violação corporal e nesse caso específico, do corpo feminino, fazendo-se necessário imbuir-se de estudos sobre o corpo ou os usos do mesmo e de gênero, que segundo (SCOTT, 1989, p. 22,23). “torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si”.

Pretende-se também, a partir disso, levantar alguns questionamentos que se fazem relevantes, principalmente em relação ao domínio e o poder de um gênero sobre o outro e até onde o mesmo se estende, verificando os seus possíveis limites e violações dessa relação de poder (como a necrofilia), e o que é caracterizado como tal. Levando em consideração, é claro, o período e contexto histórico no qual se insere.

O CORPO, O SEXO E A MULHER

Ao tratar do corpo e dos estudos a respeito do mesmo, a maioria dos estudos que tratam e que estão relacionados ao tema como os de Peter Burke, Le Goff e Truong, por exemplo, retrata-o de maneira política, abordando seu significado, utilização e representatividade, fator que se diferencia a depender de “quem” os utilize, sendo modificado de acordo com os seus interesses, sendo

representado de várias maneiras, “visto desde a exaltação, até a humilhação e veneração; exercendo, portanto, papéis diferentes nos moldes da sociedade medieval.” (SOUZA, SILVA e OLIVEIRA, 2014, pág. 3).

Sendo em grande parte das vezes visto de maneira ambígua, seja ao longo do tempo, no espaço e na sociedade, o corpo adquire o lugar de um paradoxo. Na idade média, por exemplo, o cristianismo ao mesmo tempo que não deixa de reprimi-lo, o glorifica através do corpo padecente de Cristo, sacralizado na igreja e também corpo místico do mesmo. O corpo é "a abominável roupa da alma", diz o Papa Gregório, o Grande, ao mesmo tempo que também é “tabernáculo do Espírito Santo”, diz Paulo. (LE GOFF, TROUNG ,2006, p. 35). O corpo acaba por adquirir ao longo do tempo, mas principalmente na Idade Média ambiguidades de sentido em quase todos seus aspectos, destacando-se os relacionados a sexualidade e a religião, recaindo sobre o feminino ou ao corpo feminino maior número de duplicidade de sentido.

A partir disso percebe-se essa ambiguidade de sentidos em quase todos os aspectos humanos. Um exemplo dessa duplicidade e paralelo também a essa ideia, principalmente durante as epidemias, destacando-se a peste negra ou bubônica, o corpo também foi visto como tolerante ou padecedor dos pecados, sendo as doenças interpretadas ou representadas de uma forma mais espiritual do que carnal, fazendo do corpo um sofredor da alma. Atrelado a isso, o comportamento, sendo um dos temas mais abordados, observado e estudado de maneira geral, tanto por contemporâneos a Idade Média, como a Igreja e ou clérigos que estavam preocupados em regulamentar, regrad e controlar os corpos através de seus dogmas – tanto por historiadores que estudam o tema – é talvez o que possui mais relevância nessa pesquisa, pois através dele se pode observar, analisar e assim ter uma noção dos limites impostos, conhecendo o que era e o que não era permitido. Com isso, o muito que se pode realmente saber, de certa forma, é quais normas comportamentais eram aceitas e burladas, considerados assim como desvios ou pecados - espirituais e corporais- levando em consideração, claro, as ordens da igreja. Todavia ainda nesse sentido o que se pode afirmar é que as limitações cabíveis aos homens eram mínimas em relação ao das mulheres, mesmo aos de vida cristã (que seguiam e eram obedientes as normas da cristandade).

Com uma reconstrução dos conceitos e práticas corporais e ou comportamentais advindas do cristianismo, o corpo na Idade Média torna-se “o lugar crucial de uma das tensões geradoras da dinâmica do Ocidente” (LE GOFF e TROUNG, 2006, p.31)”. Todavia, essas tensões não se limitavam somente as questões corporais, mas também as questões espirituais, a exemplo da relação dos vivos com os mortos, visto que desde a antiguidade os vivos se ocupavam com os corpos mortos dos membros de suas famílias e as mulheres, em particular é que ficavam responsáveis por levar e preparar os mesmos, para se juntarem ao reino dos mortos, que podiam retornar para atormentar a

alma dos vivos, segundo as lendas. Com o cristianismo isso de certa forma muda, pois se estabelece uma hierarquização entre os mortos e “somente as sepulturas dos santos, danificadas e manipuladas de diferentes maneiras, podiam ser objeto de celebração e veneração. Reza-se para os mortos, é certo, mas com a intercessão de novos heróis, os santos” (LE GOFF, TROUNG, 2006, p.122).

Mostrando, dessa forma, que é a conduta dos vivos que mediará os seus destinos após a morte, podendo ser o céu ou o inferno, como sugere algumas interpretações. Outro exemplo dessas tensões e ou dualidades de sentido em relação ao corpo é de o corpo ser separado entre partes nobres e não nobres, sendo a cabeça e o coração as partes nobres e o ventre, as mãos e o sexo, as partes não nobres, visto que “a cabeça está do lado do espírito; o ventre, do lado da carne. Uma parte má do corpo não sendo, por isso, visto com bons olhos pelos teólogos e, conseqüentemente, pela sociedade” (LE GOFF, TROUNG, 2006, p.76). Cabe também ressaltar o papel da Igreja que durante o medievo, buscou de várias formas codificar, regular e controlar os corpos e os elementos relacionados ao corpo, posto que o corpo se torna de forma paradoxal, o coração da sociedade medieval.

E como sugere Jean-Claude Schmitt, historiador dos gestos do Ocidente medieval, é necessário defender que a partir do século V, a questão do corpo fomentou o conjunto dos aspectos ideológicos e constitucionais da Europa medieval, visto que de um lado, o cristianismo – agora religião do estado – com sua ideologia, reprime o corpo, enquanto de outro, faz do corpo do homem o tabernáculo do espírito santo, com a encarnação de Deus no corpo de Cristo. Fazendo alusão a isso Le Goff e Truong diz que “a Quaresma se abate sobre a vida cotidiana do homem medieval, de outro, o Carnaval se entrega a seus exageros. Sexualidade, trabalho, sonho, formas de vestir, guerra, gesto, riso.” (2006, p.31).

A PROBLEMÁTICA DO SEXO

A sexualidade no âmbito religioso era voltada apenas para a reprodução e não para satisfação dos prazeres carnavais, com isso, a Igreja impunha que no momento do ato sexual onde o intuito era a procriação, a mulher não poderia demonstrar prazer e o homem deveria estar sempre sobre a mesma, demonstrando, dessa forma, superioridade por parte dele e submissão por parte dela. Assim, o sexo deveria ser apenas vaginal, visando e objetivando apenas à procriação, estando, a mulher, sempre debaixo do homem e no escuro, para assim, se evitar a visão da nudez e a tentação. Em relação a isso também, o autor Franco Junior comente que:

O sexo oral e sodomita, a magia para atrair o desejo de alguém, as práticas anticonceptivas e abortivas, as relações incestuosas e adúlteras eram pecados duramente castigados: de seis a 15 anos de jejum e de excomunhão, geralmente acompanhados de interdição perpétua de qualquer relação sexual e de casamento. (2001, p. 177 -178)

Dessa maneira, fica claro que a vida sexual nesse período, era ou torna-se, quase que inexistente, onde a virgindade passa a ser um elemento de grande valor, seguindo assim, os modelos de Cristo e sua mãe. Assim, também como a castidade, vista como compensatória por quem já havia pecado e deveria se abster de sexo pelo restante da vida, a vida sexual era possível ao cristão desde que acontecesse numa relação definida e supervisionada, ou seja, através do casamento, além do fato de que, com o casamento, combatia-se outros pecados como o da homossexualidade e bestialidade (sexo entre homem e animal), considerados um dos piores pecados sexuais. As relações sexuais eram também proibidas pela igreja em determinados dias ou épocas do ano (como aos domingos, festas religiosas e na Quaresma) sendo passível de punição caso houvesse transgressão.

Cabe ainda dentro desse bojo, ressaltar que a igreja católica, controlada por homens celibatários, é quem define os atos e pensamentos sexuais como impuros, onde qualquer ideia ou comportamento sexual que seja, é entendido como pecado que exige severos atos de penitência/punição, e mesmo o sexo conjugal – como dito acima –destinado para fins de reprodução, é minimamente tolerável, tornando-se errado/pecado, caso os participantes e/ou conjugues gostem e sintam prazer. Um bom exemplo disso são alguns textos antigos que remetem a vida de monges ou padres do deserto, nos quais são contadas algumas histórias de penitências por pensamentos sexuais, onde, em uma delas, uma mulher é enviada para tentar um monge.

O desejo sexual era combatido a grandes custos pessoais, o mesmo era considerado como uma mancha para a alma e para o período. Contudo, em contra partida a essa visão do período estrita e marcada pelo pecado, há uma visão mais terrena da coisa, onde sacerdotes seduziam as mulheres que lhes confessavam, os nobres mantinham suas amantes e os monges e monjas se envolviam em relações secretas. “Essa visão descarta a igreja e seus ensinamentos repressivos como cheios de hipocrisia e geralmente ignorados pelos medievais, que cuidavam de seus negócios diários com um entusiasmo que desapareceu mais tarde em uma era mais puritana” (Karras, 2017, p. 2). Visão essa que também é apoiada por histórias e autores mais satíricos e humorísticos como Boccaccio, por exemplo.

A QUESTÃO DA MULHER

A mulher ou o corpo feminino visto desde a criação do mundo e do seres – segundo a Bíblia – como algo secundário ao homem, também se torna alvo, se não o principal, dessas tensões expostas a cima, na qual e muitas das vezes é rica em duplicidade de sentidos, sendo durante o período medieval onde podemos perceber um certo crescimento dessas ambiguidades e limitações, também no que diz respeito ao corpo ou ao comportamento feminino, pois durante a Idade Média, a Igreja criara a maior parte dos conceitos e ideias que temos a respeito das mulheres dessa época.

Para eles, a mulher seria um ser próximo da “carne e dos sentidos”, já que os mesmos se baseavam no pecado original, para ligá-las à corporeidade e inferiorizá-las, como mostra o pequeno verbete presente na bíblia.

Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão e este adormeceu. E tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar. E da costela que o Senhor Deus tomou do homem formou uma mulher e trouxe-a a Adão. E disse a Adão: essa é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada. Portanto deixará o varão o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne (Gên., 2, 20-24).

Assim, Eva foi criada da costela de Adão, sendo então controlada pelos sentidos e desejos da carne. Segundo essa visão, acreditava-se que a mulher foi criada com a única função de procriar; essa ideia, baseada na bíblia e disseminada pelos ditos “homens da igreja” foi de fundamental importância para que a mulher fosse cada vez mais contida dentro de padrões, sejam eles sociais ou de comportamento.

No início da Idade Média, por exemplo, uma das preocupações era mantê-las virgens, e afastadas do clero, já que eram consideradas demoníacas e a figura da tentação. Em consequência disso, as mulheres eram vistas como disseminadoras do mal e consideradas como um mal necessário, visto que possuíam a fecundidade e eram responsáveis pelo pecado original, e também pelas formas da tentação do diabo, pois possuíam partes eróticas sexuais, entendidos pelos eclesiásticos, como diabólicas; os mesmos ainda argumentavam que a mulher era bíblicamente condenada por causa do pecado.

A mulher ainda era descrita pelos mesmos como feiticeiras, enganosas, dissimuladas, vingativas, inclinadas ao adultério, ao homicídio, ao assassinio, entre outras características, por isso, segundo os mesmos, os homens tinham o direito e o dever de serem superiores as mulheres. Em paralelo a essa visão e procurando um exemplo feminino de perfeição a ser seguido, a Igreja encontra, então, em Maria (mãe de Cristo) esse ideal comportamental feminino, sendo ela um exemplo perfeito de esposa, mulher e mãe a ser seguido pelas demais.

Assim, a mulher virgem e ideal, seria uma mulher bela e delicada, modelo de beleza divina, seguindo o exemplo de Cristo e sua mãe. Com isso, fazendo uso das mulheres bíblicas, ensinavam que a primeira virtude de uma dama deveria ser a obediência e que a desobediência só causava mal as pessoas, tudo isso com o intuito de manter o controle sobre as mesmas, além disso outras virtudes eram ensinadas as mulheres como, impedir de serem faladeiras, ousadas ou ambiciosas. O casamento era outro mecanismo de controle usado, pois além de combater a homossexualidade que era considerado o pior pecado sexual, pois visava apenas o prazer e não a procriação, a igreja através do casamento, impunha que o corpo da mulher passava a pertencer ao seu esposo, porém sua alma

sempre pertenceria a Deus, devendo obediência a ambos e fidelidade ao marido, estando à mercê da morte caso descumprisse, ao contrário do homem.

A sociedade medieval nutriu uma relação de amor e ódio para com as mulheres, sejam elas as nobres, as camponesas ou as “marcadoras do prazer” – prostitutas – que em grande parte recebiam tratamento diferenciado pela sociedade, sendo muitas delas afastadas das “pessoas de bem”. Esse desprezo e diferenças sociais foram sempre muito fortes quanto às diferenças de sexo, seja pelo tratamento que recebiam ou no modo que deveriam agir, no privado ou em sociedade, em tudo a mulher era considerada naturalmente “inferior”.

Os homens possuíam todos os direitos possíveis, diferentemente das mulheres; até mesmo as guerreiras que inspiravam simpatia à sociedade. De maneira geral podemos notar a participação das mulheres em diferentes situações e condições dependendo da sua condição e grupo social a que pertenciam. Contudo, como já foi exposto, a mesma sempre foi vista, principalmente aos olhos da Igreja, como uma pecadora que sempre deveria ser oprimida devido sua escolha, já que a mesma era comparada a primeira, Eva. Tendo em vista essa crença, a igreja deixava a mulher em condição submissa perante a sociedade, sobretudo a masculina. Podemos dizer que mesmo sendo consideradas como um objeto de prazer, medo e luxúria, quase sempre vistas ou postas de modo geral, numa balança entre santa ou depravada, as mulheres ganharam seu espaço na sociedade tendo em vista os seus diversos papéis e ainda assim as mesmas ainda tinham e tiveram de ver suas histórias e vivências relatadas por homens que na maioria das vezes eram religiosos como escreve Duby, posto que:

todos os discursos que chegam até mim e sobre os quais me informo são feitos por homens, convencidos da superioridade de seu sexo. É apenas a eles que ouço. No entanto, eu os escuto falando antes de tudo de seu desejo e, por consequência, das mulheres. Eles têm medo delas e, para se afirmarem, desprezam-nas” (1989, p. 6)

Dando continuidade, porém, não deixando de fazer uma certa recapitalização a respeito do texto em si, vale ressaltar que falar sobre corpo, sexo e mulher no medievo se faz mais que necessário levando em consideração o tema trabalhado nesse texto. Todavia, através desse tópico pretendeu-se apenas trazer algo de caráter esclarecedor e ou complementar para o melhor entendimento do presente trabalho, pois como já é sabido o tema principal é A violação do corpo feminino no Decamerão, presente em um de seus contos já exposto nesse mesmo texto logo em sua introdução, entendendo-se como “violação” o ato de necrofilia presente na quarta novela da décima e última jornada da presente obra.

BOCCACCIO E SEU TEMPO: VIDA E OBRA

Tratando agora um pouco mais sobre a contextualização da fonte em questão, necessária não só para a boa estruturação do texto mas também para a abordagem do assunto principal em voga –

A violação do corpo feminino no Decameron – a vida e também contexto histórico no qual o erudito Geovani Boccaccio se insere, se fazem necessárias dentro desse texto, para além da apresentação e ou simples citação de sua obra, o *Decameron*, que é a principal fonte dessa pesquisa, colaborando também para um melhor entendimento sobre o todo.

Boccaccio nasceu no ano 1313 entre junho e julho na Península Itálica e segundo Enzo Orlandi, responsável pela biografia do mesmo, o erudito passou a infância em Florença, no bairro de S. Pier Maggiore. Sendo filho de mãe desconhecida foi reconhecido pelo seu pai, que era o mercador Boccaccio di Chelino, também apelidado de Boccaccino, funcionário dos Bardi que eram banqueiros de Florença. Boccaccio e sua família estava inserida na pequena burguesia agrária de Certaldo, que pertencia ao condado de Florença, e estimasse que no final do século XIII, a família de Boccaccio migrou com o objetivo de entrar para a atividade mercantil, que entre os séculos XIII e XIV, teve grande desenvolvimento sobre a sociedade toscana.

Já na década de 1310, o pai e o tio de Boccaccio aumentaram seu campo de atuação em relação a circulação econômica para o comércio europeu e posteriormente, a família do mesmo adquiriu cidadania florentina, onde di Chelino – pai de Boccaccio – exercia suas atividades entre Florença e Paris, cidades nas quais havia a confluência das atividades bancárias e comerciais da Europa. Além disso, associados à importante companhia dos Bardi, que com os Acciaiuoli e os Peruzzi, tinham monopolizado os negócios financeiros de Nápoles, a família – incluindo o próprio Boccaccio – viveram as repercussões, tanto positivas quanto negativas, das atividades comerciais que entraram em crise no século XIV, dessa forma, a vida de Boccaccio, seu nascimento, infância e juventude estiveram intrinsecamente relacionadas à atividade comercial.

Sabe-se que entre os seis e treze anos de idade, Boccaccio viveu em Florença e durante esse período o mesmo já obteve noções de escrita e leitura, e assim, foi estudar com Giovanni di Domenico Mazzuoli da Strada, obtendo noções de história romana e mitologia. O mesmo também aprendeu o Trivium (gramática, dialética e retórica) e, por volta de onze anos, o mesmo já sabia calcular. Durante esse tempo também se supõe que o mesmo tenha tido contato com alguma obra de Dante, um autor com uma personalidade presente na família de Boccaccio, uma vez que sua madrastra era parente da família de Beatrice (Beatriz Portinari) – suposta figura histórica que inspirou a personagem Beatriz, de Dante; de qualquer maneira Boccaccio tomou conhecimento de Dante.

Posteriormente, por volta dos quatorze anos, tornou-se discípulo na atividade mercantil e durante esse período de aprendizado comercial, iniciado em Florença, Boccaccio se mudou para Nápoles. Boccaccio se mudou para essa cidade em algum momento entre o verão e o outono de 1327, junto com seu pai, e nesse tempo já mostrava o gosto pela literatura. Sabe-se também que entre 1327 e 1341, a vida de Boccaccio se desenvolveu próximo ao Castel Nuovo, castelo que tinha sido alargado

e embelezado pelo rei Roberto, na região de Portanova, onde se concentravam as atividades comerciais e bancárias.

Devido ao seu aprendizado e contato com estrangeiros florentinos, Boccaccio entrou em contato com vários tipos de pessoas, de todas as camadas da sociedade, de variadas regiões e reinos, tanto do ocidente quanto do oriente. Todavia devido a prestigiada posição de seu pai na comuna florentina, e também sendo uma das autoridades das finanças na corte, Boccaccio mantinha mais relações com a classe mais alta dos mercadores e dos cortesãos da nobreza e burguesia de Nápoles, sendo também nesse espaço/ambiente que Boccaccio tornou-se um indivíduo sensível às mudanças pelas quais a cidade que tanto estimava passou, fazendo com que o mesmo obtivesse um grande conhecimento sobre os seres humanos, um grande poder de observação e também de narração.

Já entre os anos de 1340 e 1341 acredita-se que Boccaccio tenha retornado a Florença devido, em partes, pela mudança da situação de sua família que passava por dificuldades financeiras no contexto da guerra. Além disso, a relação entre os banqueiros florentinos e a corte de Anjou haviam se modificado pois, mesmo antes da chegada da peste negra, em 1347, a economia da península tinha sido atingida por falências, crise essa, que estavam relacionadas à guerra dos Cem Anos (1337-1453), onde a Inglaterra obteve o financiamento das companhias dos Bardi e dos Peruzzi para lutar contra a França, fazendo com que as derrotas do rei inglês, Eduardo III, fizessem com que ele suspendesse o pagamento das dívidas, levando essas companhias à falência, os Peruzzi em 1343 e os Bardi, em 1346. Tal crise fez com que todas as outras companhias florentinas, que tinham funções de banco, fossem arruinadas, revelando, segundo (ALMEIDA 2009, p. 29) que “os empréstimos dados aos príncipes e reis, que podiam suspender o pagamento dos juros e da dívida, tinham sido excessivos e não possuíam garantias”. sobre isso Zattera também comenta:

A companhia dos Bardi expusera-se em demasia ao amparar Eduardo III, empenhado na Guerra dos Cem Anos, que por sua vez não conseguia quitar todas as suas dívidas. A Inglaterra obteve financiamento da companhia dos Bardi e dos Peruzzi para lutar contra a França. As derrotas de Eduardo III fizeram com que ele suspendesse o pagamento de suas dívidas, levando a companhia à falência, o que fez com que todas as outras companhias florentinas que tinham função de banco fossem arruinadas. (2014, p.14)

Em 1348, ano no qual Florença é atingida pela peste, Boccaccio dá início ao *Decameron*, obra que se debruçará, acredita-se, até 1355, provavelmente em Nápoles onde se refugia devido a peste bubônica, assim como muitos outros que fugiam para lugares mais seguros. Dois anos depois – em 1350 - Boccaccio conhece Petrarca (1304-1374) indivíduo que causa grande impacto, tanto na vida como também em sua obra, pois além de estabelecerem uma sólida amizade o encontro leva a um aprofundamento dos estudos humanísticos por parte de Boccaccio. Sobre os últimos meses de vida do autor, o pouco que se sabe é que dentre dezembro de 1373 e janeiro de 1374, os problemas de

saúde de Boccaccio voltaram e se agravaram e após receber a notícia da morte de Petrarca, no final de julho, o mesmo volta para a cidade de Certaldo, na Itália, onde permanece trabalhando na Genealogia Deorum Gentilium até sua morte em 21 de dezembro de 1375, sendo sepultado na igreja dos Santi Michele e Iacopo.

O DECAMERON

A literatura de Giovanni Boccaccio “Decamerão” que significa em grego, dez dias ou “Príncipe Galeotto” como também é conhecida, é criada entre 1348 -1353, sendo composta por dez capítulos e cem novelas, nas quais se aborda diferentes temáticas contadas pelos principais personagens e componentes da Brigata (Pampineia, Elissa, Emilia, Fiammetta, Neifile, Filomena, Lauretta, Dioneio, Panfilo e Filostrato), como o pecado, a astúcia, a virtude, a religião, a inteligência e outros temas tidos como louváveis para o período mas que também, em alguns casos, serviam para a sátira.

Como dito acima, anterior ao período de crise em que Boccaccio viveu, a economia da península já havia sido atingida por falências, em maior parte devido à Guerra dos Cem Anos (1337-1453), além disso, o mesmo destaca que a peste foi bastante violenta, pois, no período correspondente a março a julho de 1348, “mais de 100 000 pessoas foram arrebatadas da vida, no circuito dos muros na cidade de Florença.” (ZATTERA, 2014, p.23).

Esses acontecimentos obviamente influenciaram de maneira muito profunda a vida de Giovanni, e conseqüentemente também a produção do *Decameron*, que é iniciada narrando algumas das conseqüências da peste no cenário italiano. Após essa descrição do cotidiano florentino o autor dá início a história, que se inicia numa terça-feira, na venerável Igreja de Santa Maria Novella, onde estavam reunidas sete jovens mulheres, ligadas de certa forma umas às outras, seja por amizade, vizinhança ou parentesco, como ressalta o autor. Todas bastante compostas e pertencentes a nobreza. Eram elas: *Pampinéia, Fiammetta, Filomena, Emília, Laurinha, Neífle e Elissa*. Logo:

Enquanto a cidade de Florença explode em degradação física e moral causada pela peste negra, dez jovens retiram-se para uma vila distante onde, entre prazeres amenos e poesia, praticam a alta moralidade. Como centro de suas atividades, contam dez histórias diariamente, durante dez dias. Toda a vida humana, com seus desencontros, sentimentos, morte e superação, é ali narrada, como num afresco. Vai-se da degradação à elevação. (BARRIEL, 2013, p.1).

É *Pampinéia* então, sendo a mais velhas entre as demais que é a primeira a afirmar para as outras que naquele momento, todas tinham o direito de adotarem medidas que estivessem ao alcance para a preservação de suas vidas, assim, no dia seguinte, as sete juntamente com *Pânfilo, Filóstrato e Dioneu*, rapazes que haviam encontrado também na igreja e que tinham paixão por três delas,

partiram juntos na companhia de alguns criados para um palácio abandonado, em uma região distante, com a intenção de se salvarem da pestilência e de, ainda que brevemente, esquecerem das tristezas que os haviam atingindo. Para manter a organização do grupo, fica combinado então, que enquanto permanecessem no local, a cada dia, um deles seria o chefe e ou líder do grupo, denominados rainhas e reis. De maneira unanime, *Pampinéia* foi escolhida como a rainha do primeiro dia e assim *Filomena* fez uma guirlanda de louros e a colocou sobre a cabeça de *Pampinéia*, que foi coroada.

Com o objetivo de se entreterem, a então rainha propôs ao restante da brigata que cada um, enquanto estivessem sentados à sombra de uma árvore, contassem uma história para os demais membros do grupo e em seguida, fariam o que desejassem como, dançar e cantar – ideia essa que foi seguida e realizada enquanto permaneceram no castelo ao longo dos dez dias –. Já a partir da segunda jornada, cuja rainha era *Filomena*, as novelas passaram a ser relacionadas a um tema específico pela rainha ou pelo rei, porém, na jornada IX a rainha *Emília* determinou que o tema fosse livre, assim, apenas as jornadas I e IX não tiveram um tema determinado.

A obra em si, segundo alguns estudiosos, está dívida e ou agrupada em temas de acordo com o sentido poético interior de cada novela. Nesse sentido (ALMEIDA, 2009) em sua dissertação de mestrado, nos mostra que Francesco Flora, dividi as novelas em novelas de instinto e vitalidade e novelas sobre a perspicácia humana, a virtude, o valor e a liberalidade, comportando suas subdivisões. Outros estudos e produções também dividem o *Decameron* em temas com maior presença nas brigatas e em toda a obra, a exemplo da fortuna, que constitui junto com o amor e a inteligência os temas que regem a obra, “No Decamerão, a fortuna é vista como cíclica e imprevisível” (ALMEIDA, 2009, p.110). A esse respeito disso, é também especulado que possivelmente a base moral do Decameron seja a natureza, pois os próprios membros da brigata falam sobre isso, um exemplo disso, é a fala de *Neifile* na oitava novela, da IV jornada, na qual ela diz:

Nobres mulheres: segundo penso, há pessoas que imaginam saber mais que as demais, quando, na verdade, sabem menos; assim, não contrariam apenas os conselhos das pessoas de bom senso, porém também acham que podem opor, à natureza das coisas, as próprias convicções. De tal presunção, já surgiram males enormes, nenhum bem, contudo, ela trouxe. De todas as coisas naturais, aquela que menos aceita conselho, e menos tolera atos contrários, é o Amor; a natureza do amor é tal, que êle prefere gastar-se por si próprio, a ser desmanchado pelo conselho de quem quer que seja. (BOCCACCIO. 1971, p. 248).

Para além desses temas outros também se destacam ao longo da obra, por serem bastante abordados, como as de cunho erótico, por exemplo. Na obra, o sexo é retratado de forma diferente do amor e os mesmos não estão vinculados estando o sexo relacionado à luxúria e à astúcia, e por mais que as vezes se aparente, não há nenhum envolvimento sexual entre os membros da brigata. Todavia, esse tema é recorrente pois para obter prazer homens, padres, mulheres e freiras enganavam e

utilizavam de todo seu engenho. Um caso recorrente nas novelas é a da mulher que, não satisfeita com seu marido, busca sexo fora do casamento, havendo em tais acontecimentos uma intrínseca relação com o vivido. Pois como se sabe, conhece-se a origem da maior parte das cem novelas contidas no *Decameron*, maioria essa proveniente das traduções de diversas regiões enquanto as outras são originadas de autores daquela época ou de escritores antigos e os que não tiveram sua procedência encontrada, foram posteriormente localizadas em outros escritores e/ou na tradição oral. A respeito disso (ALMEIDA, 2009, p.109) fala que “assim, nenhuma novela é completamente original. Na verdade, todos os textos têm relações com textos que o precedem. Ser original não significa não ter ligações com obras anteriores.

Outro tema recorrente é astúcia e a sagacidade, palavras do mesmo campo semântico que estão relacionadas à capacidade intelectual – a inteligência – que engendram quinze das trinta e quatro reações de louvor são reações expressas pela brigada como um todo, uma, pelas figuras femininas, e outra, por apenas uma representação masculina, representada por *Dioneo*. Além disso, ressalta (ALMEIDA, 2009, p.109) que “nas quinze reações de louvor, oito são louvores à inteligência de personagens femininas e sete dizem respeito a personagens masculinas. Na novela I, 5, Fiammetta alude às novelas 3 e 4, nas quais, utilizando as palavras exatas, os personagens conseguem se livrar de problemas”.

O *Decameron* é a principal obra de Boccaccio, e é considerada também, além de um marco literário, umas das principais fontes a respeito da peste que devastou a Península Itálica no período final da Idade Média. Através dela podemos contemplar como Florença foi atingida pela peste, as implicações sociais e cotidianas desse e de outros aspectos que marcaram o momento.

QUARTA NOVELA, X JORNADA:

Finalizada a história anterior que contava a história de *Mitrídanês*³, que por invejar a fama de *Natan* – devido sua cordialidade e gentileza – tenta matá-lo, e que, ao se deparar com o mesmo num bosque – indicado pelo próprio *Natan* –, que escondera sua própria identidade ao instruir a como *Mitrídanês* deveria proceder, envergonha-se do ato e assim torna-se amigo do mesmo; a brigada dá início a quarta novela da décima e última jornada e ou capítulo do *Decameron*, novela na qual será abordada o tema e principal discussão produção textual, que é a violação do corpo feminino.

Liderada por *Pânfilo* e contada por *Lauretta* abordando como tema principal o elogio a magnificência, a mesma dá início a história de *Messer Gentile de' Carisendi* ou Senhor Gentil de

³ terceira novela da 10ª e última jornada do *Decameron*

Carisendi, que chegando da cidade de Módena, tira da sepultura sua “amada” que fora dada e posta como morta; esta, porém, depois de restabelecida, dá à luz a um filho e o senhor *Gentil* à restitui junto com seu filho ao seu marido, *Niccoluccio Caccianimico*. Assim houve em Bolonha, nobilíssima cidade da Lombardia, um cavaleiro muito nobre e virtuoso chamado *Gentil de’ Carisendi*, que tinha se apaixonado por uma jovem chamada Catalina, que era casada com *Niccoluccio Caccianimico*. Quase desesperado e sofrendo muito por esse amor não correspondido, *Gentil* viaja para Modena onde é nomeado podestade. *Catalina*, que estava grávida, foi para uma propriedade rural que ficava nas cercanias da cidade e, nessa propriedade, sofreu um grave acidente. Estando seu marido ausente e não tendo mais ninguém, foi dada como morta pelo médico devido a gravidade do acidente e como há muito tempo não estava grávida, enterraram-na em uma sepultura de uma igreja nas cercanias do lugar.

Sabendo do ocorrido, o senhor *Gentil* chorou muito e decidiu que, conseguiria um beijo de *Catalina*, mesmo estando morta. Assim, viajou sem ninguém saber e chegando ao local na qual estava enterrada sua amada, logo entra no túmulo e deita-se ao lado do corpo e em prantos, há beija inúmeras vezes. Ainda não satisfeito, ao sair do túmulo o senhor *Gentil* decide tocar os seios dela e mantendo a sua mão sobre os seios de *Catalina* por um certo tempo, percebe que seu coração ainda pulsava levemente e assim se convence de que ela, *Catalina*, estaria viva, então com a ajuda de um criado, a tira do túmulo e, em segredo, à leva para a sua própria casa em Bolonha onde também vivia com a sua mãe, senhora sábia e de grande valor.

Depois de ouvir o seu filho, a senhora tem muita piedade da jovem e então busca reanima-la com calor e banhos. *Catalina* então, após recobrar os sentidos e descobrir através do senhor *Gentil* sobre como chagará até ali, pedi ao mesmo para que não aconteça nada com ela na casa dele que, depois, manchasse sua honra e a do seu marido, solicitando em paralelo sua volta para casa. *Gentil*, ouvindo isso a informa que a trataria como uma irmã e pedi-lhe assim uma recompensa por ter salvo a sua vida, *Catalina* responde que faria o que ele desejasse desde que estivesse ao seu alcance e fosse de caráter honesto, sendo assim o senhor *Gentil* pedi para que ela fique em sua casa junto com sua mãe até que ele volte da cidade de Módena e que ao retornar, em uma cerimônia solene, iria entregá-la ao marido *Niccoluccio Caccianimico*. Como o pedido era honesto e ela não tinha outra opção ha não ser a de aceitar, assim concordou. Logo após isso, *Catalina* entra em trabalho de parto e dá à luz a um menino.

Após cumprir suas funções em Módena, *Gentil* manda que seja realizado, no dia de sua chegada a Bolonha, um banquete em sua casa e para o mesmo, convida os nobres de Bolonha, e entre eles, o senhor *Niccoluccio*. Tendo combinado tudo o que faria com *Catalina*, que estava, agora, mais

bela e saudável do que nunca e cujo filho estava com boa saúde; durante o banquete, o senhor *Gentil* mandou que fossem servidos muitos pratos aos convidados e, ao final, os questionou dizendo:

Digamos que alguém tenha em casa um bom e fidelíssimo servidor, e que este fique gravemente doente; essa pessoa, sem esperar o fim do criado doente, manda que o ponham no meio da rua, sem lhe dispensar mais cuidados; passa um estranho, fica condoído, leva o doente para casa e com grande solicitude e gastos restitui-lhe a saúde. Eu gostaria de saber agora se o primeiro senhor tem o direito de queixar-se ou de reclamar do segundo se este conservar o criado e usar seus serviços e não quiser devolvê-lo caso o primeiro a peça de volta. (BOCCACCIO. 2013, p.621)

Os convidados se puseram a pensar e representados pelo marido de *Catalina*, responderam que o primeiro senhor não tinha nenhum direito sobre o criado. O senhor *Gentil* contente com a resposta, principalmente pelo fato de ter sido dada pelo marido de *Catalina*, pediu para os criados chamarem *Catalina*, que tinha sido vestida com roupas luxuosas. Ela, com o filho nos braços, vai para a sala do banquete onde os convidados a observaram de forma mais minuciosa, achando que seria *Catalina*, caso ela não estivesse morta. Após *Gentil* sair da sala, *Niccoluccio* assim como os outros, se aproximam e começaram a fazer perguntas, mas não são respondidos pela mesma.

Tendo voltado, o senhor *Gentil* diz que ela era o criado abandonado citado no questionamento feito anteriormente e que ele a tinha ressuscitado da morte. Em seguida, contou-lhes tudo o que havia ocorrido e manteve, conforme eles tinham respondido, que ela, agora, lhe pertencia. Enquanto todos choravam, *Gentil* levantou-se, pegou o menino e as mãos de *Catalina* e se dirigiu ao marido *Niccoluccio*, assim o informando que tinha batizado a criança com o nome de *Gentil* e que sua esposa *Catalina* tinha vivido tão honestamente em sua casa como tinha vivido com o seu marido. Este estando muito feliz, agradeceu ao senhor *Gentil*, que agora era padrinho do seu filho em meio aos elogios que todos faziam a forma de o senhor *Gentil* proceder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda tratando da finalização do conto do *Decameron* e também dando início as considerações finais desse texto, cito aqui um trecho final do conto de *Messer Gentile de' Carisendi* abordado no tópico anterior.

Que dirão as benevolentes senhoras? Acharão que um rei que deu o cetro e a coroa, um abade que, sem nada gastar, reconciliou um malfeitor e o papa ou um velho que pôs o pescoço ao alcance do cutelo do inimigo podem ser equiparados a Messer Gentile naquilo que ele fez? Porque ele, sendo jovem e ardente, achando ter direito àquilo que por displicência alheia tinha sido jogado fora e que, por sorte, ele recolhera, não só temperou com honestidade o seu ardor como também restituiu generosamente, quando já o tinha, aquilo que ele costumava desejar e se empenhava em roubar. Sem dúvida, nenhuma das histórias já contadas me parece semelhante a esta. (BOCCACCIO, 2013, p.623)

Assim é finalizada a história aqui mostrada e contada, que a priori parece – e a mim também pareceu – uma simples história de gentileza e bondade do senhor *Gentil* para com *Catalina*, há não ser, diga-se de passagem, pelo já premeditado ato realizado por *Gentil* em *Catalina*, motivados pelo seu desejo e paixão acumuladas pela saudade e não correspondência da mesma para com ele, no momento em que chega ao então velório e ou sepultamento da mesma:

– Pois bem, madonna Catalina está morta; enquanto viveu, nunca consegui um único olhar seu; por isso, agora que não poderá defender- se, preciso roubar-lhe pelo menos um beijo, assim morta como está. (BOCACCIO, Giovanni, 1971, pág. 520)

Como descrito acima, *Gentil* mesmo ciente do estado de *Catalina* ainda pretende dar continuidade ao seu desejo, já que em vida o mesmo não obteria o mesmo resultado e nem seria correspondido, como mostra a seguinte passagem:

[...] Sendo já noite, preparou tudo de tal maneira que sua viagem deveria ficar em segredo; montou a cavalo, e logo em seguida se pôs em marcha, com seu criado; sem parar em nenhum lugar, chegou, por fim, ao local onde a mulher fora enterrada. Ali, abriu o tumulo; entrou em seu interior, com muito cuidado; deitou-se ao lado do corpo dela; encostou o seu rosto ao rosto da morta; e, chorando abundantes lágrimas, com muita frequência o beijou. Vemos, contudo, que o apetite do ser humano não se contenta dentro de nenhum limite; deseja sempre ultrapassar o ponto em que se encontra; e isto se dá, sobretudo, com o apetite de carinho daqueles que amam. Dêste modo, quando o senhor *Gentil* resolveu sair do interior do túmulo, murmurou a si mesmo: “Diabo! Por que razão eu não a toco, já que estou aqui, e não lhe coloco a mão no seio? É verdade que já mais terei oportunidade de lhe tocar o corpo, como, afinal de contas, jamais lhe toquei”. Portanto, vencido pelo tal apetite, o Senhor *Gentil* colocou a mão no seio da mulher morta, mantendo-a ali por certo tempo; e, mantendo-a ali, teve a impressão de perceber, ainda que muito leve, que o coração dela pulsava. (BOCACCIO, 1971, p. 520)

Tais atos realizados pelo mesmo, tanto os beijos como toque nos seios de *Catalina*, para ser mais específico, não foram consentidos pela mesma, além do fato de que ela – *Catalina* – estar desacordada. E é aí onde se localiza o ponto da discussão e do tema desse texto – a violação do corpo Feminino – pois além do ato do beijo e do toque, engloba-se também as circunstâncias na qual os mesmos foram realizados.

Em épocas atuais – e aqui, agora faço uma certa comparação com a atualidade – o toque foge à normalidade: 1 – Porque *Catalina* está desacordada e aparentemente morta, 2- o ato do toque não foi permitido em momento algum e 3- o local do toque sendo nos seios de *Catalina* torna o ato ainda mais censurado, depravado e desaprovado, mesmo sendo devido ao toque, que *Gentil*, consegue perceber-la viva e assim salva-la de uma morte precoce. Em relação a isso, no que diz respeito aos limites da e na sexualidade no medievo a divisão ou maneira de descrever é simples, pois se limita apenas entre o que era e o que não era permitido pela igreja católica, havendo sempre suas categorias, como a prostituição, tratada como um “mal necessário” e outros. Mas qual eram realmente os limites

existentes em relação a sexualidade como um todo? quais os limites sexuais a respeito das mulheres e não para as mulheres? A mudança de palavras é simples, mas mostra o quão profunda talvez seja essa problemática, pois os limites que são impostos as mesmas, como já sabemos, eram vários, mas qual os limites que protegiam as mesmas? Ou quais eram os limites que proporcionavam a mesmas ao menos o conforto de uma morte ou sepultamento tranquilo? Já que, como é mostrado na história descrita a cima, do Decameron, não há esse limite ou conforto.

Até onde iria o poder simbólico ou não do homem e da sociedade em relação as mulheres e ao corpo delas? Essas perguntas talvez ainda não tenham respostas, pelo menos não para todas. Contudo há algumas que podem ser debatidas. E em relação a isso chamo a atenção para o ato em geral que se caracteriza como necrofilia, já que o senhor *Gentil* importuna e abusa de *Catalina* ao se aproveitar de seu estado de inércia.

Dito isso é importante relembrar que apesar de se tratar de uma literatura, a obra de Geovanni Boccaccio – Decameron – traz e mostra elementos reais de sua época, para além dos da Peste, englobando elementos e personagens reais que fizeram parte de seu contexto e vivência. Sendo assim, apesar de fictícia, a história e ou novela abordada a cima nos dá um vislumbre da sociedade tardio medieval, e que graças a um olhar mais atento as entrelinhas da história se percebe a problemática envolvendo o corpo de maneira geral e mais especificamente o corpo feminino e quais seriam, caso houvesse (e essa produção pretende ao menos explicar exatamente essa questão) os limites existentes que corroborariam para a realização de atos como os do senhor *Gentil* em *Catalina*.

A história do senhor *de Messer Gentile de' Carisendi* pode realmente – e é, em partes – para alguns, ressoar como uma história de louvor a magnificência, devido aos seus atos de benevolência, porém com uma leitura e olhar mais atentos fica claro que tais atos são apenas realizados, devido aos seus primeiros intentos para com ela não terem sido realizados de maneira completa, pois como dito no próprio texto. “Vemos, contudo, que o apetite do ser humano não se contenta dentro de nenhum limite; deseja sempre ultrapassar o ponto em que se encontra; e isto se dá, sobretudo, com o apetite de carinho daqueles que amam” (BOCACCIO, 1971, p.520).

O amor é outro elemento que merece um certo destaque nesse contexto, pois para alguns, esse foi o motivo que levou ao senhor *Gentil* a cometer tais atos, além claro, de seus desejos não correspondidos, porém – e aqui deixo outro questionamento– o amor é motivo e ou desculpa para tais atitudes? uns diriam que sim, outros que não, há depender de que tipo de amor estivéssemos falando, todavia a título de conclusão reafirmo que este artigo não pretendeu e nem conseguiria devido à escassez de produção a respeito dessa temática – necrofilia- responder aos questionamentos elencados, que serviram mais como uma provocação para possíveis futuras respostas em outras produções que abordem o tema. Por hora o que fica evidente é que esses limites sociais, caso existam,

e possivelmente existam, foram nitidamente ultrapassados e ainda são caso trouxéssemos a discussão para a atualidade, pois como já é sabido, o ato ocorrido na história do Decameron é comum também ainda nos dias atuais que apresentam acontecimentos de mesma proporção, seja a necrofilia – tipo de violação mais específica que caracteriza-se pela excitação e ou prática sexual com cadáveres onde aproveita-se sexualmente do corpo morto –, ou outros tipos de violação.

FONTES

BOCCACCIO, G. *Decamerão*. Trad. de Torriere Guimarães. São Paulo: Abril, 1971. BOCCACCIO, Giovanni. *Decameron*. Tradução Ivone C. Benedetti. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carolina Lima. *A exemplaridade nas representações do feminino no final da Idade Média – o exemplo do Decamerão e do De mulieribus claris de Boccaccio (Florença – século XIV)*. Dissertação (Pós graduação em História social e da cultura) -Centro de estudos gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de Historiador*. Tradução: André Telles –Rio de Janeiro: Ed Zahar Editor Ltda, 2002.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade média: nascimento do ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LEAL, Larissa do Socorro Martins. As várias faces da mulher no medievo. *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*, Mato Grosso do Sul, v. 3, n. 3, p. 23-44, 2012.

KARRAS, Ruth Mazo. *Sexuality in Medieval Europe: doing to others*. third edition/Routledge: Nova York, NY, 2017.

MARQUES, Ana Maria. *Feminismos e gênero: uma abordagem histórica*. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. 2006, v.24, N.1, P.77-98. Artigo (apresentado como conferência no evento: III Seminário Educação e Gênero e II Seminário sobre Infância) Departamento de História – Universidade Federal de Santa Catarina, São Paulo, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 159-189, janeiro-abril/2009.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, Desvio e Danação: As minorias na Idade Média*. Jorge Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

- ROIZ, Diogo da Silva. *O corpo no Ocidente Medieval: Uma história do corpo na Idade Média*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 607-623. UEMS, 2010.
- _____. *A história do corpo feminino e masculino no ocidente medieval*. UEMS, Campus de Amambaí, 2009.
- SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith: a Lua Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SILVA, Luiz Alberto Ruiz, SANTOS, Maria de Lourdes, MEDEIROS, Marcia Maria. O Corpo na idade média: Alguns apontamentos. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 9, n. 16, p. 105-115, jan./abr. 2017.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). *Caderno Espaço Feminino*, v. 11, n. 14, jan./jul. 2004.
- SOUZA, Maria Oliveira, SILVA, Franciele Marcelino, OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *O Corpo na Idade Média: entre representações e sexualidade*. Instituto histórico e geográfico de Sergipe, 2014.
- TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História Social. *Caderno Pagu*, V. 3, p. 29 – 62. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira, Unicamp, 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>> Último acesso: 12/09/2021
- TRUONG, Nicolas e LE GOFF, Jacques. *Uma história do corpo na Idade Média*. tradução Marcos Flamínio Peres; revisão técnica Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- VARIKAS, Eleni. Gênero Experiência e Subjetividade: A propósito do desacordo Tilly- Scott. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos Pagu*, p. 63-84. Unicamp 1993.
- ZATTERA, Amanda Cristina. *Uma Análise Histórica Sobre o Decameron de Giovanni Boccaccio (1313-1375): Riso e Regeneração*. Monografia (Graduação em História) m- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

IDENTIDADES EM TRÂNSITO: ESTRATÉGIAS PARA FORMAR E MARCAR ESPAÇOS ENTRE INDIVÍDUOS E/OU GRUPOS

IDENTITIES IN TRANSIT: STRATEGIES TO FORM AND MARK SPACES BETWEEN INDIVIDUALS AND/OR GROUPS

Eval Cruz¹

Resumo: Este trabalho buscou situar e compreender como ocorrem os processos identitários entre os indivíduos e/ou grupos. Para tanto, fez-se necessário análise cuidadosa sobre as discussões que foram travadas por Hall (2006), Costa (2006), Cunha (1985/1986), Dantas (1988); entre outros. Conclui-se que não existe identidade fixa, mas sim, identidades em constante fluxo, isto é, temporárias, ocorrendo nos “entre meios”, ou “fronteiras” como bem pontua Bhabha (2005). Verificou-se, pois, que as identidades não são formadas de modo aleatório, mas são cuidadosamente processadas a partir de estratégias bem elaboradas, com elementos que possam ser comparados com outros presentes na esfera social, em que os indivíduos e grupos formadores estão inseridos. Ademais, notou-se que a identidade é linguagem, podendo, pois, ser potencialmente de natureza manipulativa e política.

Palavras-chave: Identidades; Fronteiras; Estratégias.

Abstract: This work sought to situate and understand how identity processes occur between individuals and/or groups. Therefore, it was necessary to carefully analyze the discussions held by Hall (2006), Costa (2006), Cunha (1985/1986), Dantas (1988); between others. It is concluded that there is no fixed identity, but identities in constant flux, that is, temporary, occurring in the “between means”, or “frontiers”, as Bhabha (2005) rightly points out. It was verified, therefore, that the identities are not formed randomly, but are carefully processed from well-elaborated strategies, with elements that can be compared with others present in the social sphere, in which the individuals and groups that form them are inserted. In addition, it was noted that identity is language and can therefore be potentially manipulative and political in nature.

Keywords: Identities; Borders; Strategies.

¹ Eval Cruz - Mestre em Antropologia (PPGA/UFS); graduado em História pela **Universidade Federal de Sergipe (2008)**. Tem experiência na área de Antropologia das religiões de matrizes africanas, com ênfase em História das Religiões, atuando principalmente nos seguintes temas: candomblé, cultura, identidade e poder.

“Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir” (Coche, 2002, p 183).

I - INTRODUÇÃO

Historicamente, as produções identitárias ocorrem quando há o encontro de indivíduos ou grupos de diferentes civilizações que vão filtrando elementos culturais com os quais se identificam, passando a existir entre as partes, um processo de ressignificação de valores. O período de colonização das Américas e África é, sem dúvida alguma, um bom exemplo para perceber esse fenômeno entre os indivíduos envolvidos no processo colonizador; ademais, a diáspora negra permite-nos perceber que as conexões atlânticas engendraram, em certa medida, e reformularam os valores identitários desses indivíduos e/ou grupos que atravessaram suas fronteiras e aportaram, entre outros lugares, no Brasil – como é o caso de inúmeros africanos que –, como escravos, adentaram em solo brasileiro. A travessia não os impediu de trazerem suas bagagens culturais que incluíam também, sua religião, que aos poucos foi sofrendo modificações influenciada pela civilização europeia – notadamente a portuguesa –, e dos povos indígenas que aqui habitavam e, desse modo, suas práticas religiosas passaram a se diferenciar, de algum modo, daquelas cultuadas na África.

Neste sentido, Bastide afirma que:

[...] da mesma forma, a religião africana tendeu a reconstituir no novo habitat a comunidade aldeã à qual estava ligada e, como não o conseguiu, lançou mão de outros meios; secretou, de algum modo, como um animal vivo, sua própria concha; suscitou grupos originais, ao mesmo tempo semelhantes e, todavia diversos dos agrupamentos africanos. O espírito não pode viver fora da matéria e, se esta lhe falta, ele faz uma nova (BASTIDE, 1960, p.32).

Segundo Cruz (2012), aqui estando os povos africanos, era imprescindível se diferenciarem dos demais grupos e indivíduos presentes no novo mundo em que acabavam de chegar, assim, começaram a processar a construção de suas identidades utilizando, entre outros, sua religião como elemento distintivo. Certamente o percurso para modelar a sua identidade não aconteceu de imediato, mas sim de modo gradual, o que quer dizer que levou um longo tempo até eles poderem manifestar, abertamente, sua visão de mundo religioso. Dentro desse cenário em que estavam inseridos, deve-se dizer que na qualidade de trabalhadores do campo, seus laços com a África vão se enfraquecendo ou “desafricanizando-se” e, à vista disto, a sua religiosidade não tinha grande destaque. Assim, se o campo fez com que perdessem suas raízes africanas, foi nas cidades que houve uma “reafricanização”, sendo, pois, resultante do encontro com “[...] centros de resistência cultural, confrarias ou nação” (BASTIDE, 1960, p.96).

Pode-se afirmar que, seguindo as informações de Silva (2005), os *calundus*² fazia-se presente no cenário social como religião nos centros urbanos até o século XVIII, cultos esses que precederam os atuais terreiros de candomblé na atualidade. Neste sentido, baseado nas pesquisas Bastide (1960), entende-se que posteriormente assinatura da Lei Áurea, que levou a extinção da escravatura no Brasil, os cultos africanos já tinham sofrido alterações significativas e, desse modo, entre os fins do século XIX e início do século XX, essas crenças religiosas passaram a aguçá-la curiosidade de estudiosos, a exemplo do médico psiquiatra e professor, Nina Rodrigues, um dos primeiros a adentrar nesse campo que, mesmo com seu posicionamento de críticas e pelo seu preconceito as religiões africanas, contribuiu com sua pesquisa permitindo, assim, que outros estudiosos entrassem nesse campo de estudo e o investigasse mais apuradamente (CRUZ, 2012).

Entendido que a dispersão do povo africano foi, em grande medida, responsável pelo esfacelamento de alguns traços culturais, levando-os a modificação da rotina desses indivíduos em solo brasileiro e; sabendo que foram inseridos em um universo cultural totalmente diferente daquele em que estavam fixados desde o seu nascimento, sendo-lhes imposta nova conduta moral, trabalho forçado com punições diárias aplicadas pelos portugueses opressores que não os viam como seres humanos e, sim, como animais feitos para aquele tipo de trabalho; mesmo tendo sofrido todo tipo de trauma por consequência da dispersão pelo mundo – que os forçou a deixar tudo para trás sem saber o que os esperava –, os seus princípios religiosos não se apagaram de suas memórias, mas permaneceram intimamente vivos e prontos para se exteriorizarem no primeiro momento que fosse possível. Sua visão de mundo sagrado foi preservada e protegidas em silêncio e no momento certo foi ressignificada para que pudesse se expandir de inúmeras formas pelas várias localidades do Brasil. Assim é que sua visão de mundo religioso se perpetuou e chegou na contemporaneidade cada vez mais forte (CRUZ, 2012).

Por assim ser, pode-se perceber que os africanos seguindo um entendimento coerente ligado a ressignificação de valores identitários, perceberam que não iria prestar culto aos seus deuses de

² *Calundu* é um “termo de origem banto, que ao lado de outros como batuques ou *batucajé* designava e abrangia imprecisamente toda sorte de dança coletiva, cantos e músicas acompanhadas por instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica” (SILVA, 2005, p. 43).

Mau humor, neurastenia, irritação, frenesi. Até meados do século XVIII, era o mesmo que Candomblé ou macumba, festa religiosa dos africanos escravos, com canto e dança ao som do batuque. Gregório de matos citava *calundus*, fins do século XVI: *Que de quilombos que tenho/ Com mestres superlativos,/ Nos quais se ensinam de noite/Os calundus e feitiços* (CASCUDO, 1972, p. 211-212).

igual modo que em terras africanas, nesse sentido, processaram os meios primordiais e o executaram para praticar sua religiosidade de forma similar ao da África que ficou para trás.

Investigando a questão, Bastide esclareceu que:

Os negros brasileiros puderam, dessa forma, transformar os batuques em calundus, organizando-os sobre o tipo das confrarias religiosas africanas, mas como os filhos ou as filhas de santo não eram assim bastante numerosos para constituir, em um novo *habitat*, confrarias separadas, se reuniram na mesma associação. Em torno deste núcleo sólido, que formava como que o centro de gravidade da ‘nação’, outros negros da mesma origem étnica agruparam-se num sistema de inter-relações, organizaram-se, pouco a pouco, com *status* sociais, com hierarquias de graus, de papéis distintivos no interior do grupo segundo a maior ou menor aproximação de cada um com o sagrado. A nova sociedade que assim se formava, modelava-se, pois, sobre categorias místicas. O calundu substituíu ao mesmo tempo as linhagens, destruídas pelo regime de escravidão como pela dispersão de seus membros pelas mais diversas plantações e povoados, diminuídas em número, cuja vida outrora se pautava ao ritmo das estações (BASTIDE, 1960, p. 226).

Cruz (2012) informa que levou um longo tempo para se falar da importância da religião africana no Brasil. Até muito recentemente, quando fazia referências às religiões de origem negra, percebia-se um grande preconceito que se tinham a elas. Por assim ser, percebeu/percebe-se no senso comum, uma visão distorcida dessas religiões, fortalecida notadamente, pela visão cristã que atribuía/atribui a essas práticas religiosas um sentido demoníaco, fortalecendo, pois, para a perpetuação de uma visão deturpada. Na contemporaneidade ainda se capta olhares temerosos em muitas localidades do país, contudo, já se fala mais abeto e positivamente sobre as religiões de origem negras e, talvez, essas transformações no olhar do brasileiro tenham se dado devido a vários eventos que contribuiram para essa nova realidade, como bem saliente Santos:

A presença e a participação dos grupos de candomblé em eventos e espaços públicos tornaram-se o principal meio de divulgação do candomblé, participando da construção da sua identidade religiosa a partir do caráter público e coletivo da festa, em contraposição às representações que o definiam pela dimensão mágica de suas práticas. Na construção dessa nova identidade, vários interesses entraram em jogo: supressão da violência empreendida contra os terreiros, reconhecimento social, construção do prestígio de líderes religiosos, interesses políticos, entre outros (SANTOS, 2005, p.20-21).

Percebe-se, pois, que a participação/aparição de indivíduos ou grupos de religião de matriz africana em espaços públicos – seja através da música, na dança, no teatro, na televisão, ou mesmo na aparição e apresentação de grupos folclóricos ou parafolclóricos, entre outros –, colaborou significante para diminuir a visão preconceituosa dessas religiões, apesar desse preconceito ainda ser bem forte no nosso país. Os descendentes dos povos africanos no Brasil – que não são poucos –, com sua visão de mundo e identidade que abraçam; deveriam/devem ser vistos, aceitos e respeitados por todos, como parte integrante da sociedade brasileira, sem a aversão que se tem a essas pessoas e a sua visão de mundo. Deste modo, entende Santos (2005, p.21), que: “Os negros descendentes sempre

souberam usar a seu favor o poder de atração de seus cultos, seja para se contrapor ou para estabelecer diálogos e alianças com os segmentos que insistiam em subjugar-los”.

Embora na contemporaneidade haja muitos conflitos envolvendo os indivíduos de origem negra, pelo simples fato da sua cor de pele e/ou prática religiosa, entre outros; há um movimento de mudança na conduta de uma certa parcela do povo brasileiro, que se reconhece e protege a relevância de usarem a religiosidade de matriz africana como elemento distintivo, tal qual fizeram seus ancestrais e, desse modo o faz, com o objetivo de expandir seus conhecimentos às gerações futuras, perpetuando, assim, essa visão de mundo sagrado. Seguindo por esse entendimento, pode-se afirmar que a identidade é de grande relevância, uma vez que, ela identifica indivíduos/grupos, diferenciando uns dos outros; ela é engendradora nos “*interstícios da conjuntura social*”, sendo seu primeiro objetivo marcar fronteira. “Nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção *nós/eles*, baseado na diferença cultural” (COUCHE, 2002, p.177). Assim entendido, deve-se dizer também que o mundo pós-colonial passa por mudanças significativas, levando as velhas identidades que antes “estabilizavam o mundo” entrarem em crise, tornando-se este um momento histórico marcado, sobretudo, “[...] pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento” (WOODWARD, 2011, p.25).

Por sua complexidade, para se compreender mais detalhadamente a discussão que vem sendo arrolada, é imprescindível voltarmos para as discussões que foram travadas por Hall (2006), Bhabha (2005) e Costa (2006), sobre o tema e, por assim ser, esse se torna o primeiro objetivo do texto; contudo, pretende-se, também, ao longo das argumentações, examinar os recursos na escolha dos elementos distintivos na/para produção das identidades.

II - IDENTIDADE EM TRÂNSITO

Ao discutir a questão da identidade, Hall (2006) afirma que as velhas identidades estão entrando em declínio em decorrência dos amplos processos de mudança estrutural porque passam as sociedades modernas, estremecendo assim, as sólidas referências culturais presentes na esfera social e usada pelos indivíduos como referencial identitário. A esse respeito, afirma:

[...] Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descontração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de sim mesmo – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (HALL, 2006, p.9)

Diante da complexa crise pela qual passa a identidades culturais, o sujeito pós-moderno se desloca a todo o momento, já que a identidade é constituída e destituída a todo instante. Sendo assim, possuir uma “[...] identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p.13). O que a estrutura social oferece aos indivíduos e grupos é uma variedade de identidades com as quais os sujeitos possam se identificar, mesmo que seja por um breve período. Isso ocorre porque os processos de mudança nas sociedades modernas são rápidos e contínuos e, deste modo, antes que o sujeito tome determinado símbolo social como referencial fixo no espaço e no tempo, outros elementos identitário lhe são apresentados.

Por sua vez, Bhabha (2005) em *O Local da Cultura*, dá ênfase à questão da identidade ao falar das fronteiras logo ao iniciar o texto introdutório a obra, quando diz que é “[...] o tropo dos nossos tempos colocar a questão da cultura na esfera do além” (BHABHA, 2005, p.19). Aqui, o “além” a que Bhabha se refere, não deve ser entendido como o futuro ou o abandono do passado, mas um local de trânsito onde se encontram, no espaço e no tempo, os mais diversos tipos de sujeitos que se cruzam para formar “[...] figuras complexas de diferença e identidade [...]” (BHABHA, 2005, p.19).

Os sujeitos presentes nas fronteiras não abandonam os elementos culturais que carregam consigo, nem desprezam os que estão diante dele, por isso a fronteira é um local de interação onde os indivíduos não deixam de estar “[...] aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para frente e para trás” (BHABHA, 2005, p.19) ao mesmo tempo. Assim, entende-se que os agentes situados nesta esfera que se encontra em constante movimento de inter-relação, podem viver em meio a uma *pluralidade cultural*, pois o que eles buscam é marcar a fronteira e, portanto, se diferenciar do outro, mesmo que esta diferenciação seja por um breve período.

Já Costa (2006, p.92), aponta para o fato de Bhabha defender a ideia de que o indivíduo é definido entre as diferenças que permeiam os “entre - meios” e não pela “polaridade dentro/fora”. Sendo assim, abandona por completo a ideia de um sujeito preso e identificado por laços fixos a um lugar nas estruturas sociais, o sujeito aqui é *transitório*, está em constante mudança. “A diferença é construída, no processo mesmo de sua manifestação, ela não é uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, é um fluxo de representações, articuladas *ad hoc*, nas entrelinhas das identidades externas [...]”.

Assim percebido, entende-se que os sujeitos em Bhabha são “sempre provisórios” e não devem ser “definidos” por uma conexão a um “lugar” na estrutura social ou identificado por um conjunto de ideias. A identidade desses indivíduos emerge dada a circunstâncias onde se encontram, isto é, a identidade desses sujeitos será sempre construída nas fronteiras. Neste sentido esclarece:

[...] A rigor, Bhabha evita a remissão à ideia de um sujeito que seja definido pelo vínculo a um lugar na estrutura social ou que seja caracterizado pela defesa de um conjunto determinado de ideias. O sujeito é sempre um sujeito provisório, circunstancial e cingido entre um sujeito falante e um sujeito ‘falado’, reflexivo. O segundo nunca alcança o primeiro, só pode sucedê-lo. Isso, contudo, não implica a impossibilidade da resistência à dominação (COSTA, 2006, p.93).

De acordo com informações de Cruz (2012), a antropóloga Cunha (1986) se debruça e argumenta sobre o tema, “(...) a partir do movimento de retorno de brasileiros iorubanos, que ‘*libertos ou alforriados*’ voltaram a seu país de origem, a Nigéria (Cruz 2012, p.52-53). A estudiosa constatou que àqueles indivíduos que votaram a Nigéria, permaneciam identificando-se como brasileiros, o que a levou a questionar tal procedimento. A primeira resposta para seu questionamento residia no fato de que as comunidades aldeãs com as quais esses sujeitos preservavam algum tipo de vínculo, localizavam-se no interior do país e em conflito, por essa razão o acesso as localidades eram dificultadas. Outra resposta sobre o questionamento da antropóloga, sobre o motivo que levavam esses brasileiros de retorno ao país dos seus ancestrais, talvez nos seja dado por Guran (2001) ao se reportar aqueles de descendência africana que regressaram ao Benim, também na África.

Ele destaca e, portanto, corrobora com a questão em foco, quando informa que aqueles indivíduos que retornavam a África, naquele momento, não eram mais vistos como um dentre os autóctones; seus laços familiares haviam se perdido e a língua já não era a mesma. O antigo escravo, reencontra a terra dos seus ancestrais, volta ao porto em que foram embarcados; estar, mas não se encontra mais na realidade que presenciam. Neste sentido, entende-se que:

“[...] ao chegar à África não era mais aquele indivíduo filho de fulano, casado com sicrana, natural de tal aldeia e súdito de tal rei. Na verdade, todos os seus laços familiares e sociais tinham sido cortados pela escravatura, o que fez dele, uma vez de retorno, uma espécie de *africano genérico*. (...) outro aspecto importante a ser considerado é que ele volta, normalmente, ao porto onde foi embarcado para o Brasil e acaba ficando por ali mesmo, já que a sua aldeia ou seu meio social de origem está completamente mudado, se é que não desapareceu de todo. (GURAN, 2001, p.13).

Percebe-se, pois, que havendo sofrida toda influência cultural do meio em que viviam, em retorno a África, esses sujeitos eram tão somente ex-escravos e, por assim ser, encontravam-se novamente na *fronteira*; local em que mais uma vez eles se deslocam juntamente com outros com os quais se identificam e, juntos, processam uma *identidade* díspares daquela do novo *habitat*. Por esse viés, a justificativa apresentada por Guran (2001), para destacar a *identidade* dos brasileiros que voltaram ao Benim, possa ser empregada para responder o questionamento que fizera Cunha (1986) sobre os também brasileiros que retornaram a Nigéria. Seguindo esse entendimento, no que tange a *Identidade*, Cunha acertadamente argumentou:

O que se ganhou com os estudos sobre a etnicidade foi à noção precisa de que a identidade é construída de maneira situacional e por contraste, ou seja, que ela constitui uma resposta política a uma determinada conjuntura, uma resposta articulada com as outras identidades envolvidas, com as quais forma um sistema (CUNHA, 1985, p.206).

Deve-se ressaltar que, os “descendentes de brasileiros” vão processando sua *identidade* com elementos culturais que os façam diferentes. Esses elementos distintivos, não são selecionados de modo aleatório, antes, pois, são cuidadosamente escolhidos conforme àqueles, presentes e comparáveis, na sociedade em que estão. Por este entendimento, Cunha (1986), informa que para engendrar sua *identidade*, os indivíduos ou mesmo os grupos, tiram de sua cultura componentes marcantes usando-os como elementos distintivos. Para a estudiosa, esses atores não “[...] levam para a diáspora todos os seus pertences. Manda-se buscar o que é operativo para servir ao contraste” (CUNHA, 1986, p.101). Em Lagos – Nigéria – os brasileiros escolheram alguns traços distintivos como a religião, as construções, a língua, as comidas, as festas, as celebrações, entre outras. Deve-se esclarecer, também, que muitos desses indivíduos poderiam assumir uma *identidade* provisória, caso estivesse diante de uma situação que lhes fosse favorável. Neste sentido, indivíduos ou grupos “[...] compartilham uma *identidade* porque também compartilham interesses econômicos e políticos. Organizam-se em grupos que possam disputar com grupos rivais o acesso às fontes de recursos” (CUNHA, 1986, p.89). Assim esclarecido, a passagem de Cunha expande-nos mais um entendimento como terceira justificativa para esclarecer o motivo pelo qual esses sujeitos continuavam a se identificar como brasileiros na África.

Observando o pensamento de Cunha (1986), ao discutir a identidade com base no deslocamento dos brasileiros que retornaram a Nigéria e, analisando a “*Irmandade Santa Bárbara Virgem*”³, pode-se entender como o grupo cunhou suas estratégias para se alicerçar como uma religião com uma *identidade* exclusiva, distinto de outras manifestações religiosas afro-brasileiras fixadas naquela localidade e no país. Assim, seguindo Cruz (2012, p.52), entende-se que:

“[...] cingidos por um discurso de pureza – pureza no sentido de não terem se misturado aos torés como fizeram outros terreiros da cidade que, tendo assim agido, se desencaminharam da “pureza africana” e levaram para dentro de suas casas a desordem –, o grupo procura preservar apenas os ensinamentos que foram transmitidos pelos africanos, fugindo do que eles chamam de “misturas” (Toré/Caboclo). Contudo é importante ater-se ao fato de que por este entendimento de pureza, os cultos afro-brasileiros na cidade de Laranjeiras, ficaram divididos em dois grupos: o Nagô – considerado “puro” e os “Tores/caboclos”, vistos pelos membros da “Irmandade Santa Bárbara Virgem” como “impuros”.

³ Religião de matriz africana que, pelas suas peculiaridades, seus integrantes não a considera Candomblé – Laranjeiras/SE.

Examinando a questão, Dantas (1988) afirma que – para os pertencentes ao Nagô de Laranjeiras/SE – aqueles adeptos dos e/ou mesmo os próprios Tores⁴, são vistos como inferiores em relação aos Nagôs. Em seus centros religiosos, permeia todo tipo de pessoas, sendo lugar de “amoralidade”, do “vício”, onde se “trabalha para o mal”. Portanto, há a “desordem” e a “mistura”, a “impureza”. Por este viés, evidencia-se, segundo Dantas (1988, 126-128), que os Torés, são relacionados “[...] com o Mal, o que pode ser resumido na seguinte expressão: trabalhar com Exu para prejudicar os outros”.

Se por um lado os Tores são vistos como impuros por, entre outras coisas “trabalharem para o mal”, o Nagô em questão, se vê como “puros”, por rememorar as tradições, cultuando somente os orixás africanos. Por assim entenderem, segundo Cruz (2012), em seus centros religiosos há o inverso do que há nos Torés/Caboclos, ou seja, a “moralidade”, a “ordem” a “virtude” e o “trabalho para o bem”. Logo, é imprescindível – entre o grupo –, que este entendimento se mantenha vivo. “É como se disse: o meu poder é legítimo, porque é africano ‘puro’ e trabalha em nome do bem; o poder do outro é ilegítimo, porque é ‘misturado’ e trabalha em nome do mal”. (DANTAS, 1988, p. 129)

No intuito de manter a ligação com seus ancestrais africanos, Cruz (2012) destaca que a Irmandade – ou mesmo Nagô de *Bilina* –, como muitos o chamam, diz manter figuras representativas vindas da África, das entidades mágicas cultuadas ali, aumentado com isso, segundo Dantas (1988, p.69), a ligação com seus ancestrais:

Por essa via a narrativa liga o presente ao passado e remete à África. Esta é a fonte de legitimidade do terreiro e de sua dirigente. É à base da ideia de continuidade e fidelidade à África que se constrói a ‘pureza’, sinal que o distingue dos torés ‘misturados’ da cidade, nos dias de hoje, conferindo ao terreiro e à sua dirigente uma posição de destaque na escala de prestígio em que são ordenados os centros de culto de segmento afro-brasileiro local.

Tanto Dantas (1988) quanto Cruz (2012) arrolam as principais diferenças que marcam esse grupo religioso em relação a outros na cidade, e assim, percebe-se o quanto os pioneiros do grupo foram cuidadosos na escolha de seus elementos identitários. Por assim ser, vê-se que:

Os fundadores do grupo escolheram outros elementos diacríticos na construção de sua identidade, entre os mais importantes estão: a feitura de santo, a religião católica e as roupas que seus fiéis usam nos rituais. Os trajes usados nas cerimônias são calça e camisa brancas para os homens e saia e blusa para as mulheres, muito diferentes das grandes saias rodadas e coloridas, presentes em outros terreiros da cidade. Outro elemento importante, citado por Dantas (1988) e que precisa ser lembrado é o ritual de iniciação ao grupo, chamado pelos integrantes da casa de “*batismo*”. Ao contrário de outras vertentes afro-brasileiras, nas quais o noviço se recolhe para este rito de passagem, na “*Irmandade Santa Bárbara*” não há a reclusão, a raspagem da cabeça

⁴ Torés: “Terreiro de caboclo. Aquele que mistura tradições **rituais diversas**” (DANTAS, 1988, p.262).

e nem o derramamento de sangue de animais. Aqui, a cerimônia é simples e o neófito deve ser *católico* (CRUZ, 2012, p.53)

Pela passagem acima, vê-se que um dos elementos diacríticos adotados pelo grupo foi a religião católica. Cruz (2012) destaca que a escolha desse elemento distintivo foi acertada, pois durante o período de proibição a este tipo de culto, a religião católica passa a ser um diferencial nesse terreiro. Associada a questão, tem-se ainda o grupo das Taieras⁵, que segundo ele, mantém uma relação de proximidade com o catolicismo, uma vez que, o grupo participa de vários festejos durante o ano. Assim, ao participarem das festas religiosas com a comunidade local, o grupo se aproxima – levando consigo o Nagô –, incluindo-o, assim, no contexto cultural da cidade. Por este entendimento, percebe-se que a aparição do grupo – liderado pela sacerdotisa do terreiro, com suas músicas, roupas e instrumentos próprios –, nas festas católicas da comunidade local; contribuiu consideravelmente para reduzir o preconceito a uma religião de matriz africana. A esse respeito, Dantas (1988, p. 224- 228), esclarece que:

Setores brancos que poderiam mostrar-se indiferentes, ou mesmo agressivos em relação ao Xangô, sujeito ainda a estigmatização, são ‘domesticados’ através da Taieira. Esta integra o conjunto das tradições populares da cidade, ou seja, as partes da cultura recortadas para a valorização. (...) As relações de cordialidade entre o terreiro nagô e o agente local da igreja católica assentam numa situação de compromisso, em que a exclusividade da igreja católica, naquilo que se pretende realmente exclusiva, não se sente ameaçada pela ‘tradição africana’; doutro lado, o nagô não vê o catolicismo como rival, mas antes como religião que deve ser de todos e à qual o nagô se acrescenta.

Deve-se dizer que a argumentação arrolada até aqui, serviu/serve para destacar como a identidade é produzida e quais foram os elementos distintivos usados pelo grupo religioso em destaque – *Irmandade Santa Bárbara Virgem* – ou simplesmente o Nagô de Bilina, para se alicerçar como religião com o respeito da sociedade local. É bem verdade que todo esse processo não se deu de uma hora para outra, ele foi acontecendo aos poucos e ganhando seus próprios contornos marcados por uma identidade própria e construída na fronteira.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se dizer que a questão aqui levantada – produção das identidades e recursos escolhidos para/na sua elaboração –, continua aberta, pois, pela sua complexibilidade há muito ainda a se dizer, principalmente quando se busca compreender a identidade cultural na contemporaneidade. Por assim entender, a discussão aqui destacada teve por objetivo traçar essa questão a partir das argumentações

⁵ Grupo folclórico mantido pela *Irmandade Santa Bárbara Virgem* – Laranjeiras/SE

travadas por Hall (2006), Bhabha (2005) e Costa (2006). Salientando igualmente as colaborações relevantes das antropólogas Cunha (1985/1986) e Dantas (1988) que destacam a importância das estratégias na constituição das identidades.

Assim entendido, percebeu-se que as “velhas” identidades passam por uma crise em virtude das transformações estruturais por que passa o mundo contemporâneo. As mudanças, que são constantes e muito rápidas, permeiam os vários seguimentos da/na sociedade. Transformações presentes na política, na economia, atingido, assim, a identidade cultural em escalas não só global, mas nacional, local e até individual. (Woodward, 2009). Por assim ser, entende-se que, na contemporaneidade, os agentes vivem diante de uma multiplicidade cultural com a qual ele lida e convive sem tantas dificuldades. Por assim ser, diante dessa conjuntura, não existe identidade fixa, mas preferível afirmar que identidade em constante fluxo, que são formadas nos “entre meios” das fronteiras, local para onde se deslocam os vários tipos de sujeitos e, ali, se cruzam e fazem nascer as várias diferenças indenitárias.

Observou-se, pois, que as identidades são pensadas, elaboradas e processadas com base em artifícios cuidadosamente elaborados com outros elementos com os quais possam ser comparados e estão presentes na estrutura social no qual os grupos ou indivíduos estão presentes. Logo, conclui-se que seu processo de constituição não é aleatório. Assim, acompanhando o pensamento Cunha (1986, p.99) sobre a etnicidade, aqui pode se dizer que ela poder ser compreendida “como forma de organização política e uma linguagem”. No que tange a linguagem, ela permite “a comunicação”, potencialmente com/de natureza “manipulativa”; já no que se refere a “organização política”, ela só vai acontecer num “meio” mais espaçoso “[...] e é esse meio mais amplo que fornece os quadros e as categorias dessa linguagem”.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: pioneira, 1960a, v.1.

_____. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: pioneira, 1960b, v.2.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CASCUDO, Luís Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*, 3ª. ed.r.a., Brasília,INL, 1972.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed.Bauru: EDUSC, 2002.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *"Religião, Comércio e Etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em lagos no século XIX" & "Etnicidaide: da cultura residual mas irredutível"*. In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- _____. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Gal, 1988.
- CRUZ, Eval. *Sacerdotisa em Laranjeiras/SE: trajetória e recursos na ocupação de um espaço de poder e dominação*. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe –, São Cristóvão, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/browse?type=author&value=Cruz%2C+Eval> . Em 13/01/2023.
- GURAN, Milton. *Africanos no Brasil e "Brasileiros" na África: os "Agudás" do Benim*. Rio de Janeiro: Educam 2001.
- HAALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- SANTOS, Eufrásia Cristina Menezes. *Religião e Espetáculo (análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé)* São Paulo, 2005. Tese de doutorado.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira* 2ª ed. São Paulo: Selo negro, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos Culturais*. 10ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PAULO FREIRE HISTORIADOR: O “LUGAR” DA HISTÓRIA NA CONSTITUIÇÃO DA PRÁXIS FREIREANA DE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PAULO FREIRE HISTORY: THE “PLACE” OF HISTORY IN THE CONSTITUTION OF
FREIREAN PRAXIS OF A LIBERATING EDUCATION AND ITS IMPORTANCE FOR
HUMAN RIGHTS EDUCATION

Eliakin Ramos Moura da Silva¹

Resumo: O presente artigo, o qual foi fruto de uma atividade para a disciplina optativa de "Educação em Paulo Freire", do Programa de Pós-graduação de Mestrado em Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba, aborda a questão da História e da sua importância na práxis e no pensamento pedagógico de Paulo Freire. Com efeito, o objetivo do presente texto aponta como a História e o Ensino de História podem se articular à uma educação freireana e promover uma Educação em Direitos Humanos no espaço escolar. Para isso, iremos nos debruçar teórica e metodologicamente nas principais formulações conceituais freireanas, assim como sobre a História e o Ensino de História no Brasil e sobre a historicidade da Educação em Direitos Humanos no Brasil, com vistas a apontar possibilidades de caminho didático-metodológica para a efetivação de uma Educação em Direitos Humanos no espaço escolar, articulando o Ensino de História à práxis freireana.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Ensino de História; Paulo Freire.

Abstract: This article, which was the result of an activity for the optional subject "Education in Paulo Freire", of the Graduate Program of Masters in Human Rights, at the Federal University of Paraíba, addresses the issue of History and its importance in praxis and in the pedagogical thought of Paulo Freire. Indeed, the objective of this text points out how History and the Teaching of History can be linked to a Freirean education and promote an Education in Human Rights in the school space. For this, we will theoretically and methodologically focus on Freire's main conceptual formulations, as well as on History and the Teaching of History in Brazil and on the historicity of Education in Human Rights in Brazil, with a view to pointing out possibilities for a didactic-methodological path to the realization of an Education in Human Rights in the school space, articulating the Teaching of History to Freire's praxis.

Keywords: Human Rights Education; History Teaching; Paulo Freire.

¹Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: aramos.eliakin@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação percorre todo o nosso processo histórico no (e pelo) mundo. Nesse sentido, enquanto agentes históricos, já desde cedo, nossos antepassados moldaram instrumentos e ferramentas em seu processo de adaptação e sobrevivência em um mundo de constantes mudanças climáticas e geológicas. Através da educação, seja ela voluntária ou involuntária, através da dedução ou da articulação crítica de questionamentos e tensões, reconfiguramos nossas práticas e ações sociais no tempo presente e espaços históricos.

Através dela, pudemos, por exemplo, ao longo de nosso processo evolutivo, manipular o uso do fogo, construir instrumentos de caça e coleta e, com isso, modificar nossas relações sociais mediante nossa produção material e articulá-la ao nosso modo de vida social. Nesse sentido, educar é um ato de formação de consciência imbuído de valores e conhecimentos, formais ou não formais, que ampliam nossa capacidade de compreensão sobre o mundo e sobre a própria vida em sociedade.

Nessa perspectiva, a história nos permite compreender mudanças e permanências, fazer comparações entre o ontem e o hoje, nos orientar enquanto sujeitos históricos de uma determinada sociedade, região ou país, bem como nos capacitar de nosso papel enquanto sujeitos históricos de direitos, orientando grupos sociais historicamente escamoteados de seus direitos a se organizarem, de forma ativa, no empoderamento e reparação de suas demandas na (e em) sociedade.

Nesse sentido, o presente artigo irá tratar sobre como o pensamento histórico – a história – irá se fazer presente nas proposições teóricas do professor mestre Paulo Freire, evidenciando as contribuições científicas desse campo de ensino na pedagogia freireana. Para isso, iremos nos debruçar sobre o conceito de história e de como esse campo de ensino se revela na pedagogia freireana. Em segundo lugar, vamos analisar como essa pedagogia à luz de Paulo Freire, alicerçada em interdisciplinaridade com a história, pode sedimentar caminhos para a educação em direitos humanos no Brasil, em especial, no espaço escolar.

DEFININDO O QUE É A HISTÓRIA

A História, enquanto ciência terá sua gênese no clímax nacionalista e dos grandes impérios do século XIX, mais precisamente no continente europeu. Com efeito, o seu nascimento terá como influência as correntes ideológicas da época, qual seja, os ideais positivistas fundamentados na questão da racionalidade aferida pelos cálculos, notas, registros, dados.

Tal como elas, a História também nasce influenciada sob os padrões científicos da sua época, e o que conferiu à ela a cientificidade foi a questão do rigor no trato e no método de pesquisa com as fontes históricas. Conforme apontam Langlois e Seignobos (2006), a legitimidade da História,

enquanto campo científico está fundada nessa questão no trato com as fontes, sendo então qualquer documento feito pelos historiadores da época, como importantes e, considerado irrefutáveis, pela questão do rigor, do trato racional/metódico dado pelos historiadores para com as fontes históricas.

Também outra característica da História enquanto ciência recém-criada no século XX por Langlois e Seignobos é a questão de que os sujeitos históricos retratados por essa narrativa eram homens brancos, héteros e de grandes feitos históricos. Nesse sentido, políticos, chefes de nação, militares e até lendas nacionais foram figuras que, na visão histórica proposta por Langlois e Seignobos, deveriam estar nos anais da História (SILVA, 2006).

Nesse sentido, não por acaso que vemos, na história do Brasil, a rememoração aos “tido como” grandes homens em monumentos, praças, desfiles cívicos e até na memória história nacional, com o predomínio de figuras como Tiradentes, D. Pedro I e II, generais militares como Floriano Peixoto, General Osório, e figuras como Domingos Jorge Velho, Anhanguera entre outros.

Ora, uma leitura crítica e minimamente sensível sob esse panorama iria se questionar sobre a presença das mulheres nesse tipo de história, ou de grupos sociais menos abastados, e mesmo ainda de aspectos e características históricas que são próprias de alguns povos, como os povos indígenas, que apesar de não possuírem um sistema formal de escrita, possuem uma riquíssima história.

Será, a partir disso, que na década de 1920, Marc Bloch, em parceria com Henri Febvre irá criar a Escola dos Annales. Esta fora um periódico científico que traria um novo conceito do que seria a história e de como essa ciência deveria fundamentar o seu método de pesquisa.

Para Bloch (2003), a História seria a ciência dos homens no tempo. Ou seja, enquanto houver raça humana, haverá história. Com efeito, o tempo a que se refere Marc Bloch, diferentemente dos historiadores da Escola Metódica, não é o tempo cronológico-linear, mas, antes, o tempo da longa duração, dos espaços afetivos, da memória, da resistência, da aglutinação. Enfim, ao fazer a seguinte afirmação, Marc Bloch superará², então, os seus antecessores e trará à tona o conceito de história que é, em sua grande maioria, utilizado tanto na academia quanto nas salas de aula das escolas públicas e privadas de ensino.

² Nota de rodapé explicativa: ao longo do presente artigo, a palavra superar será utilizado no sentido de trazer um novo tipo de ângulo, vista, método ou trabalho sobre determinada temática sem, contudo, abandonar as contribuições teóricas ditas clássicas de determinada ciência. No nosso caso, não há como negar a importância de Charles Langlois e Charles Seignobos no que se refere à importância dada ao método histórico de investigação e pesquisa mediante o uso e registro de cada fonte. Todavia, o que faz Marc Bloch superar os clássicos é a ampliação que ele dá, tanto das fontes históricas, quanto dos caminhos metodológicos que podem ser trabalhados pelo historiador no processo de investigação histórica.

A PEDAGOGIA PAULO FREIRE

Paulo Freire foi um educador pernambucano que ficou conhecido por elaborar um método de alfabetização popular, criado e aplicado no interior do Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Angicos no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Em seu método de alfabetização, direcionado para o público adulto, Paulo Freire articulava os conhecimentos do público discente (o seu conhecimento empírico, de vida) com a realidade concreta do contexto atual interno e externo, do cotidiano dos alunos, do país e fora dele.

Não obstante, outra característica – quiçá a mais marcante do pensamento freireano – era o contraponto de seu modelo educacional com o método de alfabetização presente no Estado brasileiro na época. Neste, a educação era caracterizada como “bancária”, mecanizada, voltada para disciplinar e qualificar os educandos para o mundo do trabalho, sem espaço para crítica ou contestação dos conteúdos ou da própria condição subordinada dos alunos frente aos seus professores.

Nas antípodas desse pensamento, a pedagogia freireana irá considerar o conhecimento prévio e empírico do aluno no processo de construção do conhecimento e da alfabetização. Mais. No método de alfabetização freireano, a criticidade será promovida no público discente. A esse respeito, Freire irá afirmar que “não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1967, p.104).

O sucesso desse método pedagógico fez o governo do então presidente João Goulart introduzir e ampliar nas reformas de base o método Paulo Freire de alfabetização, em um Plano Nacional de Educação. Entretanto, diante dos avanços progressistas no país, como a estatização das empresas estrangeiras, a aproximação do governo com os setores populares e trabalhistas, assim como a Reforma Agrária, provocaram o descontentamento das classes mais abastadas do país que, temerosas com a possibilidade de uma considerável mudança na estrutura social brasileira, promoveram e aplicaram um golpe de Estado, que abortou todos os avanços progressistas criados e aplicados no governo do então João Goulart, colocando o país em um regime ditatorial militar³ que durariam 21 anos, fato que irá resultar na concentração de renda e aumento da desigualdade social do país e precarização do ensino público brasileiro e, por consequência, da educação. Ademais, os críticos do regime autoritário que se implantara no país ou optaram pela luta armada ou foram exilados em outros países, como sucedeu com Paulo Freire (2003).

³ A respeito desse contexto histórico, vários autores versam sobre essa narrativa. Em nosso artigo, iremos utilizar as considerações do professor Jorge Ferreira a respeito desse importante e triste fato histórico, que pode ser encontrado na seguinte obra: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: *O Brasil Republicano*; vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EDUCANDO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O tema da Educação em Direitos Humanos no Brasil irá tomar espaço formal no ensino através da ditadura militar. O contexto de repressão política, social e econômica, bem como a própria violação da integridade física, foi ganhando espaço nas comissões de Direitos Humanos da época, sendo agregadas também aos debates e teses acadêmicas, matérias de jornais, os quais foram se enraizando e se solidificando no debate civil (CANDAUI, 2007).

Com o retorno da ordem democrática no final dos anos 1980, a Educação em Direitos Humanos esteve ligada às questões relacionadas à violência urbana, a situação da vida urbana urbana nos grandes centros econômicos do país, à segurança pública, à precarização das condições de trabalho entre outros.

Diante disso, conforme Maria de Nazaré Zenaide afirma,

A educação em e para os Direitos Humanos aparece como uma forma de mediação e cultura, de resistência às formas de opressão e violências, mas ao mesmo tempo, de processos subjetivos e culturais que crie uma base para a mudança de mentalidades. (ZENAIDE, 2018, p. 280).

Entretanto, a sua inserção no ambiente escolar, contudo, foi mediado através de abordagens mais gerais, transversalizados em temas como democracia, cidadania, liberdade, identidade, diversidade, nunca como campo de saber específico dentro do ambiente escolar, além também de palestras, trabalhos e seminários sobre esses temas.

Tal fato não é tão distante do que também ocorreu nos países vizinhos ao Brasil, onde a Educação em Direitos Humanos percorreu semelhante caminho. Na década de 1980, a Educação em Direitos Humanos na América Latina, e por assim dizer no Brasil, esteve basicamente voltada para o retorno da ordem democrática (SADER, 2007).

Com efeito, dado o fim dos regimes militares na América Latina, a educação em direitos humanos teve como obstáculo ao seu desenvolvimento pleno as políticas neoliberais, as quais, dada a participação mínima do Estado na sociedade, viu a questão da educação em direitos humanos se fragmentarem, a neutralizarem o potencial efetivo em sua estrutura, sendo, de fato trabalhada mesmo nos regimes democráticos neoliberais nos países latino-americanos, porém, de forma superficial, travestida ora como direitos do consumidor, direitos no trânsito, direito ao lazer, direito à saúde entre outros (SADER, 2007).

Assim, se é verdade que a questão dos Direitos Humanos é tratada e discutida, mesmo em uma conjuntura política neoliberal, é também verdade que essa discussão se fragmenta, debatendo mais a importância e validade de alguns Direitos Humanos sobre outros, gerando, com isso, um esvaziamento em torno da questão dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, a própria Educação em Direitos Humanos, no ambiente escolar, irá ter como possibilidade de discussão e trabalho em salas de aula temas mais gerais que envolvam a cidadania, a participação política, a igualdade, diversidade, democracia etc, na transversalidade e diálogo com disciplinas como história, geografia, filosofia, sociologia.

Não obstante, para além desses limites, a Educação em Direitos Humanos ainda possui outra dificuldade, pois não são todas as escolas, professores e currículos escolares que se predispõem a uma discussão em torno de uma Educação em Direitos Humanos, motivo pelo qual o próprio saber do que seja direitos humanos é tão difundido de forma errônea (CANDAU, 2007).

O “LUGAR” DA HISTÓRIA NA PEDAGOGIA PAULO FREIRE

Como vimos, Paulo Freire é um dos maiores teóricos e educadores brasileiros. Indubitavelmente suas contribuições permanecem atuais e ajudam a compreender questões atuais e fomentar novas proposições e questionamentos. Todavia, a educação no Brasil é também palco de intensas disputas e contradições do próprio campo político.

Sendo assim, avanços significativos na esfera educacional podem avançar ou recuar, devendo ser compreendidos no tempo e espaço de cada contexto histórico de governos que estiveram à frente do Executivo nacional. Nesse sentido, quando analisamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, por exemplo, observamos que o referido dispositivo normativo educacional, apesar de apontar valores e atributos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) no artigo terceiro, como por exemplo, a igualdade de condições e acesso para permanência da escola, ou ainda, a liberdade de aprender, ensinar e o respeito ao pluralismo de ideias, excluiu uma considerável quantidade de professores da rede básica de ensino do processo formativo da LDB, além das várias alterações que o projeto original sofreu no Congresso Nacional sem a consulta aos professores, alinhando à educação pública brasileira sob a égide do neoliberalismo.

Assim, diante das vicissitudes da educação diante do sentido das ações que o Executivo nacional irá dar sobre ela, avanços e retrocessos podem se colocar sob o seu horizonte. Diante disso, como podemos ensinar um projeto de educação inclusiva? Como construir uma proposta de Educação em Direitos Humanos diante dessa inexorável realidade concreta? Como articular a práxis freireiana com a realidade concreta do contexto escolar e com as políticas educacionais presentes para um projeto de educação humana?

Acreditamos que o Ensino de História se articula com a práxis freireana de um ensino de uma Educação em Direitos Humanos no espaço escolar, pois o Ensino de História, ao tratar do estudo das ações humanas ao longo do tempo, colocará em análise os elementos essenciais para a Educação em Direitos Humanos, a saber, formação de sujeitos de direitos, a partir de práticas de empoderamento

em torno desses sujeitos e o fomento de uma “Educação Para Nunca Mais”⁴, que rompa com o silêncio e a impunidade ainda presente em nossa sociedade.

Nesse sentido, à luz de Luís Fernando Cerri (2011), observa-se a importância do Ensino de História na constituição da consciência histórica para homens e mulheres na sociedade. Ao tratar sobre a conquista das cotas raciais, o autor irá afirmar que:

A efetivação de cotas raciais é demonstração de um debate nacional sobre o passado: para que fossem aceitas, foi preciso que pessoas em postos-chave da administração de muitas instituições estivessem convencidas de que a condição de negro está associada a desvantagens pessoais comprovadas estatisticamente; de que essas desvantagens se ligam a um tratamento historicamente desfavorável, devido a instituições e práticas racistas; de que políticas universais (o tratamento igual aos desiguais) não superaram as indiferenças e, por fim, de que o projeto nacional brasileiro não comporta que essas situações permaneçam. A negação ou a indiferença a todas essas teses ainda marca parcelas expressivas da sociedade brasileira, mas a criação e a manutenção de políticas afirmativas mostram um deslocamento das opiniões sobre a identidade, o passado e o futuro da nação que, por sua vez, conduzem a determinadas decisões e investimentos no presente. E esse movimento não decorre de outra coisa senão de deslocamentos na aprendizagem e no ensino de história, em parte dentro da escola, em parte no debate proporcionado pelos movimentos sociais, pelas ações de parlamentares e administradores ou junto a eles e pelo debate público geral. (CERRI, 2011, p.12-13).

Ao tratar sobre a importância da conscientização, Paulo Freire irá afirmar que:

Possibilita inserir-se no processo histórico como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação. Além disso, caracteriza-se como um processo em que os seres humanos são desafiados pela dramaticidade do seu momento atual, “se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais [...] e, ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta, do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas. (FREIRE, 2005, p. 31).

À luz do trecho acima, Paulo Freire nos mostra a importância da historicidade no processo de conscientização do homem e sua consequente libertação do conhecimento abstrato para o conhecimento concreto, real. Além disso, vemos em Paulo Freire que essa conscientização é necessária para que os homens se identifiquem enquanto sujeitos de direitos.

Outra dimensão de Paulo Freire historiador pode ser encontrada em “Educação como prática de liberdade”. Ao falar sobre os métodos educacionais de alfabetização, Freire irá apontar a necessidade de um olhar amplo sobre o educando, que compreenda o seu lugar social na história, na sociedade e no mundo em que ele está inserido. Afirma o referido autor que:

⁴ O conceito de *Educação Para Nunca Mais*, segundo Vera Lúcia, Candau, é um tipo de Educação que promove o sentido histórico, a importância da memória em lugar do esquecimento. Esse tipo de Educação é muito vinculada à ideia de Educação em Direitos Humanos. No Brasil, a referida autora é, talvez, o principal nome que trabalha e pesquisa sobre essa temática.

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. Na verdade, somente com muita paciência é possível tolerar, após as durezas de um dia de trabalho ou de um dia sem “trabalho”, lições que falam de ASA — “Pedro viu a Asa” — “A Asa é da Ave”. Lições que falam de Evas e de uvas a homens que às vezes conhecem poucas Evas e nunca comeram uvas. “Eva viu a uva”. Pensávamos numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (FREIRE, 1967, p.104).

À luz do fragmento acima, percebemos a sensibilidade do historiador presente na sua práxis pedagógica. Ao atentar para a questão do outro no processo pedagógico, Paulo Freire revela, também, a necessidade de uma educação voltada também para os outros, os quais são tão legítimos quanto nós, os doutos e letrados, a quem devemos nos despojar de estereótipos e preconceitos e trazer à voz e o lugar do outro na construção de um processo educativo mais equânime e democrático.

Finalmente, em articulação com o exposto acima, qual seja, a preocupação com o outro, independentemente de quem e de onde ele mora, reside ou ganha, a construção de uma educação que seja sensível ao outro modifica, na própria práxis educativa, a linguagem e diálogo no processo educativo. Nesse sentido, o diálogo é a essência da práxis freireana de uma educação humana e libertadora. Paulo Freire irá afirmar que:

“Quando tentamos um adentramento no diálogo como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: palavra. Mas ao encontrarmos a palavra, na análise do diálogo, como algo mais que um meio para que ele se faça, se nos impõe buscar, também, seus elementos constitutivos” (FREIRE, 2005, p. 89).

Assim sendo, à luz do referido autor, ao pronunciar a palavra, pronunciamos o mundo e nos fazemos humanos. Não obstante, na força da palavra é que se concentram nossa ação e reflexão, motivo pelo qual, Paulo Freire afirma que para nós, educadores, de pouco nos adianta saber se “Eva viu a uva”. Enquanto educadores e sujeitos históricos de direitos, mais nos interessa saber por que, por exemplo, Eva viu a uva, ou se ela tem condições materiais para comprar uma uva, ou se sua família possui uma propriedade para produzir uvas, ampliando a relação eu-tu para a relação, eu-tu-ele-ela-nós-vós-eles-elas e, com isso, conscientizar, libertar, empoderar sujeitos históricos como sujeitos portadores de direitos e espaço em todas as áreas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, observa-se que o campo dos Direitos Humanos no Brasil está em constante construção, a qual parece ser moldada de acordo com o governo instalado à frente do

Estado. Não obstante, ao passo em que os governos políticos à frente do Estado brasileiro se posicionam de forma conservadora e reacionária frente à sociedade civil, há uma maior participação e construção política por parte de diferentes setores sociais na busca por seus direitos civis, sociais e políticos, como foi nos tempos sombrios da ditadura militar brasileira.

Com efeito, o debate e discussão feita em torno dos direitos essenciais do ser humano naquele contexto histórico abriram caminhos para outras demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais dos direitos humanos, cuja quais ganharam espaço na sociedade civil em discussões sobre a melhora do transporte público de qualidade, segurança pública nos bairros, nas dissertações e teses acadêmicas, sendo pensadas também na área educacional, através da educação em Direitos Humanos.

Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos carrega em sua estrutura *sine qua nom* a questão da importância do ser (individual e coletivo) como um ser portador de direitos, a questão do empoderamento como sujeito de voz, ativo e significativo em e para a sociedade e, sobretudo, a questão do educar para nunca mais, a qual, sob o amparo da memória história, romper as estruturas históricas para (re) construção e reparação histórica, social, econômica, cultural de vários atores sociais que tiveram seus direitos humanos violados pela ausência e/ou truculência do Estado.

Entretanto, a Educação em Direitos Humanos no Brasil, apesar das várias possibilidades de discussão e trabalho em sala de aula, ainda é trabalhada de forma transversal, indireta, no currículo escolar formal, aparecendo sua possibilidade de discussão em temas como cidadania, diversidade, democracia entre outros em disciplinas como história, geografia e ética. Não obstante, ainda a educação em direitos humanos carece também de uma sistematização metodológica para a sala de aula, com métodos de aprendizagem significativos, dinâmicos e ativos, como filmes, documentários, jogos entre outros.

Finalmente, a presença da história no pensamento freireano nos ajuda a compreender o quão importante foram suas proposições para o contexto no qual seu método de ensino veio à tona no Brasil. Não obstante, o “lugar” da História em suas formulações teórico-metodológicas também traduz a necessidade do educando não apenas educar de forma crítica ou ainda de forma sensível, atentando para a importância do outro na práxis educacional. Antes, denota a necessidade que os educadores devem ter em sempre revisitar a história no diálogo entre presente e passado e suas implicações para o tempo presente e lugar social para o qual os educadores irão se debruçar em seu processo de alfabetização.

Com efeito, essa práxis no ambiente formal de ensino, quando articulada à disciplina de história, pode contribuir para uma sistematização e metodologia da educação em direitos humanos no ambiente escolar, uma vez que a história, enquanto disciplina do componente curricular escolar,

oportuniza o debate concreto em temas da educação em direitos humanos, como a memória, o empoderamento, o conhecimento e importância dos fatos históricos para afirmação de grupos e atores sociais escamoteados dos principais anais históricos, entre outros.

Não obstante, apesar dos inúmeros avanços normativos no que diz respeito à existência de uma jurisdição educacional que verse sobre os Direitos Humanos ou pela Educação em Direitos Humanos, qual seja, o Plano Nacional em Educação em Direitos Humanos – PNEDH – 2006, as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos – DNEDH – (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (1996), o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos – PMEDH – (2005/2014), sabemos e pontuamos que os Direitos Humanos não devem se restringir aos aspectos normativos-jurídicos, efetivando os direitos de alguns grupos sociais e outros não, e isso não apenas pela questão política, mas também pela resistência cultural, econômica, social que é conferido aos direitos de muitos grupos.

Assim, para além da luta normativo-jurídica, é preciso construir uma cultura política de promoção dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, de uma Educação em Direitos Humanos, também, pela questão das práticas sociais e de solidariedade, uma vez que a conquista política, social, econômica, cultural de meu semelhante é, também, minha conquista. Acreditamos, indubitavelmente, que esse é o caminho para a superação e efetividade dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos no mundo, mas essas considerações, todavia, são inquietações e ponderações para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: MEC, 1989.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais/LDB*. 5. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Edições Câmara, 2010.
- CANAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, R. M. G. Et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária. 2007. p. 399-412.
- CANAU, Vera Maria Ferrão; SCAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. *Educação (Porto Alegre, impresso)*, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013
- CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e Consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011

- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (Org.) *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V.4, 432p.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo.. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- NÁDER, A. A. G; FERREIRA, L. F. G.; FRANÇA, M. H. O. *Diversidade e cidadania: a educação em direitos humanos na escola*. João Pessoa: CCTA, 2018. 300p.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 34, p.9-23. 31 dez. 1992.
- SADER. E. S. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In.: SILVEIRA, R. M. G. Et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária. 2007. p. 75-83.
- SILVA, Glaydson José da (org.). *A Escola Metódica*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2006. (Textos Didáticos, nº 61)
- SILVEIRA, R. M. G, et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p.
- RABAY, Glória; SILVA, Lucimeiry B. Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual. In: A. A. G.; FERREIRA, L. F. G.; FRANÇA, M. H. O. *Diversidade e cidadania: a educação em direitos humanos na escola*. João Pessoa: CCTA, 2018. p. 181-210.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 192p.
- TOSI, Giuseppe. Direitos Humanos: afirmação histórica e características gerais. In: NADER, A. A. G.; FERREIRA, L. F. G.; FRANÇA, M. H. O. *Diversidade e cidadania: a educação em direitos humanos na escola*. João Pessoa: CCTA, 2018. p. 41-66.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVA, Margarida Sônia Marinho do Monte Silva; SILVA, Alexandre M. Tavares da. Educando em e para os Direitos Humanos no Espaço Escolar. In: NADER, A. A. G.; FERREIRA, L. F. G.; FRANÇA, M. H. O. *Diversidade e cidadania: a educação em direitos humanos na escola*. João Pessoa: CCTA, 2018. p. 277-292.

A MULHER CUIABANA NA IMPRENSA: ELAS NOS DISCURSOS DO JORNAL *A CRUZ* E DA REVISTA *A VIOLETA* (1916 – 1934)

THE CUIABANA WOMAN IN THE PRESS: THEM IN THE SPEECHES OF THE NEWSPAPER *A CRUZ* AND THE MAGAZINE *A VIOLETA* (1916 – 1934)

Suellen Patrícia Borges Amorim¹

Resumo: Quando se fala sobre mulher x imprensa encontramos uma gama de pesquisas acadêmicas que versam sobre o assunto. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os discursos proferidos pelo jornal católico *A Cruz* e a revista feminina *A Violeta* sobre a representação feminina na sociedade cuiabana entre 1916 e 1934. O recorte temporal está centrado entre os anos de 1916 e 1934. O recorte foi escolhido desse modo, pois, 1916 é quando a revista feminina *A Violeta* começa a circular na capital e 1934 por ser o ano em que é promulgado na constituição o direito ao voto feminino. A análise das narrativas é de caráter qualitativo. Desse modo, este artigo pretende mostrar como a imprensa e o seu discurso influenciavam o comportamento da sociedade da época.

Palavras-chave: gênero; imprensa; Cuiabá.

Abstract: When talking about women x press we find a range of academic research on the subject. Thus, the objective of this article is to analyze the speeches made by the Catholic newspaper *A Cruz* and the women's magazine *A Violeta* about the female representation in Cuiabana society between 1916 and 1934. The time frame is centered between the years 1916 and 1934. The period was chosen this way because 1916 is when the women's magazine *A Violeta* started to circulate in the capital and 1934 because it was the year in which the right to vote for women was promulgated in the constitution. The analysis of the narratives is qualitative. In this way, this article intends to show how the press and its discourse influenced the behavior of society at the time.

Keywords: gender; press; Cuiabá.

¹ Graduada em licenciatura em história pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestranda em história pelo Programa de Pós-Graduação em História, campus Cuiabá na linha de pesquisa “Fronteiras, Identidades e Culturas”, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Ana Maria Marques. Email: suellenp.borges.amorim@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Com a virada do século XIX para o XX, ocorreram mudanças significativas na estrutura do país. Temos, por exemplo, a Proclamação da República, que ocorreu em 15 de novembro de 1889. Além disso, aconteceram outros marcos importantes, como por exemplo, a institucionalização da liberdade religiosa no país, isto é o Brasil passou a ser um Estado Laico. Algo que não foi bem aceito pela Igreja Católica, uma vez que, ela perderia a grande influência que outrora exercia na sociedade.

É devido aos ideários positivistas que circulavam pelo Império que ele foi enfraquecido até que fosse ‘derrotado’. O projeto do positivismo do filósofo francês Auguste Comte, chegou ao país em meados do século XIX. Esses conceitos, vieram com os brasileiros que iam para a Europa e com os europeus que chegavam ao Brasil. Prova disso, são os dizeres da nossa bandeira nacional: ordem e progresso.

Uma figura importante na propagação das ideias positivista, é Benjamin Constat. Utilizando de seu prestígio de professor da Escola Militar difundia no âmbito educacional e político o pensamento de Comte. Constat pregava além do positivismo, os ideais republicanos (MARTINS, 2015, p. 227).

Por ser uma região de fronteira, Mato Grosso tinha uma quantidade elevada de militares. Eles recebiam dentro da própria instituição militar, a influência do positivismo. Uma das figuras mato-grossense mais conhecida, é um belo exemplo disso, o Marechal Cândido Rondon. Ademais de participar da divulgação, Rondon também era membro da Igreja Positivista, além de ser um indivíduo não só respeitado como também influente na sociedade local (SANTOS, 2010, p. 15).

Porém, não podemos nos enganar, achando que com a propagação do positivismo o declínio da Monarquia tenha sido célere, pois os acontecimentos não se sucederam assim. A queda da Monarquia teve um processo gradativo e com acontecimentos que a enfraqueceram como, por exemplo, a Guerra do Paraguai e a abolição da escravatura. Muitos estudiosos do período consideram a implantação da República é fruto de um golpe. Celso Castro, um desses estudiosos, afirma que o “O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes” (CASTRO, 2000, p. 61-62).

A notícia de que não havia mais uma monarquia e sim, uma república, chegou à Cuiabá quase um mês depois do acontecido, no dia 08 de dezembro. A novidade chegou através de um pacote vindo do Rio de Janeiro. Para além da novidade de que ocorrera a Proclamação da República, trouxe também a nomeação de Antônio Maria Coelho para que ele fosse o primeiro Presidente de Estado de Mato Grosso – a nomeação feita por Marechal Deodoro (FRANCO, 2013, p. 02-03).

Dentro dessas mudanças que aconteceram no país, há um ponto que não podemos de deixar de salientar nesse processo todo, que é a questão dos discursos das práticas eugenistas². O governo republicano queria que esses acontecimentos fossem diferentes da monarquia e dessa maneira, procurou agilizar esses discursos. Porém, essa prática não trouxe o resultado esperado, e sim, uma segregação muito mais evidenciada. Os discursos eugênicos já estavam postos desde a monarquia, porém a república reforçou os mesmos. As mulheres eram uma de suas vítimas principais. Sobre elas, Margareth Rago diz que,

[...] a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação (RAGO, 1985, p.80).

² “Os movimentos eugênicos ocorreram em diversos locais do mundo e foram organizados em países com diferentes nacionalidades, tradições e formas de governo. No contexto do surgimento desses movimentos vale destacar a incorporação de teorias biológicas e evolutivas no discurso eugênico.[...] A Eugenia, como a concebemos dentro do universo da história da saúde, tem seu termo cunhado por Francis Galton (1822-1911), nascido na Inglaterra, que presenciou seu país tornarse a maior potência econômica do mundo sendo a grande vanguarda do capitalismo e uma potência imperial. [...] O fato é que a eugenia foi incorporada por ideologias fascistas, regimes liberais, democráticos, de bem estar social e comunistas. Os projetos em cada local, foram distintos, mas relacionados ao aperfeiçoamento da nação a partir de interferências de bases biológicas.[...] A eugenia no Brasil e sua linguagem, bem como os seus conceitos, a partir de 1910 em um contexto de intensos debates acerca das identidades nacionais e consequente nacionalismo pós-primeira guerra mundial. Nesse processo, o Brasil esteve em sintonia com a institucionalização da eugenia no mundo. No Brasil, a Eugenia esteve ligada a vários fatores, entre eles a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, com vistas a formação de um exército forte; com a questão social brasileira, onde a presença de indígenas, africanos e uma mescla de nacionalidades conflitavam em um contexto de pobreza, doenças, criminalidade e um clima tropical; com um entudiasmo das elites intelectuais brasileiras pela ciência, esta, que representava a modernidade; por fim o papel da miscigenação racial exposto em teses nacionais e estrangeiras expõe um Brasil: pobre, miscigenado e tropical. [...] O movimento eugênico no Brasil foi formado por médicos, juristas, educadores e higienistas. Os debates transitaram entre temas como saúde pública, higiene, saneamento, educação e também a própria formação da nacionalidade, uma vez que o fato de o Brasil ser uma das nações mais miscigenadas do mundo, indicavam, segundo esses especialistas, uma necessidade de ampliar as reformas do ambiente social, uma vez que boa parte dos eugenistas brasileiros foram influenciados por tendências neolamarckiana, onde a crença de que mudanças no meio social trariam melhoras quali e quantitativas às futuras gerações. [...] A eugenia no início do século XIX no Brasil envolveu discussões e potencializou projetos que foram fomentados no âmbito de temas como educação exual, educação matrimonial, educação higiênica, saúde pública e saneamento, sendo incorporada nas políticas públicas do país uma agenda sanitaria onde intelectuais viram no processo de reforma da saúde pública um meio de transformação social”. BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni. *A eugenia no Brasil como um elemento de uma cultura política autoritária*. In: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Nação, Povos e Territórios - Configurações e Reconfigurações. Foz do Iguaçu, 07 a 10 de Setembro de 2022 ISBN: 978-65-00-59140-8. Disponível em: <https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1662480761_ARQUIVO_e0ac115ff3102188c8ac58c3656fbc2c.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2023. Sugerimos a leitura também de LUPPI, Sheila Cristina Alves de Lima. *A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro. 1900-1933*. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_0b398079f34cbff978453633d8dbc159.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2023.

Em Cuiabá temos dois versadores: O jornal católico *A Cruz* e uma das figuras mais ilustre da cidade, o político, jornalista e advogado, José Barnabé de Mesquita³. *A Cruz* fazia, por meio do jornal, o combate a imoralidade a partir da política de higienização do corpo social e tinha como justificativa que “a medida que se acreditava que para ter sucesso e prosperidade, era necessário a eliminação de todo tipo de degenerescência por meio do controle sexual e da educação moral” (SOUZA, 2019, p. 30).

Mesquita fazia seus discursos a partir de seus escritos. Exemplo disso, é a obra *Gente e coisas de antanho* (1978), que discute como os negros, os indígenas e os mestiços eram aqueles os que estavam mais propensos à política eugenista, tanto por causa da etnia como também por serem pobres.

A prática eugenista foi disseminada em vários espaços de poder e de saber, fundamentados em pressupostos científicos. O discurso da eugenia, em muitas situações, possibilitou a construção do controle social em Cuiabá e como técnica de controle tanto da ordem quanto da disciplina.

Em um espaço controlado pelas leis, pelas representações e também pelos discursos, as mulheres se viam enredada nos modelos e costumes produzidos socialmente. Todos esses mecanismos atuam como controladores delas e compoem o mecanismo do patriarcado.

Assim, percebemos que no decorrer da história, que as mulheres, no Brasil, foram impedidas de exercer sua cidadania, e mais, vetadas de atuar e ocupar cargos em diferentes espaços e papéis sociais. Por séculos, as mulheres estiveram restritas a apenas um lugar, o seu lar. Foi preciso muita luta para conseguir mudanças que aconteceram de forma lenta, uma vez que elas sempre foram consideradas inaptas a ocuparem os espaços públicos. Um exemplo claro que podemos citar, é a própria Proclamação da República, pois mesmo com um novo modelo de governo e uma nova Constituição, elas não ocuparam a esfera pública e continuaram no privado, designada ao seu papel social. O voto é uma prova disso, dado que o voto só lhe foi assegurado mais de 40 após o advento da República. Isto é devido à estrutura política e social, foi construída ao longo dos tempos a valorização do papel do homem e o seu poder universal sobre as mulheres, resultando em relações de violências e dominação. O patriarcalismo como padrão do comportamento social e cultural foi intransigente, na medida, em que enalteceu a supremacia do sexo masculino. Ainda hoje, na sociedade, as mulheres são vistas, muitas vezes, como inferiores, mesmo tendo conseguido, com

³ Nasceu em 10 de março de 1892, em Cuiabá, filho de José Barnabé de Mesquita (Senior) e Maria Cerqueira de Mesquita. Bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá (1907) e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1913). professor de português da Escola Normal de Cuiabá, procurador-geral do Estado de Mato Grosso, professor da faculdade de Direito, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e também foi membro fundador da Academia mato-grossense de Letras. Foi um dos redatores do jornal católico *A Cruz*. Faleceu no dia 22 junho de 1961, na capital Cuiabá. Para saber mais sobre a vida de José Barnabé de Mesquita, ver a obra “*Gente e coisas de antanho*”, no campo: “Dados biográficos”, p. 07-12.

resistência, garantias de direitos e igualdades, como o voto. Mesmo que as instituições de poder as tenham silenciado, é válido lembrar, que as mulheres sempre se fizeram presentes na história, independentemente do lugar social e temporal.

Analisar os discursos do jornal *A Cruz* e da revista *A Violeta* acerca da representação feminina na sociedade cuiabana entre 1916 e 1934 é o objetivo desse artigo. Assim, busca-se perceber como essa representação feminina é retratada nas publicações do jornal e da revista.

Há de se destacar também, que este artigo – fruto de minha pesquisa no mestrado – tem um caráter qualitativo. Ou seja, de leitura e de análise dos discursos das fontes, tal como o jornal *A Cruz* e a revista *A Violeta*. Dessa maneira, a socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2009) destaca que em pesquisas qualitativas as relações, os processos são parte da realidade social porque o ser humano compartilha com o seu semelhante as suas vivências.

Assim esse artigo se justifica pela ampla necessidade que se tem em pesquisar e discutir a respeito da mulher na sociedade do período citado, o papel dela ontem e hoje na sociedade, além do mais, também se visa ampliar o debate sobre a temática de gênero.

Além disso, há um aporte em teóricos como Maria Helena Capelato, Joan Scott, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michelle Perrot, Ochy Curriel, Ana Maria Marques, Margareth Rago, Mary Del Priore, entre tantos outros que auxiliam na produção deste escrito.

Nos tópicos seguintes, veremos como a imprensa, por meio da revista e o jornal apresentam essas mulheres. Cabe aqui, ressaltarmos, que a principal linha de pesquisa se embasa nas relações gênero da cuiabania, bem como, os efeitos discursivos entre os dois meios de comunicação aqui escolhidos: a revista *A Violeta* e o jornal *A Cruz*.

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER: ELAS NA IMPRENSA

Com a chegada da República, temos o que podemos chamar de 'partida' para o progresso e para o moderno e a imprensa foi um dos, senão o principal, meio para que seus ideais e ideias fossem propagadas. A imprensa, de certa maneira, modificou o comportamento de uma parcela da sociedade, pois ela representa e constrói identidades. Nesse sentido, Maria Helena Capelato diz que “a imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Embasando-se na ideia de que os jornais e revistas não são imparciais, mas ao contrário, eles são cheios de seus vieses, ao analisarmos o discurso dos periódicos, a linguista Bethânia Sampaio Corrêa Mariani diz que,

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta e indiretamente, veicula várias vozes constitutivas daquele

imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de Historicidade (MARIANI, 2001, p. 33).

Para Tânia Regina de Luca,

[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. (LUCA, 2010, p. 139)

Sobre a mulher a mulher na imprensa, Michelle Perrot diz que,

[...] A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres mais ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p. 15-16)

Por isso, que para Perrot, é preciso mostrarmos as diversidades do dia-a-dia das mulheres, seja ele em ambiente privado ou ambiente público.

A presença feminina na imprensa, bem como, a presença delas em outros recintos como o trabalho, retrata uma conquista de novos espaços, além disso, elas começam a acabar com a rotulação sobre sua essência natural e sobre a sua conduta feminina em razão do seu sexo biológico. Sobre isso, Pierre Bordieu diz que “a divisão entre os sexos parece ‘estar na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” e que “adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação”. (BOURDIEU, 2007, p. 17)

Diante do poder da imprensa em formar opiniões, ela passa a ser um dispositivo tanto de pesquisa quanto de estudo. Por isso, é que Jacques Le Goff afirma que “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, 535-536). Dessa maneira, percebemos que a cuiabania era um fruto desses discursos da imprensa local que em muitas vezes em suas publicações, falava sobre comportamento.

Mato Grosso tinha sincronia com as outras imprensas do país, pois, a sua imprensa exerceu um papel significativo, fazendo o papel de agente de transformação de modernidade, pois fazia divulgação de diversos temas. Vale destacar, que o ‘discurso impresso’ chegava aos diversos cantos do estado e dando assim, um ar de progresso e civilização ‘aos confins do sertão’.

De acordo com a historiadora Cibele de Moraes (2003), entre os idos de 1839 e 1878, no estado de Mato Grosso circulava em média 13 jornais. Já nas décadas seguintes, entre 1878 e 1920,

esse número aumenta para incríveis 73 jornais circulando no estado. Um dos motivos para esse aumento, é devido ao crescimento das cidades urbanas e das cidades portuárias. Além disso, há o começo das Ligas, das Associações Literárias e, claro, dos Partidos Políticos. São eles que fazem as publicações das notícias e também discutem entre si, por exemplo, a Igreja com um determinado grupo social e/ou político.

A presença das mulheres na imprensa cuiabana no começo do século XX, era visto apenas nos olhares e escritas dos homens. Na visão deles, a mulher é mostrada com uma perspectiva de muitos pré-conceitos baseados em contexto social e histórico. O comunicador social Otávio Bandeira de Lamônica Freire afirma que sobre as mulheres à imprensa da época,

(...) ressaltavam a domesticidade e a docilidade do caráter feminino. Reforçavam valores relacionados à obediência, à dedicação, à submissão. Louvavam a filha obediente, a esposa carinhosa e submissa, a mãe dedicada, a dona de casa prezada e pressurosa. Criticavam a frivolidade, a vaidade, a emancipação feminina. (FREIRE, 2007, p. 40)

As organizações femininas literárias, como os grêmios, por exemplo, aos quais elas faziam a divulgação de seus artigos, suas crônicas e contos sob a ótica delas. Além de discutir os paradigmas da feminilidade, muitos periódicos e organizações se tornaram fonte de alternativa para que se reconhecesse os direitos políticos e sociais dessas mulheres.

As primeiras publicações femininas tinham muitos obstáculos. Uma dessas dificuldade era a questão da alfabetização do seu público-alvo (mulheres e homens). Porém, em razão dessa adversidade, isso acabava se tornando uma causa, e assim, sustentavam a promoção delas a educação por isso,

De um modo geral, as revistas femininas tinham uma vida curta, às vezes não ultrapassavam um ano de existência. Tinham um público reduzido, porque eram poucas as mulheres alfabetizadas. Elas, nessas revistas, defendiam o acesso a escola com vistas ao aperfeiçoamento do papel feminino de mãe e esposa. Era comum as redatoras dos jornais femininos assinarem suas matérias com um pseudônimo masculino. (ABREU, 2008, p. 49)

Neste sentido, cabe trazermos a esta seara, Norma Telles ao dizer que,

A leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero. Essas mesmas noções, de classe, raça e gênero são mutáveis e construídas no decorrer da história. Sendo assim, cada romance é um local de interseção de toda uma teia de códigos culturais, convenções, citações, gestos e relações. Durante o período da Revolução Francesa, alguém que soubesse ler lia para os outros nas tabernas. No século XVII, na Inglaterra, um operário que soubesse ler lia para os companheiros à saída das fábricas ou oficinas. Mas no século XIX já se estabelece uma mudança no público leitor. Ele se torna muito maior e se constitui, em grande parte, de mulheres burguesas. (TELLES, 2004, p. 402)

O início do século XX, foi um momento muito importante para que surgisse na imprensa os periódicos femininos e feministas. O surgimento se dá devido ao crescimento das cidades, do processo de industrialização e por causa da criação das escolas primárias públicas que pretendiam alfabetizar tanto a mulher quanto o homem e, claro, pelas alterações na estrutura do país por causa da República que trouxe mudanças na economia e o crescente processo de modernização das cidades brasileiras.

Ao levarmos o jornal e a revista para discussão percebemos que as redatoras e os redatores de ambos os meios de comunicação se põem num lugar de autores e personagens que produzem e reproduzem pensamentos, valores, ideias de uma época.

O PORTA-VOZ DE DEUS: O JORNAL A CRUZ E SEU COMBATE À IMORALIDADE

O jornal *A Cruz* foi fundado no ano de 1910. Foi durante o episcopado do maranhense Carlos Luiz D'Amour que começou a circulação do jornal. A sua circulação, com exceção do primeiro ano, era feita de forma semanal e circulou entre 1910 e 1969. D'Amour com a fundação do jornal propagou os ideários da fé católica.

As publicações do periódico eram como uma espécie de porta-voz da igreja, dando orientações à sociedade cuiabana. O jornal *A Cruz* ditava sobre comportamento, costume e hábito dos cuiabanos. Já em sua primeira publicação, o jornal evidenciava o intuito da Igreja, ao dizer que

[...] A Cruz synthetiza toda uma historia, a do christianismo; indica um programma de presente; prophetiza uma Victoria de futuro. Sem outras preocupações, a não ser os interesses catholicos, visa entrar nas famílias de nossa sociedade, levando uma palavra franca que poderá ser lida pelos grandes e pequenos, pelos doutos e ignorantes, revestida sempre de modéstia e sinceridade, esclarecendo idéas, ensinando princípios vinte vezes seculares e inabaláveis, cujas victorias se enumeram pelos combates dos ímpios adversários. E necessitamos, na verdade, de um órgão catholico, e fracamente catholico! (*A CRUZ*, ed. 01, 1910, p. 01)

A Igreja viu a imprensa como uma ferramenta não só privilegiada como também eficiente na formação de opinião da população. Quando o jornal foi criado já havia sido criada em Mato Grosso, na primeira metade do século XIX a imprensa. Quanto a isso, o historiador Daniel Freitas de Oliveira destaca que

O aparecimento do periódico marcou o início da imprensa católica em Cuiabá e está relacionado às disputas pelo mercado de bens simbólicos entre a Igreja Católica e as novas religiões e ideologias que buscavam alargar sua presença e conquistar novos adeptos no Brasil desde o final do século XIX. O mercado religioso em Cuiabá tornou-se mais competitivo, diversificado e complexo, exigindo uma ofensiva diante desse novo cenário. Havia também exigências e pressões da hierarquia eclesiástica e da Santa Sé pela expansão da boa imprensa no Brasil (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

A *Cruz* foi de uma importância enorme quanto a seu papel de comunicador perante a cuiabania. O jornal foi um dos mais longos que circularam na cidade (1910-1969). O mesmo era rodado no Seminário Episcopal de Cuiabá e era um órgão da Liga Social Catholica Brasileira do estado. A Liga era formada pelos católicos cuiabanos. A mobilização desse grupo católico era para defender a Igreja e a pessoa do bispo, além de espalhar a doutrina católica.

As publicações do periódico tinham quatro páginas e os seus escritos traziam notícias sobre a cidade de Cuiabá e outras cidades de Mato Grosso, de outros estados e até mesmo de outros países. Nas publicações tinha também as felicitações de aniversário e casamento. Ainda tinha notas dos falecimentos, das festas religiosas e também anúncios comerciais. As edições difundiam os valores cristãos, bem como a boa conduta, principalmente, para as mulheres. (SOUZA, 2019, p. 27)

Nesse sentido, as historiadoras Tânia Zimmermann e Ana Carolina Oliveira Carlos refletem que a representação da mulher pelos jornais e dizem que a figura feminina tem que ser devota a família e que não deve ter outras perspectivas além do matrimônio. Por isso, elas afirmam sobre essas notícias dos jornais sobre as mulheres,

[...] que eram direcionadas ao público feminino tinham por objetivo principal criar estereótipos de uma conduta moral e cristã-católica imposta com rigor pela Igreja, que as mulheres cuiabanas/mato-grossenses teriam de exercer severamente. As funções atribuídas a essas mulheres e que estavam associadas a uma postura moral-religiosa eram baseadas no desempenho de papéis restritos ao espaço doméstico e privado no interior das famílias, como os de dona-de-casa, mães e esposas (ZIMMERMANN; CARLOS, 2013, p.44).

A Igreja sendo a condutora dos bons costumes, reverencia o papel da mulher ideal. Roger Chartier diz que “Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é a sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima” (CHARTIER, 1995, p. 44).

Corroborando com o pensamento de Chartier, *A Cruz* faz uma publicação sobre a conduta da mulher em uma edição 913 de 1930 que diz

[...] Certos braços e pernas nuas, certos vestidos transparentes, não condizem a mulheres honestas e sim a... perdidas[...] Os chefes de governo e todos aqueles que se ocupam do futuro dos povos, levantam a vez para combater o triste exibicionismo feminino. (A CRUZ, ed. 913, 1930, p. 02)

Para *A Cruz*, o papel da mulher na sociedade cuiabana é de que ela seja o modelo de boa conduta além de detentora da honra.

Reforçando ainda mais o posicionamento do jornal que o mesmo da Igreja, eles fazem uma publicação em 18 de outubro de 1925 sobre a mulher e a religião

[...] Si, de uma parte, força é reconhecer que a função social da mulher é muito mais profunda que a do homem, pois é ella que começa a formar o proprio homem, na sua

estructura physica ou moral, por outro lado, quem poderá negar a intima correlação que liga a idea da Religião á da mulher, a mais pura e constante servidora dos mais nobres ideaes humanos? [...] O Catholicismo é a mais alta expressão do culto da mulher, elevando-a á gloria dos altares, nessa estupenda legião de virgens e de martyres que lhe enchem os agiólogos,, soerguendo-a da misera condição em que a viera achar na legislação romana a posição juridica e moral que hoje desfructa em todos os paizes cultos; operando na magnifica instituição da familia, a verdadeira redempção feminina, que os falos amigos da mulher deturpam sob os véos de uma igualdade de sexos que a propria natureza repelle e viria, ao contrario, descer do seu pedestal a nobre companheira do homem, erigindo-a em sua inimiga e concorrente. Vós, minhas gentis patricias, que bem representaes o espirito tradicional de nossa gente, a alma viva e colorida de nossas lendas, a belleza virginal e creadora de nossa natureza, estaes talhadas para a jornada homerica que emprehendestes e não ha recuar no caminho, pois que bem sabeis que Deus semeia de difficuldades as entradas do Bem e só as do malsão largas, faceis e veludasas. (A CRUZ, ed. 697, p. 01)

Percebemos, através dos excertos acima, que para a Igreja, o ideal era ser boa esposa, boa mãe e boa dona de casa, pois essas são as maiores virtudes que uma mulher poderia oferecer à família. Entendemos também, que todo o discurso do jornal era, de certa maneira, legitimado não só pela Igreja como também pela sociedade culturalmente construída na perspectiva patriarcal.

Proteger a divisão dos papéis sociais para a Igreja colabora para que esse cenário de ‘ordem social’ se mantenha perante a submissão da figura feminina. Assim, compreendemos que o periódico *A Cruz* executa o seu papel numa vã tentativa de reprimir as transformações que estão em iminência, em especial, as mudanças para as mulheres.

PEQUENA REVISTA, GRANDES MULHERES

A Revista *A Violeta* surgiu na cidade de Cuiabá no ano de 1916. A sua primeira edição tinha somente oito páginas. A cerimônia de inauguração foi no dia 24 de dezembro de 1916 no salão nobre do Palácio da Instrução que ficava localizado no centro de Cuiabá.

A revista era formada somente por mulheres mato-grossenses. Elas eram jovens normalistas e senhoras e senhoritas apreciadoras da cultura e elas a denominavam como ‘pequena revista’ devido ao seu tamanho (15,5 x 22,5 cm), porém ‘pequena’ passa longe dos assuntos abordados por ela. Assim, a mulher cuiabana era o seu público alvo.

Ela circulou na cidade durante 34 anos. De acordo com a jornalista Laís Costa, *A Violeta* se tornou o segundo periódico feminino com mais tempo em atividade ininterrupta no país e o principal meio de divulgação não só das causas femininas como também feministas do estado durante o século XX. (COSTA, 2014, p. 09)

A inauguração da *A Violeta* demarcou, em definitivo, a entrada feminina na imprensa mato-grossense e também promoveu a construção da representação dessas mulheres cuiabanas que até

então eram consideradas apenas do lar e o nascimento delas para a emancipação. De acordo com a linguista Yasmin Nadaf,

Seus assuntos se estenderam à política, à história, ao feminismo, à religião, à moda para mulher, à culinária, a campanhas educativas, de higiene e de saúde, a registros da sociedade matogrossense, e outros, ainda que o estatuto do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, ao qual estava tutelada, tenha estabelecido, no início de sua circulação, que ela não deveria tratar de “questões políticas, religiosas e animosidades particulares”. (NADAF, 1993, p. 38)

A revista se denomina como ‘Orgam do Grêmio Literário Julia Lopes’ e foi criada em 26 de novembro de 1916, porém a sua inauguração aconteceu apenas um mês depois, no dia 25 de dezembro. Na ocasião, como citado acima, a celebração da cerimônia inaugural, ocorreu no Palácio da Instrução.

As publicações da revista serviam como um meio de difundir o direito das mulheres, como o voto. Defendendo o direito da mulher em se profissionalizar, Maria Dimpina escreve na edição 113 de 1924: “A mulher[...] deve trabalhar e, só sahirá da sua inferioridade pelo trabalho e só trabalhará si fôr preparada” (A VIOLETA, ed. 113, 1924, p. 02). Sobre o direito da mulher a historiadora Ana Maria Marques alega que

[...] engajamento das mulheres ao feminismo passava pela ideia de que era preciso profissionalizar outras mulheres para o trabalho doméstico – não se cogitava a divisão de tarefas domésticas com os homens. Aliás, as “serviçais” bem preparadas manteriam a casa sem prejuízo ou perda daquela harmonia que “só as mulheres” podiam trazer ao lar (MARQUES, 2011, p. 14).

Como já mencionado a revista era composta pelas jovens normalistas e pelas mulheres letradas. Algumas delas pertenciam a famílias tradicionais, por isso, havia uma aceitação da sociedade que era tomada pelos discursos masculinos. A defesa dos direitos femininos era, de certo modo, contrário a àquilo que se esperava delas. Os espaços das mulheres e dos homens já eram ‘pré-determinados’ pela ordem social que era comandada pela figura masculina.

Para a mulher era o título de ‘rainha do lar’ (esfera privada) enquanto o título do homem era o de provedor (esfera pública). Como afirma Perrot, “para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa” (PERROT, 1998, p. 10). Bourdieu diz que, “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2007, p. 10). A ordem social é forte e se mostra como uma grande legitimadora dos papéis. Para Scott, “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. (SCOTT, 1995, p. 88)

O ensinamento cristão era forte nas edições da revista, devido as formações salesianas de suas editoras. A religião, por ser muito arraigada a elas, muitas vezes se sobressaia sobre a sua condição

de mulher, ou seja, aquilo que era defendido por aqueles que legitimavam os papéis. Já em uma primeira leitura do discurso da revista, percebemos que não há um grande embate entre elas e o jornal *A Cruz* e também com a sociedade majoritariamente masculina, sendo isso, reflexo da religiosidade delas. Não podemos deixar de citar aqui, que esse reflexo da religiosidade por parte daquelas que eram membros ou não da revista, deve-se ao fato de que, em sua maioria, elas eram mulheres brancas, de classe média/alta. Por serem em sua maioria letradas, nesse ponto não há grandes discussão entre a revista e o jornal.

Mesmo inseridas nos comportamentos da época, a revista atua como uma grande difusora dos direitos femininos e a sua defesa numa sociedade onde o homem comandavam. Na imprensa, a revista valorizava a mulher e a coloca como representante dos espaços (privado e público). Além disso, na imprensa, buscou afrontar a ignorância e lutou pela educação e pela profissionalização das mulheres. Numa publicação feita em dezembro de 1927, Maria Müller na crônica destaca que “[...] órgão da única associação literaria feminina em nosso estado, e, si motivo nenhum á benemerencia tivesse, esse de ser a iniciadora do feminismo, essa inquebrantavel energia que a tem sustentado através as vicissitudes, bastaria para sagral-a” (*A VIOLETA*, ed. 152, 1927, p. 02).

A revista *A Violeta* surgiu 19 anos após a primeira revista feminina de Mato Grosso, *O Jasmim*. Ao contrário de sua sucessora, *O Jasmim* teve uma vida extremamente curta por não ser aceita pela sociedade local, ela circulou entre os anos de 1897 e 1898. Leonor Galvão esteve à frente da redação e ela por ter um discurso alinhado ao movimento feminista mais fervoroso, logo a imprensa local masculina e se movimentou para que *O Jasmim* saísse de circulação.⁴

O Grêmio ‘Júlia Lopes’ era constituído por sócias que eram tanto contribuintes quanto benfeitoras. Quem fosse contribuinte pagava um valor mensal de 2\$000 e as benfeitoras pagava valores superiores 50\$000. As primeiras recebiam as edições da revista de modo gratuito, enquanto as segundas, pagavam pelas edições.

A composição do grêmio literário era bem diversa. Na sua organização não tinha apenas as normalistas, tinha também funcionárias públicas, jornalistas, escritoras, professoras. Além disso, agremiava também mulheres que vinham das artes, como Zulmira Canavarros e Dunga Rodrigues. (ARRUDA, 2019, p. 53)

⁴ Sobre a revista *O Jasmim* ver: FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica. *Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero*. Dissertação pelo Programa de Mestrado em Comunicação, Cultura Midiática e Grupos Sociais. Universidade Paulista-UNIP. São Paulo, 2007; e Costa, Eliete Huguene de Figueiredo. *Revista A Violeta: a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes*. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

As redatoras da revista *A Violeta* estavam rodeadas dos homens letrados e influentes da cuiabania. Diversas delas eram esposas, irmãs, filhas desses homens que pertenciam à esfera pública. Exemplo disso, temos Maria Arruda Müller. Por causa do meio que viviam, fez com que essas mulheres se sentissem à vontade em estar ali, além disso, os discursos da revista não contrariavam a àqueles que as aceitavam.

É relevante destacarmos que ainda que muitos dos seus escritos terem um tom mais moderado em relação ao feminino, elas não são mártires e sim, estrelas, heroínas de suas vidas e de suas histórias. Aqui cabe destacarmos Heleieth Saffioti para que possamos falar sobre questão de classe. Em seu livro intitulado “*A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*” ela fez um dos primeiros estudos da área gênero, em final da década de 1960 com uma tese que mais tarde viria a ser publicada em forma de livro, com o título de acima mencionado. Nessa obra, em específico, Saffioti aborda como as mulheres estão ocupando os seus papéis dentro da sociedade, como em um momento ela parece estar inerte e ao mesmo tempo ela a frente, fazendo o seu papel de mulher e enfrentando a estrutura patriarcal. Assim, dizemos que num dado momento elas se resignam e em outros elas impulsionam revoluções.

Para corroborar com este posto da obra de Saffioti, nos voltamos, mais uma vez, a Michelle Perrot. As mulheres utilizam da escrita, da imprensa, da literatura para ocuparem os seus lugares e não deixam de serem políticas e de terem a suas funções sociais. Perrot fala que a escrita, mesmo realizada no meio privado, ela ultrapassa esse meio e adentra ao meio público e que,

[...] Uma mulher, na intimidade de seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência. (PERROT, 1998, p.10.)

Deste modo, percebemos que com a chamada ‘imprensa feminina’, elas passaram a cada vez mais a ter seu espaço público conquistado. Mesmo não só com essa conquista, mas como outras também que aconteceram com o passar do tempo, elas não deixaram de ser boas mães, boas esposas e boas ‘rainhas do lar’.

A INVENÇÃO SOCIAL DA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO

As mulheres estavam sempre sob o julgamento dos conservadores – não apenas do jornal – para que elas tivessem um bom comportamento e que executasse o seu papel. Devido a modernidade que se instalava era necessário que houvesse um discurso que colocasse disciplina, e assim, as mulheres não se descuidassem de qual era a sua real incumbência: a de ser uma boa esposa, conseqüentemente, boa rainha do lar e, por fim, da boa mãe amorosa e dedicada.

De acordo com Ana Maria Marques, “*A Violeta é parte de uma prática cultural que instaurava um reconhecimento social entre escritores(as) e leitores(as)*” (MARQUES, 2011, p. 16). Para Otávio Freire “o fazer a revista não era visto tão somente como ofício, como profissionalismo na imprensa escrita. Era mais que isso. Era visto pelas mulheres que a faziam como protagonismo”. (FREIRE, 2007, p. 33). As redatoras da revista traziam, à maneira delas, comportamentos contrários àquilo que se era esperado que as mulheres tivessem, afinal, estamos falando de mulheres que tinham vida pública por meio do associativismo e da escrita entre o período de 1916 a 1934. O papel social enunciado para a mulher era voltado para o lar e tendo como um de seus afazeres o cuidado com os filhos. Com isso, percebemos que na sociedade cuiabana havia espaços que eram determinados para as mulheres e outros para os homens. A elas era determinado o espaço privado – o lar – e aos homens era determinado o espaço público – político –, assim, dessa maneira, tendo uma dominação masculina e uma divisão sexual.

Por isso, as mulheres tinham seu papel social definido. Elas deviam ser doces, femininas, zelosas, além disso, elas não podiam ter comportamentos agressivos, pois esses comportamentos não são natos delas. Além disso, fica evidente que como essa divisão sexual predominava no comportamento da sociedade e de certo modo, ainda continua presente em nossos dias.

Embora a discussão de raça não faça parte deste artigo, não podemos deixar de nos indagar, qual a mulher devia ter essas características e comportamento? Esse comportamento era esperado de todas as mulheres? As mulheres brancas, negras, pardas eram vistas da mesma maneira pela sociedade? Para tentarmos responder à esses questionamentos, recorreremos a Ochy Curie que diz que

A interseccionalidade refere-se ao reconhecimento da diferença entre categorias cruzadas, onde raça e gênero, por exemplo, apresentam-se como eixos de subordinação que em algum momento se separam, com algum nível de autonomia, mas que estão interseccionados. [...] Além disso, o conceito pouco questiona sobre a produção dessas diferenças presentes nas experiências de muitas mulheres, principalmente mulheres racializadas e empobrecidas. Assim, ele tende a um multiculturalismo liberal que deseja reconhecer as diferenças, incluindo-as em um modelo diferente, mas que não questiona as razões para a necessidade dessa inclusão. [...] Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 132-133)

Nos voltado mais uma vez a Margareth Rago, ela diz que, ao contrário do homem, que sempre esteve presente na esfera pública, a mulher tinha que estar atenta ao seu comportamento e as suas vestes para que ela não fosse “confundida com a figura dissoluta, excêntrica de prostituta, “mulher pública”” (RAGO, 1991, p. 8. 39-40). Rago diz ainda que,

Nas entrelinhas dos discursos que advertiam as senhoras contra os usos exagerados dos perfumes, das joias, das roupas decotadas, pairava a ameaça latente da

identificação com a cortesã. A “mulher pública” era visualizada como a que vendia o corpo como mercadoria: como vendedora e mercadoria simultaneamente. Como a mulher que era capaz de sentir prazer, que era lugar de prazer, mesmo sem amar, ou sem ser amada. Ela simbolizava, assim, a fragmentação do sujeito moderno e a separação radical entre o erótico e o amor. (RAGO, 1991, p. 38)

Não podemos deixar de destacar, que o discurso do médico se propaga como se fosse uma espécie de verdade absoluta. Ao responsabilizar a moda como causadora das doenças a fala está ancorada em fatores como na medicina social, no biopoder e na biopolítica⁵, sendo estas consideradas as verdadeiras ciências. O discurso do médico científico é a ponte para que eles estejam presentes na sociedade e atuando como uma espécie de controle dos aparelhos econômicos, políticos e religiosos. Dessa forma, atuando também sobre a formação da conduta dos sujeitos, bem como, de seus corpos. (FOUCAULT, 1979).

O pensamento médico vigente somado ao ideário religioso fazia com que o argumento de que a mulher era designada, devido ao fator genético a ocupar o seu ‘espaço exclusivo’, que é o de boa esposa e de boa mãe.

O casamento é outra instituição que estabelece o papel social da mulher. Ele surge por meio da Igreja “por intermédio de um discurso sobre a moral conjugal e a indissolubilidade do casamento e pelo Estado, o casamento cristão decorreu da necessidade de a elite dominante assegurar seus direitos patrimoniais”. (PERARO, 2005 Apud SOUZA, 2019, p. 59)

O Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890⁶ que instaurou o casamento civil e o divórcio no país. O decreto foi o primeiro dispositivo de separação entre o Estado e a Igreja. O divórcio é promulgado pelo Decreto no 181 ao qual estabelecia as ‘regras’ para que o mesmo aconteça:

O pedido de divorcio só póde fundar-se em algum dos seguintes motivos: § 1o Adulterio; § 2o Sevicia, ou injuria grave; § 3o Abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dous anos contínuos; § 4o Mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados ha mais de dous anos. (Decreto no 181 de 24 de janeiro de 1890, Capítulo IX: Do divórcio, art. 82.)

Nessa seara, temos em Cuiabá – além do jornal *A Cruz* – duas vozes proeminentes que discutem sobre o divórcio: Maria Dimpina, utilizando o seu pseudônimo de Arinapi, sendo contrária ao divórcio e Andradina de Oliveira, uma intelectual, escritora e feminista que esteve na cidade entre os anos de 1917 a 1919⁷.

⁵ A biopolítica e o biopoder têm o objetivo de criar na vida de uma determinada população, corpos economicamente ativos e politicamente dóceis, usando de uma forma de controle, que ao mesmo tempo seduz e conquista o indivíduo que permeia em todos os momentos de sua vida. Para saber mais sobre biopolítica e biopoder, ver as obras como “Vigiar e Punir” e “Microfísica do Poder” do filósofo francês Michel Foucault. Ambos os termos foram criados e estudados por ele.

⁶ O decreto está disponível para leitura no site: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-norma-pe.html>>. Acesso em 29 maio de 2023.

⁷ O jornal *A Cruz* fez uma nota de boas-vindas à cidade para Andradina e sua filha Lola. *A Cruz*, 25 de novembro de 1917, p.02.

A Escritora Andradina de Oliveira publicou no ano de 1912, a obra “Divórcio?”. Para muitos, ela era considerada uma transgressora por defender o divórcio. De acordo com ela, “O divórcio é, afinal, uma questão de urgente atualidade brasileira e que, dia a dia, se impõe, sem que haja do direito de alguém furtar-se e encará-la de face, positivamente. E mais cedo ou mais tarde vencerá” (OLIVEIRA, 1912). Apesar dos embates sobre o divórcio, o mesmo só foi ‘aprovado’ no ano de 1977, por meio da promulgação da Lei nº 6.1515, de 26 de dezembro⁸.

A revista *A Violeta*, por intermédio de Arinapi/Maria Dimpina, em sua edição de 31 de outubro de 1926, fez uma crítica ao divórcio. Na sessão da crônica, é onde a revista tece a crítica,

Sahiria fóra do seu programma a "A Violeta" si deixasse de tratar, si se calasse, sobre o importante assumpto que voltou á baila novamente na Camara dos Deputados – a questão do Divórcio. sahiria fóra do seu programma calandose, porque, nos propuzemos, a par dos nossos ensaios na vida jornalística, trabalhar pelo progresso moral e intellectual da mulher. Ora, a lei a que me refiro e como a querem alguns, desmorona os alicerces de muitos lares ou vêm destruir muitos lares pelos alicerces. [...] É de lamentar que dois entes que venceram todos os obstaculos e barreiras possiveis afim de se unirem pelos laços matrimoniaes, cheguem um dia, talvez com muitos annos já de vida feliz ou soffrivelmente feliz (seja-me permitida esta hypothese) cheguem á conclusão da tal incompatibilidade de genios afim de posa livremente, tomar outro estado, de novo ir viver com outro ou outra que afinal de contas não levará tambem a certeza de ter o genio compatível para assegurar uma nova felicidade. (A VIOLETA, ed. 141, 1926, p. 01)

Entendemos que, os discursos que eram direcionados às mulheres, em especial, às mulheres cuiabanas, fazem parte do processo do biopoder, da biopolítica. Seja pelo periódico *A Cruz*, seja pela revista *A Violeta* ou mesmo pelas ‘instituições’ do casamento e da família, todos os eles, são propagadores e executores de práticas e efeitos sobre a figura feminina.

A educação era uma das, senão, a porta principal para a emancipação da mulher. A educação delas era vista como necessária frente à sua função de rainha do lar. Já em sua primeira publicação, *A Violeta* destaca a importância da mesma para as mulheres dizendo que “Entre todos os problemas que temos em vista resolver, a educação da mulher ocupa um dos primeiros logares”. (A VIOLETA, ed. 01, 1916, p. 02)

A Igreja tinha o discurso de que o lugar social da mulher era reservado ao lar, com o cuidado e educação dos filhos, por mais que elas tivessem o consentimento a educação. Mesmo aquelas mulheres que não pertenciam a alta sociedade, tinham esse consentimento.

⁸ A lei está disponível para leitura no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm>. Acesso em 29 de maio de 2023.

A docência era comum dentro do círculo das redatoras da *A Violeta*. Nomes como Maria de Arruda Muller, Bernadina Rich, Tereza Lobo, além da própria Maria Dimpina. A *Cruz*, sempre aos finais de cada ano fazia publicações exaltando o papel delas quanto professora.

O exercício da docência se mostrava ser uma esfera para as mulheres se emanciparem, pois nessa seara todos saíam no ‘lucro’, o Estado através da educação propagava seu ideário de ordem e progresso juntamente do agente civilizador e as mulheres o seu direito de trabalhar e de estarem presente na esfera pública, assim como os homens. Assim, houve uma propagação da ideia de que a docência era a profissão ‘perfeita’ para a mulher e que esse era o caminho caso ela quisesse trabalhar. Muitas das vezes, o discurso tinha respaldo dos próprios homens da família.

Assim, nos enveredamos, novamente, em Heleieth Saffioti que diz que,

Embora a mulher tivesse dado provas inofismáveis de sua alta qualidade enquanto trabalhadora, penetrando em massa nas fábricas, no ensino, no comércio e em outros setores da vida econômica, a Igreja católica insiste em colocá-la ao lado das crianças e em confiná-las aos trabalhos domésticos sempre que possível [...] O arquétipo do eterno feminino a reduz à condição de trabalhadora doméstica não remunerada, à socializadora dos filhos e à garantidora da prosperidade da família. (SAFFIOTI, 1976, p. 93)

Deste modo, temos que entender – ou ao menos tentar – que a mulher como um sujeito histórico que ela é, suportou a duras penas para ser condicionada socialmente e também ser submissa e controlada. Porém, com a união destas mulheres que queriam também fazer parte do social como é de direito, foi possível que mesmo numa sociedade que era – e continua sendo – machista, patriarcal, elas criassem e encontrassem o seu próprio espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando, ainda, os discursos entre *A Violeta* e *A Cruz*, percebemos que mesmo próximas em certos aspectos, ambas possuem as suas diferenças. São nessas diferenças que versam os seus discursos. Observamos também que como o biopoder e a biopolítica atua no corpo feminino, de como esse corpo é freado, contido, sufocado e limitado. A igreja, por meio do jornal, difunde e executa a implicação do poder sob o corpo feminino.

A revista mesmo sob o preceito da sua doutrina cristã, dita por meio de seu discurso de que a mulher pode ocupar o lugar que ela quiser, que ela não precisa ficar restrita apenas ao espaço privado. Podemos concluir, assim, que a revista *A Violeta* tem em seu discurso, que as mulheres possam ser educadas para ela tenha algum tipo de profissão que seja além daquela que era esperada por ela. Enquanto o jornal *A Cruz* se limitava ao discurso sobre as normas de comportamento sob o julgo do cristianismo.

O jornal *A Cruz* se mostrou como um meio de comunicação que queria preservar os dogmas católicos, porém a República intimidada nesse sentido. Já a revista *A Violeta* é um meio de comunicação diferente, pois o seu intuito não era fazer desagravos e sim cultivar as letras femininas e patricias. A imprensa tem uma função de grande relevância na formação de opinião, uma vez que a mesma produz sentidos e saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. *Mulheres e imprensa: passado e presente*. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart; Herschmann, Micael (Org.). *Comunicação e História. Interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- ARRUDA, Geisa Luiza de. *Profissionalização feminina em Cuiabá: uma análise das narrativas da revista A violeta e do jornal A Cruz (1920-1930)*/ Geisa Luiza de Arruda. 2019. 159 fl.
- BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni. *A eugenia no Brasil como um elemento de uma cultura política autoritária*. In: XVIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, Nação, Povos e Territórios - Configurações e Reconfigurações. Foz do Iguaçu, 07 a 10 de Setembro de 2022 ISBN: 978-65-00-59140-8. Disponível em: <https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-pr-erh2022/1662480761_ARQUIVO_e0ac115ff3102188c8ac58c3656fbc2c.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica*. *Cadernos Pagu* (4), 1995. p. 37-47. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761/1816>>. Acesso em 03 de março de 2023.
- CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 121-138.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República*. In: XXVII Simpósio Nacional de História

Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN 22 a 26 de julho de 2013, p. 01-16, p. 02-03.

Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370991813_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013corrigido.pdf>. Acesso: 03 de março de 2023.

FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica Freire. *Revista A Violeta: um estudo de mídia impressa e gênero*. Dissertação pelo Programa de Mestrado em Comunicação, Cultura Midiática e Grupos Sociais. Universidade Paulista-UNIP. São Paulo, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

LUPPI, Sheila Cristina Alves de Lima. A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro. 1900-1933. In: *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009*. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_0b398079f34cbff978453633d8dbc159.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2023.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (Ou: de como o Discurso Jornalístico constrói Memória) In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 31-42.

MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da revista A Violeta – Cuiabá: 1916-1950. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v.4 n.1, Jan/Jul. 2011, p.03-17. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/85>>. Acesso em: 04 de março de 2023.

MARTINS, Vanderlei. Direito e Cidade. O Positivismo Ilustrado e a Cultura Jurídica Brasileira nos Grandes Centros Urbanos (1850/1900). *Revista de Direito da Cidade*, vol.07, no 02. ISSN 2317-7721 p.722-738, p. 227. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/16962/12770>>. Acesso em: 02 de março de 2023.

MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SMEC/DCT, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Cibele de. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'amour (1878-1921)*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.

NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor: estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário “Júlia Lopes” – 1916-1950*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade e. *Divórcio?*. 1912. Porto Alegre: Ediplat e Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

- OLIVEIRA, Daniel Freitas de. *O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910 – 1924)*. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Ciências Humanas, UFGD. Dourados, 2016.
- PERARO, Maria Adenir. Processos de divórcio: mulheres e família em Cuiabá, século XIX. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). *Mulheres e Famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra: 1985.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Sérgio Ribeiro. *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.
- SOUZA, Valeska Bassi de. *Condição e subjetivação feminina por meio de jornais e processo de desquite em Cuiabá: entre a fêmea fatal e fatalidade (1916-1934)* / Valeska Bassi de Souza. –2019 155 f.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.
- ZIMMERMAN, Tânia; CARLOS, Ana Carolina Oliveira. *Relações e representações de gênero no jornal A Cruz (1910-1915)*, de Mato Grosso. *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n.54, jul/dez. 2013, p. 41-63, p. 44. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 06 de março de 2023.

A AUTODECLARAÇÃO COMO FORMA DE IDENTIDADE – UM BREVE DEBATE SOBRE A BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: OS PROBLEMAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS NEGROS NAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO BRASIL

SELF-DECLARATION AS A FORM OF IDENTITY – A BRIEF DEBATE ON
HETEROIDENTIFICATION BANKING: THE PROBLEMS FOR THE
IDENTIFICATION OF BLACKS IN THE POLICIES OF AFFIRMATIVE
ACTIONS IN BRAZIL

Maykon Paulo da Silva Guimarães¹

Resumo: O referido artigo apresenta uma abordagem sobre as ações afirmativas – mais precisamente as cotas raciais – e os motivos que levaram essa política ao centro de debates e questionamentos sobre identidade que ultrapassam o terreno cultural. Diante disso, analisamos os debates em torno de termos como autodeclaração e heteroidentificação. Para tal, utilizamos como objeto de estudo a comissão responsável pela aferição étnico-racial dos candidatos que optam pela modalidade de cotas com um recorte racial. Como resultado, identificamos que a banca de heteroidentificação foi instaurada nas universidades devido às fraudes existentes no sistema de cotas. As fraudes aconteciam de forma consciente e inconsciente. Ademais, observamos o uso de critérios fenotípicos no processo de aferição pela comissão de heteroidentificação.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Heteroidentificação. Identidade.

Abstract: This article presents an approach to affirmative action – more precisely racial quotas – and the reasons that led this policy to the center of debates and questions about identity that go beyond the cultural terrain. Therefore, we analyze the debates around terms such as self-declaration and hetero-identification. To this end, we used as an object of study the commission responsible for the ethnic-racial assessment of candidates who opt for the modality of quotas with a racial focus. As a result, we identified that the hetero-identification bank was established in universities due to existing fraud in the quota system. The frauds happened consciously and unconsciously. Furthermore, we observed the use of phenotypic criteria in the measurement process by the hetero-identification commission.

Keywords: Affirmative Actions. Heteroidentification. Identity.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe – PROHIS/UFS. Bolsista CAPES. E-mail: maykouzumak@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O fim do século XX e o início do XXI foram marcados por debates acalorados sobre políticas compensatórias devido, principalmente, às marchas e passeatas organizadas pelo Movimento Negro Unificado – MNU, que tinha como propósito o debate sobre a condição do negro no Brasil. De acordo com Domingues (2020, p. 134), “Pode-se considerar o movimento negro brasileiro como porta-voz das lutas, aspirações e reivindicações da população afro-brasileira”. Dito isso, nesta temporalidade, podemos destacar alguns eventos importantes que contribuíram para a disseminação dessa pauta: o primeiro é a “Marcha contra a farsa da abolição”, manifestação datada de 11 de maio de 1988, que teve como palco a cidade do Rio de Janeiro e que contou com o Movimento Negro como principal articulador; outro acontecimento importante foi a “Primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela cidadania e pela vida”, que ocorreu em 20 de novembro de 1995 e que movimentou cerca de 30 mil pessoas pelas ruas de Brasília. Esses eventos tinham como pauta a denúncia contra a discriminação e o racismo e, também, a reivindicação por políticas públicas para a população negra do país. Sobre o episódio ocorrido em Brasília, segundo Moehlecke (2002, p. 205), “representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público”.

Com a inclusão da Lei nº 12.711/2012, há uma popularização sobre as ações afirmativas, principalmente devido ao recorte racial (pretos e pardos) que a lei propõe. Anteriormente à “Lei de Cotas”, já existiam ordenações que tinham como princípio uma política inclusiva, porém nenhuma beneficiava a população negra do Brasil, por exemplo: em 1968, é implantada no país a Lei Federal nº 5.465/68, também conhecida como “Lei do Boi”. A lei em questão determinava em seu art. 1º que “Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes [...]” (Brasil, 1968).

Ademais, há de se destacar a Lei nº 8.213 de 1991, conhecida como “Lei de Cotas para PCD”. O art. 93 dessa ordenação informa que “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.” (Brasil, 1991). Nesse aspecto, já existiam leis gerais que tinham em sua construção a iniciativa de uma política afirmativa, no entanto nenhuma menciona políticas reparatórias com recorte racial. Todavia, não podemos deixar de mencionar o Projeto de Lei nº 1.332/1983, apresentado pelo Deputado Federal Abdias do Nascimento, no qual o autor propunha 40% de bolsas de estudos para a população negra, além de propor “[...] incorporar ao conteúdo dos cursos de história brasileira, o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira.” (Nascimento, 1983). O projeto de lei apresentado por Nascimento ficou tramitando durante quase seis anos e, em 1989, foi arquivado.

Com o alcançar de uma política de cotas nacional, com a Lei nº 12.711/2012, surgem, então, novos questionamentos: sobre o público-alvo, a eficácia da política, a educação no Brasil e, posteriormente, o método de aferição utilizado pelas universidades. Esse último teve como princípio de debate um episódio que ocorreu em 2007 na Universidade de Brasília. Nesse mesmo ano, a UnB² teve seu sistema de verificação da autodeclaração étnico-racial questionado, pois, durante a aferição de gêmeos univitelinos que se inscreveram na modalidade de cotas para negros, apenas um deles foi aprovado pela banca examinadora da universidade. Esse episódio foi importante para a popularização de termos como autodeclaração e heteroidentificação, além de alavancar o debate sobre a eficácia da comissão examinadora e dos métodos por ela utilizados.

De forma geral, todo brasileiro carrega o direito de se autodeclarar branco, pardo, preto, indígena ou amarelo. A princípio, esse foi o único critério étnico estabelecido e incluído na política de cotas. Posteriormente, com as denúncias de fraudes dentro desse sistema, se fez necessária a implantação da banca de heteroidentificação como “complemento”, ou seja, a autodeclaração ainda segue como o primeiro e principal critério. Diante desse conflito de conceitos existentes, justifica-se a abordagem desse debate como forma de estudo sobre a banca de heteroidentificação nas instituições públicas. Logo, a proposta deste artigo é mostrar, em largos traços, os motivos que levaram à adesão da comissão de heteroidentificação pelas universidades e a sua relação com termos como autodeclaração; para isso, tomaremos como exemplo a Universidade Federal de Sergipe.

O NEGRO NO BRASIL: O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Os negros representam a maioria da população brasileira. Segundo o IBGE, 56,1% dos brasileiros se declaram negros, grupo que reúne pretos e pardos. Mas são poucos os que ocupam cargos de decisão. No Senado, o primeiro senador negro só tomou posse em 1991. Já a primeira senadora negra foi eleita em 1995.

Fonte: Agência Senado

Em 13 de maio de 1888, através da Lei nº 3.353³, foi abolida a escravidão no Brasil, se tornando o último país da América do Sul a extingui-la. Inicia-se, então, uma tentativa forçada de criar uma imagem de nação acolhedora e harmoniosa, e, concomitantemente, dentro do mesmo terreno, se dá início ao processo de embranquecimento da população, ocasião em que o governo do Brasil facilitou e incentivou a entrada de imigrantes que vinham principalmente da Europa. Segundo George Andrews (1998, p. 98), “Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzariam o

² A Universidade de Brasília – UnB em 2004 se tornou a primeira universidade federal do Brasil a implantar um sistema de cotas para negros.

³ Lei nº 3.353, *também conhecida* como Lei Áurea.

Atlântico rumo a São Paulo, com a maioria (63,6 por cento) das passagens pagas pelo governo do Estado”.

A impressão de um Estado democrático e acolhedor foi exportada para outros países e acolhida como uma verdade irrefutável pela própria população, criando-se, assim, uma falsa imagem de nação igualitária. Todavia, alertam Gomes e Paixão o seguinte:

[...] Desde a independência havia tensões raciais principalmente para ‘homens de cor’ livres sobre o contorno da cidadania. Mesmo os debates sobre o fim do tráfico e depois da legislação antiescravista foram marcados com as expectativas de controle, autonomia e cidadania reunindo desde parlamentares, políticos, literatos, fazendeiros, escravos e libertos. A ideia de ‘Nação’ no Brasil do século XIX foi ganhando forma conectada entre políticas de domínio e a ideologia da ‘racialização’. Temores, reescravização, políticas públicas de recenseamentos misturavam-se entre práticas e representações sobre trabalho, gênero, família e hierarquias sociais. (Gomes e Paixão, 2007/2008, p. 172)

Esse processo a que foi submetida a população negra do Brasil reverbera para entendermos a situação social do negro no país. Um desses problemas, segundo Oliven (2011), passa pela dificuldade para saber “quem é negro e quem não é”, visto que o Brasil é um país miscigenado devido à diversidade de povos existentes, principalmente depois da política imigratória brasileira.

Nessa perspectiva, de acordo com Osório (2021, p. 7), “Depois da Independência do Brasil, quando começa a se formar um pensamento social propriamente brasileiro, a composição racial da população se tornou um problema para a construção da identidade nacional”. O mito da democracia racial foi algo muito fortemente estabelecido no Brasil e disseminado entre seus indivíduos. O contexto era de um país onde o racismo não existia e onde todos eram iguais. Nesse aspecto, parecia ser mais reconfortante dizer que no país não havia racismo. O racismo sem racista, como salienta Nunes (2018, p. 14), “justifica-se pelo mito da democracia racial”. Por esse ângulo, claramente, as políticas de ações afirmativas passam a ser vistas como uma ideia exótica e perigosa, isso porque muitos acreditavam, de fato, que uma política que carrega tais prerrogativas era uma tentativa de desagregar o que convenientemente estaria unido. Ainda segundo Osório (2021, p. 7), “durante a maior parte da história brasileira, a desigualdade racial foi reconhecida, preservada e garantida contra a resistência dos negros. Objetivava-se mantê-la, não combatê-la”.

É de conhecimento geral que tais premissas, que não necessariamente nasceram com a obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), do sociólogo Gilberto Freyre, mas que exigiram um grande debate através dela, também tiveram a academia como palco de disseminação, além de uma fervorosa aderência popular. O discurso de que o Brasil foi forjado pelas “três raças”, e a partir daí se formou uma nação harmônica, acabou se reproduzindo e foi visto por muito tempo, até mesmo dentro das escolas, como uma verdade irrefutável. Pode-se afirmar que o livro didático teve sua contribuição

para a disseminação de tal confusão através de uma história consonantemente fabricada. Nesse sentido, de acordo com Abud (1984, p. 81), “Instrumento de trabalho indispensável, pois não há professor que nele não se apoie, o livro didático tem sido um dos mais utilizados canais de transmissão e, sobretudo, de manutenção dos mitos e estereótipos que povoam a História do Brasil”.

Em conformidade com o que foi dito, Carvalho aponta que

[...] o livro didático pode também se constituir num instrumento que reproduz discriminação e preconceito, ora de forma silenciosa, ora de forma explícita; isto é, ao “invisibilizar” o processo histórico-cultural e as experiências cotidianas de certos grupos sociais, entre eles os negros, os índios, as mulheres, os ciganos, os homossexuais, cala-se sobre a existência dos diferentes, e isso significa excluí-los não só da história, mas, também, da sociedade. Assim, os livros didáticos [...] podem contribuir para rotular, desqualificar e estimular preconceitos, gerando referências negativas e provocando a baixa auto-estima dos indivíduos pertencentes a esses grupos, em particular, os negros. (Carvalho, 2006, p. 11-12).

Pretos e pardos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2022), representam a maior porcentagem da população brasileira, entretanto a grande maioria não se encontra em situação digna de moradia, educação e saúde, uma situação decorrente da enorme desigualdade que acomete o Brasil. João José Reis (2002), em seus estudos, afirma que a desigualdade e a discriminação racial estavam se multiplicando desde a década de 80, justificando as insistentes lutas e denúncias dos movimentos negros na década de 70. É possível perceber até hoje que essa luta é uma constante verdadeira e que ainda está longe de chegar ao seu fim, a ponto de que as leis que venham a garantir a segurança de ir e vir, de oportunidades iguais, ainda caminham a passos curtos, e as existentes são, por vezes, fraudadas pelos que não comungam da mesma vivência social. Estes se utilizam de diversos argumentos para burlar a Lei de Cotas, sendo um deles que no Brasil não é possível identificar quem é negro e quem não é. Todavia, aponta Guimarães:

Dizer que ninguém sabe quem é preto no Brasil significa dizer que políticas que levem em conta a autoclassificação racial serão burladas por pessoas que gostam de levar vantagem em tudo. Parece-me claro que a estratégia de se definir como “preto” ou “negro”, como qualquer estratégia, implicará sempre em vantagens e desvantagens desde que o Estado garanta a coerência da autoclassificação, o que não seria muito difícil de fazer. (Guimarães, 2002, p. 75).

A implantação das ações afirmativas no Brasil sempre esteve envolta em debates entusiasmados, alguns alegando a inconstitucionalidade dessas políticas públicas, outros alegando a necessidade de um programa educacional mais inclusivo. No entanto, a única conclusão que temos é que, apesar dos desdobramentos que o tema gerou nos últimos anos, não há uma unanimidade sobre a questão.

A escravidão no Brasil durou aproximadamente 400 anos. Trata-se de um período que claramente deixou dores físicas e mentais difíceis de serem esquecidas. Esse período da história do

nosso país se tornou um marco histórico que deve ser lembrado no combate diário do racismo que incita a continuação dessa cultura discriminatória de classes e de cor. A política de cotas, como porta de entrada para o Ensino Superior, é apresentada como uma forma de reparação dos direitos negados à população negra no passado. Desse modo, o programa de ações afirmativas possibilita a inserção da população negra e das demais minorias do país nas universidades. A política é uma tentativa de promover a inclusão dessas minorias no Ensino Superior, fazendo com que todos convivam no mesmo ambiente com os mesmos direitos de acesso e permanência. A priori, essa é a ideia que sustenta e defende o sistema de cotas.

Nessa perspectiva, a inclusão das políticas de ações afirmativas no cenário educacional brasileiro passou a promover de forma mais enérgica um debate sobre o racismo no Brasil, ao mesmo tempo que ia de encontro à falsa imagem de uma sociedade igualitária, como pregavam os adeptos da democracia racial. A partir da consolidação de tais políticas, é escancarado que não existe uma unidade em relação à população do país e que não vivemos no “Éden”, como acreditavam os simpatizantes da concepção freyriana.

Por conseguinte, a negação do racismo trata-se de uma evidência do racismo, visto que, na mentalidade que ainda persiste, o lugar dos negros ainda é predominantemente o lugar da não representatividade. Nesse sentido, o racismo ainda se encontra naturalizado na mentalidade de uma grande parcela da sociedade brasileira.

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E A LEI DE COTAS: PANORAMA HISTÓRICO

A Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012) prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Agência Senado

Em sua síntese, as políticas de ações afirmativas existem para a promoção das minorias discriminadas como forma de possibilitar a quem nunca teve oportunidade, por estar socialmente à margem da sociedade, ter igualdade de oportunidades, objetivando amenizar a “dívida social”. Em largos traços, o programa comporta-se como uma política que propõe dar visibilidade e voz a essas minorias.

Figura 1: Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012



Fonte: Portal MEC

A imagem acima ilustra o modelo padrão do procedimento de aplicação da Lei nº 12.711/2012 para ingresso no Ensino Superior. Esse modelo foi adotado pelas universidades brasileiras, que, posteriormente, incluíam uma banca de heteroidentificação, que tem como proposta evitar ou amenizar a quantidade de fraudes existentes no sistema de cotas.

A princípio, a Índia em 1949 – por intermédio de sua Constituição – se tornou o primeiro país a implantar as cotas dentro de um projeto político, o qual exerceu um impacto significativo dentro da sua estrutura. A posição social da população indiana está totalmente vinculada à divisão por “castas”. As castas são uma forma de divisão social e são aplicadas de maneira hierárquica: no topo estão os Brâmanes (sacerdotes, professores e intelectuais); em segundo lugar, os Xátrias (geralmente ocupavam cargos militares ou administrativos); em terceiro, os Vaixás (comerciantes e mercadores) e, por último, os Sudras (geralmente exerciam trabalhos braçais: artesãos, camponeses, operários etc.). Além desses, existiam os Achhoots (sem castas), conhecidos também pelas denominações “intocáveis” ou Dalits. Essa hierarquia representa partes do deus Brahma, na qual os Brâmanes estão no topo e simbolizam a cabeça, e os Dalits, por sua vez, representariam a poeira dos pés desse mesmo deus e por isso estariam à margem da população, excluídos de todo o contexto social de que faziam parte. Segundo Feres Júnior *et al.*:

Na Índia, país precursor na adoção dessas políticas, a expressão utilizada é “políticas de reserva”, e não “ação afirmativa”. [...] A primeira leva de políticas, instituídas pela Constituição de 1950, tinha como beneficiários somente os dalits e as scheduled tribes (comunidades rurais de baixíssimo status no sistema hindu). É difícil determinar se esses grupos são étnicos ou raciais. Os dalits têm sua condição definida pelo sistema de castas hindu, mas estão fora dele. A cor da pele também é um dos marcadores de status na Índia, mas está longe de ser suficiente para determinar a posição social. Em suma, o sistema indiano de hierarquização social não pode ser

facilmente traduzido pelos conceitos de etnia – que implica percepções de alteridade cultural – ou raça –, percepções em geral baseadas em traços fenotípicos – da maneira como essas categorias são adotadas em sociedades pós-coloniais do ocidente, como Estados Unidos e Brasil. (Feres Júnior *et al.*, 2018, p. 16).

Assim sendo, a “política de reserva” indiana difere da política de “ações afirmativas” adotada pelo Brasil, visto que, apesar de a Índia também vivenciar casos de discriminação racial, a cor da pele não é o principal fator para a situação social da sua população.

Por volta da década de 60, tem início nos EUA a luta pelas ações afirmativas, ao mesmo tempo que os movimentos sociais lutavam a favor da liberdade de expressão e dos direitos civis. No entanto, esse processo se deu de forma ainda mais lenta no Brasil, como aponta Zélia Amador de Deus (2013).

Dentro do panorama político brasileiro, além da “Lei do Boi” e das “cotas para PCD”, podemos destacar no mesmo espaço as seguintes leis: a Lei nº 9.100/1995, a qual estabelece que “20%, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres” (Brasil, 1995); a Lei nº 9.029/1995, que discorre sobre práticas discriminatória; a Lei nº 12.288/2010, que institui o “Estatuto da igualdade racial”, e a Lei nº 9.394/96, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. Essa última ordenação, juntamente com a interpretação do art. 207 da Constituição Federal, se tornou um marco para a educação brasileira, principalmente por ter sido fator determinante para que as universidades públicas elaborassem, em seu regimento, políticas de inclusão através da “autonomia didático-científica” que a lei dispõe. Com a criação do Programa Universidade para Todos – Prouni, a autonomia evocada pelas universidades ganha força.

Observa-se a existência de outras políticas públicas de caráter reparatório na formação política do país, além de vários projetos de lei que foram apresentados por deputados e representantes de movimentos sociais, todavia a maioria desses projetos ficava tramitando por anos e geralmente era reprovada ou arquivada, como foi o caso do projeto de lei apresentado por Abdias do Nascimento. Outro exemplo é o projeto de lei apresentado por Rodolfo Pereira, o qual tinha como finalidade estabelecer o sistema de cotas para acesso ao Ensino Superior destinado às comunidades indígenas.

Assim sendo, ao analisarmos documentos, projetos de lei e leis que tinham em sua formação um ideal de “cotas”, observa-se uma grande quantidade de propostas relacionadas ao acesso de alunos provenientes de escolas públicas ao Ensino Superior. Projetos como o de Nice Lobão, que propunha que 50% das vagas nas universidades públicas fossem ocupadas por alunos provenientes das escolas públicas, eram vistos de forma bem explícita, todavia se nota uma escassez no quesito “cotas raciais”.

Ademais, os projetos apresentados que tinham como pauta cotas para a população negra, em sua grande maioria, tinham como representantes políticos negros ou movimentos sociais que defendiam políticas reparatórias para essa parcela da população. Esses dados só mudariam, principalmente, depois da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial,

Xenofobia e Intolerância Correlata⁴, que aconteceu em 2001 na África do Sul. Nela, foi escancarada a existência do racismo no Brasil, além da imensa desigualdade que compunha sua população. Nesse sentido, esse evento foi um dos pontos cruciais para se pensar a situação do negro no sistema educacional brasileiro. Coincidentemente, ou não, anos depois desse episódio, tínhamos algumas universidades aderindo à modalidade de cotas raciais, como é o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade de Brasília⁵, valendo-se, assim, da autonomia didático-científica que a lei menciona. Conseqüentemente, toda essa evolução acarretaria a aprovação de uma política mais ampla, neste caso, a Lei nº 12.711/2012.

Diante do exposto sobre a educação do negro no Brasil, Domingues (2005, p. 172) alerta que “o progresso educacional do negro brasileiro é inferior ao do negro sul-africano da época do apartheid, e dos negros dos Estados Unidos da época da segregação racial.” Nesse sentido, a criação da Lei nº 12.711 passa a ter caráter imediatista, e negligenciar essa proposta, na opinião de alguns estudiosos, seria a mesma coisa que apoiar o “racismo à brasileira”, preponderante nos discursos da época. Sendo assim, “ao negar o preconceito racial, contribuía-se para desarticular a luta política antirracista, pois não se combate o que não existe.” (Domingues, 2005, p. 122). A criação da lei de cotas possibilitou uma maior diversidade nas universidades brasileiras, no entanto o próprio sistema fornecia brechas para que as fraudes acontecessem. E o principal problema era este: como definir quem é negro e quem não é? Afinal, o sistema de cotas foi implantado nas universidades, onde o único critério previsto era a autodeclaração.

AUTODECLARAÇÃO X COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

A autodeclaração é o principal meio adotado pelas universidades para o ingresso de alunos através do sistema de cotas. Trata-se de um processo de reconhecimento pessoal em que o próprio indivíduo faz juízo das suas características, por isso consiste em um procedimento indelegável. Em contrapartida, a heteroidentificação é um mecanismo de identificação realizado por terceiros. A comissão de heteroidentificação identifica, através de critérios exclusivamente fenotípicos, se o candidato que concorre à vaga de cotista é de fato alvo da política de cotas raciais. É o que Jesus (2021) define como querer ser negro (autodeclaração) e poder ser negro (heteroidentificação); nessa perspectiva, ambas as noções são segmentos que se completam.

Sendo assim, a comissão de heteroidentificação não pode excluir o direito do candidato de se autodeclarar ou se identificar como negro, visto que essa etapa é algo pessoal e possui vários fatores

⁴ Também conhecida como Conferência de Durban.

⁵ As universidades mencionadas aderiram às cotas com recorte racial, respectivamente, nos anos de 2001 e 2004.

a serem considerados. Logo, qualquer pessoa, independentemente da cor, pode se autodeclarar, no entanto isso não quer dizer necessariamente que essas pessoas que se autodeclararam como negras – seja por critérios de identificação, cultura ou ancestralidade, entre outros – são, de fato, o alvo final das políticas de cotas. Todavia, vale ressaltar que a banca examinadora foi instituída nas universidades como forma complementar à autodeclaração e tem como principal objetivo evitar fraudes no programa de ações afirmativas. Dito isso, a banca vai julgar apenas os marcadores sociais, ou seja, o que é socialmente visível.

Sobre os motivos que levaram as universidades a adotarem esse procedimento, Jesus (2021), em *Quem quer (pode) ser negro no Brasil?*, alerta:

As fraudes se tornaram uma constante. Pessoas socialmente autodeclaradas brancas, de alto do seu racismo e de sua arrogância, por discordarem da política de ações afirmativas, constroem ações fraudulentas. Banalizam o critério de autoidentificação racial, revelando todo o desprezo das elites brancas brasileiras a toda e qualquer ação de combate ao racismo. (Jesus, 2021, p. 14).

Sendo assim, as bancas examinadoras são vistas não apenas como uma ferramenta de identificação racial, mas também como mecanismo de controle frente às inúmeras denúncias de fraudes.

As fraudes no sistema de cotas podem ser vistas sob duas óticas: a primeira se refere ao uso indevido da política – neste seguimento, a maioria dos seus praticantes são pessoas que socialmente são vistas como brancas, mas, devido à ancestralidade e ao não conhecimento das normas da política, usam o pertencimento identitário como prerrogativa para se candidatar às vagas destinadas aos negros (pretos e pardos); por outro lado, existe também a má-fé – nesta situação estão os candidatos que se identificam interna e externamente como brancos, porém se inscrevem como cotistas na tentativa de conseguir burlar o sistema. Para Jesus (2021), é nesse último exemplo que as fraudes existem. Segundo esse autor, “[...] em muitas situações onde se verifica a incompatibilidade entre autodeclaração e heteroidentificação, não é possível definir a existência de fraude [...] exceto quando há o autorreconhecimento da má-intenção como guia de comportamento” (Jesus, 2021, p. 63).

A banca de heteroidentificação foi implantada pelas universidades a fim de se fazer “justiça” frente à imensa quantidade de relatos e denúncias de fraudes no sistema de cotas, que é uma das etapas da implantação das ações afirmativas. Em relação às denúncias de fraudes, segundo Nunes (2019, p. 17), foram “[...] realizada[s], em grande parte, por coletivos de estudantes negros/as que contrariam, de alguma forma, a premissa de que o monitoramento deveria ser de responsabilidade da administração pública”.

Para o professor Dr. Nelson Fernando Inocência (TV Senado, 2021), favorável à comissão de heteroidentificação, “o fato de você não considerar as bancas de heteroidentificação causou um enorme dano à política de inclusão da população negra”. Ele explica que a corrupção é uma prática

cultural e histórica no Brasil. Ressalta ainda que “a política de ações afirmativas é um estímulo para a população negra (minoridade nas universidades públicas) que por muito tempo esteve alienada das universidades públicas”.

Em 2021, na Universidade Federal de Sergipe – UFS, alguns alunos tiveram de se apresentar à comissão de heteroidentificação, pois houve denúncias sobre irregularidade em relação à autodeclaração de pretos e pardos no sistema de cotas. Esses alunos foram submetidos a uma comissão examinadora, que levou em conta apenas o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelos discentes, sendo excluído o critério de ancestralidade. Nessa primeira aferição, 19 alunos foram convocados; destes, de acordo com publicação feita pela instituição, “14 foram considerados inaptos, três não compareceram, um desistiu da vaga e apenas um foi considerado apto para ocupar a vaga” (Universidade Federal de Sergipe, 2021). As denúncias eram feitas por páginas anônimas em redes sociais e também no Ministério Público Federal, o que fez com que a universidade adotasse medidas para combater esses possíveis fraudadores. Uma dessas providências era a denúncia através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, registrada em sistema de forma anônima, e, por fim, a criação de uma comissão fixa para aferição étnico-racial. Essa comissão atuaria de duas formas: preventiva (quando a aferição ocorre antes da conclusão da matrícula) e retroativa – nesta, a banca convoca aqueles que já se encontram com matrícula ativa na instituição. Ao analisarmos os perfis desses discentes, que são requisitados pela comissão de forma retroativa, é possível notar que a sua maioria é composta por estudantes de cursos considerados de maior “prestígio social”: Medicina, Direito e Odontologia. Sobre o entendimento dessa ferramenta, instituída de forma complementar pelas universidades, Nunes aponta:

A formação das comissões de autodeclaração implica numa complexa discussão acerca das relações raciais brasileiras e principalmente sobre o dinamismo das mesmas; implica em reconhecer a forma como o campo do saber (poder) está permanentemente em disputa e que o ingresso de PPI coloca em questão uma hegemonia não negra e indígena, que até então tem sido prevacente neste campo. (Nunes, 2019, p. 18-19).

Esses são alguns exemplos dentro de tantas denúncias que aquecem o debate sobre as ações afirmativas, especificamente a política de cotas e o sistema de heteroidentificação. Mas como são compostas essas comissões? Quais critérios são estabelecidos para identificar/julgar se um indivíduo pode ou não aderir à política de cotas raciais?

Em 5 de fevereiro de 2021, o Portal UFS validou em publicação a instituição das normas de heteroidentificação para cotas raciais por meio do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Universidade Federal de Sergipe. O projeto apresentado seria concretizado por meio da formação de uma banca de heteroidentificação, que agiria de forma complementar à autodeclaração, tendo como objetivo evitar a ocupação da vaga por um candidato fraudador. Trata-se de um projeto que já vinha

se estruturando pelo Conselho e pelos demais movimentos negros da academia. A criação dessa comissão ocasionou uma série de processos impetrados por alunos que eram convocados pela banca examinadora de forma retroativa. Alegando sua inconstitucionalidade, os discentes acionavam a justiça com a finalidade de anular a convocação.

CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

A banca de heteroidentificação se baseia, de forma geral e exclusiva, em aspectos fenotípicos do candidato que optou pelas cotas raciais. Nesse sentido, não é considerado o aspecto genotípico, ou seja, a ascendência. Esse critério não leva em consideração a ancestralidade do indivíduo. Sendo assim, aquele candidato que tem ancestralidade negra, porém não possui características fenotípicas, socialmente não é visto como negro, isso porque, no Brasil, o preconceito de marca é predominante se comparado com o preconceito de origem⁶:

[...] estabelecer com precisão um tipo “biológico”, mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminação (Osório, 2003, p. 23-24).

A banca de heteroidentificação vai analisar as características visíveis do candidato, ou seja, cor da pele, textura do cabelo, traços faciais: formato do nariz, espessura dos lábios etc. Essa comissão exige que, no processo de aferição, esses indivíduos se apresentem da forma mais “normal” possível, isto é, sem maquiagem, chapéu, óculos etc., nada que descaracterize sua fisionomia. Sendo assim, “[...] as comissões não fazem um julgamento de corpos, mas instauram um processo político [...]” (Nunes, 2018, p. 29). Em suma, é a partir desses critérios que a comissão de heteroidentificação define se o indivíduo está apto e será “beneficiado” pelas cotas étnico-raciais, ou não.

Tomaremos como objeto de análise a Universidade Federal de Sergipe – UFS, de acordo com a reitora *pro tempore*⁷ da universidade, Liliáda Barreto:

As Comissões de Heteroidentificação Complementar na UFS atuarão em cada um dos campi em casos de denúncias de fraude e de ofício pela Pró-Reitoria de Graduação. Elas terão caráter deliberativo, devendo ser compostas por servidores, estudantes e membros da sociedade civil, todos com experiência na temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo. E [...] cada uma das comissões será presidida por um membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas da UFS (Neabi). (Barretto, 2021).

⁶ Por exemplo, a perseguição aos judeus pelos nazistas pode ser considerada um preconceito de origem, visto que a ancestralidade era um dos critérios para a perseguição e a tentativa de extermínio dessa população.

⁷ Atualmente, a função de Reitor da Universidade Federal de Sergipe – UFS é do Dr. Valter Joviniano de Santana Filho, que foi empossado no cargo em março de 2021.

Ainda segundo a Pró-Reitoria de Graduação – Prograd da UFS:

A aferição não terá o poder de cancelar administrativamente qualquer matrícula dos alunos relacionados, apenas de analisar as denúncias de possíveis fraudes e emitir um relatório técnico conclusivo, o qual será encaminhado, caso confirmada a presença de indícios de fraude, ao Ministério Público Federal para adoção das providências cabíveis. (Universidade Federal de Sergipe, 2021).

Externados, em largos traços, os critérios estabelecidos pela banca, vejamos agora como a Universidade Federal de Sergipe⁸ “qualifica” esses indivíduos que ficarão à frente de aferir quais candidatos se caracterizam como negros e quais não estão dentro dessa categoria. Sendo assim:

Para atuação nas bancas de aferição e heteroidentificação, as pró-reitorias de Graduação (Prograd) e de Gestão de Pessoas (Progep) e o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi) são parceiros na promoção de um curso de capacitação. Intitulado “Aspectos legais e operacionais das bancas de heteroidentificação”, o curso foi ministrado pelo professor Roberto Lacerda, do Departamento de Educação em Saúde (DESL) do campus de Lagarto. (Universidade Federal de Sergipe, 2021).

Dessa forma, nota-se que o exemplo acima é próprio da Universidade Federal de Sergipe. Ou seja, não é uma regra. Porém, a grande maioria das universidades utiliza critérios semelhantes para a formação das suas comissões, que ficarão responsáveis pela averiguação étnico-racial desses candidatos. Além disso, podemos destacar a “Carta Consubstanciada”, um dos métodos utilizados pela Universidade Federal de Minas Gerais como instrumento para aqueles que se autodeclararam negros ou indígenas – nela, os alunos, além de se autodeclararem, devem justificar sua autodeclaração. Esse método tem como objetivos o fortalecimento identitário e a reflexão dos discentes sobre sua identidade. Contudo, alerta Jesus (2021) que a carta não deve ser utilizada como critério pela banca de heteroidentificação no momento da aferição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que todo o processo evolutivo das leis que antecederam a Lei de Cotas teve seu período de reivindicações, seja nas ruas das cidades ou nos congressos. Esse entrave, que teve as marchas e passeatas como um dos símbolos de luta e resistência, teve diversos atores e movimentos sociais implicados, com destaque para o movimento negro. Este, por sua vez, foi um dos responsáveis pela adoção de políticas afirmativas com recorte racial por parte das universidades públicas brasileiras; além disso, também teve papel fundamental na formação da comissão de aferição étnico-racial pelas instituições.

⁸ Vale ressaltar que a Universidade Federal de Sergipe – UFS inseriu em seu programa as ações afirmativas desde 2010, antes da implantação da Lei nº 12.711/2012.

Diante disso, a subtração das vagas reservadas aos negros através das cotas raciais nos fez pensar sobre a situação da população negra do Brasil, que, por vezes, viveu aquém de qualquer tipo de política pública e, quando conquistou algum direito, foi alvo de questionamentos e incertezas por parte de uma parcela da sociedade. Assim sendo, tanto as políticas de cotas quanto a comissão de heteroidentificação fazem parte dessas realizações, tornando-se ferramentas fundamentais para a diminuição das injustiças sociais, além de impulsionarem o crescimento daqueles que estão à margem da sociedade para ingresso nas universidades públicas. Ademais, acredita-se que exercer direitos no Brasil exige, primeiramente, informação; em segundo lugar, exige que se tenha sido condicionado a reivindicar. E é dentro desse contexto que as cotas passaram a vigorar, possibilitando uma maior diversidade dentro das universidades, as quais até pouco tempo atrás eram intrinsecamente excludentes.

Sendo assim, a banca de heteroidentificação é um instrumento importante, pois tem como objetivos: a redução da usurpação do direito conquistado através da política de cotas e a aplicação da justiça em relação à população negra, que deixou de entrar na universidade devido à usurpação de vagas pelos não cotistas, visto que, no momento em que um aluno não cotista consegue uma vaga que não é sua por direito, isso significa que um estudante de classe popular e negro ficou de fora.

REFERÊNCIAS E FONTES

ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber. In: SILVA, Marcos Antonio da (Org.). *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 81-87.

ADÃO, Jorge Manoel. *Políticas Públicas de ações afirmativas, Educação e Àbá (pensamento) Negro-Brasileiro Diaspórico*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre/RS, 2007.

Disponível

em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13281/000642678.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 17 maio 2022.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edusc, 1998.

ASSIS, Maria de Fátima Pessoa de; OLIVEIRA, Maria Lúcia de. O Cinismo como Metáfora da Cultura. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 83-93, ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968. *Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15465.htm. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1.332, 14 de junho de 1983.* Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 mar. 2023.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. *As imagens dos negros em livros didáticos de história.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. O Exército e os Negros. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 156-158.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.29, p.164-176, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, v. 10, n. 6, p. 116-131, out. 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300008. Acesso em: 16 jun. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas: a saída conjuntural para os negros na educação. In: PORTO, Maria do Rosário Silveira *et al.* (Orgs.). *Negro, educação e multiculturalismo.* São Paulo: Panorama, 2002. p. 221-234.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: uma utopia e várias histórias do tempo presente. *Revista Tempo Presente.* Col. História do tempo presente: volume III. Ed. UFRR, Roraima, 2020, pp. 134-152.

- ENTENDA como funcionam as bancas de heteroidentificação da UFS. *Universidade Federal de Sergipe*, 2021. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/68693-entenda-como-funcionam-as-bancas-de-heteroidentificacao-da-ufs>. Acesso em: 23 maio 2022.
- FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste; VENTURINI, Anna. *Ação Afirmativa: História, Conceito e Debates*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GOMES, Flavio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 171-194, 2007/2008.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 47-77.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JESUS, Rodrigo Ednilson de. *Quem quer (pode) ser negro no Brasil?* Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.
- MATTA, Ludmila Gonçalves da. Sistema de cotas: uma perspectiva de análise a partir do caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. *Revista Vértices*, v. 12, n. 3, p. 107-124, 2010.
- MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. *Revista Educar Mais*, v. 3, n. 2, p. 167-172, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 2010.
- NASCIMENTO, Alexandre do. *Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: o Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp154045.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.
- NEVES, Paulo S. C.; LIMA, Marcus Eugênio O. As Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Rev. Bras. Educ.* [online], v. 12, n. 34, p. 17-38, 2007.
- NUNES, Georgina Helena Lima. Autodeclarações e Comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR,

Paulo Roberto Faber (Orgs.). *Heteroidentificação e Cotas Raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos*. Canoas, RS: IRFS Campus Canoas, 2018. p. 11-30.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, Porto Alegre/RS, ano XXX, v. 61, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/539/375>. Acesso em: 20 jun. 2022.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de “cor ou raça” no IBGE*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2003. (Texto para discussão, n. 996). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021. 7 p. (Texto para discussão, 2657).

REIS, João José. Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras Festas*. Campinas: Ed. da Unicamp/Cecult, 2002. p. 101-155.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Cotas Raciais para acesso a universidades funcionam? Tv Senado. *YouTube*, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmPMQkvYOGY>. Acesso em: 18 jun. 2022.

UFS institui normas de heteroidentificação para cotas raciais. *Universidade Federal de Sergipe*, 2021. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/66720-ufs-institui-normas-de-heteroidentificacao-para-cotas-raciais>. Acesso em: 23 maio 2022.

UFS capacita servidores para as bancas de aferição e heteroidentificação. *Universidade Federal de Sergipe*, 2021. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/67855-ufs-capacita-servidores-para-as-bancas-de-afericao-e-heteroidentificacao>. Acesso em: 23 maio 2022.

UFS convoca discentes para apuração de possíveis irregularidades na autodeclaração de pretos ou pardos. *Universidade Federal de Sergipe*, 2021. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/68297-ufs-convoca-discentes-para-apuracao-de-possiveis-irregularidades-na-autodeclaracao-de-pretos-ou-pardos>. Acesso em: 16 jun. 2022.

VAZ, Livia Maria Santana e Sant’Anna. As Comissões de verificação e o Direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber (Orgs.). *Heteroidentificação e Cotas Raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos*. Canoas, RS: IRFS Campus Canoas, 2018. p. 11-30.

WEN, Leonardo. UnB rejeita um gêmeo e aceita outro nas cotas. *Folha de São Paulo: Cotidiano*, 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0806200718.htm>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ENTRE O DESLOCAMENTO E A RECOLOCAÇÃO CULTURAL, UM OLHAR CRÍTICO E CÔMICO DE ABBA T. MAKAMA NO FILME “*THE LOST OKOROSHI*”¹ (2019)

BETWEEN DISPLACEMENT AND CULTURAL RELOCATION, A CRITICAL AND COMIC LOOK BY ABBA T. MAKAMA IN THE FILM "THE LOST OKOROSHI" (2019)

Isabelle de Oliveira Ferreira²

RESENHA DO FILME:

MAKAMA, Abba T. *The Lost Okoroshi*. Direção: Abba T. Makama. Produção de Abba T. Makama, Rimini Makama. Nigéria: Nollywood, 2019.

INTRODUÇÃO

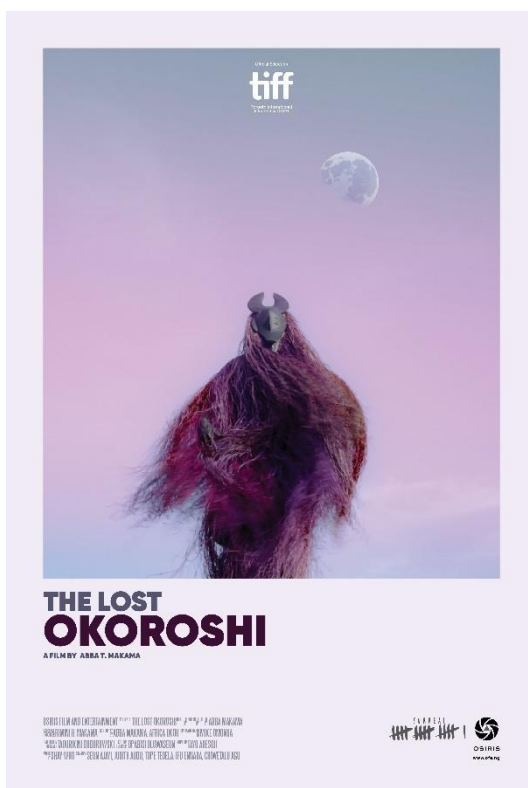
Na busca por repensar os grandes desdobramentos coloniais nas subjetividades individuais e coletivas, e como ela impacta nas narrativas, visualidades e epistemes, construir novas formas de crítica e confronto a partir de ferramentas visuais, como o audiovisual, vem tornando-se um caminho. Junto a isso, esse instrumento inserido na indústria da cultura de massa, carrega um caráter dicotômico sobre aquilo que se é apresentado e a partir de qual anunciador. Esse caminho agrega um território visual perpassados por máculas profundas sobre as produções culturais, materiais e imateriais daqueles denominados “outros”. Esses, que segundo Hall (HALL, 2016) são moldados dentro de lógicas binárias, como cultura/ natureza - branco/ preto, que reforçam e erguem estereótipos e seus regimes de representação. Na construção do estereótipo quatro elementos estão embricados, a construção da alteridade, a exclusão, o poder, a fantasia e o fetichismo. Esses aspectos cooptam, apropriam e negam esses indivíduos nomeado de “outros”, em detrimento de uma exaltação e assimilação cultural europeia dominante (SHOHAT e STAM, p. 22).

Assim, cada vez mais agentes do sul global vem reivindicando o espaço do protagonismo em apresentar e enunciar suas histórias. Nesse sentido, destacando as potencialidades e os processos de revisão que são construídos nesses territórios às margens (bell hooks, 2019;p.293) e com eles, novas

¹ The Lost Okoroshi - O Okoroshi perdido (tradução da autora)

² Bacharela em História (UFPE). Mestranda da Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT/ UFF).

formas de compreender movimentos complexos que permeiam o tradicional e o contemporâneo, esta resenha pouca o olhar sobre um filme da indústria cinematográfica nigeriana, conhecida como "Nollywood". "The lost Okoroshi", filme de 2019, dirigido pelo cineasta Abba T. Makama apresenta uma história cômica e envolvente, em que o cotidiano da Nigéria contemporânea se torna ponto fulcral para o desenvolver do drama. Nele, questões que envolve as influências europeias, as tradições ancestrais e a construção sociocultural dos sujeitos nesse território dão corpo a produção.



Post do filme “The Lost Okoroshi”, Abba T. Makama (2019)³

No intuito de levantar indagações como: quem somos, para onde estamos indo e o que está acontecendo socio culturalmente, Abba T. Makama, nos insere em relações em que o lugar do tradicional na Nigéria contemporânea se faz presente. Entre o deslocamento e a recolocação cultural, são aspectos discursivos observados no filme e pertinentes para a análise dessa produção. O primeiro elemento é colocado como responsável pelo desequilíbrio na consciência nigeriana em geral, fazendo com que os indivíduos rompam com os seus modos de viver em busca do encaixe no contexto corporativo, capitalista e ocidental engendrado no território. O segundo agrega uma solução encontrada por um dos personagens do filme, em que a recolocação cultural se torna um esforço consciente e inconsciente para que haja uma coexistência entre o tradicional e o contemporâneo.

³ Imagem acessada em 20 de junho de 2023: < O Okoroshi Perdido (2019) - IMDb >

RAYMOND E O *OKOROSHI*: CAMINHOS E IMPACTOS DE UM DESLOCAMENTO CULTURAL

“Na noite passada, não consegui fazer com que os mascarados que estavam na minha cabeça parassem de dançar. Eles dançaram por horas, sem parar. Notei que não era uma dança comum. Era uma mensagem. Uma mensagem de nossos antepassados.” (MAKAMA, Abba T, 2019 - Fragmento do filme)

O filme "*The Lost Okoroshi*" destaca-se não apenas por suas características nollywoodianas, mas também pelo novo realismo nigeriano que tem chamado a atenção de cinéfilos ao redor do mundo. O filme não apenas foi exibido em diversos festivais nacionais e internacionais, mas encontra-se também disponível em plataformas de streaming, ressaltando a preponderância dessa indústria cinematográfica.

Ele destaca o espaço urbano como um local não apenas de realismo social, mas também de construção crítica que aborda as diversas realidades presentes em todo o território nigeriano. Com a ascensão das plataformas de streaming, como a Netflix, que tem agregado títulos de Nollywood desde 2015, é possível avaliar o impacto do papel dos meios de comunicação como espaços que permitem compreender a potencialidade das narrativas cinematográficas produzidas fora do eixo eurocêntrico por indivíduos do sul global.

O filme de Abba T. Makama vai além de apresentar elementos de um realismo social, provocando uma reflexão sobre conceitos como tradição e modernidade, os quais foram tão solidificados pela perspectiva ocidental. A narrativa começa com o protagonista, Raymond, sonhando que é levado para um ambiente fora do espaço urbano, onde ele observa diversos espíritos ancestrais e uma mistura de elementos materiais e imateriais, como máscaras, vestimentas e sons. Esses elementos são apresentados em forma de espetáculo. Em seguida, o sonho de Raymond se transforma em um momento em que ele é perseguido por um ancestral específico, o *Okoroshi*. A cada vez que esse ancestral se aproxima para tocá-lo, ele acorda assustado e ofegante.

Esse devaneio acompanha Raymond durante quase todas as noites, chegando ao ponto em que sua esposa sugere que ele procure a ajuda de um pastor para lidar com suas tormentas noturnas. A casa do personagem está repleta de elementos cristãos, o que parece reforçar essa influência colonizadora. Além disso, a figura da esposa de Raymond gera tensão, medo e julgamento, intensificando imaginários eurocêntricos que levaram ao epistemicídio e à demonização dos modos culturais tradicionais.

Por outro lado, o personagem secundário, chamado de "*chief*", representa a tradição oral na forma de um *griot*, sendo o elo com o conhecimento ancestral e cultural. Raymond ao apresentar o sonho e os medos que perseguem, "*chief*" o aconselha, usando a oralidade para falar com os ancestrais mascarados. Ao mesmo tempo, esse personagem também representa uma crítica à negligência em

relação ao espaço urbano, ao avanço tecnológico e à perda do respeito pela sabedoria e longevidade dos indivíduos.

"Chief" narra sua própria história, contando que foi demitido devido a um acidente em sua perna na indústria em que trabalhava, pois não servia a lógica capitalista ali presente. Ele passou então a viver das provisões daqueles ao seu redor e a utilizar seus conhecimentos como herbalista. Raymond inicia seu processo de deslocamento cultural por meio dessas narrativas orais, ora o escutando e respeitando, ora desconfiando e adicionando um toque cômico ao que o ancião dizia.

Embora Raymond respeite a decisão de "chief" de não ir ao "hospital dos brancos", percebe-se uma mistura de desconfiança e comicidade por parte do personagem principal quando "chief" afirma que não irá ao centro médico, atribuindo a demora em sua própria cura ao descaso urbano que testemunha ao seu redor.

“Cansei da cidade. Cansei dessa cidade porque há poluição em todo lugar. Afetou até o plantio espiritual, os espíritos estão perdendo seus poderes. Há atrocidades em todo canto. Sequestros, estupros e roubos. Tudo isso impede que os espíritos se manifestem. Até nossas ervas, que poderiam curar doenças comuns perderam sua força” (MAKAMA, Abba T, 2019 - Fragmento do filme).

Apesar de debilitado, "chief" permaneceu decidido e não cedeu à busca por sua recuperação através da medicina ocidental. Ele encerra sua jornada de vida ao envenenar-se, mas antes disso, teve uma última conversa com Raymond na qual deixou um conselho significativo sobre seu sonho. Ele diz: “Sempre que ver um mascarado chegando, não corra. Fique e dê um abraço nele. Aqueles mascarados são nossos ancestrais. Eles devem ter algo bom para te contar, sobre seu presente e sobre seu futuro. Trate-os como nossos antepassados” (MAKAMA, Abba T, 2019 - Fragmento do filme).

Assim, seguindo o conselho do ancião e na tensão da fuga, Raymond se vê novamente sendo perseguido pelo mascarado em seu sonho. Contudo, em um momento de calma e descoberta, ele decide se aproximar e abraçar o *Okoroshi*. Nesse instante, ocorre uma nova mudança que o transporta para um espaço onde "chief" está presente para contar a história desse ancestral. Narrando a história na língua Igbo, "chief" relata a saga desse espírito ancestral. Enfatiza que o *Okoroshi* é um ancestral que traz boa sorte para as pessoas boas e má aos malfeitores. E, como parte de um processo iniciático, ele coloca a máscara do *Okoroshi* em Raymond que, ao acordar em sua casa percebe que já não é mais um simples homem, mas o próprio ancestral.

Essa transformação em terra marca a conclusão do descolamento e o início de um novo movimento que nos convida a refletir sobre nossa preparação para lidar com as tradições ancestrais caso elas se manifestem em nossa vida diária contemporânea. Como nos sentiríamos diante disso? Surgiriam sentimentos de aproximação ou medo? Seríamos impulsionados em direção ao campo tecnológico? Seria possível obter lucro com essa presença? E onde estariam os limites entre a crença

e o poder? Embora Makama não aborde explicitamente essas questões, elas são deixadas como reflexão a partir do elemento ficcional e cômico da entrada do *Okoroshi* na cena da Nigéria contemporânea.

OKOROSHI E A NIGÉRIA CONTEMPORÂNEA: ESTRATÉGIAS TURVAS DE UMA RECOLOCAÇÃO CULTURAL.

“Qualquer tribo, ou clã, ou grupo étnico, ou qualquer país, até os EUA, país dos homens brancos, não pode existir sem seu povo. Portanto, qualquer terra onde uma comunidade Igbo estiver reunida é uma terra Igbo.” (MAKAMA, Abba T, 2019 - Fragmento do filme)

Ao incorporar o *Okoroshi* à trama, diversos questionamentos são abordados, inclusive os mencionados anteriormente. No entanto, a presença desse personagem ancestral também revela a influência da cultura ocidental nos pensamentos e linguagem. Essa influência se entrelaça com a perspectiva da esposa de Raymond ao deparar-se com o *Okoroshi* ao seu lado, em vez de seu marido. Inicialmente, a personagem sente desespero, demonizando o ancestral e apelando ao deus cristão para trazê-lo de volta. Essa postura reforça o caráter produtivo da ideia ocidental de incorporar formas de falar, pensar e agir como ferramentas de dominação, obscurecendo outras concepções de mundo e modos de vida.

Após a fase inicial de reconhecimento e aceitação, a companheira do protagonista embarca em uma jornada, levando-o a hospitais, igrejas e seu local de trabalho. Esses caminhos são marcados por olhares de negação, medo e terror daqueles que cruzam com o *Okoroshi* nas movimentadas ruas de Lagos. Essas atitudes e o primeiro contato do espírito ancestral com a esposa de Raymond conectam-se a uma "política da diferença" (MBEMBE, 2018b; p. 97). Esse conceito reforça a falta de compartilhamento de um mundo comum, onde os olhos que permeiam a vida ao redor do continente sempre definem esse pulsar humano como algo não humano. É sempre a vida do outro, de pessoas de um lugar distante e totalmente desprovidas de civilidade e humanidade.

Assim os laços entre seres semelhantes são abalados pela presença do *Okoroshi*, não há mais partilha de um mundo comum entre a esposa e Raymond. O sentimento dela ressalta a diferença e o descrédito frente ao que aquele ancestral representa, algo que leva a quebra total do vínculo construído e a afirmação de não partilha de um mundo comum. Com esse entendimento e como um sopro, o *Okoroshi* libertar-se e inicia sua caminhada livremente pelas ruas, mercados e espaços diversos da Lagos contemporânea. Nesse sentido, esse misto de perda identitária que autoriza a possessão, o ancestral releva sua verdadeira forma, aquilo que Mbembe irá ressaltar como a verdadeira natureza do fetiche, uma metamorfose que revela o devir-forma da força e o devir-força da forma (MBEMBE, 2018b; p. 100).

Munido desses devires transformados, o Okoroshi perambula por Lagos, encontrando reconhecimento em diversos lugares, especialmente no mercado. O mercado é um território que envolve relações de troca e entretenimento, além de representar um espaço de contínuo fluxo de tradições e suas ressignificações. É nesse ambiente que o ancestral coloca em prática todas as dimensões possíveis que sua forma e força podem proporcionar. Ele se manifesta plenamente, explorando todas as potencialidades de sua existência.

No limiar da narrativa, torna-se relevante a inserção dos personagens da prostituta e do ladrão. A prostituta, enquanto exercia sua profissão, é enganada por um cliente, que acaba sendo punido pelo *Okoroshi*. Por outro lado, o ladrão, após cometer um roubo, é também punido pelo espírito ancestral, o que leva a queixas direcionadas ao personagem Jagar, um homem que possui uma conexão com os "espíritos do submundo" e é capaz de impedir os caminhos do ancestral em terra. Ambos os casos destacam o senso de justiça que permeia o *Okoroshi*. Independentemente da profissão ou ação cometida, o espírito ancestral age como um agente de punição, trazendo consigo um sentido de justiça que transcende os limites sociais e morais estabelecidos.

Há um olhar pertinente de Makama entre as conexões proporcionadas pelo mercado ao espírito ancestral. Essas abrangem o entretenimento, a tecnologia, a tradição e a tentativa de enquadrá-lo numa perspectiva contemporânea ocidental. Três personagens desempenham papéis importantes nesse contexto: Willy-Willy, os membros da "*Igbo People Secret Heritage Restoration and Reclamation - IPSSHRR*" (Sociedade Secreta do povo Igbo para o Restauo e Recuperação das Tradições – tradução da autora) e o doutor.

Willy-Willy, representa o entretenimento e a interação com o espírito ancestral, buscando aproveitar suas habilidades e características para fins recreativos e comerciais. Já os membros da IPSSHRR buscam preservar e revitalizar as tradições ancestrais, procurando incorporar o *Okoroshi* em seus rituais e práticas. Por fim, o doutor apresenta a perspectiva científica ocidental, tentando compreender e enquadrá-lo por vias de uma metodologia científica ligada a psique.

Essas conexões revelam os diferentes modos pelos quais o mercado influencia e interage com o espírito ancestral, abrangendo tanto o aspecto comercial quanto o esforço para manter vivas as tradições culturais. No entanto, também há uma tensão entre essas abordagens, com o viés científico ocidental entrando em conflito com a compreensão e a representação mais autêntica das tradições ancestrais.

Willy-Willy se depara com o *Okoroshi* no mercado e testemunha como as pessoas, movidas pelo respeito e pela busca por riquezas, jogam dinheiro pelo caminho do ancestral. O jovem Willy, ao acompanhar essa cena e recolher o dinheiro que é lançado e percebe a possibilidade de lucrar com

um espetáculo próprio. Surgem ideias de abrir um negócio de entretenimento com o mascarado e de inseri-lo no mundo digital.

No entanto, é importante ressaltar que essas falas não visam exaltar a verdadeira força e forma do ancestral, mas sim espetacularizar uma tradição e lucrar com o exotismo que esses momentos representam. Essa leitura se aplica tanto à sociedade contemporânea nigeriana quanto ao espaço digital, influenciado pelas perspectivas ocidentais. Assim, o personagem propõe uma estratégia de marketing e divulgação do *Okoroshi* nas redes sociais, utilizando-o como uma figura de apelo comercial e sensacionalismo.

Essa abordagem revela como o mercado e a cultura do entretenimento podem distorcer e explorar tradições ancestrais, transformando-as em espetáculos comerciais para atrair público e obter lucro. Essa distorção é reflexo da busca por exotismo, negligenciando a autenticidade e o respeito à essência cultural do *Okoroshi*. Willy, por sua vez, utiliza a figura do meme como estratégia de marketing, que de forma cômica e sarcástica faz uma comparação depreciativa entre o deus nórdico Thor e o ancestral divinizado Xangô.

O meme apresentado traz uma imagem na qual a figura tradicional ligada a Thor é contrastada com um homem negro em trajes tradicionais, possivelmente associado a Xangô. A frase “*The difference between Thor and Shango is packaging*” (“A diferença entre Thor e Shango está na embalagem” – tradução da autora) enfatiza a ideia de que a percepção e a valorização das divindades são influenciadas pela forma como são representadas, uma categorização eurocêntrica de compreensão sobre o “outro” por meio da incorporação das tradições e representações (HALL, 2016; p.22). Embora Willy-Willy tenha ideias mirabolantes de lucro e riqueza, o *Okoroshi* enxerga nele a busca por superação diante da dura realidade enfrentada pelo garoto nas ruas de Lagos.

A segunda atuação que merece atenção neste ensaio é a dos sacerdotes e membros da “*Igbo People Secrety Heritage Restoration and Reclamation - IPSSHRR*” (Sociedade Secreta do povo Igbo pelo Restauo e Recuperação das Tradições – tradução da autora). Como uma sociedade secreta responsável por salvaguardar e recuperar as tradições da sociedade Igbo, eles ficam curiosos com a presença do *Okoroshi* em Lagos e elaboram um encontro não tão amistoso com o espírito ancestral. Esse que começa com o sequestro do ancestral para sua sede, local que buscam oferecer todas as honrarias necessárias. Ofertas, alimentos e bebidas são colocados à sua frente como forma de agradá-lo e contê-lo diante daqueles que o saúdam. No entanto, entre as glórias e júbilos exaltados pelos membros da sociedade secreta, surgem disputas de interesses relacionados às tradições.

Nesse sentido, três sacerdotes discutem sobre onde o *Okoroshi* deve permanecer e ser cultuado. A frase que inicia a segunda parte dessa resenha é proferida, trazendo consigo a tentativa de considerar o trânsito do ancestral e de outros que cruzaram, inclusive, o Atlântico, como elementos

de uma tradição viva e em constante transformação nas diversas manifestações religiosas e espirituais ao redor do mundo. Isso ressalta a importância de reconhecer a dinâmica das tradições e a sua conexão com diferentes contextos culturais.

No entanto, o que se desenha a seguir são possibilidades de negociações, com ênfase na projeção e no poder entre diferentes territórios. Novamente, os recursos tecnológicos são mencionados como meios de conexão e aproximação com os lugares em que a presença física do *Okoroshi* não é viável. Nesse momento, falta a abordagem dos aspectos rituais e espirituais que envolvem a presença do ancestral entre seu povo, o que leva o cineasta a nos questionar até que ponto, na contemporaneidade, o poder e o espetáculo são supervalorizados e hierarquizados em relação aos aspectos intrínsecos da espiritualidade de um coletivo ou indivíduo.

Isso nos leva a refletir sobre a importância de manter a integridade espiritual e ritual de uma tradição, em vez de transformá-la em um espetáculo comercial ou objeto de negociação capitalista. O cineasta nos convida a repensar as prioridades da sociedade contemporânea, valorizando os aspectos espirituais e coletivos em detrimento do poder e espetáculo vazios.

A última atuação a ser destacada é a tentativa incrédula e cientificista do personagem "doutor" em encontrar explicações para as manifestações dos mundos espirituais que se manifestam no mundo físico no caos da vida urbana nigeriana. Como psicólogo, ele percebe um deslocamento espiritual e cultural em curso na Nigéria contemporânea, que está causando um desequilíbrio na consciência da população. Nesse contexto, o doutor compreende que há um deslocamento no campo da psique, que se reflete nos sonhos de Raymond e de alguns pacientes. Ele defende a necessidade de um realinhamento cultural para o despertar consciente e inconsciente da espiritualidade tradicional que sempre esteve simbioticamente presente nas realidades socioculturais. Esse realinhamento lembra que, mesmo diante da cristalização conceitual imposta pelo colonialismo, as culturas tradicionais africanas são fluidas, plásticas (NASCIMENTO, Abdias do. 2019; p. 56).

Isso é evidenciado nas pequenas coisas do cotidiano contemporâneo, como mencionado pelo personagem no filme: "Vemos pessoas retornando às práticas tradicionais perdidas, vemos uma Nigéria corporativa em busca de uma identidade africana corporativa, até mesmo em detalhes triviais, como o uso de abadas e bubás em vez de ternos (MAKAMA, Abba T, 2019 - Fragmento do filme)." Essa abordagem do doutor ressalta a importância de reconectar-se com as raízes culturais e espirituais, reconhecendo sua fluidez e adaptabilidade, mesmo no contexto globalizado. É um chamado a valorização e revitalização das tradições esquecidas, encontrando uma identidade autêntica que abrace tanto o legado cultural quanto as demandas do agora.

Esse processo de "africanização" que se espalha do continente para outras partes do mundo representa uma dinâmica que visa reverter o impacto dos elementos de negação e apagamento que

foram impostos sobre essas práticas culturais. A busca por tal identidade em curso, reflete um chamado à reparação, restituição e justiça para esses indivíduos em seus territórios (MBEMBE, 2018b; p.104). É uma tentativa de resgatar e valorizar as tradições, conhecimentos e expressões culturais que foram marginalizadas e subjugadas ao longo da história. Esse movimento busca restabelecer o equilíbrio, promovendo uma maior compreensão e valorização das contribuições desses grupos para a diversidade e riqueza do patrimônio cultural global.

Mesmo destacando a necessidade desse processo de recolocação, quando questionado sobre o caso do Raymond, “o doutor” não hesita em colocar essa experiência espiritual em particular no campo de um “estado psicoespiritual desequilibrado”. Assemelhando-o a casos dispare e cruéis (como os esfaqueamentos do Slender Man e os assassinatos do Filho de Sam, ambos no Estados Unidos) frente à presença do *Okoroshi* naquela realidade. Mais uma vez, o olhar ocidental opera como elemento de significado e representação que visa trazer uma semelhança turva e violenta. Fazendo-nos questionar até que ponto as tessituras científicas auxiliam na compreensão das realidades outras ou afirmam estereótipos construídos por visões eurocêntricas frente às realidades estudadas.

O fim dessa ficção cômica de Makama aborda a figura do ladrão como alguém que rouba a essência ancestral da terra. Após sofrer as consequências de seu roubo, o personagem confessa a Jagar, um poderoso homem considerado como tendo ligações com o "submundo espiritual", sobre a intenção do *Okoroshi* de punir os ladrões naquela região. A vingança de Jagar a favor dos ladrões que o servem só é concluída quando ele enfrenta diretamente o espírito ancestral. Nesse momento, o *Okoroshi* é incapaz de reagir diante da força jovem, vigorosa e decidida de Jagar, que, protegido pelos poderes do "submundo", o fere fatalmente. Como uma fumaça no céu, o espírito ancestral se dissipa em busca de outro lugar. Essa cena nos leva a questionar se essa representação da força do submundo não seria a própria contemporaneidade que sugam os saberes ancestrais, que ainda perambula visivelmente pela esfera urbana de Lagos.

CONCLUSÃO

Na estréia de “*The lost Okoroshi*”, no Festival Internacional de Toronto em 2019, Abba T. Makama evidencia sua intenção de levantar questionamentos sobre as dinâmicas do cenário nigeriano contemporâneo e as tradições que transcendem esse espaço, ao invés de simplesmente fornecer respostas. Assim, o filme nos leva a mergulhar em um cenário permeado pela tradição, que está viva e em constante processo de resignificação e aproximação com as novas gerações, tornando-se uma obra que dialoga entre o agora e o passado de forma espiralada. Através dos diversos personagens envolvidos no drama, somos levados a refletir sobre os múltiplos braços que sustentam o devir contemporâneo ocidental frente o cotidiano nigeriano.

Assim, Makama metaforicamente aciona essa questão visual e poeticamente no desfecho do filme, ressalta que a tradição ancestral é como fumaça, que se dissipa e cria sua própria forma, possuindo seu próprio ritmo e maneira de interagir com a circularidade do tempo. Isso nos convida a repensar nossas concepções ocidentais e a reconhecer a importância de entender e respeitar as tradições que transcendem o viés capitalista, cientificista e ideológico imposto pelo olhar dominante.

REFERÊNCIAS

BBC Talking Movies: *The lost Okoroshi Full segment*, 2019. 1 vídeo (4min:59seg). Publicado pelo canal Osiris Creatives. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bh2qBDOBpiA> . Acessado em 02 de novembro de 2021.

Culture Diaries meets filmmaker Abba T Makama, 2017. 1 vídeo (18min:42seg). Publicado pelo canal WanaWana Udobang. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gv0d6Q5jtfQ>. Acessado em 02 de novembro de 2021.

HALL, Stuart. O espetáculo do outro. In: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Apicuri, 2016. Cap. 2 – p. 139- 246.

HALL, Stuart. *O Ocidente e o resto: discurso e poder*, São Paulo, n. 56, pp. 314-361, Mai.-Ago. 2016.

HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e política cultural*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

How 'The Lost Okoroshi' unmasks the disconnect between tradition & modernity, 2020. 1 vídeo (7min:33seg). Publicado pelo canal Guardian Nigeria. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6O_P8nLSAmE . Acessado em 02 de novembro de 2021

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: Documentos de uma militância panafricanista*. Editora: Perspectiva; 3ª edição (12 março 2019).

Native Exclusive: Into the mind of surreal 16 filmmaker, Abba T. Makama – Portal Native - Disponível em: <https://thenativemag.com/surreal-16-filmmaker-abba-makama/>. Acessado em 02 de novembro de 2021.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.